

ÍNDICE

2.2.4.5 -	Aspectos Econômicos.....	1/44
2.2.4.5.1 -	Produto Interno Bruto (PIB) e Composição Por Atividades Econômicas nos Municípios da AER.....	1/44
2.2.4.5.2 -	População Economicamente Ativa e Ocupação da População.....	2/44
2.2.4.5.3 -	Renda da População.....	9/44
2.2.4.5.4 -	Disponibilidade de Mão de Obra	12/44
2.2.4.5.5 -	Aspectos Econômicos na Área de Estudo Local (AEL)	17/44
2.2.4.5.5.1 -	Formas de organização e estrutura produtiva.....	17/44
2.2.4.5.5.2 -	Atividades produtivas na AEL.....	20/44
2.2.4.5.6 -	Considerações finais.....	43/44

Legendas

Quadro 2.2.4.5-1 - Produto Interno Bruto dos Municípios da AER e composição em (%) – 2014.....	2/44
Quadro 2.2.4.5-2 – População em Idade Ativa na AER, distribuída por População Economicamente Ativa e População Não Ativa Economicamente – 2010.....	3/44
Figura 2.2.4.5-1 – Taxa de Ocupação nos Municípios da AER (% - 2010).....	5/44
Quadro 2.2.4.5-3 - População Ocupada por Grandes Grupos de Ocupação (%) – 2010.....	7/44
Quadro 2.2.4.5-4 - População Ocupada por Classes de Rendimento nos municípios e na AER – 2010.....	10/44
Figura 2.2.4.5-2 - População da AER por nível de instrução.....	12/44
Figura 2.2.4.5-3 - Histograma de Mão de Obra do empreendimento.....	13/44
Figura 2.2.4.5-4 - Mão de Obra Direta (Total por meses).....	15/44
Figura 2.2.4.5-5 - Mão de Obra Indireta (Total por meses).....	16/44
Figura 2.2.4.5-6 - Horta – PA Serrador – Francisco Sá.....	21/44
Figura 2.2.4.5-7 - Plantação de milho – Povoado Laranjal – Montes Claros.....	23/44
Figura 2.2.4.5-8 - Plantação de cana de açúcar - Bocaiúva.....	23/44
Figura 2.2.4.5-9 - Criação de gado - Baixa da Colônia (Janaúba/MG).....	27/44
Figura 2.2.4.5-10 - Criação de gado – Quilombinho (Francisco Sá/MG).....	27/44
Figura 2.2.4.5-11 - Gado em Baixa da Colônia (Janaúba/MG).....	30/44
Figura 2.2.4.5-12 - Fruticultura Irrigada – Povoado Campo Limpo – Engenheiro Navarro.....	31/44
Figura 2.2.4.5-13 - Brasnica Frutas Tropicais na localidade Mundo Novo.....	32/44
Figura 2.2.4.5-14 - Fazenda Chaparral – Brasnica Frutas Tropicais.....	32/44
Figura 2.2.4.5-15 - Fruticultura/Bananal em Mundo Novo (Janaúba/MG).....	32/44

Figura 2.2.4.5-16 - Comércio no Povoado Tabocal I - Glauclândia	33/44
Figura 2.2.4.5-17 - Comércio no Povoado Rio Félix II - Guaraciama	33/44
Figura 2.2.4.5-18 - Lanchonete – Alto Belo - Bocaiúva	34/44
Figura 2.2.4.5-19 - Casa de Carnes Paladar - Bocaiúva	34/44
Figura 2.2.4.5-20 - Águas da Serra Resort Hotel (Buenópolis/MG)	36/44
Figura 2.2.4.5-21 - Vista da praia do Rio Pardo sobre a Ponte do Rio Pardo (Monjolos/MG)	36/44
Figura 2.2.4.5-22 - Sede municipal de Juramento	36/44
Figura 2.2.4.5-23 - Sede municipal de Juramento	36/44
Figura 2.2.4.5-24 - Barragem Pico da Pedra – Janaúba/MG.....	36/44
Figura 2.2.4.5-25 - Sítio em Barragem Pico da Pedra – Janaúba/MG.....	36/44
Figura 2.2.4.5-26 - Parque Estadual Serra Nova - Porteirinha.....	37/44
Figura 2.2.4.5-27 - Cachoeira do Serrado - Porteirinha	37/44
Figura 2.2.4.5-28 - Retiro Espiritual Católico de Betânia – Ceraíma/Guanambi.....	38/44
Figura 2.2.4.5-29 - Turismo Rural em Ceraíma/Guanambi.....	38/44
Figura 2.2.4.5-30 - Turismo Rural – Ceraíma/Guanambi.....	38/44
Figura 2.2.4.5-31 - Sítio – Ceraíma/Guanambi.....	38/44
Figura 2.2.4.5-32 - Eucaliptal – Povoado Camilo Prates - Bocaiúva.....	39/44
Figura 2.2.4.5-33 - Fazenda Córrego Fundo - Bocaiúva	39/44
Figura 2.2.4.5-34 - Eucaliptal – Vallourec – Fazenda Olhos d’Água.....	40/44
Figura 2.2.4.5-35 - Eucaliptal – Vallourec – Fazenda Olhos d’Água.....	40/44
Figura 2.2.4.5-36 - Empresa Cachaça Bocaiana – Povoado Cabeceira de Poções - Bocaiúva.....	41/44

Figura 2.2.4.5-37 - Energia Eólica em Urandi.....	42/44
Figura 2.2.4.5-38 - Subestação e Energia Eólica - Pindaí.....	42/44
Figura 2.2.4.5-39 - Parque Eólico – Guanambi (BA).....	43/44

2.2.4.5 - Aspectos Econômicos

2.2.4.5.1 - Produto Interno Bruto (PIB) e Composição Por Atividades Econômicas nos Municípios da AER

As informações relativas ao Produto Interno Bruto dos municípios da AER e sua composição foram obtidas junto aos dados do IBGE e referem-se a 2014, ano mais recente cujas informações estão disponíveis. O conjunto de dados é apresentado no **Quadro 2.2.4.5-1**.

A atividade pública é um componente importante da economia local nos municípios da AER. Em 20 dos 29 municípios estudados esta atividade contribui com a maior parcela do PIB. Nos municípios de Pai Pedro, Mamonas, Catuti, Glaucilândia, Guaraciama e Pindaí esta atividade representa mais da metade do total do PIB.

Por outro lado, em Montes Claros a contribuição da atividade pública representou cerca de 15%, sendo que o setor que mais contribuiu foi de serviços privados, compondo mais da metade do valor total do PIB. Observa-se que este setor representou mais da metade do total do PIB nos três municípios que ultrapassaram a classificação de pequenos porte, sendo classificados como médios (Janaúba e Guanambi) ou grande (Montes Claros). Em mais outros cinco municípios este setor também apresentou a maior parcela de contribuição. Assim, são 20 municípios, onde o setor de maior contribuição é o setor de serviços públicos e 8, onde a maior contribuição é o setor de serviços privados.

O único município que não acompanhou esse perfil foi o de Olhos - D'Água cuja atividade de maior contribuição para o PIB foi a agropecuária. Apesar, de figurar como setor de maior contribuição, apenas, neste município, a agropecuária tem atuação destacada em Monjolos, Presidente Juscelino e Santo Hipólito, onde contribui com mais de 30% do PIB. Já no municípios de Gouveia, Caetité, Guanambi e Montes Claros, a atividade é pouco expressiva no contexto do PIB total, contribuindo com um percentual abaixo de 5%.

No que se refere à atividade industrial, esta demonstrou ser pouco difundida na AER, contudo, em Caetité representa 32,6% do PIB, equiparada com o setor de serviços que participa como de maior contribuição (33,9%).

Quadro 2.2.4.5-1 - Produto Interno Bruto dos Municípios da AER e composição em (%) – 2014.

Municípios	PIB (em Mil Reais)	Impostos	Agropecuária	Indústria	Serviços Privados	Serviços Públicos
Caetité – BA	640338	7,6	3,0	32,6	33,9	23,0
Candiba – BA	82757	4,2	13,5	6,2	34,5	41,6
Guanambi – BA	1043024	9,0	2,2	18,2	50,1	20,4
Pindaí – BA	83913	6,5	11,3	5,1	25,9	51,3
Urandi – BA	136441	7,6	8,7	22,0	29,5	32,2
AER – BA	1986473	8,1	3,8	22,0	41,8	24,2
Augusto de Lima – MG	57627	3,0	26,8	8,2	29,0	33,0
Bocaiúva – MG	658004	11,3	8,6	20,2	36,2	23,7
Capitão Enéas – MG	248.981	3,1	7,41	43,04	26,74	22,82
Buenópolis – MG	101245	3,7	19,5	4,7	37,5	34,5
Catuti – MG	33740	2,5	11,1	4,6	23,9	58,0
Engenheiro Navarro – MG	60551	5,5	12,5	5,3	35,4	41,3
Espinosa – MG	220939	5,4	5,6	6,1	38,2	44,8
Francisco Sá – MG	312577	7,9	13,4	5,7	46,9	26,1
Glaucilândia – MG	23500	1,8	10,7	8,1	22,6	56,8
Gouveia – MG	126583	5,8	4,7	23,7	36,1	29,7
Guaraciama – MG	33004	3,0	11,2	4,9	25,1	55,8
Janaúba – MG	838783	8,0	5,1	9,1	51,6	26,2
Joaquim Felício – MG	43817	3,4	24,1	5,5	24,3	42,6
Juramento – MG	34540	3,0	19,0	4,4	25,3	48,3
Mamonas – MG	36144	3,1	7,4	3,5	26,4	59,6
Mata Verde – MG	100886	4,4	5,8	7,4	42,6	39,8
Monjolos – MG	26861	1,7	31,3	3,6	20,3	43,1
Monte Azul – MG	162699	4,6	6,1	5,5	41,8	42,1
Montes Claros – MG	7844307	10,3	1,3	21,8	51,4	15,2
Nova Porteirinha – MG	79199	2,5	23,2	6,7	35,4	32,2
Olhos-d'Água – MG	63940	4,2	36,0	4,8	19,7	35,3
Pai Pedro – MG	36388	2,1	14,7	3,6	18,7	60,9
Porteirinha – MG	272927	4,1	10,7	7,8	35,8	41,6
Presidente Juscelino – MG	45977	2,3	32,2	13,6	17,4	34,5
Santo Hipólito – MG	35864	2,7	32,7	3,7	23,9	37,0
AER – MG	11250102	9,3	4,1	18,3	47,8	20,5
Total	13236575	9,1	4,0	18,9	46,9	21,1

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2014.

2.2.4.5.2 - População Economicamente Ativa e Ocupação da População

População Economicamente Ativa

Como forma de dimensionar o potencial de mão de obra e a ocupação da população das unidades territoriais, o IBGE adota alguns conceitos. São eles:

- População em Idade Ativa (PIA): corresponde a população com idade entre 10 e 65 anos de idade;
- População em Economicamente Ativa (PEA): corresponde a parcela da PIA que estava em alguma ocupação no momento da pesquisa, o que estava desocupada (procurando ocupação);
- População Não Ativa Economicamente: corresponde à diferença entre a PIA – PEA, se refere às pessoas em idade ativa, mas que não vão se ocupar.

A quantificação dos contingentes da PIA, PEA e da população não ativa economicamente na AER foi efetuada a partir das informações do censo 2010, disponíveis do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), um banco de dados do IBGE, onde estão disponibilizadas informações de diferentes pesquisas. Os dados foram reunidos e apresentados no **Quadro 2.2.4.5-2**. Para uma análise do perfil da população, considerando as diferenças populacionais, optou-se por apresentar a PIA em valores absolutos e a PEA e população não ativa economicamente em valores relativos.

De um modo geral não se registraram muitas variações em relação à distribuição da população em idade ativa pelas categorias ativa e não ativa, com valores aproximados na maior parte dos municípios. Na grande maioria a Economicamente Ativa englobou uma parcela maior da População em Idade Ativa, somente nos municípios de Santo Hipólito, Pai Pedro, Mamonas e Urandi, a população não ativa mostrou-se mais volumosa. Ainda, em uma perspectiva geral, as proporções são relativamente equiparadas, em 13 municípios esta diferença é igual ou inferior a 10 pontos percentuais e em outros 14 municípios esta diferença é maior que 10 e inferior a 20 pontos percentuais, de modo que somente em cinco municípios esta diferença é igual ou superior a 20 pontos percentuais.

Quadro 2.2.4.5-2 – População em Idade Ativa na AER, distribuída por População Economicamente Ativa e População Não Ativa Economicamente – 2010

Município	População em Idade Ativa (Absoluta)	Economicamente Ativa (%)	Não Economicamente Ativa (%)
Caetité – BA	40351	58,2	41,8
Candiba – BA	11328	55,1	44,9
Guanambi – BA	67262	59,9	40,1
Pindaí – BA	13365	55,3	44,7
Urandi – BA	13995	46,2	53,8
AER BA	146301	57,3	42,7
Augusto de Lima – MG	4167	57,0	43,0

Município	População em Idade Ativa (Absoluta)	Economicamente Ativa (%)	Não Economicamente Ativa (%)
Bocaiúva – MG	39151	58,1	41,9
Capitão Enéas - MG	9.233	48,1	51,8
Buenópolis – MG	8886	55,6	44,4
Catuti – MG	4277	53,0	47,0
Engenheiro Navarro - MG	6037	54,8	45,2
Espinosa – MG	26373	55,3	44,7
Francisco Sá – MG	20952	51,5	48,5
Glaucilândia – MG	2528	55,3	44,7
Gouveia – MG	10135	52,1	47,9
Guaraciama – MG	4018	55,6	44,4
Janaúba – MG	56134	58,0	42,0
Joaquim Felício - MG	3681	50,6	49,4
Juramento – MG	3507	60,6	39,4
Mamonas – MG	5558	48,1	51,9
Mato Verde – MG	10973	59,7	40,3
Monjolos – MG	1990	51,0	49,0
Monte Azul – MG	19259	53,5	46,5
Montes Claros – MG	308936	60,1	39,9
Nova Porteirinha - MG	6196	61,9	38,1
Olhos-d'Água – MG	4308	66,3	33,7
Pai Pedro – MG	4947	41,3	58,7
Porteirinha – MG	32242	54,5	45,5
Presidente Juscelino - MG	3363	53,8	46,2
Santo Hipólito – MG	2765	47,6	52,4
AER MG	590383	57,9	42,1
Total	736684	57,8	42,2

Fonte: IBGE, Censo, 2010.

Taxa de Ocupação

Para avaliar as condições de empregabilidade e disponibilidade de mão de obra nos municípios da AER, foi considerada a taxa de ocupação. Junto ao IBGE foram levantados o percentual da População Economicamente Ativa que se encontrava ocupada na semana de referência, determinada pelo censo de 2010 como parâmetro. Assim, o percentual foi apresentado na **Figura 2.2.4.5-1**.

A partir do gráfico avalia-se que as taxa de ocupação da População Economicamente Ativa (PEA) na AER encontram-se, em sua maioria, em proporções medianas, variando de 38,5% em Pai Pedro (MG) a 63,6% em Olhos D'Água (MG). Todos os municípios tem índices de desocupação superior a 40%, exceto Olhos

D'Água. Deste modo entende-se que há percentual significativo de população com disponibilidade para ser contratada como mão de obra para o empreendimento.

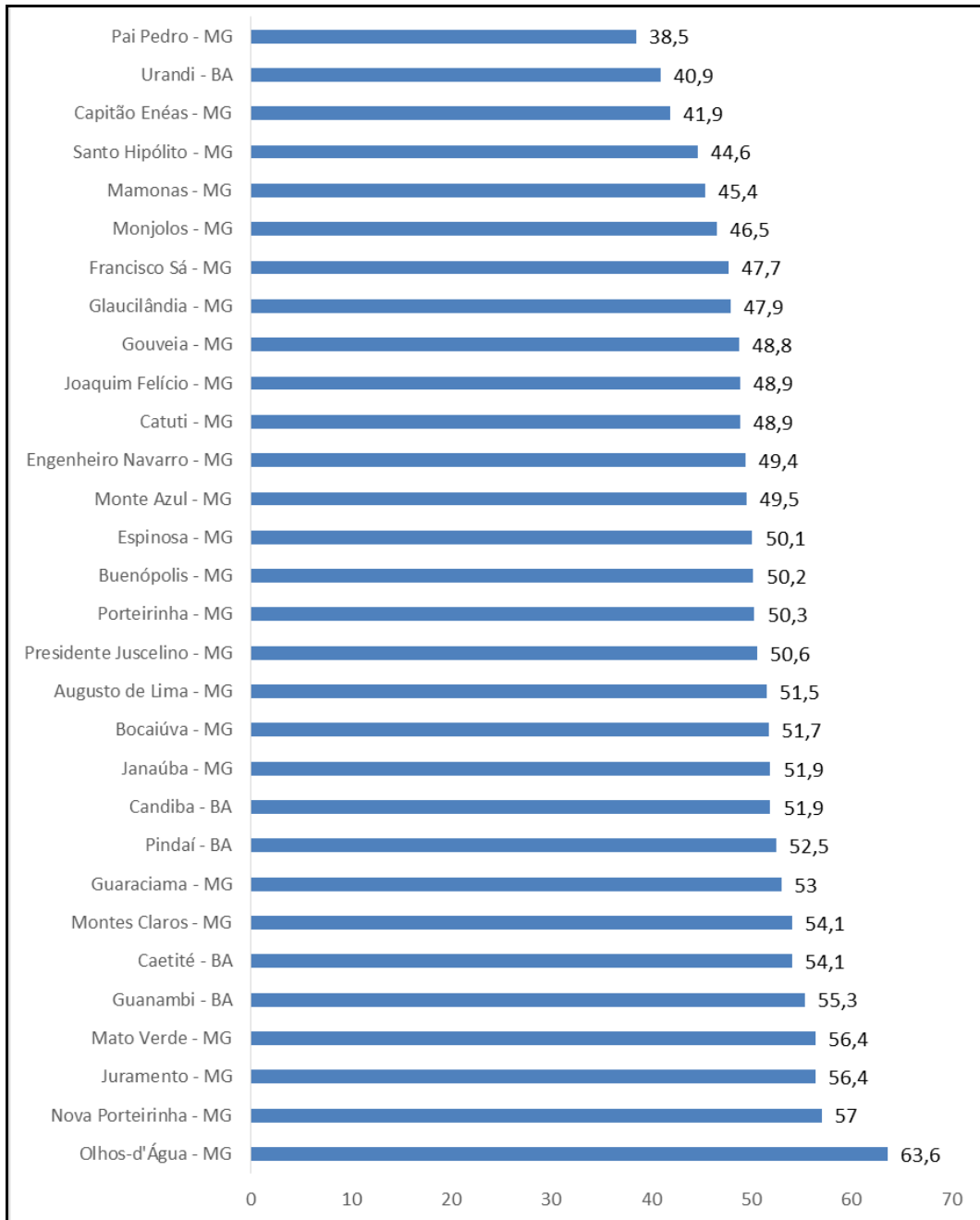


Figura 2.2.4.5-1 – Taxa de Ocupação nos Municípios da AER (% - 2010).

Ocupação por Atividade

Considerando as taxas relativamente altas de ocupação, é necessário qualificar melhor a composição desta população ocupada. Para tanto esta parcela da população foi distribuída pelos grandes grupos de ocupação (categoria do IBGE inserida no censo de 2010), de forma a se perceber quais os tipos e características das ocupações existentes nos municípios e quanto elas concentram a mão de obra local. Os dados são apresentados no **Quadro 2.2.4.5-3**.

Os grandes grupos de atividades que mais se destacam em meios aos municípios da AER são o grupo corresponde aos trabalhadores qualificados da agropecuária e, principalmente, as ocupações elementares (que exigem pouca ou nenhuma qualificação). No município de Catuti o grupo das ocupações elementares absorve a metade da população ocupada, em Mamonas o percentual não alcança a metade, mas se aproxima deste limite (47,98%). Nestes dois municípios e em mais outros 18 entre os estudados apresentam a maior concentração de pessoal ocupado na categoria de ocupações elementares. Nos nove municípios restantes a categoria que reúne a maior parcela da população ocupada corresponde aos trabalhadores qualificados da agropecuária. A preponderância destas categorias confirma-se ao se constatar que em 26 municípios estas se revezam como o primeiro ou segundo grupo a congregar as maiores parcelas da população ocupada. Contudo, nos municípios de Montes Claros, Janaúba e Guanambi, que em termos de contingente populacional ultrapassam a categoria de porte pequeno, existe uma configuração diferente, enquanto o grupo que tem maior parcela é de ocupações elementares (como em outros municípios) o segundo grupo corresponde aos trabalhadores de serviços, comércios e mercados. Mesmo que os municípios de porte pequeno tenham apresentado contribuições do setor de serviços destacadas no PIB, em termos de ocupação da população a atividade agropecuária tem relevância maior.

Quadro 2.2.4.5-3 - População Ocupada por Grandes Grupos de Ocupação (%) – 2010.

Municípios	Diretores e gerentes	Profissionais das ciências e intelectuais	Técnicos e profissionais de nível médio	Trabalhadores de apoio administrativo	Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	Operadores de instalações e máquinas e montadores	Ocupações elementares	Forças armadas, policiais e bombeiros militares	Ocupações mal definidas
Caetité - BA	2,14	6,3	3	4,11	11,47	31,11	8,33	6,88	22,74	0,12	3,79
Candiba - BA	1,61	4,63	3,74	2	8,03	38,07	6,59	6,79	18,59	-	9,95
Guanambi - BA	2,56	7,29	4,96	4,08	18,36	15,89	12	7,53	23,09	0,56	3,68
Pindaí - BA	1,98	5,26	1,78	1,65	4,63	43,1	4,25	3,16	33,06	-	1,13
Urandi - BA	1,42	4,27	4,08	2,39	10,42	21,62	9,34	7,01	35,31	-	4,14
AER BA	2,2	6,4	4,0	3,6	13,8	24,7	9,7	6,9	24,5	0,3	4,0
Augusto de Lima - MG	2,31	3,21	4,48	2,35	11,52	20,21	7,15	6,39	33,62	0,6	8,16
Bocaiúva - MG	3,33	6,65	6,81	4,57	12,57	16,24	12,21	7,26	25,43	0,08	4,87
Capitão Enéas - MG	3,06	6,21	3,76	5,12	12,4	15,7	8,2	8,5	32,3	0,2	4,4
Buenópolis - MG	3,56	7,31	4,59	3,45	12,89	18,9	8,36	4,72	29,8	0,71	5,71
Catuti - MG	1,95	7,38	3,37	1,6	7,76	14,07	9,56	3,45	50,67	-	0,2
Engenheiro Navarro - MG	1,99	4,52	3,77	3,62	10,72	25,62	9,39	8,51	29,77	0,09	1,99
Espinosa - MG	1,25	4,1	4,32	2,9	13	11,08	9,34	7,8	42,41	0,1	3,69
Francisco Sá - MG	2,31	4,38	5,19	3,36	11,51	26,32	8,6	5,04	28,98	0,24	4,07
Glauclândia - MG	0,21	5,69	4,47	3,05	6,49	36,88	6,64	4,83	27,89	-	3,86
Gouveia - MG	3,09	8,08	3,86	2,74	13,43	17,6	11,89	16,67	18,83	-	3,82
Guaraciama - MG	0,12	4,28	3,79	2,33	7,44	39,22	5,1	7,54	26,8	-	3,38

Coordenador:

Técnico:

Municípios	Diretores e gerentes	Profissionais das ciências e intelectuais	Técnicos e profissionais de nível médio	Trabalhadores de apoio administrativo	Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	Operadores de instalações e máquinas e montadores	Ocupações elementares	Forças armadas, policiais e bombeiros militares	Ocupações mal definidas
Janaúba - MG	3,38	8,22	5	5,21	17,18	11,36	12,14	6,62	28,42	0,3	2,16
Joaquim Felício - MG	1,49	4,83	5,43	2,57	9,49	15,23	9,17	10,64	35,06	0,15	5,96
Juramento - MG	2,21	4,04	3,51	1,82	11,33	21,93	7,18	4,22	40,31	-	3,44
Mamonas - MG	1,42	2,81	2,77	1,17	11,5	17,55	5,92	5,71	47,98	0,13	3,02
Mato Verde - MG	4,19	5,88	2,74	2,49	15,1	27,86	9,08	6,56	25,12	-	1,01
Monjolos - MG	1,3	10,04	4,21	3,86	7,33	34,38	5,58	5,55	19,85	0,25	7,63
Monte Azul - MG	1,85	7,54	3,52	2,01	13,84	25,74	8,76	4,03	28,6	-	4,1
Montes Claros - MG	4,32	10,55	7,68	7,61	20,64	3,06	12,66	8,12	20,69	1	3,67
Nova Porteirinha - MG	1,68	3,47	2	2,78	10,67	22,21	7,68	4,23	42,94	0,09	2,24
Olhos-d'Água - MG	1,09	4,14	3,19	1,98	5,62	33,01	5,27	6,36	30,95	0,1	8,29
Pai Pedro - MG	0,21	8,86	2,43	2,96	5,25	27,01	4,2	4,25	42,64	-	2,19
Porteirinha - MG	1,68	5,11	2,59	3,37	12,24	21,67	7,92	4,97	37,04	0,12	3,3
Presidente Juscelino - MG	1,28	3,42	1,04	1,88	5,57	31,39	5,56	8,29	34,8	-	6,78
Santo Hipólito - MG	1,78	6,24	4,89	2,21	7,51	29,41	6,55	8,15	27,97	-	5,3
AER MG	3,5	8,5	6,1	5,7	17,1	10,5	11,3	7,4	25,7	0,6	3,6
Total	3,2	8,1	5,7	5,3	16,4	13,4	10,9	7,3	25,4	0,5	3,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010

2.2.4.5.3 - Renda da População

Para compor o panorama das condições econômicas dos municípios da AER, foram levantados os dados relativos a renda da população. As informações do censo 2010 são referentes a população com 10 anos ou mais de idade, o que acaba por englobar toda População em Idade Ativa (claramente suas subdivisões) e, em acréscimo, a população acima de 65 anos. Desta forma, inserem-se neste grupos pessoas não economicamente ativas e algumas que já não se enquadram como idade ativa. Os resultados consultados são apresentados no **Quadro 2.2.4.5-4**.

As categorias que, de uma forma geral, apresentaram os maiores percentuais foram aquelas determinadas como sem rendimento e mais de meio a um salário mínimo. É importante salientar que a categoria sem rendimento inclui aqueles que recebem somente benefícios como programas sociais, aposentadoria ou prestação continuada. Somente em 05 dos 29 municípios, a categoria que reúne a maior parcela da população de 10 anos ou mais não é aquela determinada como sem rendimento. Nesses municípios, que são Augusto de Lima, Joaquim Felício, Mato Verde, Monjolos e Santo Hipólito, a categoria que apresenta maior percentual da população destacada é aquela que inclui a renda de mais de meio a um salário. Observa-se que nesses municípios a categoria sem rendimento concentra a segunda maior parcela, assim como nos demais onde esta categoria é preponderante a segunda maior que é a de meio a um salário.

Considerando as categorias de maior rendimento observa-se que nos municípios de Juramento, Mamonas, Monjolos e Pai Pedro não existem, segundo a pesquisa, pessoas que ganhem acima de 20 salários. Em Mamonas, mais especificamente, não teve registro de pessoas com renda acima de 10 salários.

Quadro 2.2.4.5-4 - População Ocupada por Classes de Rendimento nos municípios e na AER – 2010.

Municípios	Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 5 salários mínimos	Mais de 5 a 10 salários mínimos	Mais de 10 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos	Sem rendimento
Caetité - BA	16,71	29,32	7,92	3,5	1,16	0,28	0,13	40,98
Candiba - BA	17,21	32,07	6,27	2,4	0,34	0,08	0,01	41,62
Guanambi - BA	13,02	31,29	10,09	4,99	1,54	0,45	0,16	38,46
Pindaí - BA	22,05	28,17	7,45	1,97	0,26	0,04	0,01	40,04
Urandi - BA	17,21	28,48	9,96	2,81	0,5	0,1	0,04	40,89
AER BA	15,59	30,25	8,94	3,90	1,13	0,30	0,12	39,77
Augusto de Lima - MG	10,13	36,75	14,21	4,5	1,03	0,24	0,02	33,12
Bocaiúva - MG	8,44	29,92	13,77	5,34	1,27	0,25	0,09	40,93
Capitão Enéas – MG	11,1	28,3	12,8	3,4	0,7	0,19	-	43,3
Buenópolis - MG	8,12	36,71	10,03	4,81	1,05	0,34	0,15	38,8
Catuti - MG	22,05	29,15	7,5	2,07	0,23	0,02	0,07	38,9
Engenheiro Navarro - MG	11,6	33,54	11,31	3,43	0,38	0,05	0,05	39,64
Espinosa - MG	16,98	32,79	8,49	2,67	0,57	0,12	0,05	38,34
Francisco Sá - MG	13,21	30,29	8,53	3,41	0,77	0,15	0,08	43,55
Glaucilândia - MG	11,84	32,99	10,02	3,76	0,51	0,12	0,04	40,71
Gouveia - MG	6,54	38,39	10,69	4,34	0,79	0,18	0,05	39,02
Guaraciama - MG	11,65	30,5	12,05	2,28	0,62	0,02	0,02	42,85
Janaúba - MG	10,82	32,31	11,3	5,63	1,51	0,4	0,13	37,9
Joaquim Felício - MG	9,02	40,68	10,14	3,34	0,92	0,27	0,14	35,49
Juramento - MG	10,32	36,72	9,87	3,17	0,26	0,23	-	39,43
Mamonas - MG	19,27	30,06	9,52	1,66	0,23	-	-	39,26
Mato Verde - MG	20,73	34	8,35	3,4	0,55	0,08	0,08	32,81

Municípios	Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 5 salários mínimos	Mais de 5 a 10 salários mínimos	Mais de 10 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos	Sem rendimento
Monjolos - MG	12,81	36,47	10,21	3,35	1,05	0,3	-	35,82
Monte Azul - MG	19,22	32,85	7,78	2,95	0,78	0,11	0,03	36,26
Montes Claros - MG	5,44	26,88	17,08	9,17	2,98	0,88	0,3	37,26
Nova Porteirinha - MG	14,75	34,62	10,49	2,77	0,39	0,1	0,02	36,87
Olhos-d'Água - MG	11,93	33,8	11,86	2,59	0,26	0,12	0,02	39,44
Pai Pedro - MG	16,71	27,88	5,37	1,36	0,2	0,02	-	48,46
Porteirinha - MG	18,1	31,24	7,8	2,6	0,6	0,13	0,06	39,47
Presidente Juscelino - MG	10,18	36,33	11,51	3,69	0,57	0,24	0,12	37,37
Santo Hipólito - MG	9,05	39,05	10,93	3,55	0,62	0,18	0,07	36,55
AER MG	9,20	29,56	13,77	6,65	1,98	0,56	0,19	38,08
Total	10,47	29,70	12,81	6,11	1,81	0,51	0,18	38,41

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

2.2.4.5.4 - Disponibilidade de Mão de Obra

Conforme observado anteriormente, em todos os municípios da AER a maior parte da população não possui ensino fundamental completo (**Figura 2.2.4.5-2**). Em municípios como Presidente Juscelino e Urandi, selecionados para sediarem canteiros de obras do empreendimento, os percentuais de população que não tinham sequer ensino fundamental completo era superior a 70% da população local.

As proporções de população que concluem ensino de nível médio e superior são bastante diminutas na AER de modo geral, a não ser em municípios como Montes Claros e Janaúba. Montes Claros apresenta a maior quantidade de estabelecimentos de ensino superior em toda a AER.

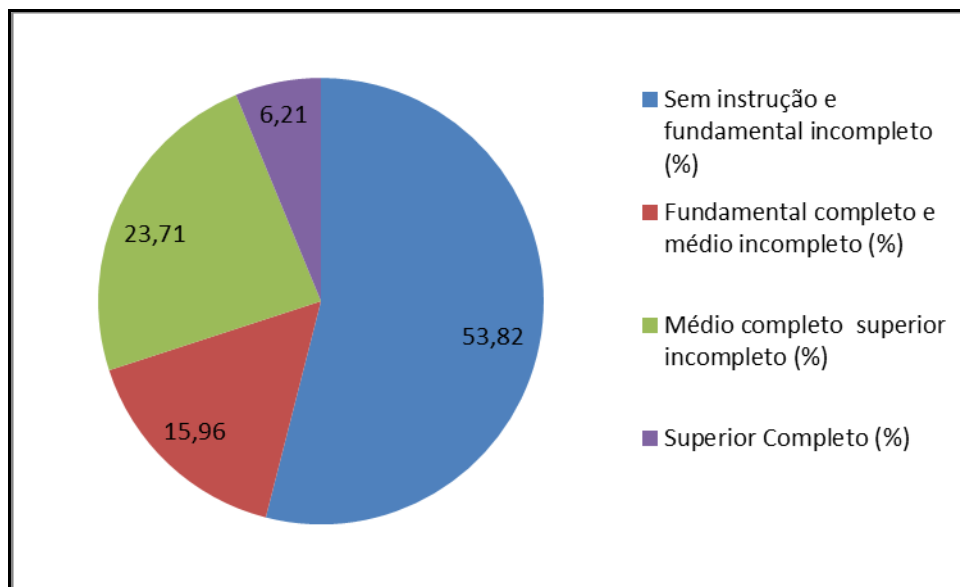


Figura 2.2.4.5-2 - População da AER por nível de instrução

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 201

Função	Especializada	Total	Máximo	2019												2020											
				fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov		
Mão de Obra Indireta																											
Coordenadores	Sim	374	19	18	18	18	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	16	14	14	7	3		
Supervisores	Sim	136	8	4	4	6	6	7	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	6	3	3	1	0		
Encarregados / Técnicos	Sim	968	55	36	38	39	46	48	48	53	54	54	54	55	55	55	55	54	50	49	43	36	33	11	2		
Assistentes	Sim	112	6	5	5	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	5	5	4	4	0	0		
Auxiliares	Sim	695	40	25	27	30	33	35	35	38	39	39	39	40	40	39	39	37	35	30	29	27	26	10	3		
Oficiais / Motoristas	Sim	1170	71	36	40	49	58	64	65	71	71	71	70	71	69	66	64	61	52	49	48	42	37	13	3		
Ajudantes	Não	780	49	22	24	33	40	46	47	49	49	49	48	49	47	44	42	39	34	30	29	27	23	6	3		
Mão de Obra Direta																											
Coordenadores	Sim	68	4	2	2	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	2	2	2	2	0	0		
Topógrafos	Sim	370	32	3	4	7	15	15	19	23	23	23	20	20	23	22	25	24	32	30	24	16	2	0	0		
Encarregados / Técnicos	Sim	2351	176	11	34	77	114	120	139	145	143	143	115	120	157	157	163	162	176	174	113	71	17	0	0		
Montadores	Sim	6586	526	17	20	37	222	236	340	390	395	395	391	391	395	390	521	526	524	518	516	286		0	0		
Operadores de Máquinas	Sim	3335	243	26	68	131	179	181	205	209	202	199	151	158	226	226	222	233	243	229	142	84	21	0	0		
Oficiais / Motoristas	Sim	6099	477	37	136	275	367	369	405	386	360	357	243	258	408	408	408	424	477	446	209	96	30	0	0		
Ajudantes	Não	12322	957	71	210	431	637	637	744	796	726	725	582	582	815	815	841	852	957	916	572	318	95	0	0		

Fonte: Equatorial Transmissão, 2017.

Figura 2.2.4.5-3 - Histograma de Mão de Obra do empreendimento

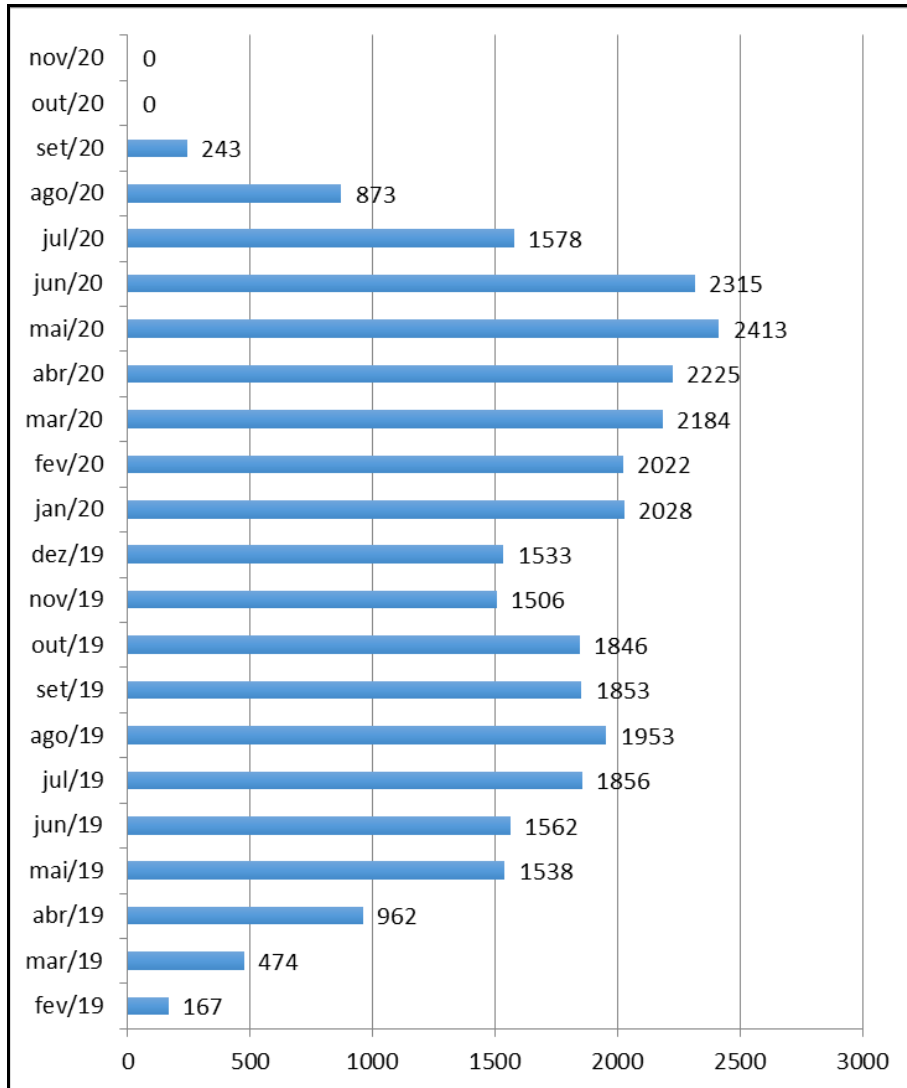


Figura 2.2.4.5-4 - Mão de Obra Direta (Total por meses)

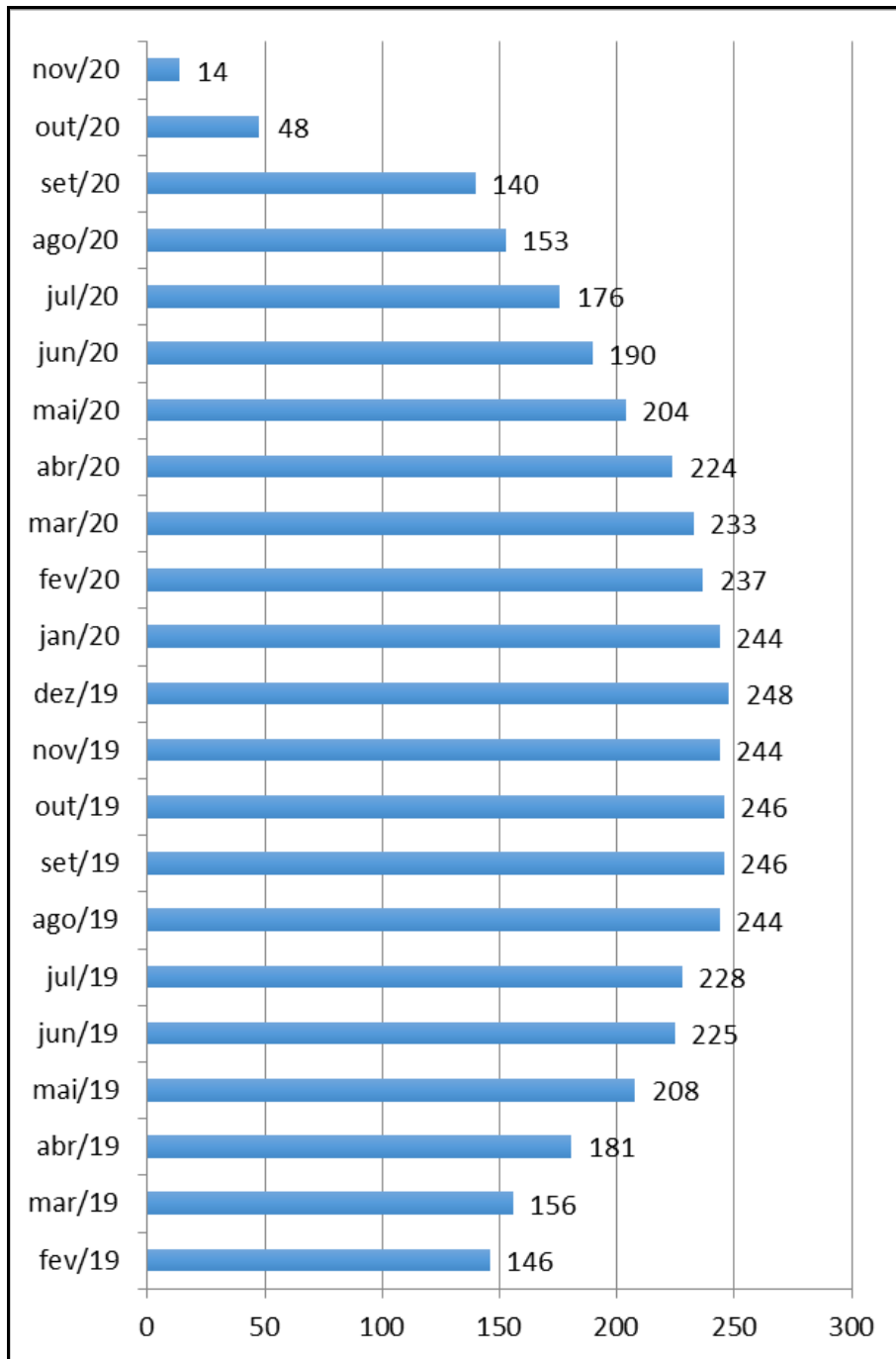


Figura 2.2.4.5-5 - Mão de Obra Indireta (Total por meses)

A estimativa de mão de obra a ser contratada para a implantação da LT chega ao máximo de 248 trabalhadores indiretos e 2.415 trabalhadores diretos. Desse montante, 1.006 são vagas destinadas à trabalhadores sem especialização (máximo de 49 ajudantes contratados de forma indireta em dezembro de 2019 e 957 de maneira direta em maio de 2020). O restante da mão de obra a ser contratada é do tipo especializada, em funções de diversos níveis, desde oficiais/motoristas à coordenadores (funções estas que exigem um grau maior de especialização). Contudo, é importante destacar que um mesmo trabalhador que atua em uma atividade, pode vir a exercer outro serviço em etapa diferente. A mobilização e a desmobilização de mão de obra será realizada de forma gradativa, dependendo das etapas da implantação.

Para a formação da equipe de trabalhadores não especializados, dar-se-á prioridade a contratação de mão de obra local, visando minimizar a instalação de trabalhadores oriundos de outras localidades na região do empreendimento.

Os trabalhadores especializados, principalmente os cargos de confiança, são empregados fixos das construtoras, e serão trazidos para as frentes de obras independentemente de sua região de origem. Portanto, não está prevista a contratação de mão de obra qualificada local.

Pode-se estimar, portanto, que, diante do cenário do nível de instrução da população da área de estudo e das especificidades da mão de obra demandada pelo empreendimento, de modo geral, a disponibilidade de mão de obra para o empreendimento é restrita a funções que não exijam alto grau de qualificação técnica ou específica, como serventes, ajudantes, motoristas, dentre outras.

É importante destacar que ao longo da Área de Estudo Local (AEL), foram constadas poucas possibilidades de geração de trabalho e renda e altos índices de desemprego em toda a AEL.

2.2.4.5.5 - Aspectos Econômicos na Área de Estudo Local (AEL)

2.2.4.5.5.1 - Formas de organização e estrutura produtiva

Este item aborda as formas por meio das quais a população da Área de Estudo Local (AEL) se organiza para produzir os recursos necessários à sua sobrevivência, apontando-se aspectos centrais sobre a economia na AEL. Em termos gerais a Área de Estudo Local é predominantemente rural, sob a gestão de pequenos produtores, com base na criação de gado leiteiro e de corte e na agricultura de subsistência e comercial. Ademais, a composição da renda das famílias dos povoados identificados tem, para além das atividades supracitadas, nas aposentadorias e no recebimento do benefício Bolsa Família fatores de suma importância, quando não únicas alternativas. Dos que sobrevivem da pequena produção agrícola, boa

parte é voltada para o consumo doméstico e, quando há o excedente, geralmente ocorre a venda em feiras livres nas sedes municipais.

A organização produtiva em toda região atravessada pela AEL da LT gira em torno das diferentes formas de estruturação da agricultura familiar, o que tem forte influência sobre as formas de acesso à terra e ao perfil dos povoados em que estão inseridos. O que se observa em toda AEL é que a organização central da agricultura ocorre em cada núcleo familiar, passando pela força de trabalho de cada família e pela extensão de terras em que elas possuem para trabalhar. No que se refere à organização comunitária, mesmo quando ocorrem mutirões e parcelamento das áreas comuns, cada família é dona de sua parte da produção, mesmo quando outras famílias apoiam algumas etapas dessa produção.

No entanto, as dinâmicas econômicas das localidades identificadas vão se diferenciando ao longo da Área de Estudo Local (AEL), especialmente em função do acesso à água, notadamente mais escasso de Montes Claros (MG) a Caetité (BA).

Em termos gerais, de Presidente Juscelino (MG) a Juramento (MG) – trechos 1, 2 e 3 - a economia é centrada na pecuária leiteira e de corte, com áreas de agricultura irrigada (principalmente fruticultura) e plantações de eucalipto, direcionadas majoritariamente para a comercialização, além de pequenas plantações e criações de animais voltadas à subsistência, com venda de excedentes.

De modo geral, são famílias que vivem da venda da carne e do leite e seus derivados para os mercados da região. O gado de corte, geralmente, é vendido para frigoríficos nas sedes dos municípios. Vale destacar, que nesses trechos a criação de gado leiteiro e o plantio irrigado de gêneros alimentícios são significativamente mais expressivos, visto que com melhor acesso à água é possível produzir alimentos e ração para os animais com sistemas de irrigação. É importante ressaltar que a pecuária é uma atividade que tem menos capacidade de absorver mão de obra, desta forma, a renda é complementada por aposentadorias, diárias em fazendas da região, faxinas, Programa Bolsa família e serviços. Os trabalhos como vaqueiro e caseiro, nas fazendas, geralmente, são exercidos com carteira assinada. Para os pequenos produtores, os meios de vida se complementam com a plantação de gêneros alimentícios e criação de animais de pequeno porte (suínos e aves) para consumo doméstico e venda de excedente (quando possível), assim como com a renda do Bolsa Família e das aposentadorias.

De Montes Claros a Caetité – trechos 4, 5, 6, 7 e 8 - a economia é caracterizada essencialmente pela pequena produção agrícola e criação de animais, voltadas para o consumo doméstico e com excedente (quando há) vendido em feiras livres nas sedes municipais, contudo, há algumas áreas de produção

agrícola e pecuária de pequeno porte e grandes fazendas de criação de gado de corte e leiteiro e de fruticultura, voltadas para a comercialização.

Observou-se que a escassez de chuvas, notadamente a partir de Montes Claros em direção à Bahia, compromete a produção, a criação animal e a subsistência das famílias de pequenos produtores em algumas localidades nesses municípios. Somente em algumas áreas, na maioria das vezes de grandes proprietários rurais, as produções são mantidas de forma ininterrupta, já que estes possuem recursos financeiros para irrigar a plantação. Em Montes Claros a pecuária, com criação de gado de corte e leiteiro ainda se constitui como principal característica. Nos outros municípios, identificaram-se algumas pequenas criações de gado e produções agrícolas, especialmente voltadas para a subsistência. Em sua maioria, há forte dependência dos programas de transferência de renda e de aposentadoria dos idosos para a geração de renda nas localidades visitadas, além de trabalhos como diaristas em fazendas da região, faxinas e serviços.

A mão de obra familiar no trabalho rural é a principal forma de organização da estrutura produtiva na Área de Estudo Local (AEL). Embora, a organização da mão de obra na AEL seja majoritariamente familiar, há nas fazendas de gado de corte e de leite e de fruticultura irrigada o pagamento de diárias de trabalho e assalariamento de trabalhadores. Nos eucaliptais, os trabalhadores rurais recebem por diária de trabalho. O trabalho assalariado ou de diarista é muito comum e depende da atividade, do local e da sazonalidade da produção. São muitas as propriedades de médio ou grande portes. O regime de diárias é base do sustento de muitas famílias de trabalhadores rurais. As atividades que geram trabalho assalariado não são tão comuns na AEL, ocorrendo, principalmente no trabalho como vaqueiro, administrador, capataz das fazendas de gado no entorno dos povoados. A renda advinda do Programa Bolsa Família e da aposentadoria dos mais velhos mostrou-se fundamental para a manutenção das famílias de pequenos produtores, especialmente nas áreas mais atingidas pela seca.

As organizações sociais, como Associações de produtores e de moradores, são de suma importância para o processo produtivo, principalmente na gestão da água e beneficiamento do leite e conseqüente distribuição não só para as residências como para a produção. Observou-se uma enorme carência na formação de cooperativas e baixo índice de sindicalização.

O comércio existente não é de grande porte, ocorrendo principalmente nas sedes municipais. O funcionalismo público e o comércio mostram-se importantes como fontes de emprego e renda. As sedes municipais, a maioria de pequeno porte, mantêm uma economia de pequenos comércios e serviços públicos, aquecidos pelas políticas de distribuição de renda para a população.

Em geral, a maioria das localidades da AEL não apresenta uma economia desenvolvida de exploração de recursos naturais ou de manufatura, contudo, há atividades de empresas, como de minério, geração de energia, turismo e lazer.

2.2.4.5.5.2 - Atividades produtivas na AEL

Horticultura e Criações de suínos e aves

As hortas e a criações de animais representam atividades que estão presentes em toda a AEL e são praticadas pela grande maioria das famílias de pequenos agricultores rurais. Estas atividades representam complementação alimentar e, às vezes, uma renda extra quando a produção ultrapassa a faixa de consumo, podendo assim ser vendida em feiras e mercados locais. As plantações para subsistência são uma realidade em toda zona rural percorrida.

Os principais produtos são leguminosas e hortaliças, sempre cultivados no período das chuvas, ou em áreas próximas à rios ou com irrigação (mais comum entre famílias com maior poder aquisitivo), tais como abóbora, melancia, laranja, mandioca, banana, quiabo e batata. Já a criação de suínos e galináceos ocorre nos quintais e depende do tamanho das propriedades. Quanto às criações, o porco e a galinha são comuns em praticamente todos os quintais nas pequenas propriedades na AEL, sendo fácil vê-los andando pelas ruas e povoados. Essas criações são de grande importância no dia a dia das famílias, pois além de ser mais fácil de criar, são complementos da alimentação cotidiana. Identificou-se, também, pequena produção de ovos para a venda de possível excedente, como nos povoados Retiro da Gameleira e Serra do Gonçalves, em Presidente Juscelino, onde os ovos são vendidos na sede municipal. No distrito de Rodeador (Monjolos), área da antiga fazenda Forquilha, a produção local é de subsistência de hortaliças, frutas (maracujá, banana), pimenta e frango. Em Gouveia, a produção de subsistência baseia-se no cultivo de hortas e criação de galinhas. A renda das famílias é composta, majoritariamente, pela venda de queijo e ovo, além da aposentadoria.



Figura 2.2.4.5-6 - Horta – PA Serrador – Francisco Sá

A produção de hortaliças é presente em Monte Azul, nas localidades de Riacho Seco, Capoeira Grande e Baixão, onde a produção é vendida em feiras do município. Em São Pedro, Barro Vermelho, Lagoinha, Santo Antônio, Várzea da Pedra e Canabrava (Espinosa), beneficiadas pela Represa Barragem do Estreito, a produção é de subsistência. O cultivo de hortaliças em Pindaí se dá, especialmente, na localidade de Mato Grosso, onde a produção é vendida nas feiras em Guanambi. Vale ressaltar que, ainda que esta seja a principal fonte de renda da localidade, a população jovem de Mato Grosso, sobretudo, a masculina, é quase que totalmente absorvida nas atividades sazonais, nos períodos de corte da cana de açúcar no interior de São Paulo e colheita do café no Sul de Minas Gerais, tendência esta marcante também nas localidades de Morro do Pindaí, Paus Pretos (Pindaí) e Agreste/Fazenda Boa Esperança (Urandi). Em Morrinhos o cultivo do tomate e hortifrutigranjeiros ocorre em menor escala. Geralmente, a produção é comercializada por meio de atravessadores do próprio município de Guanambi.

Agricultura

Na localidade Mocambo (Augusto de Lima), o plantio de mandioca é uma das principais atividades produtivas locais, como também a produção de subsistência de hortaliças (irrigada), feijão, milho, abóbora, quiabo e criação de galinhas. Em Malhada Alta, planta-se abóbora, melancia, laranja, mandioca e comercializa-se em restaurantes, no hortifruti de Augusto de Lima e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Em Conceição de Teixeira (Augusto de Lima), a produção local é de hortaliças (mandioca, quiabo, abóbora) para abastecimento da Central de Abastecimento do Estado (CEASA) em Belo Horizonte e para subsistência, além de criação de galinha para consumo. Na Vila Santa Bárbara a produção local de mandioca e hortaliças é vendida para o resort Águas de Santa Bárbara. Em Buenópolis, nos povoados Salobo, Venturino e Pé de Serra há cultivos irrigados de quiabo e abóbora. A produção local é para subsistência e para venda na feira de Buenópolis.

Foram identificadas agricultura irrigada nas localidades Lagoinha, no P.A. Final Feliz (Joaquim Felício) e no P.A. Betinho (com exceção da Barragem do Bambu) (Bocaiúva). A proximidade destas localidades à rede hidrográfica (rios, córregos e ribeirões possibilita que alguns assentados e moradores de áreas rurais canalizem a água que vem da serra, por gravidade, ou utilizam poço artesiano especificamente para as plantações, conforme foi relatado em Lagoa Grande. A produção hortifrutigranjeira, com plantações de mandioca, abóbora, milho, feijão, verduras e a criação de galinhas, é vendida nos polos locais e regionais dos povoados identificados. Vale destacar que, nas áreas de fazenda de gado leiteiro, a plantação de sorgo é irrigada e direcionada à alimentação do gado.

No PA Betinho, no assentamento Barragem do Bambu (Bocaiúva) a produção local é para subsistência e venda. A principal atividade produtiva existente é baseada na agricultura (alface, cebolinha, requeijão e coentro) e os produtos são vendidos em Bocaiúva. Parte da população é aposentada, e outra beneficiada pelo programa Bolsa Família, porém, várias bolsas foram cortadas, e o restante encontra-se desempregada. No Assentamento Triunfo, a criação de equinos e a agricultura para subsistência e comercialização do excedente são as principais fontes de renda. A produção local em PA Betinho - Poço do Bento é baseada no cultivo de mandioca, cana, milho, abóbora e feijão, onde apresenta alguns plantios com irrigação, e a criação de galinhas para subsistência.

No PA Betinho - Angico, a produção local é de subsistência e para venda local. Com o fim da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em 2013, devido ao desvio de merenda, a venda da produção agrícola ficou prejudicada. No PA Betinho - Lagoa Grande, a base da renda é oriunda da agricultura irrigada e da pecuária leiteira, em que alguns assentados possuem poços artesanais especificamente para as atividades produtivas. No PA Betinho - Barragem do Bambu, a produção local é de subsistência, onde há produção de milho, feijão, mandioca e cana. No PA Betinho - Riachinho, é praticada a agricultura irrigada das hortaliças para consumo próprio e venda local.

No PA Final Feliz há plantações de abóbora japonesa, hortaliças e verduras, vendidas na feira livre de Joaquim Felício, assim como para os turistas do circuito eco turístico. Alguns moradores do povoado Picadinha, na margem da BR-135, trabalham por diária nas plantações neste PA, outros são aposentados, servidores da prefeitura ou atuam no comércio local (borracharia), além do auxílio do Programa Bolsa Família.

Na região da Fazenda Barreiro Grande, 8 famílias possui tanque de resfriamento próprios para beneficiamento do leite. Há, ainda, na região, a Associação do Brejo da Sedeia, área de sítios, que, também, produz leite beneficiado, sendo o principal comprador da região a Itambé. Outros moradores são aposentados, e tiveram queda na renda familiar, com o corte do Programa Bolsa Família, que atingiu parte das famílias da localidade, e os demais trabalham em Buenópolis.

A Fazenda Bhavnagar, latifúndio de gado nelore, possui mais de 2000 ha de extensão e promove leilões e feiras de rebanho bovino. O Leilão Elo do Norte é tradicionalmente realizado na Fazenda Bhavnagar, com chancela do Programa de Melhoramento Genético de Zebuínos (PMGZ). Na fazenda existem casas para os funcionários, cerca de 30 trabalhadores de Engenheiro Dolabela, contratados via CLT. A fazenda Bhavnagar é parte do grupo Fazenda Poções - Agro Pastoril dos Poções e Participação Limitada.



**Figura 2.2.4.5-7 - Plantação de milho –
Povoado Laranjal – Montes Claros**



**Figura 2.2.4.5-8 - Plantação de
cana de açúcar - Bocaiúva**

Nos povoados identificados em Guaraciama é praticada a agricultura irrigada com plantio de milho e feijão, para consumo doméstico e animal. Em Glaucilândia identificou-se lavoura irrigada de milho feijão, cana de açúcar, mandioca, além de hortas comunitárias. Em Glaucilândia e Bocaiúva a produção agrícola é vendida para as companhias de Alimentos dos municípios – CONAB e CONAG. Nas localidades identificadas em Engenheiro Navarro observou-se a expansão da agricultura irrigada com plantio de feijão, milho, fava, abóbora, mandioca e quiabo. A fonte de água para desenvolvimento das atividades produtivas é feita através de poços artesianos, em calhas de captação de água da chuva e carros pipa da Prefeitura que abastecem as caixas d'água do Programa Água para Todos.

A maioria da população identificada é de trabalhadores rurais. Em Bocaiúva, no PA Professor Mazan, por exemplo, planta-se alface, couve, cebola, abóbora, berinjela e jiló. No local há um banco de sementes, que são vendidas para cooperativa do Rio Grande do Sul.

Entre Bocaiúva e Juramento a agricultura em pequena escala, com plantio de milho, feijão e cana-de-açúcar, é voltada para a alimentação animal e doméstica, e é desenvolvida com mão de obra familiar. O acesso à água se dá através de poços artesianos, o que limita a produção agrícola. Apenas, no Projeto de Assentamento Serrador, em Francisco Sá, foi identificado plantio com irrigação e gotejamento. Na maioria dos casos a gestão da água é feita pelas associações de moradores. Vale destacar, que o Programa Água

Para Todos e o Projeto de Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) são os responsáveis pela distribuição de caixas d'água que são abastecidas por poços artesianos, água da chuva e por carros pipa.

Em Juramento, a captação da água dos rios Juramento e Saracura, com o apoio do Programa Água para Todos e do Projeto de Articulação do Semiárido (ASA), possibilitou o plantio irrigado de milho, sorgo, feijão e cana-de-açúcar, pimenta, verduras e quiabo, com mão de obra familiar, voltado para a alimentação animal e doméstica e venda para a Central de Abastecimento do Norte de Minas (CEANORTE).

Entre Juramento e Francisco Sá o perfil produtivo muda conforme o maior acesso à água. Quanto mais ao sul e mais próximo às serras da região, aumento o acesso à água dos povoados existente, seja através de poços artesianos, carros pipa da prefeitura, seja por captação da água da chuva e a captação da água dos rios Juramento e Saracura, com o apoio do Programa Água para Todos e do Projeto de Articulação do Semiárido (ASA). Também, há distribuição de água pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA).

Em Francisco Sá, Capitão Enéias e Janaúba/MG apesar da existência do projeto de irrigação (através da Barragem Bico da Pedra que represou o rio Gorutuba), somente os grandes proprietários rurais conseguem manter suas produções devido ao alto custo desse processo. Os pequenos produtores rurais, como ainda são afetados pelas secas – que há cinco anos prejudicam suas produções de milho, feijão, arroz, sorgo e algodão – dependem principalmente dos programas de transferência de renda e de aposentadoria dos idosos, como ocorre nas localidades de Barroquinha, Jataí e Poços de Santa Cruz. Quando há o cultivo, principalmente, de arroz, feijão, milho e sorgo, este é prioritariamente para a subsistência das famílias e para alimentação do gado leiteiro, que produz leite também para consumo das famílias. A produção de algodão, antes comercializada, foi afetada pelas secas e pela infestação da praga do “bicudo”.

Em Francisco Sá, nas localidades Matos, Jacará II, Arrozi e Coqueirinho, grande parte dos moradores tem como renda, as diárias de trabalho em fazendas. Contudo, mesmo recebendo benefícios sociais como o Bolsa Família e aposentadoria, muitos núcleos familiares cultivam alimentos como feijão e banana, ou criam aves para subsistência. Alguns cultivam sorgo, milho e capim para alimentação animal, como ocorre nas localidades de Boa Esperança, Arrozi e Coqueirinho. Pela baixa oferta e remuneração em fazendas e a impossibilidade de viver de suas próprias lavouras, muitos, especialmente os jovens, têm buscado oportunidades de trabalho nas cidades, tanto no comércio, quanto nos órgãos públicos municipais. Outros buscam no trabalho sazonal de corte de cana em São Paulo alternativas de sustento de suas famílias, como relatado em Junco.

Na área rural de Janaúba, há uma maior capacidade de mobilização das comunidades, especialmente dos produtores que se organizam para manter suas produções e assim comercializá-las, como em Pajeú II. Nessas localidades os pequenos produtores destinam a sua produção de alimentos, como pepino, banana, cenoura, beterraba, quiabo, maxixe e cebola para o Banco de Alimentos de Janaúba, programa mantido pela prefeitura que compra a produção desses pequenos produtores rurais e distribui para as escolas municipais.

Nos municípios de Nova Porteirinha, Porteirinha, Pai Pedro e Catuti a situação é ainda mais sensível no que diz respeito às formas de obtenção de renda, uma vez que a seca afetou essa área de forma, ainda, mais intensa do que o trecho anterior, com exceção das localidades de Paraguaçu (Nova Porteirinha), Ilha do Getúlio (Nova Porteirinha), Canabrava (Porteirinha) e Salinas (Pai Pedro), que situam-se no perímetro de irrigação de Gorutuba, e que ainda mantém o cultivo do milho, mandioca, arroz e feijão e produzem leite para subsistência.

Os poucos produtores rurais que cultivam milho, capim, sorgo, mandioca e feijão e produzem leite, o fazem também para subsistência. A renda das famílias nesse trecho, depende principalmente, da aposentadoria dos mais velhos (que sustentam seus núcleos familiares); de serviços na cidade, como na localidade de Mulungu; e do trabalho sazonal na colheita do café ou no corte da cana em São Paulo, Mato Grosso e no sul de Minas Gerais, como ocorre em Barreiro Dantas.

No município de Catuti, além do relato acerca do trabalho no setor de serviços e na prefeitura, foi informada a presença do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Governo Federal, que promove o acesso à alimentação, por intermédio do incentivo a agricultura familiar, com a compra de alimentos produzidos pelos pequenos produtores, destinando-os para famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

A aposentadoria e o programa Bolsa Família são as principais fontes de renda para muitas famílias situadas nas localidades de Mato Verde, Monte Azul, Mamonas e Espinosa/MG. O cenário é mais alarmante em Mato Verde: das localidades visitadas, Vila Cristino, Volta do Morro e Ferraz não há produção sequer para subsistência, restando para os mais jovens a atividade sazonal no interior de São Paulo e sul de Minas Gerais, na colheita do café e cana de açúcar. Apenas, a localidade de Fazenda da Barra produz poucos gêneros alimentícios como milho, sorgo e a criação de porcos e galinhas, mas é raro haver excedente suficiente para a comercialização. Quando isso ocorre, esses núcleos familiares vendem em feiras livres na sede municipal de Mato Verde.

Em Monte Azul, as localidades de Pajeú de Cima, Bicas, Lagoa Comprida, Landinho, Ramalhudo, Riacho Quente, Junco, Rebentão, Lagoinha, Barreiro Grande e Picada sobrevivem basicamente da produção de gêneros agrícolas para o consumo, como feijão e milho, tendo como única alternativa o Bolsa Família e a aposentadoria dos mais velhos. Segundo os moradores de Bicas, Riacho Quente e Rebentão, a localidade não produz “praticamente nada” desde 2011, em decorrência da seca. O cultivo do algodão, também, foi paralisado em função da infestação da praga do “bicudo do algodoeiro”.

As políticas de transferência de renda e as aposentadorias é marcante, também, em Espinosa. Nesse cenário, as famílias sobrevivem graças a irrigação via Represa Barragem do Estreito, a produção do milho e feijão em Raposa do Rio Verde, Lagoa do Morro, Lagoa da Tapera e Lagoa do Marruais, onde o excedente é vendido diretamente para mercados na sede municipal. São Pedro, Barro Vermelho, Lagoinha, Santo Antônio, Várzea da Pedra e Canabrava, ainda que as localidades sejam beneficiadas pela represa, a produção é, apenas, para subsistência.

Os efeitos da seca, também, são bem marcantes nas localidades situadas no território baiano, especialmente nos municípios de Urandi e Pindaí. Em muitas localidades como Pedra Aguda, Cachoeira, Salinas, em Urandi, e Paus Pretos e Lagoa do Curral, em Pindaí, não se produz mais nenhum gênero alimentício. A Bolsa Safra foi relatada apenas na localidade de Pedra Aguda (Urandi) e, ainda, para poucos produtores rurais. A produção de algodão nas localidades de Pedra Aguda e Riachão, em Urandi, também cessou em função da infestação do “bicudo”.

Em Agreste/Fazenda Boa Esperança (Urandi) há o cultivo do sorgo para ração do gado e, quando há excedente, este é vendido para atravessadores de Urandi e produtores rurais da região. Do feijão e milho, assim como relatam os moradores de Fazenda Água Verde, *“só sobrevive quem tem poço artesiano”*.

Nas localidades de Pindaí como Furado Fundo, Lagoa de Dominginhos, Fazenda Jacu, Lagoa do Curral, Tanque, Fazenda Tanquinho e Pedra Ladeira, o cultivo do feijão e milho é apenas para subsistência. Em Lagoa Velha, mesmo com o auxílio da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Pequeno Morro, a produção não é suficiente para comercializar.

Nas localidades de Lagoa da Pedra de João Cotrim, Fazenda Tambori, Ceraíma, Fazenda Lagoa Suja e Barro Vermelho, situadas no município de Guanambi, a agricultura também é representativa. Nestas regiões é comum o plantio de abóbora, tomate, feijão, maxixe, repolho, manga, banana, aipim, alface, cheiro verde, couve e beterraba. Geralmente, cada núcleo familiar vende a sua produção em supermercados ou diretamente nas feiras de Guanambi e Caetité. A seca assola localidades como Curral

de Varas e Lagoa Dantas/Lage do Sapato (em Guanambi), restando como principal fonte de renda a aposentadoria dos mais velhos e o benefício do programa Bolsa Família.

Pecuária

A pecuária, com criação de gado de corte e leiteiro é uma das principais atividades econômicas na AEL. De modo geral, são famílias que vivem da venda da carne e do leite e seus derivados para os mercados de cada região; ou que tem nos trabalhos como vaqueiros e caseiros nas fazendas, geralmente exercidos com carteira assinada, seus meios de aferir renda.



Figura 2.2.4.5-9 - Criação de gado - Baixa da Colônia (Janaúba/MG)



Figura 2.2.4.5-10 - Criação de gado - Quilombinho (Francisco Sá/MG)

Em Monjolos, Santo Hipólito, Augusto de Lima e Buenópolis notou-se a forte presença da pecuária leiteira, com destaque para a produção de leite beneficiado em tanques de resfriamento, voltados a venda para a indústria Itambé Laticínios. De acordo com os relatos há fornecedores de leite para a empresa nas seguintes localidades: Distrito Quebra Pé, Monjolos sede (Monjolos), Caquende, Distrito Senhora da Glória, Santa Cruz (Santo Hipólito), Malha Alta, Poções, Sumidouro, Cafundó dos Currais, Vila Santa Bárbara, Conceição de Teixeira/Saúde (Augusto de Lima), Salobo e Venturino (Buenópolis). A escala produtiva para o fornecimento de leite é elevada, pois são exigidos 100 litros diários de cada tanque de resfriamento.

Grande parte do leite fornecido para a indústria de laticínios vem da pecuária leiteira de base familiar. Os produtores rurais que trabalham com a mão de obra familiar nessas localidades se organizam em Associações Produtivas Rurais, compartilham tanques e, desta forma, conseguem atingir a capacidade exigida para o fornecimento. Além da produção de leite dos pequenos produtores familiares, na região há grandes fazendas de gado leiteiro e de corte.

Em Presidente Juscelino, os povoados Retiro da Gameleira e Serra do Gonçalves produzem queijo e requeijão e vendem na sede municipal. Na Fazenda Tamburiu/Fazenda Passageiro (Monjolos), a principal atividade econômica é a criação de gado leiteiro, e muitos trabalham sob regime de diárias nas fazendas da região. A renda dos aposentados e dos beneficiários do Bolsa família incrementa os ganhos mensais das famílias. A produção de leite do distrito Senhora da Glória é comercializada junto as empresas Itambé e Serra Verde, de Sete Lagoas/MG. Em Gouveia, nos povoados Fazenda Estaboca e Mangabeira destaca-se a criação de gado e produção de leite. A principal atividade produtiva local em Monjolos é criação de gado leiteiro, desenvolvida em latifúndios. As principais atividades remuneradas na região são: vaqueiros, roçador de pasto sendo alguns contratados sob o regime de carteira assinada, beneficiários do programa Bolsa Família e aposentados.

Na localidade Malha Alta em Augusto de Lima, a produção de leite é de cerca de 2.000 litros mensais. Diferentemente das demais localidades, os produtores rurais que trabalham com a mão de obra familiar não comercializam para indústria Itambé, porque a escala de produção demandada é de 100 litros diários e os produtores locais não atingem essa meta. Eles vendem o leite nas fazendas do entorno, que o beneficiam e vendem para a empresa. Além do gado leiteiro e do roçado, aferem renda com o trabalho de diária (cerca de 50 reais) nas fazendas, como na Fazenda Poções. Em Poções, Sumidouro, Mangal, Cafundó dos Currais e Cafundó os criadores de gado de leite produzem para a Itambé, e os de gado de corte produzem para os frigoríficos da região. Os produtores de leite possuem 1 (um) tanque de resfriamento, e alguns produtores vendem gado nelore. Em relação à fonte de renda da população, existem fazendas na região onde as diárias pagas giram em torno de 50 reais; aposentados e Bolsa Família. Na Vila Santa Bárbara, Augusto de Lima, existe uma cooperativa que possui resfriador de leite e que vende a produção para Itambé Laticínios.

Em Buenópolis, o povoado Salobo, Venturino e Pé de Serra a principal atividade produtiva local é a criação de gado de leite, com a venda de queijo e requeijão na feira do município.

No PA Betinho - Poço do Bento, a principal fonte de renda da população local é o trabalho temporário, com base em diárias nas fazendas locais, como a Fazenda Santo Antônio de gado leiteiro; e a Fazenda Ouro Verde, que produz café e pimenta do reino para exportação, e possui alguns trabalhadores com carteira assinada. No PA Betinho – Riachinho, a produção de leite também encontra-se voltada para a venda. No PA Final Feliz, existem 6 (seis) taques resfriadores para o beneficiamento do leite que é vendido para a Itambé Laticínios e criação de gado de corte. No distrito de Engenheiro Dolabela (Bocaiuva), a agricultura local é de subsistência e há venda de produtos da agricultura e de gado. O trabalho na

Fazenda Ouro Verde (latifúndio de gado leiteiro) constitui-se em fonte de geração de renda. Ao longo dos trechos 1 e 2 foram citadas a existência de fazendas (sem nome declarado) de gado leiteiro nelore e gir.

Nos povoados identificados em Guaraciama, há criação de gado corte e leiteiro, base da economia local. Em Glauclândia, esta atividade econômica também é importante como fonte de renda da população rural. A renda é complementada por Bolsa Família, aposentadoria, venda de queijo e requeijão. Nas localidades identificadas em Engenheiro Navarro a criação de gado leiteiro destaca-se como principal atividade produtiva.

Em Francisco Sá, em consequência da extrema seca na região, esta atividade encontra-se reduzida, pois sem chuva não há como plantar alimento para o gado. O gado de corte, geralmente, é vendido para frigoríficos nas sedes dos municípios. Vale destacar que de Juramento a Monjolos, há um significativo aumento na criação do gado leiteiro, visto que com melhor acesso à água é possível produzir ração para os animais com sistemas de irrigação, escassos no trecho anterior em função da seca.

Em Riacho dos Carneiros e Barreira do Totó (Francisco Sá) há presença de fazendas de gado, tanto para corte como leiteiro, como as Fazendas Tailândia, Europa, Napa, Ipatinga, São Luiz, Roque, Boa Fé, Hollywood, Acapulco, dentre outras. As fazendas que conseguem irrigar seus cultivos, mantêm sua produção mediante a comercialização do gado de corte, como ocorre na localidade de Arrozi, cujos fazendeiros realizam leilões em Francisco Sá, atraindo compradores de diversos lugares do país. No entanto, algumas fazendas comercializam leite e queijo, já que houve uma redução da produção de alimentos para o gado em função da seca, como se observou na Fazenda Lagoa Nova e na localidade de Jacará II, onde há a venda indireta do leite para a Nestlé, em Montes Claros. Observou-se, também, na região propriedades rurais dedicadas à criação de cavalos, como a Fazenda Cometa (cavalos manga larga) e Estância Shangrilá.

Em Janáuba, também, há a presença da atividade pecuária, tanto de corte, quanto leiteira, com a venda para empresas em Jataí e Janaúba, como ocorre nas localidades de Baixa da Colônia e Jataí, respectivamente.



Figura 2.2.4.5-11 - Gado em Baixa da Colônia (Janaúba/MG)

Na localidade de Canabrava, em Porteirinha, há a atividade de produção de leite e queijo. Há produção leiteira em Monte Azul, nas localidades de Pajeú, Barreiro do Mato, Barreiro da Cruz e, também, no município de Mamonas nas localidades de Urubu e Mimoso, onde se constitui como principal fonte de renda dos núcleos familiares. O escoamento da produção de Pajeú destina-se as próprias queijarias da localidade e a venda do gado para frigoríficos dos estados do Mato Grosso e Bahia. Já em Barreiro da Cruz e Barreiro do Mato, a produção de leite é vendida para queijaria na localidade de Rio Abaixo, situada, também, no município de Monte Azul.

Há produção leiteira também em Pedreira, Mato Verde, onde há, apenas, o escoamento do leite para uma fábrica de queijo situada na própria localidade ou venda para cooperativa local.

A produção leiteira está presente em Fazenda Bananeira (localidade com apenas 4 famílias situada no município de Urandi) com a produção de leite, quase que inexpressiva, para uma fábrica de queijos em Urandi.

A pecuária leiteira é muito forte em Candiba e Caetité. A maior parte das localidades sobrevive do que produz. Na localidade de Pirajá, constituída por 800 pessoas onde cada núcleo familiar possui uma propriedade média de 1000 hectares, a produção do leite é escoada em sua totalidade para a empresa Laticínios Bonfim, em Guanambi. Já em Pinheiros (Candiba), ainda que, uma minoria dos núcleos familiares seja contemplada pelo programa Bolsa Família, a maioria dos núcleos familiares sobrevivem do gado leiteiro, vendendo a produção para a cooperativa de laticínios de Guanambi. Pilões (Candiba) vivia

da produção de feijão, milho, mandioca e sorgo antes da seca que assola a região desde 2011. Atualmente, a localidade possui uma associação denominada Associação de Pequenos Produtores Rurais de Pilões, que presta assessoria para a obtenção do crédito rural junto à EMATER, no intuito de dinamizar a produção leiteira. A maior parte dos produtores rurais de Pilões comercializa o leite para produtores de queijo de Candiba, diretamente para a empresa de laticínios Candibom e para as feiras em Guanambi.

Fruticultura



Figura 2.2.4.5-12 - Fruticultura Irrigada – Povoado Campo Limpo – Engenheiro Navarro

Nos Povoados Vargem Formosa (Bocaiuva/MG) e Campo Limpo (Engenheiro Navarro/MG), o acesso à água possibilitou a introdução e o desenvolvimento da fruticultura, com plantio de abacaxi, goiaba, coco, maxixe e tangerina, para venda para a empresa Frutas Formosa, para São Paulo e para feiras livres.

Forte na área de fruticultura, Janaúba/MG dispõe de grandes propriedades rurais representadas por empresas do segmento, como a Brasnica, que produz e comercializa, com a adoção de tecnologia de irrigação, banana, mamão, limão, laranja, manga, dentre outros, na localidade de Mundo Novo. Em Janaúba, encontra-se o Centro de Distribuição Brasnica, que conecta a atividade de fruticultura ao distribuidor e cliente.



Figura 2.2.4.5-13 - Brasnica Frutas Tropicais na localidade Mundo Novo



Figura 2.2.4.5-14 - Fazenda Chaparral – Brasnica Frutas Tropicais



Figura 2.2.4.5-15 - Fruticultura/Bananal em Mundo Novo (Janaúba/MG)

Pesca

A atividade da pesca no rio das Velhas em Santo Hipólito é efetuada por pescadores que não estão associados a uma colônia de pescadores. Utilizam como petrechos de pesca rede de arrastão e molinete e pescam, principalmente, o Curimã e o Dourado. Os moradores das localidades Senhora da Glória e Caquende pescam no rio das Velhas e comercializam o pescado na sede municipal.

Pela proximidade com a Represa Barragem do Estreito, as localidades situadas na AEL no município de Espinosa beneficiam-se da pesca. Em Sussuarana, Serrinha, Lagoa da Romana, Poços, Barreiro Dantas, Paus Pretos, Havana e Santa Marta a atividade é suficiente para a comercialização nas feiras na sede municipal.

Indústria de Transformação (Olarias)

Em Bocaiúva, no Povoado Camilo Prates e no Povoado Curral de Vara, alguns moradores trabalham em olarias, na produção de cerâmica.

Administração Pública e Setor de Comércio e Prestação de Serviços

Na Vila Santa Bárbara, Augusto de Lima existem pequenos comércios, como padaria e mercearia.



Figura 2.2.4.5-16 - Comércio no Povoado Tabocal I - Glaucilândia



Figura 2.2.4.5-17 - Comércio no Povoado Rio Félix II - Guaraciama

Uma fonte de renda importante e muito comum nas pequenas cidades da AEL são os empregos públicos ou no comércio nas cidades. Na zona urbana de Gouveia, em Curimataí (Buenópolis), PA Betinho –Poço do Bento o serviço público e o comércio são os destaques. Em Engenheiro Dolabela (Bocaiúva) as atividades que geram renda são o emprego de professor, Programa Saúde da Família (PSF) e outras atividades da administração pública em geral. Em Monjolos, a administração pública e o comércio, também, ganham destaque como fonte de renda. O nível de desemprego é alto e há relatos de furtos. Segundo informações de campo, após a finalização das obras de implantação da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Serra das Agulhas, as empresas fornecedoras foram embora no final do ano de 2016, alguns trabalhadores das obras, majoritariamente oriundas da Bahia, após a desmobilização, fixaram residência e, atualmente, trabalham como lavradores. No período das obras houve pressão demográfica, especulação imobiliária e inchaço dos serviços e comércio.

Nas sedes municipais de Juramento e Engenheiro Navarro, as rendas ou são originadas das atividades agrícolas, das políticas de transferência de renda ou das funções públicas e de comércio existentes nas sedes municipais. O mesmo ocorre em bairros rurais como o Loteamento Belvedere, em Francisco Sá,

onde os moradores trabalham no comércio, em serviços e como funcionários públicos, em Francisco Sá, e nos distritos como o Distrito de São Norberto, em Engenheiro Navarro. Em Bocaiúva no Povoado Alto Belo, os moradores são funcionários públicos, trabalham no comércio e na prestação de serviços. Os indivíduos residentes na zona rural, que trabalham como funcionários públicos e no comércio, atuam nas unidades escolares e de saúde dos povoados onde residem ou nas sedes municipais. Alguns possuem um comércio local.



Figura 2.2.4.5-18 - Lanchonete – Alto Belo - Bocaiúva



Figura 2.2.4.5-19 - Casa de Carnes Paladar - Bocaiúva

Janaúba, município rico no setor de serviços, absorve a mão de obra de localidades rurais vizinhas, como Mundo Novo, José Faustino, Tirafogo, Pedra Preta e Taquaril, embora, se constituam em empregos informais. O mesmo acontece nas localidades de Catuti, cujos moradores trabalham no serviço público ou em serviços na cidade e em Mulungu (Porteirinha).

Em Vila Angical (Monte Azul) a maioria dos núcleos familiares trabalha no setor de serviços na sede municipal. O mesmo ocorre em Lagoa do Curral, onde trabalhadores realizam “bicos” na sede municipal de Pindaí. Em Pilões (Candiba), a segunda maior fonte de renda referem-se aos empregos no setor de serviços ou no funcionalismo público, em Guanambi.

Vale ressaltar que por ser um município rico no setor de serviços, sobretudo, no comércio, e considerado um centro regional, um expressivo número de moradores das localidades de Candiba, Guanambi e Caetité, também, trabalham na sede municipal de Guanambi.

Turismo e Lazer

Nas localidades sede de Buenópolis, Curimataí (Buenópolis), Vila Santa Bárbara (Augusto de Lima), sede de Santo Hipólito, sede de Monjolos, Rodeador (Monjolos) e Senhora da Glória (Santo Hipólito) os relatos indicam a importância do turismo. Turistas de Montes Claros e de Belo Horizonte durante finais de semana, feriados e alta temporada banham-se nas águas da Serra do Cabral e da Serra do Espinhaço, bem como fazem pedaladas, cavalgadas e caminhada em trilhas.

O município de Monjolos encontra-se na rota da Estrada Real pela Serra do Espinhaço e chega até a cidade de Diamantina. Turistas passeiam pelas cachoeiras, córregos e ribeirões. Há atividade de balneário no rio Pardo, com barracas na praia de rio, área de lazer privativa.

O município de Santo Hipólito, constituído por 3 distritos (sede de Santo Hipólito, Senhora da Glória e Vale Fundo), também, insere-se na rota da Estrada Real. O rio das Velhas é um forte componente na ocupação e atividades produtivas. O distrito Senhora da Glória atrai turistas que visitam a Igreja e pescam no rio.

Na Vila Santa Bárbara, Augusto de Lima, o ecoturismo é uma atividade importante. O local conta com um resort Águas de Santa Bárbara durante todo o ano todo, sendo um balneário frequentado por turistas e moradores de Montes Claros e Belo Horizonte. Vale destacar que, os proprietários do Resort são os mesmos da antiga Fábrica de Tecido Santa Bárbara. O acesso ao balneários é efetuada por uma via vicinal asfaltada, que liga a BR-135 até o resort. Na Vila existe uma cancela e somente mediante identificação o acesso é liberado.

Curimataí, situada na parte montanhosa da Serra do Espinhaço, constitui-se um patrimônio histórico e cultural que atrai turistas de diferentes regiões de Minas Gerais. Famosa pela saga dos tropeiros em busca de diamantes, a cidade atualmente tem no turismo uma de suas bases econômicas.

Vale ressaltar, que de acordo com os entrevistados, a sede municipal de Juramento é uma importante área de lazer local, atraindo turistas durante todo ano. Na cidade de Juramento localiza-se a Serra do Caturí. Seus principais rios são: Verde Grande, Juramento e Saracura, pertencentes geograficamente à Bacia do Rio São Francisco.



Figura 2.2.4.5-20 - Águas da Serra Resort Hotel (Buenópolis/MG)



Figura 2.2.4.5-21 - Vista da praia do Rio Pardo sobre a Ponte do Rio Pardo (Monjolos/MG)



Figura 2.2.4.5-22 - Sede municipal de Juramento



Figura 2.2.4.5-23 - Sede municipal de Juramento

Em virtude da proximidade com a barragem de Bico da Pedra (Janaúba), destacável pela bela paisagem, há uma concentração de sítios e pousadas que são bastante frequentados pelos moradores de Janaúba. No entanto, houve o relato de que desde o período das secas a região sofreu uma baixa em relação às visitas.



Figura 2.2.4.5-24 - Barragem Pico da Pedra – Janaúba/MG



Figura 2.2.4.5-25 - Sítio em Barragem Pico da Pedra – Janaúba/MG

A Cachoeira do Serrado, localizada no município de Porteirinha, é famosa pela sua beleza e um ponto turístico para vários moradores da região. Situada no Parque Estadual Serra Nova, fica a 20 minutos da sede municipal e o principal acesso é pela Rodovia BR-122. Várias pousadas e restaurantes ficam bem próximas ao Parque.

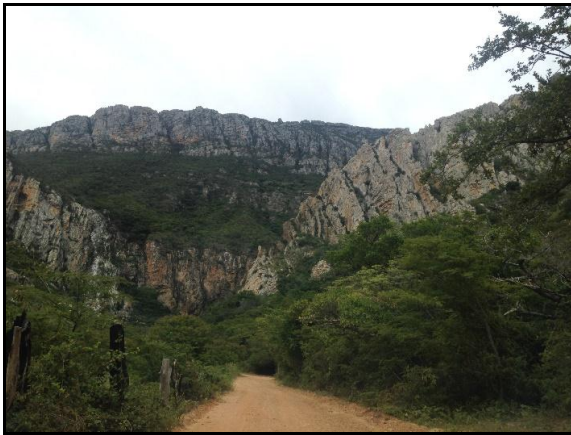


Figura 2.2.4.5-26 - Parque Estadual Serra Nova - Porteirinha

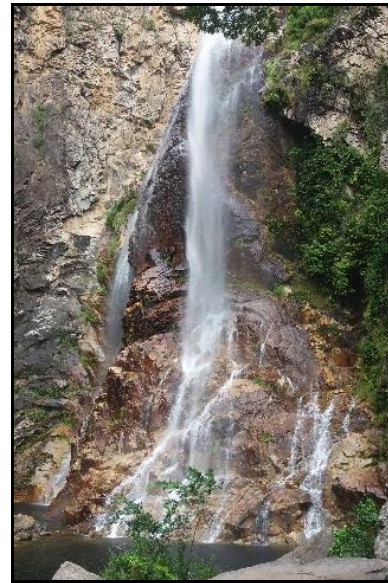


Figura 2.2.4.5-27 - Cachoeira do Serrado - Porteirinha

Localidades tais como Vila Angical, Pedreira, Pajeú de Cima, situadas no município de Monte Azul e Tabuleiro, no município de Monte Azul, têm sido atrativos para proprietários de sítios que utilizam tais territórios como fonte de lazer.

A mesma tendência é observada em Guanambi e Candiba, onde muitas pessoas têm buscado uma vida mais tranquila em localidades como Pilões (Candiba) e Ceraíma, Curral de Varas, Lagoa da Pedra de João Cotrim, em Guanambi. Ceraíma, inclusive, é apontada como uma região com forte potencial para o turismo rural.



Figura 2.2.4.5-28 - Retiro Espiritual Católico de Betânia – Ceraíma/Guanambi.



Figura 2.2.4.5-29 - Turismo Rural em Ceraíma/Guanambi.



Figura 2.2.4.5-30 - Turismo Rural – Ceraíma/Guanambi.



Figura 2.2.4.5-31 - Sítio – Ceraíma/Guanambi.

Extração Vegetal de Eucalipto e Mogno

Em Rodeador, Monjolos (área da antiga fazenda Forquilha), há manejo de mogno e as árvores dos vales são destinadas à venda na cidade de Ipatinga.

No município de Gouveia foi citada a empresa do Grupo Agrocitry Madeiras, empresa de eucalipto tratado, que emprega cerca de 1/4 da população masculina do município nas plantações de eucalipto.

Na vicinal para o Povoado Curimataí é possível avistar uma extensa área de eucaliptos entremeada por áreas de pastagem. Existem eucaliptais, também, próximos a Vila Santa Bárbara (Augusto de Lima) e Rodeador (Monjolos) e entre o distrito de Quebra Pé (Monjolos) e Vale Fundo (Santo Hipólito). Por sua capacidade de adaptação, a espécie está sendo amplamente cultivada na região tanto para produção e comercialização de madeira para usos múltiplos, quanto para reflorestamento do cerrado mineiro.

Na BR-135 há diversos eucaliptais que seguem por quilômetros o percurso na margem da rodovia. Destaca-se área de eucalipto da Fazenda M.S. Colen Pecuária e Eucalipto no município de Joaquim Felício (coordenadas 600720/8039994, Lote 14). A Fazenda M.S. Colen Pecuária e Eucalipto pertence à família Colen. A atual prefeita de Joaquim Felício, Eliana Colen Pimenta, da família Pimenta também é expoente na região, principalmente em Buenópolis.

O plantio de eucalipto também se destaca como importante atividade econômica em Engenheiro Navarro e Bocaiúva. No Povoado Camilo Prates, em Bocaiúva, os moradores vendem mudas de eucalipto. Nestes municípios, com maior acesso a recursos hídricos, há uma grande unidade florestal com plantio e manejo de eucalipto da Empresa Vallourec Tubos do Brasil S.A. O eucalipto é utilizado na siderurgia, e abastece de carvão vegetal, principal fonte de energia renovável, os Altos-Fornos da Usina da empresa. Vale observar, que na altura das coordenadas, 622265,482 /8082598,209, no km 170,67 do Lote 16, a 2077,93 m de distância do empreendimento, há a entrada de uma grande propriedade em Engenheiro Navarro, que é uma Unidade Florestal, com extensa plantação de eucalipto, que se estende até o município de Olhos d'Água, área cercada por fazendas de eucalipto, pertencentes à grandes empresas.

Em Paraguaçu (Nova Porteirinha) há uma área (de propriedade de grandes fazendeiros) de plantio de eucalipto para a venda para empresas do setor madeireiro, que utiliza a irrigação da região para se manter.



Figura 2.2.4.5-32. - Eucaliptal – Povoado Camilo Prates - Bocaiúva



Figura 2.2.4.5-33 - Fazenda Córrego Fundo - Bocaiúva



**Figura 2.2.4.5-34 - Eucaliptal – Vallourec –
Fazenda Olhos d'Água**



**Figura 2.2.4.5-35 - Eucaliptal – Vallourec –
Fazenda Olhos d'Água**

Atividade Industrial

Em Gouveia, na zona rural da Vila Alexandre Mascarenhas atividade econômica de suma importância para a Vila é a mineração. A empresa do Grupo Agrocit Mineração emprega cerca de 1/8 da população masculina da vila.

Em Monjolos a implantação da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Serra das Agulhas apareceu como de impacto à região, pois realizou barragem no Rio Pardo, instalou casa de força na Fazenda Bueno (latifúndio de gado leiteiro que emprega diversos trabalhadores rurais sob o regime de diária), bem como criou uma cadeia de empresas prestadoras de serviço que não se sustentou após a conclusão da obra.

A empresa Itambé Laticínios compra leite beneficiado nas localidades Distrito Quebra Pé, Monjolos sede (Monjolos), Caquende, Distrito Senhora da Glória, Santa Cruz (Santo Hipólito), Malha Alta, Poções, Sumidouro, Cafundó dos Currais, Vila Santa Bárbara, Conceição de Teixeira/Saúde (Augusto de Lima), Salobo, Venturino (Buenópolis). A escala produtiva para o fornecimento de leite é elevada, pois são exigidos 100 litros diários de cada tanque de resfriamento.

No Povoado Cabeceira de Poções, na zona rural de Bocaiúva, foi identificado um alambique com fabricação de cachaça artesanal Cachaça Bocaiana. A empresa conta com apenas três funcionários, que atuam no engarrafamento da bebida. A comercialização é efetuada entre os meses de julho e outubro.



Figura 2.2.4.5-36 - Empresa Cachaça Bocaiana – Povoado Cabeceira de Poções - Bocaiúva

Chama atenção a produção têxtil no município de Espinosa/MG, várias pequenas empresas são responsáveis pelo escoamento de mão de obra feminina, especialmente nas localidades de Sussuarana e Lagoa do Marruais. Segundo Veloso (2016), o município possui 25 pequenas fábricas, também chamadas de "facções", que empregam cerca de 570 pessoas.

Em Urandi, a empresa Sudotex atende os municípios de Urandi e Espinosa, empregando alguns núcleos familiares de Salinas e Agreste/Fazenda Boa Esperança nos serviços de tecelagem e fiação em sua fábrica. Ainda assim, a contratação desses profissionais não altera o quadro de desemprego que é bastante elevado na região. A principal fonte de renda da maioria das localidades investigadas, nos dois municípios, advém das aposentadorias dos mais velhos e do programa Bolsa Família.

Em paralelo às atividade de criação de gado de corte, de leite e agricultura, empresas como o Frigorífico Minerva em Janaúba dinamizam a economia local na realização do abate e da comercialização de gado de corte vendido por grandes proprietários de Baixa da Colônia (Janaúba). Já a empresa Feltrin Sementes realiza a compra de sementes debulhadas de quiabo de produtores rurais de Jacará II (Francisco Sá) para posterior comercialização. Na mesma localidade, a empresa Nestlé atua na compra indireta de leite do gado de pequenos produtores rurais.

Em menor escala, Monte Azul/MG, também, conta com fábrica de queijos, responsável por uma pequena dinâmica local, sobretudo nas localidades de Pajeú, Picada, Lagoa Comprida, Landinho, Barreiro da Cruz, assim como em Pedreira, Mato Verde/MG. A mesma dinâmica ocorre, também, no município de

Urandi/BA com a produção de leite de famílias residentes na localidade de Fazenda Bananeira para a fábrica de queijos em Urandi.

Contudo, o comércio de laticínios ganha maior destaque nos municípios de Candiba, Guanambi e Caetité/BA. No território da AEL, Candiba e Caetité são regiões que vivem da produção de leite. Na localidade de Pirajá a produção do leite é escoada em sua totalidade para a empresa Laticínios Bonfim, em Guanambi. Já em Pinheiros (Candiba), ainda que, uma minoria dos núcleos familiares a renda seja contemplada pelo programa Bolsa Família, a maioria sobrevive do gado leiteiro, vendendo a produção, também, para a cooperativa de laticínios de Guanambi.

Em Pilões (Candiba) a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Pilões auxilia na realização de empréstimos aos pequenos produtores rurais, visando maior dinamização do comércio, cujos principais compradores são os produtores de queijo de Candiba ou a empresa de laticínios Candibom e, em menor escala, o comércio de feiras em Guanambi.

Nos municípios de Urandi, Pindaí, Candiba, Guanambi e Caetité foi relatado o grande potencial energético eólico, com a presença de empreendimentos na região. Apesar da grande relevância regional, não é um setor empresarial que beneficie moradores situados na AEL. De acordo com os relatos, apenas na fase de implantação as empresas responsáveis pela construção contratavam a mão de obra local.



Figura 2.2.4.5-37 - Energia Eólica em Urandi.



Figura 2.2.4.5-38 - Subestação e Energia Eólica - Pindaí



Figura 2.2.4.5-39 - Parque Eólico – Guanambi (BA)

2.2.4.5.6 - Considerações finais

A principal componente da economia dos municípios da Área de Estudo Regional (AER), em geral, é a atividade de administração pública, contribuindo com a maior parcela do PIB em 20 dos 29 municípios em análise. Alguns municípios, no entanto, apresentam especificidades, como Montes Claros, Janaúba e Guanambi, onde os serviços privados superaram a atividade pública na composição dos PIBs municipais. O município de Olho D'água é o único da AER onde a atividade que mais contribui para o PIB local é a agropecuária.

Quanto à ocupação da população, verificou-se que as atividades de maior destaque na AER são agropecuária e ocupações que exigem pouca ou nenhuma qualificação. Novamente, Montes Claros, Janaúba e Guanambi diferenciam-se dos demais pela participação de ocupações ligadas ao setor terciário, sobretudo, o ramo de comércio.

Na Área de Estudo Local (AEL) a forma de organização social principal tem como base os núcleos familiares. A estrutura produtiva é fundamentada predominantemente no setor econômico primário, calcado nas atividades agrícolas (de subsistência e comercial) e na pecuária (leiteira e de corte). A renda advém essencialmente dessas atividades, no entanto, ficou evidente a importância da complementação via trabalhos nas fazendas e, principalmente, programas de transferência de renda como o Bolsa Família e aposentadorias. Parte da população trabalha nas sedes municipais, na administração pública (funcionalismo público) e nos pequenos estabelecimentos comerciais locais.

A seca é definidora da dinâmica econômica em extensão expressiva da Área de Estudo Local. Entre Montes Claros e Caetité, a exceção de algumas áreas, a população enfrenta dificuldades para produzir, até mesmo, para a subsistência.

Foram relatados problemas relacionados com a chegada de outros empreendimentos – eólicos em Urandi, Pindaí, Candiba, Guanambi e Caetité e a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Serra das Agulhas em Monjolos – na AEL: pressão demográfica, especulação imobiliária, inchaço dos serviços de comércio e expectativas de geração de emprego. Pontos sensíveis a serem observados, também, na implantação da LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino, especialmente devido ao fato de que foi verificado um baixo índice de empregos e possibilidades de geração de renda nas localidades da Área de Estudo Local.

ÍNDICE

2.2.4.6 -	Organização Espacial: Uso e Ocupação do Solo.....	1/427
2.2.4.6.1 -	Principais Usos do Solo na Área de Estudo Regional (AER).....	1/427
2.2.4.6.2 -	Estrutura Fundiária na AER.....	26/427
2.2.4.6.3 -	Vetores de Crescimento e Tendências de Expansão.....	34/427
2.2.4.6.4 -	Tipos de Ocupação do solo na Área de Estudo Local (AEL).....	43/427
2.2.4.6.4.1 -	Tipos de Ocupação e Uso do Solo na Área de Estudo Local.....	67/427
2.2.4.6.4.1.1 -	Trecho 1 – Presidente Juscelino, Monjolos, Gouveia, Santo Hipólito, Augusto de Lima, Buenópolis (MG).....	67/427
2.2.4.6.4.1.2 -	Trecho 2 - Joaquim Felício e parte sul de Bocaiúva (MG).....	100/427
2.2.4.6.4.1.3 -	Trecho 3 - Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Olhos D'água, Guaraciama, Glaucilândia, Juramento (MG).....	119/427
2.2.4.6.4.1.4 -	Trecho 4 - Montes Claros, Francisco Sá, Capitão Enéas; Janaúba (MG).....	145/427
2.2.4.6.4.1.5 -	Trecho 5 - Nova Porteirinha; Porteirinha; Pai Pedro; Catuti (MG).....	192/427
2.2.4.6.4.1.6 -	Trecho 6 - Mato Verde; Monte Azul; Mamonas; Espinosa (MG).....	207/427
2.2.4.6.4.1.7 -	Trecho 7 - Urandi; Pindaí (BA).....	257/427
2.2.4.6.4.1.8 -	Trecho 8 - Candiba; Guanambi; Caetité (BA).....	300/427
2.2.4.6.4.2 -	Programas Sociais na Área de Estudo Local (AEL).....	332/427
2.2.4.6.4.3 -	Relações fundiárias (perfil e conflitos).....	333/427
2.2.4.6.4.4 -	Infraestrutura de Abastecimento e Saneamento.....	337/427
2.2.4.6.4.5 -	Infraestrutura na Faixa de Servidão e Restrições ao Uso.....	362/427

Legendas

Quadro 2.2.4.6-1 - Usos do Solo nos municípios da AER.....	1/427
Quadro 2.2.4.6-2 - Produção em Lavouras Temporárias na AER.....	11/427
Quadro 2.2.4.6-3 - Produção em Lavouras Permanentes na AER.....	18/427
Quadro 2.2.4.6-4 - Produção da Silvicultura na AER.....	24/427
Quadro 2.2.4.6-5 - Presença de Agricultura Familiar na AER.....	26/427
Quadro 2.2.4.6-6 - Estabelecimentos Agropecuários por Condição do Produtor.....	29/427
Quadro 2.2.4.6-7 - Trechos da Área de Estudo Local por Perfil de Ocupação.....	44/427
Figura 2.2.4.6-1 - Aglomerado de povoados em Guaraciama, Glaucilândia e Bocaiuva/MG.....	48/427
Figura 2.2.4.6-2 - Povoados em Espinosa/MG.....	49/427
Figura 2.2.4.6-3 - Povoado Paraguaçu – Nova Porteirinha/MG.....	50/427
Figura 2.2.4.6-4 - Distrito de São Norberto – Engenheiro Navarro/MG.....	51/427
Figura 2.2.4.6-5 - Distrito de Ceraíma – Guanambi/BA.....	52/427
Figura 2.2.4.6-6 - Bairro Nova Dolabela – Bocaiúva/MG.....	53/427
Figura 2.2.4.6-7 - Sede Municipal de Monjolos/MG.....	54/427
Figura 2.2.4.6-8 - Sede Municipal de Engenheiro Navarro/MG.....	55/427
Figura 2.2.4.6-9 - Projetos de Assentamento PA Betinho e PA Final Feliz/MG.....	56/427
Figura 2.2.4.6-10 - PA Serrador – Francisco Sá/MG.....	57/427
Figura 2.2.4.6-11 - PA Elói Ferreira – Engenheiro Navarro/MG.....	58/427
Figura 2.2.4.6-12 - Loteamento Belvedere – Francisco Sá/ MG.....	59/427
Quadro 2.2.4.6-8 - Comunidades Quilombolas na Área de Estudo.....	60/427

Figura 2.2.4.6-13 - Comunidade Quilombola de Vila Nova dos Poções – Janaúba/ MG.....	61/427
Figura 2.2.4.6-14 - Área de fazenda em Joaquim Felício/MG.....	62/427
Figura 2.2.4.6-15 - Área de Eucaliptais entre Joaquim Felício e Buenópolis/MG.....	64/427
Figura 2.2.4.6-16 - Unidade florestal com plantio e manejo de eucalipto da Empresa Vallourec Tubos do Brasil S.A.....	65/427
Figura 2.2.4.6-17 - Parque Eólico – Caetité/BA.....	66/427
Figura 2.2.4.6-18 - Parque Eólico – Pindaí/BA.....	67/427
Quadro 2.2.4.6-9 - Localidades identificadas no Trecho 1 – Lote 14.....	69/427
Quadro 2.2.4.6-10 - Localidades identificadas no Trecho 1 – Lote 16.....	70/427
Figura 2.2.4.6-19 - Povoado Serra do Gonçalves, Presidente Juscelino (MG).....	71/427
Figura 2.2.4.6-20 - Povoado Retiro da Gameleira, Presidente Juscelino/MG.....	72/427
Figura 2.2.4.6-21 - Unidade utilizada pelas Equipes de Saúde da Família (ESF) de Senhora da Glória, Santo Hipólito (MG).....	73/427
Figura 2.2.4.6-22 - Distrito Senhora da Glória.....	73/427
Figura 2.2.4.6-23 - Povoado Caquende, Santo Hipólito (MG).....	74/427
Figura 2.2.4.6-24 - Povoado Tamburiu, região da Fazenda Passageiro, Monjolos/MG.....	75/427
Figura 2.2.4.6-25 - UBS da Sede Municipal de Santo Hipólito/MG.....	76/427
Figura 2.2.4.6-26 - Campo de Futebol e Circo em Santo Hipólito/MG.....	76/427
Figura 2.2.4.6-27 - Povoado Cafundó, em Augusto de Lima/MG.....	77/427
Figura 2.2.4.6-28 - Cafundó dos Currais, Augusto de Lima/MG.....	78/427
Figura 2.2.4.6-29 - Igreja Católica Povoado Sumidouro, Augusto de Lima/MG.....	79/427
Figura 2.2.4.6-30 - Povoado Poções, Augusto de Lima/MG.....	79/427

Figura 2.2.4.6-31 - Igreja Católica de Malhada Alta, Augusto de Lima/MG	80/427
Figura 2.2.4.6-32 - Sede da Associação Comunitária de Malhada Alta, Augusto de Lima/MG.....	80/427
Figura 2.2.4.6-33 - Entroncamento de vicinais, Augusto de Lima/(MG.	82/427
Figura 2.2.4.6-34 - Povoado Alto Mangabeira, Augusto de Lima/MG.....	82/427
Figura 2.2.4.6-35 - Povoado Mocambo, Augusto de Lima/MG.	83/427
Figura 2.2.4.6-36 - UBS de Vila Alexandre Mascarenhas, Gouveia/MG.	84/427
Figura 2.2.4.6-37 - Escola Estadual Ciro Ribas em Vila Alexandre Mascarenhas, Gouveia/MG.....	84/427
Figura 2.2.4.6-38 - Povoado Fazenda Estaboca, Gouveia/MG.	85/427
Figura 2.2.4.6-39 - Vicinal para Povoado Mangabeira, Gouveia/MG.	86/427
Figura 2.2.4.6-40 - Povoado Santa Cruz, Santo Hipólito/MG.....	87/427
Figura 2.2.4.6-41 - Povoado Santa Cruz, Santo Hipólito/MG.....	87/427
Figura 2.2.4.6-42 - Povoado Vale Fundo, Santo Hipólito/MG	88/427
Figura 2.2.4.6-43 - Sede da Associação Comunitária do Vale Fundo, Santo Hipólito/MG	88/427
Figura 2.2.4.6-44 - UBS em Quebra Pé, Monjolos/MG.....	89/427
Figura 2.2.4.6-45 - Campo de Futebol em Quebra Pé, Monjolos/MG.....	89/427
Figura 2.2.4.6-46 -Rua com asfaltamento e casas da sede municipal de Monjolos/MG.....	90/427
Figura 2.2.4.6-47 - Centro de Saúde da sede municipal de Monjolos/MG.....	90/427
Figura 2.2.4.6-48 - Residência no Distrito Rodeador, Monjolos/MG.....	91/427
Figura 2.2.4.6-49 - Residência no Povoado Mangal, Augusto de Lima/MG.....	92/427
Figura 2.2.4.6-50 - Vila de Santa Bárbara, Augusto de Lima/MG.....	93/427
Figura 2.2.4.6-51 - Estrada asfaltada entre BR 135 e Vila de Santa Bárbara, Augusto de Lima/MG.....	93/427

Figura 2.2.4.6-52 - Povoado Conceição de Teixeira, Augusto de Lima/MG.....	94/427
Figura 2.2.4.6-53 - Povoado Salobo, Buenópolis/MG.....	96/427
Figura 2.2.4.6-54 - Entrada do Povoado Curimataí, Buenópolis/MG.....	97/427
Figura 2.2.4.6-55 - Povoado Curimataí, Buenópolis/MG.....	97/427
Figura 2.2.4.6-56 - Residência no Povoado Venturino, Buenópolis/MG.....	98/427
Figura 2.2.4.6-57 - Povoado Pé de Serra, Buenópolis/MG.....	99/427
Quadro 2.2.4.6-11 - Localidades identificadas no Trecho 2 – Lote 14.....	103/427
Quadro 2.2.4.6-12 - Localidades identificadas no Trecho 2 – Lote 16.....	103/427
Figura 2.2.4.6-58 - Igreja Católica do Povoado Lagoinha, Joaquim Felício/MG.....	104/427
Figura 2.2.4.6-59 - Povoado Lagoinha, Joaquim Felício/MG.....	104/427
Figura 2.2.4.6-60 - PA Final Feliz - setor Catoni Sede, em Joaquim Felício/(MG.....	105/427
Figura 2.2.4.6-61 - Picadinha, Joaquim Felício/MG.....	107/427
Figura 2.2.4.6-62 - Igreja Católica de Barreiro Grande, Joaquim Felício/MG.....	108/427
Figura 2.2.4.6-63 - Tanque de Resfriamento de Barreiro Grande, Joaquim Felício/MG.....	108/427
Figura 2.2.4.6-64 - Fazenda Bhavnagar, entrada na rodovia BR 135, Joaquim Felício/MG.....	109/427
Figura 2.2.4.6-65 - PA Betinho - Riachinho, em Joaquim Felício/MG.....	110/427
Figura 2.2.4.6-66 - PA Betinho - Angico, Bocaiúva/MG.....	111/427
Figura 2.2.4.6-67 - PA Betinho - Triunfo, Bocaiúva/MG.....	112/427
Figura 2.2.4.6-68 - Plantação Irrigada no PA Betinho - Barragem do Bambu, Bocaiúva/MG.....	113/427
Figura 2.2.4.6-69 - PA Betinho - Barragem do Bambu, Bocaiúva/MG.....	113/427
Figura 2.2.4.6-70 - Antiga Usina Malvina, no Distrito de Engenheiro Dolabela, Bocaiúva/MG.....	114/427

Figura 2.2.4.6-71 - Distrito de Engenheiro Dolabela, Bocaiúva/MG.....	114/427
Figura 2.2.4.6-72 - Povoado Vaca Brava, Joaquim Felício/MG.....	115/427
Figura 2.2.4.6-73 - Represa Barragem da Caatinga, Bocaiúva/MG.....	116/427
Figura 2.2.4.6-74 - PA Betinho - Barragem da Caatinga, Bocaiúva/MG.....	116/427
Figura 2.2.4.6-75 - Escola de Ensino Fundamental I, do PA Betinho - setor Lagoa Grande, Bocaiúva/MG.....	117/427
Figura 2.2.4.6-76 - PA Betinho - setor Poço do Bento, Bocaiúva/MG.....	118/427
Quadro 2.2.4.6-13 - Localidades identificadas no Trecho 3 – Lote 14.....	122/427
Quadro 2.2.4.6-14 - Localidades identificadas no Trecho 3 – Lote 16.....	123/427
Figura 2.2.4.6-77 - Escola Municipal/MG.....	124/427
Figura 2.2.4.6-78 - Rua do Bairro Nova Dolabela/MG.....	124/427
Figura 2.2.4.6-79 - Residência em Povoado Tirirical/MG.....	125/427
Figura 2.2.4.6-80 - Residências em Povoado Tirirical/MG.....	125/427
Figura 2.2.4.6-81 - Unidade Básica de Saúde/MG.....	126/427
Figura 2.2.4.6-82 - Programa Minha Casa, Minha Vida no Distrito/MG.....	126/427
Figura 2.2.4.6-83 - Residência no Povoado Limoeiro/MG.....	127/427
Figura 2.2.4.6-84 - Residência no Povoado Limoeiro/MG.....	127/427
Figura 2.2.4.6-85 - Entrada do PA Elói Ferreira/MG.....	128/427
Figura 2.2.4.6-86 - Plantação Irrigada de maxixe em Campo Limpo/MG.....	129/427
Figura 2.2.4.6-87 - Bar no Povoado Roça Velha/MG.....	129/427
Figura 2.2.4.6-88 - Residência no Povoado Torquato Leite/MG.....	130/427
Figura 2.2.4.6-89 - Igreja do Povoado Torquato Leite/MG.....	130/427

Figura 2.2.4.6-90 - Residência no Povoado Vargem Formosa/MG	131/427
Figura 2.2.4.6-91 - Bar na vicinal para Povoado Imbé/MG	131/427
Figura 2.2.4.6-92 - Igreja de São Sebastião, no Povoado Lalau/MG	132/427
Figura 2.2.4.6-93 - Placa do Projeto de Abastecimento de Água da Associação Comunitária do Povoado Lalau/MG	132/427
Figura 2.2.4.6-94 - Bar e Restaurante no Povoado/MG	133/427
Figura 2.2.4.6-95 - Campo de Futebol do Povoado Catarina/MG	133/427
Figura 2.2.4.6-96 - Escola Municipal em Santa Cruz/MG.....	134/427
Figura 2.2.4.6-97 - Fazenda Córrego Fundo – Taboquinha II – Placa de execução das obras Construção de um entreposto de mel /MG	135/427
Figura 2.2.4.6-98 - Igreja Povoado Cabeceira de Poções/MG	135/427
Figura 2.2.4.6-99 - Placa PCPR/ MG Povoado Fazenda Bahia	136/427
Figura 2.2.4.6-100 - Residência no Povoado Poções/MG	136/427
Figura 2.2.4.6-101 - Entrada do PA Professor Mazan/MG	137/427
Figura 2.2.4.6-102 - Residência no PA Professor Mazan/MG	137/427
Figura 2.2.4.6-103 - Povoado Camilo Prates/MG.....	138/427
Figura 2.2.4.6-104 - Escola Municipal em Camilo Prates/MG	138/427
Figura 2.2.4.6-105 - Placa do Povoado Curral de Varas/MG.....	138/427
Figura 2.2.4.6-106 - Bar no Povoado Rio Félix I/MG	139/427
Figura 2.2.4.6-107 - Igreja Católica e Associação de Moradores no Povoado Rio Félix II/MG	139/427
Figura 2.2.4.6-108 - Povoado Alto Belo/MG.....	140/427
Figura 2.2.4.6-109 - Unidade Básica de Saúde/MG.....	140/427

Figura 2.2.4.6-110 - Memorial Téo Azevedo de Cultura de Resistência/MG	141/427
Figura 2.2.4.6-111 - Quadra esportiva, em Tabocal I/MG.....	142/427
Figura 2.2.4.6-112 - Igreja de Santos Reis e Sagrado Coração, Tabocal I/MG	142/427
Figura 2.2.4.6-113 - Sede Municipal de Juramento/MG	143/427
Figura 2.2.4.6-114 - UBS de Juramento/MG	143/427
Figura 2.2.4.6-115 - Residência no Povoado Campo Grande/MG	144/427
Figura 2.2.4.6-116 - Igreja católica no Povoado Campo Grande/MG	144/427
Figura 2.2.4.6-117 - Vicinal para os Povoados/MG.....	145/427
Quadro 2.2.4.6-15 - Localidades identificadas no Trecho 4 – Lote 14.....	148/427
Quadro 2.2.4.6-16 - Localidades identificadas no Trecho 4 – Lote 15.....	149/427
Quadro 2.2.4.6-17 - Localidades identificadas no Trecho 4 – Lote 16.....	150/427
Figura 2.2.4.6-118 - Baixa da Colônia – Janaúba/MG	151/427
Figura 2.2.4.6-119 - Fazenda de fruticultura – plantação de banana/MG.....	152/427
Figura 2.2.4.6-121 – Povoado Pedra Preta/MG.....	153/427
Figura 2.2.4.6-122 – Povoado José Faustino/MG.....	154/427
Figura 2.2.4.6-123 – Povoado Mundo Novo/MG	154/427
Figura 2.2.4.6-124 - Igreja - Povoado Mundo Novo/MG.....	154/427
Figura 2.2.4.6-125 - Povoado Pajeú II/MG.....	155/427
Figura 2.2.4.6-126 - Igreja em Pajeú II/MG.....	156/427
Figura 2.2.4.6-127 – Povoado Vila Nova dos Poções/MG.....	156/427
Figura 2.2.4.6-128 – Igreja em Vila Nova dos Poções/MG.....	156/427

Figura 2.2.4.6-129 – Academia ao ar livre em Vila Nova dos Poções/MG.....	157/427
Figura 2.2.4.6-130 – Campo de futebol em Vila Nova dos Poções/MG.....	157/427
Figura 2.2.4.6-131 - Paróquia Nossa Senhora de Fátima/MG.....	159/427
Figura 2.2.4.6-132 - Residência no Povoado Fazenda Borá/MG.....	159/427
Figura 2.2.4.6-133 - Paisagem local/MG.....	159/427
Figura 2.2.4.6-134 - Placa da Comunidade Rural Hollywood/MG.....	160/427
Figura 2.2.4.6-135 - Entrada da Comunidade Rural Hollywood/MG.....	160/427
Figura 2.2.4.6-136 - Residência em Povoado Laranjal/MG.....	161/427
Figura 2.2.4.6-137 - ESF em Ponta do Morro/ Mandaquaril/MG.....	161/427
Figura 2.2.4.6-138 - Residência no Povoado Barrocãozinho/MG.....	162/427
Figura 2.2.4.6-139 - Placa do Programa Água para Todos/MG.....	162/427
Figura 2.2.4.6-140 - Residência do Povoado/MG.....	163/427
Figura 2.2.4.6-141 - Sítio Constância/MG.....	163/427
Figura 2.2.4.6-142 - Residência no Loteamento Belvedere/MG.....	164/427
Figura 2.2.4.6-143 - Riacho dos Carneiros – Francisco Sá/MG.....	166/427
Figura 2.2.4.6-144 - Riacho dos Carneiros – Francisco Sá/MG.....	166/427
Figura 2.2.4.6-145 - Propriedade em Lagoa Nova/Baixa do Feijão – Francisco Sá/MG.....	166/427
Figura 2.2.4.6-146 - Propriedade em Lagoa Nova/Baixa do Feijão – Francisco Sá/MG.....	166/427
Figura 2.2.4.6-147 - Bengo – Francisco Sá/MG.....	167/427
Figura 2.2.4.6-148 - Boa Sorte – Francisco Sá/MG.....	167/427
Figura 2.2.4.6-149 - Matos – Francisco Sá/MG.....	168/427

Figura 2.2.4.6-150 - Matos – Francisco Sá/MG.....	168/427
Figura 2.2.4.6-151 - Plantação de Milho - Matos – Francisco Sá/MG.....	168/427
Figura 2.2.4.6-152 - Gado - Matos – Francisco Sá/MG.....	168/427
Figura 2.2.4.6-153 - Igreja em Boa Sorte – Francisco Sá /MG.....	169/427
Figura 2.2.4.6-154 - Igreja em construção - Boa Sorte – Francisco Sá /MG.....	169/427
Figura 2.2.4.6-155 - Campo de Futebol – Boa Sorte – Francisco Sá /MG.....	169/427
Figura 2.2.4.6-156 - Milharal – Boa Sorte - Francisco Sá /MG.....	169/427
Figura 2.2.4.6-157 - Jacará II – Francisco Sá /MG.....	170/427
Figura 2.2.4.6-158 - Jacará II – Francisco Sá /MG.....	170/427
Figura 2.2.4.6-159 - Jacará II – Francisco Sá/MG.....	171/427
Figura 2.2.4.6-160 - Jacará II – Francisco Sá /MG.....	171/427
Figura 2.2.4.6-161 - Jacará II – Francisco Sá /MG.....	171/427
Figura 2.2.4.6-162 - Jacará II – Francisco Sá /MG.....	171/427
Figura 2.2.4.6-163 - Boa Esperança – Francisco Sá/MG.....	172/427
Figura 2.2.4.6-164 - Boa Esperança – Francisco Sá/MG.....	172/427
Figura 2.2.4.6-165 - Boa Esperança – Francisco Sá/MG.....	172/427
Figura 2.2.4.6-166 - Boa Esperança – Francisco Sá /MG.....	172/427
Figura 2.2.4.6-167 - Igreja em Boa Esperança – Francisco Sá/MG.....	173/427
Figura 2.2.4.6-168 - Boa Esperança – Francisco Sá MG.....	173/427
Figura 2.2.4.6-169 - São Geraldo – Francisco Sá (MG).....	174/427
Figura 2.2.4.6-170 - Cemitério – São Geraldo – Francisco Sá (MG).....	174/427

Figura 2.2.4.6-171 - São Geraldo – Francisco Sá (MG).....	174/427
Figura 2.2.4.6-172 - Unidade Básica de Saúde – São Geraldo - Francisco Sá (MG)	174/427
Figura 2.2.4.6-173 - Missa campal – São Geraldo – Francisco Sá (MG)	175/427
Figura 2.2.4.6-174 - Centro Social de São Geraldo – Francisco Sá (MG)	175/427
Figura 2.2.4.6-175 - Acesso para Povoado Quem Quem - Janaúba (MG)	176/427
Figura 2.2.4.6-176 – Igreja em Jatai e E. M Joaquim Alípio de Brito (em reforma).....	177/427
Figura 2.2.4.6-177 – Povoado Poço de Santa Cruz	178/427
Figura 2.2.4.6-178 – Escola Municipal e Igreja em Poço de Santa Cruz.....	178/427
Figura 2.2.4.6-179 – Povoado Taquaril	179/427
Figura 2.2.4.6-180 - Residência em Povoado Fazenda Aroeira	180/427
Figura 2.2.4.6-181 - Fazenda Serafim	180/427
Figura 2.2.4.6-182 - Residência no Assentamento Serafim (Francisco Sá-MG)	181/427
Figura 2.2.4.6-183 - Rua do Assentamento Serafim (Francisco Sá-MG)	181/427
Figura 2.2.4.6-184 - Convocação de reunião de associação de moradores de Quilombinho (Francisco Sá-MG)	182/427
Figura 2.2.4.6-185 - Sede da Associação Grupo Vaca Brava (Francisco Sá-MG).....	182/427
Figura 2.2.4.6-186 - Residência no Povoado São Paulinho (Francisco Sá-MG)	183/427
Figura 2.2.4.6-187 - Residência no Povoado Vaca Brava (Francisco Sá-MG).....	183/427
Figura 2.2.4.6-188 - Residência de assentado (Francisco Sá-MG)	184/427
Figura 2.2.4.6-189 - Rua do PA Serrador (Francisco Sá-MG).....	184/427
Figura 2.2.4.6-190 - Arrozi – Francisco Sá (MG).....	186/427

Figura 2.2.4.6-191 - Plantação em Arrozi – Francisco Sá (MG).....	186/427
Figura 2.2.4.6-192 - Traçadal – Francisco Sá (MG)	186/427
Figura 2.2.4.6-193 - Traçadal – Francisco Sá (MG)	186/427
Figura 2.2.4.6-194 – Povoado Coqueirinho (Francisco Sá-MG).....	187/427
Figura 2.2.4.6-195 – Casa no Povoado Junco (Francisco Sá-MG).....	188/427
Figura 2.2.4.6-196 – Igreja e E. M. Almirante Barroso em Junco (Francisco Sá-MG).....	189/427
Figura 2.2.4.6-197 - Baixa Fria – Francisco Sá (MG)	190/427
Figura 2.2.4.6-198 - Baixa Fria – Francisco Sá (MG)	190/427
Figura 2.2.4.6-199 - Barreira do Totó – Francisco Sá (MG).....	190/427
Figura 2.2.4.6-200 - Furado Dantas – Francisco Sá (MG)	190/427
Figura 2.2.4.6-201 - Barroquinha – Janaúba (MG)	192/427
Figura 2.2.4.6-202 - Escola – Barroquinha – Janaúba (MG).....	192/427
Figura 2.2.4.6-203 - Igreja e Praça - Barroquinha – Francisco Sá (MG).....	192/427
Figura 2.2.4.6-204 - Escola - Barroquinha – Janaúba (MG).....	192/427
Quadro 2.2.4.6-18 - Localidades identificadas no Trecho 5 – Lote 14.....	194/427
Quadro 2.2.4.6-19 - Localidades identificadas no Trecho 5 – Lote 16.....	194/427
Figura 2.2.4.6-205 - Povoado Paraguaçu (Nova Porteirinha-MG).....	195/427
Figura 2.2.4.6-206 - Distrito de Irrigação do Perímetro Gorutuba (Nova Porteirinha-MG).....	195/427
Figura 2.2.4.6-207 – Igreja na praça de Paraguaçu (Nova Porteirinha-MG).....	196/427
Figura 2.2.4.6-208 – Escola Estadual Rui Barbosa na praça de Paraguaçu (Nova Porteirinha-MG).....	196/427
Figura 2.2.4.6-209 – Povoado Salinas (Nova Porteirinha-MG)	197/427

Figura 2.2.4.6-210 – Sede municipal de Catuti (MG)	198/427
Figura 2.2.4.6-211 – Sede municipal de Catuti (MG)	198/427
Figura 2.2.4.6-212 – Escola Estadual José Barbosa Sousa em Catuti (MG)	199/427
Figura 2.2.4.6-213 – Campo de futebol em Catuti (MG)	199/427
Figura 2.2.4.6-214 – Povoado Canabrava (Porteirinha-MG)	199/427
Figura 2.2.4.6-215 – Igreja em Canabrava (Porteirinha-MG)	199/427
Figura 2.2.4.6-216 – Igreja em Mulungu – Porteirinha (MG).....	201/427
Figura 2.2.4.6-217 – Praça e Posto de Saúde em Mulungu - Porteirinha (MG)	201/427
Figura 2.2.4.6-218 - Praça em Mulungu – Porteirinha (MG).....	201/427
Figura 2.2.4.6-219 – Escola em Mulungu – Porteirinha (MG)	201/427
Figura 2.2.4.6-220 – Barreiro Dantas – Porteirinha (MG).....	203/427
Figura 2.2.4.6-221 – Igreja em Barreiro Dantas – Porteirinha (MG)	203/427
Figura 2.2.4.6-222 – Água Branca – Porteirinha (MG)	204/427
Figura 2.2.4.6-223 – Furada da Roda - Porteirinha (MG).....	204/427
Figura 2.2.4.6-224 – Propriedade em Baixa do Barreiro – Porteirinha (MG)	204/427
Figura 2.2.4.6-225 – Baixa do Barreiro – Porteirinha (MG).....	204/427
Figura 2.2.4.6-226 – Campo de Futebol - Baixa do Barreiro – Porteirinha (MG)	205/427
Figura 2.2.4.6-227 – Casa em Vila Caxingó - Porteirinha (MG)	205/427
Figura 2.2.4.6-228 – Estrada em Lagoinha – Porteirinha (MG).....	205/427
Figura 2.2.4.6-229 – Pasto em Furado Grande - Porteirinha (MG)	205/427
Figura 2.2.4.6-230 – Bar em Miranto – Pai Pedro (MG).....	206/427

Figura 2.2.4.6-231 – Estrada em Miranto – Pai Pedro (MG)	206/427
Figura 2.2.4.6-232 – Igreja em Atrás dos Morros – Pai Pedro (MG)	207/427
Figura 2.2.4.6-233 – Campo de Futebol em Atrás dos Morros – Pai Pedro (MG)	207/427
Quadro 2.2.4.6-20 - Localidades identificadas no Trecho 6 – Lote 14	210/427
Quadro 2.2.4.6-21 - Localidades identificadas no Trecho 6 – Lote 15	211/427
Figura 2.2.4.6-234 – Casa no Povoado Ferraz	212/427
Figura 2.2.4.6-235 – Casa em Ramalhudo (Monte Azul-MG)	213/427
Figura 2.2.4.6-236 – Estrada em Ramalhudo (Monte Azul-MG)	213/427
Figura 2.2.4.6-237 – Estrada em Lagoa Comprida (Monte Azul-MG)	214/427
Figura 2.2.4.6-238 - Lagoa Comprida (Monte Azul-MG)	214/427
Figura 2.2.4.6-239 – Casa em Landinho (Monte Azul-MG)	215/427
Figura 2.2.4.6-240 – Quintal de casa em Landinho (Monte Azul-MG)	215/427
Figura 2.2.4.6-241 – Povoado de Bicas (Monte Azul-MG)	216/427
Figura 2.2.4.6-242 – Casas em Picada (Monte Azul-MG)	217/427
Figura 2.2.4.6-243 – Escola Municipal José Olímpio Fernandes – Rebentão – Monte Azul (MG)	219/427
Figura 2.2.4.6-244 – Campo de Futebol (Monte Azul-MG)	219/427
Figura 2.2.4.6-245 – Igreja e Praça (Monte Azul-MG)	219/427
Figura 2.2.4.6-246 – Lagoinha (Monte Azul-MG)	220/427
Figura 2.2.4.6.4 – Igreja Católica em Lagoinha (Monte Azul-MG)	220/427
Figura 2.2.4.6-247 – Barreiro Grande (Monte Azul-MG)	221/427
Figura 2.2.4.6-248 – Igreja em Barreiro Grande (Monte Azul-MG)	221/427

Figura 2.2.4.6-249 – Campo de Futebol em Barreiro Grande (Monte Azul-MG).....	222/427
Figura 2.2.4.6-250 – Cemitério em Barreiro Grande (Monte Azul-MG).....	222/427
Figura 2.2.4.6-251 – Igreja ao fundo no povoado de Rio Abaixo (Monte Azul-MG).....	222/427
Figura 2.2.4.6-252 – Povoado Rio Abaixo (Monte Azul-MG).....	222/427
Figura 2.2.4.6-253 – Barreiro da Cruz (Monte Azul-MG).....	223/427
Figura 2.2.4.6-254 – Igreja em Barreiro da Cruz (Monte Azul-MG).....	224/427
Figura 2.2.4.6-255 – Cemitério em Barreiro da Cruz (Monte Azul-MG).....	224/427
Figura 2.2.4.6-256 – Escola Estadual Barreiro do Mato – Monte Azul (MG).....	225/427
Figura 2.2.4.6-257 – Rua em Dourados (Espinosa-MG).....	225/427
Figura 2.2.4.6-258 – Casa em Dourados (Espinosa-MG).....	225/427
Figura 2.2.4.6-259 – Cemitério em Dourados (Espinosa-MG).....	226/427
Figura 2.2.4.6-260 – Igreja protestante em Dourados (Espinosa-MG).....	226/427
Figura 2.2.4.6-261 – Povoado Mimoso (Mamonas-MG).....	227/427
Figura 2.2.4.6-262 – Associação Comunitária de Urubu (Mamonas-MG).....	227/427
Figura 2.2.4.6-263 – Quadra poliesportiva em Serrinha (Espinosa-MG).....	229/427
Figura 2.2.4.6-264 – Igreja de Serrinha (Espinosa-MG).....	229/427
Figura 2.2.4.6-265 – Lagoa da Romana (Espinosa-MG).....	229/427
Figura 2.2.4.6-266 – Campo de futebol em Poços (Espinosa-MG).....	229/427
Figura 2.2.4.6-267 – Igreja em Barreiro Dantas (Espinosa-MG).....	230/427
Figura 2.2.4.6-268 – Paus Pretos (Espinosa-MG).....	230/427
Figura 2.2.4.6-269 – Igreja em Paus Pretos (Espinosa-MG).....	230/427

Figura 2.2.4.6-270 – Campo de futebol em Paus Pretos (Espinosa-MG).....	230/427
Figura 2.2.4.6-271 - Havana (Espinosa-MG).....	231/427
Figura 2.2.4.6-272 – Santa Marta (Espinosa-MG).....	231/427
Figura 2.2.4.6-273 – Sussuarana (Espinosa-MG).....	231/427
Figura 2.2.4.6-274 – Sussuarana (Espinosa-MG).....	231/427
Figura 2.2.4.6-275 – Lagoa do Marruais (Espinosa-MG).....	232/427
Figura 2.2.4.6-276 – Lagoa da Tapera (Espinosa-MG).....	234/427
Figura 2.2.4.6-277 – Igreja em Lagoa da Tapera (Espinosa-MG).....	234/427
Figura 2.2.4.6-278 – Campo de futebol em Lagoa da Tapera (Espinosa-MG).....	234/427
Figura 2.2.4.6-279 – Rua de Volta do Morro (Mato Verde-MG).....	235/427
Figura 2.2.4.6-280 – Volta do Morro (Mato Verde-MG).....	235/427
Figura 2.2.4.6-281 - Unidade Básica de Saúde de Vila Cristino – Mato Verde (MG).....	237/427
Figura 2.2.4.6-282 - E. M. Prefeito Christiano Barbosa de Souza – Vila Cristino – Mato Verde (MG).....	237/427
Figura 2.2.4.6-283 - Igreja – Vila Cristino – Mato Verde (MG).....	237/427
Figura 2.2.4.6-284 – Praça – Vila Cristino – Mato Verde (MG).....	237/427
Figura 2.2.4.6-285 – Rua de Fazenda da Barra (Mato Verde-MG).....	238/427
Figura 2.2.4.6-286 – Casa em Fazenda da Barra(Mato Verde-MG).....	238/427
Figura 2.2.4.6-287 – Campo de Futebol (Mato Verde-MG).....	239/427
Figura 2.2.4.6-288 – Fundação AABB (Mato Verde-MG).....	239/427
Figura 2.2.4.6-289 – Barra (Mato Verde-MG).....	239/427
Figura 2.2.4.6-290 – Capela situada no povoado Barra (Mato Verde-MG).....	239/427

Figura 2.2.4.6-291 – Ferrovia e ruas em Pedreira (Mato Verde-MG).....	240/427
Figura 2.2.4.6-292 – Casas em Pedreira (Mato Verde-MG).....	240/427
Figura 2.2.4.6-293 – Junco (Monte Azul-MG).....	241/427
Figura 2.2.4.6-294 – Igreja em Junco (Monte Azul-MG).....	241/427
Figura 2.2.4.6-295 – Riacho Quente (Monte Azul-MG).....	242/427
Figura 2.2.4.6-296 – Riacho Quente (Monte Azul-MG).....	242/427
Figura 2.2.4.6-297 – Escola em Pajeú – Monte Azul (MG).....	244/427
Figura 2.2.4.6-298 - Unidade Básica de Saúde de Pajeú – Monte Azul (MG).....	244/427
Figura 2.2.4.6-299 – Praça em Pajeú - Monte Azul (MG).....	244/427
Figura 2.2.4.6-300 – Quadra Poliesportiva em Pajeú - Monte Azul (MG).....	244/427
Figura 2.2.4.6-301 – Cemitério de Pajeú - Monte Azul (MG).....	245/427
Figura 2.2.4.6-302 – Pajeú de Cima - Monte Azul (MG).....	245/427
Figura 2.2.4.6-303 – Pajeú de Cima- Monte Azul (MG).....	245/427
Figura 2.2.4.6-304 – Igreja em Pajeú de Cima - Monte Azul (MG).....	246/427
Figura 2.2.4.6-305 – Conselho Comunitário Pajeú de Cima - Monte Azul (MG).....	246/427
Figura 2.2.4.6-306 – Casa em Riacho Seco - Monte Azul (MG).....	247/427
Figura 2.2.4.6-307 – Templo religioso em Riacho Seco - Monte Azul (MG).....	248/427
Figura 2.2.4.6-308 – Vila Angical - Monte Azul (MG).....	248/427
Figura 2.2.4.6-309 - Vila Angical - Monte Azul (MG).....	248/427
Figura 2.2.4.6-310 – Baixão - Monte Azul (MG).....	249/427
Figura 2.2.4.6-311 – Baixão - Monte Azul (MG).....	249/427

Figura 2.2.4.6-312 – Capoeira Grande (Monte Azul-MG).....	251/427
Figura 2.2.4.6-313 – Igreja protestante em Capoeira Grande (Monte Azul-MG).....	251/427
Figura 2.2.4.6-314 – São Pedro (Espinosa-MG).....	252/427
Figura 2.2.4.6-315 - Igreja católica (Espinosa-MG).....	252/427
Figura 2.2.4.6-316 – Barro Vermelho (Espinosa-MG).....	254/427
Figura 2.2.4.6-317 – Lagoinha (Espinosa-MG).....	254/427
Figura 2.2.4.6-318 – Igreja católica em Lagoinha (Espinosa-MG).....	254/427
Figura 2.2.4.6-319 – Santo Antônio (Espinosa-MG).....	254/427
Figura 2.2.4.6-320 – Igreja católica em Santo Antônio (Espinosa-MG).....	255/427
Figura 2.2.4.6-321 –Várzea da Pedra (Espinosa-MG).....	255/427
Figura 2.2.4.6-322 – Igreja católica em Várzea da Pedra (Espinosa-MG).....	255/427
Figura 2.2.4.6-323 –Canabrava (Espinosa-MG).....	255/427
Figura 2.2.4.6-324 – Escola em Raposa do Rio Verde - Espinosa (MG).....	256/427
Figura 2.2.4.6-325 – Raposa do Rio Verde - Espinosa (MG).....	257/427
Figura 2.2.4.6-326 – Igreja católica em Raposa do Rio Verde - Espinosa (MG).....	257/427
Figura 2.2.4.6-327 – Lagoa do Morro - Espinosa (MG).....	257/427
Figura 2.2.4.6-328 – Igreja católica em Lagoa do Morro - Espinosa (MG).....	257/427
Quadro 2.2.4.6-22 - Localidades identificadas no Trecho 7 – Lote 14.....	260/427
Quadro 2.2.4.6-23 - Localidades identificadas no Trecho 7 – Lote 15.....	261/427
Figura 2.2.4.6-329 – Rio Verde (Urandi-MG).....	264/427
Figura 2.2.4.6-330 – Pedra Aguda (Urandi-MG).....	264/427

Figura 2.2.4.6-331 – Caldeirão (Urandi-MG).....	264/427
Figura 2.2.4.6-332 – Canavista (Urandi-MG).....	264/427
Figura 2.2.4.6-333 – Cachoeira (Urandi-MG).....	265/427
Figura 2.2.4.6-334 – Agreste/Fazenda Boa Esperança (Urandi-MG).....	267/427
Figura 2.2.4.6-335 – Campo de futebol em Agreste/Fazenda Boa Esperança (Urandi-MG).....	267/427
Figura 2.2.4.6-336 - Tiririca (Urandi-MG).....	267/427
Figura 2.2.4.6-337 - Cubículo (Urandi-MG).....	267/427
Figura 2.2.4.6-338 – Poço Bom (Urandi-MG).....	268/427
Figura 2.2.4.6-339 – Fazenda Lagedinho (Urandi-MG).....	268/427
Figura 2.2.4.6-340 – Lagoa do Curral (Pindaí-BA).....	270/427
Figura 2.2.4.6-341 – Igreja católica em Lagoa do Curral (Pindaí-BA).....	270/427
Figura 2.2.4.6-342 – Igreja protestante em Lagoa do Curral (Pindaí-BA).....	270/427
Figura 2.2.4.6-343 - Morrinhos (Pindaí-BA).....	270/427
Figura 2.2.4.6-344 - Igreja protestante em Morrinhos (Pindaí-BA).....	271/427
Figura 2.2.4.6-345 - Associação de Pequenos Produtores Rurais de Morrinhos (Pindaí-BA).....	271/427
Figura 2.2.4.6-346 – Campo de futebol em Paus Pretos (Pindaí-BA).....	272/427
Figura 2.2.4.6-347 – Igreja católica em Paus Pretos (Pindaí-BA).....	272/427
Figura 2.2.4.6-348 – Igreja protestante em Paus Pretos (Pindaí-BA).....	272/427
Figura 2.2.4.6-349 – Fazenda Cajueiro (Pindaí-BA).....	274/427
Figura 2.2.4.6-350 – Fazenda Cajueiro (Pindaí-BA).....	274/427
Figura 2.2.4.6-351 – Fazenda Morrinhos (Pindaí-BA).....	275/427

Figura 2.2.4.6-352 - Salinas (Pindaí-BA).....	275/427
Figura 2.2.4.6-353 – Salinas (Pindaí-BA).....	275/427
Figura 2.2.4.6-354 – Recreio (Pindaí-BA).....	275/427
Figura 2.2.4.6-355 - Escola Municipal em Salinas (Urandi-MG).	277/427
Figura 2.2.4.6-356 – Quadra poliesportiva (Urandi-MG).....	277/427
Figura 2.2.4.6-357 – Entrada para o povoado de Salinas (Urandi-MG).	278/427
Figura 2.2.4.6-358 – Campo de Futebol em Salinas (Urandi-MG).....	278/427
Figura 2.2.4.6-359 – Igreja em Salinas (Urandi-MG).	278/427
Figura 2.2.4.6-360 – Mata Veado (Urandi-MG).	279/427
Figura 2.2.4.6-361 – Fazenda Ladeira Grande (Urandi-MG).....	279/427
Figura 2.2.4.6-362 – Casa em Riachão (Urandi-MG).	281/427
Figura 2.2.4.6-363 – Estrada em Casa Nova (Urandi-MG).....	281/427
Figura 2.2.4.6-364 – Casa Nova (Urandi-MG).	282/427
Figura 2.2.4.6-365 – Casa Nova (Urandi-MG).	282/427
Figura 2.2.4.6-366 – Igreja em Casa Nova (Urandi-MG).	282/427
Figura 2.2.4.6-367 – Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Casa Nova, Boa Esperança e Vizinhança (Urandi-MG).	282/427
Figura 2.2.4.6-368 – Fazenda Barra do Mulungu (Urandi-MG).	283/427
Figura 2.2.4.6-369 – Lagoinha (Urandi-MG).	283/427
Figura 2.2.4.6-370 – Lagoinha(Urandi-MG).....	283/427
Figura 2.2.4.6-371 – Feijão Preto (Urandi-MG).....	283/427

Figura 2.2.4.6-372 – Fazenda Olho D’água (Urandi-MG).....	284/427
Figura 2.2.4.6-373 – Quixabá (Urandi-MG).....	285/427
Figura 2.2.4.6-374 – Fazenda Boa Sorte (Urandi-MG).....	285/427
Figura 2.2.4.6-375 – Fazenda Água Verde (Urandi-MG).....	286/427
Figura 2.2.4.6-376 – Igreja em Água Verde (Urandi-MG).....	286/427
Figura 2.2.4.6-377 – Campo de futebol em Água Verde (Urandi-MG).....	286/427
Figura 2.2.4.6-378 - Campo de futebol em Água Verde (Urandi-MG).....	286/427
Figura 2.2.4.6-379 – Campo de futebol em Morro do Macaco.....	288/427
Figura 2.2.4.6-380 – Pesqueiro I e II.....	288/427
Figura 2.2.4.6-381 – Lagoinha (Pindaí-BA).....	288/427
Figura 2.2.4.6-382 – Lagoa de Dominginhos (Pindaí-BA).....	288/427
Figura 2.2.4.6-383 – Campo de futebol em Lagoa de Dominginhos (Pindaí-BA).....	289/427
Figura 2.2.4.6-384 – Morro do Macaco (Pindaí-BA).....	289/427
Figura 2.2.4.6-385 – Igreja católica em Furado Fundo (Pindaí-BA).....	290/427
Figura 2.2.4.6-386 – Furado Fundo (Pindaí-BA).....	290/427
Figura 2.2.4.6-387 – Fazenda Jacu (Pindaí-BA).....	291/427
Figura 2.2.4.6-388 – Igreja em Fazenda Jacu (Pindaí-BA).....	291/427
Figura 2.2.4.6-389 – Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Morro do Pindaí (Pindaí-BA).....	292/427
Figura 2.2.4.6-390 – Morro do Pindaí (Pindaí-BA).....	292/427
Figura 2.2.4.6-391 – Pedra Ladeira (Pindaí-BA).....	293/427
Figura 2.2.4.6-392 - Pedra Ladeira (Pindaí-BA).....	293/427

Figura 2.2.4.6-393 - Igreja em Mato Grosso (Pindaí-BA).....	294/427
Figura 2.2.4.6-394 – Quadra em Mato Grosso (Pindaí-BA).....	294/427
Figura 2.2.4.6-395 – Escola desativada em Mato Grosso (Pindaí-BA).....	294/427
Figura 2.2.4.6-396 – Cemitério em Mato Grosso (Pindaí-BA).....	294/427
Figura 2.2.4.6-397 - Praça em Tanque (Pindaí-BA).....	296/427
Figura 2.2.4.6-398 – Igreja em Tanque (Pindaí-BA).....	296/427
Figura 2.2.4.6-399 – Ruas de Tanque (Pindaí-BA).....	296/427
Figura 2.2.4.6-400 – Lagoa do Arroz (Pindaí-BA).....	296/427
Figura 2.2.4.6-401 – Limeira (Pindaí-BA).....	297/427
Figura 2.2.4.6-402 – Lagoa Velha (Pindaí-BA).....	298/427
Figura 2.2.4.6-403 – Igreja em Lagoa Velha (Pindaí-BA).....	298/427
Figura 2.2.4.6-404 – Cemitério em Lagoa Velha (Pindaí-BA).....	299/427
Figura 2.2.4.6-405 – Igreja em Lagoa Velha (Pindaí-BA).....	299/427
Figura 2.2.4.6-406 – Lagoa Dantas (Pindaí-BA).....	300/427
Quadro 2.2.4.6-24 - Localidades identificadas no Trecho 8 – Lote 14.....	303/427
Quadro 2.2.4.6-25. Localidades identificadas no Trecho 8 – Lote 15.....	303/427
Figura 2.2.4.6-407 – Fazenda Tanquinho (Candiba-BA).....	306/427
Figura 2.2.4.6-408 – Cemitério em Fazenda Tanquinho (Candiba-BA).....	306/427
Figura 2.2.4.6-409 – Fazenda Dourados (Candiba-BA).....	306/427
Figura 2.2.4.6-410 – Fazenda Morrinhos II (Candiba-BA).....	306/427
Figura 2.2.4.6-411 - Unidade Básica de Saúde de Fazenda Caco em construção (Candiba-BA).....	307/427

Figura 2.2.4.6-412 – Escola em Pilões – Candiba (BA).....	308/427
Figura 2.2.4.6-413 - Unidade Básica de Saúde de Pilões – Candiba (BA)	308/427
Figura 2.2.4.6-414 – Centro de Pilões (Candiba-BA).....	308/427
Figura 2.2.4.6-415 – Campo de futebol em Pilões (Candiba-BA).....	308/427
Figura 2.2.4.6-416 – Praça em Pilões (Candiba-BA).....	309/427
Figura 2.2.4.6-417 – Comércio em Pilões (Candiba-BA).....	309/427
Figura 2.2.4.6-418 – Gameleiras (Candiba-BA).....	310/427
Figura 2.2.4.6-419 – Pinheiros (Candiba-BA).....	311/427
Figura 2.2.4.6-420 – Pinheiros (Candiba-BA).....	311/427
Figura 2.2.4.6-421 – Pinheiros (Candiba-BA).....	311/427
Figura 2.2.4.6-422 – Dourado (Candiba-BA).....	311/427
Figura 2.2.4.6-423 – Malhada do Canto (Guanambi/BA).....	312/427
Figura 2.2.4.6-424 – Instituto Federal Baiano – Ceraíma – Guanambi (BA).....	313/427
Figura 2.2.4.6-425 - E. M. Colônia Agrícola de Ceraíma – Guanambi (BA).....	313/427
Figura 2.2.4.6-426 - Unidade Básica de Saúde de Ceraíma – Guanambi (BA)	314/427
Figura 2.2.4.6-427 – Grupo Escolar Colônia Agrícola de Ceraíma – Guanambi (BA).....	314/427
Figura 2.2.4.6-428 – Retiro Espiritual Católico de Betânia – Ceraíma (Guanambi/BA)	315/427
Figura 2.2.4.6-429 – Praça em Ceraíma (Guanambi/BA).....	315/427
Figura 2.2.4.6-430 – Campo de Futebol em Ceraíma (Guanambi/BA).....	315/427
Figura 2.2.4.6-431 – Sítio – Ceraíma (Guanambi/BA).....	315/427
Figura 2.2.4.6-432 – Igreja católica de Ceraíma (Guanambi/BA).....	316/427

Figura 2.2.4.6-433 – Assembléia de Deus em Ceraíma (Guanambi/BA)	316/427
Figura 2.2.4.6-434 – Cemitério em Ceraíma (Guanambi/BA)	316/427
Figura 2.2.4.6-435 – Entrada de propriedade em Posto do Pega (Guanambi/BA)	317/427
Figura 2.2.4.6-436 – Lagoa Suja (Guanambi/BA)	319/427
Figura 2.2.4.6-437 – Lagoa da Pedra (Guanambi/BA).....	319/427
Figura 2.2.4.6-438 – Cemitério em Lagoa da Pedra (Guanambi/BA)	319/427
Figura 2.2.4.6-439 – Sítio dos Gatos (Guanambi/BA).....	319/427
Figura 2.2.4.6-440 – Fazenda Tambori (Guanambi/BA).....	320/427
Figura 2.2.4.6-441 – Fazenda Vereda do Cercado (Caetitê/BA).....	321/427
Figura 2.2.4.6-442 – Igreja em Morrinhos (Guanambi/BA)	323/427
Figura 2.2.4.6-443 – Praça em Morrinhos (Guanambi/BA).....	323/427
Figura 2.2.4.6-444 – Cemitério em Morrinhos (Guanambi/BA).....	323/427
Figura 2.2.4.6-445 – Invernada (Guanambi/BA).....	325/427
Figura 2.2.4.6-446 – Rio Grande (Guanambi/BA).....	325/427
Figura 2.2.4.6-447 – Fazenda Morrinhos (Guanambi/BA).....	325/427
Figura 2.2.4.6-448 – Sítio Novo (Guanambi/BA).....	326/427
Figura 2.2.4.6-449 – Barra Arrancada (Guanambi/BA).....	326/427
Figura 2.2.4.6-450 – Barro Vermelho (Guanambi/BA)	326/427
Figura 2.2.4.6-451 – Barro Vermelho (Guanambi/BA)	326/427
Figura 2.2.4.6-452 – Lagoa da Pedra de João Cotrim (Guanambi/BA).....	327/427
Figura 2.2.4.6-453 – Buraquinho (Guanambi/BA).....	327/427

Figura 2.2.4.6-454 – Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Povoado de Curral de Varas (Guanambi/BA).....	329/427
Figura 2.2.4.6-455 – Curral de Varas (Guanambi/BA).....	329/427
Figura 2.2.4.6-456 – Quadra Poliesportiva de Curral de Varas (Guanambi/BA).....	329/427
Figura 2.2.4.6-457 – Jurema Barbosa (Guanambi/BA).....	329/427
Figura 2.2.4.6-458 – Jurema Barbosa (Guanambi/BA).....	330/427
Figura 2.2.4.6-459 – Pirajá (Caetitê/BA).....	331/427
Figura 2.2.4.6-460 – Pirajá (Caetitê/BA).....	331/427
Figura 2.2.4.6-461. Caixa d’água – CODEVASF – PA Serrador – Francisco Sá.....	339/427
Figura 2.2.4.6-462. Placa do programa Água para Todos – Povoado Barrocãozinho Montes Claros.....	339/427
Figura 2.2.4.6-463. Caixa d’água particular – Fazenda Três Corações – Montes Claros.....	340/427
Figura 2.2.4.6-464. Placa do PCPR – MG- Guaraciama- Povoado Rio Félix II.....	340/427
Figura 2.2.4.6-465. Placa PCPR – MG – Povoado Fazenda Bahia – Bocaiúva.....	340/427
Figura 2.2.4.6-466. Caixa d’água do Programa Água para Todos – Povoado Tirircal – Engeheiro Navarro.....	340/427
Figura 2.2.4.6-467 – Estação EMBASA- Ceraíma – Guanambi (BA).....	341/427
Figura 2.2.4.6-468 – Estação COPASA - Paraguaçu – Janaúba (BA).....	341/427
Figura 2.2.4.6-469. Cisterna instalada pelo Programa Água Para Todos em Junco (Francisco Sá/MG).....	342/427
Figura 2.2.4.6-470 – Placa da CODEVASF informando a perfuração de 100 poços tubulares profundos – Vila Angical – Monte Azul(MG).....	343/427
Figura 2.2.4.6-471 – Captação 01 – Barragem Angical –COPASA – Vila Angical - Monte Azul (MG).....	343/427
Figura 2.2.4.6-472 - Caixa d’Água Comunitária – Rebentão – Monte Azul (MG).....	343/427

Figura 2.2.4.6-473 – Implementação de Sistema Simplificado de Abastecimento de Água – Ações Emergenciais aos efeitos da estiagem – Francisco Sá (MG).....	343/427
Figura 2.2.4.6-474 – Implantação do Sistema Simplificado de Abastecimento de Água – Coqueirinho – Francisco Sá (MG).....	344/427
Figura 2.2.4.6-475 – Implantação do Sistema Simplificado de Abastecimento de Água na comunidade de Santa Cruz – Janaúba – CODEVASF com Cisterna Comunitária (MG).....	344/427
Figura 2.2.4.6-476 – COPASA – Mulungu – Porteirinha (MG).....	344/427
Figura 2.2.4.6-477 – Construção de cisterna no Semi-Árido – MDS – Tabuleiro - Espinosa (MG).....	344/427
Figura 2.2.4.6-478 – Placa Água Para Todos – Nova Porteirinha (MG).....	345/427
Figura 2.2.4.6-479 – Caminhão Pipa do Exército – Urandi (BA).....	345/427
Quadro 2.2.4.6-26 - Destinação dos resíduos sólidos na Área de Estudo Regional (AER).....	346/427
Figura 2.2.4.6-480 – Aparente disposição irregular de resíduos em Janaúba (MG).....	347/427
Figura 2.2.4.6-481 - Aparente disposição irregular de resíduos em Janaúba (MG).....	347/427
Figura 2.2.4.6-482 – Lixão em Urandi (BA).....	347/427
Figura 2.2.4.6-483 - Lixão em Urandi (BA).....	347/427
Quadro 2.2.4.6-27 - Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e destino do lixo na Área de Estudo Local.....	348/427
Quadro 2.2.4.6-28 - Benfeitorias Não Reprodutivas na Faixa de Servidão.....	364/427
Quadro 2.2.4.6-29 - Benfeitorias Reprodutivas na Faixa de Servidão.....	414/427

2.2.4.6 - Organização Espacial: Uso e Ocupação do Solo

2.2.4.6.1 - Principais Usos do Solo na Área de Estudo Regional (AER)

Dados do Censo Agropecuário de 2006, o último publicado pelo IBGE, indicam que a área de estudo tem como principais atividades rurais a criação de gado (pecuária) e a agricultura, especificamente as lavouras temporárias.

Conforme Quadro 2.2.4.6-1, em todos os municípios da AER o mesmo padrão se repete, como supracitado. De modo geral na AER, chama a atenção, a área reduzida dedicada às florestas, plantadas e nativas, demonstrando que a região foi alvo de antropização intensa.

Quadro 2.2.4.6-1 - Usos do Solo nos municípios da AER

Município	Grupos de atividade econômica	Variável	
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
Caetitê - BA	Total	4.883	96.046
	Lavoura temporária	1.645	23.519
	Horticultura e floricultura	179	2.093
	Lavoura permanente	107	2.439
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-	-
	Pecuária e criação de outros animais	2.654	63.401
	Produção florestal - florestas plantadas	72	1.519
	Produção florestal - florestas nativas	226	3.075
	Pesca	-	-
	Aquicultura	-	-
Candiba - BA	Total	2.824	35.990
	Lavoura temporária	1.337	10.130
	Horticultura e floricultura	25	237
	Lavoura permanente	20	530
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	2	X
	Pecuária e criação de outros animais	1.366	24.212
	Produção florestal - florestas plantadas	30	379
	Produção florestal - florestas nativas	40	388
	Pesca	2	X
	Aquicultura	2	X

Município	Grupos de atividade econômica	Variável	
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
Guanambi - BA	Total	4.693	102.962
	Lavoura temporária	2.003	22.845
	Horticultura e floricultura	149	1.406
	Lavoura permanente	109	1.324
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	1	X
	Pecuária e criação de outros animais	2.351	75.789
	Produção florestal - florestas plantadas	30	826
	Produção florestal - florestas nativas	45	757
	Pesca	3	7
	Aquicultura	2	X
Pindaí - BA	Total	2.983	41.820
	Lavoura temporária	1.249	11.780
	Horticultura e floricultura	71	978
	Lavoura permanente	15	1.700
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-	-
	Pecuária e criação de outros animais	1.618	26.987
	Produção florestal - florestas plantadas	11	158
	Produção florestal - florestas nativas	18	190
	Pesca	1	X
	Aquicultura	-	-
Urandi - BA	Total	1.920	50.705
	Lavoura temporária	526	9.902
	Horticultura e floricultura	19	139
	Lavoura permanente	104	2.577
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-	-
	Pecuária e criação de outros animais	1.249	37.586
	Produção florestal - florestas plantadas	16	368
	Produção florestal - florestas nativas	5	125
	Pesca	-	-
	Aquicultura	1	X

Município	Grupos de atividade econômica	Variável	
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
Augusto de Lima - MG	Total	102	22.821
	Lavoura temporária	27	4.263
	Horticultura e floricultura	3	320
	Lavoura permanente	1	X
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-	-
	Pecuária e criação de outros animais	70	18.097
	Produção florestal - florestas plantadas	1	X
	Produção florestal - florestas nativas	-	-
	Pesca	-	-
	Aquicultura	-	-
Bocaiúva - MG	Total	988	58.468
	Lavoura temporária	292	8.111
	Horticultura e floricultura	35	408
	Lavoura permanente	28	1.009
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-	-
	Pecuária e criação de outros animais	623	48.807
	Produção florestal - florestas plantadas	7	110
	Produção florestal - florestas nativas	3	22
	Pesca	-	-
Aquicultura	-	-	
Buenópolis - MG	Total	319	14.671
	Lavoura temporária	123	4.520
	Horticultura e floricultura	7	105
	Lavoura permanente	22	782
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-	-
	Pecuária e criação de outros animais	166	9.258
	Produção florestal - florestas plantadas	1	X
	Produção florestal - florestas nativas	-	-
	Pesca	-	-
	Aquicultura	-	-
	Lavoura temporária	78	9.376

Município	Grupos de atividade econômica	Variável	
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
Catuti - MG	Total	766	27.339
	Lavoura temporária	258	3.993
	Horticultura e floricultura	2	X
	Lavoura permanente	13	545
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-	-
	Pecuária e criação de outros animais	441	21.163
	Produção florestal - florestas plantadas	5	532
	Produção florestal - florestas nativas	46	1.069
	Pesca	1	X
	Aquicultura	-	-
Engenheiro Navarro - MG	Total	268	39.896
	Lavoura temporária	51	4.238
	Horticultura e floricultura	9	30
	Lavoura permanente	4	15
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-	-
	Pecuária e criação de outros animais	200	22.850
	Produção florestal - florestas plantadas	2	X
	Produção florestal - florestas nativas	2	X
	Pesca	-	-
	Aquicultura	-	-
Espinosa - MG	Total	3.267	87.627
	Lavoura temporária	696	12.505
	Horticultura e floricultura	75	1.028
	Lavoura permanente	73	2.612
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-	-
	Pecuária e criação de outros animais	2.249	65.970
	Produção florestal - florestas plantadas	45	1.177
	Produção florestal - florestas nativas	118	4.330
	Pesca	11	6
	Aquicultura	-	-

Município	Grupos de atividade econômica	Variável	
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
Francisco Sá - MG	Total	1.477	164.406
	Lavoura temporária	241	14.596
	Horticultura e floricultura	23	716
	Lavoura permanente	11	2.077
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-	-
	Pecuária e criação de outros animais	1.175	144.866
	Produção florestal - florestas plantadas	15	655
	Produção florestal - florestas nativas	12	1.497
	Pesca	-	-
	Aquicultura	-	-
Glaucilândia - MG	Total	109	3.824
	Lavoura temporária	12	215
	Horticultura e floricultura	8	636
	Lavoura permanente	-	-
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-	-
	Pecuária e criação de outros animais	88	2.972
	Produção florestal - florestas plantadas	1	X
	Produção florestal - florestas nativas	-	-
	Pesca	-	-
Aquicultura	-	-	
Guaraciama - MG	Total	325	7.342
	Lavoura temporária	56	296
	Horticultura e floricultura	2	X
	Lavoura permanente	5	109
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-	-
	Pecuária e criação de outros animais	259	6.878
	Produção florestal - florestas plantadas	2	X
	Produção florestal - florestas nativas	1	X
	Pesca	-	-
Aquicultura	-	-	

Município	Grupos de atividade econômica	Variável	
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
Janaúba - MG	Total	1.474	158.166
	Lavoura temporária	140	8.753
	Horticultura e floricultura	35	1.351
	Lavoura permanente	100	13.301
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-	-
	Pecuária e criação de outros animais	1.119	130.922
	Produção florestal - florestas plantadas	23	945
	Produção florestal - florestas nativas	54	2.872
	Pesca	-	-
	Aquicultura	3	22
Joaquim Felício - MG	Total	315	24.545
	Lavoura temporária	67	4.475
	Horticultura e floricultura	40	481
	Lavoura permanente	3	10
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-	-
	Pecuária e criação de outros animais	204	19.562
	Produção florestal - florestas plantadas	-	-
	Produção florestal - florestas nativas	1	X
	Pesca	-	-
	Aquicultura	-	-
Juramento - MG	Total	310	23.746
	Lavoura temporária	55	2.335
	Horticultura e floricultura	12	346
	Lavoura permanente	4	970
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-	-
	Pecuária e criação de outros animais	239	20.096
	Produção florestal - florestas plantadas	-	-
	Produção florestal - florestas nativas	-	-
	Pesca	-	-
	Aquicultura	-	-

Município	Grupos de atividade econômica	Variável	
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
Mamonas - MG	Total	1.207	15.962
	Lavoura temporária	342	3.274
	Horticultura e floricultura	12	99
	Lavoura permanente	4	90
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-	-
	Pecuária e criação de outros animais	825	12.195
	Produção florestal - florestas plantadas	12	162
	Produção florestal - florestas nativas	11	139
	Pesca	1	X
	Aquicultura	-	-
Mato Verde - MG	Total	1.003	39.080
	Lavoura temporária	217	5.751
	Horticultura e floricultura	44	867
	Lavoura permanente	4	285
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-	-
	Pecuária e criação de outros animais	693	31.023
	Produção florestal - florestas plantadas	7	355
	Produção florestal - florestas nativas	35	781
	Pesca	3	18
Aquicultura	-	-	
Monjolos - MG	Total	157	14.983
	Lavoura temporária	5	217
	Horticultura e floricultura	2	X
	Lavoura permanente	3	23
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-	-
	Pecuária e criação de outros animais	145	14.646
	Produção florestal - florestas plantadas	2	X
	Produção florestal - florestas nativas	-	-
	Pesca	-	-
Aquicultura	-	-	

Município	Grupos de atividade econômica	Variável	
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
Monte Azul - MG	Total	2.494	65.016
	Lavoura temporária	577	8.599
	Horticultura e floricultura	63	768
	Lavoura permanente	25	643
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-	-
	Pecuária e criação de outros animais	1.795	53.092
	Produção florestal - florestas plantadas	23	356
	Produção florestal - florestas nativas	10	1.555
	Pesca	1	X
	Aquicultura	-	-
Montes Claros - MG	Total	3.357	189.454
	Lavoura temporária	716	32.678
	Horticultura e floricultura	386	7.435
	Lavoura permanente	64	3.065
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-	-
	Pecuária e criação de outros animais	2.142	143.379
	Produção florestal - florestas plantadas	12	266
	Produção florestal - florestas nativas	33	1.459
	Pesca	-	-
	Aquicultura	4	1.173
Nova Porteirinha - MG	Total	644	10.399
	Lavoura temporária	76	723
	Horticultura e floricultura	29	394
	Lavoura permanente	294	5.593
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	5	45
	Pecuária e criação de outros animais	236	3.546
	Produção florestal - florestas plantadas	-	-
	Produção florestal - florestas nativas	2	X
	Pesca	-	-
	Aquicultura	2	X

Município	Grupos de atividade econômica	Variável	
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
Olhos-d'Água - MG	Total	383	31.995
	Lavoura temporária	76	2.155
	Horticultura e floricultura	9	463
	Lavoura permanente	11	56
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-	-
	Pecuária e criação de outros animais	273	17.321
	Produção florestal - florestas plantadas	4	11.658
	Produção florestal - florestas nativas	10	343
	Pesca	-	-
	Aquicultura	-	-
Pai Pedro - MG	Total	1.082	65.213
	Lavoura temporária	222	5.624
	Horticultura e floricultura	8	43
	Lavoura permanente	4	489
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-	-
	Pecuária e criação de outros animais	673	54.160
	Produção florestal - florestas plantadas	4	410
	Produção florestal - florestas nativas	168	4.339
	Pesca	3	149
Aquicultura	-	-	
Porteirinha - MG	Total	3.546	91.081
	Lavoura temporária	501	9.044
	Horticultura e floricultura	61	399
	Lavoura permanente	51	855
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-	-
	Pecuária e criação de outros animais	2.815	77.271
	Produção florestal - florestas plantadas	11	433
	Produção florestal - florestas nativas	106	3.070
	Pesca	1	X
Aquicultura	-	-	

Município	Grupos de atividade econômica	Variável	
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
Presidente Juscelino - MG	Total	287	34.083
	Lavoura temporária	78	7.382
	Horticultura e floricultura	3	101
	Lavoura permanente	-	-
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-	-
	Pecuária e criação de outros animais	204	26.583
	Produção florestal - florestas plantadas	2	X
	Produção florestal - florestas nativas	-	-
	Pesca	-	-
	Aquicultura	-	-
Santo Hipólito - MG	Total	182	34.500
	Lavoura temporária	60	8.133
	Horticultura e floricultura	7	233
	Lavoura permanente	2	X
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-	-
	Pecuária e criação de outros animais	110	24.335
	Produção florestal - florestas plantadas	-	-
	Produção florestal - florestas nativas	2	X
	Pesca	-	-
	Aquicultura	1	X

Conforme mencionado, o segundo principal uso do solo em áreas rurais na AER é a lavoura temporária. Neste sentido, os dados apresentados no Quadro 2.2.4.6-2 demonstram que existe distinção entre as culturas quanto à área plantada, quantidade produzida e valor da produção.

Com relação à área dedicada a lavouras temporárias, as principais culturas encontradas nos municípios da AER são feijão, sorgo, milho e algodão. Os três primeiros são comumente cultivados para alimentação humana e animal, além de venda de excedente, enquanto que o algodão é normalmente produzido para comercialização.

Quanto à quantidade produzida, as principais culturas são a cana de açúcar, mandioca e sorgo. Nota-se que, apenas, o sorgo encontra-se na lista das que ocupam maiores áreas plantadas. Assim, pode-se

concluir que a cana de açúcar e mandioca têm produtividade maior, em outras palavras, mesmo que com plantações menores a quantidade produzida é significativa.

Por fim, as culturas com maior valor de produção são também a cana de açúcar, mandioca, milho e sorgo, portanto, produtos voltados para subsistência e composição de renda das famílias produtoras da AER. Importa, ainda, destacar a produção de alho no município de Pindaí.

Quadro 2.2.4.6-2 - Produção em Lavouras Temporárias na AER

Município	Produto das lavouras temporárias	Área plantada (Hectares)	Quantidade produzida (Toneladas)	Valor da produção (Mil Reais)
Caetité - BA	Total	3880	-	6954
Caetité - BA	Algodão herbáceo (em caroço)	10	23	43
Caetité - BA	Cana-de-açúcar	350	17500	2363
Caetité - BA	Feijão (em grão)	1910	360	639
Caetité - BA	Mandioca	800	9600	3840
Caetité - BA	Milho (em grão)	800	96	65
Caetité - BA	Sorgo (em grão)	10	12	4
Candiba - BA	Total	5435	-	793
Candiba - BA	Algodão herbáceo (em caroço)	20	9	11
Candiba - BA	Cana-de-açúcar	20	600	87
Candiba - BA	Feijão (em grão)	2230	-	-
Candiba - BA	Mamona (baga)	10	3	2
Candiba - BA	Mandioca	455	910	341
Candiba - BA	Milho (em grão)	500	-	-
Candiba - BA	Sorgo (em grão)	2200	880	352
Guanambi - BA	Total	7625	-	3930
Guanambi - BA	Algodão herbáceo (em caroço)	30	8	10
Guanambi - BA	Feijão (em grão)	3020	-	-
Guanambi - BA	Mamona (baga)	5	2	1
Guanambi - BA	Mandioca	1540	6930	2599
Guanambi - BA	Milho (em grão)	1000	-	-
Guanambi - BA	Sorgo (em grão)	2000	600	240
Guanambi - BA	Tomate	30	1800	1080
Pindaí - BA	Total	7140	-	4035
Pindaí - BA	Algodão herbáceo (em caroço)	40	13	16
Pindaí - BA	Alho	60	420	1512
Pindaí - BA	Cana-de-açúcar	20	760	148
Pindaí - BA	Cebola	20	320	368
Pindaí - BA	Feijão (em grão)	2530	-	-
Pindaí - BA	Mamona (baga)	20	7	4

Município	Produto das lavouras temporárias	Área plantada (Hectares)	Quantidade produzida (Toneladas)	Valor da produção (Mil Reais)
Pindaí - BA	Mandioca	950	3800	1387
Pindaí - BA	Milho (em grão)	500	-	-
Pindaí - BA	Sorgo (em grão)	3000	1500	600
Urandi - BA	Total	3090	-	1668
Urandi - BA	Algodão herbáceo (em caroço)	50	60	96
Urandi - BA	Cana-de-açúcar	30	1500	143
Urandi - BA	Feijão (em grão)	1550	285	497
Urandi - BA	Mamona (baga)	10	8	5
Urandi - BA	Mandioca	50	600	270
Urandi - BA	Milho (em grão)	200	-	-
Urandi - BA	Sorgo (em grão)	1200	1800	657
Augusto de Lima - MG	Total	530	-	1940
Augusto de Lima - MG	Cana-de-açúcar	160	8000	720
Augusto de Lima - MG	Feijão (em grão)	20	30	60
Augusto de Lima - MG	Mandioca	40	1000	350
Augusto de Lima - MG	Melancia	10	120	60
Augusto de Lima - MG	Milho (em grão)	300	1500	750
Bocaiúva - MG	Total	6827	-	17723
Bocaiúva - MG	Abacaxi	10	100	80
Bocaiúva - MG	Arroz (em casca)	25	38	28
Bocaiúva - MG	Cana-de-açúcar	3000	90000	9000
Bocaiúva - MG	Feijão (em grão)	450	639	1285
Bocaiúva - MG	Mandioca	340	3400	1411
Bocaiúva - MG	Milho (em grão)	3000	10500	5775
Bocaiúva - MG	Tomate	2	120	144
Buenópolis - MG	Total	2933	-	7576
Buenópolis - MG	Abacaxi	8	88	106
Buenópolis - MG	Cana-de-açúcar	400	25600	2176
Buenópolis - MG	Feijão (em grão)	250	250	500
Buenópolis - MG	Mandioca	75	1125	394
Buenópolis - MG	Milho (em grão)	2200	8800	4400
Catuti - MG	Total	921	-	390
Catuti - MG	Algodão herbáceo (em caroço)	237	120	114
Catuti - MG	Alho	1	4	24
Catuti - MG	Amendoim (em casca)	3	2	3
Catuti - MG	Arroz (em casca)	5	1	1
Catuti - MG	Batata-doce	2	10	4
Catuti - MG	Cana-de-açúcar	8	250	24
Catuti - MG	Cebola	1	12	12

Município	Produto das lavouras temporárias	Área plantada (Hectares)	Quantidade produzida (Toneladas)	Valor da produção (Mil Reais)
Catuti - MG	Feijão (em grão)	259	45	70
Catuti - MG	Mamona (baga)	15	8	7
Catuti - MG	Mandioca	47	300	104
Catuti - MG	Melancia	2	20	4
Catuti - MG	Milho (em grão)	320	1	1
Catuti - MG	Sorgo (em grão)	20	20	6
Catuti - MG	Tomate	1	20	16
Engenheiro Navarro - MG	Total	1601	-	4550
Engenheiro Navarro - MG	Alho	1	8	60
Engenheiro Navarro - MG	Cana-de-açúcar	460	27600	2346
Engenheiro Navarro - MG	Feijão (em grão)	260	236	572
Engenheiro Navarro - MG	Mandioca	20	240	96
Engenheiro Navarro - MG	Melancia	60	1800	900
Engenheiro Navarro - MG	Milho (em grão)	800	960	576
Espinosa - MG	Total	3122	-	2722
Espinosa - MG	Abacaxi	5	75	59
Espinosa - MG	Algodão herbáceo (em caroço)	15	2	2
Espinosa - MG	Alho	2	7	42
Espinosa - MG	Amendoim (em casca)	10	3	6
Espinosa - MG	Arroz (em casca)	80	11	9
Espinosa - MG	Batata-doce	2	30	12
Espinosa - MG	Cana-de-açúcar	290	9500	855
Espinosa - MG	Cebola	2	40	51
Espinosa - MG	Feijão (em grão)	1033	516	834
Espinosa - MG	Mamona (baga)	6	2	2
Espinosa - MG	Mandioca	127	1680	529
Espinosa - MG	Melancia	28	694	268
Espinosa - MG	Milho (em grão)	1400	24	10
Espinosa - MG	Sorgo (em grão)	120	4	1
Espinosa - MG	Tomate	2	40	42
Francisco Sá - MG	Total	3034	-	5187
Francisco Sá - MG	Abacaxi	2	70	70
Francisco Sá - MG	Alho	10	85	638
Francisco Sá - MG	Amendoim (em casca)	10	15	30
Francisco Sá - MG	Arroz (em casca)	15	18	18
Francisco Sá - MG	Cana-de-açúcar	144	5760	490
Francisco Sá - MG	Feijão (em grão)	190	264	639
Francisco Sá - MG	Mandioca	110	1410	547
Francisco Sá - MG	Melancia	3	90	45

Município	Produto das lavouras temporárias	Área plantada (Hectares)	Quantidade produzida (Toneladas)	Valor da produção (Mil Reais)
Francisco Sá - MG	Milho (em grão)	1850	3700	2220
Francisco Sá - MG	Sorgo (em grão)	700	1225	490
Glaucilândia - MG	Total	1788	-	1770
Glaucilândia - MG	Cana-de-açúcar	88	3520	282
Glaucilândia - MG	Feijão (em grão)	200	132	317
Glaucilândia - MG	Mandioca	15	180	81
Glaucilândia - MG	Milho (em grão)	1400	1680	1008
Glaucilândia - MG	Sorgo (em grão)	85	204	82
Guaraciama - MG	Total	1545	-	2371
Guaraciama - MG	Amendoim (em casca)	5	4	9
Guaraciama - MG	Mandioca	250	3000	1200
Guaraciama - MG	Milho (em grão)	1200	1800	1080
Guaraciama - MG	Sorgo (em grão)	90	216	82
Janaúba - MG	Total	1813	-	1090
Janaúba - MG	Abacaxi	1	15	12
Janaúba - MG	Algodão herbáceo (em caroço)	4	3	3
Janaúba - MG	Alho	2	14	81
Janaúba - MG	Amendoim (em casca)	5	2	3
Janaúba - MG	Arroz (em casca)	10	2	2
Janaúba - MG	Batata-doce	5	70	38
Janaúba - MG	Cana-de-açúcar	3	120	13
Janaúba - MG	Cebola	1	20	18
Janaúba - MG	Feijão (em grão)	223	121	250
Janaúba - MG	Mamona (baga)	13	3	3
Janaúba - MG	Mandioca	17	325	167
Janaúba - MG	Melancia	7	110	47
Janaúba - MG	Milho (em grão)	1470	782	352
Janaúba - MG	Sorgo (em grão)	50	4	1
Janaúba - MG	Tomate	2	100	100
Joaquim Felício - MG	Total	636	-	1636
Joaquim Felício - MG	Abacaxi	6	200	240
Joaquim Felício - MG	Feijão (em grão)	80	72	158
Joaquim Felício - MG	Mandioca	50	560	238
Joaquim Felício - MG	Milho (em grão)	500	2000	1000
Juramento - MG	Total	2000	-	2889
Juramento - MG	Alho	2	12	90
Juramento - MG	Cana-de-açúcar	214	8560	685
Juramento - MG	Feijão (em grão)	310	354	902
Juramento - MG	Mandioca	25	250	100

Município	Produto das lavouras temporárias	Área plantada (Hectares)	Quantidade produzida (Toneladas)	Valor da produção (Mil Reais)
Juramento - MG	Milho (em grão)	1400	1680	1008
Juramento - MG	Sorgo (em grão)	48	115	44
Juramento - MG	Tomate	1	50	60
Mamonas - MG	Total	1859	-	1067
Mamonas - MG	Algodão herbáceo (em caroço)	2	1	1
Mamonas - MG	Alho	20	120	636
Mamonas - MG	Amendoim (em casca)	3	1	2
Mamonas - MG	Arroz (em casca)	5	1	1
Mamonas - MG	Batata-doce	1	10	5
Mamonas - MG	Cana-de-açúcar	50	700	62
Mamonas - MG	Fava (em grão)	2	2	6
Mamonas - MG	Feijão (em grão)	405	75	151
Mamonas - MG	Mamona (baga)	10	2	2
Mamonas - MG	Mandioca	38	380	153
Mamonas - MG	Melancia	2	10	3
Mamonas - MG	Milho (em grão)	1200	60	24
Mamonas - MG	Sorgo (em grão)	120	3	1
Mamonas - MG	Tomate	1	20	20
Mato Verde - MG	Total	3357	-	1225
Mato Verde - MG	Abacaxi	1	15	12
Mato Verde - MG	Algodão herbáceo (em caroço)	814	285	271
Mato Verde - MG	Alho	2	10	54
Mato Verde - MG	Amendoim (em casca)	5	2	3
Mato Verde - MG	Arroz (em casca)	10	2	2
Mato Verde - MG	Batata-doce	4	60	25
Mato Verde - MG	Cana-de-açúcar	100	2700	233
Mato Verde - MG	Cebola	1	20	28
Mato Verde - MG	Feijão (em grão)	463	210	352
Mato Verde - MG	Mamona (baga)	30	14	13
Mato Verde - MG	Mandioca	23	222	107
Mato Verde - MG	Melancia	2	12	3
Mato Verde - MG	Milho (em grão)	1500	198	86
Mato Verde - MG	Sorgo (em grão)	400	8	3
Mato Verde - MG	Tomate	2	30	33
Monjolos - MG	Total	590	-	1703
Monjolos - MG	Cana-de-açúcar	200	12000	840
Monjolos - MG	Mandioca	40	560	213
Monjolos - MG	Milho (em grão)	350	1300	650

Município	Produto das lavouras temporárias	Área plantada (Hectares)	Quantidade produzida (Toneladas)	Valor da produção (Mil Reais)
Monte Azul - MG	Total	3697	-	1375
Monte Azul - MG	Abacaxi	2	30	24
Monte Azul - MG	Algodão herbáceo (em caroço)	65	15	15
Monte Azul - MG	Alho	2	7	39
Monte Azul - MG	Amendoim (em casca)	5	2	3
Monte Azul - MG	Arroz (em casca)	50	1	1
Monte Azul - MG	Batata-doce	2	10	4
Monte Azul - MG	Cana-de-açúcar	20	700	56
Monte Azul - MG	Cebola	1	20	36
Monte Azul - MG	Feijão (em grão)	861	360	653
Monte Azul - MG	Mamona (baga)	80	38	38
Monte Azul - MG	Mandioca	104	1092	413
Monte Azul - MG	Melancia	3	15	4
Monte Azul - MG	Milho (em grão)	2000	96	42
Monte Azul - MG	Sorgo (em grão)	500	15	5
Monte Azul - MG	Tomate	2	40	42
Montes Claros - MG	Total	4335	-	8386
Montes Claros - MG	Abacaxi	8	128	102
Montes Claros - MG	Arroz (em casca)	8	8	7
Montes Claros - MG	Cana-de-açúcar	550	33000	2640
Montes Claros - MG	Feijão (em grão)	760	789	1901
Montes Claros - MG	Mandioca	540	4000	1602
Montes Claros - MG	Milho (em grão)	2300	2760	1472
Montes Claros - MG	Sorgo (em grão)	160	320	122
Montes Claros - MG	Tomate	9	450	540
Nova Porteirinha - MG	Total	504	-	1458
Nova Porteirinha - MG	Abacaxi	2	45	38
Nova Porteirinha - MG	Algodão herbáceo (em caroço)	20	4	4
Nova Porteirinha - MG	Alho	2	12	73
Nova Porteirinha - MG	Amendoim (em casca)	4	5	9
Nova Porteirinha - MG	Arroz (em casca)	5	4	3
Nova Porteirinha - MG	Batata-doce	5	80	38
Nova Porteirinha - MG	Cana-de-açúcar	30	2700	269
Nova Porteirinha - MG	Cebola	2	45	47
Nova Porteirinha - MG	Feijão (em grão)	147	170	457
Nova Porteirinha - MG	Mamona (baga)	3	1	1
Nova Porteirinha - MG	Mandioca	22	360	180
Nova Porteirinha - MG	Melancia	5	150	68
Nova Porteirinha - MG	Milho (em grão)	205	433	189
Nova Porteirinha - MG	Sorgo (em grão)	50	3	1
Nova Porteirinha - MG	Tomate	2	81	81

Município	Produto das lavouras temporárias	Área plantada (Hectares)	Quantidade produzida (Toneladas)	Valor da produção (Mil Reais)
Olhos-d'Água - MG	Abacaxi	5	60	48
Olhos-d'Água - MG	Cana-de-açúcar	180	5400	432
Olhos-d'Água - MG	Feijão (em grão)	70	50	122
Olhos-d'Água - MG	Mandioca	80	560	218
Olhos-d'Água - MG	Milho (em grão)	280	520	316
Pai Pedro - MG	Total	2041	-	422
Pai Pedro - MG	Algodão herbáceo (em caroço)	300	11	10
Pai Pedro - MG	Alho	1	4	23
Pai Pedro - MG	Amendoim (em casca)	5	1	2
Pai Pedro - MG	Arroz (em casca)	5	1	1
Pai Pedro - MG	Batata-doce	2	10	4
Pai Pedro - MG	Cana-de-açúcar	16	350	30
Pai Pedro - MG	Cebola	2	20	21
Pai Pedro - MG	Feijão (em grão)	285	124	213
Pai Pedro - MG	Mamona (baga)	6	1	1
Pai Pedro - MG	Mandioca	15	175	58
Pai Pedro - MG	Melancia	3	15	3
Pai Pedro - MG	Milho (em grão)	1100	100	41
Pai Pedro - MG	Sorgo (em grão)	300	6	2
Pai Pedro - MG	Tomate	1	15	13
Porteirinha - MG	Total	3651	-	1263
Porteirinha - MG	Abacaxi	2	30	26
Porteirinha - MG	Algodão herbáceo (em caroço)	30	6	6
Porteirinha - MG	Alho	3	15	87
Porteirinha - MG	Amendoim (em casca)	20	12	19
Porteirinha - MG	Arroz (em casca)	5	1	1
Porteirinha - MG	Batata-doce	5	50	25
Porteirinha - MG	Cana-de-açúcar	16	450	44
Porteirinha - MG	Cebola	2	30	32
Porteirinha - MG	Feijão (em grão)	477	223	390
Porteirinha - MG	Mamona (baga)	3	1	1
Porteirinha - MG	Mandioca	32	400	174
Porteirinha - MG	Melancia	50	1000	251
Porteirinha - MG	Milho (em grão)	2502	95	43
Porteirinha - MG	Sorgo (em grão)	500	12	4
Porteirinha - MG	Tomate	4	160	160
Presidente Juscelino - MG	Total	1105	-	1875
Presidente Juscelino - MG	Cana-de-açúcar	80	4000	320
Presidente Juscelino - MG	Feijão (em grão)	20	18	41
Presidente Juscelino - MG	Mandioca	5	40	14
Presidente Juscelino - MG	Milho (em grão)	1000	3000	1500

Município	Produto das lavouras temporárias	Área plantada (Hectares)	Quantidade produzida (Toneladas)	Valor da produção (Mil Reais)
Santo Hipólito - MG	Total	1080	-	4507
Santo Hipólito - MG	Cana-de-açúcar	440	35200	2816
Santo Hipólito - MG	Feijão (em grão)	90	81	178
Santo Hipólito - MG	Milho (em grão)	550	3025	1513

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal.

Quanto às lavouras permanentes, os números de área destinada à colheita, quantidade produzida e valor da produção são diminutos na comparação com cultivos em lavouras temporárias (Quadro 2.2.4.6-3).

O café é cultura produzida com algum destaque, apenas, nos municípios de Bocaiúva e Caetité. Nos demais municípios da AER as culturas permanentes são principalmente fruticulturas, como banana, manga e mamão, sendo que a primeira é a que apresenta, de modo geral, os maiores quantitativos de área, quantidade e valor de produção.

Quadro 2.2.4.6-3 - Produção em Lavouras Permanentes na AER

Município	Produto das lavouras permanentes	Variável		
		Área destinada à colheita (Hectares)	Quantidade produzida (Toneladas)	Valor da produção (Mil Reais)
Caetité - BA	Total	415	-	1.480
	Banana (cachos)	25	120	88
	Café (em grão) Total	350	200	1.350
	Café (em grão) Arábica	350	200	1.350
	Coco-da-baía	30	50	25
	Laranja	10	45	17
Candiba - BA	Total	24	-	203
	Banana (cachos)	9	153	107
	Coco-da-baía	15	225	96
Guanambi - BA	Total	80	-	799
	Banana (cachos)	15	240	163
	Coco-da-baía	10	140	70
	Goiaba	4	80	54
	Laranja	2	22	9
	Mamão	4	162	77
	Manga	30	480	228
	Maracujá	10	100	53
	Uva	5	100	145

Município	Produto das lavouras permanentes	Variável		
		Área destinada à colheita (Hectares)	Quantidade produzida (Toneladas)	Valor da produção (Mil Reais)
Pindaí - BA	Total	33	-	262
	Banana (cacho)	20	255	171
	Coco-da-baía	11	165	83
	Laranja	2	24	8
Urandi - BA	Total	2.110	-	4.573
	Banana (cacho)	2.000	6.000	4.380
	Café (em grão) Total	50	30	135
	Café (em grão) Arábica	50	30	135
	Coco-da-baía	30	50	25
	Laranja	30	100	33
Augusto de Lima - MG	Total	45	-	465
	Laranja	2	20	12
	Manga	40	400	400
	Maracujá	3	30	53
Bocaiúva - MG	Total	274	-	3.354
	Abacate	2	20	18
	Banana (cacho)	38	760	684
	Café (em grão) Total	150	270	1.674
	Café (em grão) Arábica	150	270	1.674
	Laranja	42	630	504
	Limão	12	180	162
	Maracujá	5	50	75
	Tangerina	22	220	165
	Uva	3	18	72
Buenópolis - MG	Total	92	-	908
	Coco-da-baía	12	108	108
	Manga	80	800	800
Catuti - MG	Total	51	-	551
	Banana (cacho)	5	60	63
	Coco-da-baía	35	650	410
	Laranja	2	20	11
	Limão	2	20	13
	Mamão	2	40	29
	Manga	5	40	25

Município	Produto das lavouras permanentes	Variável		
		Área destinada à colheita (Hectares)	Quantidade produzida (Toneladas)	Valor da produção (Mil Reais)
Engenheiro Navarro - MG	Total	44	-	575
	Banana (cachos)	17	204	184
	Goiaba	2	36	90
	Laranja	5	75	56
	Limão	5	90	72
	Manga	5	60	60
	Tangerina	10	150	113
Espinosa - MG	Total	365	-	7.306
	Banana (cachos)	281	4.680	4.856
	Café (em grão) Total	2	3	12
	Café (em grão) Canephora	2	3	12
	Coco-da-baía	16	240	167
	Goiaba	2	15	9
	Laranja	2	27	13
	Limão	10	150	92
	Mamão	10	200	127
	Manga	10	100	90
	Maracujá	32	800	1.940
Francisco Sá - MG	Total	326	-	7.539
	Banana (cachos)	228	4.104	3.981
	Coco-da-baía	15	345	293
	Goiaba	8	280	560
	Limão	5	40	32
	Mamão	50	2.750	2.475
	Manga	18	180	144
	Maracujá	2	30	54
Glaucilândia - MG	Total	53	-	617
	Abacate	5	40	36
	Limão	5	100	80
	Mamão	3	39	31
	Manga	25	250	200
	Maracujá	15	180	270
Guaraciama - MG	Total	278	-	587
	Banana (cachos)	18	180	144
	Laranja	10	90	68
	Manga	250	750	375

Município	Produto das lavouras permanentes	Variável		
		Área destinada à colheita (Hectares)	Quantidade produzida (Toneladas)	Valor da produção (Mil Reais)
Janaúba - MG	Total	3.140	-	71.618
	Banana (cacho)	2.550	44.500	50.508
	Coco-da-baía	10	150	112
	Goiaba	3	60	46
	Laranja	4	80	44
	Limão	32	650	457
	Mamão	80	3.200	2.477
	Manga	435	11.000	15.950
	Maracujá	5	125	334
	Tangerina	1	20	13
	Urucum (semente)	2	8	24
	Uva	18	396	1.653
Juramento - MG	Total	14	-	172
	Banana (cacho)	6	72	65
	Coco-da-baía	1	20	19
	Limão	1	10	9
	Maracujá	3	45	68
	Urucum (semente)	3	3	11
Mamonas - MG	Total	16	-	137
	Banana (cacho)	4	55	50
	Coco-da-baía	5	80	50
	Limão	3	35	18
	Mamão	2	22	12
	Manga	2	16	7
Mato Verde - MG	Total	18	-	202
	Banana (cacho)	6	75	82
	Coco-da-baía	3	40	27
	Laranja	2	28	13
	Limão	2	25	14
	Mamão	2	25	13
	Manga	2	16	6
	Maracujá	1	20	47
Monjolos - MG	Total	20	-	525
	Manga	15	300	390
	Maracujá	5	75	135

Município	Produto das lavouras permanentes	Variável		
		Área destinada à colheita (Hectares)	Quantidade produzida (Toneladas)	Valor da produção (Mil Reais)
Monte Azul - MG	Total	79	-	655
	Banana (cachos)	14	200	214
	Café (em grão) Total	12	20	79
	Café (em grão) Canephora	12	20	79
	Coco-da-baía	35	350	245
	Goiaba	3	45	29
	Laranja	6	66	31
	Limão	2	25	16
	Mamão	3	40	22
	Manga	2	20	11
	Urucum (semente)	2	3	8
Montes Claros - MG	Total	503	-	8.475
	Banana (cachos)	287	5.166	5.295
	Coco-da-baía	5	60	48
	Goiaba	5	60	120
	Laranja	30	300	225
	Limão	50	600	420
	Mamão	4	80	120
	Manga	80	1.600	1.920
	Maracujá	4	40	60
	Tangerina	18	216	162
	Urucum (semente)	20	30	105
Nova Porteirinha - MG	Total	2.401	-	60.156
	Abacate	2	50	40
	Banana (cachos)	2.150	43.500	48.416
	Café (em grão) Total	1	3	17
	Café (em grão) Arábica	1	3	17
	Coco-da-baía	1	18	14
	Goiaba	18	396	372
	Laranja	5	75	38
	Limão	5	100	83
	Mamão	75	2.250	1.672
	Manga	85	2.125	3.193
	Maracujá	7	126	333
	Tangerina	20	400	320
	Uva	32	1.280	5.658

Município	Produto das lavouras permanentes	Variável		
		Área destinada à colheita (Hectares)	Quantidade produzida (Toneladas)	Valor da produção (Mil Reais)
Pai Pedro - MG	Total	18	-	168
	Banana (cacho)	5	75	78
	Coco-da-baía	5	60	39
	Laranja	2	22	11
	Limão	2	25	17
	Mamão	2	25	16
	Manga	2	12	7
Porteirinha - MG	Total	380	-	8.895
	Banana (cacho)	300	6.000	7.239
	Coco-da-baía	15	150	113
	Goiaba	5	75	56
	Laranja	15	200	97
	Limão	6	108	84
	Mamão	5	70	48
	Manga	20	360	453
	Maracujá	3	40	103
	Urucum (semente)	3	9	24
	Uva	8	160	678
Presidente Juscelino - MG	Total	14	-	179
	Abacate	4	72	79
	Manga	10	100	100
Santo Hipólito - MG	Total	10	-	192
	Manga	10	160	192

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal

A identificação da presença da silvicultura é importante uma vez que a implantação da faixa de servidão para construção e operação de linhas de transmissão impõem restrições de uso para esse tipo de atividade.

Nesse sentido, o carvão, a lenha e a madeira em tora de eucalipto têm destaque, em termos de toneladas produzidas. No conjunto de municípios analisados, a silvicultura aparece com importância maior em Augusto de Lima, **Olhos D'Água** e Bocaiúva. Pode-se observar a presença do cultivo do eucalipto em diversos dos municípios da AER, ainda que, em quantidades diminutas (Quadro 2.2.4.6-4).

Quadro 2.2.4.6-4 - Produção da Silvicultura na AER

Município	Tipo de produto da silvicultura	Quantidade
Augusto de Lima - MG	Total	-
	1.1 - Carvão vegetal (Toneladas)	2.517
	1.1.1 - Carvão vegetal de eucalipto (Toneladas)	2.517
	1.2 - Lenha (Metros cúbicos)	480
	1.2.1 - Lenha de eucalipto (Metros cúbicos)	480
Bocaiúva - MG	1.1 - Carvão vegetal (Toneladas)	80.990
	1.1.1 - Carvão vegetal de eucalipto (Toneladas)	80.990
	1.2 - Lenha (Metros cúbicos)	171.861
	1.2.1 - Lenha de eucalipto (Metros cúbicos)	171.861
	1.3 - Madeira em tora (Metros cúbicos)	12.500
	1.3.2 - Madeira em tora para outras finalidades (Metros cúbicos)	12.500
	1.3.2.1 - Madeira em tora de eucalipto para outras finalidades (Metros cúbicos)	12.500
Buenópolis - MG	1.1 - Carvão vegetal (Toneladas)	352
	1.1.1 - Carvão vegetal de eucalipto (Toneladas)	352
	1.2 - Lenha (Metros cúbicos)	1.423
	1.2.1 - Lenha de eucalipto (Metros cúbicos)	1.423
Engenheiro Navarro - MG	Total	-
	1.1 - Carvão vegetal (Toneladas)	2.450
	1.1.1 - Carvão vegetal de eucalipto (Toneladas)	2.450
	1.3 - Madeira em tora (Metros cúbicos)	625
	1.3.2 - Madeira em tora para outras finalidades (Metros cúbicos)	625
	1.3.2.1 - Madeira em tora de eucalipto para outras finalidades (Metros cúbicos)	625
Francisco Sá - MG	Total	-
	1.2 - Lenha (Metros cúbicos)	6.000
	1.2.1 - Lenha de eucalipto (Metros cúbicos)	6.000
	1.3 - Madeira em tora (Metros cúbicos)	32.500
	1.3.2 - Madeira em tora para outras finalidades (Metros cúbicos)	32.500
	1.3.2.1 - Madeira em tora de eucalipto para outras finalidades (Metros cúbicos)	32.500
Guaraciama - MG	Total	-
	1.1 - Carvão vegetal (Toneladas)	140
	1.1.1 - Carvão vegetal de eucalipto (Toneladas)	140
	1.2 - Lenha (Metros cúbicos)	1.500
	1.2.1 - Lenha de eucalipto (Metros cúbicos)	1.500
	1.3 - Madeira em tora (Metros cúbicos)	1.950
	1.3.2 - Madeira em tora para outras finalidades (Metros cúbicos)	1.950
1.3.2.1 - Madeira em tora de eucalipto para outras finalidades (Metros cúbicos)	1.950	

Município	Tipo de produto da silvicultura	Quantidade
Joaquim Felício - MG	Total	-
	1.1 - Carvão vegetal (Toneladas)	500
	1.1.1 - Carvão vegetal de eucalipto (Toneladas)	500
	1.2 - Lenha (Metros cúbicos)	5.542
	1.2.1 - Lenha de eucalipto (Metros cúbicos)	5.542
	1.3 - Madeira em tora (Metros cúbicos)	5.314
	1.3.2 - Madeira em tora para outras finalidades (Metros cúbicos)	5.314
	1.3.2.1 - Madeira em tora de eucalipto para outras finalidades (Metros cúbicos)	5.314
Juramento - MG	Total	-
	1.1 - Carvão vegetal (Toneladas)	13.105
	1.1.1 - Carvão vegetal de eucalipto (Toneladas)	13.105
	1.2 - Lenha (Metros cúbicos)	1.450
	1.2.1 - Lenha de eucalipto (Metros cúbicos)	1.450
	1.3 - Madeira em tora (Metros cúbicos)	1.000
	1.3.2 - Madeira em tora para outras finalidades (Metros cúbicos)	1.000
	1.3.2.1 - Madeira em tora de eucalipto para outras finalidades (Metros cúbicos)	1.000
Monjolos - MG	Total	-
	1.1 - Carvão vegetal (Toneladas)	786
	1.1.1 - Carvão vegetal de eucalipto (Toneladas)	786
Montes Claros - MG	Total	-
	1.1 - Carvão vegetal (Toneladas)	15.520
	1.1.1 - Carvão vegetal de eucalipto (Toneladas)	15.520
	1.2 - Lenha (Metros cúbicos)	5.250
	1.2.1 - Lenha de eucalipto (Metros cúbicos)	5.250
	1.3 - Madeira em tora (Metros cúbicos)	55.280
	1.3.2 - Madeira em tora para outras finalidades (Metros cúbicos)	55.280
	1.3.2.1 - Madeira em tora de eucalipto para outras finalidades (Metros cúbicos)	55.280
Olhos-d'Água - MG	Total	-
	1.1 - Carvão vegetal (Toneladas)	111.990
	1.1.1 - Carvão vegetal de eucalipto (Toneladas)	111.990
	1.2 - Lenha (Metros cúbicos)	103.878
	1.2.1 - Lenha de eucalipto (Metros cúbicos)	103.878
	1.3 - Madeira em tora (Metros cúbicos)	1.500
	1.3.2 - Madeira em tora para outras finalidades (Metros cúbicos)	1.500
	1.3.2.1 - Madeira em tora de eucalipto para outras finalidades (Metros cúbicos)	1.500

Município	Tipo de produto da silvicultura	Quantidade
Presidente Juscelino - MG	Total	-
	1.1 - Carvão vegetal (Toneladas)	2.582
	1.1.1 - Carvão vegetal de eucalipto (Toneladas)	2.582
	1.2 - Lenha (Metros cúbicos)	9.511
	1.2.1 - Lenha de eucalipto (Metros cúbicos)	9.511
	1.3 - Madeira em tora (Metros cúbicos)	7.395
	1.3.2 - Madeira em tora para outras finalidades (Metros cúbicos)	7.395
	1.3.2.1 - Madeira em tora de eucalipto para outras finalidades (Metros cúbicos)	7.395
Santo Hipólito - MG	Total	-
	1.1 - Carvão vegetal (Toneladas)	854
	1.1.1 - Carvão vegetal de eucalipto (Toneladas)	854
	1.2 - Lenha (Metros cúbicos)	125
	1.2.1 - Lenha de eucalipto (Metros cúbicos)	125

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

2.2.4.6.2 - Estrutura Fundiária na AER

Importante analisar a estrutura fundiária da AER, inicialmente identificando a presença de agricultura familiar nos estabelecimentos agropecuários.

De modo geral na AER a quantidade de estabelecimentos que contam com agricultura familiar supera aqueles com agricultura não familiar, caracterizando a área rural com predomínio da produção familiar.

Apesar do predomínio numérico, a área ocupada por agricultura familiar é inferior à de agricultura não familiar, revelando que tais estabelecimentos são normalmente maiores em área ocupada (Quadro 2.2.4.6-5).

Quadro 2.2.4.6-5 - Presença de Agricultura Familiar na AER

Município	Agricultura familiar	Variável	
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
Caetitê - BA	Não familiar	312	27.045
	Agricultura familiar	4.571	69.001
Candiba - BA	Não familiar	304	7.242
	Agricultura familiar	2.520	28.748
Guanambi - BA	Não familiar	578	30.464
	Agricultura familiar	4.115	72.498
Pindaí - BA	Não familiar	176	7.071
	Agricultura familiar	2.807	34.748

Município	Agricultura familiar	Variável	
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
Urandi - BA	Não familiar	98	10.673
	Agricultura familiar	1.822	40.032
Augusto de Lima - MG	Não familiar	28	19.711
	Agricultura familiar	74	3.110
Bocaiúva - MG	Não familiar	178	43.543
	Agricultura familiar	810	14.924
Buenópolis - MG	Não familiar	31	7.838
	Agricultura familiar	288	6.833
Catuti - MG	Não familiar	68	12.943
	Agricultura familiar	698	14.396
Engenheiro Navarro - MG	Não familiar	55	35.302
	Agricultura familiar	213	4.594
Espinosa - MG	Não familiar	429	41.190
	Agricultura familiar	2.838	46.437
Francisco Sá - MG	Não familiar	422	127.774
	Agricultura familiar	1.055	36.632
Glaucilândia - MG	Não familiar	12	2.247
	Agricultura familiar	97	1.577
Guaraciama - MG	Não familiar	18	3.563
	Agricultura familiar	307	3.779
Janaúba - MG	Não familiar	436	129.454
	Agricultura familiar	1.038	28.712
Joaquim Felício - MG	Não familiar	40	16.124
	Agricultura familiar	275	8.421
Juramento - MG	Não familiar	51	16.515
	Agricultura familiar	259	7.231
Mamonas - MG	Não familiar	118	1.988
	Agricultura familiar	1.089	13.974
Mato Verde - MG	Não familiar	128	16.151
	Agricultura familiar	875	22.928
Monjolos - MG	Não familiar	46	11.450
	Agricultura familiar	111	3.533
Monte Azul - MG	Não familiar	204	18.790
	Agricultura familiar	2.290	46.226
Montes Claros - MG	Não familiar	788	139.117
	Agricultura familiar	2.569	50.337
Nova Porteirinha - MG	Não familiar	219	7.149
	Agricultura familiar	425	3.250

Município	Agricultura familiar	Variável	
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
Olhos-d'Água - MG	Não familiar	63	24.451
	Agricultura familiar	320	7.544
Pai Pedro - MG	Não familiar	186	43.808
	Agricultura familiar	896	21.405
Porteirinha - MG	Não familiar	715	44.350
	Agricultura familiar	2.831	46.730
Presidente Juscelino - MG	Não familiar	94	27.655
	Agricultura familiar	193	6.428
Santo Hipólito - MG	Não familiar	61	30.484
	Agricultura familiar	121	4.016

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Quanto à condição dos produtores, observa-se que predominam estabelecimentos agropecuários em que o produtor é também proprietário da terra (Quadro 2.2.4.6-6). Os ocupantes são, também, numerosos em praticamente todos os municípios da AER, revelando grande quantidade de produtores que ocupam as terras em que trabalham, sem propriedade das mesmas. Ressalta-se que nos casos em que o empreendimento incidir sobre tais casos, a questão da regularização fundiária merece atenção.

Por fim, em alguns municípios foi identificada presença considerável de assentados sem titulação definitiva, situação que, também, demanda atenção no processo de negociação e indenização para o estabelecimento da Faixa de Servidão do empreendimento. Os municípios com maior presença de assentados sem titulação são: Bocaiúva, Francisco Sá, Janaúba, Montes Claros, Pai Pedro e Porteirinha.

Quadro 2.2.4.6-6 - Estabelecimentos Agropecuários por Condição do Produtor

Município	Condição do produtor	Variável	
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
Caetité - BA	Total	4.883	96.046
	Proprietário	4.031	92.401
	Assentado sem titulação definitiva	9	30
	Arrendatário	7	166
	Parceiro	18	21
	Ocupante	607	3.429
	Produtor sem área	211	-
Candiba - BA	Total	2.824	35.990
	Proprietário	1.976	32.944
	Assentado sem titulação definitiva	-	-
	Arrendatário	122	331
	Parceiro	140	316
	Ocupante	548	2.399
	Produtor sem área	38	-
Guanambi - BA	Total	4.693	102.962
	Proprietário	3.822	97.756
	Assentado sem titulação definitiva	2	X
	Arrendatário	108	352
	Parceiro	50	213
	Ocupante	628	4.633
	Produtor sem área	83	-
Pindaí - BA	Total	2.983	41.820
	Proprietário	2.200	39.186
	Assentado sem titulação definitiva	5	7
	Arrendatário	31	203
	Parceiro	50	186
	Ocupante	479	2.237
	Produtor sem área	218	-
Urandi - BA	Total	1.920	50.705
	Proprietário	1.561	49.357
	Assentado sem titulação definitiva	2	X
	Arrendatário	6	67
	Parceiro	13	44
	Ocupante	170	1.231
	Produtor sem área	168	-

Município	Condição do produtor	Variável	
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
Augusto de Lima - MG	Total	102	22.821
	Proprietário	100	22.757
	Assentado sem titulação definitiva	-	-
	Arrendatário	2	X
	Parceiro	-	-
	Ocupante	-	-
	Produtor sem área	-	-
Bocaiúva - MG	Total	988	58.468
	Proprietário	727	54.619
	Assentado sem titulação definitiva	174	3.495
	Arrendatário	1	X
	Parceiro	8	26
	Ocupante	65	325
	Produtor sem área	13	-
Buenópolis - MG	Total	319	14.671
	Proprietário	260	14.225
	Assentado sem titulação definitiva	1	X
	Arrendatário	-	-
	Parceiro	1	X
	Ocupante	6	391
	Produtor sem área	51	-
Catuti - MG	Total	766	27.339
	Proprietário	683	26.916
	Assentado sem titulação definitiva	-	-
	Arrendatário	4	84
	Parceiro	1	X
	Ocupante	61	337
	Produtor sem área	17	-
Engenheiro Navarro - MG	Total	268	39.896
	Proprietário	231	39.182
	Assentado sem titulação definitiva	11	279
	Arrendatário	2	X
	Parceiro	1	X
	Ocupante	20	417
	Produtor sem área	3	-

Município	Condição do produtor	Variável	
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
Espinosa - MG	Total	3.267	87.627
	Proprietário	2.484	83.061
	Assentado sem titulação definitiva	2	X
	Arrendatário	30	245
	Parceiro	30	355
	Ocupante	680	3.952
	Produtor sem área	41	-
Francisco Sá - MG	Total	1.477	164.406
	Proprietário	1.355	162.558
	Assentado sem titulação definitiva	35	527
	Arrendatário	5	70
	Parceiro	1	X
	Ocupante	60	1.251
	Produtor sem área	21	-
Glaucilândia - MG	Total	109	3.824
	Proprietário	109	3.824
	Assentado sem titulação definitiva	-	-
	Arrendatário	-	-
	Parceiro	-	-
	Ocupante	-	-
	Produtor sem área	-	-
Guaraciama - MG	Total	325	7.342
	Proprietário	280	7.320
	Assentado sem titulação definitiva	2	X
	Arrendatário	-	-
	Parceiro	-	-
	Ocupante	-	-
	Produtor sem área	43	-
Janaúba - MG	Total	1.474	158.166
	Proprietário	1.282	154.483
	Assentado sem titulação definitiva	43	1.791
	Arrendatário	9	569
	Parceiro	4	34
	Ocupante	126	1.288
	Produtor sem área	10	-

Município	Condição do produtor	Variável	
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
Joaquim Felício - MG	Total	315	24.545
	Proprietário	306	24.434
	Assentado sem titulação definitiva	4	68
	Arrendatário	1	X
	Parceiro	-	-
	Ocupante	3	42
	Produtor sem área	1	-
Juramento - MG	Total	310	23.746
	Proprietário	300	23.516
	Assentado sem titulação definitiva	1	X
	Arrendatário	5	132
	Parceiro	-	-
	Ocupante	4	46
	Produtor sem área	-	-
Mamonas - MG	Total	1.207	15.962
	Proprietário	1.097	15.668
	Assentado sem titulação definitiva	1	X
	Arrendatário	5	18
	Parceiro	58	140
	Ocupante	45	136
	Produtor sem área	1	-
Mato Verde - MG	Total	1.003	39.080
	Proprietário	872	38.159
	Assentado sem titulação definitiva	-	-
	Arrendatário	11	175
	Parceiro	5	96
	Ocupante	110	650
	Produtor sem área	5	-
Monjolos - MG	Total	157	14.983
	Proprietário	145	12.886
	Assentado sem titulação definitiva	-	-
	Arrendatário	9	1.916
	Parceiro	1	X
	Ocupante	-	-
	Produtor sem área	2	-

Município	Condição do produtor	Variável	
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
Monte Azul - MG	Total	2.494	65.016
	Proprietário	2.269	63.845
	Assentado sem titulação definitiva	2	X
	Arrendatário	14	192
	Parceiro	14	20
	Ocupante	174	926
	Produtor sem área	21	-
Montes Claros - MG	Total	3.357	189.454
	Proprietário	3.115	185.929
	Assentado sem titulação definitiva	31	1.010
	Arrendatário	8	58
	Parceiro	43	86
	Ocupante	151	2.371
	Produtor sem área	9	-
Nova Porteirinha - MG	Total	644	10.399
	Proprietário	551	8.999
	Assentado sem titulação definitiva	1	X
	Arrendatário	23	665
	Parceiro	5	85
	Ocupante	54	648
	Produtor sem área	10	-
Olhos-d'Água - MG	Total	383	31.995
	Proprietário	314	31.404
	Assentado sem titulação definitiva	50	453
	Arrendatário	1	X
	Parceiro	-	-
	Ocupante	18	138
	Produtor sem área	-	-
Pai Pedro - MG	Total	1.082	65.213
	Proprietário	886	62.240
	Assentado sem titulação definitiva	30	1.827
	Arrendatário	6	21
	Parceiro	1	X
	Ocupante	140	1.122
	Produtor sem área	19	-

Município	Condição do produtor	Variável	
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
Porteirinha - MG	Total	3.546	91.081
	Proprietário	3.076	84.873
	Assentado sem titulação definitiva	21	3.567
	Arrendatário	4	17
	Parceiro	3	4
	Ocupante	389	2.620
	Produtor sem área	53	-
Presidente Juscelino - MG	Total	287	34.083
	Proprietário	267	33.643
	Assentado sem titulação definitiva	1	X
	Arrendatário	3	134
	Parceiro	2	X
	Ocupante	1	X
	Produtor sem área	13	-
Santo Hipólito - MG	Total	182	34.500
	Proprietário	180	34.497
	Assentado sem titulação definitiva	-	-
	Arrendatário	1	X
	Parceiro	-	-
	Ocupante	1	X
	Produtor sem área	-	-

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

2.2.4.6.3 - Vetores de Crescimento e Tendências de Expansão

O presente item trata da identificação dos vetores de crescimento das áreas urbanas dos municípios integrantes da Área de Estudo, de acordo com informações concedidas por gestores públicos e observações de equipe de campo.

- Augusto de Lima

A área urbana da sede do município de Augusto de Lima está crescendo, segundo as informações do Secretário de Agricultura, Pecuária, Recursos Hídricos e Meio Ambiente, para o Norte e para o Sul, com destaque para a ampliação dos loteamentos nestas áreas. Em função da escassez de água e da burocratização em relação à conservação ambiental está ocorrendo um expressivo esvaziamento das áreas rurais.

Em relação à AEL da LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino, no trecho atravessado neste município, existem áreas de reserva nativa e o plano municipal de ampliar futuramente as áreas de reserva legal no interior do município.

- Bocaiúva

A área urbana da sede do município de Bocaiúva está crescendo, segundo informações do gestor municipal entrevistado, em função da disponibilidade de terras, com destaque para a presença de 04 (quatro) loteamentos privados localizados na sede para a construção prédios e condomínio de casas.

Em relação à AEL da LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino há nas proximidades 02 (dois) assentamentos do MST. Trata-se de área rural de valor produtivo e de reprodução social para as famílias assentadas.

- Buenópolis

A área urbana da sede do município de Buenópolis está crescendo, segundo informações da Engenheira Ambiental Municipal, para o Norte e para o Leste em função da disponibilidade de água e por ser próxima ao Parque Estadual Serra do Cabral. O Plano Diretor encontra-se em processo de elaboração.

- Engenheiro Navarro

A área rural do município de Engenheiro Navarro está crescendo, segundo informações da Secretária de Gabinete da prefeitura, para o Leste e para o Sul, em função do Projeto Minha Casa, Minha Vida. O Plano Diretor Municipal encontra-se em fase de elaborado.

Em relação à AEL da LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino, os representantes do poder público municipal ressaltaram que veem com bons olhos o empreendimento, porém, é preciso estar atento com o traçado da linha de transmissão, uma vez que existe uma ferrovia que corta o município.

- Francisco Sá

A sede do município de Francisco Sá está crescendo, segundo informações de um assessor do poder público municipal, para o Norte e para o Sul, em função da disponibilidade de terras em relação ao relevo acidentado nas partes Leste e Oeste da cidade.

- Glaucilândia

Do mesmo modo, a área urbana da sede do município de Glaucilândia está crescendo, segundo informações do vice-prefeito, para o Norte e para o Sul, em função da disponibilidade de terras.

De acordo com o Secretário de Finanças, os moradores das localidades da área rural impactados pela LT deverão ser indenizados, uma vez que a produção agrícola compõe a renda da família.

- Gouveia

Segundo informações do prefeito, toda a área da sede está em expansão, como também a zona rural, especialmente no distrito de Vila Alexandre, em função das potencialidades turísticas, da disponibilidade de recursos hídricos e minerais. O município não possui Plano Diretor, apenas, Lei Orgânica.

Em relação à AEL da LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino, o empreendimento está próximo, porém não atravessa (está a cerca de 900 m de distância) a Área de Proteção Ambiental Barão Capivara, que se trata de área rural de valor ambiental, turístico e paisagístico.

- Guaraciama

A área urbana da sede do município de Guaraciama está crescendo, segundo informações do contador municipal, na entrada da sede, em função da disponibilidade de terras em relação ao relevo acidentado na parte Norte da cidade.

No que se refere aos usos planejados pelo poder público para a AEL da LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino, os representantes do poder público municipal afirmam ver com bons olhos, uma vez que este pode gerar receita para o município e atrair novas empresas e investimentos. Ressaltaram, ainda, que o município oferece incentivo às novas empresas com doação de terrenos.

- Janaúba

A área urbana da sede do município de Janaúba está crescendo, segundo informações do vice-prefeito, para o Norte e para o Sul, em função da disponibilidade de terras e do aumento do movimento de imigração. Ainda, de acordo com as suas informações, há a presença de loteamentos na parte sul da sede municipal.

Em relação à AEL da LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino neste município, há apenas o projeto de ampliação do distrito industrial, todavia, o vice-prefeito acredita que não haverá interseção territorial nas áreas de interesse.

- Joaquim Felício

A área rural do município de Joaquim Felício está crescendo, segundo informações do Secretário de Meio Ambiente, em função do Projeto Minha Casa, Minha Vida.

- Juramento

Toda a área rural do município de Juramento está crescendo, segundo informações do Secretário de Meio Ambiente e Agricultura, em função da expansão da pecuária.

Em relação à AEL da LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino, o entrevistado destacou que é necessário ter cautela com relação ao traçado atual de linha de transmissão, em função das Áreas de Proteção Permanente (APP) existentes no município.

- Monjolos

A área do distrito de Rodeador está crescendo, segundo as informações do Tesoureiro Municipal, em função da fertilidade da terra nesta região. Afirmou, ainda, que desconhece a existência ou previsão de empreendimentos futuros no município.

- Montes Claros

A área urbana da sede do município de Montes Claros está crescendo, segundo informações do Arquiteto Municipal, para o Norte e para o Leste, em função da cidade ser um polo de ensino, de trabalho e de assistência médica.

- Olhos D'água

A entrada da área **urbana da sede do município de Olhos D'água está crescendo, segundo informações** do Chefe de Gabinete, pois a área está sendo doada para as empresas que têm interesse em se instalar no município. Há, também, na área da sede e na saída para a localidade de Morro Moreira a abertura de dois loteamentos residenciais.

Em relação à implantação de empreendimentos futuros, o entrevistado ressaltou que há três anos o município foi escolhido para receber um Parque de Energia Eólica, porém, não se recorda do nome da empresa.

- Presidente Juscelino

Segundo o Prefeito Municipal, não há vetores de crescimento e tendências de expansão no município. Em relação à AEL da LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino, o prefeito vê com bons olhos o empreendimento, destacando que a linha de transmissão pode intensificar as condições necessárias para o município se industrializar e voltar a crescer economicamente e demograficamente.

- Santo Hipólito

A área urbana da sede do município de Santo Hipólito está crescendo, segundo informações do prefeito.

Em relação à AEL da LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino o Prefeito ressaltou a possibilidade de a linha de transmissão transportar a energia solar produzida no município de Várzea da Palma. Destacou, também, que a ponte sobre o rio das Velhas (encontra-se tombada pelo IPHAN) limita o acesso de veículos grandes (caminhões carregados) à sede municipal, em decorrência de sua altura. Porém, há um caminho alternativo, que passa pelo município de Diamantina.

- Nova Porteirinha

Fora o projeto do bairro Califórnia, na saída norte do município rumo à Porteirinha, não há qualquer tendência de expansão urbana no município. A cidade possui, somente, Lei de Parcelamento do Solo.

Não há uso planejado pelo município para a AEL do empreendimento. Também, não existem planos ou programas previstos para regular o uso do solo e preservação ambiental, nem previsão de instalação de qualquer empreendimento no município.

- Porteirinha

Além do projeto do distrito industrial, não há qualquer tendência de expansão urbana no município que conta com um Plano Diretor e regulamentação sobre o uso do solo.

Não há usos planejados pelo poder público para a AEL da LT, para regular o uso do solo ou promover a preservação ambiental.

Não existe, no momento, previsão de instalação de qualquer empreendimento no município, porém, foi aprovado pela Câmara Municipal um projeto de anel rodoviário que desviará o trânsito pesado da BR para fora do perímetro urbano da cidade.

- Pai Pedro

O município tem apresentado crescimento do perímetro urbano na direção Oeste e Sudoeste e a prefeitura conta, apenas, com alguns artigos da Lei Orgânica, que organiza os loteamentos e estabelece regras para ocupação urbana e construção de vias.

O circuito que passa na cidade referente ao lote 14 possui traçado que cruza o rio Serra Grande no qual a prefeitura pretende instalar pequena barragem, a fim de perenizá-lo para controle de estiagens.

Não há, no momento, qualquer outro empreendimento previsto para o município.

- Catuti

Ao redor de toda a sede existem loteamentos sendo lentamente ocupados, de acordo com o crescimento da população.

O município não possui Plano Diretor ou Código de Obras, somente uma lei aprovada no ano passado, **que “regulamenta o parcelamento de solo rural para fins de chacreamento”**¹.

O gestor municipal identificou que o circuito da LT que passa na cidade referente ao lote 14 pode estar bem próximo ao local onde está sendo construído um empreendimento particular de lazer, que contará com piscina, salão para festas e campo de futebol coberto. Próximo à região foi construída uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) que está sendo expandida. Nessa região, também, há loteamentos regulares sendo ocupados.

A prefeitura pretende construir pequena barragem no rio Serra Branca, que passa pelo distrito de Barreiro Branco além de reformar o balneário da cidade, com o intuito de incrementar o lazer dos munícipes.

Não há empreendimentos sendo instalados no município e não há previsão.

¹ Chacreamento é um loteamento rural para fins de criação de chácaras e sítios.

- Mato Verde

A cidade não apresenta nenhum crescimento significativo em sua área urbana, e aguarda aprovação do Plano Diretor na Câmara Municipal. Não há usos planejados pelo poder público para a AEL da LT.

Em relação à regulamentação do uso do solo, além do Plano Diretor, a prefeitura pretende aprovar uma Lei de Terra, ainda em elaboração.

No momento, não há empreendimentos no município nem há previsão de instalação.

- Monte Azul

O município tem registrado um movimento interno de migração. Os bairros Pernambuco e Icarai (norte) e Alvorada (oeste), apresentam pequena expansão de suas áreas construídas. Não há Plano Diretor no município, somente Código de Obras e Posturas.

Não há usos planejados pelo poder público para a AEL da LT e, também, nenhum plano ou programa para uso do solo ou manejo ambiental por parte da prefeitura ou estado.

Quanto à implantação de novos empreendimentos no município, um projeto de energia eólica e solar encontra-se em fase de estudo de viabilidade.

- Mamonas

O único e tímido crescimento urbano registrado situa-se à Noroeste do município, por intermédio de loteamentos residenciais.

Não existe Plano Diretor ou qualquer lei de regulamentação do solo no município.

Não há usos planejados pelo poder público para a AEL da LT. Em relação ao uso do solo e manejo ambiental, a prefeitura planeja iniciar a coleta de resíduos para tratamento do lixo, além de expandir o saneamento municipal em cooperação com a COPASA. Ambos estão em fase de elaboração. Também, não há qualquer empreendimento instalado, em fase de instalação ou em planejamento para município.

- Espinosa

O município registra uma expansão lenta de sua área urbana nas direções norte-noroeste e sul-sudoeste em loteamentos regulares e, também, clandestinos. O distrito de Itamirim, na fronteira norte com o município de Urandi, também, tem apresentado considerável crescimento urbano.

O município conta com Código de Projetos e Obras e Edificações, Lei de Parcelamento do Solo, Lei de Regulação do Perímetro Urbano e do Sistema Viário do município, bem como da Lei Orgânica.

Não há usos planejados pelo poder público para a AEL da LT nem para regulação do solo ou manejo ambiental. Também, não existem outros empreendimentos instalados ou previstos.

- Urandi

A principal expansão urbana do município se dá no bairro Diógenes Baleeiro, localizado a sudeste do município. O município conta, somente, com os códigos de obras e tributários.

Não há uso planejado pelo poder público para a AEL da LT.

A prefeitura está em fase de implementação do Plano Nacional de Saneamento Básico, já tendo sido realizadas todas as audiências públicas. A prefeitura, também, pretende, a partir de uma adaptação de lei federal, elaborar a lei municipal de uso e parcelamento do solo.

Acerca de novos empreendimentos, há um projeto para instalação de 480 torres de energia eólica no município, porém, o gestor público entrevistado não soube precisar os locais, indicando apenas que provavelmente será na região leste.

- Pindaí

Há tendência de crescimento urbano para todas as direções ao redor da sede. O município não conta com Plano Diretor ou Código de Obras, somente, Lei de Parcelamento do Solo.

Não há usos planejados pelo poder público para a AEL da LT nem planos ou programas previstos para regulação do solo ou preservação ambiental. Também, não existe instalado ou previsto qualquer empreendimento no município.

- Candiba

Embora com um território pequeno, há tendência de expansão urbana para todo o município. O mesmo não possui qualquer lei de regulamentação sobre uso e zoneamento do solo. Segundo o Secretário de Agricultura, um projeto de zoneamento está sendo proposto pela atual administração, mas ainda em fase de elaboração.

Não há uso planejado pelo poder municipal para a AEL da LT.

O único programa previsto para conservação ambiental é a instalação de coleta seletiva de uma pequena usina de lixo. Não há previsão de instalação de novos empreendimentos no município.

- Guanambi

Há tendência de expansão em todas as direções do município com maior incidência nas direções Norte-Nordeste. A cidade possui Código de Obras e Plano Diretor. Não há usos planejados pelo poder público para a AEL da LT.

No dia 19 de abril de 2017, o Prefeito de Guanambi sancionou a Lei nº 1.107, que instituiu a Política Municipal de Meio Ambiente, seus princípios, objetivos e diretrizes, e criou o Sistema Municipal de Meio Ambiente (SISMUMA), estabeleceu instrumentos para gestão ambiental municipal e deu outras providências. Esta lei pretende regulamentar o ensino sobre o meio ambiente em todos os níveis de educação municipal, promover campanhas educacionais e construir conexões entre os órgãos municipais que atuam na área ambiental.

Junto às cerâmicas instaladas no município, a prefeitura desenvolve o Projeto Canteiro de Mudanças, a partir do qual cada empresa se compromete a plantar 150 mudas de árvores por ano.

Não há previsão de outros empreendimentos a serem instalados no município.

- Caetité

A principal expansão urbana no município se dá na direção Nordeste, no bairro de Prisco Viana, antiga Escola Agrícola, onde está sendo finalizada a nova sede administrativa do município. Por tratar-se de um bairro carente, a chegada da prefeitura tem alavancado uma nova ocupação regularizada em loteamentos. Devido ao refreamento do crescimento observado há uma década, a expansão urbana também diminuiu.

A prefeitura não planeja qualquer uso para as AEL da LT. Também, não existe qualquer plano ou programa a ser implementado para regulação do solo ou preservação ambiental, somente a fiscalização de rotina a partir da Secretaria de Meio Ambiente.

Acerca de empreendimentos no município, é esperada para a segunda metade de 2017 a retomada das obras na Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) na região de Brejinho, que visa atender à Bahia Mineração e o escoamento de sua produção de ferro.

Algumas empresas estão realizando estudos para a instalação de novos parques eólicos, expandido a capacidade atualmente instalada.

2.2.4.6.4 - Tipos de Ocupação do solo na Área de Estudo Local (AEL)

As informações para caracterização de uso e ocupação do solo na AEL foram obtidas por meio de levantamentos primários. A Área de Estudo Local (AEL) foi determinada a partir da referência de 2,5 km para cada lado da LT, considerando-se, ainda, localidades, povoados, distritos e bairros localizados às margens das vias de acesso potencialmente interceptadas pelo empreendimento ou que poderão a vir a ser utilizadas para as obras, constituindo-se como vulnerabilidade dos mesmos frente aos impactos de sua instalação, mesmo quando localizados há mais de 2,5 km do traçado.

De modo a identificar os impactos deste empreendimento sobre a população local, a equipe responsável por este diagnóstico percorreu a AEL, conforme previamente delimitada, identificando núcleos de ocupação populacional (povoados, bairros, distritos, vilas, assentamentos, comunidades tradicionais, dentre outros).

Ao longo do levantamento de campo buscou-se compreender como vivem esses grupos sociais, por meio de uma abordagem voltada para a coleta de narrativas sobre histórias de vida, das estratégias de ocupação do espaço, formas de organização no trabalho, da relação com o território e com os recursos ambientais, considerando os antecedentes históricos e as circunstâncias do universo cotidiano desses grupos.

Destaca-se que os aspectos tradicionais de cada uma das formas de ocupação identificadas estão diretamente associados à dependência dos recursos naturais, bem como a sua representação para a organização social, econômica e cultural. Dessa forma, são descritos os diversos grupos sociais, atentando especialmente para os aspectos de suas identidades culturais, bem como as estratégias empregadas para reprodução de seus modos de vida no que diz respeito às formas de ocupação e uso do solo.

Para uma melhor caracterização dos usos e formas de ocupação do solo dividiu-se a Área de Estudo Local em 8 trechos de acordo com os perfis de uso e ocupação, sendo 6 localizados no estado de Minas Gerais e 2 na Bahia. A descrição se inicia pelas localidades identificadas no município de Presidente Juscelino (MG) em direção a Caetité (BA), como indicado no Quadro 2.2.4.6-7.

Quadro 2.2.4.6-7 - Trechos da Área de Estudo Local por Perfil de Ocupação

Trecho	UF	Municípios	Lotes
1	MG	Presidente Juscelino; Gouveia; Monjolos; Santo Hipólito; Augusto de Lima e Buenópolis	14 / 16
2	MG	Joaquim Felício e parte sul de Bocaiúva.	14 / 16
3	MG	Bocaiúva; Engenheiro Navarro; Olhos D'água; Guaraciama; Glaucilândia, Juramento.	14 / 16
4	MG	Montes Claros; Francisco Sá; Capitão Enéas e Janaúba.	14 / 15 / 16
5	MG	Nova Porteirinha; Porteirinha; Pai Pedro e Catuti.	14 / 16
6	MG	Mato Verde; Monte Azul; Mamonas e Espinosa.	14 / 15
7	BA	Urandi e Pindaí.	14 / 15
8	BA	Candiba; Guanambi, Caetité e Igaporã.	14 / 15

O critério de definição levou em consideração a diferença na dinâmica de ocupação, o ambiente natural e as divisões municipais e estaduais de toda AEL. A abordagem está voltada para cada um desses perfis. Encontram-se contemplados itens específicos para os tipos de ocupação, levando-se em conta àqueles ligados ao meio rural e urbano; os usos do solo com uma descrição por perfil de ocupação e por localidade identificada; as relações fundiárias; infraestrutura de saneamento; ocupação na faixa de servidão; infraestrutura na faixa de servidão e restrições ao uso.

Em linhas gerais, em toda a Área de Estudo Local (AEL), o perfil de ocupação é predominantemente rural, muito embora haja a presença de pequenos núcleos urbanos, que funcionam como polos locais para as localidades do entorno. As formas de organização social e atividades diferenciam-se muito em função do acesso à água, mais abundante de Presidente Juscelino (MG) a Juramento (MG); marcadamente mais escasso a partir de Montes Claros (MG) em direção a Caetité (BA). As formas de ocupação rural distinguem-se ao longo dos municípios e estados, o que contribui para um melhor entendimento do perfil dos povoados e da dinâmica de uso do solo em cada trecho.

Os tipos de ocupação, segundo a definição dos entrevistados, identificados ao longo da Área de Estudo Local (AEL) são:

- Povoado: pequeno aglomerado rural, sem autonomia administrativa.
- Vila: aglomerado populacional de tamanho intermédio.
- Bairro: unidade territorial de um município, definida para fins administrativos.
- Distrito: divisão territorial e administrativa em que há certa autoridade administrativa.

- Sede municipal: centro político, econômico e populacional do município.
- Projeto de Assentamento Federal (PA): conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário;
- Chacreamento: loteamento rural para fins de criação de chácaras e sítios.
- Comunidade Quilombola: grupos auto identificados enquanto tais, predominantemente constituídos por população negra rural ou urbana, que se define a partir das relações com a terra, parentesco, o território, ancestralidade, tradições e práticas culturais próprias.
- Fazenda: propriedade rural de dimensões consideráveis, voltada para a produção agrícola ou criação de gado, dentre outras.
- Eucaliptal: área destinada a plantação de eucalipto em larga escala com intuito comercial.

A maioria absoluta das localidades identificadas na AEL é do tipo Povoado, destacando-se o fato de que em algumas delas a população se considera comunidade, o que demarca, assim, a existência de fortes vínculos entre os moradores e o território onde vivem. Em sua grande maioria, trata-se de famílias de baixa renda que têm na lavoura e/ou no gado sua principal forma de subsistência, além do acesso às políticas de transferência de renda como o Bolsa Família e as aposentadorias. A agricultura familiar é, portanto, a principal forma de ocupação do solo em quase a totalidade da AEL, estando presente, sobremaneira, nos povoados existentes ao longo das vicinais, linha de trem e rodovias que levam às sedes municipais.

Em todas estas situações o uso do solo destina-se à residência dos produtores rurais e a produção agrícola de subsistência, agricultura de pequena escala (no comércio de gêneros primários como milho, feijão e sorgo), pesca (em pequena escala e subsistência), criação de galináceos (venda em pequena escala e subsistência), gado de corte e leiteiro, e fruticultura (sobretudo, em grandes fazendas onde se emprega mão de obra rural), além de algumas áreas de plantações de eucalipto entremeio aos povoados. Nas propriedades rurais a ocupação ocorre em pequenas propriedades onde cada agricultor desenvolve sua atividade nos fundos das casas ou em terras mais distantes. Nas cidades a ocupação se dá entre áreas residenciais, um centro de serviços, comércios e órgãos públicos. Porém, em todos os casos nas periferias das cidades ainda se encontram áreas agricultáveis e o parcelamento do solo ocorre de diferentes formas, em sítios, fazendas e pequenos lotes rurais.

Essa ocupação na AEL estabelece, assim, de diferentes formas: propriedades rurais onde residem diversas famílias de herdeiros e trabalhadores rurais migrados de antigas localidades inundadas por construção de barragens; uma Comunidade Quilombola; sedes municipais, projetos de assentamento de Reforma Agrária, povoados rurais em que se formam vilas e pequenas praças onde residem diversas famílias em seu entorno e, em menor número, as fazendas, empresas e indústrias.

A seguir será apresentada uma visão geral das formas de ocupação encontradas, e posteriormente uma apresentação mais detalhada do perfil fundiário da ocupação da região. As localidades identificadas dentro de cada uma das tipologias de ocupação serão caracterizadas no item “Formas de Usos do Solo na AEL”.

- Povoados

A maioria dos povoados constituiu-se por meio de loteamento de grandes fazendas e divisão dessas por meio da relação de parentesco, isto é, a propriedade foi dividida entre núcleos familiares (Figura 2.2.4.6-1). No passado foram grandes fazendas e com o passar do tempo desmembraram-se em pequenos lotes. Portanto, no que tange a situação fundiária, os núcleos familiares identificados possuem o título de propriedade de suas terras. Na maioria dos casos a hereditariedade das terras proporcionou o assentamento das famílias.

As exceções são os povoados de Paraguaçu e Ilha do Getúlio/Gorutuba (Nova Porteirinha) e Sussuarana (Espinosa) que surgem da ocupação de pessoas indenizadas a partir da criação de Barragens (Figura 2.2.4.6-2 e Figura 2.2.4.6-3). A primeira está relacionada à construção da Barragem Bico da Pedra; a segunda devido à construção do Distrito de Irrigação do Perímetro de Gorutuba; a terceira, situada às margens da BR-122, instalada em 1968, a partir da inundação de seu antigo território para a construção, também, de uma represa.

Nesses povoados vive-se basicamente da agricultura, da pecuária e de benefícios como o Bolsa Família e aposentadorias ou de trabalhos temporários nas fazendas da região.

De maneira geral, a infraestrutura a dessas áreas é reduzida. Os serviços públicos limitam-se ao mínimo indispensável, poucos povoados possuem escolas e unidades de saúde que atendam aos moradores. Portanto, de maneira geral busca-se atendimento de saúde e educação nas sedes municipais ou nos polos regionais. Todos os povoados possuem energia elétrica. Em sua maioria, são acessados por meio de estradas de terra batida, as vicinais.

Onde há alguma forma atuante de associativismo – principalmente do tipo associação de moradores e/ou de produtores rurais – as ações voltadas para a gestão da água e/ou da produção.

Os principais gêneros de cultivo agrícola são milho e feijão, além de hortas de abóbora, quiabo, alface, couve e cebola. Porém, em alguns povoados assolados pela seca, não há plantio sequer para a subsistência. A realidade da seca é bem marcante no Trecho 6 (Mato Verde; Monte Azul; Mamonas e Espinosa - MG) e Trecho 7 (Candiba; Guanambi e Caetitê - BA). A pecuária, com a criação de gado de corte e leiteiro, também, se destaca na Área de Estudo Local.

O acesso à água se dá principalmente por meio de poços artesianos e de cisternas coletoras de água da chuva implantadas pelo Programa Água para Todos (Ministério da Integração Nacional) ou pelo Programa Um Milhão de Cisternas (iniciativa da Articulação do Semiárido Brasileiro). Poucas são as localidades contempladas pelo serviço público de abastecimento de água. Coleta e tratamento de lixo e de esgotos são praticamente inexistentes nos povoados visitados.

Na área rural, nas localidades identificadas, a Igreja Católica é a grande força local e maioria das manifestações e festas comunitárias se dão em função do calendário católico.

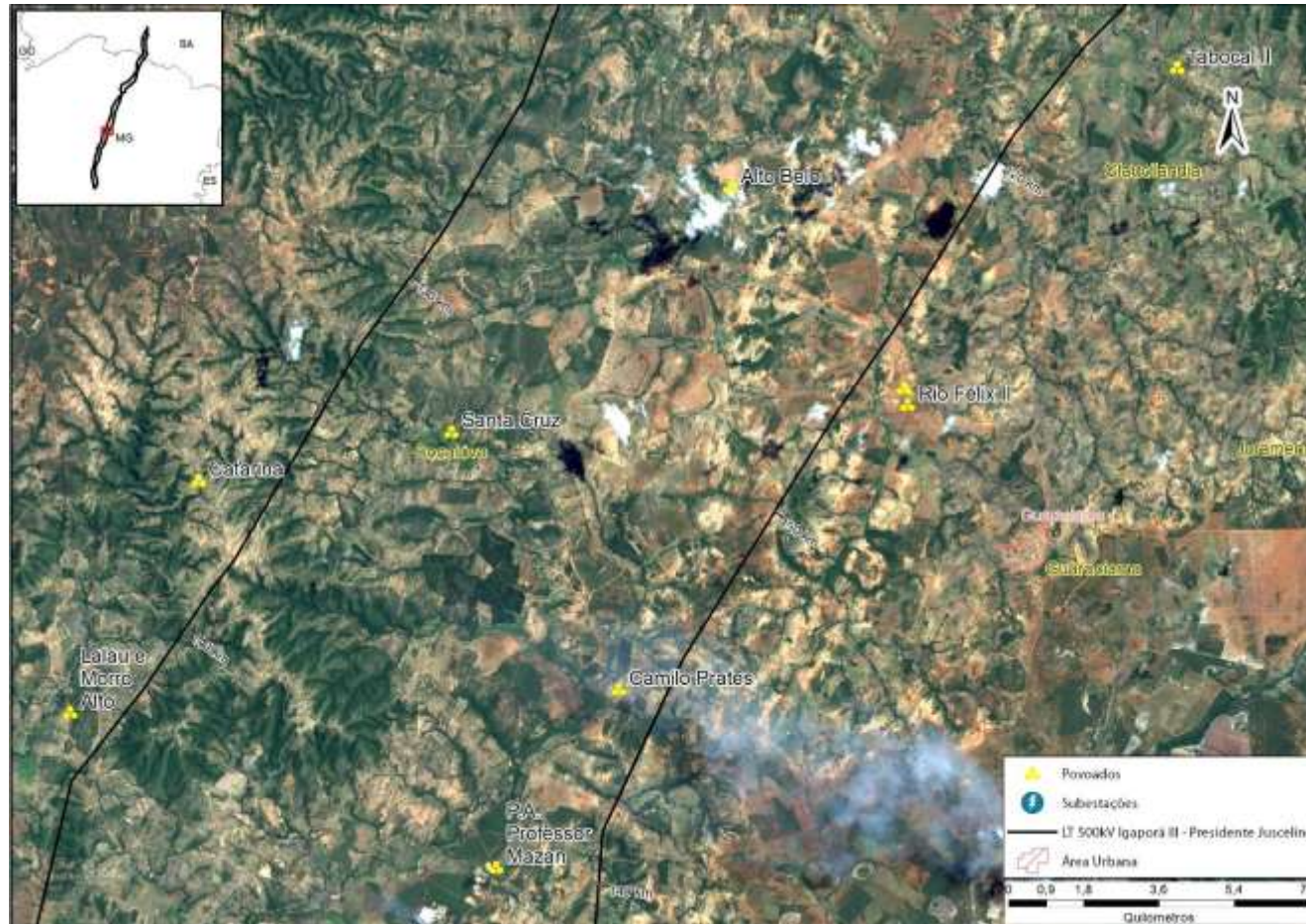


Figura 2.2.4.6-1 - Aglomeração de povoados em Guaraciama, Glaucilândia e Bocaiuva/MG



Figura 2.2.4.6-2 - Povoados em Espinosa/MG



Figura 2.2.4.6-3 - Povoado Paraguaçu – Nova Porteirinha/MG

- Vilas e Distritos

Os Distritos e as Vilas são polos locais para os povoados rurais e fazendas. Geralmente, oferecem os serviços de saúde e a infraestrutura escolar para as localidades do entorno. Nos Distritos e Vilas as casas, em sua maioria, são de alvenaria e tem um pavimento; há um pequeno comércio. Alguns já se encontram estruturados, com ruas asfaltadas ou de paralelepípedos; sistema de distribuição de energia e alguns, de água, assim como, coleta de lixo. Não foi identificada rede de esgoto nos distritos e vilas da AEL.

Foram identificados os seguintes Distritos: Rodeador (Monjolos), Senhora da Glória (Santo Hipólito), Vale Fundo (Santo Hipólito), Engenheiro Dolabela (Bocaiúva), São Norberto (Engenheiro Navarro); Mulungu (Porteirinha), Pajeú (Monte Azul), Lagoa Velha (Pindaí), Pilões (Candiba), Ceraíma (Guanambi) e Morrinhos (Guanambi). Além disso, identificou-se a Vila Alexandre Mascarenhas (Gouveia) e a Vila de Santa Bárbara (Augusto de Lima). As Figura 2.2.4.6-4 e Figura 2.2.4.6-5 representam os Distritos de São Norberto e Ceraíma.

O distrito de Ceraíma, município Guanambi, é resultante de um projeto de assentamento realizado pelo INCRA, no ano de 1971, devido à construção da Barragem Ceraíma. Em São Norberto (Engenheiro Navarro) os moradores do local foram recolocados no centro do distrito, por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida. Os demais foram crescendo em torno de pequenos núcleos familiares.

Vale Fundo é o menos populoso, com 30 famílias. Lagoa Velha é o mais populoso, com 3.750 famílias, seguindo por Morrinhos (1.000 famílias) e Engenheiro Dolabela (606 famílias). Há Unidades Básicas de Saúde em Senhora da Glória, Engenheiro Dolabela, São Norberto, Mulungu, Pajeú, Pilões, Ceraíma e Morrinhos. O Distrito de Vale Fundo não possui ruas asfaltadas.



Figura 2.2.4.6-4 - Distrito de São Norberto – Engenheiro Navarro/MG



Figura 2.2.4.6-5 - Distrito de Ceraíma – Guanambi/BA

- Bairros

Os bairros geralmente são compostos por ruas pavimentadas, ou em processo de asfaltamento, ou paralelepípedos e localizam-se fora da área urbana das sedes municipais.

O bairro identificado no município de Bocaiúva, Nova Dolabela, tem 150 famílias é formado por trabalhadores rurais, que trabalham em fazendas vizinhas, como Fazenda Vila Canabrava e Ouro Verde, por diárias (Figura 2.2.4.6-6). A renda dessas famílias é complementada por aposentadorias e pelo Bolsa Família. Nas residências há criação de aves e hortas para consumo doméstico. As propriedades medem 15m x 30m em média.



Figura 2.2.4.6-6 - Bairro Nova Dolabela – Bocaiúva/MG

- Sedes municipais

As sedes municipais são referência em saúde, educação e serviços. As sedes são dotadas de Centros de Saúde (CE), Unidade Básica de Saúde (UBS) e Farmácia Popular. Há nas sedes escolas municipais e estaduais, além de redes de supermercado, correios e serviços outros usualmente utilizados pelos moradores das localidades da AEL. Possuem ruas pavimentadas, casas de alvenaria com construções de dois ou mais pavimentos, edifícios, iluminação pública, coleta de lixo, distribuição de água, rede de esgotos, infraestrutura de transporte e comércio (Figura 2.2.4.6-7 e Figura 2.2.4.6-8).

Foram identificadas as seguintes sedes municipais na AEL: Monjolos, Santo Hipólito, Engenheiro Navarro, Juramento e Catuti, todas localizadas no estado de Minas Gerais.

A maioria das sedes municipais encontra-se próximas às rodovias federais ou às estradas estaduais. O acesso às sedes ocorre por vias asfaltadas.

Monjolos é a única das sedes localizadas na AEL que receberá canteiro de obras. Há relatos de aumento do número de furtos e do narcotráfico no município. A região conta com Centro de Saúde, Programa Saúde da Família, Programa Mais Médicos, um centro de cultura, polícia militar, Igreja e cemitério.



Figura 2.2.4.6-7 - Sede Municipal de Monjolos/MG



Figura 2.2.4.6-8 - Sede Municipal de Engenheiro Navarro/MG

- Projetos de Assentamento Federal (PA)

Foram identificados 6 (seis) Projetos de Assentamentos Federais na AEL: o PA Betinho e o PA Final Feliz, o PA Professor Mazan, o PA Elói Ferreira, PA Serrador e o PA Serafim. Os Projetos de Assentamento estão diretamente ligados ao INCRA e a desapropriação de propriedades improdutivas. Muitos deles têm apoio da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. As fazendas são loteadas e cada família recebe um lote para produzir, um para residir e um para a área de reserva.

Em alguns casos, o assentamento foi formalizado pelos institutos de terras e a associação dos assentados foi quem efetuou o pagamento das terras, subsidiada pelo governo. Esse formato facilitou a criação de muitos assentamentos, mas esbarrou em dificuldades de pagamento e organização das famílias assentadas.

O PA Final Feliz (Joaquim Felício) possui cerca de 8.000 ha e capacidade para assentar 107 famílias. É composto por 7(sete) setores: Catoni sede; Bebedouro; Corredor; Represa; 111; Reto dos Patos e Retiro.

O PA Serrador (Francisco Sá) foi formado há 17 anos após compra e loteamento de fazenda, pelo INCRA. Ao todo 30 famílias foram assentadas, e cada uma recebeu 11 ha (1 ha para construir a residência e 10 ha para a produção). O financiamento junto ao INCRA a ser pago pelos assentados até 2020 (Figura 2.2.4.6-10).

O PA Serafim (Francisco Sá) foi criado pelo Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER). No ano de 2002, 20 famílias foram assentadas com o apoio da Prefeitura de Francisco Sá, em lotes de 24 ha, 25 ha e 26 ha. Essas famílias possuem uma dívida coletiva e a Associação local busca a individualização desta para que os assentados possam buscar benefícios, tais como o Pronaf.

Em Engenheiro Navarro, o PA Elói Ferreira é formado por três agrovilas: Jacu, Mandacaru e Sede. O Assentamento Elói Ferreira foi formado em 2014, após sete anos acampados na Fazenda Firma. As 38 famílias foram assentadas com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Os lotes recebidos pelas famílias variam em sua metragem: em Jacú, 2 ha na Sede, entre 17 ha e 20 ha, e em Mandacaru, entre 20 ha e 21 ha (Figura 2.2.4.6-11).



Figura 2.2.4.6-10 - PA Serrador – Francisco Sá/MG



Figura 2.2.4.6-11 - PA Elói Ferreira – Engenheiro Navarro/MG

- Chacreamentos (sítios e chácaras)

Há pequenas áreas de sítios situadas entre os povoados identificados. O Loteamento Belvedere é composto por 300 famílias, que em sua maioria, residem nas sedes dos municípios de Francisco Sá e Montes Claros e utilizam a localidade como balneário para passar os finais de semana (Figura 2.2.4.6-12). Em Montes Claros, outras comunidades mais recentes surgiram a partir da construção de estradas e do crescimento das cidades, formando áreas de veraneio e balneários de final de semana.

Em virtude da proximidade com a barragem de Bico da Pedra (Janaúba), destacável pela bela paisagem, há uma concentração de sítios e pousadas que são bastante frequentados pelos moradores de Janaúba. No entanto, houve o relato de que desde o período das secas a região sofreu uma baixa em relação às visitas.

Localidades tais quais a Vila Angical, Pedreira, Pajeú de Cima, situadas no município de Monte Azul e Tabuleiro, no município de Espinosa, têm sido atrativos para proprietários de sítios que utilizam tais territórios como fonte de lazer. A mesma tendência é observada em Guanambi e Candiba, onde muitas pessoas têm buscado uma vida mais tranquila em localidades como Pilões (Candiba) e Ceraíma, Curral de Varas, Lagoa da Pedra de João Cotrim, em Guanambi. Ceraíma, inclusive, é apontada como uma região com forte potencial para o turismo rural.



Figura 2.2.4.6-12 - Loteamento Belvedere – Francisco Sá/ MG

- Comunidade Quilombola

Foram identificadas 07 (sete) Comunidades Quilombolas na Área de Estudo das Comunidades Tradicionais do empreendimento, como mostra o Quadro 2.2.4.6-8. Estas comunidades estão presentes em 06 (seis) municípios: Janaúba (MG); Francisco Sá (MG); Bocaiuva (MG) e Pindaí (BA). Foram consideradas para o levantamento aquelas comunidades certificadas e em processo de certificação pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Destaca-se que nenhuma das Comunidades Quilombolas identificadas possui Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

Quadro 2.2.4.6-8 - Comunidades Quilombolas na Área de Estudo.

UF	MUNICIPIO	COMUNIDADE	Lote	Direção	KM da LT	Distancia (km)	Coordenadas UTM	
							E	N
BA	Pindaí	Caco/ Vargem do Rancho / Taboa II	14	direita	57,7	0,5	741493	8401364
BA	Pindaí	Boi	15	direita	68,8	0,6	752668	8387449
MG	Janaúba	Vila Nova dos Poções	14	esquerda	215,3	1,4	681870	8269496
MG	Francisco Sá	Poções	16	esquerda	34,7	1,0	669147	8207109
MG	Bocaiúva	Sítio*	16	esquerda	175,0	7,2	629204	8074495
MG	Bocaiúva	Borá	14	direita	147,2	4,8	613421	8111713
MG	Bocaiúva	Mocambo*	16	esquerda	185,3	10,8	623861	8061980

Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2016.

*As comunidades de Sítio e Mocambo são consideradas como uma comunidade quilombola para o desenvolvimento do Estudo Componente Quilombola, uma vez que possuem uma única Certificação.

Estas comunidades estão referenciadas no Mapa de Localização - 3264-00-EIA-MP-1001 , no Caderno de Mapas.

Destacamos que a questão quilombola está sendo tratada neste processo de licenciamento conforme tratativas em curso e de acordo com a orientação da FCP para a elaboração de Estudo Específico de Componente Quilombola (ECQ) para as comunidades elencadas no Erro! Fonte de referência não encontrada.. A partir do ECQ serão estudadas e descritas de forma detalhada as características de cada comunidade para avaliação dos impactos relacionados à instalação da LT, conforme orientações da legislação específica.

Concomitantemente a pesquisa e tratativa junto a FCP, durante pesquisa de campo para a elaboração do Diagnóstico do Meio Socioeconômico a equipe identificou a Comunidade Quilombola de Vila Nova dos Poções, em Janaúba (MG), cuja caracterização geral é apresentada ao longo do EIA com vistas a compor o panorama de ocupação sócio-espacial da Área de Estudo Local (AEL).



Figura 2.2.4.6-13 - Comunidade Quilombola de Vila Nova dos Poções – Janaúba/ MG

- Fazendas

Foram identificadas extensas áreas de pastagens pertencentes às fazendas de gado na AEL do empreendimento. Em geral, as fazendas estão voltadas para a criação de gado leiteiro, de corte e criação de gado para leilão. A maioria das fazendas identificadas localiza-se nas vicinais que levam aos povoados rurais e às margens de algumas rodovias (Figura 2.2.4.6-14).

A entrada da fazenda Nelore Bhavnagar situa-se na margem da BR 135, no quilômetro 445,46, a 412,16 metros de distância da diretriz do traçado da linha de transmissão. O latifúndio de gado (nelore, guzerá e gir) possui mais de 2000 ha de extensão e promove leilões e feiras de rebanho bovino. O Leilão Elo do Norte é tradicionalmente realizado na Fazenda, com chancela do Programa de Melhoramento Genético de Zebuínos (PMGZ)².

² Extraído de: <http://www.abcz.org.br/>. Acessado em Junho de 2017.

A fazenda Bhavnagar é parte do grupo Fazenda Poções - Agro Pastoril dos Poções e Participação Limitada³, e o seu proprietário é do Rio de Janeiro.

Nesta fazenda existem casas para os 30 funcionários (valor aproximado), maioria oriunda de Engenheiro Dolabela, contratados via CLT. A propriedade conta com lagoas formadas pelo represamento do rio Jequitaí, utilizadas para a pesca por lazer, além de 2 poços.

Acessado por vicinal de terra, no Lote 14, nas coordenadas UTM 635352E/8144215N, na altura do Km 109,0 do lado direito, há uma área de fazenda que abriga o Acampamento da Igreja de Deus Reavivamento Pentecostal (IDERP), onde há 10 casas, em lotes 2500 m². É uma área que pertence à Igreja de Deus Reavivamento Pentecostal de Montes Claros. É uma área de grande movimento nos finais de semana.



Figura 2.2.4.6-14 - Área de fazenda em Joaquim Felício/MG

³ Extraído de : <http://www.bhavnagar.com.br>. Acessado em Junho de 2017.

- Eucaliptais

O eucalipto sobressai-se nas práticas silviculturais identificadas na AEL. Por sua capacidade de adaptação, a espécie está sendo amplamente cultivada na região do norte mineiro, tanto para produção e comercialização de madeira para usos múltiplos, quanto para reflorestamento do cerrado. Foram identificados 5 (cinco) eucaliptais entremeadas por áreas de pastagens, algumas áreas demonstradas na Figura 2.2.4.6-15.

Na vicinal para o Povoado Curimataí (Buenópolis) é possível avistar uma extensa área de eucaliptos. Na vicinal para Vila Santa Bárbara (Augusto de Lima) e na vicinal para o distrito de Rodeador há eucaliptais. Entre o Povoado Quebra Pé (Monjolos) e distrito Vale Fundo (Santo Hipólito) também há plantações de eucalipto.

A Fazenda M. Colen Agropecuária (Joaquim Felício) localiza-se nas coordenadas UTM 5899445E/7963348N; no Km 472,86 da linha de transmissão, a 5820,44 m de distância da diretriz do traçado da LT. Esta propriedade pertence à família Colen, da qual faz parte a atual prefeita de Joaquim Felício - Eliana Colen Pimenta. A família Pimenta, também, é expoente na região, principalmente em Buenópolis.

O plantio de eucalipto, também, se destaca como importante atividade econômica em Engenheiro Navarro e Bocaiúva. No Povoado Camilo Prates, em Bocaiúva, os moradores vendem mudas de eucalipto. Nestes municípios, com maior acesso à recursos hídricos, há uma grande unidade florestal com plantio e manejo de eucalipto da Empresa Vallourec Tubos do Brasil S.A. O eucalipto é utilizado na siderurgia, e abastece de carvão vegetal, principal fonte de energia renovável, os Altos-Fornos da Usina da empresa. Vale observar, que na altura das coordenadas UTM 615695E/8079187N, no Km 170,67 do Lote 16, a 2.077,93 m de distancia da diretriz do traçado da LT, há a entrada de uma grande propriedade em Engenheiro Navarro, que é uma Unidade Florestal, com imensa plantação de eucalipto, que se estende até o município de Olhos d'Água, passando pela Serra do Espinhaço (Figura 2.2.4.6-16). Nenhum povoado foi identificado no município de Olhos d'Água. É uma área cercada por fazendas de eucalipto, pertencentes a grandes empresas.



Figura 2.2.4.6-16 - Unidade florestal com plantio e manejo de eucalipto da Empresa Vallourec Tubos do Brasil S.A

▪ **Empresas/Indústrias**

A existência de empresas e indústrias é bastante pontual na AEL. No município de Bocaiúva, identificou-se a empresa Cerâmica Vencedora.

No Povoado Cabeceira de Poções, na zona rural de Bocaiúva, foi identificado um alambique com fabricação de cachaça artesanal Cachaça Bocaiana. A empresa conta com apenas três funcionários, que atuam no engarrafamento da bebida. A cachaça é feita e comercializada entre os meses de julho e outubro.

Por fim, nos municípios de Urandi, Pindaí, Candiba, Guanambi e Caetité há um potencial energético eólico. Entretanto, a população situada na AEL não é beneficiada diretamente com o empreendimento, salvo durante as obras de implantação.

- Complexos Eólicos e subestações

Foram identificados Complexos Eólicos em Pindaí, Guanambi e Caetité (BA) e subestações em Francisco Sá, Espinosa (MG), Pindaí (BA) e Urandi (BA). Os Complexos Eólicos compõem o empreendimento Alto Sertão I e II, de responsabilidade da Renova Energia (coordenadas UTM 756904E/8447088N (Lote 14) – Caetité (Figura 2.2.4.6-17); coordenadas UTM 749201E/8434348N (Lote 14) – Guanambi; coordenadas UTM 753456E/8396310N (Lote 15) – Pindaí (Figura 2.2.4.6-18).

Subestação em Francisco Sá nas coordenadas 642050/8192127 – Lote 14 e em Pindaí nas coordenadas UTM 755707E/8406348N - Lote 15. Além da Subestação Igaporã III em Caetité, no Km 0 da LT.



Figura 2.2.4.6-17 - Parque Eólico – Caetité/BA



Figura 2.2.4.6-18 - Parque Eólico – Pindaí/BA

2.2.4.6.4.1 - Tipos de Ocupação e Uso do Solo na Área de Estudo Local

Apresenta-se a seguir uma descrição geral das dinâmicas de uso e ocupação do solo em cada um dos perfis de ocupação, com a caracterização de cada localidade identificada quanto a localização, estruturas de serviços públicos, número de famílias, presença de áreas de lazer, igrejas e cemitérios e feições específicas quanto à atividade econômica, comércio e polarização regional.

2.2.4.6.4.1.1 - Trecho 1 – Presidente Juscelino, Monjolos, Gouveia, Santo Hipólito, Augusto de Lima, Buenópolis (MG)

a) Perfil de Ocupação

Esse trecho é caracterizado pela presença da Serra do Cabral no lote 14 e da Serra do Espinhaço no lote 16, estando a maior parte das 28 localidades identificadas em um vale entre as duas serras. São essencialmente povoados e fazendas.

O trecho localiza-se na mesorregião centro-norte e o acesso à água por gravidade é uma realidade. A região é conhecida por abrigar córregos, rios e cachoeiras, e faz parte do Circuito Eco Turístico do Sertão

Mineiro. O circuito turístico da Serra do Cabral abriga também, para além das cachoeiras, sítios arqueológicos e pinturas rupestres classificadas como Estilo Cabral.

Já na Serra do Espinhaço, parte das localidades encontra-se no caminho que tropeiros utilizavam para chegar da Bahia e do Norte de Minas Gerais à Diamantina. Outra característica é que Buenópolis, Augusto de Lima, Monjolos, Santo Hipólito, Gouveia, Presidente Juscelino estão nos baixios do rio das velhas, principal afluente do rio São Francisco.

Os núcleos urbanos dos municípios servem de polos locais para as localidades, devido ao fato de serem dotados de infraestrutura nas áreas de serviços, saúde e educação, sendo as sedes municipais de Buenópolis, Gouveia e Curvelo tidas como polos regionais.

Segundo relatos dos moradores, as localidades identificadas no sopé da serra do Espinhaço são terras de herança familiar, situadas na passagem para Diamantina (rota dos tropeiros), sendo que algumas fazem parte da Estrada Real. A exemplo de Via Santa Bárbara e de Curimataí, que eram pontos de parada no caminho dos tropeiros que vinham da Bahia e do norte de Minas para Diamantina. Os moradores são de famílias da região que foram aumentando e se estabelecendo no local até os dias de hoje.

A produção de leite beneficiado é notória, sendo a Itambé Laticínios a principal empresa compradora. De acordo com os relatos, a empresa Itambé requisita aos produtores cerca de 100 litros de leite por dia, o que detona a capacidade produtiva das localidades deste trecho. Boa parte das associações de produtores rurais, ou os produtores individualmente, possui tanque de resfriamento. Outra característica é a presença de plantações de hortaliças para subsistência, bem como de feijão, milho, mandioca, abóbora e quiabo para comercialização nos polos regionais de cada localidade.

O acesso à água é o maior de toda extensão do empreendimento, já que se encontra num vale entre a Serra do Cabral e a Serra do Espinhaço. A quantidade de cachoeiras e rios com alto volume de água (rio das Velhas e seus afluentes Paraúna e Pardo) torna a área do trecho uma zona de ecoturismo. No rio das Velhas, em Santo Hipólito, há pescadores. Fora isto, o circuito do turismo histórico, também, ocorre nos municípios que fazem parte do antigo caminho dos diamantes, realizados por tropeiros na serra do Espinhaço, como Buenópolis, Augusto de Lima, Monjolos e Santo Hipólito.

b) Caracterização das Localidades identificadas no Trecho 1

O Quadro 2.2.4.6-9 e o Quadro 2.2.4.6-10 identificam as localidades existentes no Trecho 1, nos lotes 14 e 16, sua tipologia, distância da diretriz do traçado e coordenadas.

Quadro 2.2.4.6-9 - Localidades identificadas no Trecho 1 – Lote 14

UF	Município	Localidade	Tipo	No. de Famílias	KM da LT	Distância da LT (km)	Lado da LT	E (UTM 23S)	N (UTM 23S)
MG	Presidente Juscelino	Serra do Gonçalves	Povoado	21	326,9	1,4	Esquerdo	590714	7939096
MG	Presidente Juscelino	Retiro da Gameleira	Povoado	10	320,4	0,3	Esquerdo	589361	7945797
MG	Santo Hipólito	Senhora da Glória	Distrito	96	306,9	0,8	Esquerdo	587488	7959263
MG	Santo Hipólito	Caquende	Povoado	72	301,6	0,9	Direito	588063	7964672
MG	Monjolos	Tamburiu/ Fazenda Passageiro	Povoado	38	299,6	4,3	Direito	590812	7967636
MG	Santo Hipólito	Santo Hipólito	Sede Municipal	680	287,9	1,6	Esquerdo	582559	7977774
MG	Augusto de Lima	Cafundó	Povoado	15	280,9	3,8	Direito	588005	7984696
MG	Augusto de Lima	Cafundó dos Currais	Povoado	33	278,4	3,4	Direito	587632	7986865
MG	Augusto de Lima	Sumidouro	Povoado	20	272,8	1,6	Direito	586395	7992675
MG	Augusto de Lima	Poções	Povoado	50	271,0	0,8	Direito	585977	7994300
MG	Augusto de Lima	Malhada Alta	Povoado	35	271,0	1,3	Esquerdo	583944	7994977
MG	Augusto de Lima	Alto Mangabeira	Povoado	4	270,5	3,6	Direito	588816	7993947
MG	Augusto de Lima	Mocambo	Povoado	30	263,4	4,7	Esquerdo	582979	8003225

Fonte: Ecology Brasil, 2017.

Quadro 2.2.4.6-10 - Localidades identificadas no Trecho 1 – Lote 16

UF	Município	Localidade	Tipo	No. de Famílias	KM da LT	Distância da LT (km)	Lado da LT	E (UTM 23S)	N (UTM 23S)
MG	Gouveia	Alexandre Mascarenhas	Vila	400	322,1	5,7	Direito	601290	7939358
MG	Gouveia	Fazenda Estaboca	Povoado	3	316,0	3,9	Direito	599878	7942017
MG	Gouveia	Mangabeiras	Povoado	10	312,0	1,7	Direito	600930	7947152
MG	Santo Hipólito	Santa Cruz	Povoado	10	308,3	2,9	Esquerdo	597515	7951966
MG	Santo Hipólito	Vale Fundo	Distrito	30	302,3	0,9	Direito	601222	7957161
MG	Monjolos	Quebra Pé	Distrito	73	292,5	1,3	Direito	600426	7967073
MG	Monjolos	Monjolos	Sede Municipal	425	284,4	3,3	Esquerdo	594486	7974217
MG	Monjolos	Rodeador	Distrito	600	282,0	2,1	Direito	599212	7977758
MG	Augusto de Lima	Mangal	Povoado	10	257,1	1,6	Esquerdo	594643	8001886
MG	Augusto de Lima	Santa Bárbara	Vila	50	251,6	1,8	Direito	598342	8007143
MG	Augusto de Lima	Conceição de Teixeira/Saúde	Povoado	91	247,7	1,6	Direito	598685	8011022
MG	Buenópolis	Salobo	Povoado	100	245,1	2,2	Esquerdo	595254	8014169
MG	Buenópolis	Curimataí	Povoado	350	231,5	6,9	Direito	610385	8023777
MG	Buenópolis	Venturino	Povoado	15	227,1	0,8	Esquerdo	604275	8030144
MG	Buenópolis	Pé de Serra	Povoado	60	222,1	7,4	Direito	613484	8032626

Fonte: Ecology Brasil, 2017.

- Povoado Serra do Gonçalves (Presidente Juscelino/MG)

Acessado pela BR-259 e vicinal sem asfaltamento, Serra do Gonçalves é um povoado com 21 famílias, localizada na coordenadas UTM 590714E /7939096N, Km 326,9 da linha de transmissão, a 1,4 km de distância da diretriz do traçado da LT, lado direito, no lote 14. Formou-se a partir da antiga Fazenda Jataí, há cerca de 100 anos. Também já se chamou Serra da Mandioca.

A população é formada, majoritariamente, por idosos, tendo apenas 4 (quatro) crianças e 3 (três) adolescentes na localidade. Os jovens (população em período reprodutivo) após concluírem os estudos, migram para a cidade de Presidente Juscelino.

Não há escola na localidade. Os estudantes deslocam-se para a sede do município, através de transporte escolar.

O local possui uma Associação Comunitária que debate questões acerca da antena de telefonia, implantação de internet e atividades para os idosos. A EMATER distribui mudas e sementes para os associados.



Figura 2.2.4.6-19 - Povoado Serra do Gonçalves,
Presidente Juscelino (MG)

A principal atividade econômica do local é o gado de corte, o gado leiteiro, a lavoura subsistência e criação de patos e galinhas para subsistência. Há muitos aposentados e mães que recebem o benefício Bolsa Família. Produzem queijo e requeijão e vendem ovos em Presidente Juscelino.

O tamanho médio aproximado dos lotes de Serra de Gonçalves é de 400m² dentre outros de maior porte. Todos estão documentados.

Comemoram festa junina com idosos hipertensos, a partir do apoio da enfermeira local; e comemoram a festa na Igreja de Nossa Senhora de Aparecida, em outubro. Sábado seguinte à festa da padroeira comemora-se a festa popular de forró. Segundo o reporte, o público chega a 5 (cinco) mil pessoas, e na edição de 2016 foram 27 ônibus fretados. Os barraqueiros vêm de fora e pagam as cozinheiras locais para preparar as comidas.

- Povoado Retiro da Gameleira (Presidente Juscelino/MG)

Acessado pela BR-259 e vicinal sem asfaltamento, Retiro da Gameleira localiza-se nas coordenadas 589361/7945797, no Km 320,4 da linha de transmissão, a 0,3 km de distância da diretriz do traçado da LT, no Lote 14. Possui 10 famílias e formou-se a partir do desmembramento da terra por herança.

A maior parte dos moradores trabalha com diária nas fazendas de gado leiteiro do entorno e cultivam lavoura de subsistência.

Não há unidade de saúde na localidade. A agente de saúde visita a localidade e o médico atende mensalmente na Associação Comunitária de Retiro da Gameleira.

Não há escola na localidade. Os estudantes deslocam-se para a sede do município, através de transporte escolar.



Figura 2.2.4.6-20 - Povoado Retiro da Gameleira,
Presidente Juscelino/MG

- Distrito Senhora da Glória (Santo Hipólito/MG)

O distrito Senhora da Glória localiza-se nas coordenadas UTM 587488E/7959263N, a 0,8 km da LT, do lado esquerdo, km 306,9 da LT, Lote 14. O distrito é composto por 96 famílias. O distrito é centenário, sendo sua origem associada à construção da Estrada de Ferro Central do Brasil (R.F.F.S.A.), próximo ao ano de 1890. Nesse local os empregados da empresa se alojavam.



Figura 2.2.4.6-21 - Unidade utilizada pelas Equipes de Saúde da Família (ESF) de Senhora da Glória, Santo Hipólito (MG).



Figura 2.2.4.6-22 - Distrito Senhora da Glória

De acordo com reporte, a antiga Usina de álcool de Senhora da Glória está em processo de venda para grupo japonês.

Há cerca de 10 anos houve um conflito entre moradores da localidade e a CODEVASF, em função do projeto federal para rio São Francisco e afluentes. Segundo moradores, a obra de transposição do São Francisco continha em seu planejamento o barramento do rio das Velhas, especificamente no distrito de Senhora da Glória. Moradores em parceria com o Comitê de Bacias Hidrográficas (CBH) do Rio das Velhas protestaram contra esse barramento, fundando o Movimento Contra a Barragem do Rio das Velhas⁴.

A principal atividade produtiva é o gado leiteiro vendido para Itambé e para Serra Verde de Sete Lagoas. A renda dos moradores, também, é proveniente do Programa Bolsa Família, de aposentadoria, auxílio doença, diárias nas fazendas, carteira assinada dos caseiros e prefeitura. Criam galinha e horta para subsistência. As propriedades (fazendas) são de grandes latifúndios.

⁴ Para maiores informações, acesse: <<http://cbhvelhas.org.br>>

A Associação comunitária realiza reuniões mensais sobre saúde e produção agrícola e recebe doação de sementes da EMATER, entidade responsável pela realização do Cadastro Rural (CAR) dos imóveis rurais.

As referências de saúde são: Curvelo e Belo Horizonte. A maternidade é em Curvelo. A entrevistada no Centro de Saúde informou que há no distrito 5 agentes de saúde, dentista, psicóloga, fisioterapeuta, enfermeiro, e médica do Programa Médico para Todos (de Cuba). De segunda a quinta-feira atua um bioquímico para exames laboratoriais.

A localidade possui escola de ensino médio, fundamental I e II e creche. A escola atende aos estudantes dos Povoados Caquende, Senhora da Glória e Lameirão da Serra (este último localizado fora da Área de estudos).

As formas de lazer na localidade estão associadas as festas comemoradas como a realizada em agosto de Nossa Senhora da Glória, festa de Monjolos e do dia dos trabalhadores, bem como o futebol, bailes e bares.

Na localidade existem duas Igrejas Evangélicas e um cemitério.

- Povoado Caquende (Santo Hipólito/MG)

No Lote 14, no município de Santo Hipólito, encontra-se o povoado Caquende (a 5 km de Senhora da Glória). A linha de transmissão cruza a vicinal que vai para Caquende sobre uma casa. O povoado Caquende localiza-se nas coordenadas UTM 588063E/7964672N, no Km 301,6 da linha de transmissão, a 0,9 km de distância da diretriz do traçado da LT, lado direito.



Figura 2.2.4.6-23 - Povoado Caquende, Santo Hipólito (MG).

O povoado possui 72 famílias e conta com um posto de saúde no local, com a presença de agente de saúde. A escola utilizada pelos estudantes é a de Senhora da Glória, já que não funciona escola no local.

- Povoado Tamburiu / Fazenda Passageiro (Monjolos/MG)

O povoado Tamburiu/Fazenda Passageiro localiza-se nas coordenadas UTM 590812E /7967636N no Km 299,6 da linha de transmissão, a 4,3 km de distância da diretriz do traçado, lado direito, no lote 14. O povoado das fazendas possui aproximadamente 38 famílias, sendo 8 famílias na Fazenda Passageiro e 30 famílias em Tamburiu. O tamanho dos lotes não foi informado.



Figura 2.2.4.6-24 - Povoado Tamburiu, região da Fazenda Passageiro, Monjolos/MG

A referência para saúde, educação, trabalho e compras é o município de Monjolos e Curvelo. O local não possui escola, sendo necessário o deslocamento até a cidade referência por transporte escolar.

A principal atividade produtiva local é a criação de gado leiteiro. Na composição da renda das famílias pode ser citado os aposentados, beneficiários do Programa Bolsa Família e funcionários que trabalham sob regime de diárias.

O local possui uma Associação de Produtores de Tamburiu. O lazer da população gira em torno de festas em Monjolo, cavalgada e bares.

- Sede Municipal de Santo Hipólito/MG

Acessada pela MG 220, a sede de Santo Hipólito localiza-se nas coordenadas UTM 582559E / 7977774N, no Km 287,9 da linha de transmissão, a 1,6 Km de distância da diretriz do traçado, lado esquerdo. A sede de Santo Hipólito possui aproximadamente 680 habitantes.



Figura 2.2.4.6-25 - UBS da Sede Municipal de Santo Hipólito/MG



Figura 2.2.4.6-26 - Campo de Futebol e Circo em Santo Hipólito/MG

O município de referência para compras, trabalho, educação e saúde é Curvelo. O local possui 5 agentes de saúde que atendem os habitantes, contando com uma médica cubana que atende na área de Senhora da Glória e Vale Fundo. Existem casos de dengue e 2 de leishmaniose. A sede possui escola com ensino médio e, também, conta com o transporte escolar e um ônibus que liga a região à Corinto.

A principal atividade produtiva do local é a criação de gado de leite, onde os pequenos produtores contam com a presença de tanques de resfriamento. Também, é produzida banana e cana de açúcar, para venda e subsistência. A atividade da pesca no rio das Velas é realizada por pescadores, que utilizam rede, molinete e arrastão. O pescado é vendido nas cidades de Curimã e Dourado.

Na sede atua a Associação de Produtores Rurais, mas não conta com Colônia de Pescadores.

No local há uma feira artesanal e comida aos domingos, e possui uma tradição turística no Pardinho. Além disso, existem Igrejas católicas, evangélicas, campo de futebol e cemitério. A festa de Santo Hipólito ocorre de julho a outubro e as atividades culturais locais são: cavalgada, festas de igrejas, corrida de argolinha.

- Povoado Cafundó (Augusto Lima/MG)

No Lote 14, no município de Augusto Lima, acessado por vicinal de terra encontra-se o povoado Cafundó, que faz parte da região denominada Baixadão do Curral. O povoado localiza-se nas coordenadas UTM 588005E/7984696N, no Km 280,9 da linha de transmissão, a 3,8 Km de distância da diretriz do traçado, lado direito. Cafundó possui 15 famílias. O tamanho dos lotes não foi informado.



Figura 2.2.4.6-27 - Povoado Cafundó, em Augusto de Lima/MG.

A referência para saúde, educação, trabalhos e compras é o município de Augusto Lima. No local atua um agente de saúde. O atendimento médico é prestado no povoado Cafundó dos Currais e em Augusto Lima.

O povoado não possui escola, sendo necessário o deslocamento dos estudantes até a cidade referência, através de transporte escolar.

A principal atividade produtiva local é a criação de gado leiteiro. A economia é de subsistência por meio do cultivo de hortaliças, mandioca e criação de galinha sendo considerado alto o nível de desemprego no local.

Não foram relatadas formas de associativismo na localidade.

O principal lazer do povoado é o futebol. Em relação às festividades locais há uma festa tradicional chamada Festa no Cafundó que ocorre no mês de setembro.

- Povoados Cafundó dos Currais, Sumidouro e Poções (Augusto de Lima/MG)

No Lote 14, no município de Augusto Lima, acessado por vicinal de terra encontra-se o povoado Cafundó dos Currais. O povoado localiza-se nas coordenadas UTM 587632E/7986865N, no Km 278,4 da linha de transmissão, a 3,4 Km de distância da diretriz do traçado, lado direito. Cafundó dos Currais possui 33 famílias, e formou-se há aproximadamente 150 anos. A referência para saúde, educação, trabalho e compras é o município de Augusto Lima. No local atua um agente de saúde, e o atendimento médico é realizado uma vez por mês.

O povoado não possui escola, sendo necessário o deslocamento dos estudantes até a cidade referência, através de transporte escolar. O nível de escolaridade local é do ensino fundamental. O povoado conta com uma Associação Comunitária Cafundó dos Currais.



Figura 2.2.4.6-28 - Cafundó dos Currais, Augusto de Lima/MG

No Lote 14, no município de Augusto Lima, acessado por vicinal de terra encontra-se o povoado Sumidouro. O povoado localiza-se nas coordenadas UTM 586395E/7992675N, no Km 272,8 da linha de transmissão, a 1,6 Km de distância da diretriz do traçado lado direito. Sumidouro possui 20 famílias.

A referência para saúde, educação, trabalho e compras é o município de Augusto Lima. No local atua um agente de saúde, e o atendimento médicos é realizado uma vez por mês.

O povoado não possui escola, sendo necessário o deslocamento dos estudantes até a cidade referência, através de transporte escolar. O nível de escolaridade local é do ensino fundamental.



Figura 2.2.4.6-29 - Igreja Católica Povoado Sumidouro, Augusto de Lima/MG.

No Lote 14, no município de Augusto Lima, acessado por vicinal de terra encontra-se o povoado de Poções. O povoado localiza-se nas coordenadas UTM 585977E/7994300N, no Km 271,0 da linha de transmissão, a 0,8 km de distancia da diretriz do traçado, lado direito. O povoado possui 50 famílias.

A referência para saúde, educação, trabalhos e compras é o município de Augusto Lima. No local atua um agente de saúde, e o atendimento médicos é realizado uma vez por mês.

O povoado não possui escola, sendo necessário o deslocamento dos estudantes até a cidade referência, através de transporte escolar. O nível de escolaridade local é do ensino fundamental.



Figura 2.2.4.6-30 - Povoado Poções, Augusto de Lima/MG.

As principais atividades produtivas nessas localidades são a criação de gado leiteiro e de corte. Os produtores de gado leiteiro produzem para a Itambé, e os de gado de corte para os frigoríficos da região. Os produtores de gado leiteiro possuem um tanque, e alguns produtores vendem gado nelore. Em relação à fonte de renda da população da região, existem fazendas na região que contratam por diária em torno de 50,00 reais; aposentados e beneficiários do Programa Bolsa Família. A produção local é de subsistência, com o cultivo de hortaliças (irrigada), feijão, milho, mandioca, abóbora, quiabo e a criação de galinhas. O tamanho médio aproximado dos lotes varia entre 10 e 15 hectares e o tipo de propriedade local em sua maioria é oriunda de herança.

Em Cafundó dos Currais situa-se a Igreja de N. S. da Aparecida, onde acontece uma festa anualmente. Em Poções e Sumidouro existem Igrejas, campo de futebol e bares. As atividades de lazer nas localidades giram em torno de cavalgadas, pesca esportiva, festa do Homem do Campo, que ocorre no mês de setembro, folia de reis, festa de São Sebastião e festas em Augusto Lima. Os moradores frequentam bares em Buenópolis e Santo Hipólito.

- Povoado Malhada Alta (Augusto de Lima/MG)

No Lote 14, no município de Augusto de Lima, acessado por vicinal de terra encontra-se o povoado Malhada Alta. O povoado localiza-se nas coordenadas UTM 583944E/7994977N, no Km 271,0 da linha de transmissão, a 1,3 Km de distância da diretriz do traçado lado esquerdo.



Figura 2.2.4.6-31 - Igreja Católica de Malhada Alta, Augusto de Lima/MG



Figura 2.2.4.6-32 - Sede da Associação Comunitária de Malhada Alta, Augusto de Lima/MG

A estimativa populacional de Malhada Alta é de 35 famílias. A tendência do crescimento populacional é de redução, pois os jovens saem do povoado para morar em Buenópolis ou em Belo horizonte. A referência para saúde, educação, trabalho e compras é a sede municipal de Augusto de Lima. No quesito saúde, o agente de saúde atende duas vezes por mês.

No CRAS os moradores praticam atividades esportivas, participam de palestras sobre saúde e das campanhas de vacinação. A escola que atende os alunos da localidade é a de Augusto de Lima. O ônibus escolar transporta os alunos, além do coletivo que vai para o centro de Augusto de Lima.

A Associação Comunitária de Malhada Alta surgiu em 1967 e o principal tema em debate é a distribuição da água. Os moradores pagam uma taxa de R\$15,00 para a associação, e têm direito a 10.000 litros de água mensais, obtidos do único poço artesiano da localidade. O Programa Água para Todos contemplou a localidade.

As principais atividades econômicas são a produção de leite, cerca de 2.000 litros mensais, e a prática hortifrutigranjeira, coma plantação de abóbora, melancia, laranja e mandioca, que é comercializada para restaurantes e o hortifrutí de Augusto de Lima e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

De acordo com reporte, produtores locais não comercializam para a empresa Itambé, pois a escala de produção demandada é de 100 litros diários. Dessa forma, as fazendas do entorno é quem vende o leite beneficiado para a empresa. Além do gado leiteiro e do roçado, há o trabalho nas fazendas de gado leiteiro do entorno, sendo a diária de trabalho R\$ 50,00 (como exemplo o trabalho na Fazenda Poções, pertencente ao mesmo grupo da Fazenda Nelore Bhavnagar, o grupo Agro Pastoril dos Poções e Participação Limitada). O Cadastro Ambiental Rural (CAR) dos imóveis rurais foi executado, tendo os moradores contratado uma empresa de consultoria (não declarada) para tal finalidade. Os moradores têm acesso ao crédito rural e se preocupam com a sustentabilidade ambiental. Os lotes variam de 20 a 50 ha, e alguns chegam a 100 ha.

Não foi relatada a existência de festas e locais de interesse social.

- Povoado Alto Mangabeira (Augusto de Lima/MG)

No Lote 14, no município de Augusto Lima, acessado por vicinal de terra encontra-se o povoado Alto Mangabeira. O povoado localiza-se nas coordenadas UTM 588816E/7993947N, no Km 270,5 da linha de transmissão, a 3,6 km de distância da diretriz do traçado, lado esquerdo. O povoado possui 4 (quatro)

famílias e a maioria foi morar em outras cidades, como Augusto de Lima e Belo Horizonte. A referência para saúde, educação, trabalho e compras é a cidade de Augusto Lima.

O local não possui postos de saúde ou escolas, sendo necessário o deslocamento até a cidade referência para atendimento e estudo. No local atua uma Associação Comunitária.



Figura 2.2.4.6-33 - Entroncamento de vicinais, Augusto de Lima/(MG).



Figura 2.2.4.6-34 - Povoado Alto Mangabeira, Augusto de Lima/MG.

A principal atividade produtiva do local é a criação do gado de leite e a produção local de banana, mandioca, quiabo e batata (200 pés na região), voltada para subsistência e venda. O nível de desemprego é alto, e a fonte de renda da população é advinda da aposentadoria de alguns, e trabalho de diária de 50,00 reais. A área registra muitos furtos, e já ocorreram assaltos à escola de Augusto Lima. O tamanho dos lotes não foi informado. Tampouco se relatou a existência de festas e áreas de relevante interesse social.

- Povoado Mocambo (Augusto de Lima/MG)

No Lote 14, no município de Augusto Lima, acessado por vicinal de terra encontra-se o povoado Mocambo A principal via utilizada é a vicinal que chega ao povoado e é cruzada pela LT no ponto 753 e 754. O povoado localiza-se nas coordenadas UTM 582979E/8003225N, no Km 263,4 da linha de transmissão, a 4,7 Km de distância da diretriz do traçado, lado esquerdo. O povoado possui cerca de 30 famílias. O tamanho dos lotes não foi informado.



Figura 2.2.4.6-35 - Povoado Mocambo, Augusto de Lima/MG.

A referência para saúde, educação, trabalho e compras é o município de Augusto Lima. No local atua um agente de saúde que atende no local e na cidade referência, pois não possui posto de saúde e o atendimento é realizado em Augusto de Lima. O local não possui escola, sendo necessário o deslocamento dos estudantes até a cidade referência, através de transporte escolar. O nível de escolaridade local é até o ensino fundamental.

O povoado possui uma Associação Comunitária que gerencia a água e cobra uma taxa de 15,00 reais mensalmente.

As principais atividades produtivas locais são o gado e o plantio de mandioca. Em relação à fonte de renda da população da região, existem fazendas que contratam por diária em torno de 50,00 reais; aposentadoria; beneficiário de Bolsa Família, criação de cabrito e galinha que vendem para atravessadores. A produção local é de subsistência e venda do excedente. O nível de desemprego é alto.

No local há assistência prestada pela EMATER, voltada para o manejo de sementes de frutas, como exemplo, a laranja.

As famílias frequentam às Igrejas em Marisa e Tombador. As atividades de lazer giram em torno de cavalgadas, e festas religiosas.

- Vila Alexandre Mascarenhas (Gouveia/MG)

As principais vias de acesso à Vila Alexandre Mascarenhas são a vicinal e a MG-040. A Vila localiza-se nas coordenadas UTM 601290E/7939358N, no Km 322,1 da linha de transmissão, a 5,7 Km de distância da diretriz do traçado, lado direito, no lote 16. A vila é ocupada por 400 famílias.

Os recursos humanos do serviço de saúde são compostos por três agentes de saúde, dois técnicos, um clínico geral e uma psicóloga. Há um ginecologista que atende a população da vila uma vez por mês. É comum a realização de Tratamento Fora do Domicílio (TFD) no serviço de saúde. Os casos registrados nessa modalidade de atendimento são ligados à cardiologia e ortopedia. Existe um Núcleo de Apoio à Saúde da Família em Gouveia que atua na Vila. A Vila registrou casos de dengue, recentemente. Existe uma Unidade Básica de Saúde (UBS) na localidade. As áreas de atuação da UBS são: Riacho dos Ventos, Água Potável, Barro Preto, Capivara, Usina (eólica), Pindaíba, Tabocas, Sariema, Chapadinha, Cafundó, Mato Grosso, Reserva, Catarina, Lajes e Barreiro.

A Vila Alexandre Mascarenhas possui escolas da esfera estadual e municipal com oferta de serviços de educação em todos os níveis. A Vila é referência para moradores das localidades rurais do entorno, como Mangabeira e Estaboca. A população nessas localidades estuda, basicamente, até o ensino médio.



Figura 2.2.4.6-36 - UBS de Vila Alexandre Mascarenhas, Gouveia/MG.



Figura 2.2.4.6-37 - Escola Estadual Ciro Ribas em Vila Alexandre Mascarenhas, Gouveia/MG.

A principal atividade produtiva local é a criação de gado, para produção de leite, além do cultivo de hortaliças e criação de galinhas, estas últimas voltadas para a subsistência.

A renda das famílias é composta, majoritariamente, pelo comércio (funcionários da fazenda vendem queijo e ovo) e aposentadoria. A empresa de geração de energia eólica (Agrocity)–emprega muitos moradores da vila, do sexo masculino.

Os domicílios da Vila usam fossa rudimentar, tem acesso à água por meio de poço, fornecimento de energia elétrica e dispõem de coleta seletiva (uma vez por semana).

As áreas de interesse social são a Igreja Nossa Senhora do Rosário, onde ocorre uma comemoração tradicional no mês de outubro, e a quadra de esportes. As principais comemorações são a Festa Forró da Vila (acontece na primeira semana de junho), Assar o cobú em Gouveia, e a Folia de Reis.

- Povoado Fazenda Estaboca (Gouveia/MG)

A Fazenda Estaboca localiza-se nas coordenadas UTM 599878E/7942017N, a 3,9 km da LT, próximo ao km 316,0 da LT, no Lote 16. A localidade é composta por 03 residências. O tamanho dos lotes não foi informado.



Figura 2.2.4.6-38 - Povoado Fazenda Estaboca, Gouveia/MG.

Agentes de saúde atuam na localidade, mas para atendimento médico os moradores deslocam-se para a sede do município ou para a Vila Alexandre Mascarenhas. O mesmo acontece para o serviço de educação.

A principal atividade econômica da localidade é a criação de gado leiteiro. Moradores trabalham nas fazendas do entorno e recebem a diária.

Não foi relatada a existência de áreas de lazer e festas locais.

- Povoado Mangabeiras (Gouveia/MG)

O povoado Mangabeiras localiza-se nas coordenadas UTM 600930E/7947152N, no Km 312,0 a 1,7 km de distância da diretriz do traçado da LT, no lote 16, lado direito. O povoado é ocupado por 10 famílias e poucas crianças. O tamanho dos lotes não foi informado.



Figura 2.2.4.6-39 - Vicinal para Povoado Mangabeira, Gouveia/MG.

Agentes de saúde atuam no povoado, mas para atendimento médico os moradores deslocam-se para a sede do município ou para a Vila Alexandre Mascarenhas. O mesmo acontece para o serviço de educação.

Não foi relatada a existência de formas de associativismo e de áreas de lazer e festas locais.

- Povoado Santa Cruz (Santo Hipólito/MG)

Santa Cruz localiza-se no município de Santo Hipólito (MG) nas coordenadas UTM 597515E/7951966N, distante 2,9 km da LT, e na altura do Km 308,3 da LT. O povoado é formado por, aproximadamente, 10 famílias. A maior parte dos jovens reside fora do povoado. O tamanho médio dos lotes é de 100 alqueires.



Figura 2.2.4.6-40 - Povoado Santa Cruz, Santo Hipólito/MG.



Figura 2.2.4.6-41 - Povoado Santa Cruz, Santo Hipólito/MG.

Os moradores são atendidos por agentes de saúde, mas recorrem à sede do município para atendimento médico. As crianças estudam no distrito de Monjolos e 03 jovens estudam na Escola do povoado que dispõe de uma turma de nível fundamental.

A principal atividade econômica é a produção leiteira. Os produtores fornecem o produto para a Itambé, e contam com tanques para beneficiamento do leite. A horta e a criação de galinhas são as principais atividades voltadas para a subsistência das famílias. A composição da renda das famílias do povoado é baseada em aposentadorias e no Programa Bolsa Família.

Não foi relatada a existência de formas de associativismo e de áreas de lazer e festas locais.

- Distrito Vale Fundo (Santo Hipólito/MG)

No Lote 16, localiza-se o Vale Fundo nas coordenadas UTM 601222E/7957161N, no Km 302,3 da linha de transmissão, a 0,9 km de distância da diretriz do traçado da LT, lado direito. O distrito é ocupado por 30 famílias. Na linguagem local, o distrito é chamado de "Valo Fundo". O tamanho médio dos lotes é de 20 x 30m.



Figura 2.2.4.6-42 - Povoado Vale Fundo, Santo Hipólito/MG



Figura 2.2.4.6-43 - Sede da Associação Comunitária do Vale Fundo, Santo Hipólito/MG

A referência para saúde, educação e trabalho para a localidade de Vale Fundo é o distrito de Monjolos e a Vila Alexandre, no município Presidente Juscelino. O serviço de saúde na localidade se resume a atuação de agentes de saúde e de uma (01) médica, que atende uma vez por mês na associação da localidade.

Exista a oferta de estabelecimentos de ensino até o nível fundamental I na localidade, entretanto, para o ensino infantil duas crianças da Fazenda Taboado, especificamente, precisam deslocar-se para a sede do município Santo Hipólito. As demais crianças estudam no distrito de Monjolos, que é mais próximo da localidade Vale Fundo.

Existe uma Associação Comunitária do Vale Fundo. Os moradores desempenham atividades ligadas às fazendas, majoritariamente. A criação de gado e a plantação de eucalipto são as principais atividades agrícolas no Vale Fundo. Já a produção de subsistência é ligada à horta e criação de galinhas. A renda das famílias é constituída por remuneração do trabalho (CLT), pagamento de diárias de trabalho de 50 reais na fazenda Barreira, aposentadoria e Programa Bolsa Família.

As comemorações mais relevantes realizadas na localidade são a Festa de Santo Antônio (em junho) e as Cavalgadas de Gouveia (outubro). Os pontos de interesse social são basicamente a igreja, o cemitério e bar.

- Povoado Quebra Pé (Monjolos/MG)

O povoado Quebra Pé localiza-se nas coordenadas UTM 600426E/7967073N, no Km 292,5 da linha de transmissão, a 1,3 km de distância da diretriz do traçado, lado direito, no Lote 16. O povoado de Quebra Pé possui aproximadamente 73 famílias. Os moradores são originários da própria região, famílias que foram aumentando e se estabelecendo no local até os dias de hoje.

Há visitas regulares de agentes de saúde. Para atendimento médico, os moradores deslocam-se para a sede municipal. O local possui pré-escola. Para cursar os demais níveis escolares os estudantes deslocam-se para o distrito de Rodeador e para a sede municipal de Monjolos, através de transporte escolar.



Figura 2.2.4.6-44 - UBS em Quebra Pé, Monjolos/MG



Figura 2.2.4.6-45 - Campo de Futebol em Quebra Pé, Monjolos/MG

A principal atividade produtiva local é o gado leiteiro, vendido para empresa Itambé, mais precisamente as fazendas Otinho e Bueno. Recentemente, uma Caixa de Força do empreendimento PCH Serra das Agulhas foi instalada na Fazenda Bueno. Também, é desenvolvida lavoura de subsistência de hortaliças e criação de galinhas.

As principais atividades remuneradas na região são: funcionários de prefeitura, alguns contratados nas fazendas do entorno sob o regime de CLT, beneficiários do Programa Bolsa Família, aposentados, profissionais que trabalham recebendo diária, venda de bezerros.

O local possui uma Associação Comunitária, Igreja Católica (padroeiros São Geraldo e N. S. do Perpétuo Socorro). O lazer da população gira em torno de festas em Monjolos, cavalgada, corrida de cavalo com argolinhas e quadra de esportes.

- Sede municipal de Monjolos/MG

A sede municipal de Monjolos é acessada MG 220, está localizada nas coordenadas UTM 594486E/7974217N, no Km 284,4 da linha de transmissão, a 3,3 Km de distância da diretriz do traçado, lado esquerdo, no lote 16. As localidades que constituem Monjolos são: Quebra Pé, Distrito Rodeador, Mangabeiras, Boa vista, Tamburuiu, Olhos d'água, Passageiro e a Sede Monjolos.



Figura 2.2.4.6-46 -Rua com asfaltamento e casas da sede municipal de Monjolos/MG



Figura 2.2.4.6-47 - Centro de Saúde da sede municipal de Monjolos/MG

A referência para saúde, educação, trabalho e compras é o município de Curvelo. Existem supermercados em Monjolos e Rodeador. A sede municipal é atendida pelo Programa Mais Médico, que conta com a presença de alguns profissionais de Cuba, no âmbito do Programa Saúde da Família e atende 24h por dia. O Centro de Saúde oferece atendimento nas especialidades de pediatria e ginecologia e conta com 7 agentes de saúde.

Na sede existe uma escola que oferece ensino fundamental e ensino médio.

Na sede municipal atua uma Associação de Produtores Rurais. A principal atividade produtiva no local é a produção leiteira desenvolvida pelo pequeno produtor, que vende para a empresa Itambé.

Segundo relatos locais, recentemente, foi construída a PCH Serras das Agulhas no município, que entrou em operação no primeiro semestre de 2017. No território municipal foi construído o barramento e instalada a Casa de Força da hidrelétrica. As empresas prestadoras de serviços da PCH foram embora

assim que as obras finalizaram. A chegada da empresa acarretou em especulação imobiliária e o crescimento da cidade.

Com a chegada do asfalto de Santo Hipólito para Monjolos, há 7 anos, aumentou o número de furtos e o narcotráfico.

A sede municipal conta com um Centro de Cultura, Polícia Militar, Igreja e cemitério.

- Distrito Rodeador (Monjolos/MG)

O Distrito Rodeador localiza-se nas coordenadas UTM 599212E/7977758E, no Km 282, da linha de transmissão, a 2,1 Km de distância da diretriz do traçado, lado direito, no Lote 16. Rodeador possui aproximadamente 600 famílias. Os moradores são originários de famílias da região, que foram aumentando e se estabelecendo no local até os dias de hoje.



Figura 2.2.4.6-48 - Residência no Distrito Rodeador, Monjolos/MG

A referência para saúde, educação, trabalho e compras é o município de Curvelo e Diamantina. O local possui escola até o ensino fundamental, nível II. Para cursarem as demais séries os alunos deslocam-se para Monjolos, por transporte escolar. A região conta com um agente de saúde, e o atendimento médico é realizado na UBS, onde oferece atendimento odontológico e farmácia básica de MG.

A principal atividade produtiva local é a criação de gado leiteiro, desenvolvida em latifúndios. A produção de maracujá, pimenta e banana, assim como o mogno, árvore dos vales, são destinadas à venda na cidade de Ipatinga. As principais atividades remuneradas na região são: vaqueiros, roçador de pasto, sendo

alguns trabalhadores contratados sob o regime de CLT, beneficiários do Programa Bolsa Família e aposentados. A produção local de subsistência está voltada para o cultivo de hortaliças e criação de frango. O tamanho médio dos lotes é cerca de 30 hectares a 50 hectares.

Não foi identificada no distrito a atuação de movimentos sociais ou associativismo local. Há indícios de roubo e furtos.

A sede distrital conta com Igreja Católica (São Sebastião e N. S. Conceição), 3 Igrejas evangélicas e um cemitério. O lazer da população gira em torno de festas em Monjolo, cavalgada, banho de rio, festas de igrejas, futebol, bares, corrida de cavalo com argolinha, onde há competição em Santo Hipólito, Mangabeiras, Corinto, N. S da Glória e Augusto Lima.

- Povoado Mangal (Augusto Lima/MG)

No Lote 16, no município de Augusto Lima, acessado por vicinal de terra encontra-se o povoado de Mangal, localizado nas coordenadas UTM 594643E/8001886N, no Km 257,1 da linha de transmissão, a 1,6 Km de distância da diretriz do traçado, lado esquerdo. Possui cerca de 10 famílias. O tamanho dos lotes não foi informado.



Figura 2.2.4.6-49 - Residência no Povoado Mangal, Augusto de Lima/MG.

A referência para saúde, educação, compras e trabalho é a cidade de Augusto Lima. Não há postos de saúde ou escolas, sendo assim, a população precisa deslocar-se para essa cidade. O deslocamento dos estudantes é realizado por transporte escolar.

A principal atividade produtiva local é a criação do gado leiteiro e agricultura, voltada para a subsistência das famílias. A principal fonte de renda local é oriunda do trabalho por diárias.

Não foram relatadas formas de associativismo, festas e áreas de interesse social.

- Vila de Santa Bárbara (Augusto Lima/MG)

No Lote 16, no município de Augusto Lima, acessado por vicinal encontra-se a Vila Santa Bárbara, localizada nas coordenadas UTM 598342E/8007143N, no Km 251,6 da linha de transmissão, a 1,8 km de distância da diretriz do traçado, lado direito. Na Vila de Santa Bárbara residem cerca de 50 famílias.

Anteriormente denominada Fazenda Santa Bárbara, surgiu no final do século XIX, ponto de parada no caminho dos tropeiros que vinham do nordeste para Diamantina. De acordo com relato, a partir da implantação da fábrica de tecidos Santa Bárbara, há cerca de 150 anos, formou-se a vila Santa Bárbara. Não foi informado o tamanho dos lotes.

Para entrar na Vila é preciso autorização, pois há uma cancela na entrada. Todas as casas pertencem ao mesmo dono, à família do Hotel Resort Santa Bárbara, construído há cerca de 20 anos, que também são os proprietários da antiga Fábrica de Tecelagem desativada. As casas são alugadas para os atuais funcionários do resort.



Figura 2.2.4.6-50 - Vila de Santa Bárbara, Augusto de Lima/MG.



Figura 2.2.4.6-51 - Estrada asfaltada entre BR 135 e Vila de Santa Bárbara, Augusto de Lima/MG.

Os municípios de Augusto Lima e Buenópolis são referência para saúde, trabalho, compras e educação. A vila é atendida por agente de saúde, uma vez por mês no posto local. A dengue é uma doença que ocorre

na região. O local possui uma escola fechada, sendo assim os estudantes tem que se deslocamento até Augusto Lima, por transporte escolar.

A Associação Comunitária dos Moradores do Vilarejo apoia o esporte no local.

Na Vila Santa Bárbara o ecoturismo é uma atividade importante. O local recebe turistas no resort Águas de Santa Bárbara durante todo o ano todo, sendo um balneário utilizado pelos moradores de Montes Claros e Belo Horizonte. Nela existe um pequeno comércio, como padaria e mercearia. Ainda, em Santa Bárbara, atua uma cooperativa que possui resfriador de leite e que vende a produção para a Itambé. A produção local de mandioca e hortaliças é vendida para o resort. O nível de desemprego é baixo.

O local possui um cemitério, Igrejas católicas (Santa Bárbara e S. Sebastião onde em setembro há a festa da padroeira). O lazer gira em torno da presença de quadra esportiva, gincanas, folia de reis, cavalgada, torneio de vôlei e festa junina.

- Povoado Conceição de Teixeira (Augusto de Lima/MG)

No Lote 16, no município de Augusto Lima, acessado por vicinal de terra encontra-se o Povoado Conceição de Teixeira, localizado nas coordenadas UTM 598685E/8011022N no Km 247,7 da linha de transmissão, a 1,6 Km de distância da diretriz do traçado, lado direito. A região faz parte da antiga Fazenda do Roçado e o povoado possui cerca de 300 pessoas. O tamanho dos lotes não foi informado.



Figura 2.2.4.6-52 - Povoado Conceição de Teixeira, Augusto de Lima/MG.

O povoado tem aproximadamente 150 anos, e há cerca de 15 anos identificaram a presença de fósseis indígenas.

Conceição de Teixeira possui associação comunitária ativa, sendo responsável pela gestão de 3 poços artesianos de 3 caixas coletoras de água. Os moradores entrevistados chamaram a atenção para a obra embargada de um hotel resort na comunidade.

O local não possui posto de saúde, porém 1 (uma) vez ao mês um médico e agentes de saúde atendem na localidade. Há relatos de casos de dengue e Leishmaniose animal na localidade.

A localidade possui escola de nível fundamental. Para concluírem o ensino médio, os jovens após vão para Buenópolis ou Paraopebas de Minas.

A principal atividade do local é a criação de gado leiteiro em grandes fazendas, que pagam diária aos trabalhadores. Possuem tanque de resfriamento e comercializam para Itambé. Existem pessoas beneficiárias pelo Programa Bolsa Família e aposentados. A produção local é de mandioca quiabo e abóbora, para abastecimento do CEASA em Belo Horizonte e para subsistência, além da criação de galinha para consumo próprio. A região possui alto nível de desemprego.

No que se refere às formas de lazer no Povoado foi mencionada a Folia de Reis e cavalgadas. Existem 5 bares e em um deles é realizado o “Forró de Augusto Lima”. O Povoado conta com um campo de futebol, igrejas evangélicas e uma católica (N. S. Conceição), padroeira do local, cuja festa é comemorada no mês de dezembro.

- Povoado Salobo (Buenópolis/MG)

No Lote 16, no município de Buenópolis, acessado por vicinal de terra encontra-se o povoado de Salobo, localizado nas coordenadas UTM 595254E/8014169N, no Km 245,1 da linha de transmissão, a 2,2 km de distância da diretriz do traçado, lado esquerdo.

A região faz parte da antiga Fazenda do Roçado e o povoado possui cerca de 100 famílias. Os lotes possuem cerca de 20 ha, mas há várias fazendas no entorno, como a Fazenda Boa Vista. Salobo está próximo ao povoado Pascoal e Açude. Nessa região, os moradores possuem titularidade da terra.



Figura 2.2.4.6-53 - Povoado Salobo, Buenópolis/MG

O município de Buenópolis é a referência para saúde, educação, trabalho e compras. O Povoado não conta com posto de saúde, porém, um médico atende em uma escola da região.

Funciona, apenas, uma escola de nível fundamental e, após concluir esse nível é necessário o deslocamento para Buenópolis, via transporte escolar. Os jovens de Salobo, em sua maioria, muda-se para Belo Horizonte quando concluem os estudos.

O local possui Associação Comunitária ativa, porém, o uso da água não fica sob a sua gestão, já que é encanada por gravidade da Serra do Espinhaço. A população canaliza água da serra, mas há problemas no abastecimento, pois a fonte dista cerca de 10 km. A água do poço artesiano é salobra, e por isso os moradores compram água mineral.

A principal atividade produtiva local é a criação de gado de corte e leite. Cada produtor possui seu próprio tanque resfriador, e vendem o leite beneficiado para a Itambé. A produção agrícola local é para subsistência e para venda na feira de Buenópolis de produtos como queijo, requeijão, quiabo e abóbora, advindos de cultura irrigada. O local tem alta taxa de desemprego e há relatos de assaltos e furtos.

A região possui uma Igreja católica N.S. Aparecida, que em outubro realiza a festa da padroeira, e o lazer são as festas em Buenópolis.

- Povoado Curimataí (Buenópolis/MG)

No Lote 16, no município de Buenópolis, acessado por vicinal de terra encontra-se o povoado Curimataí. O povoado de Curumataí localiza-se nas coordenadas UTM 610385E/8023777N, no Km 231,5 da linha de transmissão, a 6,9 km de distância da diretriz do traçado, lado direito. O traçado da LT cruza a vicinal para o povoado no ponto 2670 povoado possui cerca de 350 famílias. O tamanho médio dos lotes presentes no povoado é de 12 x 25m.



Figura 2.2.4.6-54 - Entrada do Povoado Curimataí, Buenópolis/MG.



Figura 2.2.4.6-55 - Povoado Curimataí, Buenópolis/MG.

O povoado era uma passagem para Diamantina na rota dos tropeiros e faz parte da Estrada Real. Existe curral de pedras e casas tombadas e uma Igreja construída há cerca de 300 anos, e um cemitério (coordenadas UTM 609998E/8024125N).

A população jovem migra para Belo Horizonte e Buenópolis, que são locais de referências para saúde, educação, trabalho e compras. Porém, no povoado funciona uma escola municipal, e um posto de saúde com agentes de saúde que atendem a população local.

O povoado possui vocação turística com o Circuito Diamantina, cachoeiras, contando com uma área de lazer/balneário. Turistas de Montes Claros e de Belo Horizonte durante finais de semana, feriados e alta temporada se banham nas águas da localidade, bem como fazem pedaladas, cavalgadas e caminhadas em trilhas. Dentre as potencialidades socioambientais locais destaca-se o Parque Nacional das Sempre Vivas e as águas termais em Curimataí.

A Associação de Produtores possui um tanque resfriador, onde 22 associados têm acesso ao maquinário, sendo que desses 4 associados não o usufruem. A atividade produtiva local é a criação do gado de leite e gado de corte. A principal fonte de renda da população local é a agricultura de subsistência com plantações de milho, hortaliças e criação de galinhas. O comércio gira em torno do turismo, devido ao fato do local ter potencial pela presença de cachoeiras.

A população local apresenta um nível de desemprego alto, e a população que trabalha faz serviços de diária. A renda local advém principalmente das aposentadorias ou do Programa Bolsa Família.

O lazer da população é jogar futebol no campo, frequentar os cultos das Igrejas evangélicas e católicas (N. S. da Conceição), as festas do Divino Espírito Santo que acontece no mês de setembro, e a Folia de Reis além de cavalgada e festas em Buenópolis.

- Povoado Venturino (Buenópolis/MG)

No Lote 16, no município de Buenópolis, acessado por vicinal de terra encontra-se o Povoado Venturino. O povoado localiza-se nas coordenadas UTM 604275E/8030144N no Km 227,1 da linha de transmissão, a 0,8 km de distância da diretriz do traçado, lado esquerdo. A referida vicinal é interceptada pela linha de transmissão, sentido Pé de Serra, nas coordenadas UTM 600260E/8053829N.

O povoado é formado por cerca de 15 sítios de herança familiar, situados no sopé da serra Geral. Poucos moradores possuem titularidade da terra.



Figura 2.2.4.6-56 - Residência no Povoado Venturino, Buenópolis/MG.

A agente de saúde atende junto ao médico uma vez por mês no Povoado Pé de Serra, que é referência tanto no quesito saúde quanto na educação. Quando precisam de tratamento ou especialidade médica os moradores deslocam-se para Buenópolis. Os estudantes frequentam a escola de Pé de Serra ou Buenópolis. Há transporte escolar e os moradores usam o coletivo que vai para Buenópolis.

A Associação Comunitária de Venturino, além de gerir a distribuição de água do poço coletivo, organiza o uso do tanque de resfriamento para beneficiamento do leite, vendido para Itambé. O roçado para subsistência ocupa 40 ha, em média.

No que tange as formas de lazer, os moradores de Venturino frequentam as festas da Igreja do Povoado Pé de Serra, participam da cavalgada e das festas em Buenópolis.

- Povoado Pé de Serra (Buenópolis/MG)

No Lote 16, no município de Buenópolis, acessado por vicinal de terra encontra-se o povoado Pé de Serra. O povoado localiza-se nas coordenadas UTM 613484E/8032626N, no Km 222,1 da linha de transmissão, a 7,4 Km de distância da diretriz do traçado, lado direito. O povoado situa-se no sopé da Serra do Espinhaço e possui cerca de 60 famílias. O tamanho dos lotes não foi informado.

A localidade é referência de Guinda, Estreito, Jacu, Ventena, São José, Capim Branco, Tabocas, localidades que estão fora da Área de Estudo Local e que são constituídas por sítios.



Figura 2.2.4.6-57 - Povoado Pé de Serra,
Buenópolis/MG.

O município de Buenópolis é referência para saúde, educação, trabalho e compras. O Povoado conta com uma escola fundamental, e para cursarem as séries superiores os estudantes precisam frequentar as escolas de Curimataí e Buenópolis. No serviço de saúde, há atuação do agente de saúde, mas a referência para o atendimento é o município de Buenópolis. A região conta com uma Associação de Moradores que atua no local.

O nível de desemprego é alto, porém, a atividade produtiva local é a criação de gado leiteiro. Também cultivam hortaliças para venda/subsistência e criam e galinhas para subsistência. Outras fontes de renda estão associadas às aposentadorias e ao Programa Bolsa Família. Os assaltos são tensões que ocorrem na região.

O local possui as Igrejas de São Sebastião e de N. S. Aparecida. Como formas de lazer, os moradores frequentam as festas em Curimataí e a festa da padroeira da cidade. O futebol também é praticado, no campo existente no povoado.

2.2.4.6.4.1.2 - Trecho 2 - Joaquim Felício e parte sul de Bocaiúva (MG)

a) Perfil de Ocupação

Nesse trecho, que compreende o município de Joaquim Felício e parte de Bocaiúva, encontram-se dois grandes Projetos de Assentamento (PA) de Reforma Agrária – Betinho e Final Feliz – constituindo-se em um elemento central, de seu perfil de ocupação. Também, foram identificados 5 povoados e algumas fazendas, totalizando 14 localidades, já que o PA Betinho subdivide-se em 9 áreas, das quais 7 foram identificadas pela pesquisa de campo.

Segundo relatos dos moradores, as localidades identificadas no trecho se formaram, principalmente, a partir do loteamento da antiga Usina de açúcar e álcool Malvina em Bocaiúva e da Fazenda Catoni (carvão mineral), em Joaquim Felício. As terras das referidas fazendas foram desmembradas em lotes menores e destinadas ao assentamento de trabalhadores rurais, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Em ambos os casos, lavradores residiam e trabalhavam nas terras das empresas e, na medida em que os empreendimentos entraram em decadência, os lavradores se organizaram em torno da permanência nas terras.

Em 1998, o Projeto de Assentamento Federal PA Betinho foi instituído nas antigas áreas da Usina Malvinas (Bocaiúva) e, no ano 2002, o PA Final Feliz na antiga Fazenda Catoni (Joaquim Felício).

O maior assentamento federal do estado de Minas Gerais é o PA Herbert de Souza, reconhecido como PA. Betinho criado em 1998, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/MG). A empresa Usina Malvina arrendava a terra e os arrendatários pagavam com a produção de cana e café. Desapropriada em função das dívidas com a União, as terras da Malvina, uma vasta extensão de 24.263 hectares, foram subdivididas em 739 lotes e em 9 localidades: Barragem do Bambu, Triunfo, Poço do Bento, Angico, Lagoa Grande, Barragem da Caatinga, Riachinho, Taboquinhas e Reta Grande.

Na área do PA Betinho há produção agrícola de hortaliças (alface, cebolinha e coentro), plantações de mandioca, cana, milho, abóbora, feijão e produção de requeijão e queijo destinados à Bociúva. Como o PA é extenso, o acesso à água varia assim como as formas de cultivo nos lotes. De acordo com os relatos, o PA Betinho conta com 72 poços artesanais para o abastecimento de todas as 639 famílias assentadas; ficando a sua gestão sob responsabilidade da associação comunitária de cada uma das localidades do PA. Por intermédio do Programa Água para Todos foram instaladas caixas coletoras de água da chuva nas localidades do PA há cerca de 4 anos, no entanto, os assentados não foram contemplados todos de uma única vez. O Programa foi executado por fases.

O Projeto de Assentamento Final Feliz foi instituído em 2002, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Era a Fazenda Catoni Novo, voltada para a produção de carvão mineral (jazida de calcário na região) para a siderurgia mineira. Quando a empresa faliu, os funcionários mantiveram-se nas terras e passados 30 anos o governo não podia mais retirá-los (devido a caracterização de ação possessória). O INCRA vistoriou as terras em 1996 e estabeleceu o PA em 2002, subdividindo-o em 107 lotes. O PA é composto pelas localidades Catoni sede, Bebedouro, Corredor, Represa, 111, Reta dos Patos e Retiro.

De acordo com o relato, os assentados do PA Final Feliz recebem pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) apoio por intermédio de crédito anual de R\$ 1.500,00 para compra de arame e carroça. Em 2013, também via PRONAF a associação recebeu R\$ 21.500,00 para a construção da sede. No que tange os aspectos econômicos, as principais atividades produtivas são a criação do gado leiteiro (tendo no PA 6 tanques resfriadores de leite), e de corte e a plantação de abóbora japonesa, hortaliças. O leite beneficiado é vendido para a Itambé Laticínios e a produção agrícola na feira livre de Joaquim Felício, assim como para os turistas do circuito ecoturístico.

Em Joaquim Felício, a presença de latifúndios para o desenvolvimento da pecuária leiteira é notória, destacando-se a Fazenda Nelore Bhavnagar e a Fazenda M. Colen Agropecuária e Eucalipto. A Fazenda

Bhavnagar promove leilões e feiras de rebanho bovino e faz parte do grupo Agro Pastoril dos Poções e Participação Limitada⁵.

Ao sul do município de Bocaiúva, encontra-se um trecho da cordilheira do Espinhaço e baixios do rio São Francisco, mais especificamente o afluente Jequitaiá, com a presença de grandes fazendas (latifúndios) pecuaristas, a Área de Proteção Ambiental (APA Serra Mineira), o Parque Nacional Sempre-Vivas (PARNA Sempre-Vivas), a Reserva da Biosfera Brasileira Serra do Espinhaço (RBSE/MG) o Assentamento PA Betinho e a Represa Barragem da Caatinga⁶.

Os núcleos urbanos dos municípios servem de polos regionais para as localidades visitadas, devido ao fato de serem dotados de infraestrutura nas áreas de serviços, saúde e educação. O distrito de Engenheiro Dolabela é um núcleo urbano dotado de infraestrutura de saúde e educação que funciona como polo local para as localidades do PA Betinho.

Segundo as entrevistas realizadas, no PA Betinho, em Angico, Poço do Bento, Lagoa Grande e Riachinho há plantações irrigadas. A produção é comercializada para os polos regionais de Bocaiúva e Joaquim Felício. Há cerca de 4 anos, essas localidades também comercializavam para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) A principal atividade econômica é a criação de gado leiteiro, além das plantações irrigadas, devido ao farto acesso à água. No entanto, a partir do ano de 2013 a venda da produção agrícola foi suspensa em função de desvio de verba das merendas.

Já em Barragem do Bambu, Triunfo e Barragem da Caatinga as áreas de plantação não dispõem de sistema de irrigação. Como o período de seca na região do semiárido mineiro está ocorrendo há cerca de 5 anos, famílias enfrentam dificuldades para manter seu roçado. O corte do Programa Bolsa Família causou um forte impacto na renda de várias famílias assentadas. De acordo com entrevista realizada na localidade Barragem do Bambu, nela existem assentados em situação de extrema pobreza e a associação local de produtores rurais lhes oferece cesta básica.

b) Caracterização das Localidades identificadas no Trecho 2

O Quadro 2.2.4.6-11 e o Quadro 2.2.4.6-12 apresentam o conjunto de localidades identificadas no Trecho 2, lotes 14 e 16, com a indicação do tipo de ocupação, número de famílias, distância e localização em relação à diretriz do traçado da Linha de Transmissão.

5 Vide < <http://www.bhavnagar.com.br/> > e < <http://www.fazendadospocoos.com.br/> >

6 Extraído da Dissertação de Mestrado " UMA GEO-HISTÓRIA DE TERRITORIALIDADE NORTE-MINEIRA: o caso dos lavradores do Mocambo (Bocaiuva-MG)". De Eliane Maria Fernandes Ribeiro. 2013. pág. 21. <Acessado em

Quadro 2.2.4.6-11 - Localidades identificadas no Trecho 2 – Lote 14

UF	Município	Localidade	Tipo	Número de Famílias	KM da LT	Distância da LT (km)	Lado da LT	E (UTM 23S)	N (UTM 23S)
MG	Joaquim Felício	Lagoinha	Povoado	14	221,8	0,6	Esquerdo	594547	8042517
MG	Joaquim Felício	PA Final Feliz - Catoni Sede	Projeto de Assentamento	106	216,7	1,9	Esquerdo	595511	8047842
MG	Joaquim Felício	Picadinha	Povoado	36	214,1	1,1	Esquerdo	597313	8049944
MG	Joaquim Felício	Barreiro Grande/Fazenda Ribeirão	Povoado	15	207,9	3,3	Direito	604176	8055108
MG	Joaquim Felício	Fazenda Bhavnagar	Fazenda	9	196,0	0,4	Direito	601423	8066830
MG	Joaquim Felício	PA Betinho - Riachinho	Projeto de Assentamento	70	195,3	1,1	Esquerdo	600294	8068297
MG	Bocaiúva	PA Betinho - Angico	Projeto de Assentamento	80	193,0	3,1	Direito	604974	8067283
MG	Bocaiúva	PA Betinho - Triunfo	Projeto de Assentamento	46	192,2	0,2	Esquerdo	602992	8070007
MG	Bocaiúva	Engenheiro Dolabela	Distrito	606	191,8	2,4	Direito	605237	8068682
MG	Bocaiúva	P.A. Betinho - Barragem do Bambu	Projeto de Assentamento	68	188,3	0,4	Direito	605849	8072862

Fonte: Ecology Brasil, 2017.

Quadro 2.2.4.6-12 - Localidades identificadas no Trecho 2 – Lote 16

UF	Município	Localidade	Tipo	Número de Famílias	KM da LT	Distância da LT (km)	Lado da LT	E (UTM 23S)	N (UTM 23S)
MG	Joaquim Felício	Vaca Brava / Barreirinhos	Povoado	16	209,5	4,6	Esquerdo	605337	8048003
MG	Bocaiúva	PA Betinho - Barragem da Caatinga	Projeto de Assentamento	20	198,8	5,0	Direito	616048	8057500
MG	Bocaiúva	PA Betinho - Lagoa Grande	Projeto de Assentamento	42	196,0	0,6	Esquerdo	610384	8060180
MG	Bocaiúva	PA Betinho - Poço do Bento	Projeto de Assentamento	102	189,9	4,7	Esquerdo	609180	8068731

Fonte: Ecology Brasil, 2017.

Coordenador:

Técnico:

- Povoado de Lagoinha (Joaquim Felício/MG)

Lagoinha situa-se nas coordenadas UTM 594547E/8042517N, no Km 221,8 da linha de transmissão, a 0,6 Km de distância da diretriz do traçado, lado esquerdo, Lote 14. No povoado de Lagoinha, as 14 famílias residente são de irmãos. A herança da terra fez com que a família subdividisse o lote, com área de cerca de 73 ha.

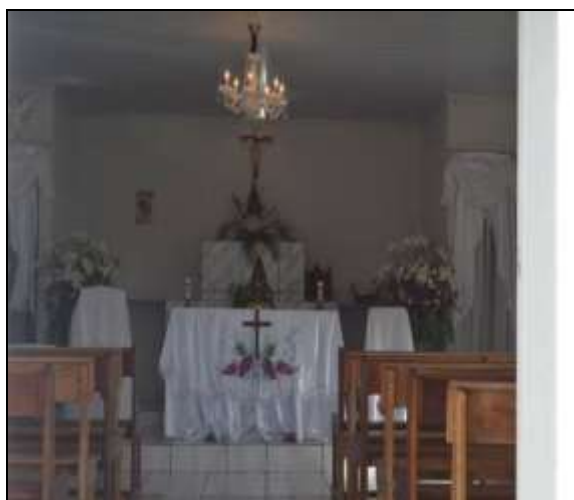


Figura 2.2.4.6-58 - Igreja Católica do Povoado Lagoinha, Joaquim Felício/MG



Figura 2.2.4.6-59 - Povoado Lagoinha, Joaquim Felício/MG

A Associação Comunitária Rural de Lagoinha organiza a venda da produção de milho, feijão, sorgo e mandioca. Alguns produtores, ainda, complementam a renda executando trabalhos por diária nas fazendas, e recebem R\$50,00. Também, possuem gado de corte e o comercializa na feira de Joaquim Felício, além da produção de leite para a Itambé, que é resfriado num tanque coletivo. Alguns moradores vendem móveis rústicos. Anteriormente, os moradores vendiam acerola, manga e tangerina para CONAB na localidade, mas com o corte do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a venda foi paralisada. Por estar próximo ao rio Embaiassaia, o acesso à água é farto e as plantações são irrigadas.

Os estudantes da comunidade frequentam as escolas na sede municipal Joaquim Felício e para cursarem o nível superior vão para Belo Horizonte. Em relação ao atendimento de saúde, a população conta com uma agente de saúde, atende mensalmente a comunidade. Para atendimento médico recorre-se à sede de Joaquim Felício e quando precisam de outras especialidades deslocam-se para Bocaiúva.

O povoado possui 2 poços artesianos sob a gestão da associação, além das caixas do Programa Água para Todos. Houve relato de furto nas casas e de número elevado de acidentes na BR 135.

Não foi relatada a existência de festas e áreas de interesse social.

- Projeto de Assentamento Final Feliz - Catoni Sede (Joaquim Felício/MG)

No Lote 14, no município de Joaquim Felício, foi identificado o Projeto de Assentamento Federal (PA) Final Feliz. Conforme anteriormente mencionado, o PA, mais especificamente, a localidade Catoni Sede, localiza-se nas coordenadas 595511/8047842, no Km 216,7 da linha de transmissão, a 1,9 km de distância da diretriz do traçado, lado esquerdo. O PA é composto pelas localidades Bebedouro, Corredor, Catoni sede, Represa, 111, Reta dos Patos e Retiro, e abriga 106 famílias assentadas.



Figura 2.2.4.6-60 - PA Final Feliz - setor Catoni Sede, em Joaquim Felício/(MG).

A referência para saúde, educação e compras é a sede do município de Joaquim Felício. Há posto de saúde na localidade, com atendimento médico de quinze em quinze dias, às quartas-feiras e atendimento odontológico às terças-feiras, também, quinzenalmente. Além destes atendimentos, atua na comunidade um agente de saúde regularmente, com curso técnico de enfermagem que, em casos mais urgentes, ofereça apoio aos moradores. Quando necessitam de atendimento de emergência ou de outras especialidades vão para a UBS de Joaquim Felício.

Os estudantes deslocam-se para a sede municipal de Joaquim Felício, pois a escola da localidade está em construção. O nível de escolaridade da população local é o nível fundamental. Além do ônibus escolar, há transporte coletivo para Joaquim Felício na BR 135. Foi relatado que o índice de acidentes na rodovia é elevado.

Atua no assentamento a Associação de produtores rurais do assentamento Final Feliz, criada em 1996 (APRAFF) e a Associação Comunitária dos moradores do Catoni Novo, criada em 2002. Os assentados

recebem crédito apoio para compra de arame e carroça. Em 2013, o PRONAF destinou verba para a associação.

No que tange os aspectos econômicos, a principal atividade produtiva é a criação de gado leiteiro, contando o PA com 6 resfriadores, de corte e plantação de abóbora japonesa e hortaliça. O leite beneficiado é vendido para a Itambé e a produção agrícola na feira livre de Joaquim Felício, assim como para os turistas do circuito.

Em relação ao uso do solo, a extensão do P.A. Final Feliz é de 8000 ha⁷. Os lotes variam de 28 a 65 ha de acordo com a geomorfologia e produtividade do terreno. O INCRA já realizou o Georreferenciamento e o Cadastramento Rural dos Imóveis de todos os lotes do assentamento. Inclusive, 4 famílias tiveram de ser mudar após a realização do CAR (pois estavam ocupando a margem de um rio). Os assentados pagam Imposto Territorial Rural (ITR).

A localidade possui 1 poço artesiano sob a gestão da associação, que abastece 30 famílias, mas existem outros 7 poços espalhados pelo PA. O Programa Água para Todos instalou as caixas coletoras de água da chuva (cisternas) na localidade há cerca de 4 anos.

No que refere às formas de lazer no assentamento existe um campo de futebol, realizam a cavalgada em época de Carnaval e os assentados participam da festa de aniversário de Joaquim Felício, festejada em setembro. Há cinco Igrejas Evangélicas e uma Igreja Católica na sede.

- Povoado de Picadinha (Joaquim Felício/MG)

No Lote 14, no município de Joaquim Felício, acessado por vicinal de terra encontra-se o povoado de Picadinha, localizado nas coordenadas UTM 597313E/8049944N, no Km 214,1 da linha de transmissão, a 1,1 km de distância da diretriz do traçado, lado esquerdo. Picadinha situa-se a margem da BR 135, e nele moram 36 famílias.

⁷ De acordo com INCRA (Relatório de Assentamento Geral Superintendência de MG), o P.A. Final Feliz possui 8115,2943 ha. Extraído de: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>, N° de assentamentos. Acessado em Junho de 2017.



Figura 2.2.4.6-61 - Picadinha, Joaquim Felício/MG

Para acesso à escola tanto quanto para atendimento médico a referência é a sede municipal de Joaquim Felício. O número de acidentes na BR 135 nas proximidades do povoado é intensa e houve caso de morador que faleceu devido a atropelamento. Os moradores reivindicaram a instalação de radar fixo na rodovia.

Sobre as principais atividades produtivas, alguns moradores trabalham por diária nas plantações do assentamento Final Feliz, outros são aposentados, servidores da prefeitura e atuam no comércio local (borracharia), além do auxílio do Programa Bolsa Família. A horta e a criação de galinhas estão voltados para consumo familiar. O tamanho médio dos lotes é de 20 por 30 metros quadrados (lote de conjunto habitacional).

No que se refere às formas de lazer e a religiosidade, a localidade possui quadra de esporte, bares e duas igrejas evangélicas.

- Povoado Barreiro Grande/Fazenda Ribeirão (Joaquim Felício/MG)

No Lote 14, no município de Joaquim Felício, foi identificado o Povoado Barreiro Grande, que faz parte da região da Fazenda Ribeirão. O Povoado localiza-se nas coordenadas UTM 604176E/8055108N; no Km 207,9 da linha de transmissão, a 3,3 Km de distância da diretriz do traçado, lado direito.



Figura 2.2.4.6-62 - Igreja Católica de Barreiro Grande, Joaquim Felício/MG.



Figura 2.2.4.6-63 - Tanque de Resfriamento de Barreiro Grande, Joaquim Felício/MG.

Existem 15 famílias morando na localidade e algumas casas vazias devido à migração de moradores para Belo Horizonte.

A sede municipal de Joaquim Felício é a referência em saúde, educação, trabalho e compras. Na localidade não existe unidade de saúde e os moradores utilizam as unidades de Buenópolis (devido a proximidade) ou da sede municipal de Joaquim Felício.

O nível médio de escolaridade da população é o fundamental. Os estudantes frequentam a escola de Joaquim Felício, mas na localidade não há crianças, apenas adolescentes. O transporte escolar busca os estudantes do Povoado Barreiro Grande. As principais vias utilizadas pelos moradores são a vicinal (interceptada pela LT nas coordenadas 600260/8053829 e 600772/8056187) e a BR 135.

A principal atividade produtiva é a criação de gado leiteiro, sendo que na Fazenda Barreiro Grande, 8 (oito) famílias possuem tanque de resfriamento próprios para beneficiamento do leite. Há, ainda, na região, a Associação do Brejo da Sedeia, área de sítios, que também produz leite beneficiado. O principal comprador da região é a Itambé. Também, plantam hortaliças (alface e couve) e criam galinha para subsistência. O tamanho dos lotes é pequeno, mas não foi informado a sua dimensão. Além da produção local, outros moradores obtêm renda da aposentadoria, e os demais trabalham em Buenópolis. O corte do Programa Bolsa Família atingiu parte das famílias da localidade.

As residências possuem fossa e a água oriunda do poço artesiano é gerido pela Associação Comunitária de Barreiro Grande.

No que se refere às manifestações religiosas, no povoado há a igreja de Nossa Senhora Aparecida, e a festa da padroeira é comemorada em outubro. Nos finais de semana os familiares de Joaquim Felício e Bocaiúva vêm para a localidade visitar os parentes.

- Fazenda Bhavnagar (Joaquim Felício/MG)

A entrada da fazenda Bhavnagar situa-se na margem da BR 135, coordenadas UTM 601423E/8066830N, no quilômetro 196,0, a 0,4 Km de distância da Linha de transmissão, Lote 14. O latifúndio de gado (nelore, guzerá e gir) possui mais de 2000 ha de extensão e promove leilões e feiras de rebanho bovino. O Leilão Elo do Norte é tradicionalmente realizado na Fazenda Bhavnagar, com chancela do Programa de Melhoramento Genético de Zebuínos (PMGZ)⁸. Dentro da fazenda existem casas para os funcionários, cerca de 30 trabalhadores de Engenheiro Dolabela, contratados com carteira assinada. De acordo com o reporte há rotatividade de trabalhadores. A fazenda Bhavnagar é parte do grupo Fazenda Poções - Agro Pastoral dos Poções e Participação Limitada⁹, sendo o proprietário morador do Rio de Janeiro.



Figura 2.2.4.6-64 - Fazenda Bhavnagar, entrada na rodovia BR 135, Joaquim Felício/MG

⁸ Extraído de: <http://www.abcz.org.br/>. Acessado em Junho de 2017.

⁹ Extraído de: <http://www.bhavnagar.com.br>. Acessado em Junho de 2017.

Na fazenda existem lagoas, utilizadas para pesca de lazer. O abastecimento de água é garantido por 2 poços artesianos.

- Projeto de Assentamento Betinho – Riachinho (Joaquim Felício/MG)

No Lote 14, no município de Joaquim Felício, acessado por vicinal de terra, encontra-se o PA Betinho - Riachinho. A vicinal é interceptada pela LT na coordenada 601079/8067579. O assentamento localiza-se nas coordenadas UTM 600294E/8068297N, no Km 195,3 da linha de transmissão, a 1,1 km de distância da diretriz do traçado, lado esquerdo. O assentamento foi implantado em 1998, e conta com aproximadamente 70 assentados.



Figura 2.2.4.6-65 - PA Betinho - Riachinho, em Joaquim Felício/MG.

Há visitas regulares de agentes de saúde no PA. Para atendimento médico, os moradores deslocam-se para atendimento médico realizado, uma vez por semana, no distrito de Engenheiro Dolabela. Os estudantes frequentam escola no distrito de Engenheiro Dolabela, contando com transporte escolar.

Existe uma Associação de Produtores Rurais do Assentamento Riachinho, sendo a principal atividade a criação de gado leiteiro, cuja produção é para a venda. Os assentados registrados pelo INCRA recebem pagamento por Serviços Ambientais pela preservação da mata ciliar dos rios. O tamanho médio aproximado dos lotes varia entre 14 e 26 hectares.

O PA possui um poço como captação de água para os assentados e a principal forma de lazer e frequentar a igreja.

- Projeto de Assentamento Betinho – Angico (Bocaiuva/MG)

No Lote 14, no município de Bocaiúva, acessado por vicinal de terra encontra-se o PA Betinho – Angico. Esse assentamento localiza-se nas coordenadas UTM 604974E/8067283N, no Km 193,0 da linha de transmissão, a 3,1 km de distância da diretriz do traçado, lado direito.

Segundo os entrevistados, o assentamento possui aproximadamente 80 famílias e surgiu, em 1997, quando o INCRA disponibilizou verba no âmbito do Programa Minha casa Minha vida Entidades para cada assentado construir suas casas. Os assentados possuem contrato com o INCRA, sendo renovado de 3 em 3 anos, após apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A garantia da safra depende da DAP, por meio da qual os assentados recebem uma quantia em dinheiro por mês, durante o período de 5 meses. Segundo relato dos entrevistados, até o momento da realização da pesquisa de campo, os assentados não tinham recebido o valor previsto pelo INCRA. O tamanho médio dos lotes é de 18 a 54 hectares para casa assentado, sendo que os maiores lotes possuem terras improdutivas.

Os municípios de Engenheiro Dolabela, Engenheiro Navarro e Bocaiúva são referências de educação, saúde, trabalho e compras. Há presença de agentes de saúde, que atendem a localidade, somente ocorre uma vez por ano. Os estudantes frequentam escola no distrito de Engenheiro Dolabela, e seu deslocamento é por transporte escolar.

Existe uma associação de produtores rurais de Angico.



Figura 2.2.4.6-66 - PA Betinho - Angico, Bocaiúva/MG.

A principal atividade produtiva local é a agricultura irrigada voltada para subsistência das famílias, com venda de excedente. As fontes de renda local são oriundas da agricultura, aposentadorias e benefícios as pessoas atendidas pelo Programa Bolsa Família. Com o fim da CONAB, em 2013, devido ao desvio de merenda escolar, a venda da produção agrícola ficou prejudicada.

Não foi relatada a existência de festas e áreas de interesse social.

- Projeto de Assentamento Betinho – Triunfo (Bocaiuva/MG)

No Lote 14, no município de Bocaiúva, acessado por vicinal de terra foi identificado o Assentamento Triunfo. Esse assentamento localiza-se na altura das coordenadas UTM 602992E/8070007N, no Km 193,2 da linha de transmissão, a 0,2 Km de distância da diretriz do traçado, lado esquerdo.



Figura 2.2.4.6-67 - PA Betinho - Triunfo, Bocaiúva/MG.

O Assentamento foi implantado há aproximadamente 19 anos, contando com 46 famílias assentadas. Segundo os entrevistados, no período da pesquisa (abril de 2017), os assentados estavam efetuando o Cadastro Ambiental Rural (CAR) de suas terras.

A cidade de Montes Claros é a referência para a saúde, educação, trabalho e compras. Os agentes de saúde atendem em Engenheiro Dolabela e os estudantes dirigem-se a Nova Dolabela e Engenheiro Dolabela (Distrito de Bocaiúva) para estudar. O nível médio de educação do local é o ensino fundamental e existe transporte escolar para direcionar esses estudantes ao local de estudo.

O sindicato no local não é atuante. A principal fonte de renda da população é decorrente do Programa Bolsa Família e na aposentadoria dos mais velhos.

A produção local baseia-se na criação de gado, equinos e agricultura. O nível de desemprego local é alto. O tamanho do assentamento é de 6.000 alqueires, ocupando terras da antiga fazenda Malvina. A área média de cada assentado varia entre 12 e 35 hectares.

Segundo entrevistas realizadas existe um projeto da associação de construir pequenas barragens e recuperar os rios. O lazer dos assentados é o futebol, bar, festas juninas e os cultos das Igrejas evangélicas.

- Projeto de Assentamento Betinho - Barragem do Bambu (Bocaiuva/MG)

No Lote 14, no município de Bocaiúva, acessado por vicinal de terra que corta o assentamento, foi identificado o PA Betinho - Barragem do Bambu. Esse assentamento localiza-se nas coordenadas UTM 605849E/8072862N, no Km 188,3 da linha de transmissão, a 0,4 km de distância da diretriz do traçado, lado direito.



Figura 2.2.4.6-68 - Plantação Irrigada no PA Betinho - Barragem do Bambu, Bocaiúva/MG.



Figura 2.2.4.6-69 - PA Betinho - Barragem do Bambu, Bocaiúva/MG.

O Assentamento possui 68 famílias, que em 1997, acamparam na área e após um ano foram assentados. Atualmente, existem famílias com cadastro no INCRA e outras não. Cada assentado possui em média 15 hectares ou de 20 e 30 hectares.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) promoveu cursos de cooperativismo para a Cooperativa de Produtores Rurais Barragem Bambu, que representa a localidade, porém não foi dado prosseguimento. A partir do Governo Lula foi concedido crédito para auxílio à produção.

O distrito de Engenheiro Dolabela e a sede de Bocaiúva são referências para saúde, educação, trabalho e compras. Há visitas regulares de agentes de saúde no assentamento, e o nível escolar da população local é o fundamental.

A produção local é para subsistência e para venda. A principal atividade produtiva existente é a agricultura (alface, cebolinha, requeijão, coentro), os produtos são vendidos em Bocaiúva. Parte da população é aposentada, e outra beneficiada pelo Programa Bolsa Família, porém, várias bolsas foram cortadas, e o restante é desempregado.

O local do assentamento apresenta poucos assaltos/furto à residência. A área do assentamento não possui Igrejas, porém tem cemitério. Para as atividades de lazer, os assentados possuem a necessidade de se deslocar até Nova Dolabela para atividades de tambor, prova de cavalo e participação na festa de Folia de Reis.

- Distrito Engenheiro Dolabela (Bocaiuva/MG)

No Lote 14, no município de Bocaiúva, acessado por vicinal de terra e pela BR-315, encontra-se o Distrito de Engenheiro Dolabela. A linha de transmissão corta essa vicinal nas coordenadas 614693/8067844. Esse distrito localiza-se nas coordenadas UTM 605237E/8068682N, no Km 191,8 da linha de transmissão, a 2,4 km de distância da diretriz do traçado, lado direito. O Distrito possui aproximadamente 606 pessoas.



Figura 2.2.4.6-70 - Antiga Usina Malvina, no Distrito de Engenheiro Dolabela, Bocaiúva/MG.



Figura 2.2.4.6-71 - Distrito de Engenheiro Dolabela, Bocaiúva/MG.

O município de Bocaiúva é referência para saúde, educação, trabalho e compras. A comunidade é atendida por 9 agentes de saúde, médicos e enfermeiros. A Unidade Básica de Saúde do distrito atende às

localidades: Lagoa Grande (PA Betinho), Nova Dolabela, Triunfo (PA Betinho), Barragem do Bambu (PA Betinho), Poço do Bento (PA Betinho), Angico (PA Betinho), além de outras que se encontram fora da Área de Estudo Local: Timburé, Lavras, Mucambo (quilombola), Taboquinha, Sítio e Granjas Reunidas. Há alguns poucos casos de dengue.

No distrito funciona uma creche municipal, escola estadual com ensino médio e fundamental.

A agricultura local é de subsistência e venda de produtos da agricultura e gado. A atividade que gera renda é o emprego de professores, PSF, Funcionalismo Público e a Fazenda Ouro Verde. Entretanto, o nível de desemprego é alto.

O uso do solo do distrito varia entre área urbana e área rural e a associação de moradores do local, segundo entrevistados, encontra-se estagnada.

O lazer no distrito acontece nos bares, jogos de futebol, festas em Bocaiúva. O local possui cemitério, Igrejas Católicas e evangélicas. A festa da padroeira Santa Luzia e N. S. do Carmo é a prática cultural do distrito.

- Povoado Vaca Brava/Barreirinhos (Joaquim Felício/MG)

No Lote 16, no município de Joaquim Felício, foi identificado o Povoado Vaca Brava, região da Fazenda Barreirinhos. A localidade situa-se nas coordenadas UTM 605337E/8048003N, no Km 209,5 da linha de transmissão, a 4,6 km de distância da diretriz do traçado, lado esquerdo. Em Vaca Brava existem 16 famílias. O tamanho dos lotes não foi informado.



Figura 2.2.4.6-72 - Povoado Vaca Brava, Joaquim Felício/MG.

A referência em saúde é a sede municipal de Joaquim Felício. Há atendimento médico mensal na Associação Comunitária de Barreirinhos, pois não há posto médico na localidade. A agente de saúde frequenta a comunidade regularmente. Os estudantes deslocam-se para a sede municipal de Joaquim Felício para estudar, contando com transporte escolar.

No que tange às atividades econômicas, as 16 famílias de Vaca Brava trabalham nas fazendas de gado leiteiro do entorno, assim como têm a aposentadoria como renda mensal.

Não foi relatada a existência de festas e áreas de interesse social.

- Projeto de Assentamento Betinho - Barragem da Caatinga (Bocaiuva/MG)

No Lote 16, no município de Bocaiúva, acessado por vicinal de terra encontra-se o PA Betinho - Barragem da Caatinga. A linha de transmissão cruza o assentamento. O PA localiza-se nas coordenadas UTM 616048E/8057500N, no Km 198,8 da linha de transmissão, a 5,0 km de distância da diretriz do traçado, lado direito.

O assentamento possui aproximadamente 20 assentados e foi implantado há mais de 40 anos. Antes disso, a empresa Malvina construiu uma barragem, no rio Jequitaiá, represando a água de 14 afluentes que descem a serra.

A localidade é representada pela Associação de Lagoa Grande, pois a associação da Barragem da Caatinga não é reconhecida pelo INCRA. Dos 20 assentados, apenas 4 possuem Contrato de Concessão de Uso (CCU).



Figura 2.2.4.6-73 - Represa Barragem da Caatinga, Bocaiúva/MG.



Figura 2.2.4.6-74 - PA Betinho - Barragem da Caatinga, BocaiúvaMG.

Algumas crianças frequentam escola em Lagoa Grande e as demais no distrito de Engenheiro Dolabela, e contam com transporte escolar. Há atuação de agentes de saúde na localidade. Para atendimento médico, os moradores deslocam-se para o distrito de Engenheiro Dolabela.

A lavoura de subsistência é de milho, feijão, mandioca e cana. O tamanho médio do lote é de 5 hectares para cada assentado, porém há certa variação.

Do outro lado do barramento há uma localidade chamada Timburé, situada fora da Área de Estudo Local, onde existe uma associação comunitária que distribui a água para os associados do PA. Porém, há 4 (quatro) famílias não associadas que não são contempladas pela distribuição. Essas famílias precisam pagar um valor de 6 mil reais para a associação levar água até suas respectivas casas. No entanto, segundo relato, antes da canalização da água por gravidade a partir da Serra, a água ia para o córrego (poço do Rosário). Com o desvio e canalização, o córrego secou.

Não foi relatada a existência de festas e áreas de interesse social.

- Projeto de Assentamento Betinho - Lagoa Grande (Bocaiúva/MG)

No Lote 16, no município de Bocaiúva, acessado por vicinal de terra encontra-se o PA Betinho - Lagoa Grande. A linha de transmissão cruza o assentamento, que se localiza nas coordenadas 610384/8060180, no Km 196,0 da linha de transmissão, a 0,6 km de distância da diretriz do traçado, lado esquerdo. O assentamento possui aproximadamente 42 assentados, porém, somente 32 possuem acesso à água, nestes casos a presença de um poço é responsável pelo abastecimento de água. O tamanho médio dos lotes é de 18 a 54 hectares para casa assentado.



Figura 2.2.4.6-75 - Escola de Ensino Fundamental I, do PA Betinho - setor Lagoa Grande, Bocaiúva/MG.

O município de Bocaiúva é referência para saúde, educação, trabalho e compras. A localidade possui unidade de saúde e Escola Municipal de Ensino Fundamental I, porém, os assentados que cursam as demais séries escolares precisam se deslocar para Bocaiúva e Engenheiro Dolabela, por transporte escolar.

O lazer dos moradores é frequentar bares, igrejas e campo de futebol. Está sendo construído um telecentro para oferecer aulas de informática, através de esforços da prefeitura.

- Projeto de Assentamento Betinho - Poço do Bento (Bocaiuva/MG)

No Lote 16, no município de Bocaiúva, acessado por vicinal de terra e BR-135, foi identificado o PA Betinho – Poço do Bento. A vicinal é cruzada pela LT na coordenada 605474/8073977. Esse assentamento localiza-se nas coordenadas UTM 609180E/8068731N no Km 189,9 da linha de transmissão, a 4,7 Km de distância da diretriz do traçado, lado esquerdo. O Assentamento possui 102 famílias assentadas.



Figura 2.2.4.6-76 - PA Betinho - setor Poço do Bento, Bocaiúva/MG.

O PA formou-se em 1998 com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiúva e hoje em dia os assentados possuem o interesse de se emancipar do município de Bocaiúva. Antigamente era chamado de Sítio Vila Terezinha, que segundo relatos era área quilombola. A empresa Malvina arrendava a terra e pagava com a produção de cana e de café.

O tamanho médio dos lotes é de 20 hectares para cada assentado. O INCRA está realizando o cadastro e georreferenciamento, e realizando reuniões em Bocaiúva.

O distrito de Engenheiro Dolabela e o município de Bocaiúva são referência para saúde, educação, trabalho e compras. Para estudar ou para ter acesso aos agentes de saúde torna-se necessário o deslocamento para esses locais.

A Associação dos produtores rurais de Poço do Bento destaca-se como grupo social presente no local.

A principal atividade exercida no local é a produção de agropecuária. A principal fonte de renda da população local é o trabalho remunerado por diárias nas fazendas locais, como a Fazenda Santo Antônio que cria gado; e a Fazenda Ouro Verde que produz café e pimenta do reino, também, para exportação, e possui alguns trabalhadores com carteira assinada. Outros trabalham com comércio, ou são aposentados, ou recebem bolsas do Programa Bolsa Família. A produção local para subsistência está voltado para o cultivo de mandioca, cana, milho, abóbora e feijão, onde apresenta alguns plantios com irrigação.

Não foi relatada a existência de festas e áreas de interesse social.

2.2.4.6.4.1.3 - Trecho 3 - **Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Olhos D'água, Guaraciama, Glaucilândia, Juramento (MG)**

a) Perfil de Ocupação

Identificou-se a existência de 30 localidades na Área de Estudo Local do trecho que compreende os **municípios de Engenheiro Navarro, parte do território de Bocaiúva, Olhos D'água, Guaraciama, Glaucilândia e Juramento**, todos pertencentes ao estado de Minas Gerais, dentre povoados, projetos de assentamento, distritos, um bairro rural (Nova Dolabela) e duas sedes municipais (Juramento e Engenheiro Navarro). Além das localidades citadas foram identificadas fazendas, sítios e chácaras.

Com exceção dos projetos de assentamentos, as demais localidades são de ocupação antiga, que têm sua origem em loteamentos e heranças de grandes fazendas. A ocupação da Área de Estudo Local neste trecho é caracterizada por famílias de antigos proprietários e trabalhadores rurais e assentamentos, com dimensões diversas, que passaram a ser habitados por herdeiros e antigos trabalhadores rurais. Os povoados rurais são, em sua maioria, familiares. A ocupação residencial ocorre em todos os povoados, predominando padrão construtivo de casas de alvenaria com banheiros.

O acesso à água é maior na parte sul do trecho e naquelas mais próximas às serras da região. Nessas áreas o acesso à água é amplo, seja através de poços artesianos e carros pipa da prefeitura, seja por captação da água da chuva e da água dos rios Juramento e Saracura, com o apoio do Programa Água para Todos e do

Projeto de Articulação do Semiárido (ASA). Também, há distribuição de água pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA).

Os modos de vida das famílias que habitam este trecho são muito semelhantes, mantendo na pecuária, com criação de gado de corte e leiteiro sua principal característica. Vale destacar que, a partir do município de Juramento em direção a Bocaiúva, há um significativo aumento na criação do gado leiteiro, visto que com melhor acesso à água é possível produzir ração para os animais com sistemas de irrigação, escassos no trecho anterior em função da seca. De modo geral, são famílias que vivem da venda da carne e do leite e seus derivados para os mercados da região. O gado de corte, geralmente, é vendido para frigoríficos nas sedes dos municípios. Identificou-se também, a criação de suínos e aves para o consumo familiar, com pequena produção de ovos para a venda de excedente.

É importante ressaltar que a pecuária é uma atividade que tem menos capacidade de absorver mão de obra, desta forma, a renda é complementada por aposentadorias, diárias em fazendas da região, faxinas, Programa Bolsa Família e prestação de serviços. Os trabalhos como vaqueiro e caseiro, nas fazendas deste trecho, geralmente, são exercidos com carteira assinada.

A atividade pecuária é de suma importância para a subsistência das famílias e a agricultura, também, torna-se importante fonte de renda nesse trecho. Há plantio irrigado de milho, sorgo, feijão, quiabo, cana-de-açúcar, pimenta e, verduras, com mão de obra familiar e voltado para a alimentação animal e doméstica e para a venda para a Central de Abastecimento do Norte de Minas (CEANORTE). Em Bocaiúva, no PA Professor Mazan, por exemplo, planta-se alface, couve, cebola, abóbora, berinjela e jiló. No local há um Banco de Sementes, vendidas para uma cooperativa do Rio Grande do Sul. Em Glaucilândia e Bocaiúva a produção agrícola é vendida para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

O acesso à água, também, possibilitou o desenvolvimento da fruticultura, especialmente em Bocaiúva, no Povoado Vargem Formosa, com plantio de abacaxi, goiaba, coco, maxixe, tangerina, dentre outros, comercializados para a empresa Frutas Formosa, para São Paulo e feiras livres. A maioria da população é de trabalhadores rurais. A renda é complementada pelo Programa Bolsa Família, aposentadoria, venda de queijo e requeijão.

Nas localidades identificadas em Engenheiro Navarro a criação de gado leiteiro destaca-se como principal atividade produtiva. Observou-se a expansão da agricultura irrigada com plantio de feijão, milho, fava, abóbora, mandioca e quiabo. A água para realização de tais atividades produtivas é feita garantida por em poços artesianos, por calhas de captação de água da chuva e carros pipa da Prefeitura que abastecem as caixas do Programa Água para Todos.

Nos Povoados identificados em Guaraciama, há criação de gado corte e leiteiro, base da economia local, e agricultura irrigada com plantio de milho e feijão, para consumo doméstico e animal. Para a produção, possuem poços artesianos, que atendem a produção e as residências.

Em Glaucilândia identificou-se lavoura irrigada de milho feijão, cana de açúcar, mandioca, além de hortas comunitárias. A população rural, ainda, conta com a pecuária com criação de gado leiteiro e corte, como importante atividade econômica. Segundo os moradores da área rural, na região há 27 poços municipais, com água gratuita.

Nesse trecho, o plantio de eucalipto também se destaca como importante atividade econômica, principalmente em Engenheiro Navarro e Bocaiúva. No Povoado Camilo Prates, em Bocaiúva, os moradores vendem mudas de eucalipto. Nestes municípios há uma grande unidade florestal com plantio e manejo de eucalipto da Empresa Vallourec Tubos do Brasil S.A. O eucalipto é utilizado na siderurgia, e abastece de carvão vegetal, principal fonte de energia renovável, os Altos-Fornos da Usina da empresa. A propriedade em Engenheiro Navarro, que é uma Unidade Florestal, com imensa plantação de eucalipto, se estende até o **município de Olhos d'Água**, passando pela Serra do Espinhaço. A entrada da mesma fica nas coordenadas UTM 622265E/8082598N, no Km 169,7 do Lote 16, a 2,1 km de distancia do empreendimento. **Nenhum povoado foi identificado no município de Olhos d'Água. É uma** área cercada por fazendas de eucalipto pertencentes à grandes empresas.

As principais Rodovias no Trecho 3 da Área de Estudo Local do empreendimento são: MG-308; Rodovia Municipal Glaucilândia – Rio de Pedra; Estrada Municipal para Alto Belo; BR-135 e BR-451; antiga MG-208.

Nesse trecho foram identificadas as Comunidades Quilombolas Sítio, Borá e Mocambo, todas localizadas no município de Bocaiúva (MG). As mesmas serão objeto de Estudo específico – Estudo do Componente Quilombola (ECQ) de acordo com tratativas em andamento junto a Fundação Cultural Palmares (FCP).

b) Caracterização das Localidades identificadas no Trecho 3

O Quadro 2.2.4.6-13 e o Quadro 2.2.4.6-14 identificam as localidades existentes no Trecho 3, nos lotes 14 e 16, sua tipologia, distância da diretriz do traçado e coordenadas.

Quadro 2.2.4.6-13 - Localidades identificadas no Trecho 3 – Lote 14

UF	Município	Localidade	Tipo	No. de Famílias	KM da LT	Distância da LT (km)	Lado da LT	E (UTM 23S)	N (UTM 23S)
MG	Bocaiúva	Nova Dolabela	Bairro	150	185,0	1,2	Esquerdo	605567	8076543
MG	Engenheiro Navarro	Tirirical	Povoado	60	176,1	1,1	Esquerdo	611223	8083787
MG	Engenheiro Navarro	São Norberto	Distrito	200	171,8	3,2	Direito	617883	8086014
MG	Engenheiro Navarro	Limoeiro	Povoado	10	170,7	1,0	Esquerdo	613724	8087395
MG	Engenheiro Navarro	Engenheiro Navarro	Sede Municipal	1400	169,7	3,2	Esquerdo	611570	8088575
MG	Engenheiro Navarro	P.A. Elói Ferreira	Projeto de Assentamento	38	167,8	4,2	Esquerdo	610788	8090569
MG	Bocaiúva	Roça Velha	Povoado	40	164,2	4,4	Direito	619584	8093508
MG	Engenheiro Navarro	Campo Limpo	Povoado	50	163,8	3,9	Direito	619110	8093922
MG	Bocaiúva	Torquato Leite e Taboa	Povoado	30	160,0	5,6	Direito	621175	8097231
MG	Bocaiúva	Imbé, Morros, Taboas e Garrotes	Povoado	20	158,7	0,2	Direito	615984	8099300
MG	Bocaiúva	Borá	Comunidade Quilombola	-	147,2	4,8	Direito	613421	8111713
MG	Bocaiúva	Lalau e Morro Alto	Povoado	80	143,3	1,0	Esquerdo	618711	8114710
MG	Bocaiúva	Catarina	Povoado	80	136,8	1,7	Esquerdo	621784	8120269
MG	Bocaiúva	Santa Cruz	Povoado	30	132,7	2,9	Direito	627854	8121437

Fonte: Ecology Brasil, 2017.

Quadro 2.2.4.6-14 - Localidades identificadas no Trecho 3 – Lote 16

UF	Município	Localidade	Tipo	No. de Famílias	KM da LT	Distância da LT (km)	Lado da LT	E (UTM 23S)	N (UTM 23S)
MG	Bocaiúva	Mocambo	Comunidade Quilombola	-	185,3	10,8	Esquerdo	623861	8061980
MG	Bocaiúva	Sítio	Comunidade Quilombola	-	175,0	7,2		629204	8074495
MG	Bocaiúva	Poções	Povoado	15	151,2	2,6	Esquerdo	627092	8100330
MG	Bocaiúva	Cabeceira de Poções	Povoado	15	151,1	1,9	Direito	631360	8099061
MG	Bocaiúva	Fazenda Bahia	Povoado	114	149,7	5,9	Direito	635573	8099210
MG	Bocaiúva	Vaquejada	Povoado	100	149,1	4,3	Direito	634313	8100643
MG	Bocaiúva	Taboquinha II e Fazenda Córrego Fundo	Povoado	10	147,2	0,8	Direito	631315	8103348
MG	Bocaiúva	P.A. Professor Mazan	Projeto de Assentamento	18	139,8	2,5	Esquerdo	628915	8110996
MG	Bocaiúva	Camilo Prates	Povoado	60	135,5	1,1	Esquerdo	631858	8115270
MG	Bocaiúva	Curral de Vara	Povoado	30	135,5	1,1	Esquerdo	631858	8115270
MG	Guaraciama	Rio Félix II	Povoado	10	126,1	1,3	Direito	638789	8122081
MG	Guaraciama	Rio Félix I	Povoado	20	125,8	1,0	Direito	638690	8122470
MG	Bocaiúva	Alto Belo	Povoado	200	123,9	5,1	Esquerdo	634540	8127300
MG	Glaucilândia	Tabocal II	Povoado	61	115,4	1,9	Direito	645244	8130151
MG	Glaucilândia	Tabocal I	Povoado		114,6	0,4	Esquerdo	643955	8132325
MG	Juramento	Juramento	Sede Municipal	688	107,2	2,6	Direito	650415	8137231
MG	Juramento	Campo Grande	Povoado	16	106,3	0,8	Esquerdo	647910	8139651
MG	Juramento	Maquiné	Povoado	6	106,3	0,8	Esquerdo	647910	8139651
MG	Juramento	Saracura, Lambari, Prata e Tira Chapéus	Povoado	100	103,5	0,2	Esquerdo	648737	8141947

Fonte: Ecology Brasil, 2017.

- Bairro Nova Dolabela (Bocaiuva/MG)

Acessado por vicinal de terra e pela BR-135, no Lote 14, nas coordenadas UTM 605567E/8076543N, no Km 185,0 do empreendimento, a 1,2 Km de distância da linha de transmissão, do lado esquerdo, foi identificado o Bairro Nova Dolabella, formado pelos assentamentos: Barragem Bambu, Taboquinha e Granjas Reunidas.



Figura 2.2.4.6-77 - Escola Municipal/MG



Figura 2.2.4.6-78 - Rua do Bairro Nova Dolabela/MG

O Bairro com 150 famílias é formado por trabalhadores rurais, que trabalham em fazendas vizinhas, como as fazendas Vila Canabrava e Ouro Verde, por diárias. A renda dessas famílias é complementada por aposentadorias e pelo Programa Bolsa Família. Nas residências há criação de aves e hortas para consumo doméstico. As propriedades medem 15m x 30m em média.

A referência em saúde, educação, comércio e serviços é a sede de Engenheiro Navarro e Bocaiúva.

Quanto ao atendimento de saúde, no local, há visitas de agentes de saúde. As crianças estudam na Escola Municipal local, até o segundo ciclo, e finalizam os estudos na sede municipal de Engenheiro Navarro e Engenheiro Dolabella.

Os moradores são filiados à associação de moradores, onde a pauta principal é o acesso à água. As propriedades são abastecidas por poços artesianos e as casas possuem caixas d'água do programa Água para Todos.

As principais atividades de lazer são festas na sede municipal de Engenheiro Navarro, Engenheiro Dolabela e Bocaiúva, e festas na Igreja Católica local, de Nossa Senhora Aparecida e São José. Há comemoração de Folia de Reis e dia da padroeira, em outubro. No local há bares e campo de futebol. Também, foram identificados uma Igreja Evangélica e um cemitério.

- Povoado Tirirical (Engenheiro Navarro/MG)

Na região com mais de 100 anos, conhecida como Salitre, no Lote 14, nas coordenadas UTM 611223E/8083787N, no Km 176,1 da LT, a 1,1 Km do empreendimento, do lado esquerdo, foi identificado o Povoado Tirirical, formado por 60 famílias. Nesta região, também, foi identificada uma grande fazenda de eucalipto, nas coordenadas 614559/8084609, além dos povoados Vila Terezinha e União.



Figura 2.2.4.6-79 - Residência em Povoado Tirirical/MG



Figura 2.2.4.6-80 - Residências em Povoado Tirirical/MG

As famílias dessa área, com muitas fazendas de gado e eucalipto, tem na pecuária sua principal fonte de renda. Alguns moradores trabalham por diárias e em firmas em Belo Horizonte. Nas residências há criação de aves e hortas para consumo doméstico. As propriedades medem 2 alqueires em média e são documentadas.

A referência em saúde, educação, comércio e serviços é a sede de Engenheiro Navarro. Quanto ao atendimento de saúde, no local, há visitas de agentes de saúde. As crianças estudam na sede municipal.

Os moradores são filiados à associação de moradores, onde a pauta principal é o acesso à água. As propriedades são abastecidas por dois poços artesianos e as casas possuem caixas d'água do Programa Água para Todos.

As principais atividades de lazer são as festas na sede municipal de Engenheiro Navarro e festas na Igreja Católica local de Nossa Senhora Aparecida. Há comemoração de Folia de Reis e dia da padroeira, em outubro. No local há bares e campo de futebol.

- Distrito São Norberto (Engenheiro Navarro/MG)

Referência na área rural, no Lote 14, nas coordenadas UTM 617883E/8086014N, no Km 171,8 a 3,2 Km de distância da LT, do lado direito, o Distrito de São Norberto é formado por 200 famílias. Estas famílias vivem da atividade agropecuária, do trabalho na empresa VM Carvão e na plantação de eucalipto. A renda é complementada por aposentadorias e pelo Programa Bolsa Família. Os moradores do local forma recolocados no centro do distrito, por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida. Apesar de haver um pequeno comércio local, a referência é a sede de Engenheiro Navarro.



Figura 2.2.4.6-81 - Unidade Básica de Saúde/MG



Figura 2.2.4.6-82 - Programa Minha Casa, Minha Vida no Distrito/MG

No local funciona uma Unidade Básica de Saúde e atuam agentes de saúde e uma Escola Municipal de Ensino Fundamental.

Os moradores são filiados a 3 associações de moradores, onde a pauta principal é o acesso à água. As propriedades são abastecidas por um poço artesiano e as casas possuem caixas d'água do Programa Água para Todos.

As principais atividades de lazer são festas na sede municipal de Engenheiro Navarro. No local foi identificada uma Igreja Católica de São Norberto, com festa no dia do padroeiro, em junho, e os

moradores, ainda, comemoram dia de reis, jogam futebol no campo local e frequentam os bares do Distrito. No local, ainda, foram identificadas quatro Igrejas Evangélicas.

- Povoado Limoeiro (Engenheiro Navarro/MG)

O Povoado Limoeiro encontra-se nas coordenadas 613724/8087395, no Km 170,7 do empreendimento, a 1,0 km de distância da LT, do lado esquerdo. O Povoado é formado por 10 famílias que vivem da atividade agropecuária, principalmente, criação de gado leiteiro. Muitos moradores trabalham com carteira assinada nas fazendas da região e por diária. Nas casas há criação de aves e suínos e hortas. As aposentadorias e o Programa Bolsa Família são de suma importância para o sustento dessas famílias.



Figura 2.2.4.6-83 - Residência no Povoado Limoeiro/MG



Figura 2.2.4.6-84 - Residência no Povoado Limoeiro/MG

A referência em saúde, educação, comércio e serviços é a sede de Engenheiro Navarro. No local, funciona uma Unidade Básica de Saúde e atuam agentes de saúde. As crianças estudam na sede municipal.

Os moradores são filiados à associação de moradores, onde a pauta principal é o acesso à água. As propriedades são abastecidas por um **poço artesiano**, e as **casas possuem caixas d'água do Programa Água para Todos**.

As principais atividades de lazer são festas na sede municipal de Engenheiro Navarro.

- Sede Municipal de Engenheiro Navarro (MG)

Localizada no Lote 14, acessada a partir da BR-135, nas coordenadas UTM 611570E/8088575N, no Km 169,7 do empreendimento, a sede municipal de Engenheiro Navarro fica a 3,2 km da LT, do lado

esquerdo. A estimativa de população da área urbana é de 1.400 famílias. Nessas coordenadas localiza-se o cemitério municipal.

A sede é referência para os povoados e assentamentos do entorno, em saúde e educação, com Unidade Básica de Saúde (UB), Programa de Saúde da família (PSF), Centro de Saúde Municipal, Creches, Escolas Municipais e Estaduais.

- Projeto de Assentamento Elói Ferreira (Engenheiro Navarro/MG)

Formado por três agrovilas: Jacu, Mandacaru e Sede, o Assentamento Elói Ferreira foi fundado em 2014, após sete anos de acampamento na Fazenda Firma. As 38 famílias foram assentadas com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. O Assentamento foi identificado, no Lote 14, nas coordenadas UTM 610788E/8090569N, no Km 167,8 da LT, a 4,2 Km de distância da diretriz do traçado da LT, do lado esquerdo.



Figura 2.2.4.6-85 - Entrada do PA Elói Ferreira/MG

As famílias vivem da atividade agropecuária, com criação de gado leiteiro e agricultura irrigada, com plantio de feijão, milho, fava, abóbora, mandioca e quiabo. A irrigação é feita com água de poço artesiano, administrado pelas três associações e carro pipa da prefeitura. Os lotes recebidos pelas famílias variam em sua metragem: em Jacu são 2 hectares; na Sede entre 17 e 20 hectares, e em Mandacaru entre 20 e 21 hectares.

A referência em saúde, educação, comércio e serviços é a sede de Engenheiro Navarro. No local, há visitas de agentes de saúde. As crianças estudam na sede municipal.

As principais atividades de lazer são festas na sede municipal de Engenheiro Navarro.

- Povoado Roça Velha (Bocaiuva/MG) e Povoado Campo Limpo (Engenheiro Navarro/MG)

Ainda, na BR-135 e no Lote 14, nas coordenadas UTM 619110E/8093922N, no Km 163,8 a 3,9 km do empreendimento, do lado direito, foi identificado o Povoado Campo Limpo, com 50 famílias residentes, e nas coordenadas 619584/8093508, no Km 164,2, a 4,4 km do empreendimento, o Povoado Roça Velha, formado por 40 famílias. As propriedades medem 360 m².

No local, a principal atividade produtiva é a agricultura irrigada com venda para São Paulo, Montes Claros e região nordeste. Há plantio de maxixe, feijão, abóbora e milho. Além da agricultura a renda é complementada pela criação de gado de corte, aposentadorias, pedreiros e Programa Bolsa Família.

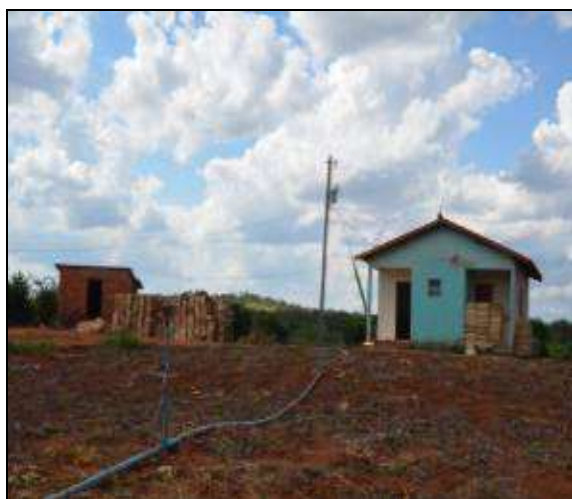


Figura 2.2.4.6-86 - Plantação Irrigada de maxixe em Campo Limpo/MG



Figura 2.2.4.6-87 - Bar no Povoado Roça Velha/MG

Há poço artesiano individual para a produção e coletivo para as residências. As referências em saúde, educação e comércio são os municípios de Bocaiúva e Engenheiro Navarro.

Em Campo Limpo funciona uma Unidade Básica de Saúde e atuam agentes de saúde em toda a região. Em Campo Limpo, também, foi identificada uma Escola Municipal.

As principais atividades de lazer são festas na sede municipal de Bocaiúva e Engenheiro Navarro. A principal festa local é na Igreja de Campo Limpo, Nossa Senhora da Conceição, com comemoração da padroeira, em novembro, e a festa de São José, comemorada em março.

- Povoado Torquato Leite e Povoado Taboa (Bocaiuva/MG)

Na BR-135, no Lote 14, nas coordenadas UTM 621175E/ 8097231N, no Km 160,0 da LT, a 5,6 km de distância de sua diretriz de traçado, do lado direito, foram identificados os povoados Torquato Leite e Taboa, cada um com 15 famílias residentes, que possuem como principal atividade econômica a pecuária, com criação de gado leiteiro e corte, plantio de milho e sorgo. Há criação de suínos e aves para a subsistência.



Figura 2.2.4.6-88 - Residência no Povoado Torquato Leite/MG



Figura 2.2.4.6-89 - Igreja do Povoado Torquato Leite/MG

Os moradores relataram que a maioria das pessoas sai da localidade em direção à capital, em busca de melhores oportunidades de trabalho.

A referência em saúde, educação, comércio e serviços é a sede de Bocaiúva. No povoado, em relação à saúde, atuam agentes de saúde, realizando visita mensal.

Os moradores são filiados à associação de moradores, onde a pauta principal é o acesso à água. As **propriedades são abastecidas por um poço artesiano, e as casas possuem caixas d'água do Programa Água para Todos.**

As principais atividades de lazer são festas na sede municipal de Bocaiúva. No local foi identificada uma Igreja Católica.

- Região Fazenda Riachinho: Povoado Imbé, Povoado Morros, Povoado Taboas e Povoado Garrotes, Povoado Vargem Formosa (Bocaiuva/MG)

No Lote 14, identificou-se a Região Fazenda Riachinho, acessada por vicinais e pela BR-135, composta pelos povoados Imbé, Povoado Morros, Povoado Taboas e Povoado Garrotes, e Povoado Vargem Formosa. O mais importante dentre eles, o Povoado Vargem Formosa, acessado por vicinal de terra, encontra-se nas coordenadas UTM 615984E/8099300N, no Km 158,7 da LT, a 0,2 km de distância do empreendimento, do lado direito. Neste Povoado são produzidas frutas vendidas para a empresa Frutas Formosas. No momento, apenas duas famílias estão à frente desta produção. A propriedade é fruto de herança.

No Povoado Imbé, residem 4 famílias, contudo, observou-se a presença de 30 casas, todas vazias. No Povoado Morros, também, residem 4 famílias.



Figura 2.2.4.6-90 - Residência no Povoado Vargem Formosa/MG



Figura 2.2.4.6-91 - Bar na vicinal para Povoado Imbé/MG

Nesta Região, destaca-se a fruticultura irrigada: abacaxi, goiaba, coco e tangerina, com pecuária de gado de corte e leiteiro. Os moradores vendem a produção na cidade, no sacolão, em feira livre e Central de Abastecimento do Norte de Minas (CEANORTE). As mulheres trabalham na feira em Bocaiúva. As propriedades variam de tamanho: 8 hectares as com fruticultura; 48 hectares os sítios e 100 hectares as fazendas de gado.

A referência em saúde, educação, comércio e serviços é a sede de Bocaiúva. No local, em relação à saúde, há visita mensal de agentes de saúde e de médico.

Os moradores são filiados à Associação de Moradores do Imbé, onde as principais pautas de atuação são os benefícios para o produtor rural e o acesso à água. As propriedades são abastecidas por um poço artesiano e as casas possuem caixas d'água do Programa Água para Todos.

As principais atividades de lazer são festas na sede municipal de Bocaiúva.

- Povoado do Lalau e Povoado Morro Alto (Bocaiuva/MG)

Acessados por vicinal de terra a partir da BR-135, no Lote 14, nas coordenadas UTM 618711E/8114710N, Km 143,3, a 1,0 km do empreendimento, do lado esquerdo, os povoados Lalau e Morro Alto, são formados por 80 famílias, que vivem da pecuária, com criação de gado leiteiro, e agricultura irrigada com plantio de milho, mandioca e feijão. A renda é complementada por aposentadorias e pelo Programa Bolsa Família.



Figura 2.2.4.6-92 - Igreja de São Sebastião, no Povoado Lalau/MG



Figura 2.2.4.6-93 - Placa do Projeto de Abastecimento de Água da Associação Comunitária do Povoado Lalau/MG

A referência em saúde, educação, comércio e serviços é a sede de Bocaiúva, próxima a essa localidade. Além do ônibus escolar, os moradores contam com o ônibus de feira que passa todas as sextas-feiras para Bocaiúva. No local, em relação à saúde, há visita mensal de agentes de saúde.

Os moradores dos povoados formam uma mesma associação de moradores, a do Lalau, onde as principais pautas são os benefícios para o produtor rural e o acesso à água. As propriedades são abastecidas por um poço artesiano e as casas possuem caixas d'água do Programa Água para Todos.

As principais atividades de lazer são festas na sede municipal de Bocaiúva, bares, Folia de Reis, e festas na Igreja de São Sebastião, no Povoado Lalau.

- Povoado Catarina (Bocaiuva/MG)

Acessado pela BR-135, no Lote 14, o Povoado Catarina foi localizado nas coordenadas UTM 621784E/8120269N no Km 136,8, a 1,7 km do empreendimento, do lado esquerdo. Nele, residem 80 famílias de pequenos produtores rurais, que trabalham também com diárias (R\$50 reais) e plantam milho, feijão e mandioca e vendem para o mercado local. As propriedades medem entre 2 e 3 alqueires e 50 hectares.

O fornecimento de água para o plantio é oriundo de dois poços artesanais locais. Os aposentados são responsáveis por parte do sustento das famílias.



Figura 2.2.4.6-94 - Bar e Restaurante no Povoado/MG



Figura 2.2.4.6-95 - Campo de Futebol do Povoado Catarina/MG

No local, em relação à saúde, há visita mensal de médicos e agentes de saúde. No Povoado também foi identificada uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, de primeiro e segundo ciclos.

No povoado atua uma associação de moradores, onde a principal pauta é a questão dos benefícios para o produtor rural.

As principais atividades de lazer são festas na sede municipal de Bocaiúva, bares, Folia de Reis, festas em Alto Belo, festas na escola, e eventos na Igreja Evangélica local.

- Povoado Santa Cruz (Bocaiuva/MG)

Acessado por vicinal de terra, no Lote 14, nas coordenadas UTM 627854E/8121437N, no Km 132,7 do empreendimento, a 2,9 km de distância da diretriz do traçado da linha de transmissão, do lado direito, o Povoado Santa Cruz é formado por 30 famílias, que vivem da pecuária, com criação de gado de corte e leiteiro. No local há uma fábrica de pão, e através da agricultura irrigada produzem couve, cebola, milho e abóbora, vendidos para a Companhia de Alimentos de Bocaiúva (CONAB). A renda é complementada com a venda de biscoitos produzidos no local, aposentadorias e Programa Bolsa Família.



Figura 2.2.4.6-96 - Escola Municipal em Santa Cruz/MG

Apesar de haver uma escola municipal de ensino fundamental no povoado, a referência local em saúde e educação para Santa Cruz é o Povoado Alto Belo. A referência regional é a sede de Bocaiúva. Os moradores recebem visitas regulares de agentes de saúde. Em relação à educação, a escola local encontra-se parada. As crianças estudam em Bocaiúva e no Povoado Camilo Prates.

Atua uma associação de moradores, sendo a principal pauta a gestão da água.

As principais atividades de lazer são festas na sede municipal de Bocaiúva, bares, campo de futebol e festas na Igreja de São Geraldo, em Camilo Prates.

- Povoado Taboquinha II, Povoado Cabeceira de Poções, Povoado Vaquejada, Povoado Fazenda Bahia e Povoado Poções (Bocaiuva/MG)

Na BR-451, estrada para Olhos d'Água, no Lote 16, nas coordenadas UTM 631315E/8103348N Km 147,2, a 0,8 km de distância da diretriz do traçado da LT, do lado direito, foram identificados o Povoado Fazenda Taboquinha II e a Fazenda Córrego Fundo, localidades que somam 10 famílias, voltadas para a criação de gado leiteiro e corte, e plantações de eucalipto.

A partir da BR-451, em vicinal de terra, nas coordenadas 634313/8100643, Km 149,1, a 4,3 km, da diretriz do traçado da LT, com 100 famílias, o Povoado Vaquejada, e nas coordenadas 635573/8099210, Km 149,7 a 5,9 km da LT, o Povoado Fazenda Bahia, com 114 famílias. Estas famílias vivem da pecuária, com criação de gado corte, além de diária, lavoura milho, feijão e mandioca, aposentadorias, o Programa Bolsa Família.

Em outra Vicinal a partir da BR-451, no Lote 16, nas coordenadas 631360/8099061, no Km 151,1, a 1,9 km de distância da diretriz do traçado da LT, do lado direito, localiza-se o Povoado Cabeceira de Poções, com 15 famílias que vivem da pecuária, com criação de gado de corte, e produção de cachaça "Bocaiana" engarrafa, vendida de julho a outubro.



Figura 2.2.4.6-97 - Fazenda Córrego Fundo – Taboquinha II – Placa de execução das obras Construção de um entreposto de mel /MG



Figura 2.2.4.6-98 - Igreja Povoado Cabeceira de Poções/MG



Figura 2.2.4.6-99 - Placa PCPR/ MG Povoado Fazenda Bahia



Figura 2.2.4.6-100 - Residência no Povoado Poções/MG

No Povoado Cabeceira de Poções, há atendimento médico na Igreja e visitas de agentes de saúde. Moradores dos povoados vizinhos deslocam-se até a Cabeceira, referência local, para serem atendidas e encaminhadas para as unidades de saúde de Bocaiúva. A escola de Cabeceira de Poções não se encontra funcionando. Na localidade há uma Igreja Católica de São Geraldo e Nossa Senhora Aparecida, com festejos.

Na mesma região, nas coordenadas UTM 627092E/8100330N, Km 151,2, a 2,6 km da LT, lado esquerdo, localiza-se o Povoado Poções, com 15 famílias que além da pecuária, tem na lavoura de milho, feijão e mandioca seu sustento. Em toda região as aposentadorias e o Programa Bolsa Família são de grande importância para o sustento das famílias.

Todos os Povoados possuem associação de moradores, responsáveis pela gestão dos poços artesianos e distribuição da água.

As atividades de cultura e lazer são realizadas na sede de Bocaiúva.

- Projeto de Assentamento Professor Mazan (Bocaiuva/MG)

Acessado por vicinal em direção a Alto Belo, nas coordenadas UTM 628915E/8110996N, no Km 139,8 da linha de transmissão, a 2,5 km de distância da diretriz do traçado, lado esquerdo, no Lote 16, foi identificado o PA Professor Mazan. Em 2014, 18 famílias foram assentadas em fazenda loteada pelo INCRA, com apoio do Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST) e da Pastoral da Terra. Cada família recebeu 6 hectares. Não houve conflito no processo de desapropriação e do assentamento. Os moradores são filiados ao referido movimento e participam das reuniões regularmente, inclusive as regionais.



Figura 2.2.4.6-101 - Entrada do PA Professor Mazan/MG



Figura 2.2.4.6-102 - Residência no PA Professor Mazan/MG

As principais atividades produtivas são: criação de gado leiteiro; agricultura irrigada com plantio de milho, hortaliças, alface, berinjela e jiló. No local há um Banco de sementes, que são vendidas para cooperativa do Rio Grande do Sul. A maioria dos assentados é formada de trabalhadores rurais. A renda é complementada pelo Programa Bolsa Família, aposentadoria, venda de queijo e requeijão.

Os moradores do PA têm como referência a sede municipal de Bocaiúva. Na sede, os moradores frequentam a Escola Municipal, já que a local encontra-se **fechada por falta d'água**. São em torno de 20 crianças atendidas que se deslocam diariamente. Há uma professora no local e projeto de implantação do EJA – Ensino de Jovens e Adultos.

No PA funciona uma Unidade de Saúde, após encaminhamento do agente de saúde, que passa pelo local uma vez por mês.

No local, há associação de moradores, onde a principal pauta é a gestão da água.

As principais atividades de lazer são realizadas na sede municipal de Bocaiúva. Ao lado do Assentamento há um Centro de Recuperação de dependentes químicos da Igreja Católica, com alojamentos, quadra e uma capela.

- Região Curral de Varas: Povoado Curral de Vara, Povoado Camilo Prates (Bocaiuva/MG)

Nas coordenadas UTM 631858E/8115270N foi identificada uma região conhecida como Curral de Varas. Esta região é formada por diversas fazendas de gado leiteiro e pelos Povoados Muriçoca, Fazenda da

Onça, Curral de Vara e Camilo Prates. A ocupação desta área data da década de 1950. Segundo os entrevistados, é uma região com cerca de 90 famílias residentes.

Os povoados Camilo Prates e Curral de Vara foram localizados no Lote 16, nas coordenadas UTM 631858E/8115270N no Km 135,5 da LT, a 1,1 km de distância da diretriz do traçado, lado esquerdo. No Povoado Camilo Prates residem 60 famílias, e no Curral de Vara, 30 famílias, em pequenos lotes, com criação de gado leiteiro. Alguns moradores trabalham em olarias, na produção de cerâmica, em viveiro com produção de mudas de eucalipto, e como vigilantes. A renda é complementada pelo Programa Bolsa Família e aposentadorias.



Figura 2.2.4.6-103 - Povoado Camilo Prates/MG



Figura 2.2.4.6-104 - Escola Municipal em Camilo Prates/MG



Figura 2.2.4.6-105 - Placa do Povoado Curral de Varas/MG

Os moradores da Fazenda da Onça, e dos povoados Curral de Varas e Camilo Prates têm como referência a sede municipal de Bocaiúva. No Povoado Camilo Prates foi identificado uma Escola Municipal, de primeiro ciclo. Além de visitas regulares de agentes de saúde nas duas localidades, há atendimento médico mensal, prestado na Associação de Moradores de Camilo Prates.

As principais atividades de lazer são festas realizadas na sede municipal de Bocaiúva, bares, campo de futebol e festas na Igreja de São Geraldo, em Camilo Prates.

- Povoados Rio Félix I e Rio Felix II (Guaraciama/MG)

Acessados por vicinal de terra, note 16, nas coordenadas UTM 638690E/8122470N, no Km 126,8 da LT, a 1,0 km de distância da diretriz do traçado, lado direito, o Povoado Rio Félix I é formado por 20 famílias. Com 10 famílias residentes, nas coordenadas UTM 638789E/8122081N, no Km 126,1, a 1,3 km da LT, encontra-se o Povoado Rio Félix II.



Figura 2.2.4.6-106 - Bar no Povoado Rio Félix I/MG



Figura 2.2.4.6-107 - Igreja Católica e Associação de Moradores no Povoado Rio Félix II/MG

A principal atividade produtiva destes povoados é a pecuária, com criação de gado de corte e leiteiro, e agricultura irrigada com plantações de milho e feijão. Os moradores dos dois povoados são filiados à associação de moradores de Rio Félix II.

A referência local em saúde e educação é o Povoado Alto Belo. A referência regional é a sede de Bocaiúva. Os moradores recebem visitas regulares de agentes de saúde. Em relação à educação, a escola local encontra-se fora de funcionamento. As crianças estudam em Bocaiúva e no Povoado Camilo Prates.

Nos povoados, há associação de moradores, onde a principal pauta é a gestão da água.

As principais atividades de lazer são festas realizadas na sede municipal de Bocaiúva e Guaraciama, e eventos na Igreja Católica local, nas coordenadas UTM 637133E/8124505N.

- Povoado Alto Belo (Bocaiuva/MG)

A localidade com aproximadamente 80 anos de existência é referência para os demais povoados rurais desta região. O Povoado Alto Belo localiza-se no Lote 16, nas coordenadas UTM 634540E/8127300N, no Km 123,0 da LT, a 5,1 km de distância da diretriz de traçado, lado esquerdo. Nele residem 200 famílias. Os lotes medem 15x15m e alguns são documentados.



Figura 2.2.4.6-108 - Povoado Alto Belo/MG



Figura 2.2.4.6-109 - Unidade Básica de Saúde/MG

O Povoado tem como referência a sede municipal de Bocaiúva. Nele foi identificado uma Escola Municipal, de primeiro e segundo ciclos e uma creche. Em relação ao atendimento de saúde, além de visitas regulares de agentes de saúde, há atendimento médico na Unidade Básica de Saúde local.

Os moradores vivem da pecuária com criação de gado de corte e leiteiro, basicamente de subsistência. Trabalham como funcionários públicos, no comércio e em serviços. A renda é complementada com as aposentadorias e pelo Programa Bolsa Família.

No povoado há associação de moradores, onde a principal pauta é a gestão da água.

As principais atividades de lazer são festas realizadas na sede municipal de Bocaiúva, bares, rodas de sanfona, bailão, campo de futebol e festas na Igreja de São José e Nossa Senhora, festa junina e Santos Reis.

No local há um cemitério, nas coordenadas UTM 634762E/8127305N, no Km 125,14 da LT empreendimento, a 3.972,81 m de distância da diretriz do traçado, lado esquerdo. No Povoado Alto Belo foi identificado o Memorial Téo Azevedo de Cultura de Resistência, uma casa de cultura independente sem fins lucrativos.



Figura 2.2.4.6-110 - Memorial Téo Azevedo de Cultura de Resistência/MG

- Povoados Tabocal I e Tabocal II (Glaucilândia/MG)

Acessados por Rodovia Municipal Glaucilândia – Rio de Pedra, no Lote 16, foram identificados os Povoados Tabocal I e II. O povoado Tabocal I encontra-se nas UTM 643955E/8132325N, no Km 114,6 da LT, a 0,4 km de distância da diretriz do traçado da LI, lado direito, e o Povoado Tabocal II, nas coordenadas UTM 645244E/8130151N, no Km 115,4, a 1,9 Km da LT, lado direito. Os dois povoados (vizinhos e de atividades socioeconômicas idênticas) totalizam 61 famílias residentes. As propriedades medem 1400 m², 50 alqueires e são documentadas.



Figura 2.2.4.6-111 - Quadra esportiva, em Tabocal I/MG



Figura 2.2.4.6-112 - Igreja de Santos Reis e Sagrado Coração, Tabocal I/MG

As referências em saúde, educação, comércio e serviços são as sedes de Glaucilândia e Montes Claros. Os moradores recebem visita mensal de agente de saúde. No Povoado Tabocal I funciona uma Escola Municipal de primeiro ciclo. Alguns alunos estudam no Povoado Laranjal.

Uma associação de moradores atende os dois povoados e está a frente de questões relacionadas à gestão da água, saúde e religião.

As principais atividades econômicas são a criação de gado leiteiro e de corte, e a agricultura de irrigação, com horta comunitária. A produção é vendida para o banco de alimentos da Companhia de Alimentos de Glaucilândia (COMPAG). Plantam milho, feijão, cana e mandioca, irrigada, e complementam a renda em trabalhos como vaqueiros em 10 fazendas da região, por diária de R\$ 40,00, Programa Bolsa Família e aposentadoria.

As atividades de lazer estão voltadas para festas na Igreja de Santos Reis e Sagrado Coração, em Tabocal I e atividades na quadra esportiva. Os moradores queixam-se de assaltos na região.

- Sede Municipal de Juramento (MG)

A sede municipal de Juramento é acessada pela MG-308, e localiza-se no Lote 16, nas coordenadas UTM 650415E/8137231N, no Km 107,2 da LT, a 2,6 Km de distância da diretriz do traçado da linha de transmissão, lado direito. De acordo com a estimativa populacional a área urbana possui cerca de 688 famílias.



Figura 2.2.4.6-113 - Sede Municipal de Juramento/MG



Figura 2.2.4.6-114 - UBS de Juramento/MG

As principais atividades econômicas são a aquicultura, criação de gado corte e leiteiro, aves, caprinos, ovinos, venda de ovos, suínos e plantações de banana.

Na sede funciona uma Escola Municipal e Estadual, além de um Centro Educacional Técnico (CETEC) e Unidade Básica de Saúde, sendo assim, referência regional para os povoados do entorno. Vale ressaltar que a sede de Juramento é uma importante área de lazer local, atraindo turistas durante todo ano.

- Povoado Maquiné e Povoado Campo Grande (Juramento/MG)

Localizados no Lote 16 e acessados por vicinal de terra a partir da MG-308, os povoados de Maquiné e Campo Grande foram formados a partir do loteamento de fazenda, fruto de herança, sendo os lotes de 0,65 hectares. O Povoado Maquiné, com seis famílias, situa-se nas coordenadas UTM 647910E/8139651N, no Km 106,3 da linha de transmissão, a 0,8 km da diretriz do traçado, lado esquerdo, e Campo Grande, formado por 16 famílias, situa-se nas coordenadas UTM 648442E/8139268N, no Km 107,21, mais próximo à linha de transmissão (120,64 m) de distância da diretriz do traçado.



Figura 2.2.4.6-115 - Residência no Povoado Campo Grande/MG



Figura 2.2.4.6-116 - Igreja católica no Povoado Campo Grande/MG

Os moradores da localidade têm como referência as sedes municipais de Juramento e Montes Claros. Na sede de Juramento, os moradores frequentam a Escola Municipal e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), após encaminhamento do agente de saúde.

No local, há associação de moradores, onde a principal pauta é a gestão da água.

As principais atividades econômicas são a criação de gado leiteiro e a agricultura de irrigação. A água para a plantação, principalmente, de pimenta, feijão e quiabo, é oriunda do rio Juramento. A produção é vendida para a Central de Abastecimento do Norte de Minas (CEANORTE). A seca do rio ocorre entre os meses de julho e agosto. Alguns moradores trabalham na Companhia de Saneamento de Minas Gerais com carteira assinada.

As atividades de lazer estão voltadas para festas na Igreja Católica no povoado Campo Grande e festas na sede de Montes Claros e Juramento.

- Povoados Saracura, Lambari, Prata e Tira Chapéus (Juramento/MG)

Acessados através de vicinal de terra a partir da MG-308, no Lote 16, os Povoados de Saracura, Lambari, Prata e Tira Chapéus encontram-se numa região identificada nas coordenadas UTM 648737E/8141947N, no Km 103,5 da linha de transmissão, a 0,2 km de distância do eixo do empreendimento, do diretriz do traçado, lado esquerdo, no município de Juramento. Essas localidades que utilizam esta mesma vicinal são formadas por 100 famílias.

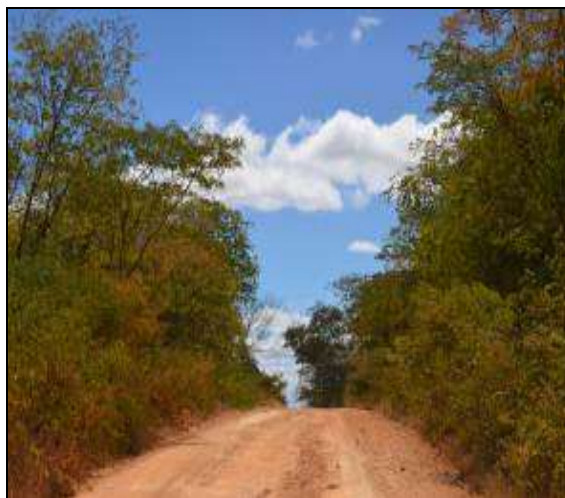


Figura 2.2.4.6-117 - Vicinal para os Povoados/MG

Os moradores da localidade têm como referência para acesso aos serviços básicos, a sede municipal de Juramento, onde frequentam a Escola Municipal e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), após encaminhamento do agente de saúde, que passa pelos povoados uma vez por mês. Nas localidades foram registrados alguns casos de dengue.

As principais atividades econômicas são a criação de gado leiteiro e a agricultura de irrigação. A produção é vendida para a Central de Abastecimento do Norte de Minas (CEANORTE). O período chuvoso é de outubro a fevereiro, quando a barragem fica cheia, e sua água é distribuída pela COPASA.

As atividades de lazer estão voltadas para festas na Igreja Católica de Santa Catarina, nas coordenadas UTM 648836E/8141296N , no Km 105,01 da LT a 144,76 m de distância da LT.

2.2.4.6.4.1.4 - Trecho 4 - Montes Claros, Francisco Sá, Capitão Enéas; Janaúba (MG)

a) Perfil de Ocupação

No Trecho 4, que compreende os municípios de Montes Claros, Francisco Sá, Capitão Enéas e Janaúba, em Minas Gerais, foram identificadas 45 localidades, especialmente povoados, além de duas Comunidades Quilombolas, chacreamentos, Projetos de Assentamento, um loteamento, fazendas e sítios.

Segundo relatos dos moradores, as localidades desse trecho formaram-se, principalmente, a partir de loteamento de grandes fazendas, transformadas em propriedades menores e habitadas por herdeiros e

antigos trabalhadores rurais, pela formação de aglomerações de casas de moradores da mesma família. Os povoados rurais são, em sua maioria, familiares.

Em Montes Claros, outras comunidades mais recentes surgiram a partir da construção de estradas e do crescimento das cidades, formando áreas de veraneio e balneários de final de semana. Em Janaúba, a Comunidade Quilombola Bem Viver de Vila Nova dos Poções, formou-se inicialmente a partir do desenvolvimento de pequenos comércios e, posteriormente, com chegada de famílias expropriadas pela construção da Barragem Bico da Pedra na década de 70 do século XX, que represou o rio Gortuba com o objetivo de estabelecer um perímetro de irrigação na região – o Perímetro de Irrigação Gortuba. Identificou-se ainda a Comunidade Quilombola de Poções, em Francisco Sá (MG). As mesmas serão objeto de Estudo específico – Estudo do Componente Quilombola (ECQ) de acordo com tratativas em andamento junto a Fundação Cultural Palmares (FCP).

Os núcleos urbanos, onde há a presença de infraestrutura tanto nas áreas de serviços, saúde e educação, servem de polos regionais para as localidades visitadas. A característica mais marcante desse trecho é a predominância da seca nas áreas rurais e a maneira como as localidades reagem a esse fenômeno natural. Especialmente, a partir de Francisco Sá, poucas localidades conseguem manter suas atividades produtivas, gravemente afetadas pela seca, já que a maioria não dispõe de recursos financeiros para irrigar a terra. Apesar do projeto de irrigação contribuir para um maior desenvolvimento em algumas áreas nesse trecho, somente os grandes proprietários rurais conseguem manter suas produções, devido ao alto custo desse processo.

No entanto, há áreas onde existe produção agropecuária. Em Montes Claros a pecuária, com criação de gado de corte e leiteiro, ainda, se constitui como principal característica. Nos outros municípios, identificaram-se algumas pequenas produções agrícolas e criação de gado, voltadas predominantemente para a subsistência. Em sua maioria há forte dependência dos programas de transferência de renda e de aposentadoria dos idosos para a geração de renda nas localidades visitadas, além de trabalhos como diaristas em fazendas da região, faxinas e serviços.

Neste trecho, a atividade pecuária é de suma importância para a subsistência dessas famílias. A agricultura em pequena escala, com plantio de milho, feijão e cana-de-açúcar é voltada para a alimentação animal e doméstica, com mão de obra familiar.

O acesso à água é garantido através de poços artesianos, o que limita a produção agrícola. Apenas, no Projeto de Assentamento Serrador, em Francisco Sá, foi identificado plantio com irrigação por gotejamento. Na maioria dos casos a gestão da água é feita pelas associações de moradores. Vale

destacar, que o Programa Água Para Todos e o Projeto de Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) são os **responsáveis pela distribuição de caixas d'água** que são abastecidas por poços artesianos, água da chuva e por carros pipa.

Além do uso do solo para atividades de subsistência, a região é, também, uma área residencial, seja ela rural ou urbana. Como a grande totalidade da ocupação rural é de pequenos e médios produtores, essas famílias também se utilizam das terras para moradia, que dividem os povoados com pequenos comércios, escolas e postos de saúde. Nos povoados as casas são todas de alvenaria, com banheiros, em sua maioria sem saneamento básico.

Em relação ao lazer, alguns povoados contam, ao menos, com um campo de futebol e a Igreja Católica representa o centro do povoado tanto no sentido de organização, quanto nas atividades de lazer.

As principais rodovias na Área de Estudo Local do empreendimento, no Trecho 4 da Linha de Transmissão são: BR-251; BR-122; MG-308; MG-401. Próximo às estradas notou-se à presença de fazendas às suas margens. Essas propriedades são demarcadas e cercadas e uma produção mais organizada, com a geração de empregos e criação comercial gado de corte e leiteiro.

b) Caracterização das Localidades identificadas no Trecho 4

Os Quadro 2.2.4.6-15, Quadro 2.2.4.6-16 e Quadro 2.2.4.6-17 identificam as localidades existentes no Trecho 4, nos lotes 14, 15 e 16, sua tipologia, distância da diretriz do traçado e coordenadas.

Quadro 2.2.4.6-15 - Localidades identificadas no Trecho 4 – Lote 14

UF	Município	Localidade	Tipo	No. de Famílias	KM da LT	Distância da LT (km)	Lado da LT	E (UTM 23S)	N (UTM 23S)
MG	Janaúba	Baixa da Colônia	Povoado	30	248,2	0,2	Direito	677334	8242197
MG	Janaúba	Pedra Preta	Povoado	30	241,2	2,5	Direito	676838	8249351
MG	Janaúba	Tirafogo	Povoado	30	239,3	0,4	Direito	674192	8250362
MG	Janaúba	José Faustino	Povoado	32	236,9	0,3	Esquerdo	672770	8252353
MG	Janaúba	Mundo Novo	Povoado	20	230,5	0,8	Direito	674659	8258723
MG	Janaúba	Pajeú II	Povoado	55	226,1	1,0	Direito	675503	8262983
MG	Janaúba	Vila Nova dos Poções	Comunidade Quilombola	750	215,3	1,0	Direito	681738	8269835
MG	Montes Claros	Mandacaru	Povoado	50	112,5	6,0	Direito	638306	8140412
MG	Montes Claros	Mimoso	Povoado	50	111,8	1,6	Direito	634146	8141859
MG	Montes Claros	Fazenda Borá	Povoado	30	111,5	1,3	Esquerdo	631334	8142761
MG	Montes Claros	Pau Gonçalves	Povoado	10	111,5	1,3	Esquerdo	631334	8142761
MG	Montes Claros	Me Livre	Povoado	40	111,5	1,3	Esquerdo	631334	8142761
MG	Montes Claros	Chacreamento Alphaville	Chacreamento	20	111,5	1,3	Esquerdo	631334	8142761
MG	Montes Claros	Comunidade Rural Hollywood	Povoado	10	111,3	0,9	Direito	633475	8142492
MG	Montes Claros	Ponta do Morro	Povoado	40	107,8	1,0	Esquerdo	632777	8146347
MG	Montes Claros	Fazenda Brejinho e Laranjal	Povoado	50	105,8	0,8	Esquerdo	633499	8148153
MG	Montes Claros	Barrocãozinho e Estrela	Povoado	60	96,2	3,2	Esquerdo	634420	8157517
MG	Montes Claros	Rio Verde	Povoado	120	95,1	1,0	Esquerdo	636879	8158155
MG	Francisco Sá	Belvedere	Loteamento	300	87,4	3,4	Direito	643595	8163656
MG	Francisco Sá	Riacho dos Carneiros	Povoado	15	66,5	0,2	Esquerdo	645304	8185009
MG	Francisco Sá	Lagoa Nova/Baixa do Feijão	Povoado	200	60,3	0,2	Esquerdo	645691	8191250
MG	Francisco Sá	Matos	Povoado	20	55,0	5,6	Direito	653843	8193517

UF	Município	Localidade	Tipo	No. de Famílias	KM da LT	Distância da LT (km)	Lado da LT	E (UTM 23S)	N (UTM 23S)
MG	Francisco Sá	Bengo	Povoado	Não informado	52,9	0,02	Esquerdo	648688	8197787
MG	Francisco Sá	Boa Sorte	Povoado	4	48,0	1,3	Direito	651485	8201533
MG	Francisco Sá	Jacarã II	Povoado	50	40,8	1,0	Esquerdo	653987	8208639
MG	Francisco Sá	Boa Esperança	Povoado	400	34,0	0,0	Direito	657839	8213798
MG	Janaúba	Quem Quem	Povoado	50	25,2	0,6	Esquerdo	662036	8221374
MG	Francisco Sá	São Geraldo	Povoado	4	24,6	4,7	Direito	666511	8218373

Fonte: Ecology Brasil, 2017.

Quadro 2.2.4.6-16 - Localidades identificadas no Trecho 4 – Lote 15

UF	Município	Localidade	Tipo	No. de Famílias	KM da LT	Distância da LT (km)	Lado da LT	E (UTM 23S)	N (UTM 23S)
MG	Janaúba	Jataí	Povoado	19	242,4	0,8	Esquerdo	681263	8242467
MG	Janaúba	Poço de Santa Cruz	Povoado	60	238,3	1,7	Direito	686028	8242306
MG	Janaúba	Taquaril	Povoado	120	236,1	1,9	Direito	688721	8243591

Fonte: Ecology Brasil, 2017.

Quadro 2.2.4.6-17 - Localidades identificadas no Trecho 4 – Lote 16

UF	Município	Localidade	Tipo	No. de Famílias	KM da LT	Distância da LT (km)	Lado da LT	E (UTM 23S)	N (UTM 23S)
MG	Francisco Sá	Fazenda Serafim e Fazenda Aroeira	Povoado	10	87,2	1,6	Esquerdo	649851	8158427
MG	Francisco Sá	P.A. Serafim	Projeto de Assentamento	20	86,1	5,7	Esquerdo	646205	8160575
MG	Francisco Sá	Quilombinho e Povoado Vaca Brava	Povoado	14	80,0	0,7	Direito	653984	8164760
MG	Francisco Sá	Fazenda São Paulinho	Povoado	20	74,4	1,6	Esquerdo	653286	8170758
MG	Francisco Sá	P.A. Serrador	Projeto de Assentamento	30	70,0	0,2	Esquerdo	655651	8174637
MG	Francisco Sá	Arrozi	Povoado	6	57,6	0,4	Esquerdo	659292	8186518
MG	Francisco Sá	Coqueirinho	Povoado	15	57,3	4,1	Esquerdo	655995	8188101
MG	Francisco Sá	Taçadal	Povoado	30	57,0	1,8	Direito	661565	8186299
MG	Francisco Sá	Junco	Povoado	15	56,0	4,5	Esquerdo	655939	8189338
MG	Francisco Sá	Baixa Fria	Povoado	180	49,8	4,0	Esquerdo	658398	8195008
MG	Francisco Sá	Barreira do Totó	Povoado	15	47,1	1,6	Esquerdo	661628	8196806
MG	Francisco Sá	Furado Dantas	Povoado	15	45,5	3,9	Esquerdo	660127	8199173
MG	Francisco Sá	Córrego do Charquinho	Povoado	15	43,9	1,8	Esquerdo	662661	8199880
MG	Francisco Sá	Poções	Comunidade Quilombola	-	34,7	1,0	Esquerdo	669147	8207109
MG	Janaúba	Barroquinha	Povoado	73	13,7	1,5	Esquerdo	673297	8227795

Fonte: Ecology Brasil, 2017

- Povoado Baixa da Colônia (Janaúba/MG)

Baixa da Colônia é um povoado formado por cerca de 30 famílias distribuídas em lotes de até 50 hectares, cujos moradores são em geral proprietários de suas terras. Acessado por estradas vicinais e pela Rodovia BR-122, está localizado nas coordenadas UTM 677334E/8242197N, no quilômetro 248,2, a uma distância de 0,2 Km da diretriz do traçado da LT.



Figura 2.2.4.6-118 - Baixa da Colônia – Janaúba/MG

É uma região onde se concentram grandes fazendas de pecuária, tanto de corte, quanto leiteira, com a venda para empresas em Jataí e Janaúba, como o Frigorífico Minerva em Janaúba, que realiza o abate e a comercialização de gado. Há, ainda, um movimento de pessoas que voltam a residir no meio rural, mas que continuam trabalhando na cidade de Janaúba, uma vez que fica relativamente próxima e com um bom acesso. Segundo manifestou um morador espera-se que em breve o povoado se transforme em um núcleo urbano.

Para atendimento médico, acesso a educação, trabalho e compras, em geral, os moradores deslocam-se para Janaúba. O povoado não conta com infraestrutura de educação nem de saúde. Os moradores contam, apenas, com a visita mensal de agente de saúde.

Em relação às formas de organização social e práticas culturais, na localidade foi relatada a existência da Associação de Pequenos Produtores de Baixa da Colônia, a atuação da Comissão Pastoral da Terra e do Sindicato dos Pequenos Produtores Rurais de Janaúba. Há no povoado a ocorrência da festa religiosa de Santa Teresinha, em outubro, que faz parte da diocese de Santa Cruz há mais de 20 anos, além da Festa do Boi, de grande importância cultural. Não foi citada a existência de área de relevante interesse social.

- Povoados Pedra Preta, Tirafogo, José Faustino e Mundo Novo (Janaúba/MG)

Os povoados de Pedra Preta, Tirafogo, José Faustino e Mundo Novo têm aproximadamente 30 famílias cada (com exceção de Mundo Novo, com 20 famílias). Tirafogo, acessado pela estrada Salviana Caldas e rodovia MG-401, distante da diretriz do traçado da LT em 0,4 km, está localizado nas coordenadas UTM 674192E/8250362N, no quilômetro 239,3 da LT. Pedra Preta, acessado por estradas vicinais e pela rodovia MG-401, a uma distância de 2,5 km da LT, está situado nas coordenadas UTM 0676838E/8249351N, no quilômetro 241,2. Já José Faustino dista 0,3 km da LT, acessado por estradas vicinais e pela rodovia MG-401, localiza-se nas coordenadas UTM 0672770E/8252353N, no quilômetro 263,9 da LT. Por sua vez, Mundo Novo situado nas coordenadas UTM 0674659E/8258723N, acessado pela rodovia MG-401, dista 0,8 km da LT, localizado no quilômetro 230,5 da LT.

As famílias residentes nesses povoados dependem dos trabalhos informais, tanto em serviços na sede municipal de Janaúba, quanto nas fazendas dos arredores, principalmente, nas de fruticultura (plantações de banana nas coordenadas UTM 0674859E/8252448N, 0675413E/ 8259079N e 0676447E/ 8261356N), bem como das atividades sazonais em cidades que oferecem melhores ofertas de trabalho, como as do interior de São Paulo, sul de Minas Gerais e Paraná, uma vez que suas produções de milho e feijão foram castigadas pelas secas. Apesar disso, há um movimento de pessoas em Tirafogo e José Faustino que voltam a residir no meio rural, mas que continuam trabalhando na cidade de Janaúba ou em Jaíba, uma vez que ficam relativamente próximas e com um bom acesso.



Figura 2.2.4.6-119 - Fazenda de fruticultura – plantação de banana/MG

Na localidade de Mundo Novo encontram-se instaladas empresas de fruticultura, como a Brasnica (coordenadas UTM 0676522E/8254899N), que produz e comercializa, com a adoção de tecnologia de irrigação para o cultivo da banana, mamão, limão, laranja, manga, dentre outros.

Em relação ao atendimento médico, apesar de não haver posto de saúde nos povoados, há visitas regulares de agentes de saúde. Em Tirafogo, os agentes realizam as visitas conforme a demanda. Em José Faustino a visita é mensal. Já em Mundo Novo, a visita é realizada uma vez por semana. Para receber atendimento médico, os moradores desses povoados deslocam-se até Janaúba, que conta com uma infraestrutura mais organizada.

Da mesma forma, como não funcionam unidades de ensino nos povoados, os alunos deslocam-se até Janaúba, que dispõe acesso ao ensino completo, ou até Lagoa Grande (para cursar o Ensino Fundamental) e depois para Janaúba, como ocorre em Novo Mundo.

Em relação às formas de organização social e práticas culturais, apenas, em Mundo Novo foi relatada a existência de associação de moradores. Em Tirafogo, em julho é realizada a festa católica do Divino Pai Eterno, além da festa de São João, em junho. Os eventos religiosos são comemorados no centro comunitário local de Tirafogo.



Figura 2.2.4.6-120 – Povoado Tirafogo/MG



Figura 2.2.4.6-121 – Povoado Pedra Preta/MG



Figura 2.2.4.6-122 – Povoado José Faustino/MG



Figura 2.2.4.6-123 – Povoado Mundo Novo/MG

Não foi citada nenhuma área de relevante interesse social. No entanto, a visita em campo identificou uma igreja católica em Mundo Novo (coordenadas UTM 0675148E/8259150N).



Figura 2.2.4.6-124 - Igreja - Povoado Mundo Novo/MG

- Povoado Pajeú II (Janaúba/MG)

O povoado de aproximadamente 55 famílias, acessado por estradas vicinais e pela rodovia MG-401, localiza-se no quilômetro 226,1 da LT, situado nas coordenadas UTM 0675503E/8262983N, a 1,0 Km da diretriz do traçado. Os lotes têm até 50 hectares e os moradores, em geral, são proprietários de suas terras.



Figura 2.2.4.6-125 - Povoado Pajeú II/MG

Apesar da existência de projetos de irrigação para o desenvolvimento da região, castigada pela seca, somente os grandes proprietários rurais conseguem manter suas produções, devido ao alto custo desse processo. A principal fonte de renda dos pequenos produtores rurais advém da venda de produtos como pepino, banana, cenoura, beterraba, quiabo, maxixe e cebola, para o Banco de Alimentos de Janaúba, programa mantido pela prefeitura que compra a produção desses produtores e distribui para as escolas municipais.

Para atendimento médico, acesso a educação, trabalho e compras, em geral, os moradores deslocam-se até Janaúba. No tocante à infraestrutura de saúde e educação, não há postos no local, apenas a visita mensal de agente de saúde e atendimento médico pelo Programa Saúde da Família (PSF). Também, não há escolas, fazendo com que os alunos desloquem-se até Lagoa Grande para terem acesso a estudo até o Ensino Fundamental e, em Janaúba, para completar os demais níveis educacionais. Foi relatado que algumas pessoas desse povoado conseguem ter acesso ao Ensino Superior em Janaúba ou Montes Claros.

Em relação às formas de organização social e práticas culturais, no povoado foi relatada a existência da Associação dos Produtores Rurais de Pajeú II e a ocorrência da festa religiosa de Nossa Senhora Rosa Mística, em julho. Foi citada a existência de uma Igreja na localidade (coordenada UTM 0675503E/8262983N).



Figura 2.2.4.6-126 - Igreja em Pajeú II/MG

- Comunidade Quilombola de Vila Nova dos Poções (Janaúba/MG)

A comunidade Quilombola de Vila Nova dos Poções, composta de aproximadamente 750 famílias, é acessada por estradas vicinais e pela rodovia MG-401. Localiza-se no quilômetro 215,3 da LT, nas coordenadas UTM 681738E/8269835N, a 1,0 Km da diretriz do traçado da LT. Os lotes têm até 50 hectares e os moradores, em geral, são proprietários de suas terras.



Figura 2.2.4.6-127 – Povoado Vila Nova dos Poções/MG



Figura 2.2.4.6-128 – Igreja em Vila Nova dos Poções/MG

Segundo relatos dos moradores o povoado surgiu a partir das expropriações geradas pela criação da Barragem Bico da Pedra, em 1978, que represou o rio Gorutuba, com o objetivo de estabelecer um perímetro de irrigação na região.

A comunidade quilombola depende principalmente da atividade de fruticultura e pecuária, comercializados em Janaúba, de forma indireta, para empresas que distribuem a produção para diversas regiões do país.

Para atendimento médico e educacional, os moradores contam com um posto de saúde no povoado (que serve de referência para os povoados do entorno), além das visitas mensais de agente de saúde e unidades educacionais, que oferecem turmas até o nono ano do Ensino Fundamental. Para acessar o Ensino Médio, os alunos deslocam-se para a sede municipal de Janaúba.

Em relação às formas de organização social e práticas culturais, a localidade conta com a Associação dos Moradores de Vila Nova dos Poções, além da Associação Quilombola Bem Viver De Vila Nova Poções, que consegue recursos para merenda escolar, veículos para utilização na área de saúde, além de ter viabilizado máquinas para a criação de cursos de corte e costura e arrendamento de tratores para os pequenos proprietários rurais. Há, também, a ocorrência de festas religiosas de São João, em junho e Nossa senhora Aparecida, em outubro, além de comemorações da Festa dos Quilombos, em novembro, onde um grupo de cultura que tem na dança sua forma principal de expressão, como a dança do pote, dança do facão, batuque e bumba meu boi.

No local há uma quadra poliesportiva, academia ao ar livre e um campo de futebol (coordenadas 0681969/ 8269636) como áreas de lazer, além de um cemitério.



Figura 2.2.4.6-129 – Academia ao ar livre em Vila Nova dos Poções/MG



Figura 2.2.4.6-130 – Campo de futebol em Vila Nova dos Poções/MG

- Povoado Mandacaru (Montes Claros/MG)

Localizado no Lote 14, nas coordenadas UTM 638306E/8140412N, no Km 112,5 da LT, a 6,0 Km da diretriz do traçado da linha de transmissão, lado direito, o Povoado Mandacaru é referência local em saúde e educação. O Povoado de 50 famílias, conta com Escola Municipal de Ensino Fundamental de primeiro e segundo ciclos, no Km 21 da MG-308, e com uma Unidade Básica de Saúde.

As principais atividades locais são a criação de gado leiteiro, diária como trabalhador rural, e atuação no comércio e serviços.

No local, há associação de moradores, mas funciona uma Igreja Católica.

- Povoado Mimoso (Montes Claros/MG)

O Povoado Mimoso é formado por pequenas chácaras onde residem aproximadamente, 50 famílias. Localizado no Lote 14, é acessado por vicinal de terra a partir da MG-308. O Povoado Mimoso localiza-se nas coordenadas UTM 634146E/8141859N, no Km 111,8 da LT, a 1,6 Km da diretriz do traçado, lado direito.

A referência local para os moradores do Povoado são os Povoados Taquaril e Mandacaru. Neste povoado funciona a Escola Municipal de Ensino Fundamental, de primeiro e segundo ciclos e unidades de saúde. A referência regional em saúde, educação, comércio e serviços é a sede de Montes Claros. A prefeitura fornece transporte escolar. Nos povoados Taquaril e Mandacaru foram identificadas a presença de unidades de saúde.

A principal atividade econômica local é a criação de gado leiteiro. A renda das famílias do povoado vem do trabalho nas fazendas, comércio, serviços, aposentadorias, Programa Bolsa Família e venda de queijo na região.

No local, atua uma associação de moradores, onde a principal pauta é o destino do lixo.

Os moradores queixam-se do aumento do número de assaltos na região.

As principais atividades de lazer estão voltadas para festas na Igreja Católica no Povoado – Paróquia Nossa Senhora de Fátima, e festas na sede de Montes Claros.



Figura 2.2.4.6-131 - Paróquia Nossa Senhora de Fátima/MG

- Região Fazenda Borá: Povoado Fazenda Borá, Povoado Pau Gonçalves, Povoado Me Livre e Chacreamento Alphaville (Montes Claros/MG).

Acessada por vicinal a partir da MG-308, a Região Fazenda Borá é formada por: Povoado Fazenda Borá; Chacreamento Alphaville; Povoado Pau Gonçalves e Povoado Me Livre. Estes povoados encontram-se no Lote 14, nas coordenadas UTM 631334E/8142761N, no Km 11,5 da LT, a 1,3 Km de distância da diretriz do traçado, lado esquerdo. Na localidade, também, foi identificado um clube esportivo Portal das Oliveiras. Esta região é formada, em sua maioria por casas de veraneio. No Povoado Fazenda Borá, residem 30 famílias; no Chacreamento Alphaville, 20 famílias; em Pau Gonçalves, 10 famílias e no Me Livre, 40 famílias.



Figura 2.2.4.6-132 - Residência no Povoado Fazenda Borá/MG



Figura 2.2.4.6-133 - Paisagem local/MG

Os moradores frequentam a Igreja Católica e Escola Municipal no Povoado Taquaril. A Prefeitura fornece transporte escolar.

As principais fontes de renda dos moradores da região são a criação de gado leiteiro, aposentadorias, plantio de feijão, cana (vendem rapadura) e milho. Os lotes têm em média 27 Ha e são documentados.

A referência em saúde, educação, comércio e serviços é a sede de Montes Claros. Em relação ao atendimento de saúde, os moradores da localidade recebem visitas regulares de agentes de saúde. No Povoado Fazenda Borá há atendimento médico agendado.

As principais atividades de lazer estão voltadas para festas na Igreja Católica no Povoado Me Livre e festas na sede de Montes Claros.

- Comunidade Rural Hollywood (Montes Claros/MG)

No Lote 14, acessado pela MG-308, nas coordenadas UTM 633475E/8142492N, no Km 111,3 da LT, a 0,9 km de distância da diretriz do traçado, lado direito, foi identificada a Comunidade Rural Hollywood, área com 10 casas de veraneio. O condomínio encontrava-se com o acesso fechado com cadeado.



Figura 2.2.4.6-134 - Placa da Comunidade Rural Hollywood/MG



Figura 2.2.4.6-135 - Entrada da Comunidade Rural Hollywood/MG

- Povoado Laranjal, Povoado Ponta do Morro / Mandaquaril (Montes Claros/MG)

No Lote 14, no município de Montes Claros, acessados por vicinal de terra, foram identificados os povoados de Laranjal e Ponta do Morro / Mandaquaril. O Povoado Laranjal localiza-se nas coordenadas

UTM 633499E/8148153N, no Km 105,8 da linha de transmissão, a 0,8 Km de distância da diretriz do traçado, lado esquerdo. É um povoado formado há mais de 100 anos, por fazendas que foram loteadas, e, hoje é área de descanso dos moradores de Montes Claros, com 15 casas de veraneio, 35 moradores fixos, totalizando 50 famílias. Nesta localidade foi identificada a Fazenda Brejinho, voltada para a criação de gado de corte e leiteiro.

O Povoado de Ponta do Morro localiza-se nas coordenadas UTM 632777E/8146347N, no Km 107,8 da LT, a 1,0 Km do eixo da LT, lado esquerdo. Neste povoado, com histórico de formação semelhante ao Povoado Laranjal, residem 40 famílias. No Povoado Ponta do Morro, as propriedades possuem, em média, 10 alqueires, e no Povoado Laranjal, entre 1 e 5 alqueires, sendo documentadas.



Figura 2.2.4.6-136 - Residência em Povoado Laranjal/MG



Figura 2.2.4.6-137 - ESF em Ponta do Morro/
Mandaquaril/MG

Em ambos os povoados a principal atividade produtiva é a pecuária, com criação de gado de corte e leiteiro, de suínos e aves, cujos ovos são vendidos ovos. A renda é complementada por aposentadorias, trabalho por diária (R\$50,00), nas mais de 40 fazendas da região, vaqueiros, caseiros, e do Programa Bolsa Família.

A referência em saúde, educação, comércio e serviços é a sede de Montes Claros. Em relação ao atendimento de saúde, os moradores das localidades recebem visitas regulares de agentes de saúde. No Povoado Ponta do Morro / Mandaquaril funciona uma Unidade de Estrutura de Saúde da Família.

Quanto à educação, as crianças cursam Ensino Fundamental, primeiro e segundo ciclo, no Povoado Zé Lima e concluem na sede municipal. A Prefeitura fornece transporte escolar.

Em relação à infraestrutura, as residências são abastecidas por poços artesanais geridos pela associação de moradores – cada família paga uma taxa de R\$ 25,00 para associação para a gestão da água e do plantio. Nos povoados atuam duas associações: Associação Riacho do Fogo e Associação Cruzinha de Laranjal. Neste trecho há estação de tratamento de água da COPASA.

Para o lazer, os moradores frequentam festas na Igreja Católica do Povoado Laranjal, torneios de futebol no campo do Povoado Zé Lima, bares e festas em Montes Claros. Nesta região, há uma importante área de lazer, a Fazenda Três Corações – um hotel fazenda que recebe muitos visitantes nos finais de semana (coordenadas UTM 634338E/8148977N), no Km 104,8 da LT, Lote 14.

- Povoado Barrocãozinho e Povoado Estrela Guia Guia (Montes Claros/MG)

Os Povoados Barrocãozinho e Estrela Guia Guia, com mais de 100 anos de existência, localizam-se no Lote 14, acessados pela BR-122, na mesma vicinal de terra do Povoado Rio Verde, nas coordenadas UTM 634420E/8157517N, no Km 96,2 da linha de transmissão, a 3,2 Km da diretriz do traçado, lado esquerdo. Os Povoados são formados por 30 famílias cada, que vivem da produção pecuária de gado de corte e leiteiro, sendo eu alguns moradores criam aves, aposentadorias, Programa Bolsa Família, diárias nas fazendas (R\$50,00), como mecânicos, trabalhando em posto combustível e em fazendas com carteira assinada nos povoados Rio Verde e Campos Elíseos.



Figura 2.2.4.6-138 - Residência no Povoado Barrocãozinho/MG



Figura 2.2.4.6-139 - Placa do Programa Água para Todos/MG

A referência regional é a sede de Montes Claros. Os moradores recebem visitas regulares de agentes de saúde e as crianças concluem os estudos na sede de Montes Claros, no bairro Facela. Há transporte escolar no Povoado e transporte público na BR-122 para a sede municipal.

Para o lazer, os moradores frequentam festas na sede municipal de Montes Claros e na Igreja Católica do Barrocãozinho, que conta também com uma Igreja Evangélica.

- Povoado Rio Verde (Montes Claros/MG)

Localizado no Lote 14 o Povoado Rio Verde é formado por fazendas e sítios, dentre eles o Sítio Dona Constância, e é acessado por vicinal a partir da BR-122. Situa-se nas coordenadas UTM 636879E/8158155N, no Km 95,1 da LT, a 1,0 Km da diretriz do traçado da linha de transmissão, lado esquerdo. Observou-se que outra linha de transmissão já corta o povoado, formado por 120 famílias.



Figura 2.2.4.6-140 - Residência do Povoado/MG



Figura 2.2.4.6-141 - Sítio Constância/MG

A principal atividade produtiva do povoado é a criação de gado de corte e leiteiro, complementada por aposentadorias, Programa Bolsa Família, diárias nas fazendas (R\$30,00), trabalho no comércio e serviços.

A referência regional é a sede de Montes Claros. Os moradores recebem visitas regulares de agentes de saúde e as crianças concluem os estudos na sede de Montes Claro, contando com transporte escolar.

Para o lazer os moradores frequentam festas na sede municipal de Montes Claros.

- Loteamento Belvedere (Francisco Sá/MG)

No Lote 14, acessado pela BR-251, nas coordenadas UTM 643595E/8163656N, no Km 87,4 da linha de transmissão, a 3,4 Km da diretriz do traçado, lado direito, encontra-se o Loteamento Belvedere, composto por 300 famílias, que em sua maioria, residem nas sedes dos municípios de Francisco Sá e Montes Claros e utilizam a localidade como balneário para passar os finais de semana.



Figura 2.2.4.6-142 - Residência no Loteamento Belvedere/MG

Os municípios citados são referência em saúde, educação, trabalho e compras para a população local. Os moradores da localidade trabalham no comércio, serviços e como funcionários públicos, em Francisco Sá. A renda é complementada por aposentadorias.

Em relação à infraestrutura de educação, as crianças na localidade estudam em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, no Povoado Camarinhas e concluem os estudos na sede municipal de Francisco Sá. Para isso, a prefeitura fornece transporte escolar. O nível de escolaridade da população local é médio.

Segundo os entrevistados, os moradores recebem visita mensal de agente de saúde e são encaminhados para as unidades de saúde de Francisco Sá, quando necessitam de tratamento especializado.

Além do transporte escolar os moradores contam com transporte público, com itinerário entre os municípios de Capitão Enéas e Francisco Sá.

No loteamento há associação de moradores, responsável pela gestão do poço artesiano, que distribui água para todas as residências. O tamanho aproximado dos lotes é de 4000 m² e 5000 m². Os moradores possuem o título das propriedades.

Para o lazer, frequentam bares e festas nas sedes municipais de Francisco Sá e Montes Claros, e nas Igrejas locais. No loteamento foram identificadas duas Igrejas: Católica e Evangélica.

- Povoados Riacho dos Carneiros e Lagoa Nova / Baixa do Feijão (Francisco Sá/MG)

Os povoados de Riacho dos Carneiros e Lagoa Nova / Baixa do Feijão, acessados pela rodovia BR-122 e estradas vicinais, estão situados, respectivamente, nas coordenadas 6453048185009 e UTM 645691E/8191250N, nos quilômetros 66,5 e 60,3 da LT, Lote 14, distantes da diretriz do traçado em 0,2 km.

Em Riacho dos Carneiros, há aproximadamente 200 famílias, distribuídas em lotes de tamanhos que variam até 50 hectares e que, normalmente, são de propriedade de seus moradores. Já em Lagoa Nova / Baixa do Feijão, os lotes variam de 50 a 500 ha. Não há informação sobre o número de famílias.

Ambas as localidades são marcadas pela saída de moradores em busca de trabalho, tanto em direção às grandes cidades como Montes Claros, quanto aos polos regionais que oferecem melhores ofertas, uma vez que suas produções agrícolas foram castigadas pela seca. Poucos conseguem produzir leite e vender em Montes Claros e alguns sobrevivem da aposentadoria.

Não há postos de saúde, no entanto, há a visita quinzenal de agente de saúde. Para acessar tanto atendimento médico, quanto escolas, os moradores deslocam-se para a sede municipal de Francisco Sá.

Em relação às formas de organização social, na localidade de Riacho dos Carneiros foi relatada a existência da Associação de Pequenos Produtores Rurais de São Domingo. Não foi citada a existência de área de relevante interesse social.



Figura 2.2.4.6-143 - Riacho dos Carneiros – Francisco Sá/MG



Figura 2.2.4.6-144 - Riacho dos Carneiros – Francisco Sá/MG



Figura 2.2.4.6-145 - Propriedade em Lagoa Nova/Baixa do Feijão – Francisco Sá/MG



Figura 2.2.4.6-146 - Propriedade em Lagoa Nova/Baixa do Feijão – Francisco Sá/MG

- Povoados Matos, Bengo e Boa Sorte (Francisco Sá/MG)

Os povoados Matos, Bengo e Boa Sorte são acessados por estradas vicinais e pela rodovia BR-122 (somente em Boa Sorte). Estão situados nas coordenadas UTM 648688E/8197787N, 653843E/8193517N e 651485E/8201533N, distantes da LT 5,6; 0,02 e 1,3 Km, e situados nos quilômetros 52,9; 55,0; 48,0 da LT, Lote 14, com aproximadamente 4, 6 e 20 famílias, respectivamente. Os lotes têm entre 50 a 500 hectares e, em geral, são de propriedade dos moradores locais.

A região é formada por fazendas e sítios, principalmente, de pecuária de corte, com a venda do gado em Montes Claros. Já os pequenos produtores têm como renda as diárias de trabalho nessas fazendas, além de benefícios sociais como o Programa Bolsa Família e aposentadoria.

Nos povoados não há infraestrutura básica de saúde, educação e serviços, fazendo com que os moradores busquem tais atendimentos/serviços nas sedes municipais de Francisco Sá (para moradores de Bengo e Matos) e Capitão Enéas (para moradores de Boa Sorte). Não há escolas, tampouco postos de saúde, no entanto, há visitas mensais realizadas por agentes de saúde.

Em relação às formas de organização social, foi relatada a existência da Associação de Moradores de Bengo e Associação de Moradores de Boa Sorte. Em Boa Sorte há duas igrejas, uma em funcionamento e uma em construção. Além disso, há um campo de futebol como área de lazer local.



Figura 2.2.4.6-147 - Bengo – Francisco Sá/MG



Figura 2.2.4.6-148 - Boa Sorte – Francisco Sá/MG



Figura 2.2.4.6-149 - Matos – Francisco Sá/MG



Figura 2.2.4.6-150 - Matos – Francisco Sá/MG



Figura 2.2.4.6-151 - Plantação de Milho - Matos –
Francisco Sá/MG



Figura 2.2.4.6-152 - Gado - Matos – Francisco Sá/MG



Figura 2.2.4.6-153 - Igreja em Boa Sorte – Francisco Sá /MG



Figura 2.2.4.6-154 - Igreja em construção - Boa Sorte – Francisco Sá /MG



Figura 2.2.4.6-155 - Campo de Futebol – Boa Sorte – Francisco Sá /MG



Figura 2.2.4.6-156 - Milharal – Boa Sorte - Francisco Sá /MG

- Povoados Boa Esperança e Jacará II (Francisco Sá/MG)

Os povoados de Boa Esperança e Jacará II, acessados pela rodovia BR-122, estão situados nas coordenadas UTM 657839E/8213798N e 653987E/8208639N, distantes da diretriz do traçado da LT em 0 e 1,0 km, respectivamente, situados nos quilômetros 34,0 e 40,8 da LT, com 50 famílias (Boa Esperança) e 4 famílias (Jacará II). Os lotes têm até 50 hectares em Boa Esperança e de 50 a 500 hectares em Jacará II e, em geral, são de propriedade dos moradores locais.

Nos povoados, algumas fazendas, com os recursos de irrigação, concentram-se na comercialização de leite e queijo, por meio da venda indireta para a Nestlé, em Montes Claros. O pequeno produtor rural em sua maioria tem como renda as diárias de trabalho nessas fazendas, além de receberem benefícios sociais como o Programa Bolsa Família e aposentadoria. O cultivo de cana, sorgo, milho e capim estão voltados, principalmente, para alimentação animal. Em Jacará II há a presença da empresa Feltrin Sementes, que realiza a compra de sementes debulhadas de quiabo, dos produtores rurais para posterior comercialização.

Em Jacará II não há atendimento médico, sequer através de visitas de agentes de saúde, levando a que seus moradores tenham que se deslocar até a sede municipal de Capitão Enéas para atendimento. Já em Boa Esperança, apesar de não haver posto de saúde, os agentes realizam visitas mensais. Da mesma forma, quando buscam atendimento mais completo, dirigem-se a Capitão Enéas, ou ainda, para o posto de saúde de São Geraldo.

Há uma escola em Boa Esperança, que vai até o nono ano do Ensino Fundamental. Assim, após completarem o Ensino Fundamental, seus alunos têm que se deslocar para São Geraldo ou Canabrava. Já para os alunos de Jacará II, como esse povoado não conta com escolas, há o deslocamento para a sede municipal de Capitão Enéas.

Em relação às formas de organização social foi relatada a existência da Associação de Moradores de Boa Esperança, além de uma igreja no povoado Boa Esperança.



Figura 2.2.4.6-157 - Jacará II – Francisco Sá /MG



Figura 2.2.4.6-158 - Jacará II – Francisco Sá /MG



Figura 2.2.4.6-159 - Jacará II – Francisco Sá/MG



Figura 2.2.4.6-160 - Jacará II – Francisco Sá /MG



Figura 2.2.4.6-161 - Jacará II – Francisco Sá /MG



Figura 2.2.4.6-162 - Jacará II – Francisco Sá /MG



Figura 2.2.4.6-163 - Boa Esperança – Francisco Sá/MG



Figura 2.2.4.6-164 - Boa Esperança – Francisco Sá/MG



Figura 2.2.4.6-165 - Boa Esperança – Francisco Sá/MG



Figura 2.2.4.6-166 - Boa Esperança – Francisco Sá /MG



Figura 2.2.4.6-167 - Igreja em Boa Esperança – Francisco Sá/MG



Figura 2.2.4.6-168 - Boa Esperança – Francisco Sá/MG

- Povoado São Geraldo (Francisco Sá, MG)

São Geraldo é formado por cerca de 400 famílias distribuídas em lotes de até 50 hectares, cujos moradores são em geral proprietários de suas terras. Acessado por estradas vicinais e pela rodovia BR-122, o povoado está localizado nas coordenadas UTM 666511E/8218373N, no quilômetro 24,6 da LT, a uma distância de 4,7 Km da diretriz do traçado.

É considerado um polo local para outras localidades, principalmente, para demandas em educação até o ensino médio, atendimento médico e pequenos comércios. O povoado oferece ensino até o terceiro ano do Ensino Médio, além de creche municipal e pré-escola. No tocante a saúde, há um posto de saúde, além de visitas realizadas mensalmente pelos agentes comunitários.

Como a atividade de agricultura (cultivo de mandioca, banana e feijão) e pecuária acaba sendo principalmente de subsistência, muitas pessoas, principalmente os jovens, têm buscado oportunidades de trabalho em Montes Claros.

Em relação as formas de organização social e práticas culturais, na localidade foi relatada a existência da Associação de Moradores de São Geraldo e a ocorrência da festa religiosa do dia de São Geraldo, além da festa de Iansã, em outubro. Há no povoado uma igreja e um cemitério.



Figura 2.2.4.6-169 - São Geraldo – Francisco Sá (MG)



Figura 2.2.4.6-170 - Cemitério – São Geraldo –
Francisco Sá (MG)



Figura 2.2.4.6-171 - São Geraldo – Francisco Sá (MG)



Figura 2.2.4.6-172 - Unidade Básica de Saúde – São
Geraldo - Francisco Sá (MG)



Figura 2.2.4.6-173 - Missa campal – São Geraldo – Francisco Sá (MG)



Figura 2.2.4.6-174 - Centro Social de São Geraldo – Francisco Sá (MG)

- Povoado Quem Quem (Janaúba-MG)

O povoado Quem Quem é formado por cerca de 50 famílias distribuídas em lotes de 50 a 500 hectares, cujos moradores são em geral proprietários de suas terras. Acessada por estradas vicinais e pela Rodovia BR-122, está localizado nas coordenadas UTM 662036E/8221374N no quilômetro 25,2 da LT, a uma distância de 0,6 km da LT, Lote 14.

Para serviços, em geral os moradores se deslocam até Janaúba. Em relação à acesso saúde e educação, apesar de não haver posto médico na localidade, há visitas mensais de agentes de saúde. Também não há escolas, fazendo com que os alunos se desloquem até São Geraldo para terem acesso a estudo. Não foi citada a existência de área de relevante interesse social.



Figura 2.2.4.6-175 - Acesso para Povoado Quem Quem - Janaúba (MG)

- Povoado Jataí (Janaúba-MG)

O povoado de aproximadamente 19 famílias, acessado pela Rodovia BR-122, Estrada do Jataí e Estrada do Balneário, localiza-se no quilômetro da LT 242,4, nas coordenadas UTM 681263E/8242467N, a 0,8 m da LT, Lote 15. Os lotes têm até 50 hectares e os moradores, em geral, são proprietários de suas terras.

Nessa localidade a principal fonte de renda dos moradores advém dos programas de transferência de renda e de aposentadoria dos idosos, tendo em vista a situação da seca, que prejudica a atividade agropecuária. Quando há o cultivo, principalmente de arroz, feijão, milho e sorgo, é prioritariamente para a subsistência das famílias e para alimentação do gado leiteiro, que produz leite também para consumo das famílias. Apesar disso, há a presença da atividade pecuária de corte, com a venda para abatedouros em Janaúba.

Para atendimento médico e acesso a educação, trabalho e compras, em geral os moradores se deslocam até Janaúba, ou ao povoado de Jatobá. Embora não haja postos no local, há a visita mensal de agente de saúde e atendimento médico através do Programa Saúde da Família.

Também não há escolas, (salvo uma denominada E. M. Joaquim Alípio de Brito, que não está em funcionamento pois está em reforma (coordenadas UTM 0681519E/8241925N)) fazendo com que os alunos se desloquem até Jatobá para estudar. Apesar de estar geograficamente mais próxima das escolas da sede municipal de Janaúba, os moradores estudam em escola municipal situada na localidade rural Jatobá, posto que o ensino nessa escola é mais voltado para questões do campo. Há na localidade uma preocupação com a permanência no campo e, segundo relatos, o estudo nessa escola permite que se evite as influências da cidade na vida das crianças.

Em relação às formas de organização social e práticas culturais, no povoado foi relatado a existência da Associação dos Produtores Rurais de Jataí e a ocorrência da festa religiosa de São José, em março. Nenhum morador citou uma área de relevante interesse social, no entanto, a visita em campo identificou uma igreja católica (coordenadas UTM 0681519E/ 8241925N).



Figura 2.2.4.6-176 – Igreja em Jataí e E. M Joaquim Alípio de Brito (em reforma).

- Povoado Poço de Santa Cruz (Janaúba-MG)

Poço de Santa Cruz é um povoado com cerca de 60 famílias, situado nas coordenadas UTM 686028E/8242306N, no quilômetro 238,3 da LT, Lote 15, distando 1,7 Km da LT. As principais vias de acesso são a Estrada do Balneário e a Rodovia BR-122. Os lotes do povoado variam de 50 a 500 hectares e a maioria dos moradores é proprietário das terras.



Figura 2.2.4.6-177 – Povoado Poço de Santa Cruz



Figura 2.2.4.6-178 – Escola Municipal e Igreja em Poço de Santa Cruz

Esse povoado é afetado pelas secas – que há cinco anos prejudicam as produções de milho, feijão, arroz, sorgo, algodão. Assim, os pequenos produtores dependem principalmente dos programas de transferência de renda e de aposentadoria dos idosos.

No tocante à infraestrutura de saúde e educação, há atendimento médico através do Programa Saúde da Família e a Escola Municipal Euclides de Santos Souza (coordenadas UTM 0686320E/8242577N) que vai até o nono ano do Ensino Fundamental. Após concluírem o ensino fundamental, os discentes vão para Jatobá ou Janaúba completar o Ensino Médio. Foi relatado que algumas pessoas da localidade conseguem acessar o ensino superior em Janaúba ou Montes Claros.

Em relação às formas de organização social, o povoado conta com a Associação Bem Para Todos (coordenadas UTM 0686320E/8242577N), em formação, mas que já se mobiliza em relação às questões da água, na iniciativa de projetos de irrigação e de captação da água da barragem de Gorutuba, bem como de questões envolvendo a falta de energia na localidade. Não foi citada a existência de área de relevante interesse social, no entanto, a equipe de campo identificou uma igreja ao lado da escola.

- Povoado Taquaril (Janaúba-MG)

Taquaril é formado por cerca de 120 famílias distribuídas em lotes até 50 hectares, cujos moradores são em geral proprietários de suas terras. Acessado pela Estrada do Balneário e pela Rodovia BR-122, o povoado está localizado nas coordenadas UTM 688721E/8243591N, no quilômetro da LT 236,1, Lote 15, a uma distância de 1,9 km da LT.



Figura 2.2.4.6-179 – Povoado Taquaril

Esse povoado é igualmente afetado pelas secas, que vêm prejudicando as produções de milho (plantação de milho – coordenadas UTM 0688702E/8244434N) feijão, e hortaliças. Assim, os pequenos produtores dependem principalmente de trabalhos informais, tanto em serviços na sede municipal de Janaúba, quanto nas fazendas dos arredores (principalmente nas de fruticultura), bem como as atividades sazonais em cidades que oferecem melhores ofertas de trabalho, como as do interior de São Paulo, sul de Minas Gerais e Paraná. Apesar disso, há um movimento de pessoas que voltam a residir no meio rural, mas que continuam trabalhando na cidade de Janaúba, uma vez que essa fica relativamente próxima e com um bom acesso, através da Estrada do Balneário e da Rodovia BR122.

Não há atendimento médico na localidade, assim os moradores buscam atendimento na Unidade Básica de Saúde de Janaúba. Também não há escolas, fazendo com que os alunos se desloquem até Jatobá para terem acesso a estudo.

No que tange à práticas culturais, foi relatada a comemoração do festejo de São João, em junho. Não foi citada a existência de área de relevante interesse social.

- Povoado Fazenda Aroeira e Fazenda Serafim (Francisco Sá-MG)



Figura 2.2.4.6-180 - Residência em Povoado Fazenda Aroeira



Figura 2.2.4.6-181 - Fazenda Serafim

Acessado por vicinal de terra, a partir da BR-251, no Lote 16, o Povoado Fazenda Aroeira foi identificado nas coordenadas UTM 649851E/8158427N, no Km 87,2 do empreendimento, a 1,6 Km do eixo da linha de transmissão, do lado esquerdo.

Nele, residem 10 famílias que residem em sítios e fazendas que variam entre 15 e 80 alqueires, documentados, e criam gado de corte e leiteiro. A produção é vendida para frigoríficos de Janaúba, para Goiás e Sergipe. Com o leite, os moradores fabricam queijo, que é vendido na região. Os moradores compõem sua renda com trabalho como vaqueiros com carteira assinada nas fazendas, por diárias, em serviços, e complementam com aposentadorias e o Bolsa Família. Vale destacar que outra linha de transmissão corta as fazendas do Povoado.

Os moradores recebem visitas regulares de agentes de saúde e fazem parte da Associação do Povoado Quilombinho. A referência regional é a sede de Montes Claros. Localmente, a referência é o Povoado Camarinhas, onde as crianças cursam o Ensino Fundamental, primeiro e segundo ciclo. Para isso, contam com transporte escolar fornecido pela prefeitura. Além do transporte escolar os moradores contam com ônibus de linha que ligam os municípios de Montes Claros e Francisco Sá. A maioria utiliza transporte próprio.

Os moradores frequentam o campo de futebol do Assentamento Serafim e festas na Igreja Católica da Fazenda Santa Maria (localizada nas coordenadas UTM 651510E / 8155602N).

▪ Projeto de Assentamento Serafim (Francisco Sá-MG)



Figura 2.2.4.6-182 - Residência no Assentamento Serafim (Francisco Sá-MG)



Figura 2.2.4.6-183 - Rua do Assentamento Serafim (Francisco Sá-MG)

Lote 16, acessado por vicinal de terra a partir da BR-251, nas coordenadas UTM 646205E/8160575N no Km 86,1 do empreendimento, a 5,7 km do eixo da linha de transmissão, do lado esquerdo, foi identificado o Assentamento Serafim, do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais – ITER. No ano de 2002, 20 famílias foram assentadas com o apoio da Prefeitura de Francisco Sá, em lotes de 24 Ha, 25 Ha e 26 Ha. Estas famílias possuem uma dívida coletiva e a Associação local busca a individualização desta para que os assentados possam buscar benefícios, tais como o Pronaf.

A referência local para os moradores do Assentamento é o Povoado Camarinhas que possui escola municipal de ensino fundamental e Unidade Básica de Saúde. A referência regional é a sede de Montes Claros. Os moradores recebem visitas regulares de agentes de saúde de Francisco Sá e as crianças concluem os estudos na sede de Montes Claros. Há transporte escolar no Assentamento.

Quanto às atividades produtivas, os assentados criam separadamente, gado de corte e leiteiro, e fazem parte da cooperativa Beija Flor em Francisco Sá. A carne é vendida em frigoríficos de Montes Claros. A renda é complementada pela aposentadoria, pelo Bolsa Família, por diária nas fazendas (30,00), trabalho no comércio e serviços.

No Assentamento há uma Igreja Católica, que realiza festa junina em 17 de Junho. Os moradores frequentam, também, festas na sede de Montes Claros e torneios de futebol no Povoado Camarinhas, em Francisco Sá.

- Povoados Quilombinho e Vaca Brava (Francisco Sá-MG)

Os Povoados Quilombinho e Vaca Brava, no Lote 16, foram identificados nas coordenadas UTM 653984E/8164760N, no Km 80,0 da linha de transmissão, a 0,7 km de distância do eixo do empreendimento, do lado direito. Acessado por vicinal de terra a partir da BR-251, o Povoado Quilombinho é formado por 8 famílias e o Povoado Vaca Brava por 6 famílias. Estas famílias residem em lotes possuem em média 100 alqueires, documentados.

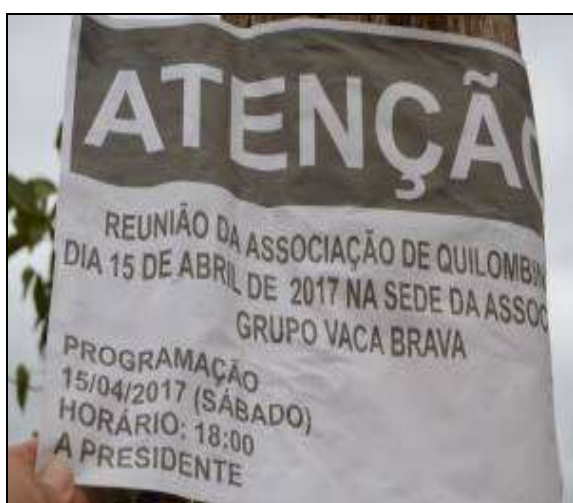


Figura 2.2.4.6-184 - Convocação de reunião de associação de moradores de Quilombinho (Francisco Sá-MG)



Figura 2.2.4.6-185 - Sede da Associação Grupo Vaca Brava (Francisco Sá-MG)

De acordo com os entrevistados, esta região é formada pelos povoados: Coqueiro, Mangues, Fazenda São Paulinho, Vaca Brava e Quilombinho.

A principal atividade produtiva dos povoados é a criação de gado de corte e de aves. A produção é distribuída para frigoríficos da região. Os moradores dos povoados trabalham como funcionários das fazendas com carteira assinada ou recebendo diárias. A renda é complementada com o programa Bolsa Família e aposentadorias.

A referência em saúde e educação, e acesso ao comércio e serviços é a sede de Francisco Sá. O Povoado Coqueiro também é apontado pelos moradores como referência local.

Os moradores recebem visita mensal de agente de saúde. O mesmo agente atende os povoados Quilombinho, Vaca Brava e Fazenda São Paulinho.

As crianças dos povoados estudam na sede de Francisco Sá. Para isso a prefeitura fornece transporte escolar. Os moradores também contam com transporte público para a sede municipal, na BR-251, o ônibus de linha que faz o itinerário Coqueiro-Francisco Sá.

Quanto ao lazer, no Povoado Quilombinho há campo de futebol e festas. Os moradores de toda a região frequentam festas na sede municipal e na Igreja de São Paulinho.

- Povoado Fazenda São Paulinho (Francisco Sá-MG)



Figura 2.2.4.6-186 - Residência no Povoado São Paulinho (Francisco Sá-MG)



Figura 2.2.4.6-187 - Residência no Povoado Vaca Brava (Francisco Sá-MG)

Acessado por vicinal de terra a partir da BR-251, o Povoado Fazenda São Paulinho, no Lote 16, foi identificado nas coordenadas UTM 653286E/8170758N, no Km 74,4 da linha de transmissão, a 1,6 Km do eixo do empreendimento, do lado esquerdo. O Povoado surgiu a partir do loteamento de uma fazenda de mais de 100 anos. Nele, residem 20 famílias, em lotes de 4 Ha documentados.

Em São Paulinho moradores recebem visita mensal de agente de saúde e atendimento médico na associação de moradores. Após diagnóstico são encaminhados para as unidades de saúde na sede.

No Povoado São Paulinho identificou-se uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, primeiro ciclo. A conclusão dos estudos é realizada na sede de Francisco Sá. Além do transporte escolar fornecido pela prefeitura, os moradores contam com transporte público para a sede municipal, na BR-251.

A principal atividade econômica em São Paulinho é a pecuária, com criação de gado de corte. Em consequência da extrema seca na região, esta atividade encontra-se diminuída, pois sem chuva não há

como plantar alimentos para o gado. Desta forma, a renda é complementada por aposentadorias, diárias em fazendas da região, faxinas, Bolsa Família e serviços. O nível de desemprego é altíssimo, nesta área.

No Povoado Fazenda São Paulinho, para o lazer, os moradores fazem torneios em um campo de futebol e frequentam festas na sede municipal. No local, há uma Igreja Católica, onde ocorrem alguns eventos religiosos.

- Projeto de Assentamento Serrador (Francisco Sá-MG)



Figura 2.2.4.6-188 - Residência de assentado (Francisco Sá-MG)



Figura 2.2.4.6-189 - Rua do PA Serrador (Francisco Sá-MG)

Na BR-251, localizado no Lote 16, nas coordenadas UTM 655651E/8174637N no Km 70,0 da linha de transmissão, a 0,2 Km do eixo do empreendimento, do lado direito, foi identificado o Projeto de Assentamento Serrador. O PA foi formado há 17 anos após compra e loteamento de fazenda, pelo INCRA. Ao todo 30 famílias foram assentadas, e cada uma recebeu 11 Ha – 1 Ha para construir a residência e 10 Ha para a produção.

A referência em saúde e educação é a sede de Francisco Sá. Os moradores recebem visita mensal de agente de saúde. Além do transporte escolar, os moradores contam com transporte público para a sede municipal. De acordo com os entrevistados, os jovens migram para as sedes de municípios como Montes Claros, em busca de oportunidades de trabalho.

No Assentamento há associação de moradores atuante na gestão e distribuição da água e assessoria sobre as aposentadorias rurais. A associação organiza manifestações na sede municipal pelos direitos dos assentados.

Os assentados trabalham no comércio, em serviços, posto de combustível. Tem como principal atividade econômica a pecuária de corte e leiteira. A renda é complementada por trabalhos por diárias (de cerca de 40 reais), aposentadoria e Bolsa Família. Na localidade há horta de temperos por gotejamento e uma propriedade com irrigação.

No assentamento, para o lazer, foram identificados três bares e um campo de futebol. Os moradores também frequentam festas na sede de Francisco Sá. Segundo os assentados há celebração de missa na associação de moradores uma vez por mês.

- Povoados Arrozi e Traçadal (Francisco Sá-MG)

Os povoados de Arrozi e Traçadal, de aproximadamente 30 e 50 famílias, acessados por estradas vicinais, estão situados nas coordenadas UTM 659292E/8186518N e 661565E/8186299N, distam 0,4 e 1,8 km da LT, situados nos quilômetros 57,6 e 57,0 da LT. Os lotes têm até 50 hectares e, em geral, são de propriedade dos moradores locais.

São predominantemente formados por fazendas de gado de corte. O gado é vendido para Francisco Sá, inclusive em leilões que atraem compradores de diversos lugares do país. Os pequenos produtores rurais dependem, principalmente, das diárias de trabalho nessas fazendas e benefícios sociais. O cultivo de capim, sorgo e soja são para alimentação animal.

Não há postos de saúde, no entanto há a visita mensal de agente de saúde. Para acessar o Ensino Fundamental, os moradores se deslocam até Junco, localidade mais próxima, que disponibiliza estudo para os povoados vizinhos. Para o acesso a escolas de ensino médio os moradores vão até a sede municipal de Francisco Sá, assim como para atendimento médico.

No que tange às formas de organização social, foi relatada a existência da Associação do Traçadal. Há em Traçadal duas igrejas, uma evangélica e uma católica que está em construção.



Figura 2.2.4.6-190 - Arrozi – Francisco Sá (MG)



Figura 2.2.4.6-191 - Plantação em Arrozi – Francisco Sá (MG)



Figura 2.2.4.6-192 - Traçadal – Francisco Sá (MG)



Figura 2.2.4.6-193 - Traçadal – Francisco Sá (MG)

- Povoado Coqueirinho (Francisco Sá-MG)

O povoado de aproximadamente 15 famílias, acessado por estradas vicinais, localiza-se no quilômetro da LT 57,3, nas coordenadas UTM 655995E/8188101N, a 4,1 Km da LT, Lote 16. Os lotes variam de 50 a 500 hectares e os moradores, em geral, são proprietários de suas terras.



Figura 2.2.4.6-194 – Povoado Coqueirinho (Francisco Sá-MG)

Nessa localidade a principal fonte de renda dos moradores advém da pecuária leiteira, além de serviços na prefeitura e das diárias de trabalho em fazendas ou do trabalho em carvoarias. Parte do leite é vendida em Francisco Sá e Uberaba, e outra parte é para consumo das famílias. Da mesma forma, o cultivo de feijão, milho e hortaliças é para subsistência e o sorgo para alimentação animal (plantação de sorgo – coordenadas UTM 655912E/8191055N).

Para atendimento médico, acesso a educação, trabalho e compras, em geral os moradores se deslocam até Francisco Sá, ou à localidade de Junco. No tocante à infraestrutura de saúde e educação, não há postos de saúde no local e a escola disponibiliza estudo até o quinto ano do Ensino Fundamental, fazendo com que os alunos se desloquem até Francisco Sá para completar o ensino.

Em relação às formas de organização social e práticas culturais, na localidade foi relatada a existência da Associação de Moradores de Coqueirinho e a ocorrência da festa religiosa de Santo Antônio em junho. Não foi citada a existência de área de relevante interesse social.

- Povoado Junco (Francisco Sá-MG)

Junco é formado por cerca de 180 famílias distribuídas em lotes de 50 a 500 hectares, cujos moradores são em geral proprietários de suas terras. Acessado por estradas vicinais, o povoado está localizado nas coordenadas UTM 0655939E/8189338N, no quilômetro 56 a uma distância de 4,5 km da LT, Lote 16.



Figura 2.2.4.6-195 – Casa no Povoado Junco
(Francisco Sá-MG)

É considerado um polo local para outras localidades, principalmente no que diz respeito à educação. Há uma escola com ensino disponível até o quinto ano do Ensino Fundamental (E.M. Almirante Barroso, nas coordenadas UTM 0657316E/8188531N) além de creches municipais e pré-escola. No entanto, para completar o ensino, os alunos acessam escolas de Janaúba.

No tocante a saúde, apesar de não haver unidade de saúde no local, há presença de agentes de saúde que realizam visita uma vez ao mês, muito embora tenha sido relatado que não realizam visitas desde o meio do ano passado. O acesso a Unidades Básicas de Saúde se dá em Francisco Sá.

Como a atividade de agricultura acaba sendo principalmente de subsistência, muitas pessoas, principalmente os jovens, têm buscado oportunidades de trabalho nas cidades, tanto no comércio, quanto nos órgãos públicos municipais, além de irem em busca de trabalhos sazonais de corte de cana em São Paulo. Foi relatado que algumas pessoas, sobretudo pais de família, que foram para o interior de São Paulo, acabaram ficando por lá, devido as melhores ofertas de trabalho, gerando assim uma diminuição do número de habitantes.

Em relação às formas de organização social e práticas culturais, na localidade foi relatada a existência da Associação de Moradores de Junco e a ocorrência da festa religiosa do Vale dos Santos. Não foi citada a existência de área de relevante interesse social, no entanto, a equipe de campo identificou uma igreja, ao lado da Escola Municipal Almirante Barroso.



Figura 2.2.4.6-196 – Igreja e E. M. Almirante Barroso em Junco (Francisco Sá-MG)

- Povoados Baixa Fria, Barreira do Totó, Furado Dantas e Córrego do Charquinho (Francisco Sá-MG)

Os povoados de Baixa Fria, Barreira do Totó, Furado Dantas e Córrego do Charquinho são próximos uns dos outros e têm características muito semelhantes. Acessados por estradas vicinais, têm aproximadamente 15 famílias residindo em cada local. Com exceção de Baixa Fria, que tem lotes de 50 a 500 hectares, nos outros povoados os lotes vão até 50 hectares e têm, na sua maioria, moradores como proprietários das terras.

Baixa fria dista 4,0 Km da LT e está localizado nas coordenadas UTM 658398E/8195008N, no quilômetro 49,8. Barreira do Totó está localizada nas coordenadas UTM 661628E/8196806N, a uma distância de 1,6 km da LT, quilômetro 47,1. Já Furado Dantas está situado nas coordenadas UTM 660127E/8199173N, distando 3,9 km da LT, quilômetro 45,5 da LT. Por sua vez, Córrego do Charquinho nas coordenadas UTM 662661E/8199880N, dista 1,8 km da LT e se encontra no quilômetro 43,9. Todas situam-se no Lote 16, lado esquerdo.

Essas localidades são marcadas pela saída de pessoas para Montes Claros em busca de trabalho, uma vez que suas produções agrícolas foram castigadas pela seca (plantação de milho e sorgo – coordenadas UTM 660999E/8198208N). No entanto, em lugares onde há uma maior capacidade de mobilização na comunidade, os produtores conseguem se organizar para manter suas produções e comercializá-las. A Associação de Pequenos Produtores de Baixa do Charquinho e a Cooperativa Coopernorte são bastante atuantes, tanto no recolhimento do leite do gado dos associados/cooperativados para a venda em

Montes Claros (pasto – coordenadas UTM 662108E/8195237N), quanto no programa de captação de água através de poço artesiano comunitário.

Nessas localidades não há atendimento através de Unidades Básicas de Saúde, tampouco por visitas de agentes de saúde. O atendimento para os moradores dessa região se dá em Baixa do Charquinho (coordenadas UTM 0662638E/8199771N). No que tange à educação, tampouco há escolas. Seus alunos acessam o ensino em Terra Quebrada ou Canabrava, em Francisco Sá.

Nenhum morador citou uma área de relevante interesse social. No entanto, a visita em campo identificou uma igreja em Córrego do Charquinho (coordenadas UTM 0662661E/8199880N), onde é comemorada a festa de São Pedro e uma capela em Barreira do Totó (coordenadas UTM 661628E/8196806N).



Figura 2.2.4.6-197 - Baixa Fria – Francisco Sá (MG)



Figura 2.2.4.6-198 - Baixa Fria – Francisco Sá (MG)



Figura 2.2.4.6-199 - Barreira do Totó – Francisco Sá (MG)



Figura 2.2.4.6-200 - Furado Dantas – Francisco Sá (MG)

- Povoado Barroquinha (Janaúba-MG)

O povoado de aproximadamente 73 famílias, acessado por estradas vicinais e pela Rodovia BR-122, localiza-se no quilômetro 13,7; nas coordenadas UTM 673297E/8227795N, a 1,5 km da LT. Os lotes têm até 50 hectares e os moradores, em geral, são proprietários de suas terras.

Esse povoado é afetado pelas secas que há cinco anos prejudicam as produções de milho, feijão, arroz, sorgo. Assim, os pequenos produtores dependem principalmente dos programas de transferência de renda e de aposentadoria dos idosos. Quando há o cultivo de arroz, feijão, milho e sorgo, é prioritariamente para a subsistência das famílias e para alimentação animal. A produção de fruticultura de banana e manga é realizada por grandes fazendas da região.

Para atendimento médico, trabalho e compras, em geral os moradores se deslocam até Janaúba. No tocante à infraestrutura de saúde, não há postos no local, apenas a visita quinzenal de agentes de saúde e atendimento médico através do Programa Saúde da Família.

Há uma escola com ensino disponível até o quinto ano do Ensino Fundamental (nas coordenadas UTM 672674E/8227876N). No entanto, para completar o ensino, os alunos acessam escolas de Janaúba.

Em relação às formas de organização social, na localidade foi relatada a existência da Associação de Pequenos Produtores de Barroquinha que se mobiliza para realizar reformas de casas, além de captar água da barragem (próxima da localidade) e controlar o recebimento de água potável através de caminhões pipa, já que, desde o início das secas, a localidade sofre com a falta de chuvas, inutilizando as cisternas instaladas na região pelo Programa Água Para Todos.

Como prática cultural, foi relatada a ocorrência da festa religiosa de Nossa Senhora de Santana em julho. No povoado há uma praça onde há uma igreja, escola e um espaço pra ginástica (coordenadas UTM 673540E/8227917N). Foi relatada a existência de um campo de futebol como área de lazer.



Figura 2.2.4.6-201 - Barroquinha – Janaúba (MG)



Figura 2.2.4.6-202 - Escola – Barroquinha – Janaúba (MG)



Figura 2.2.4.6-203 - Igreja e Praça - Barroquinha – Francisco Sá (MG)



Figura 2.2.4.6-204 - Escola - Barroquinha – Janaúba (MG)

2.2.4.6.4.1.5 - Trecho 5 - Nova Porteirinha; Porteirinha; Pai Pedro; Catuti (MG)

a) Perfil de Ocupação

No trecho que abriga os municípios de Nova Porteirinha; Porteirinha; Pai Pedro e Catuti, todos pertencentes ao estado de Minas Gerais, identificou-se a existência de 15 localidades, a maioria povoado, além da sede de Catuti e do distrito Mulungu, em Porteirinha.

Esse trecho é caracterizado por pequenos núcleos urbanos, que antes eram aglomerados de pequenas propriedades rurais, como Catuti e Mulungu, havendo uma infraestrutura, ainda que pequena, tanto de

serviços, quanto nas áreas de saúde e educação. O povoado de Paraguaçu em Nova Porteirinha surgiu da ocupação de pessoas indenizadas a partir da criação da Barragem Bico da Pedra no final dos anos 1970. A localidade de Ilha do Getúlio/Gorutuba (Nova Porteirinha), por sua vez, fica inserida no Distrito de Irrigação do Perímetro de Gorutuba e tem características semelhantes à de Paraguaçu.

Pode-se dizer que esse trecho é bastante crítico no que diz respeito às formas de obtenção de renda, especialmente porque a seca afetou essa área de forma ainda mais intensa do que no trecho anterior. Ainda que Ilha do Getúlio/Gorutuba esteja inserida no Distrito de Irrigação do Perímetro de Gorutuba e Paraguaçu também seja beneficiada pelo projeto de irrigação, esses recursos só atingem grandes produtores e empresas. Os pequenos produtores em todo o trecho são bastante afetados pela seca, já que não há programas voltados para a irrigação nessa área, ou quando há, não chegam para os mesmos.

Em localidades como Paraguaçu (Nova Porteirinha), Canabrava (Porteirinha) e Salinas (Pai Pedro), os poucos produtores rurais que cultivam milho, capim, sorgo, mandioca, arroz, feijão e leite, o fazem para subsistência, pois tiveram suas produções afetadas pelas secas.

Em Paraguaçu, além do plantio de arroz, feijão e milho para subsistência, há áreas de plantio de eucalipto (utilizando a irrigação) de propriedade de grandes fazendeiros para a venda para empresas madeireiras. Já em Canabrava, há ainda a atividade pecuária, principalmente para a produção de leite e queijo.

A renda das famílias nesse trecho fica por conta, principalmente, da aposentadoria dos mais velhos (que sustentam seus núcleos familiares); de serviços na cidade, como na localidade de Mulungu; e do trabalho sazonal na colheita do café ou no corte da cana em São Paulo, Mato Grosso e no sul de Minas Gerais, como ocorre em Barreiro Dantas. Houve relatos sobre o corte dos benefícios do Bolsa Família na região, por isso, apenas algumas pessoas são beneficiárias do programa em localidades como Barreiro Dantas e Mulungu em Porteirinha.

No município de Catuti, além do relato acerca do trabalho com serviços e na prefeitura, foi informada a presença do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Governo Federal, que promove o acesso à alimentação através do incentivo à agricultura familiar, com a compra de alimentos produzidos pelos pequenos produtores, destinando-os para famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Os povoados de Água Branca, Furada da Roda, Baixa do Barreiro, Furado Grande, Vila Caxingó e Lagoinha, todos em Porteirinha, foram agrupados nesse estudo por terem características muito semelhantes e seguem a mesma lógica de Barreiro Dantas. O mesmo ocorre em Pai Pedro, onde os povoados de Salinas, Miranto e Atrás dos Morros também são bastante semelhantes.

b) Caracterização das Localidades Identificadas no Trecho 5

Quadro 2.2.4.6-18 - Localidades identificadas no Trecho 5 – Lote 14

UF	Município	Localidade	Tipo	No. de Famílias	KM da LT	Distância da LT (km)	Lado da LT	E (UTM 23S)	N (UTM 23S)
MG	Nova Porteirinha	Gorutuba/Ilha de Getúlio	Povoado	Não informado	214,7	2,3	Direito	682679	8268690
MG	Nova Porteirinha	Paraguaçu	Povoado	100	212,6	0,5	Direito	684223	8271032
MG	Pai Pedro	Salinas	Povoado	100	183,7	2,3	Esquerdo	704768	8290400
MG	Catuti	Catuti	Sede Municipal	902	166,8	0,7	Direito	717790	8301524

Fonte: Ecology Brasil, 2017.

Quadro 2.2.4.6-19 - Localidades identificadas no Trecho 5 – Lote 16

UF	Município	Localidade	Tipo	No. de Famílias	KM da LT	Distância da LT (km)	Lado da LT	E (UTM 23S)	N (UTM 23S)
MG	Porteirinha	Canabrava	Povoado	8	226,5	1,2	Direito	690282	8253529
MG	Porteirinha	Barreiro Dantas	Povoado	70	210,8	1,6	Direito	701858	8262628
MG	Porteirinha	Mulungu	Distrito	100	210,7	1,4	Direito	701772	8262867
MG	Porteirinha	Água Branca	Povoado	50	204,5	2,0	Direito	706425	8267138
MG	Porteirinha	Baixa do Barreiro	Povoado	12	200,1	1,0	Esquerdo	707793	8272315
MG	Porteirinha	Furada da Roda	Povoado	12	199,3	0,2	Direito	709170	8271949
MG	Pai Pedro	Miranto	Povoado	15	198,8	2,6	Esquerdo	707654	8274355
MG	Porteirinha	Vila Caxingó	Povoado	15	191,7	2,8	Direito	716334	8274452
MG	Porteirinha	Furado Grande	Povoado	15	186,7	2,2	Direito	720169	8279095
MG	Porteirinha	Lagoinha	Povoado	100	184,6	0,4	Esquerdo	718811	8282311
MG	Pai Pedro	Atrás dos Morros	Povoado	15	181,1	0,1	Direito	720121	8285589

Fonte: Ecology Brasil, 2017.

- Povoado Gorutuba/Ilha de Getúlio e Povoado Paraguaçu (Nova Porteirinha-MG)

Os povoados Gorutuba/Ilha de Getúlio e de Paraguaçu, acessados por estradas vicinais, estão situados, respectivamente, nas coordenadas UTM 682679E/8268690N e 684223E/8271032N, distantes da LT em 2,3 e 05, Km e situados nos quilômetros 214,7 e 212,6, Lote 14.



Figura 2.2.4.6-205 - Povoado Paraguaçu (Nova Porteirinha-MG)



Figura 2.2.4.6-206 - Distrito de Irrigação do Perímetro Gorutuba (Nova Porteirinha-MG)

Em Paraguaçu, há aproximadamente 100 famílias, distribuídas em lotes de tamanhos chegam até 50 hectares. Os moradores, em geral, não tem o título de propriedade de suas terras. O povoado surgiu da ocupação de pessoas indenizadas a partir da criação da Barragem Bico da Pedra no final dos anos 1970. Já em Gorutuba/Ilha de Getúlio os lotes têm até 50 ha, mas não há a informação sobre o número de famílias. O povoado fica inserido no Distrito de Irrigação do Perímetro de Gorutuba e tem características semelhantes ao de Paraguaçu.

No entanto, mesmo a região sendo beneficiada pelo projeto de irrigação, nessas localidades esse projeto só atinge grandes produtores e empresas, como as áreas de plantio de eucalipto (utilizando a irrigação) de grandes fazendeiros para a venda para empresas madeireiras em Paraguaçu. Os poucos produtores rurais que cultivam arroz, feijão e milho o fazem para subsistência, pois tiveram suas produções afetadas pelas secas.

No que tange a atendimento médico, em Paraguaçu há um posto de saúde, que é referência para localidades de seu entorno. Há também atendimento prestado pelos agentes de saúde através das visitas domiciliares, realizadas semanalmente.

Paraguaçu conta com a Escola Municipal Rui Barbosa (coordenadas UTM 0684111E/8269747N), disponibilizando estudo completo até o terceiro ano do Ensino Médio, sendo referência para os povoados de seu entorno, inclusive de Gorutuba/Ilha de Getúlio, pois lá há escola apenas até o Ensino Fundamental.

Em relação às formas de organização social, na localidade de Paraguaçu foi relatada a existência da Cooperativa de Pequenos Produtores de Paraguaçu. No povoado há uma praça onde há uma igreja e a escola (mesmas coordenadas UTM 0684111E/Y 8269747N). Foi relatada a existência de um campo de futebol como área de lazer e um cemitério no povoado.



Figura 2.2.4.6-207 – Igreja na praça de Paraguaçu (Nova Porteirinha-MG)



Figura 2.2.4.6-208 – Escola Estadual Rui Barbosa na praça de Paraguaçu (Nova Porteirinha-MG)

- Povoado Salinas (Pai Pedro-MG)

Salinas tem aproximadamente 100 famílias distribuídas em lotes de 50 a 500 hectares, com acesso através de estradas vicinais, distante 2,3 km da LT, localizando-se nas coordenadas UTM 704768E/8290400N, no quilômetro 183,7, Lote 14.



Figura 2.2.4.6-209 – Povoado Salinas (Nova Porteirinha-MG)

No que tange à produção, os poucos produtores rurais que cultivam milho e mandioca o fazem para subsistência, pois tiveram suas produções afetadas pelas secas.

Em relação à educação, por não haver escolas rurais próximas os estudantes vão para a sede municipal de Pai Pedro, que conta com uma infraestrutura mais organizada. Em relação ao atendimento médico, apesar de não haver posto médico no povoado, há visitas regulares mensais de agentes de saúde. Para receber atendimento médico, os moradores desse povoado vão a sede municipal de Pai Pedro.

Em relação às formas de organização social e práticas culturais, não foram relatadas a existência de associações ou a ocorrência de manifestações ou festas culturais/religiosas. Também não foi citada a existência de áreas de relevante interesse social.

- Sede municipal de Catuti (MG)

A sede de Catuti é formada por aproximadamente 902 famílias. As mesmas são distribuídas em lotes, geralmente terrenos pequenos, de até 50 hectares, cujos moradores são em geral proprietários de suas terras. Acessada por estradas vicinais, está localizado nas coordenadas UTM 717790E/8301524N, no quilômetro 166,8, a uma distância de 0,7 km da LT.



Figura 2.2.4.6-210 – Sede municipal de Catuti (MG)



Figura 2.2.4.6-211 – Sede municipal de Catuti (MG)

Se caracteriza por ser um pequeno município (antes composto por aglomerados de pequenas propriedades rurais), havendo uma infraestrutura, ainda que pequena, tanto de serviços, quanto nas áreas de saúde e educação, sendo considerado um polo local para outras localidades de seu entorno.

Há no local um posto de saúde, com atendimento médico disponível para seus moradores e para pessoas de povoados vizinhos. Em relação à educação, há uma escola municipal e uma escola estadual (E. E. José Barbosa Sousa), com turmas até o último ano do Ensino Médio, sendo referências também para moradores dos povoados vizinhos.

As principais fontes de renda de seus moradores advêm do Bolsa Família e do Bolsa Escola, de serviços na sede municipal de Porteirinha e do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, do Governo Federal, que promove o acesso à alimentação através do incentivo a agricultura familiar, com a compra de alimentos produzidos pelos pequenos produtores, destinando-os para famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Em relação às formas de organização social e práticas culturais, na localidade foi relatada a existência da Associação de Moradores de Catuti, bem como do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catuti. Foi relatada a ocorrência das festas de São João em junho, Bom Jesus da Lapa em agosto e da vaquejada, também em agosto. Foi relatada a existência de uma quadra poliesportiva e um campo de futebol como áreas de lazer, além de um cemitério.



Figura 2.2.4.6-212 – Escola Estadual José Barbosa Sousa em Catuti (MG)



Figura 2.2.4.6-213 – Campo de futebol em Catuti (MG)

- Povoado Canabrava (Porteirinha-MG)

O povoado de aproximadamente 8 famílias, acessado por estradas vicinais, localiza-se no quilômetro 226,5, nas coordenadas UTM 690282E/8253529N, a 1,2 km da LT, Lote 15. Os lotes têm até 50 hectares e os moradores, em geral, são proprietários de suas terras.



Figura 2.2.4.6-214 – Povoado Canabrava (Porteirinha-MG)



Figura 2.2.4.6-215 – Igreja em Canabrava (Porteirinha-MG)

Esse povoado é afetado pela seca, fazendo com que os pequenos produtores dependam principalmente dos programas de transferência de renda como o Bolsa Família para sobreviverem. Apesar disso, foi relatada a atividade pecuária leiteira, para a produção de leite e queijo, e o cultivo de capim e sorgo para alimentação animal.

Não há nesse povoado atendimento médico, sequer através das visitas dos agentes de saúde. Assim, os moradores buscam atendimento no povoado de Bom Jesus. No tocante à infraestrutura de educação, também não há escolas, fazendo com que os alunos se desloquem também até Bom Jesus para acessar o Ensino Fundamental e Janaúba para completar estudo.

Em relação às formas de organização social, na localidade foi relatada a existência da Associação Canabrava. Foi citada a existência de uma igreja no povoado (coordenadas UTM 696833E/ 8259429N).

- Distrito de Mulungu (Porteirinha/MG)

Mulungu é formado por cerca de 100 famílias distribuídas em lotes, geralmente terrenos pequenos, de até 50 hectares, cujos moradores são em geral proprietários de suas terras. Acessado por estradas vicinais e pela Rodovia BR-122, está localizado nas coordenadas UTM 701772E/8262867N, no quilômetro 210,7, a uma distância de 1,4 km da LT no Lote 15.

Se caracteriza por ser um pequeno núcleo urbano (antes composto por aglomerados de pequenas propriedades rurais), havendo uma infraestrutura, ainda que pequena, tanto de serviços, quanto nas áreas de saúde e educação, sendo considerado um polo local para outras localidades de seu entorno.

O posto de saúde de Mulungu conta com atendimento médico disponível para seus moradores e para pessoas de localidades vizinhas. No que tange a educação, a Escola Municipal Antônio Santos disponibiliza o ensino completo, até o último ano do Ensino Médio, e recebe alunos de seu distrito e dos povoados vizinhos. Os estudantes de Mulungu também tem a opção de buscar o Ensino Médio na sede municipal de Porteirinha. Há ainda no local uma creche municipal.

A renda das famílias fica por conta, principalmente, da aposentadoria dos mais velhos (que sustentam seus núcleos familiares) e de serviços na sede municipal de Porteirinha. Houve relatos sobre o corte dos benefícios do Bolsa Família na região, por isso, apenas algumas pessoas são beneficiárias do programa. Os poucos produtores rurais que cultivam mandioca e feijão o fazem para subsistência.

Em relação às formas de organização social e práticas culturais, na localidade foi relatada a existência da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Mulungu e da Associação de Moradores de Mulungu, além

da ocorrência das festas religiosas de São João em junho, Santana em julho e Nossa Senhora da Saúde em setembro. Há uma quadra poli esportiva e um campo de futebol como áreas de lazer.



Figura 2.2.4.6-216 – Igreja em Mulungu –
Porteirinha (MG)



Figura 2.2.4.6-217 – Praça e Posto de Saúde em
Mulungu - Porteirinha (MG)



Figura 2.2.4.6-218 - Praça em Mulungu – Porteirinha
(MG)



Figura 2.2.4.6-219 – Escola em Mulungu – Porteirinha
(MG)

- Povoados Barreiro Dantas, Água Branca, Furada da Roda, Baixa do Barreiro, Furado Grande, Vila Caxingó e Lagoinha

Os povoados de Barreiro Dantas, Água Branca, Furada da Roda, Baixa do Barreiro, Furado Grande, Vila Caxingó e Lagoinha têm características muito semelhantes. Nessa região, os lotes têm até 50 hectares e, em geral, os moradores são os proprietários de suas terras.

O povoado de Barreiro Dantas, acessado por estradas vicinais e pela Rodovia BR-122, tem aproximadamente 70 famílias, fica distante a 1,6 km da LT e está situado nas coordenadas UTM 701858E/8262628N, no quilômetro 210,8.

Água Branca, com acesso por estradas vicinais e pela Rodovia BR-122, tem aproximadamente 50 famílias, dista 2,0 km da LT e está situado nas coordenadas UTM 706425E/8267138N, no quilômetro 204,5.

Furada da Roda tem acesso através de estradas vicinais e pelas rodovias Bertolino Batista de Oliveira e BR-122, com aproximadamente 12 famílias, distante 0,2 km da LT, e localiza-se nas coordenadas UTM 709170E/8271949N, no quilômetro 199,3.

Baixa do Barreiro é acessado também pelas estradas vicinais e rodovias Bertolino Batista de Oliveira e BR-122, tendo aproximadamente 12 famílias, fica distante 1,0 km da LT, localiza-se nas coordenadas UTM 707793E/8272315N, no quilômetro 200,1.

Furado Grande, conta com aproximadamente 15 famílias, é acessado por estradas vicinais e pela Rodovia BR-122, dista de 2,2 km da LT, localizando-se nas coordenadas UTM 720169E/8279095N, no quilômetro 186,7.

Vila Caxingó, povoado de aproximadamente 15 famílias, localiza-se nas coordenadas UTM 0716334E/8274452N, a 2,8 km de distância da LT, no quilômetro 191,7. O povoado é acessado por estradas vicinais e pela Rodovia BR-122.

Lagoinha, com aproximadamente 100 famílias, localiza-se nas coordenadas UTM 718811E/ 8282311N, a 0,4 km de distância da LT, no quilômetro 184,6 e é acessado por estradas vicinais e pela Rodovia BR-122. Todos se encontram no Lote 15.

A renda das famílias nesses povoados fica por conta, principalmente, da aposentadoria dos mais velhos (que sustentam seus núcleos familiares) e do trabalho sazonal na colheita do café ou no corte da cana em

São Paulo, Mato Grosso e no sul de Minas Gerais. Houve relatos sobre o corte dos benefícios do Bolsa Família na região, por isso, apenas algumas pessoas são beneficiárias do programa.

Em relação ao atendimento médico, apesar de não haver posto médico nos povoados, há visitas regulares semanais de agentes de saúde. Para receber atendimento médico, os moradores dessas localidades vão até Mulungu, que conta com uma Unidade Básica de Saúde.

Com exceção de Vila Caxingó, que conta com escola até o último ano do Ensino Fundamental, não há instituições de ensino nesses povoados. Assim, os alunos da maioria deles se deslocam até Mulungu, que dispõe de escola ao ensino básico completo ou para a sede municipal de Porteirinha. Em Barreiro Dantas, além de Mulungu, os alunos têm também a opção de estudar o Ensino Fundamental em Bom Jesus, e depois completar o estudo em Porteirinha ou Janaúba.

Em relação às formas de organização social e práticas culturais, apenas em Barreiro Dantas foi relatada a existência de associação de produtores rurais. Além disso, no mesmo povoado foi relatado o festejo religioso de Nossa Senhora Aparecida, em outubro. Não foi citada nenhuma área de relevante interesse social, no entanto, a visita em campo identificou uma igreja católica em Barreiro Dantas (coordenadas UTM 701749E/8262869N) e campo de futebol em Baixa do Barreiro (coordenadas UTM 708129E/8273981N).



Figura 2.2.4.6-220 – Barreiro Dantas – Porteirinha (MG)



Figura 2.2.4.6-221 – Igreja em Barreiro Dantas – Porteirinha (MG)



Figura 2.2.4.6-222 – Água Branca – Porteirinha (MG)



Figura 2.2.4.6-223 – Furada da Roda - Porteirinha (MG)



Figura 2.2.4.6-224 – Propriedade em Baixa do Barreiro – Porteirinha (MG)



Figura 2.2.4.6-225 – Baixa do Barreiro – Porteirinha (MG)



Figura 2.2.4.6-226 – Campo de Futebol - Baixa do Barreiro – Porteirinha (MG)



Figura 2.2.4.6-227 – Casa em Vila Caxingó - Porteirinha (MG)



Figura 2.2.4.6-228 – Estrada em Lagoinha – Porteirinha (MG)



Figura 2.2.4.6-229 – Pasto em Furado Grande - Porteirinha (MG)

- Povoado Miranto (Pai Pedro-MG) e Povoado Atrás dos Morros (Porteirinha-MG)

Os povoados Miranto e Atrás dos Morros tem características bastante semelhantes. Miranto e Atrás dos Morros contam com aproximadamente 15 famílias cada, distribuídas em lotes de até 50 hectares, com acesso através de estradas vicinais e da Rodovia Bertolino Batista de Oliveira (Miranto) e de vicinais e Rodovia BR-122 (Atrás dos Morros). Miranto situa-se nas coordenadas UTM 707654E/8274355N, no Km

198,8, a 2,6 km de distância da LT. Atrás dos Morros está nas coordenadas UTM 720121E/8285589N, nos quilômetros 181,1, a 0,1 km de distância da LT. Ambos no Lote 15.

No que tange à produção, os poucos produtores rurais que cultivam milho (milharal – coordenadas UTM 706534E/8289018N) e mandioca o fazem para subsistência, pois tiveram suas produções afetadas pelas secas.

Em relação à educação, por não haver escolas rurais próximas os estudantes vão para a sede municipal de Pai Pedro, que conta com uma infraestrutura mais organizada. Em relação à atendimento médico, apesar de não haver posto médico nos povoados, há visitas regulares mensais de agentes de saúde. Para receber atendimento médico, os moradores desses povoados vão a sede municipal de Pai Pedro.

Em relação as formas de organização social e práticas culturais, não foram relatadas a existência de associações ou a ocorrência de manifestações ou festas culturais/religiosas. Também não foi citada a existência de áreas de relevante interesse social, no entanto, a visita em campo identificou um campo de futebol em Miranto (coordenadas UTM 0708129E/8273981N), um campo de futebol em Atrás dos Morros (coordenadas UTM 720539E/8285668E), além de uma igreja em Atrás dos Morros (mesmas coordenadas UTM 720539E/8285668N).



Figura 2.2.4.6-230 – Bar em Miranto – Pai Pedro (MG)



Figura 2.2.4.6-231 – Estrada em Miranto – Pai Pedro (MG)



Figura 2.2.4.6-232 – Igreja em Atrás dos Morros – Pai Pedro (MG)



Figura 2.2.4.6-233 – Campo de Futebol em Atrás dos Morros – Pai Pedro (MG)

2.2.4.6.4.1.6 - Trecho 6 - Mato Verde; Monte Azul; Mamonas; Espinosa (MG)

a) Perfil de Ocupação

Entre os municípios de Mato Verde, Monte Azul, Mamonas e Espinosa verificou-se a presença de 48 localidades, todos povoados, com exceção do distrito de Pajeú em Monte Azul.

De uma maneira geral, as localidades dentro da AEL neste trecho foram grandes fazendas que com o passar do tempo foram desmembradas em pequenos lotes. Ninguém soube precisar a data da realização do loteamento, no entanto, alguns relatos, como de moradores da localidade Raposa do Rio Verde (Espinosa), apontam que no passado essa área era uma grande fazenda de propriedade de Juvecino Batista Sobrinho e que o processo de povoamento se inicia a partir de 1959. A localidade de Tabuleiro também tem sua formação vinculada ao desmembramento de uma fazenda, que dizem era de um prefeito.

Em Bicas e Pajeú (ambas situadas no município de Monte Azul), de acordo com os moradores, não há memória, nem dos mais velhos, sobre como nasceram suas localidades. No entanto, acontecimentos mais recentes e conjunturais são marcantes para o estabelecimento do que tais localidades são hoje, como a chegada da energia elétrica pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e da água potável pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA a partir dos anos 1980 em Pajeú, tornando a região um foco atrativo para novos moradores e referência no tocante a serviços de educação, saúde e até mesmo comércio para as localidades do seu entorno. Já Rebentão foi uma localidade que se formou próxima a linha do trem (Parada Rebentão). Chama atenção a localidade de Sussuarana (Espinosa), que passou a existir em 1968, a partir da inundação de seu antigo território para a construção de uma represa.

No que tange a caracterização da população entende-se que a região sofre demasiadamente com os efeitos da seca. Para aqueles que têm meios para custear o processo de irrigação a produção agrícola deixa de ser de subsistência. No entanto, esses representam uma pequena parcela, a maioria das localidades não é irrigada e nelas vive-se mesmo da pecuária leiteira, sendo que a água vem de poço artesiano ou de caminhão pipa do exército, assim como da produção de gêneros agrícolas para o consumo, como feijão e milho, tendo como única fonte de renda o Bolsa Família e aposentadoria dos mais velhos. O nível de desemprego é alto em todo o trecho.

No município de Monte Azul, as localidades de Pajeú de Cima, Bicas, Lagoa Comprida, Landinho, Ramalhudo, Riacho Quente, Junco, Rebentão, Lagoinha, Barreiro Grande e Picada sobrevivem basicamente da produção de gêneros agrícolas para o consumo, como feijão e milho, tendo como única fonte de renda o Bolsa Família e aposentadoria dos mais velhos.

Os núcleos familiares de Vila Angical ainda conseguem se estabelecer com serviços na cidade e a região tem sido um foco atrativo de pessoas da sede municipal que compram lotes em busca de uma vida mais tranquila.

Neste cenário, um traço de reminiscência e de alternativa encontrada para poucas localidades do município foi a produção leiteira, identificada nas localidades de Pajeú, Pedreira, Barreiro do Mato, Barreiro da Cruz, Urubu e Mimoso (os dois últimos são localidades do município de Mamonas e seguem o mesmo padrão de regionalização de Barreiro da Cruz) onde a produção é a principal fonte de renda dos núcleos familiares. O escoamento da produção de Pajeú é para as próprias queijarias do distrito e a venda do gado para frigoríficos do Estado do Mato Grosso e Bahia. Em Pedreira há apenas o escoamento do leite para uma fábrica de queijo situada no próprio povoado ou venda para cooperativa local. Já em Barreiro da Cruz e Barreiro do Mato a produção de leite é vendida para queijaria na localidade de Rio Abaixo, situada também no município de Monte Azul. Vale ressaltar que nessas localidades a produção de leite é mantida por cada produtor rural, de modo independente de associação, cooperativa ou outro tipo de organização social.

Outra atividade encontrada é a produção de hortaliças, mais estabelecidas no povoado de Riacho Seco e a criação de porcos e galinhas que são comercializados na feira em Monte Azul, entre alguns núcleos familiares de Capoeira Grande e Baixão. Em relação ao último povoado, este conta com o auxílio da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Baixão que realiza o trabalho de assessoria a pequenos produtores rurais que pleiteiam crédito rural junto a EMATER.

Pela proximidade com a Represa Barragem do Estreito, as localidades situadas na AEL no município de Espinosa se beneficiam da pesca, porém a atividade de lazer é proibida. Em Sussuarana, Serrinha, Lagoa da Romana, Poços, Barreiro Dantas, Paus Pretos, Havana e Santa Marta a atividade é suficiente para a comercialização nas feiras na sede municipal. A irrigação via barragem é também um ponto facilitador para a produção de gêneros alimentícios, como em São Pedro, Barro Vermelho, Lagoinha, Santo Antônio, Várzea da Pedra e Canabrava, ainda que a produção seja apenas de subsistência. Em Raposa do Rio Verde, Lagoa do Morro, Lagoa da Tapera e Lagoa do Marruais a produção do milho, feijão, abóbora, maxixe e quiabo é vendida diretamente para mercados em Espinosa.

Entretanto, chama atenção no município de Espinosa o escoamento de mão de obra feminina no setor têxtil. Apesar do alto índice de desemprego relatado pela comunidade, a população feminina de Sussuarana e Lagoa do Marruais é beneficiada, sendo em muitos casos a principal fonte de renda de seus núcleos familiares.

Todavia, a aposentadoria e o programa Bolsa Família são as principais fontes de renda para muitas famílias. Ainda em Espinosa, o benefício é a única fonte de renda para os moradores de Tabuleiro e, em Dourados, ainda que boa parte dos jovens realize o trabalho sazonal de corte de cana e colheita do café no Estado de São Paulo, contribuindo financeiramente para os seus núcleos familiares, a aposentadoria dos mais velhos e o Bolsa Família continua sendo a principal fonte de renda. O cenário é mais alarmante em Mato Verde: das localidades visitadas, Ferraz, Volta do Morro, Barra e Vila Cristino não há produção sequer para subsistência, restando para os mais jovens a atividade sazonal no interior de São Paulo e sul de Minas Gerais na colheita do café e cana de açúcar. Apenas as localidades de Fazenda da Barra e Cristino I que produz poucos gêneros alimentícios como milho, sorgo e a criação de porcos e galinhas, mas é raro quando há o excedente suficiente para a comercialização. Quando possível esses núcleos familiares vendem em feiras na sede municipal de Mato Verde. A pesca também é inexpressiva, apenas para subsistência.

Vale ressaltar que mesmo com as potencialidades anteriormente relatadas, como a produção leiteira, hortaliças e têxtil, a dinâmica de dependência das políticas de transferência de renda e das aposentadorias dos mais velhos é marcante também em Monte Azul e Espinosa. Segundo moradores de **Bicas, Riacho Quente e Rebentão, povoados situados em Monte Azul, não se produz “praticamente nada”** desde 2011 por conta da seca. O cultivo do algodão também fora destruído pela infestação da praga do **“bicudo do algodoeiro”¹⁰**.

10 “O Bicudo-do-algodoeiro (*Anthonomus grandis*) é um besouro da família dos curculionídeos, originário da América Central, de coloração cinzenta ou castanha e mandíbulas afiadas, utilizadas para perfurar o botão floral e a maçã dos algodoeiros. É tido como uma importante praga agrícola nos E.U.A., e a espécie foi introduzida no Brasil em 1983, **causando prejuízos nas plantações de algodão do Nordeste**”. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Bicudo-do-algodoeiro> Acessado em 22/05/17.

b) Caracterização das Localidades identificadas no trecho 6

Quadro 2.2.4.6-20 - Localidades identificadas no Trecho 6 – Lote 14

UF	Município	Localidade	Tipo	No. de Famílias	KM da LT	Distância da LT (km)	Lado da LT	E (UTM 23S)	N (UTM 23S)
MG	Mato Verde	Ferraz	Povoado	8	171,3	0,3	Esquerdo	714158	8298675
MG	Monte Azul	Ramalhudo	Povoado	60	163,0	0,4	Direito	719444	8305123
MG	Monte Azul	Lagoa Comprida	Povoado	30	159,2	1,1	Esquerdo	720021	8309191
MG	Monte Azul	Landinho	Povoado	50	159,2	4,3	Esquerdo	717245	8310885
MG	Monte Azul	Bicas	Povoado	30	156,0	2,1	Direito	724401	8310338
MG	Monte Azul	Picada	Povoado	8	155,5	0,1	Direito	722888	8311752
MG	Monte Azul	Rebentão	Povoado	75	153,8	1,2	Direito	724757	8312692
MG	Monte Azul	Lagoinha	Povoado	50	150,3	0,5	Direito	725688	8316255
MG	Monte Azul	Barreiro Grande	Povoado	50	142,5	1,7	Esquerdo	722315	8323732
MG	Monte Azul	Rio Abaixo	Povoado	16	140,1	1,9	Esquerdo	721908	8326427
MG	Monte Azul	Barreiro da Cruz	Povoado	100	138,1	1,9	Esquerdo	721875	8328453
MG	Monte Azul	Barreiro do Mato	Povoado	20	136,7	2,3	Esquerdo	721420	8329781
MG	Espinosa	Dourados	Povoado	40	129,1	0,8	Direito	726086	8336988
MG	Mamonas	Mimoso	Povoado	70	124,4	0,2	Esquerdo	727327	8341467
MG	Mamonas	Urubu	Povoado	10	124,3	0,9	Esquerdo	726638	8341734
MG	Espinosa	Havana	Povoado	10	117,9	0,1	Esquerdo	729564	8347503
MG	Espinosa	Paus Pretos	Povoado	15	116,9	0,4	Direito	730345	8348360
MG	Espinosa	Barreiro Dantas	Povoado	15	113,9	0,6	Esquerdo	730905	8351695
MG	Espinosa	Poços	Povoado	15	111,2	0,7	Esquerdo	733219	8353138
MG	Espinosa	Sussuarana	Povoado	180	110,2	2,3	Direito	735525	8351041
MG	Espinosa	Lagoa da Romana	Povoado	13	109,5	1,5	Esquerdo	734287	8354653
MG	Espinosa	Serrinha	Povoado	180	109,0	2,1	Esquerdo	734368	8355432
MG	Espinosa	Lagoa do Marruais	Povoado	130	105,8	1,2	Direito	738714	8354227
MG	Espinosa	Lagoa da Tapera	Povoado	15	105,7	0,0	Esquerdo	738288	8355310
MG	Espinosa	Santa Marta	Povoado	70	102,4	0,3	Direito	741019	8357133

Fonte: Ecology Brasil, 2017.

Quadro 2.2.4.6-21 - Localidades identificadas no Trecho 6 – Lote 15

UF	Município	Localidade	Tipo	No. de Famílias	KM da LT	Distância da LT (km)	Lado da LT	E (UTM 23S)	N (UTM 23S)
MG	Mato Verde	Volta do Morro	Povoado	53	175,5	0,8	Direito	722412	8290582
MG	Mato Verde	Cristino I	Povoado	50	171,9	0,8	Esquerdo	722357	8294571
MG	Mato Verde	Vila Cristino	Povoado	280	169,6	0,9	Direito	724875	8295947
MG	Mato Verde	Fazenda da Barra	Povoado	6	165,3	0,5	Direito	725642	8300315
MG	Mato Verde	Barra	Povoado	50	162,9	1,1	Esquerdo	724041	8302648
MG	Mato Verde	Pedreira	Povoado	280	159,8	0,6	Esquerdo	724909	8306075
MG	Monte Azul	Junco	Povoado	30	159,2	0,9	Direito	726559	8305744
MG	Monte Azul	Riacho Quente	Povoado	30	158,8	2,0	Direito	727663	8305466
MG	Monte Azul	Pajeú	Distrito	417	156,0	0,6	Esquerdo	726157	8309266
MG	Monte Azul	Pajeú de Cima	Povoado	50	152,9	0,4	Direito	727682	8312147
MG	Monte Azul	Riacho Seco	Povoado	25	145,4	1,0	Esquerdo	729275	8319548
MG	Monte Azul	Vila Angical	Povoado	20	140,8	0,3	Direito	731973	8323339
MG	Monte Azul	Baixão	Povoado	50	135,5	0,4	Direito	733869	8328209
MG	Monte Azul	Tabuleiro	Povoado	35	134,8	0,8	Esquerdo	733111	8329399
MG	Monte Azul	Capoeira Grande	Povoado	50	132,1	0,3	Esquerdo	734671	8331629
MG	Espinosa	São Pedro	Povoado	50	130,0	1,3	Esquerdo	734674	8333974
MG	Espinosa	Barro Vermelho	Povoado	50	124,6	0,5	Direito	738899	8337832
MG	Espinosa	Lagoinha	Povoado	50	123,6	0,4	Direito	739338	8338667
MG	Espinosa	Santo Antonio	Povoado	50	118,1	2,1	Esquerdo	740468	8344683
MG	Espinosa	Varzea da Pedra	Povoado	60	112,6	1,4	Esquerdo	744754	8348466
MG	Espinosa	Canabrava	Povoado	60	110,1	0,4	Direito	747781	8349104
MG	Espinosa	Lagoa do Morro	Povoado	15	109,6	2,7	Esquerdo	745838	8351628
MG	Espinosa	Raposa do Rio Verde	Povoado	12	108,5	1,1	Esquerdo	747811	8351303

Fonte: Ecology Brasil, 2017.

Coordenador:

Técnico:

- Povoado Ferraz (Mato Verde-MG)



Figura 2.2.4.6-234 – Casa no Povoado Ferraz

Acessado por vicinal, o povoado de aproximadamente 8 famílias, localiza-se no quilômetro 171,3 nas coordenadas UTM 714158E/8298675N, a 0,3 km distancia da LT, no Lote 14.

A aposentadoria e o programa Bolsa Família são a principal fonte de renda dessas famílias. Nos lotes do povoado, que variam de 50 a 500 hectares, não há produção de alimentos por conta da seca. Não há produção sequer para subsistência, restando para os mais jovens a atividade sazonal no interior de São Paulo e sul de Minas Gerais na colheita do café e cana de açúcar.

Não há escolas no povoado. Para estudar os jovens têm que ir até o município de Catuti, via transporte escolar disponibilizado pela prefeitura de Mato Verde, onde cursam tanto o ensino fundamental quanto o médio. Foi identificada a Associação do Conselho dos Pequenos Produtores Rurais de Ferraz, embora seja pouco atuante.

Em relação à saúde, Ferraz também não dispõe de atendimento médico, embora haja o acompanhamento dos agentes de saúde que realizam o encaminhamento até o posto de saúde de Barreiro Branco, povoado também situado no município de Mato Verde. O acompanhamento desses profissionais ocorre uma vez ao mês.

Não foi relatada a existência de relação às áreas de lazer e festas locais.

- Povoado Ramalhudo (Monte Azul-MG)



Figura 2.2.4.6-235 – Casa em Ramalhudo (Monte Azul-MG)



Figura 2.2.4.6-236 – Estrada em Ramalhudo (Monte Azul-MG).

Formado por 60 famílias distribuídas em lotes que não ultrapassam os 50 hectares, encontra-se no quilômetro 163,0, a 0,4 km de distância da LT, nas coordenadas UTM 719444E/ 8305123N (Lote 14) e é acessado por vicinais e pela BR-122.

Ramalhudo sobrevive basicamente da produção de gêneros agrícolas para o consumo, como feijão e milho, tendo como únicas fontes de renda o Bolsa família e aposentadoria dos mais velhos. O povoado é representado pela Associação de Pequenos Produtores Rurais de Pedreira, embora a atuação desta instituição seja incipiente.

A migração sazonal e focada nas regiões do interior de São Paulo, sul de Minas Gerais e Paraná para o corte da cana e colheita do café e laranja é marcante no povoado.

Ramalhudo não dispõe de escolas, tendo como rotas tanto para o ensino fundamental quanto para o médio as localidades de Pedreira e Riachinho, também localizadas em Monte Azul.

Já em relação a saúde, por não haver unidade de saúde, os moradores buscam atendimento médico no distrito de Pajeú.

Em relação às festividades o povoado costuma celebrar a festa de São José, realizada no mês de março.

- Povoado Lagoa Comprida (Monte Azul-MG)



Figura 2.2.4.6-237 – Estrada em Lagoa Comprida (Monte Azul-MG)



Figura 2.2.4.6-238 - Lagoa Comprida (Monte Azul-MG)

Formada por cerca de 30 famílias, localiza-se nas coordenadas UTM 720021E/8309191N no quilômetro 159,2, a 1,1 km de distância do eixo do empreendimento, Lote 14. O acesso se dá por vicinais e BR-122.

Lagoa Comprida sobrevive basicamente da produção de gêneros agrícolas para o consumo (em lotes que não ultrapassam os 50 hectares) como feijão e milho, tendo como únicas fontes de renda o Bolsa Família e aposentadoria dos mais velhos.

Não há escola na localidade, logo os estudantes cursam o ensino fundamental e médio no distrito de Pajeú ou na sede de Monte Azul. O mesmo se dá em relação à saúde. Por não haver posto de saúde, os moradores de Lagoa Comprida têm que buscar atendimento médico em Pajeú.

Não foi relatada a existência de áreas de lazer e festas locais.

- Povoado Landinho (Monte Azul-MG)



Figura 2.2.4.6-239 – Casa em Landinho (Monte Azul-MG)



Figura 2.2.4.6-240 – Quintal de casa em Landinho (Monte Azul-MG)

Formado por 50 famílias distribuídas em lotes com o tamanho máximo de 50 hectares, o povoado de Landinho encontra-se nas coordenadas UTM 717245E/8310885N, no quilômetro 159,2, a 4,3 km de distância do eixo do empreendimento, Lote 14. O povoado é acessado por vicinais e uma estrada que liga Monte Azul a Gameleiras.

Landinho sobrevive basicamente da produção de gêneros agrícolas para o consumo, como feijão e milho, tendo como únicas fontes de renda o Bolsa Família e aposentadoria dos mais velhos. O povoado não possui organizações sociais que lhes prestem assistência.

O povoado é desprovido de escolas e postos de saúde, tendo como destinos o distrito de Pajeú ou a sede municipal de Monte Azul para cursar os ensinos fundamental e médio; e Pajeú para o atendimento médico.

Não foi relatada a existência de áreas de lazer e festas locais.

- Povoado de Bicas (Monte Azul-MG)



Figura 2.2.4.6-241 – Povoado de Bicas (Monte Azul-MG).

Bicas abriga cerca de 30 famílias em lotes de 50 a 500 hectares. O povoado está situado nas coordenadas UTM 724401E/8310338N, no quilômetro 156,0, a 2,1 km de distância do eixo do empreendimento, Lote 14. O acesso é pela BR-122 e por vicinais.

No povoado, sobrevive-se basicamente da produção de gêneros agrícolas para o consumo, como feijão e milho, tendo como únicas fontes de renda o Bolsa Família e aposentadoria dos mais velhos. Segundo os moradores, a localidade não produz “praticamente nada” desde 2011 por conta da seca. O cultivo do algodão também fora destruído pela infestação da praga do “bicudo do algodoeiro”¹¹.

O povoado dispõe de representação por via da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Bicas que realiza o controle em relação à administração da água potável, visto que também sofre com a falta de chuvas.

A migração sazonal orientada para as regiões do interior de São Paulo, sul de Minas Gerais e Paraná para o corte da cana e colheita do café e laranja é marcante na localidade.

¹¹ “O Bicudo-do-algodoeiro (*Anthonomus grandis*) é um besouro da família dos curculionídeos, originário da América Central, de coloração cinzenta ou castanha e mandíbulas afiadas, utilizadas para perfurar o botão floral e a maçã dos algodoeiros. É tido como uma importante praga agrícola nos E.U.A., e a espécie foi introduzida no Brasil em 1983, causando prejuízos nas plantações de algodão do Nordeste”. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Bicudo-do-algodoeiro> Acessado em 22/05/17.

Não há escolas em Bicas. Para quem estuda os destinos são distrito de Pajeú, Rebentão e a sede municipal de Monte Azul. Rebentão oferece apenas o ensino fundamental, mas Pajeú e Monte Azul dispõem de turmas que vão até o ensino médio.

Bicas também não possui unidade de saúde e, geralmente, os moradores do povoado são atendidos em Pajeú ou em Rebentão.

O povoado costuma celebrar as festas de São João e Nossa Senhora da Aparecida.

- Povoado Picada (Monte Azul-MG)



Figura 2.2.4.6-242 – Casas em Picada (Monte Azul-MG).

Formado por cerca de 8 famílias em propriedades que não ultrapassam 50 hectares, o povoado, que é acessado por vicinais, foi identificado no quilômetro 155,5, a 0,1 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 722888E/8311752N, Lote 14.

Picada sobrevive basicamente da produção de gêneros agrícolas para o consumo, como feijão e milho, tendo como únicas fontes de renda o Bolsa Família e aposentadoria dos mais velhos. Segundo os depoentes, Rebentão e Picada são representados pela Associação de Pequenos Produtores Rurais de Rebentão que realiza empréstimo de trator para manutenção das lavouras de milho e feijão aos seus associados, mesmo a produção sendo apenas para consumo.

A migração sazonal e focada nas regiões do interior de São Paulo, sul de Minas Gerais e Paraná para o corte da cana e colheita do café e laranja é marcante.

O povoado não possui escola. Diante deste fato, para estudar, os alunos costumam ir para Pajeú, (onde cursam tanto o ensino fundamental quanto o médio), Rebentão, (que oferece apenas o ensino fundamental), e Monte Azul (onde há opções para todos os segmentos).

Picada também não dispõe de unidade de saúde. Sendo assim, os moradores do povoado se dirigem até Rebentão.

Sobre as festividades, as famílias do povoado costumam celebrar a festa de Nossa Senhora de Fátima.

- Povoado Rebentão (Monte Azul-MG)

Acessado por vicinais Rebentão é formado por cerca de 75 famílias. O povoado, que se constituiu próximo a uma linha de trem (Parada Rebentão) encontra-se no quilômetro 153,8 a 1,2 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 724757E/8312692N, Lote 14.

Rebentão sobrevive basicamente da produção de gêneros agrícolas para o consumo, como feijão e milho, tendo como únicas fontes de renda o Bolsa Família e aposentadoria dos mais velhos. Os lotes do povoado não ultrapassam os 50 hectares.

Segundo os depoentes, Rebentão e Picada são representados pela Associação de Pequenos Produtores Rurais de Rebentão que realiza empréstimo de trator para manutenção das lavouras de seus associados, mesmo a produção sendo apenas para consumo.

O povoado não produz “praticamente nada” desde 2011 por conta da seca. O cultivo do algodão também fora destruído pela infestação da praga do “bicudo do algodoeiro”.

A migração sazonal é focada nas regiões do interior de São Paulo, sul de Minas Gerais e Paraná para o corte da cana e colheita do café e laranja é marcante.

Rebentão dispõe de escolas até o ensino fundamental e que também atende moradores de Bicas, Picada, Lagoinha, Barreiro Grande e Rio Abaixo. Para o ensino médio os alunos se deslocam até a sede municipal de Monte Azul.



Figura 2.2.4.6-243 – Escola Municipal José Olímpio Fernandes – Rebentão – Monte Azul (MG).

Rebentão é um polo local no tocante a assistência médica para as localidades investigadas no município de Monte Azul. No povoado presta-se atendimento para moradores de Bicas, Picada, Lagoinha, Barreiro Grande e Rio Abaixo, além dos moradores da própria localidade. Os médicos realizam seus atendimentos na unidade de saúde apenas de dois em dois meses.

No tocante as áreas de relevante interesse social, de acordo com os moradores de Rebentão, há o campo de futebol e a quadra poliesportiva situada na escola municipal (coordenada UTM 724757E/8312692N), mas que é utilizada por toda a comunidade. Há também cemitério e as famílias costumam celebrar as festas de São João e o Natal de maneira coletiva e na praça do povoado (coordenadas UTM 724753E/8312881N).



Figura 2.2.4.6-244 – Campo de Futebol (Monte Azul-MG)



Figura 2.2.4.6-245 – Igreja e Praça (Monte Azul-MG)

- Povoado Lagoinha (Monte Azul-MG)

Formado por 50 famílias, em propriedades que não chegam a 50 hectares, o povoado de Lagoinha encontra-se no quilômetro 150,3, a 0,5 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 725688E/8316255N (Lote 14) e é acessado por vicinais.

Lagoinha sobrevive basicamente da produção de gêneros agrícolas para o consumo, como feijão e milho, tendo como únicas fontes de renda o Bolsa Família e aposentadoria dos mais velhos. O povoado não dispõe de organizações sociais que lhe represente.

O povoado não dispõe de escolas, os alunos cursam o ensino fundamental em Rebentão e o ensino médio em Monte Azul.

O mesmo também não possui unidade de saúde, os moradores se deslocam até Rebentão para ter atendimento médico.

O povoado está às margens da linha do trem e há uma igreja católica (coordenadas UTM 725688E/8316255N).



Figura 2.2.4.6-246 – Lagoinha (Monte Azul-MG).



Figura 2.2.4.6.4 – Igreja Católica em Lagoinha (Monte Azul-MG).

- Povoado Barreiro Grande (Monte Azul-MG)

Acessado por vicinais, formado por 50 famílias em lotes que chegam até 50 hectares, o povoado encontra-se no quilômetro 142,5, a 1,7 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 722315E/8323732N, Lote 14.

Barreiro Grande sobrevive basicamente da produção de gêneros agrícolas para o consumo, como feijão e milho, tendo como únicas fontes de renda o Bolsa Família e aposentadoria dos mais velhos. O povoado não tem organizações sociais que lhe represente.

Barreiro Grande não dispõe de escolas, os alunos se deslocam até Rebentão para cursarem o ensino fundamental e Monte Azul para concluírem o ensino médio.

O povoado também não possui unidade de saúde e os moradores buscam atendimento médico em Rebentão.

No tocante a áreas de relevante interesse social, o povoado possui igreja, campo de futebol (os dois estão nas coordenadas UTM 722315E/8323732N) e cemitério (coordenadas UTM 721812E/8324284N).



Figura 2.2.4.6-247 – Barreiro Grande (Monte Azul-MG).



Figura 2.2.4.6-248 – Igreja em Barreiro Grande (Monte Azul-MG).



Figura 2.2.4.6-249 – Campo de Futebol em Barreiro Grande (Monte Azul-MG).



Figura 2.2.4.6-250 – Cemitério em Barreiro Grande (Monte Azul-MG).

▪ Povoado Rio Abaixo (Monte Azul-MG)



Figura 2.2.4.6-251 – Igreja ao fundo no povoado de Rio Abaixo (Monte Azul-MG).



Figura 2.2.4.6-252 – Povoado Rio Abaixo (Monte Azul-MG).

Formado por 16 famílias em lotes que não ultrapassam 50 hectares o povoado encontra-se no quilômetro 140,1 a 1,9 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 721908E/8326427N, Lote 14, e é acessado por vicinais.

Rio Abaixo recebe a produção de leite dos povoados de Barreiro da Cruz e Barreiro do Mato (ambos em Monte Azul) para a fabricação de queijo. Não há organizações sociais que representem o povoado.

O povoado não possui instituições de ensino, os alunos estudam em Rebentão para concluírem o ensino fundamental e na sede de Monte Azul para cursarem o ensino médio.

O serviço de saúde também é ausente em Rio Abaixo, os moradores buscam atendimento médico em Rebentão.

Em relação às celebrações não houve relatos de festividades ou celebrações religiosas, embora o povoado tenha uma igreja católica (coordenadas UTM 721908E/8326427N).

- Povoado Barreiro da Cruz (Monte Azul-MG)



Figura 2.2.4.6-253 – Barreiro da Cruz (Monte Azul-MG).

Constituído por cerca de 100 famílias, em propriedades que não ultrapassam 50 hectares, o povoado é acessado por vicinais. Localiza-se no quilômetro 138,1 a 1,9 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 721875E/8328453N, Lote 14.

Barreiro da Cruz tem a produção de leite como a principal fonte de renda dos núcleos familiares. O leite é vendido para uma queijaria na localidade de Rio Abaixo, situada também no município de Monte Azul. Vale ressaltar que nessas localidades a produção de leite é mantida por cada produtor rural, de modo independente de associação, cooperativa ou outro tipo de organização social.

De acordo com os moradores consultados, pessoas que se aposentaram ou que não veem mais oportunidade nos centros urbanos de São Paulo e em atividades sazonais tem regressado ao povoado.

Barreiro da Cruz oferece acesso ao estudo apenas até o primeiro ciclo do ensino fundamental. Pela proximidade, os estudantes de Barreiro da Cruz continuam os estudos na sede municipal de Mamonas.

O serviço médico também é realizado em Mamonas, visto a proximidade.

Em relação às áreas de interesse social há o campo de futebol e quadra. As famílias também costumam celebrar a festa de Santo Antônio onde são realizadas novenas e missa na capela do povoado (coordenadas UTM 721481E/8329155N) situada ao lado do cemitério.



Figura 2.2.4.6-254 – Igreja em Barreiro da Cruz (Monte Azul-MG).



Figura 2.2.4.6-255 – Cemitério em Barreiro da Cruz (Monte Azul-MG).

- Povoado Barreiro do Mato (Monte Azul-MG)

Composto por cerca de 20 famílias, em lotes que chegam ao máximo a 50 hectares, o povoado, é acessado por vicinais, encontra-se no quilômetro 136,7 a 2,3 km de distância do eixo da LT, nas coordenadas UTM 721420E / 8329781N, Lote 14.

Em Barreiro do Mato a produção leiteira também é a principal fonte de renda dos núcleos familiares. A produção de leite é vendida para uma queijaria na localidade de Rio Abaixo, situada também no município de Monte Azul. Vale ressaltar que nessas localidades a produção de leite é mantida por cada produtor rural, de modo independente de associação, cooperativa ou outro tipo de organização social.

O povoado oferece escola apenas até o primeiro ciclo do ensino fundamental. Para completar os estudos (até o ensino médio), os alunos se deslocam até a sede municipal de Monte Azul.



Figura 2.2.4.6-256 – Escola Estadual Barreiro do Mato – Monte Azul (MG).

Assim como em Barreiro da Cruz, Barreiro do Mato também não oferece acesso à saúde e, em virtude da proximidade, os moradores buscam assistência médica na sede do município de Mamonas.

- Povoado Dourados (Espinoso-MG)



Figura 2.2.4.6-257 – Rua em Dourados (Espinoso-MG).



Figura 2.2.4.6-258 – Casa em Dourados (Espinoso-MG).

Acessado pela BR-122 o povoado, formado por cerca de 40 famílias, encontra-se no quilômetro 129,1, a 0,8 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 726086E/8336988N, Lote 14,

Ainda que boa parte dos jovens realize o trabalho sazonal de corte de cana e colheita do café no Estado de São Paulo, contribuindo financeiramente para os seus núcleos familiares, a aposentadoria dos mais velhos e o Bolsa Família continuam sendo as principais fontes de renda na localidade.

No povoado há a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Dourados, mas o seu trabalho é pouco eficiente.

No passado havia escola em Dourados, mas hoje, pela proximidade, os alunos têm na sede municipal de Mamonas a oferta de ensino, tanto para o fundamental quanto para o médio.

Em Dourados também não há unidade de saúde, mas as visitas dos agentes de saúde ocorrem mensalmente, quando estes profissionais realizam o encaminhamento para unidades de saúde situadas na sede municipal de Espinosa.

Em relação às áreas de relevante interesse social, de acordo com os moradores, há o cemitério (coordenadas UTM 726245E/8337611N) e campo de futebol. As famílias costumam celebrar também as festas de São João. No povoado há igreja católica e protestante (mesmas coordenadas UTM 726086E/8336988N).



Figura 2.2.4.6-259 – Cemitério em Dourados



Figura 2.2.4.6-260 – Igreja protestante em

(Espinosa-MG).

Dourados (Espinosa-MG).

- Povoados Urubu e Mimoso (Mamonas-MG)



Figura 2.2.4.6-261 – Povoado Mimoso (Mamonas-MG).



Figura 2.2.4.6-262 – Associação Comunitária de Urubu (Mamonas-MG).

Acessado por vicinais e BR-122, no povoado Urubu residem cerca de 10 famílias. Localiza-se no quilômetro 124,3, a 0,9 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 0726638E / 8341734N, Lote 14.

Já no povoado Mimoso, acessado por vicinais e BR-122, residem cerca de 70 famílias. Localiza-se no quilômetro 124,4, a 0,2 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas, UTM 0727327E/8341467N, Lote 14.

A produção leiteira é a principal fonte de renda nos dois núcleos familiares. Cada núcleo tem propriedades com tamanho máximo de 50 hectares. Nenhum dos dois povoados dispõe de associações ou demais organizações sociais que lhes representem.

Em Urubu e Mimoso não há escolas, portanto, o deslocamento dos alunos é feito para as escolas da sede municipal de Mamonas que oferecem tanto o ensino fundamental quanto o médio.

Nesses dois povoados também não há unidades de saúde, tendo que a população se deslocar também diretamente para a sede do seu município para ter acesso ao atendimento médico.

Não foi relatada a existência de áreas de lazer e festas locais.

- Povoados Serrinha, Lagoa da Romana, Poços, Barreiro Dantas, Paus Pretos e Havana e Santa Marta (Espinosa-MG)

O povoado Serrinha é formado por 180 famílias, encontra-se no quilômetro 109,0, a 2,1 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 0734368E/8355432N e é acessado por vicinais, Estrada Pará O. Estreito e BR-122. As famílias vivem em lotes que não ultrapassam 50 hectares.

O povoado Lagoa da Romana é formado por 13 famílias, encontra-se no quilometro 109,5, a 1,5 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 0734287E/8354653N e é acessado por vicinais, Estrada Pará O. Estreito e BR-122. As famílias vivem em lotes que não ultrapassam 50 hectares.

O povoado Poços é formado por 15 famílias, encontra-se no quilometro 111,2, a 0,7 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 0733219E/8353138N. As famílias vivem em lotes que não ultrapassam 50 hectares e os principais acessos são por vicinais e Estrada Pará O.

O povoado Barreiro Dantas é formado por 15 famílias, encontra-se no quilometro 113,9, a 0,6 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 0730905E/8351695N. As famílias vivem em lotes que não ultrapassam 50 hectares e o acesso se dá por vicinais e BR-122.

O povoado Paus Pretos é formado por 15 famílias, encontra-se no quilometro 116,9, a 0,4 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 0730345E/8348360N. As famílias vivem em lotes que não ultrapassam 50 hectares e o seu acesso se dá apenas por vicinais.

O povoado Havana é formado por 10 famílias, encontra-se no quilometro 117,9, a 0,1 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 0729564E/8347503N. As famílias vivem em lotes que não ultrapassam 50 hectares e os acessos são por vicinais e BR-122.

O povoado Santa Marta é formado por 70 famílias, encontra-se no quilometro 102,4, a 0,3 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 0741019E/8357133N. As famílias vivem em lotes que não ultrapassam 50 hectares e seu acesso se dá pela BR-122. Todos se encontram no Lote 14.

Pela proximidade com a Represa Barragem do Estreito os povoados supracitados se beneficiam da pesca e a atividade é suficiente para a comercialização nas feiras na sede municipal. Em nenhum desses povoados há organização social que lhes representem.

Em relação à educação, todos os povoados do presente item têm como rota o povoado de Sussuarana que oferece ensino fundamental e médio.

Todas as localidades tem como destino a sede municipal de Espinosa para atendimento e serviços de saúde. Em Serrinha, Lagoa da Romana, Poços, Barreiro Dantas e Paus Pretos, Havana e Santa Marta sequer há o acompanhamento dos agentes de saúde.

Em relação às áreas de relevante interesse social foram identificados uma quadra poliesportiva (coordenadas UTM 0735836E/8354501N) e uma igreja católica (coordenadas UTM 0734368E/8355432N) em Serrinha. Em Poços foi localizado um campo de futebol (coordenadas UTM 0733219E/8353138N), em Barreiro Dantas uma igreja católica (coordenadas 0730905E/8351695N) e em Paus Pretos uma igreja católica (coordenadas UTM 0730345E/8348360N) e campo de futebol (coordenadas UTM 0730345E/8348360N).



Figura 2.2.4.6-263 – Quadra poliesportiva em Serrinha (Espinosa-MG).



Figura 2.2.4.6-264 – Igreja de Serrinha (Espinosa-MG).



Figura 2.2.4.6-265 – Lagoa da Romana (Espinosa-MG).



Figura 2.2.4.6-266 – Campo de futebol em Poços (Espinosa-MG).



Figura 2.2.4.6-267 – Igreja em Barreiro Dantas (Espinosa-MG).



Figura 2.2.4.6-268 – Paus Pretos (Espinosa-MG).



Figura 2.2.4.6-269 – Igreja em Paus Pretos (Espinosa-MG).



Figura 2.2.4.6-270 – Campo de futebol em Paus Pretos (Espinosa-MG).



Figura 2.2.4.6-271 - Havana (Espinosa-MG).



Figura 2.2.4.6-272 – Santa Marta (Espinosa-MG).

▪ Povoado Sussuarana (Espinosa-MG)



Figura 2.2.4.6-273 – Sussuarana (Espinosa-MG).



Figura 2.2.4.6-274 – Sussuarana (Espinosa-MG).

No povoado Sussuarana há 180 famílias. O mesmo é acessado pela BR-122. O Povoado foi identificado no quilômetro 110,2 da LT, a 2,3 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 0735525E/8351041N, Lote 14.

Próximo à Represa Barragem do Estreito, Sussuarana tem a pesca como atividade suficiente para a comercialização nas feiras na sede municipal. Entretanto, chama atenção o escoamento de mão de obra feminina no setor têxtil, que apesar do alto índice de desemprego relatado pela comunidade, é a principal fonte de renda de seus núcleos familiares.

No povoado também há produtores de milho, abóbora, maxixe e quiabo, graças a irrigação da Represa Sussuarana conta com a representação da Associação Comunitária de Sussuarana que também realiza assessoria a pequenos produtores que desejam crédito rural via EMATER.

Sussuarana dispõe de instituição de ensino até o ensino médio, recebendo também alunos de Serrinha, Lagoa da Romana, Poços, Barreiro Dantas, Paus Pretos, Havana e Santa Marta.

No povoado não há unidade de saúde e tampouco o serviço dos agentes. O atendimento médico é diretamente na sede municipal de Espinosa.

Em relação às áreas de interesse social os moradores de Sussuarana relataram a quadra de futebol e o cemitério. O povoado costuma celebrar a Festa de São João.

- Povoado Lagoa do Marruais (Espinosa-MG)



Figura 2.2.4.6-275 – Lagoa do Marruais (Espinosa-MG).

O Povoado é composto por 130 famílias e acessado por vicinais e pela BR-122. Localiza-se no quilômetro 105,8, a 1,2 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 0738714E / 8354227N, Lote 14. Os lotes têm tamanhos que variam de 50 a 500 hectares.

A produção do milho, feijão, abóbora, maxixe e quiabo (que ocorre graças à irrigação da Represa Barragem do Estreito) é vendida diretamente para mercados em Espinosa. Cada produtor rural realiza a comercialização de maneira individual, mesmo havendo a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Lagoa do Marruais que, segundo os moradores, é pouco atuante.

Lagoa do Marruais também é responsável por escoar mão de obra, sobretudo feminina, do setor têxtil presente na sede municipal de Espinosa. Mesmo com o alto índice de desemprego, em muitos núcleos familiares é a principal fonte de renda.

No povoado há apenas creche e pré-escola, tendo como destino para a continuidade dos estudos a sede municipal.

Não há unidade de saúde, tampouco o serviço dos agentes de saúde em Lagoa do Marruais. A população inteira do povoado tem como único destino a sede municipal de Espinosa.

Em relação às áreas de relevante interesse social, os moradores de Lagoa do Marruais citaram o campo de futebol. Sobre as celebrações o povoado costuma comemorar as festas de Nossa Senhora das Graças no mês de novembro e São João no mês de junho.

- Povoado Lagoa da Tapera (Espinosa-MG)

O povoado Lagoa da Tapera é acessado por vicinais e pela BR-122 e formado por cerca de 15 famílias, identificadas no quilometro 105,7, a 0,005 km de distancia da LT, nas coordenadas UTM 0738288E/8355310N Lote 14.

Pela proximidade com a Represa Barragem do Estreito há produção de milho, feijão, abóbora, maxixe e quiabo, que é vendida diretamente para mercados em Espinosa.

Mesmo com boa parte dos produtores rurais mantendo o sustento com a produção e venda de milho e feijão nas feiras da cidade, o fluxo de pessoas, sobretudo jovens, é bastante intensificado em direção a trabalhos na cidade.

Não há escola na localidade. Os estudantes cursam o ensino fundamental em Raposa do Rio Verde e o ensino médio em escolas situadas na sede municipal de Espinosa.

Não há unidade de saúde no povoado. Entretanto, é um dos poucos povoados de Espinosa onde há o acompanhamento dos agentes de saúde, realizado a cada mês. O atendimento médico é encaminhado diretamente para a sede municipal de Espinosa.

Em relação às áreas de relevante interesse social, de acordo com os moradores, há a celebração da Festa de São João. Há igreja no povoado e campo de futebol (ambos nas coordenadas UTM 0738288E/8355310N).



Figura 2.2.4.6-276 – Lagoa da Tapera (Espinosa-MG).



Figura 2.2.4.6-277 – Igreja em Lagoa da Tapera (Espinosa-MG).



Figura 2.2.4.6-278 – Campo de futebol em Lagoa da Tapera (Espinosa-MG).

▪ Povoado Volta do Morro (Mato Verde-MG)



Figura 2.2.4.6-279 – Rua de Volta do Morro (Mato Verde-MG)



Figura 2.2.4.6-280 – Volta do Morro (Mato Verde-MG).

Volta do Morro é um povoado com 53 famílias, nas coordenadas UTM 722412E/8290582N, km 175,5 a 0,8 km de distância do eixo do empreendimento, no Lote 15. As principais vias de acesso são estradas vicinais e a Rodovia BR-122. O povoado conta com uma associação de moradores denominada Associação de Moradores de Volta do Morro. Os lotes do povoado variam de 1 a 50 hectares.

A aposentadoria e o programa Bolsa Família são as principais fontes de renda para muitas famílias. Volta do Morro não há produção sequer para subsistência, restando para os mais jovens a atividade sazonal no interior de São Paulo e sul de Minas Gerais na colheita do café e cana de açúcar.

Não há escolas em Volta do Morro, tendo como alternativa para cursar os ensinos fundamental e médio o povoado de Pau Branco, situado a 3 km de Volta do Morro, ou a sede municipal de Mato Verde.

O povoado também não dispõe de posto de saúde e, tampouco do serviço dos agentes de saúde, tendo como único recurso o destino até a sede municipal de Mato Verde.

Em relação às práticas culturais, o povoado costuma comemorar as festas de Santo Antônio de Pádua, realizadas no dia 13 de junho, onde há rezas, novena, missas e o ritual de levantar bandeira. Outra festividade celebrada pelo povoado é a festa de Nossa Senhora das Graças, onde há as mesmas práticas que na celebração anterior.

- Povoado Cristino I (Mato Verde-MG)

Com cerca de 50 famílias residentes, o povoado Cristino I, nas coordenadas UTM 722357E/8294571N, no quilômetro 171,9 a 0,8 km de distância do eixo do empreendimento. É acessado por estradas vicinais. No povoado não há organizações sociais que lhes representem.

A aposentadoria e o programa Bolsa Família são as principais fontes de renda para muitas famílias. Em Cristino I produz-se poucos gêneros alimentícios, como milho, sorgo e a criação de porcos e galinhas, em seus pequenos lotes de 0 a 50 hectares, mas é raro quando há o excedente suficiente para a comercialização. Quando ocorre, esses núcleos familiares vendem em feiras na sede municipal de Mato Verde.

O povoado não dispõe de escolas, tendo como o destino para quem estuda a sede municipal de Mato Verde. Por não haver posto de saúde e tampouco a assistência dos agentes de saúde, o único recurso é o deslocamento até a sede municipal de Mato Verde.

Não foi relatada a existência de relação às áreas de lazer e festas locais.

- Povoado Vila Cristino (Mato Verde-MG)

Acessado por vicinais, o povoado Vila Cristino foi identificado nas coordenadas UTM 724875E/8295947N, no quilômetro 169,6, a 0,9 km distância do eixo do empreendimento, no Lote 15. É formado por cerca de 280 famílias com lotes de tamanho de 0 a 50 hectares. Há a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Vila Cristino, mas sua atuação é baixa, segundo os moradores.

A aposentadoria e o programa Bolsa Família são as principais fontes de renda para muitas famílias. Em Vila Cristino não há produção sequer para subsistência, restando para os mais jovens a atividade sazonal no interior de São Paulo e sul de Minas Gerais na colheita do café e cana de açúcar.

No povoado há apenas uma escola, de nível fundamental e médio. Em Vila Cristino há Unidade Básica de Saúde, mas no momento não há médicos, restando para os seus moradores o deslocamento até a sede municipal de Mato Verde.



Figura 2.2.4.6-281 - Unidade Básica de Saúde de Vila Cristino – Mato Verde (MG)



Figura 2.2.4.6-282 - E. M. Prefeito Christiano Barbosa de Souza – Vila Cristino – Mato Verde (MG)

Em relação às áreas de relevante interesse social os depoentes citaram o campo de futebol, quadra e uma Igreja com mais de 80 anos (coordenadas UTM 724875E/8295947N). Os núcleos familiares também costumam celebrar as festas de São João e Nossa Senhora da Aparecida.



Figura 2.2.4.6-283 - Igreja – Vila Cristino – Mato Verde (MG)



Figura 2.2.4.6-284 – Praça – Vila Cristino – Mato Verde (MG)

- Povoado Fazenda da Barra (Mato Verde-MG)



Figura 2.2.4.6-285 – Rua de Fazenda da Barra (Mato Verde-MG).



Figura 2.2.4.6-286 – Casa em Fazenda da Barra (Mato Verde-MG).

Acessado por viciniais, o povoado Fazenda da Barra foi identificado nas coordenadas UTM 725642 E/ 8300315N, no quilômetro 165,3, a 0,5 km de distância do eixo do empreendimento. É formado por apenas 6 famílias. O povoado é representado pela Associação de Pequenos Produtores Rurais de Riacho Quente, ainda que a atuação da instituição seja baixa.

A aposentadoria e o programa Bolsa Família são as principais fontes de renda dessas famílias. O povoado produz poucos gêneros alimentícios como milho, sorgo e a criação de porcos e galinhas, em lotes com tamanho médio de 50 a 100 hectares, mas é raro quando há o excedente suficiente para a comercialização. Quando possível esses núcleos familiares vendem em feiras na sede municipal de Mato Verde.

Em Fazenda da Barra não há escolas e o único destino para quem estuda é a sede municipal de Mato Verde. O povoado dispõe de atendimento médico e com agentes de saúde que visitam a população numa média de duas vezes ao mês.

Em relação às áreas de relevante interesse cultural, de acordo com os depoentes, há uma igreja antiga desativada e um campo de futebol (coordenadas UTM 725642 E/ 8300315N). O povoado costuma celebrar a festa de Santo Antônio e São João. Próximo a região há uma sede esportiva da Fundação AABB – Associação Atlética Banco do Brasil.



Figura 2.2.4.6-287 – Campo de Futebol (Mato Verde-MG).



Figura 2.2.4.6-288 – Fundação AÁBB (Mato Verde-MG).

- Povoado Barra (Mato Verde-MG)



Figura 2.2.4.6-289 – Barra (Mato Verde-MG).



Figura 2.2.4.6-290 – Capela situada no povoado Barra (Mato Verde-MG).

O povoado Barra é formado por cerca de 50 famílias com lotes de 1 a 50 hectares. Acessado pela BR-122 e vicinais, o povoado está localizado nas coordenadas UTM 724041E/ 8302648N, no quilômetro 162,9, a 1,1 km do eixo do empreendimento, no Lote 15. Não há organizações sociais que representem o povoado.

A aposentadoria e o programa Bolsa Família são as principais fontes de renda para muitas famílias. Em Barra não há produção seque para subsistência, restando para os mais jovens a atividade sazonal no interior de São Paulo e sul de Minas Gerais na colheita do café e cana de açúcar.

Não há escolas em Barra, tendo como alternativa para cursar os ensinos fundamental e médio o povoado de Pau Branco, situado a 3 km de Volta do Morro, ou a sede municipal de Mato Verde.

Em Barra também não há posto de saúde e sequer o serviço dos agentes de saúde, tendo como único destino o atendimento médico na sede de Mato Verde.

Não foi relatada pelos moradores a existência de áreas de relevância social, mas a visita a campo encontrou uma capela situada no povoado (coordenadas UTM 724041E/ 8302648N).

- Povoado Pedreira (Mato Verde-MG)



Figura 2.2.4.6-291 – Ferrovia e ruas em Pedreira (Mato Verde-MG).



Figura 2.2.4.6-292 – Casas em Pedreira (Mato Verde-MG).

O povoado localiza-se no quilômetro 159,8, a 0,6 km do de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 724909E/8306075N (Lote 15) e é acessado por vicinais. Moram 280 famílias em lotes que não ultrapassam 50 hectares.

Em Pedreira há apenas o escoamento do leite para uma fábrica de queijo situada no próprio povoado ou a venda para uma cooperativa local. De acordo com os moradores consultados, há uma associação, denominada Associação de Pequenos Produtores Rurais de Pedreira e que atende também o povoado de Ramalhudo, embora esta não seja muito atuante.

Um dado que chama atenção é que o povoado têm sido um atrativo para proprietários de sítios que utilizam tais territórios como local de lazer.

Há escola no povoado, embora seja disponibilizado apenas o ensino fundamental. Para completar os estudos os alunos têm que se deslocar até a sede municipal de Monte Azul.

Há unidade de saúde e os moradores são atendidos por agentes de saúde uma vez ao mês.

Em relação às festividades o povoado costuma celebrar a festa de São José, no dia 18 de março. O santo é padroeiro do povoado.

- Povoado Junco (Monte Azul-MG)



Figura 2.2.4.6-293 – Junco (Monte Azul-MG).



Figura 2.2.4.6-294 – Igreja em Junco (Monte Azul-MG).

Formado por cerca de 30 famílias, o povoado encontra-se no quilômetro 159,2, a 0,9 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 726559E/N (Lote 15) e é acessado por vicinais e pela BR-122. Os lotes não ultrapassam os 50 hectares.

Na localidade, vive-se basicamente da produção de gêneros agrícolas para o consumo, como feijão e milho, tendo como únicas fontes de renda o Bolsa Família e aposentadoria dos mais velhos.

O povoado não possui escolas. Deste modo para cursar o ensino fundamental e médio os moradores têm que ir até o distrito de Pajeú ou até a sede municipal de Monte Azul.

Em Junco também não há unidade de saúde, os moradores buscam atendimento médico também em Pajeú.

No povoado não foi relatada a existência de celebrações e áreas de relevância social. No entanto, na visita em campo registrou-se a existência de uma capela no povoado.

- Povoado Riacho Quente (Monte Azul-MG)



Figura 2.2.4.6-295 – Riacho Quente (Monte Azul-MG).



Figura 2.2.4.6-296 – Riacho Quente (Monte Azul-MG).

Formado por cerca de 30 famílias, divididas em propriedades que chegam até 50 hectares, Riacho Quente encontra-se no quilômetro 158,8 a 2,0 km de distancia do eixo do empreendimento (Lote 15), nas coordenadas UTM 727663E/8305466N. É acessado por vicinais e pela BR-122.

O povoado sobrevive basicamente da produção de gêneros agrícolas para o consumo, como feijão e milho, tendo como únicas fontes de renda o Bolsa Família e aposentadoria dos mais velhos. O povoado é representado pela Associação de Pequenos Produtores Rurais de Pajeú de Cima, mas sua atuação é pouco eficiente.

Riacho Quente não produz “praticamente nada” desde 2011 por conta da seca. O cultivo do algodão também fora destruído pela infestação da praga do “bicudo do algodoeiro”¹².

A migração sazonal e focada nas regiões do interior de São Paulo, sul de Minas Gerais e Paraná para o corte da cana e colheita do café e laranja é marcante.

¹² “O Bicudo-do-algodoeiro (*Anthonomus grandis*) é um besouro da família dos curculionídeos, originário da América Central, de coloração cinzenta ou castanha e mandíbulas afiadas, utilizadas para perfurar o botão floral e a maçã dos algodoeiros. É tido como uma importante praga agrícola nos E.U.A., e a espécie foi introduzida no Brasil em 1983, **causando prejuízos nas plantações de algodão do Nordeste**”. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Bicudo-do-algodoeiro> Acessado em 22/05/17.

Por não haver escolas, os alunos de Riacho Quente estudam em Pajeú ou na sede municipal de Monte Azul, onde podem cursar tanto o ensino fundamental quanto o médio.

O povoado também não possui unidade de saúde, assim, os moradores buscam atendimento médico no distrito de Pajeú.

Em relação às festividades o povoado costuma celebrar a festa de São João.

- Distrito de Pajeú (Monte Azul-MG)

O distrito de Pajeú está nas coordenadas UTM 726157E/8309266N, no quilômetro 156,0 a 0,6 km do eixo do empreendimento, Lote 15. O acesso é pela BR-122. O distrito se tornou uma área atrativa para produtores de queijo, onde a produção é a principal fonte de renda dos 417 núcleos familiares que vivem em propriedades com tamanho médio de 0 a 50 hectares. O escoamento da produção de Pajeú é para as próprias queijarias do distrito e a venda do gado para frigoríficos do Estado do Mato Grosso e Bahia. A produção de leite é mantida por cada produtor rural, de modo independente de associação, cooperativa ou outro tipo de organização social.

Pajeú é a única localidade situada na AEL, no município de Monte Azul, que oferece ensino fundamental e médio, absorvendo estudantes também de Pajeú de Cima, Bicas, Lagoa Comprida, Landinho, Riacho Quente e Junco.

O distrito também é um polo local no tocante a assistência médica. Além dos seus moradores, Pajeú recebe moradores de Pajeú de Cima, Bicas, Lagoa Comprida, Landinho, Ramalhudo, Riacho Quente e Junco. Além da assistência médica, os moradores de Pajeú também são contemplados por visitas periódicas realizadas quinzenalmente pelos agentes de saúde.

No povoado há cemitério, praça e quadra poliesportiva que, sob a ótica de seus moradores, são áreas de relevante interesse social (coordenadas UTM 726157E/8309266N).



Figura 2.2.4.6-297 – Escola em Pajeú – Monte Azul (MG).



Figura 2.2.4.6-298 - Unidade Básica de Saúde de Pajeú – Monte Azul (MG)



Figura 2.2.4.6-299 – Praça em Pajeú - Monte Azul (MG).



Figura 2.2.4.6-300 – Quadra Poliesportiva em Pajeú - Monte Azul (MG).



Figura 2.2.4.6-301 – Cemitério de Pajeú - Monte Azul (MG).

- Povoado Pajeú de Cima (Monte Azul-MG)



Figura 2.2.4.6-302 – Pajeú de Cima - Monte Azul (MG).



Figura 2.2.4.6-303 – Pajeú de Cima- Monte Azul (MG).

O Povoado Pajeú de Cima, situado nas coordenadas UTM 727682E/8312147N, localiza-se no quilômetro 152,9 a 0,4 km do eixo do empreendimento, Lote 15. São 50 famílias que sobrevivem basicamente da produção de gêneros agrícolas para o consumo, como feijão e milho em lotes que não passam de 50 hectares, tendo como únicas fontes de renda o Bolsa família e aposentadoria dos mais velhos.

O acesso é por vicinais e pela BR-122. O povoado dispõe da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Pajeú de Cima que atende também a localidade de Riacho Quente. Nenhuma ação de destaque foi relatada por moradores de ambos os povoados.

Pajeú de Cima têm sido um atrativo para proprietários de sítios que utilizam tais territórios como fonte de lazer.

Não há escolas no povoado. Deste modo, os alunos têm como opções o distrito de Pajeú e a sede municipal de Monte Azul para cursar o ensino fundamental e médio.

Pajeú de Cima também não dispõe de posto de saúde, portanto, seus moradores se deslocam até Pajeú em busca de atendimento médico.

Há um campo de futebol considerado pelo povoado como uma área de relevante interesse social. Em relação as festividades as famílias costumam comemorar as festas de Bom Jesus, no mês de agosto, e as festas de São João com a realização de missas na capela (coordenadas UTM 727682E/8312147N) do povoado.

Próximo ao povoado foi encontrada uma Igreja Católica e uma sede do Conselho Comunitário de Barreiro (coordenadas UTM 727269E/8319293N), bem próxima a BR-122.



Figura 2.2.4.6-304 – Igreja em Pajeú de Cima - Monte Azul (MG).



Figura 2.2.4.6-305 – Conselho Comunitário Pajeú de Cima - Monte Azul (MG).

- Povoado Riacho Seco (Monte Azul-MG)



Figura 2.2.4.6-306 – Casa em Riacho Seco - Monte Azul (MG).

Riacho Seco é um povoado onde residem 25 famílias em propriedades que não ultrapassam os 50 hectares. Está situado nas coordenadas UTM E729275/8319548N, no quilômetro 145,4, a 1,0 km de distância do eixo do empreendimento, Lote 15. O povoado é acessado por vicinais e pela BR-122.

Na localidade há a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Riacho Seco, mas, segundo os depoentes, é pouco atuante.

Há o cultivo de hortaliças no povoado que é comercializado na feira em Monte Azul. A região também tem sido um atrativo para proprietários de sítios que utilizam tais territórios como fonte de lazer.

Em Riacho Seco não há escolas, sendo a sede municipal de Monte Azul o único destino dos alunos. No tocante a saúde a região se beneficia pela proximidade com Vila Angical que dispõe de posto de saúde.

Há cemitério e os núcleos familiares costumam celebrar a festa de Nossa Senhora da Aparecida, no dia 12 de outubro, que é a padroeira do povoado. Também foi encontrada na visita a campo uma igreja protestante cujo nome é Sala de Oração Congregação Cristã do Brasil (coordenadas UTM 729928E/8319356N).



Figura 2.2.4.6-307 – Templo religioso em Riacho Seco - Monte Azul (MG).

- Povoado Vila Angical (Monte Azul-MG)



Figura 2.2.4.6-308 – Vila Angical - Monte Azul (MG)..



Figura 2.2.4.6-309 - Vila Angical - Monte Azul (MG)..

Povoado rural com cerca de 20 famílias, com propriedades que não ultrapassam 50 hectares, nas coordenadas UTM 731973E/8323339N, no quilômetro 140,8, a 0,3 km de distância do eixo do empreendimento. O povoado é acessado por vicinais e pela BR-122. Não há organizações sociais que lhes representem.

Os núcleos familiares de Vila Angical ainda conseguem se estabelecer com serviços na cidade e a região tem sido um foco atrativo de pessoas da sede municipal que compram lotes em busca de uma vida mais tranquila.

Não há escolas no povoado e o único destino para quem estuda são as escolas da sede municipal de Monte Azul.

Em Vila Angical há um posto de saúde e seus moradores são atendidos por agentes de saúde uma vez ao mês.

- Povoado Baixão (Monte Azul-MG)



Figura 2.2.4.6-310 – Baixão - Monte Azul (MG).



Figura 2.2.4.6-311 – Baixão - Monte Azul (MG).

No povoado há 50 famílias, que residem no quilômetro 135,5 da LT, a 0,4 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 0733869E/83228209N, Lote 15. O povoado é acessado por vicinais. Os lotes não ultrapassam 50 hectares.

A migração sazonal e focada nas regiões do interior de São Paulo, sul de Minas Gerais e Paraná para o corte da cana e colheita do café e laranja é marcante, embora haja a criação de porcos e galinhas que são comercializados na feira em Monte Azul, entre alguns núcleos familiares que contam com o auxílio da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Baixão que faz um trabalho de assessoria a pequenos produtores rurais que pleiteiam crédito rural junto a EMATER.

Baixão oferece acesso ao estudo apenas até o primeiro ciclo do ensino fundamental. Passado o ciclo, os estudantes têm como rota para a conclusão do ensino fundamental e o curso do ensino médio a sede municipal de Monte Azul.

O atendimento médico é realizado unicamente na sede municipal de Monte Azul, onde os agentes de saúde do município realizam visitas domiciliares uma vez por mês.

Não foi relatada a existência de áreas de lazer e festas locais.

- Povoado Tabuleiro (Espinosa-MG)

Tabuleiro é acessado por vicinais e BR-122, formado por 35 famílias distribuídas em lotes que não ultrapassam os 50 hectares. Localiza-se no quilômetro 134,8, a 0,8 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 733111E/8329399N, Lote 15.

A aposentadoria e o programa Bolsa Família são as únicas fontes de renda para os moradores de Tabuleiro. No entanto, a região é procurada por moradores que buscam uma melhor qualidade de vida.

Neste povoado também não há nenhuma organização social que lhes represente.

Todos os alunos são encaminhados para a sede municipal de Espinosa por não haver escolas.

Tabuleiro também não possui unidade de saúde, mas há o trabalho dos agentes de saúde que é realizado a cada mês e onde há o encaminhamento para as unidades de saúde situadas na sede municipal de Espinosa.

Não foi relatada a existência de áreas de lazer e festas locais.

- Povoado Capoeira Grande (Monte Azul-MG)



Figura 2.2.4.6-312 – Capoeira Grande (Monte Azul-MG).



Figura 2.2.4.6-313 – Igreja protestante em Capoeira Grande (Monte Azul-MG).

Acessado por vicinais, o povoado Capoeira Grande localiza-se no quilômetro 132,1 a 0,3 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 0734671E/8331629N, Lote 15. Nele, residem aproximadamente 50 famílias que vivem em lotes que não ultrapassam 50 hectares.

O povoado vive da criação de porcos e galinhas que são comercializados na feira em Monte Azul. Não há organização social que representem essas famílias.

Por não haver escola, os alunos, tanto do ensino fundamental quanto os do ensino médio, estudam em instituições de ensino da sede municipal de Monte Azul. Em relação à saúde, o destino é o mesmo, visto que no povoado não há unidade de saúde, embora haja o trabalho dos agentes que realizam visitas domiciliares uma vez por mês.

Os moradores de Capoeira Grande não citaram nenhuma área de relevante interesse social. Contudo a visita em campo encontrou uma igreja protestante dentro do povoado (coordenadas UTM 0735110E/8332874N).

- Povoado São Pedro (Espinosa-MG)



Figura 2.2.4.6-314 – São Pedro (Espinosa-MG).



Figura 2.2.4.6-315 - Igreja católica (Espinosa-MG).

Acessado por vicinais e formado por 50 famílias, o povoado encontra-se no quilômetro 130,0, a 1,3 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 0734674E /8333974N, Lote 15.

A proximidade com a Represa Barragem do Estreito é um ponto facilitador para a produção de gêneros alimentícios, ainda que a produção seja apenas de subsistência. A maioria dos núcleos familiares depende das aposentadorias dos mais velhos e do repasse do programa Bolsa Família. A atuação de organizações sociais no povoado também é ausente.

Não há unidade de saúde no povoado e tampouco o atendimento dos agentes de saúde. Também não há escolas. Deste modo, todos os serviços são realizados diretamente na sede municipal de Espinosa.

Os depoentes não identificaram nenhuma área de relevante interesse social, embora a visita a campo tenha identificado uma igreja católica dentro do povoado (coordenadas UTM 0734674E /8333974N).

- Povoados Lagoinha, Barro Vermelho, Santo Antônio, Várzea da Pedra e Canabrava (Espinoso-MG).

No povoado Lagoinha, acessado por vicinais, residem 50 famílias aproximadamente, identificadas no quilômetro 123,6, a 0,4 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 0739338E/8338667N.

No povoado Barro Vermelho, acessado por vicinais e Estrada Pará Mingu, residem 50 famílias aproximadamente, identificadas no quilômetro 124,6, a 0,5 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 0738899E/8337832N.

Em Santo Antônio, acessado por vicinais, residem 50 famílias aproximadamente, identificadas no quilômetro 118,1, a 2,1 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 0740468E/8344683N.

Em Várzea da Pedra, acessado por vicinais, residem 60 famílias aproximadamente, identificadas no quilômetro 112,6, a 1,4 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 0744754E/8348466N.

Canabrava, acessado por vicinais, possui 60 famílias aproximadamente, identificadas no quilômetro 110,1, a 0,4 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 0747781E/8349104N. Todos estão no Lote 15.

A irrigação via Barragem do Estreito é também um ponto facilitador para a produção de gêneros alimentícios para os povoados supracitados, embora a produção seja apenas de subsistência. A aposentadoria dos mais velhos e o programa Bolsa Família são as principais fontes de renda para os mesmos.

Nenhum dos povoados apontados dispõe de instituições de ensino e unidades de saúde, tendo como único destino para os dois serviços a sede municipal de Espinosa.

Nenhum morador citou uma área de relevante interesse social. No entanto, a visita em campo identificou uma igreja católica em Lagoinha (coordenadas UTM 0740646E/8338811N), em Santo Antônio (coordenadas UTM 0740468E/8344683N) e em Várzea da Pedra (coordenadas UTM 0744895E/8348828N).



Figura 2.2.4.6-316 – Barro Vermelho (Espinoso-MG).



Figura 2.2.4.6-317 – Lagoinha (Espinoso-MG).



Figura 2.2.4.6-318 – Igreja católica em Lagoinha (Espinoso-MG).



Figura 2.2.4.6-319 – Santo Antônio (Espinoso-MG).



Figura 2.2.4.6-320 – Igreja católica em Santo Antônio (Espinosa-MG).



Figura 2.2.4.6-321 –Várzea da Pedra (Espinosa-MG).



Figura 2.2.4.6-322 – Igreja católica em Várzea da Pedra (Espinosa-MG).



Figura 2.2.4.6-323 –Canabrava (Espinosa-MG).

- Povoados Lagoa do Morro e Raposa do Rio Verde (Espinosa-MG)

Lagoa do Morro é acessado por vicinais e formado por cerca de 15 famílias, identificadas no quilômetro 109,6 da LT, a 2,7 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 0745838E/8351628N. Raposa do Rio Verde é acessado por vicinais e formado por cerca de 12 famílias, identificadas no quilômetro 108,5 da LT, a 1,1 km de distância eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 0747811E/8351303N. Ambos no Lote 15.

Pela proximidade com a Represa Barragem do Estreito, em Raposa do Rio Verde e Lagoa do Morro há produção do milho, feijão, abóbora, maxixe e quiabo, que é vendida diretamente para mercados em Espinosa.

Mesmo com boa parte dos produtores rurais mantendo o sustento com a produção e venda de milho e feijão nas feiras da cidade, o fluxo de pessoas, sobretudo jovens, é bastante intensificado em direção a trabalhos na cidade.

Raposa do Rio Verde tem escola até o ensino fundamental e recebe os alunos de Lagoa do Morro e Lagoa da Tapera. Contudo, para cursar o ensino médio todos têm que se deslocar até as escolas situadas na sede municipal de Espinosa.

Em nenhum dos dois povoados há unidade de saúde. Entretanto, são os dos poucos povoados de Espinosa onde há o acompanhamento dos agentes de saúde, realizado a cada mês. O atendimento médico é encaminhado diretamente para a sede municipal de Espinosa.



Figura 2.2.4.6-324 – Escola em Raposa do Rio Verde - Espinosa (MG).

Em relação às áreas de relevante interesse social, de acordo com os moradores, há o cemitério situado em Raposa do Rio Verde e a celebração da Festa de São João. Há igreja nos povoados: Raposa do Rio Verde (coordenadas UTM 0747811E/8351303N) e em Lagoa do Morro (coordenadas UTM 0745632E/8351318N).



Figura 2.2.4.6-325 – Raposa do Rio Verde - Espinosa (MG).



Figura 2.2.4.6-326 – Igreja católica em Raposa do Rio Verde - Espinosa (MG).



Figura 2.2.4.6-327 – Lagoa do Morro - Espinosa (MG).



Figura 2.2.4.6-328 – Igreja católica em Lagoa do Morro - Espinosa (MG).

2.2.4.6.4.1.7 - Trecho 7 - Urandi; Pindaí (BA)

a) Perfil de Ocupação

Entre Urandi e Pindaí, na Bahia, foram identificadas 52 localidades, que, com exceção do Distrito de Lagoa Velha em Pindaí, são povoados.

No tocante ao histórico de formação - ainda que os municípios vigentes não estejam mais situados no Estado de Minas Gerais, mas no Estado da Bahia - o presente trecho se assemelha bastante ao anterior.

Boa parte do território dos municípios de Urandi e Pindaí era de grandes fazendas que foram loteadas ao longo do tempo, partindo de uma rede familiar e depois se desintegrando. Na localidade de Riachão, em Urandi, segundo os moradores, o processo de loteamento ocorreu há aproximadamente 60 anos, assim como em Lagoa de Dominginhos e Fazenda Jacu, em Pindaí, cuja história ultrapassa os 80 anos. Já na Fazenda Água Verde, que faz divisa com Pindaí, a formação do território segue com a mesma estrutura de parentesco: a localidade inteira pertencia a um proprietário que teve muitos filhos e que foi fragmentando-a em lotes (atualmente são 30). Da mesma forma se deu o processo histórico das localidades Tanque (Pindaí) e Paus Pretos. A busca por uma terra para cultivo próprio estimulou a chegada de pequenos agricultores onde hoje se localizam Mato Grosso e Morro do Pindaí há aproximadamente 100 anos.

A seca também é característica nesse trecho. Em muitas localidades como Pedra Aguda, Cachoeira, Salinas, em Urandi, e Paus Pretos e Lagoa do Curral, em Pindaí, não se produz mais nenhum gênero alimentício. Os setores de serviços, de tecelagem e fiação na sede de Urandi e em Lagoa do Curral geram **renda via trabalhos informais, chamados por eles de “bicos”, para os moradores** de certas localidades na cidade de Pindaí. Ainda assim as principais fontes de renda da maioria das localidades investigadas, nos dois municípios, advêm das aposentadorias dos mais velhos e do programa Bolsa Família. Auxílios via benefício Garantia Safra foram relatados apenas na localidade de Pedra Aguda (Urandi) e ainda para poucos produtores rurais.

A produção de algodão, relatada nas localidades de Pedra Aguda e Riachão, em Urandi, não existe mais **por conta da praga do “bicudo do algodoeiro”**. Por outro lado, o cultivo deste gênero sobrevive nas localidades de Fazenda Morrinhos, onde a produção é vendida para atravessadores do próprio município e também de Guanambi.

Em Agreste/Fazenda Boa Esperança (Urandi) há o cultivo do sorgo para ração do gado e quando há excedente há a venda para atravessadores de Urandi e produtores rurais da região. A localidade conta com o auxílio da Associação de Pequenos Produtores de Agreste que empresta trator para o plantio. O plantio de feijão e milho, assim como relatam os moradores de Fazenda Água Verde, só sobrevive nas propriedades onde há poço artesiano.

Nas localidades de Pindaí como Furado Fundo, Lagoa de Dominginhos, Fazenda Jacu, Lagoa do Curral, Tanque, Fazenda Tanquinho e Pedra Ladeira, o cultivo do feijão e milho é apenas para subsistência. Em Lagoa Velha, mesmo com o auxílio da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Pequeno Morro que ajuda no plantio, o que se colhe não dá para comercializar.

Na Fazenda Bananeira (localidade com apenas 4 famílias situada no município de Urandi) com a produção de leite para a fábrica de queijos em Urandi; e na localidade de Mato Grosso (Pindaí) no cultivo de hortaliças que são vendidas nas feiras em Guanambi a renda advém principalmente dessas atividades. Vale ressaltar que, ainda que esta seja a principal fonte de renda da localidade, a juventude de Mato Grosso, sobretudo a masculina, é quase que totalmente escoada para as atividades sazonais nos períodos de corte da cana de açúcar no interior de São Paulo e colheita do café no Sul de Minas Gerais, tendência esta marcante também nas localidades de Morro do Pindaí, Paus Pretos (Pindaí) e Agreste/Fazenda Boa Esperança (Urandi).

Entretanto, cabe mencionar a atuação das associações em Mato Grosso que também realizam serviços importantes aos seus associados. De acordo com os depoentes, a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Mato Grosso auxilia seus associados no empréstimo de trator para uso na lavoura, como também disponibiliza através da Cooperativa de Assistência Técnica e Educacional para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar - COOTRAF assistência técnica para os seus produtores rurais associados, em cursos no plantio de hortaliças e como fazer adubo.

Outra ação importante realizada na localidade de Morro do Pindaí, em Pindaí, pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Morro do Pindaí foi a construção de 4 poços artesianos (3 comunitários e 1 individual), além de energia elétrica para 55 casas, há 3 anos, através do Programa Luz Para Todos.

Nesse trecho foi identificada a Comunidade Quilombola Boi, localizada no município de Pindaí (BA). A mesma será objeto de Estudo específico – Estudo do Componente Quilombola (ECQ) de acordo com tratativas em andamento junto a Fundação Cultural Palmares (FCP).

b) Caracterização das Localidades identificadas no trecho 7

Quadro 2.2.4.6-22 - Localidades identificadas no Trecho 7 – Lote 14

UF	Município	Localidade	Tipo	No. de Famílias	KM da LT	Distância da LT (km)	Lado da LT	E (UTM 23S)	N (UTM 23S)
BA	Urundi	Rio Verde	Povoado	12	101,8	0,1	Esquerdo	740907	8357911
BA	Urundi	Pedra Aguda	Povoado	30	93,0	0,9	Direito	744572	8366339
BA	Urundi	Caldeirão	Povoado	13	90,0	1,3	Esquerdo	742010	8368982
BA	Urundi	Canavista	Povoado	4	88,7	0,2	Esquerdo	742938	8370477
BA	Urundi	Cachoeira	Povoado	10	88,4	0,9	Direito	743968	8370873
BA	Urundi	Agreste/Fazenda Boa Esperança	Povoado	40	86,6	0,3	Direito	743074	8372583
BA	Urundi	Tiririca	Povoado	40	85,9	2,2	Direito	745070	8373038
BA	Urundi	Cubículo	Povoado	20	84,9	0,3	Esquerdo	742668	8374245
BA	Urundi	Fazenda Entre Morros	Povoado	17	80,3	1,3	Esquerdo	741468	8378748
BA	Urundi	Poço Bom	Povoado	15	79,0	2,1	Direito	744801	8380269
BA	Urundi	Fazenda Lagedinho	Povoado	8	75,8	0,9	Esquerdo	741625	8383249
BA	Pindaí	Fazenda Caraíbas	Povoado	3	71,2	0,3	Esquerdo	741990	8387874
BA	Pindaí	Morrinhos	Povoado	50	71,0	1,8	Direito	743993	8388173
BA	Pindaí	Lagoa do Curral	Povoado	23	67,7	2,2	Direito	744129	8391606
BA	Pindaí	Paus Pretos	Povoado	90	66,2	2,5	Esquerdo	739285	8392584
BA	Pindaí	Pau de Colher	Povoado	50	65,9	1,1	Esquerdo	740624	8393044
BA	Pindaí	Recreio	Povoado	10	62,2	0,1	Esquerdo	741195	8396888
BA	Pindaí	Fazenda Cajueiro	Povoado	8	61,4	0,1	Direito	741392	8397618
BA	Pindaí	Salinas	Povoado	15	60,0	2,2	Esquerdo	739305	8399548
BA	Pindaí	Fazenda Morrinhos	Povoado	18	59,1	1,9	Direito	743432	8399402

Fonte: Ecology Brasil, 2017.

Quadro 2.2.4.6-23 - Localidades identificadas no Trecho 7 – Lote 15

UF	Município	Localidade	Tipo	No. de Famílias	KM da LT	Distância da LT (km)	Lado da LT	E (UTM 23S)	N (UTM 23S)
BA	Urandi	Fazenda Grama	Povoado	6	104,7	0,5	Direito	750979	8353531
BA	Urandi	Fazenda Ladeira Grande	Povoado	11	101,9	0,3	Esquerdo	751449	8356454
BA	Urandi	Barra da Varginha	Povoado	10	101,8	0,8	Esquerdo	751061	8356801
BA	Urandi	Salinas	Povoado	104	98,6	0,9	Direito	753991	8358768
BA	Urandi	Fazenda Bananeira	Povoado	4	97,2	0,5	Esquerdo	753599	8360737
BA	Urandi	Fazenda Olho D'Água	Povoado	10	95,1	2,4	Esquerdo	753114	8363486
BA	Urandi	Lagoinha	Povoado	5	86,2	1,7	Esquerdo	752814	8369459
BA	Urandi	Feijão Preto	Povoado	5	85,9	0,7	Esquerdo	753551	8370223
BA	Urandi	Casa Nova	Povoado	3	81,0	1,9	Esquerdo	751593	8375107
BA	Urandi	Fazenda Barra do Mulungu	Povoado	35	80,9	0,6	Direito	754056	8375448
BA	Urandi	Mata Veado	Povoado	10	78,1	4,0	Esquerdo	749147	8377788
BA	Urandi	Fazenda Boa Sorte	Povoado	30	75,5	0,4	Esquerdo	752776	8380835
BA	Urandi	Quixabá	Povoado	10	75,2	1,8	Esquerdo	751348	8381093
BA	Urandi	Riachão	Povoado	25	75,0	1,2	Esquerdo	751954	8381274
BA	Urandi	Fazenda Agua Verde	Povoado	30	70,6	1,0	Esquerdo	752285	8385754
BA	Pindaí	Boi	Comunidade Quilombola	-	68,8	0,6	Direito	752668	8387449
BA	Pindaí	Fazenda Tataira	Povoado	80	67,3	1,6	Esquerdo	751584	8388920
BA	Pindaí	Morro do Macaco	Povoado	18	65,1	0,8	Esquerdo	752301	8391070
BA	Pindaí	Pesqueiro I e II	Povoado	20	64,2	0,4	Esquerdo	752627	8391986

Coordenador:

Técnico:

UF	Município	Localidade	Tipo	No. de Famílias	KM da LT	Distância da LT (km)	Lado da LT	E (UTM 23S)	N (UTM 23S)
BA	Pindaí	Furado Fundo	Povoado	48	62,5	1,6	Esquerdo	751158	8393476
BA	Pindaí	Lagoinha	Povoado	20	61,0	1,5	Direito	753986	8395450
BA	Pindaí	Fazenda Jacu	Povoado	50	60,4	2,6	Esquerdo	749836	8395418
BA	Pindaí	Lagoa de Dominginhos	Povoado	50	60,0	0,4	Esquerdo	751955	8396154
BA	Pindaí	Morro do Pindaí	Povoado	105	57,4	1,0	Esquerdo	751215	8398812
BA	Pindaí	Pedra Ladeira	Povoado	40	54,5	1,7	Esquerdo	750556	8401724
BA	Pindaí	Mato Grosso	Povoado	50	52,5	0,3	Esquerdo	751642	8403576
BA	Pindaí	Lagoa do Arroz	Povoado	20	51,3	1,2	Esquerdo	750546	8404636
BA	Pindaí	Tanque	Povoado	150	48,5	2,2	Esquerdo	749459	8407796
BA	Pindaí	Olho D'água	Povoado	3	46,6	0,7	Direito	752763	8409122
BA	Pindaí	Limeira	Povoado	8	44,7	0,0	Esquerdo	752957	8411118
BA	Pindaí	Lagoa Velha	Distrito	3750	42,2	0,4	Direito	754416	8413200
BA	Pindaí	Lagoa Dantas	Povoado	6	40,0	0,8	Esquerdo	754219	8415698
BA	Pindaí	Morro da Barra	Povoado	1	38,5	0,2	Direito	755843	8416612

Fonte: Ecology Brasil, 2017.

- Povoados Rio Verde, Pedra Aguda, Caldeirão e Canavista (Urandi-MG).

Acessado por vicinais e pela BR-122, Rio Verde tem aproximadamente 12 famílias distribuídas em propriedades de até 50 hectares, localiza-se no quilômetro 101,8 nas coordenadas UTM 0740907E/8357911N, a 0,1 km de distância do eixo do empreendimento.

Acessado por vicinais, Pedra Aguda tem aproximadamente 30 famílias distribuídas em propriedades de até 50 hectares, localiza-se no quilômetro 93,0 nas coordenadas UTM 0744572E/8366339N, a 0,9 km de distância do eixo do empreendimento.

Acessado por vicinais e pela BA-263, Caldeirão tem aproximadamente 13 famílias distribuídas em propriedades de até 50 hectares, localiza-se no quilômetro 90,0 nas coordenadas UTM 0742010E/8368982N, a 1,3 km de distância do eixo do empreendimento.

Acessado pela BA-263, Canavista tem aproximadamente 4 famílias distribuídas em propriedades de até 50 hectares, localiza-se no quilômetro 88,7 nas coordenadas UTM 0742938E/8370477N, a 0,2 km de distância do eixo do empreendimento. Todos estão localizados no Lote 14.

A região não produz nenhum gênero alimentício por causa da seca. As principais fontes de renda advêm das aposentadorias dos mais velhos e do programa Bolsa Família. A oferta da Bolsa Safra foi relatada apenas para poucos produtores rurais de Pedra Aguda e o cultivo do algodão não existe mais por conta da praga do “bicudo do algodoeiro”. Os jovens destes povoados buscam emprego na cidade de São Paulo como uma maneira de driblar a seca e contribuir ou até mesmo sustentar suas famílias.

Nos quatro povoados há apenas uma associação denominada Associação de Pequenos Produtores Rurais de Pedra Aguda, que representa apenas os núcleos familiares de Pedra Aguda, mas sua atuação é pouco eficiente.

Em relação à educação, nenhum dos povoados supracitados dispõe de suas próprias escolas. Todos os estudantes têm que ir até Urandi para cursar tanto o ensino fundamental quanto o médio.

No tocante a saúde a situação é a mesma. Apesar do acompanhamento mensal dos agentes de saúde o atendimento médico é realizado apenas na sede municipal de Urandi.

Não foi relatada a existência de áreas de lazer e festas locais.



Figura 2.2.4.6-329 – Rio Verde (Urandi-MG).



Figura 2.2.4.6-330 – Pedra Aguda (Urandi-MG).



Figura 2.2.4.6-331 – Caldeirão (Urandi-MG).



Figura 2.2.4.6-332 – Canavista (Urandi-MG).

- Povoado Cachoeira (Urandi-MG)



Figura 2.2.4.6-333 – Cachoeira (Urandi-MG).

Cachoeira é um povoado com cerca de 10 famílias onde vivem em lotes de até 50 hectares, na altura das coordenadas UTM 0743968E/8370873N, km 88,4 a 0,9 km de distância do eixo do empreendimento, Lote 14. O acesso é por vicinais e pela BA-263.

Não se produz mais nenhum gênero alimentício devido a seca na região, tendo como principais fontes de renda as aposentadorias dos mais velhos e do programa Bolsa Família. Boa parte dos moradores está migrando para os núcleos urbanos de Pindaí e Urandi.

Não há organizações sociais e associações que lhe represente.

Cachoeira não possui escola, mas é atendido pelo povoado de Tiririca que recebe alunos até o 5º ano do ensino fundamental. Para completar ensino fundamental e médio os moradores têm que ir até a sede municipal de Urandi.

Não há unidade de saúde no povoado. Recebem visita mensal de agentes de saúde e buscam atendimento na Unidade Básica de Saúde de Urandi

Não foi relatada a existência de áreas de lazer e festas locais.

- Povoados Agreste/Fazenda Boa Esperança, Tiririca, Cubículo, Fazenda Entre Morros, Poço Bom (Urandi-MG)

Agreste/Fazenda Boa Esperança é um povoado formado por cerca de 40 famílias que vivem em propriedades de 50 a 500 hectares. Acessado pela BA-263 e vicinais, o povoado está localizado nas coordenadas, UTM 0743074E/8372583N, no quilômetro 86,6, a 0,3 km de distância do eixo do empreendimento.

Tiririca é formado por cerca de 40 famílias que vivem em propriedades de 50 a 500 hectares. Acessado pela BA-263 e vicinais, o povoado está localizado nas coordenadas UTM 0745070E/8373038N, no quilômetro 85,9, a 2,2 km de distância do eixo do empreendimento.

Cubículo é formado por cerca de 20 famílias que vivem em propriedades de 50 a 500 hectares. Acessado pela BA-263 e vicinais, o povoado está localizado nas coordenadas UTM 0742668E/8374245N, no quilômetro 84,9, a 0,3 km de distância do eixo do empreendimento.

Fazenda Entre Morros é formado por 17 famílias que vivem em propriedades de 50 a 500 hectares. Acessado por vicinais, o povoado está localizado nas coordenadas UTM 0741468E/8378748N, no quilômetro 80,3, a 1,3 km de distância do eixo do empreendimento.

Poço Bom é formado por 15 famílias que vivem em propriedades de 50 a 500 hectares. Acessado por vicinais, o povoado está localizado nas coordenadas UTM 0744801E/8380269N, no quilômetro 789,0, a 2,1 km de distância do eixo do empreendimento. Todos localizados no Lote 14.

Nos povoados mencionados acima há o cultivo do sorgo para ração do gado e quando há excedente há a venda para atravessadores de Urandi e produtores rurais da região. Em Agreste/Fazenda Boa Esperança há a presença da Associação de Pequenos Produtores de Agreste que empresta trator para o plantio. A mão de obra jovem e, principalmente, masculina é quase que totalmente escoada para as atividades sazonais nos períodos de corte da cana de açúcar no interior de São Paulo e colheita do café no Sul de Minas Gerais.

Alguns núcleos familiares de Agreste/Fazenda Boa Esperança trabalham no setor de serviços e de tecelagem e fiação na sede de Urandi. Ainda assim as principais fontes de renda dos núcleos familiares dos povoados supracitados advêm das aposentadorias dos mais velhos e do programa Bolsa Família.

Tiririca é o único povoado que dispõe de escola e recebe apenas os estudantes de seu próprio povoado e de Agreste/Fazenda Boa Esperança. Ainda assim esta unidade escolar atende até o 5º ano do ensino

fundamental, tendo que os dois povoados se deslocarem até a sede municipal de Urandi para completar o ensino fundamental e médio. Os demais povoados cursam inteiramente o ensino fundamental e médio em Urandi.

Em nenhum dos povoados em questão há unidades de saúde, embora haja o serviço dos agentes que realizam visitas mensais em cada localidade e encaminha diretamente para a sede municipal de Urandi.

Em relação às áreas de relevante interesse social, os moradores de Agreste/Fazenda Boa Esperança relataram o campo de futebol onde há a realização de campeonatos entre vários times dos povoados circunvizinhos, dentre eles Lagoa Grande. O campeonato costuma acontecer no mês de dezembro.



Figura 2.2.4.6-334 – Agreste/Fazenda Boa Esperança (Urandi-MG).



Figura 2.2.4.6-335 – Campo de futebol em Agreste/Fazenda Boa Esperança (Urandi-MG)..



Figura 2.2.4.6-336 - Tiririca (Urandi-MG).



Figura 2.2.4.6-337 - Cubículo (Urandi-MG).



Figura 2.2.4.6-338 – Poço Bom (Urandi-MG).

- Povoado Fazenda Lagedinho (Urandi-MG)

Acessado pela BR-122 e vicinais, o povoado Fazenda Lagedinho foi identificado nas coordenadas UTM 0741625E/8383249N, no quilômetro 75,8, a 0,9 km de distância do eixo do empreendimento, Lote 14. É formado por 8 famílias distribuídas em lotes que chegam ao máximo a 50 hectares. Não há associações atuantes nesse povoado.

Devido a seca não se produz mais nenhum gênero alimentício. As principais fontes de renda advêm das aposentadorias dos mais velhos e do programa Bolsa Família.



Figura 2.2.4.6-339 – Fazenda Lagedinho (Urandi-MG).

Não há escola, tampouco unidade de saúde na localidade. Os estudantes estudam em Salinas até o ensino fundamental e na sede de Urandi para cursar o ensino médio. A alternativa para atendimento de saúde é seguir para a sede municipal. No entanto, há o atendimento – realizado em média uma vez ao mês - dos agentes de saúde nos núcleos familiares das localidades.

Não foi relatada a existência de áreas de lazer e festas locais.

- Povoados Lagoa do Curral, Morrinhos, Fazenda Caraíbas (Pindaí-BA)

O povoado Lagoa do Curral abriga 23 famílias e localiza-se nas coordenadas UTM 0744129N/8391606E, no quilômetro 67,7, a 2,2 km de distância do eixo do empreendimento. O acesso é por vicinais e BR-122.

O povoado Morrinhos abriga cerca de 50 famílias, nas coordenadas UTM 0743993E/8388173N, no quilômetro 71,0, a 1,8 km de distância do eixo do empreendimento. O acesso é por vicinais e BR-122.

O povoado Fazenda Caraíbas abriga 3 famílias, coordenadas UTM 0741990E/8387874N, no quilômetro 71,2, a 0,3 km de distância do eixo do empreendimento. O acesso é por vicinais e BR-122. Situam-se no Lote 14 do empreendimento.

Não se produz mais nenhum gênero alimentício nesta região e a principal fonte de renda da maioria desses povoados vem das aposentadorias dos mais velhos e do programa Bolsa Família. Em Lagoa do Curral há o cultivo do feijão e milho, mas é apenas para subsistência. Somente em Morrinhos há uma associação denominada Associação de Pequenos Produtores Rurais de Morrinho, mas de baixa atuação. Nos demais povoados não foi mencionado a representação de nenhuma outra organização social.

Nos povoados de Lagoa do Curral, Morrinhos e Fazenda Caraíbas o único destino para quem estuda é a sede municipal de Pindaí.

Em relação à saúde em nenhum dos povoados há unidade de saúde. Geralmente em Lagoa do Curral os moradores são encaminhados para o atendimento médico no posto de saúde na localidade de Serraró, também em Pindaí. Para os demais povoados o encaminhamento é feito diretamente para as unidades da sede municipal de Pindaí e pelos agentes de saúde que costumam fazer as visitas nos povoados a cada mês.

Sobre as manifestações culturais há a festa de Nossa Senhora da Aparecida, no dia 12 de outubro, no povoado de Lagoa do Curral, onde se levanta mastro e realizam novenas. No tocante as áreas de relevante interesse social, a visita em campo identificou duas igrejas, sendo uma católica (coordenadas

UTM 0744640E/8391274N) e outra protestante (coordenadas UTM 0746259E8389950N) no povoado Lagoa do Curral e uma igreja protestante e a sede da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Morrinhos (coordenadas UTM 0743993E/8388173N) em Morrinhos.



Figura 2.2.4.6-340 – Lagoa do Curral (Pindaí-BA).



Figura 2.2.4.6-341 – Igreja católica em Lagoa do Curral (Pindaí-BA).



Figura 2.2.4.6-342 – Igreja protestante em Lagoa do Curral (Pindaí-BA).



Figura 2.2.4.6-343 - Morrinhos (Pindaí-BA).



Figura 2.2.4.6-344 - Igreja protestante em Morrinhos (Pindaí-BA).



Figura 2.2.4.6-345 - Associação de Pequenos Produtores Rurais de Morrinhos (Pindaí-BA).

- Povoado Paus Pretos (Pindaí-BA)

Nas coordenadas UTM 0739285E/8392584N, no quilômetro 66,2, a 2,5 km de distância do eixo do empreendimento, Lote 14. O povoado de Paus Pretos conta com 90 famílias que vivem em pequenos lotes que não passam de 50 hectares. O acesso para o povoado é por estradas vicinais.

Paus Pretos não produz mais nenhum gênero alimentício. A juventude é quase que totalmente escoada para as atividades sazonais nos períodos de corte da cana de açúcar no interior de São Paulo e colheita do café no Sul de Minas Gerais e as principais fontes de renda estão centradas nas aposentadorias dos mais velhos e do programa Bolsa Família. No povoado há uma migração forte de moradores de Guipará, distrito pertencente também ao município de Pindaí.

Em Paus Pretos há escola até o ensino fundamental. Para continuar os estudos os alunos têm como destino as unidades de ensino situadas na sede municipal de Pindaí.

No povoado há unidade de saúde. O atendimento médico ocorre em média duas vezes na semana, junto com o acompanhamento dos agentes de saúde realizado a cada 15 dias.

Apenas o cemitério foi citado como área de relevante interesse social, embora haja igreja católica (coordenadas UTM 0739285E/8392584N) e festividades como a festa de São Sebastião, no dia 20 de

janeiro, onde há missa e festa. Todavia, a maioria dos núcleos familiares é de religião evangélica. Em visita a campo foi identificada uma igreja protestante e um campo de futebol (coordenadas UTM 0740624E/8393044N).



Figura 2.2.4.6-346 – Campo de futebol em Paus Pretos (Pindaí-BA).



Figura 2.2.4.6-347 – Igreja católica em Paus Pretos (Pindaí-BA).



Figura 2.2.4.6-348 – Igreja protestante em Paus Pretos (Pindaí-BA).

- Povoado Pau de Colher (Pindaí-BA)

O Povoado Pau de Colher, localizado nas coordenadas UTM E0740624/8393044N, localiza-se no quilômetro 65,9 a 1,1 km de distância do eixo do empreendimento, Lote 14. São 50 famílias que vivem em propriedades que não passam de 50 hectares. Acesso por vicinais.

O cultivo do feijão e milho é apenas para subsistência e as principais fontes de renda dos núcleos familiares do povoado estão centradas em bicos na roça e, sobretudo, nas aposentadorias dos mais velhos e no Bolsa Família. Não há associação que represente a localidade.

Os estudantes de Pau de Colher estudam até o 5º ano do ensino fundamental em Fazenda Barra do Mulungu (Urandi) e até o 9º ano do mesmo segmento no povoado de Poço Preto. Quando chegam ao ensino médio o único destino são as escolas situadas na sede municipal de Pindaí.

Não foi relatada a existência de áreas de lazer e festas locais.

- Povoado Fazenda Cajueiro (Pindaí-BA)

Acessado por vicinais Fazenda Cajueiro é formado por 8 famílias. O povoado encontra-se no quilômetro 61,4 a 0,1 Km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 741392E/8397618N, Lote 14.

Na região o cultivo do feijão e milho é apenas para subsistência. A atividade sazonal é bem marcante. A mão de obra jovem masculina, quase que em sua totalidade tem na migração sazonal a única alternativa para geração de renda. Ainda assim, a aposentadoria dos mais velhos e o repasse do programa Bolsa Família são fundamentais como fontes de renda na localidade.

Não há escolas nas localidades. Os alunos do povoado cursam o ensino fundamental em Pesqueiro I e II e o ensino médio na sede municipal de Pindaí.

Tampouco há unidade de saúde. Em relação à saúde, os agentes realizam mensalmente encaminhamento das famílias para o posto de saúde de Cinharó.

Não foi relatada a existência de áreas de lazer e festas locais.



Figura 2.2.4.6-349 – Fazenda Cajueiro (Pindaí-BA).



Figura 2.2.4.6-350 – Fazenda Cajueiro (Pindaí-BA).

- Povoados Fazenda Morrinhos, Salinas e Recreio (Pindaí-BA)

Formado por 18 famílias em pequenos lotes que não chegam a 50 hectares, Fazenda Morrinhos encontra-se no quilômetro 59,1, a 1,9 km de distância da LT, nas coordenadas UTM 0743432E/ 8399402N, Lote 14 e é acessado por vicinais.

Formado por cerca de 15 famílias, divididas em propriedades que chegam até 50 hectares, Salinas encontra-se no quilômetro 60,0, a 2,2 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 0739305E/8399548N, Lote 14, e é acessado por vicinais e BR-122.

Formado por cerca de 10 famílias, divididas em propriedades que chegam até 50 hectares, Recreio encontra-se no quilômetro 62,2, a 0,1 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 0741195E/8396888N, Lote 14, e é acessado por vicinais e BR-122.

Há cultivo de algodão em Fazenda Morrinhos. A produção é vendida para atravessadores do próprio município e também de Guanambi. O milho e o leite são para consumo próprio, embora haja a venda do gado também para atravessadores de Pindaí e Guanambi, realizados não só em Fazenda Morrinhos, mas também em Salinas e Recreio.

Nos três povoados em estudo o destino para quem está cursando o ensino fundamental são as escolas situadas na sede municipal de Pindaí. Em relação ao ensino médio, os alunos de Salinas e Recreio vão estudar em Pindaí, já os de Fazenda Morrinhos se destinam para Guanambi.

Não há unidade de saúde em Fazenda Morrinhos, Salinas e Recreio. O atendimento médico é realizado nas unidades médicas da sede municipal e há visitas de agentes de saúde a cada mês.

Em relação às celebrações há a Festa do Sagrado Coração de Jesus, realizada no mês de junho em Fazenda Morrinhos. Durante esta data há barraquinhas e leilão para arrecadar fundos para o término da construção da igreja do povoado. Não foi relatada a existência de áreas de lazer e festas locais em Salinas e Recreio.



Figura 2.2.4.6-351 – Fazenda Morrinhos (Pindaí-BA).



Figura 2.2.4.6-352 - Salinas (Pindaí-BA).



Figura 2.2.4.6-353 – Salinas (Pindaí-BA).



Figura 2.2.4.6-354 – Recreio (Pindaí-BA).

- Povoados Fazenda Grama, Fazenda Ladeira Grande, Barra da Varginha, Salinas e Mata Veado (Urandi-MG)

Acessado por vicinais, o povoado Fazenda Grama foi identificado nas coordenadas UTM 0750979E/8353531N, no quilômetro 104,7 a 0,5 Km de distância do eixo do empreendimento. É formado por 6 famílias distribuídas em lotes que chegam ao máximo a 50 hectares.

Acessado por vicinais, o povoado Fazenda Ladeira Grande foi identificado nas coordenadas UTM 0751449E/8356454N, no quilômetro 101,9, a 0,3 Km de distância do eixo do empreendimento. É formado por 11 famílias distribuídas em lotes que chegam ao máximo a 50 hectares.

Acessado por vicinais, o povoado Barra da Varginha foi identificado nas coordenadas UTM 0751061E/8356801N no quilômetro 101,8, a 0,8 Km de distância do eixo do empreendimento. É formado por 10 famílias distribuídas em lotes que chegam ao máximo a 50 hectares.

Acessado por vicinais, o povoado Salinas foi identificado nas coordenadas UTM 0753991E /8358768N no quilômetro 98,6, a 0,9 Km de distância do eixo do empreendimento. É formado por 104 famílias distribuídas em lotes que não ultrapassam 50 hectares.

Acessado pela BR-122, o povoado Mata Veado foi identificado nas coordenadas UTM 0749147E/8377788N, no quilômetro 78,1, a 4,0 Km de distância do eixo do empreendimento. É formado por 10 famílias distribuídas em lotes que chegam ao máximo a 50 hectares. Todos localizados no Lote 15 do empreendimento.

Em Salinas não se produz mais nenhum gênero alimentício e alguns núcleos familiares trabalham no setor de serviços e de tecelagem e fiação na sede de Urandi. As principais fontes de renda, não só para Salinas, mas também para Barra da Varginha, Fazenda Ladeira Grande, Fazenda Grama e Mata Veado advêm das aposentadorias dos mais velhos e do programa Bolsa Família.

De um modo geral as associações são também pouco atuantes entre esses povoados. No entanto, chama atenção o trabalho de algumas, como a Associação de Pequenos Produtores Rurais ADECLEZ, em Salinas, que empresta tratores para os núcleos familiares que mantêm suas lavouras.

No tocante a educação, Salinas é o único povoado que dispõe de unidade escolar (coordenadas UTM 0754025E/8358615N), ainda que atenda somente até o ensino fundamental. No entanto, este povoado recebe todos os alunos dos povoados em questão (Barra da Varginha, Fazenda Ladeira Grande, Fazenda

Gramma, Mata Veado) e que cursam o mesmo segmento. Vale ressaltar que a escola dispõe de uma quadra poliesportiva (coordenadas UTM 0754025E/8358615N) onde a comunidade também pode usufruir.



Figura 2.2.4.6-355 - Escola Municipal em Salinas (Urandi-MG).



Figura 2.2.4.6-356 – Quadra poliesportiva (Urandi-MG).

Logo, para cursar o ensino médio, todos os povoados em questão têm como único destino as escolas situadas na sede municipal de Urandi.

Em relação ao ensino superior, apenas Salinas relatou a presença de pessoas que estejam realizando algum curso universitário, tendo como principal destino o município de Guanambi.

No que tange a saúde, Salinas é o único povoado que dispõe de atendimento médico. A visita dos agentes de saúde costuma ser realizada a cada 15 dias e, até meados do ano de 2015, havia a presença de médicos cubanos. Os demais povoados só têm como alternativa o atendimento na sede municipal. No entanto, há o atendimento – realizado em média uma vez ao mês - dos agentes de saúde nos núcleos familiares das localidades.

Em relação às áreas de relevante interesse social foi relatado entre os povoados o campo de futebol em Salinas (coordenadas UTM 0753991E /8358768N ao lado do portal do povoado) e no tocante as celebrações a festa de Nossa Senhora de Fátima realizada também no povoado de Salinas sempre na última semana de maio, onde há a realização de novenas e missa na igreja (coordenadas UTM 0754073E/8358626N).



Figura 2.2.4.6-357 – Entrada para o povoado de Salinas (Urandi-MG).



Figura 2.2.4.6-358 – Campo de Futebol em Salinas (Urandi-MG).



Figura 2.2.4.6-359 – Igreja em Salinas (Urandi-MG).



Figura 2.2.4.6-360 – Mata Veado (Urandi-MG).



Figura 2.2.4.6-361 – Fazenda Ladeira Grande (Urandi-MG).

- Povoado Fazenda Bananeira (Urandi-MG)

Povoado rural com cerca de 4 famílias, com propriedades de 50 a 500 hectares, nas coordenadas UTM 0753599E/8360737N, no quilômetro 97,2, a 0,5 Km de distância do eixo do empreendimento, Lote 15. O povoado é acessado por vicinais.

A produção de leite é a principal fonte de renda do pequeno povoado e o destino são as fábricas de queijo situadas na sede municipal de Urandi.

Os alunos que estão no ensino fundamental estudam no povoado de Salinas, já os que estão cursando o ensino médio vão para as escolas situadas na sede municipal de Urandi.

Em relação às áreas de interesse social, o povoado relatou a existência de campo de futebol e a festa de São João.

- **Fazenda Olho D'Água, Lagoinha, Feijão Preto, Fazenda Barra do Mulungu, Casa Nova e Riachão** (Urandi-MG).

Acessado por vicinais, o povoado Fazenda Olho D'Água foi identificado nas coordenadas UTM 0753114E/8363486N, no quilômetro 95,1, a 2,4 km de distância do eixo do empreendimento. É formado por cerca de 10 famílias com lotes de tamanho de 0 a 50 hectares.

Acessado pela BR-122 e vicinais, o povoado Lagoinha foi identificado nas coordenadas UTM 0752814E/8369459N, no quilômetro 86,2, a 1,7 km de distância do eixo do empreendimento. É formado por cerca de 5 famílias com lotes de tamanho de 0 a 50 hectares.

Acessado pela BR-122 e vicinais, o povoado Feijão Preto foi identificado nas coordenadas UTM 0753551E/8370223N, no quilômetro 85,9, a 0,7 km de distância do eixo do empreendimento. É formado por cerca de 5 famílias com lotes de tamanho de 0 a 50 hectares.

Acessado pela BR-122 e vicinais, o povoado Fazenda Barra do Mulungu foi identificado nas coordenadas UTM 0754056E/8375448N, no quilômetro 80,9, a 0,6 km de distância do eixo do empreendimento. É formado por cerca de 35 famílias com lotes de tamanho de 0 a 50 hectares.

Acessado pela BR-122 e vicinais, o povoado Casa Nova foi identificado nas coordenadas UTM 0751593E/8375107N, no quilômetro 81,0, a 1,9 km de distância do eixo do empreendimento. É formado por cerca de 3 famílias com lotes de tamanho de 0 a 50 hectares.

Acessado pela BR-122 e vicinais, o povoado Riachão foi identificado nas coordenadas UTM 0751954E/8381274N, no quilômetro 75,0, a 1,2 km de distância do eixo do empreendimento. É formado por 25 famílias com lotes de tamanho de 0 a 50 hectares. Todos se encontram no Lote 15 do empreendimento.

A região é caracterizada pelos cultivos de feijão, sorgo e criação de boi e galináceos. Embora haja a comercialização desses gêneros via atravessador, a produção não é suficiente para o sustento desses núcleos familiares. No passado o povoado de Riachão cultivava algodão, mas atualmente não existe mais por conta da praga do “**bicudo do algodoeiro**”.

A atividade sazonal é bem marcante nos povoados de Riachão e Casa Nova. Todavia, as principais fontes de renda dos núcleos familiares de todos os povoados supracitados são as aposentadorias dos mais velhos e o repasse do programa Bolsa Família. Em Riachão, inclusive, a Associação Boa Sorte, Joaquim de **Souza e Olho D'Água da Jurema costuma realizar assessoria referente ao recebimento de aposentadoria rural** aos seus associados.

Foram mencionadas a existência da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Casa Nova, Boa Esperança e Vizinhança, da Associação Vale de Cova da Mandioca e da Associação Casa Nova.

Em relação à educação, apenas o povoado de Casa Nova que dispõe de sua própria escola, ainda que esta atenda apenas o primeiro ciclo do ensino fundamental, restando a sede municipal de Urandi para a

continuidade dos estudos. Uma parte dos alunos de Riachão estuda no povoado de Tiririca. Para a continuidade dos estudos, os estudantes de Riachão seguem até as escolas situadas na sede municipal de **Urandi**. Já em **Fazenda Barra do Mulungu, Lagoinha, Feijão Preto e Fazenda Olho D'Água** o destino para o ensino fundamental e médio é somente a sede de Urandi.

Em nenhum dos povoados há unidades de saúde. Em Casa Nova, Fazenda Barra do Mulungu, Lagoinha, **Feijão Preto e Fazenda Olho D'Água sequer há acompanhamento dos agentes de saúde**. Em Riachão há a visita desses profissionais aos núcleos familiares do povoado uma vez ao mês. O atendimento médico para todos está na sede municipal de Urandi.

Em relação às práticas culturais, apenas no povoado de Casa Nova relatou-se as festas de Nossa Senhora da Aparecia, celebrada no mês de outubro, e São João, realizada no mês de junho.



Figura 2.2.4.6-362 – Casa em Riachão (Urandi-MG).



Figura 2.2.4.6-363 – Estrada em Casa Nova (Urandi-MG).



Figura 2.2.4.6-364 – Casa Nova (Urandi-MG).



Figura 2.2.4.6-365 – Casa Nova (Urandi-MG).



Figura 2.2.4.6-366 – Igreja em Casa Nova (Urandi-MG).



Figura 2.2.4.6-367 – Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Casa Nova, Boa Esperança e Vizinhança (Urandi-MG).



Figura 2.2.4.6-368 – Fazenda Barra do Mulungu (Urandi-MG).



Figura 2.2.4.6-369 – Lagoinha (Urandi-MG).



Figura 2.2.4.6-370 – Lagoinha (Urandi-MG).



Figura 2.2.4.6-371 – Feijão Preto (Urandi-MG).



Figura 2.2.4.6-372 – **Fazenda Olho D'água** (Urandi-MG).

- Povoados Quixabá e Fazenda Boa Sorte (Urandi-MG)

Quixabá é formado por cerca de 10 famílias com lotes de 50 a 500 hectares. Acessado pela BR-122 e vicinais, o povoado está localizado nas coordenadas UTM 0751348E/8381093N, no quilômetro 75,2, a 1,8 km de distância do eixo do empreendimento.

Fazenda Boa Sorte é formado por cerca de 30 famílias com lotes de 50 a 500 hectares. Acessado pela BR-122 e vicinais, o povoado está localizado nas coordenadas UTM 0752776E/8380835N, no quilômetro 75,5, a 0,4 km de distância do eixo do empreendimento. Ambos no Lote 15.

Nos povoados mencionados acima há o cultivo do sorgo para ração do gado e quando há excedente há a venda para atravessadores de Urandi e produtores rurais da região. Não há representação via associações. A mão de obra jovem e, principalmente, masculina é quase que totalmente escoada para as atividades sazonais nos períodos de corte da cana de açúcar no interior de São Paulo e colheita do café no Sul de Minas Gerais.

As principais fontes de renda dos núcleos familiares dos povoados supracitados advêm das aposentadorias dos mais velhos e do programa Bolsa Família.

Os estudantes dos povoados cursam inteiramente o ensino fundamental e médio em Urandi.

Em nenhum dos povoados em questão há unidades de saúde, embora haja o serviço dos agentes que realizam visitas mensais em cada localidade e encaminha diretamente para a sede municipal de Urandi.

Não foi relatada a existência de áreas de lazer e festas locais.



Figura 2.2.4.6-373 – Quixabá (Urandi-MG).



Figura 2.2.4.6-374 – Fazenda Boa Sorte (Urandi-MG).

- Povoado Fazenda Água Verde (Urandi-BA)

Com cerca de 30 famílias residentes, o povoado Fazenda Água Verde está situado nas coordenadas UTM 0752285E/8385754N, no quilômetro 70,6, a 1,0 km de distância do eixo do empreendimento, Lote 15. É acessado pela BR-122 e vicinais.

No povoado, só cultiva feijão e milho quem tem poço artesiano. A produção é bastante afetada pela seca. Neste povoado também há a produção de leite, porém rende muito pouco. Deste modo as principais fontes de renda para esses núcleos familiares são a aposentadoria dos mais velhos e o programa Bolsa Família. Boa parte dos moradores está migrando para os núcleos urbanos de Pindaí e Urandi.

Das organizações sociais que atuam em Fazenda Água Verde há a Associação de Barreirinha e a Associação de Pindaí. No entanto, segundo os depoentes, é pouco atuante.

No povoado de Fazenda Água Verde os alunos de todos os segmentos são encaminhados para Pindaí. Os que cursam até o 5º ano do ensino fundamental vão para a escola do Povoado Pesqueiro I e II (Pindaí) e os que continuam os estudos até o ensino médio nas escolas da sede municipal de Pindaí.

Em relação à saúde, por não dispor de unidade de saúde, os núcleos familiares são encaminhados por agentes que realizam visitas a cada mês para as unidades de saúde situadas na sede municipal de Urandi.

No que tange as áreas de relevante interesse social os moradores do povoado citaram o campo de futebol (coordenadas UTM 0752634E/8387464N e 0752109E/8386656N) e uma pequena capela (coordenadas UTM 0753048E/8387154N).



Figura 2.2.4.6-375 – Fazenda Água Verde (Urandi-MG).



Figura 2.2.4.6-376 – Igreja em Água Verde (Urandi-MG).



Figura 2.2.4.6-377 – Campo de futebol em Água Verde (Urandi-MG).



Figura 2.2.4.6-378 - Campo de futebol em Água Verde (Urandi-MG).

- Povoados Fazenda Tataíra, Morro do Macaco, Pesqueiro I e II, Lagoinha e Lagoa de Dominginhos (Pindaí-BA).

Fazenda Tataíra é um povoado onde residem cerca de 80 famílias em propriedades que não ultrapassam os 50 hectares. Está situado nas coordenadas UTM 0751584E/8388920N, no quilômetro 67,3, a 1,6 km de distância do eixo do empreendimento. O povoado é acessado por vicinais.

Morro do Macaco é um povoado onde residem 18 famílias em propriedades que não ultrapassam os 50 hectares. Está situado nas coordenadas UTM 0752301E/8391070N, no quilômetro 65,1, a 0,8 km de distância do eixo do empreendimento. O povoado é acessado por vicinais.

Pesqueiro I e II é um povoado onde residem cerca de 20 famílias em propriedades que não ultrapassam os 50 hectares. Está situado nas coordenadas UTM 0752627E/8391986N, no quilômetro 64,2, a 0,4 km de distância do eixo do empreendimento. O povoado é acessado por vicinais.

Lagoinha é um povoado onde residem cerca de 20 famílias em propriedades que não ultrapassam os 50 hectares. Está situado nas coordenadas UTM 0753986E/8395450N, no quilômetro 61,0, a 1,5 km de distância do eixo do empreendimento. O povoado é acessado por vicinais.

Lagoa de Dominginhos é um povoado onde residem cerca de 50 famílias em propriedades que não ultrapassam os 50 hectares. Está situado nas coordenadas UTM 0751955E/8396154N, no quilômetro 60,0, a 0,4 km do eixo do empreendimento. O povoado é acessado por vicinais. Todos se encontram no Lote 15 do empreendimento.

Esses povoados são caracterizados pela produção de gêneros alimentícios como milho, feijão e sorgo, mas devido a seca a produção é apenas para subsistência. Os núcleos familiares se mantêm com as aposentadorias dos mais velhos e o programa Bolsa Família. Na região há a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Lagoinha e que atende a localidade de Lagoa de Dominginhos.

Apenas o povoado de Pesqueiro I e II possui escola de ensino de nível fundamental. Nessa escola estudam alunos de Furado Fundo, Morro do Macaco, Fazenda Tataíra, Fazenda Cajueiro e Limeira. O ensino médio é oferecido apenas na sede municipal de Pindaí. Em relação aos demais povoados, por não haver escolas o destino para todos os segmentos educacionais são as escolas situadas na sede do município de Pindaí.

Em relação à saúde em nenhum desses povoados há unidade de saúde e todos os núcleos familiares se consultam na sede municipal de Pindaí. No entanto, as visitas e encaminhamentos dos agentes de saúde são realizados mensalmente e, em Lagoa de Dominginhos a cada quinze dias.

No que tange as celebrações em Lagoa de Dominginhos foi relatada a festa de São José comemorada no final do ano. Em visita a campo foram identificados um campo de futebol em Morro do Macaco (coordenadas UTM 0752301E/8391070N) e outro em Lagoa de Dominginhos (coordenadas UTM 0751955E/8396154N).



Figura 2.2.4.6-379 – Campo de futebol em Morro do Macaco.



Figura 2.2.4.6-380 – Pesqueiro I e II.



Figura 2.2.4.6-381 – Lagoinha (Pindaí-BA).



Figura 2.2.4.6-382 – Lagoa de Dominginhos (Pindaí-BA).



Figura 2.2.4.6-383 – Campo de futebol em Lagoa de Dominginhos (Pindaí-BA).



Figura 2.2.4.6-384 – Morro do Macaco (Pindaí-BA).

- Povoado Furado Fundo (Pindaí-BA)

Acessado por vicinais Furado Fundo é formado por cerca de 48 famílias. O povoado encontra-se no quilômetro 62,5 a 1,6 Km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 751158E/8393476N, Lote 14.

Na região o cultivo do feijão e milho é apenas para subsistência. A atividade sazonal é bem marcante. A mão de obra jovem masculina, quase que em sua totalidade tem na migração sazonal a única alternativa para geração de renda. Ainda assim, a aposentadoria dos mais velhos e o repasse do programa Bolsa Família são fundamentais como fontes de renda na localidade.

Não há escolas nas localidades. Os alunos dos três povoados cursam o ensino fundamental em Pesqueiro I e II e o ensino médio na sede municipal de Pindaí.

Tampouco há unidades de saúde. Em relação à saúde, os agentes realizam mensalmente encaminhamento das famílias para o posto de saúde de Cinharó.

No que tange as áreas de relevante interesse social a visita em campo identificou duas igrejas em Furado Fundo, sendo uma protestante (coordenadas UTM 0751584E/8388920N) e outra católica (coordenadas UTM 0752757E/8389732N).



Figura 2.2.4.6-385 – Igreja católica em Furado Fundo (Pindaí-BA).



Figura 2.2.4.6-386 – Furado Fundo (Pindaí-BA).

- Povoado Fazenda Jacu (Pindaí-BA)

O Povoado Fazenda Jacu, nas coordenadas UTM 0749836E/8395418N, localiza-se no quilômetro 60,4, a 2,6 km de distância do eixo do empreendimento, Lote 15. São 50 famílias que vivem em propriedades que não passam de 50 hectares. O acesso se dá por vicinais e BR-122.

O cultivo do feijão e milho é apenas para subsistência e as principais fontes de renda dos núcleos familiares do povoado estão centradas em bicos na roça e sobretudo nas aposentadorias dos mais velhos e no Bolsa Família. Inclusive a assessoria referente à aposentadoria rural também é uma das principais ações da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Estrela Dourada, que representa a localidade de Fazenda Jacu, que também conseguiu para o povoado a doação de cisternas pelo Programa Água Para Todos.

Os estudantes de Fazenda Jacu estudam até o 5º ano do ensino fundamental em Fazenda Barra do Mulungu (Urandi) e até o 9º ano do mesmo segmento no povoado de Poço Preto. Quando chegam ao ensino médio o único destino são as escolas situadas na sede municipal de Pindaí.

Em relação às áreas de relevante interesse social, foram identificados igreja católica em Fazenda Jacu (coordenadas UTM 0742564E/8393818N).



Figura 2.2.4.6-387 – Fazenda Jacu (Pindaí-BA).



Figura 2.2.4.6-388 – Igreja em Fazenda Jacu (Pindaí-BA).

- Povoado Morro do Pindaí (Pindaí-BA)

Formado por cerca de 105 famílias, divididas em propriedades que chegam até 500 hectares, Morro do Pindaí encontra-se no quilômetro 57,4, a 1,0 Km de distância do eixo do empreendimento, Lote 15, nas coordenadas UTM 0751215E/8398812N e é acessado por vicinais e BR-122.

A juventude, sobretudo a masculina, é quase que totalmente escoada para as atividades sazonais nos períodos de corte da cana de açúcar no interior de São Paulo e colheita do café no Sul de Minas Gerais. No povoado há a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Morro do Pindaí importante por realizar ações como a construção de 4 poços artesianos (3 comunitários e 1 individual), além de energia elétrica para 55 casas, há 3 anos, através do programa Luz Para Todos.

O povoado conta com o cultivo de feijão, arroz e sorgo. O que sobra do que é cultivado é vendido na feira da cidade. Há também a criação de gado e suínos que são abatidos e vendidos para os feirantes.

Geralmente os estudantes de Morro do Pindaí cursam o ensino fundamental na sede municipal de Pindaí, mas, quando chegam ao ensino médio, estes vão para as escolas de Guanambi.

No tocante a saúde, o povoado é contemplado por visitas mensais dos agentes de saúde que encaminham para as unidades de Pindaí. Não há unidade de saúde.

No povoado há a Festa de Santa Bárbara cujo principal objetivo é arrecadar fundos para a construção da capela da comunidade.



Figura 2.2.4.6-389 – Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Morro do Pindaí (Pindaí-BA).



Figura 2.2.4.6-390 – Morro do Pindaí (Pindaí-BA).

- Povoado Pedra Ladeira (Pindaí-BA)

Formado por 40 famílias, em propriedades que não chegam a 50 hectares, o povoado de Pedra Ladeira encontra-se no quilômetro 54,5, a 1,7 Km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 750556E/8401724N, Lote 15 e é acessado por vicinais.

Na região o cultivo do feijão e milho é apenas para subsistência. A atividade sazonal é bem marcante. A mão de obra jovem masculina, quase que em sua totalidade tem na migração sazonal a única alternativa e a renda principal de muitas famílias está na aposentadoria dos mais velhos e no repasse do programa Bolsa Família.

Geralmente os alunos do povoado estudam em Tanque até o primeiro ciclo do ensino fundamental, continuando os estudos até o ensino médio nas escolas da sede municipal de Pindaí.

Tanque também recebe os núcleos familiares de Pedra Ladeira em sua Unidade Básica de Saúde. Entretanto, as visitas dos agentes de saúde ocorrem a cada seis meses, diferente das demais localidades de Pindaí, cuja frequência é mensal.

No tocante as práticas culturais, em Pedra Ladeira foram relatadas as festas de São Sebastião, realizada no mês de janeiro, e a de Santo Antônio, realizada no mês de junho.



Figura 2.2.4.6-391 – Pedra Ladeira (Pindaí-BA).



Figura 2.2.4.6-392 - Pedra Ladeira (Pindaí-BA).

- Povoado Mato Grosso (Pindaí-BA)

Formado por cerca de 50 famílias, o povoado encontra-se no quilômetro 52,5, a 0,3 Km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 751642E/8403576N, Lote 15, e é acessado por vicinais. Os lotes não ultrapassam os 50 hectares.

O povoado vive do cultivo de hortaliças que são vendidas nas feiras em Guanambi. Vale ressaltar que, ainda que esta seja a principal fonte de renda da localidade, a juventude de Mato Grosso, sobretudo a masculina, é quase que totalmente escoada para as atividades sazonais nos períodos de corte da cana de açúcar no interior de São Paulo e colheita do café no Sul de Minas Gerais.

Entretanto, cabe mencionar a atuação das associações em Mato Grosso que também realizam serviços importantes aos seus associados. De acordo com os depoentes, a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Mato Grosso auxilia seus associados no empréstimo de trator para uso na lavoura, como também disponibiliza através do Projeto COOTRAF – Cooperativa de Assistência Técnica e Educacional para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar¹³ assistência técnica para os seus produtores rurais associados, em cursos no plantio de hortaliças e como fazer adubo.

No que tange a educação os alunos de Mato Grosso estudam até o primeiro ciclo do ensino fundamental no povoado Tanque e depois nas escolas situadas na sede municipal de Pindaí, posto que não há escola na localidade.

¹³ Fonte: http://cootraf.com.br/?page_id=19 Acessado em 05/06/2017.

Em relação à saúde não há unidade de saúde no povoado. Os agentes de saúde que realizam visitas mensais no povoado encaminham os moradores para as unidades de saúde situadas também na sede municipal de Pindaí.

A festa junina é tão celebrada no povoado que os ensaios para a quadrilha se iniciam um mês e meio antes da realização da festa. O natal também é celebrado de maneira coletiva entre as famílias de Mato Grosso. Em relação às áreas de relevante interesse social há a quadra, o campo de futebol e o cemitério, todos situados nas mesmas coordenadas UTM 751641E/8403576N. No entanto chama atenção a importância simbólica do Rio Grande, que margeia o povoado e é considerado sagrado por nunca ter secado.



Figura 2.2.4.6-393 - Igreja em Mato Grosso (Pindaí-BA).



Figura 2.2.4.6-394 – Quadra em Mato Grosso (Pindaí-BA).



Figura 2.2.4.6-395 – Escola desativada em Mato Grosso (Pindaí-BA).



Figura 2.2.4.6-396 – Cemitério em Mato Grosso (Pindaí-BA).

- Povoados Tanque e Lagoa do Arroz (Pindaí-BA)

Formado por 150 famílias, o povoado Tanque encontra-se nas coordenadas UTM 0749459E/8407796N, no quilômetro 48,5, a 2,2 Km de distância do eixo do empreendimento. O povoado é acessado por vicinais e Estrada para Guanambi, Lote 15.

Formado por 20 famílias, o povoado Lagoa do Arroz encontra-se nas coordenadas 0750546E/8404636N, no quilômetro 51,3, a 1,2 Km de distância do eixo do empreendimento. O povoado é acessado por vicinais e Estrada para Guanambi, Lote 15.

Nos povoados o cultivo do feijão e milho é apenas para subsistência, mesmo com empréstimos de tratores via Associação Comunitária de Tanque para o caso dessa localidade. A atividade sazonal é bem marcante em ambos. A mão de obra jovem masculina, quase que em sua totalidade tem como a migração sazonal para o cultivo do café no sul de Minas Gerais e o corte da cana de açúcar no interior de São Paulo como única alternativa. Ainda assim a aposentadoria dos mais velhos e o programa Bolsa Família continuam sendo as principais fontes de renda para esses povoados.

Tanque dispõe somente do ensino até o primeiro ciclo do ensino fundamental, acolhendo alunos de Mato Grosso e Pedra Ladeira. Para completar o ensino fundamental e cursar o ensino médio há apenas as escolas da sede municipal de Pindaí como destino. Já em Lagoa do Arroz todo o processo escolar é realizado em Pindaí.

Em Tanque há Unidade Básica de Saúde, que recebe parte dos moradores de Lagoa do Arroz e Pedra Ladeira. O atendimento médico ocorre em média duas vezes na semana, junto com o acompanhamento dos agentes de saúde realizado a cada 15 dias.

No tocante as celebrações, em Tanque há a festa de Nossa Senhora da Conceição onde há a realização de missa e cortejo pelas ruas do povoado. No mesmo povoado foi relatada a existência de uma praça e o campo de futebol como áreas de relevante interesse social. Não foi relatada a existência de áreas de lazer e festas locais em Lagoa do Arroz.



Figura 2.2.4.6-397 - Praça em Tanque (Pindaí-BA).



Figura 2.2.4.6-398 – Igreja em Tanque (Pindaí-BA).



Figura 2.2.4.6-399 – Ruas de Tanque (Pindaí-BA).



Figura 2.2.4.6-400 – Lagoa do Arroz (Pindaí-BA).

- Povoado Limeira (Pindaí-BA).

Acessado por vicinais Limeira é formado por cerca de 8 famílias. O povoado encontra-se no quilômetro 44,7 a 0,02 km de distância do eixo do empreendimento, nas coordenadas UTM 0752957E/8411118N, Lote 14.

Na região o cultivo do feijão e milho é apenas para subsistência. A atividade sazonal é bem marcante. A mão de obra jovem masculina, quase que em sua totalidade tem na migração sazonal a única alternativa para geração de renda. Ainda assim, a aposentadoria dos mais velhos e o repasse do programa Bolsa Família são fundamentais como fontes de renda na localidade.

Não há escolas nas localidades. Os alunos dos três povoados cursam o ensino fundamental em Pesqueiro I e II e o ensino médio na sede municipal de Pindaí.

Tampouco há unidades de saúde. Em relação à saúde, os agentes realizam mensalmente encaminhamento das famílias para o posto de saúde de Cinharó.

Não foi relatada a existência de áreas de lazer e festas locais.



Figura 2.2.4.6-401 – Limeira (Pindaí-BA).

▪ **Distrito Lagoa Velha e Povoado Olho D'Água (Pindaí-BA)**

Formada por cerca de 3750 famílias em lotes de até 50 hectares, o distrito de Lagoa Velha localiza-se nas coordenadas UTM 754416E/8413200N no quilômetro 42,2, a 0,4 km de distância do eixo do empreendimento, Lote 15. O acesso é por vicinais.

Formada por apenas 3 famílias em lotes de até 50 hectares, o **povoado de Olho D'Água** localiza-se nas coordenadas UTM 0752763E/8409122N no quilômetro 46,6 a 0,7 km de distância do eixo do empreendimento, Lote 15. O acesso é por vicinais e Estrada para Guanambi.

Em Lagoa Velha, mesmo com o auxílio da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Pequeno Morro para fazer o plantio, o que se colhe não dá para comercializar. A situação também é semelhante para o **povoado de Olho D'Água**, em ambos a aposentadoria e o Bolsa Família são as principais fontes de renda dos moradores.

Tanto em Lagoa Velha quanto em Olho D'Água, os estudantes do ensino fundamental estudam nas escolas situadas na sede municipal de Pindaí. Todavia, diferente das demais localidades, o ensino médio geralmente é cursado em Guipará, localidade também pertencente ao município de Pindaí.

Os dois povoados são desprovidos de unidade de saúde, tendo como único destino para atendimento médico as unidades situadas na sede municipal de Pindaí. Os agentes de saúde estão presentes nos dois povoados. Em Lagoa Velha de maneira quinzenal e em Olho D'Água mensal.

Sobre as celebrações em Lagoa Velha há a festa de São João e Nossa Senhora da Aparecida. Já em relação às áreas de relevante interesse social foram encontrados duas igrejas (coordenadas UTM 754416E/8413200N e 752803E/8411808N) e um cemitério (coordenadas UTM 754535E/8412022N) no mesmo povoado. Não foi relatada a existência de áreas **de lazer e festas locais em Olho D'Água**.



Figura 2.2.4.6-402 – Lagoa Velha (Pindaí-BA).



Figura 2.2.4.6-403 – Igreja em Lagoa Velha (Pindaí-BA).



Figura 2.2.4.6-404 – Cemitério em Lagoa Velha (Pindaí-BA).



Figura 2.2.4.6-405 – Igreja em Lagoa Velha (Pindaí-BA).

- Povoados Morro da Barra e Lagoa Dantas (Pindaí-BA)

O povoado Morro da Barra abriga apenas 1 família, nas coordenadas UTM 755843E/8416612N, no quilômetro 38,5, a 0,2 km de distância do eixo do empreendimento. O acesso é por vicinais.

O povoado Lagoa Dantas abriga apenas 6 famílias, nas coordenadas UTM 754219E/8415698N, no quilômetro 40,0, a 0,8 km de distância do eixo do empreendimento. O acesso é por vicinais e BA-938. Situa-se no Lote 15 do empreendimento.

Não se produz mais nenhum gênero alimentício nesta região e a principal fonte de renda da maioria desses povoados vem das aposentadorias dos mais velhos e do programa Bolsa Família. Nestes povoados não foi mencionada a representação de nenhuma organização social.

Em Morro da Barra o único destino para quem estuda é a sede municipal de Pindaí. Já em Lagoa Dantas o destino para quem está no ensino fundamental é Saraíma (Pindaí) e no ensino médio Guanambi.

Em relação à saúde em nenhum dos povoados há unidade de saúde. O encaminhamento para atendimento de saúde é feito diretamente para as unidades da sede municipal de Pindaí e pelos agentes de saúde que costumam fazer as visitas nos povoados a cada mês.

Sobre as manifestações culturais em Lagoa Dantas os moradores têm se mobilizado para a realização de festas com o objetivo de terminar a construção da sede de sua associação.



Figura 2.2.4.6-406 – Lagoa Dantas (Pindaí-BA).

2.2.4.6.4.1.8 - Trecho 8 - Candiba; Guanambi; Caetité (BA)

a) Perfil de Ocupação

Entre Candiba e Caetité, na Bahia, identificou-se 29 localidades, três distritos (Pilões, Ceraíma e Morrinhos) e o restante povoado.

Pouco se conhece sobre a história de formação do presente trecho. Dentre a população consultada, boa parte, sobretudo nos municípios de Guanambi e Caetité, desconhecia a origem de seus territórios. No entanto, há relatos emblemáticos que indicam a formação de localidade com mais de um século de vida, como é o caso de Pilões, situado no município de Candiba, que, ao que parece, surgiu a partir da chegada da família Oliveira, que abriu um comércio de cereais e comida, e assim, formou-se um núcleo de povoação ao redor há cerca de 100 anos.

Morrinhos, localidade situada no município de Guanambi, nasceu em volta de uma capela que pertencia a uma família dona de uma fazenda. Anos depois, há cerca de 100 anos, o povoado foi se formando em volta dessa capela, que hoje é distrito.

Ceraíma formou-se a partir de um projeto de assentamento em virtude da construção de uma barragem próxima, denominada por Barragem Ceraíma. O processo de assentamento de Ceraíma pelo INCRA data de 1971.

Em Pinheiros, localidade pertencente a Candiba, um dos estopins para o crescimento da localidade foi o Programa Luz para Todos, posto que até então não havia energia elétrica na localidade.

Em relação à caracterização da população no que tange a produção, o trecho 8 é o que mais difere dos demais. A maior parte das localidades sobrevive do que produz. No que tange o território da AEL, Candiba e Caetitê são regiões que vivem da produção de leite. Na localidade de Pirajá, constituída por 800 pessoas onde cada núcleo familiar possui uma propriedade média de 1000 hectares, a produção do leite é escoada em sua totalidade para a empresa Laticínios Bonfim, em Guanambi. Já em Pinheiros (Candiba) ainda que uma minoria dos núcleos familiares seja contemplada pelo programa Bolsa Família, a maioria dos núcleos familiares sobrevive do gado leiteiro, vendendo a produção para a cooperativa de laticínios de Guanambi. Neste cenário ainda há uma pequena parte que sobrevive com a lavoura de subsistência e com auxílio da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Candiba com o empréstimo de trator. Pilões (Candiba) vivia da produção de feijão, milho, mandioca e sorgo antes da seca que assola a região desde 2011. Atualmente a localidade possui uma associação denominada Associação de Pequenos Produtores Rurais de Pilões que auxilia na realização de empréstimos aos pequenos produtores rurais para uma maior dinamização no comércio leiteiro.

A maior parte dos produtores rurais de Pilões comercializa o leite para produtores de queijo de Candiba ou diretamente para a empresa de laticínios Candibom ou também no comércio de feiras em Guanambi. Nesta localidade, a segunda maior fonte de renda está nos empregos no setor de serviços ou no funcionalismo público em Guanambi.

Nas localidades do município de Guanambi a produção local é mais diversificada. A seca assola algumas regiões, como é o caso de Curral de Varas e Lagoa Dantas/Lage do Sapato, onde a principal fonte de renda vem da aposentadoria dos mais velhos e do programa Bolsa Família. Em Morrinhos o desemprego também é alto, embora haja o cultivo em menor escala do tomate e hortifrúti granjeiros que são comercializados em Guanambi por meio de atravessador. Morrinhos também conta com a Associação Rural de Morrinhos e Região na assistência a pequenos produtores rurais em empréstimos para o financiamento de suas plantações via EMATER.

Em Lagoa da Pedra de João Cotrim, Fazenda Tambori, Ceraíma, Fazenda Lagoa Suja e Barro Vermelho a agricultura também é representativa. Lagoa da Pedra de João Cotrim, Fazenda Tambori, Ceraíma e Barro Vermelho tem a agricultura como atividade mais representativa. Os núcleos familiares, sobretudo os de Ceraíma (via Cooperativa dos Colonos) e de Barro Vermelho (Associação de Produtores Rurais de Barro Vermelho) contam com o auxílio em suas lavouras através de empréstimo de tratores. Já em Lagoa da Pedra de João Cotrim, a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Lagoa da Pedra de João Cotrim

conseguiu a construção de poços artesianos e encanamento d'água para todos os núcleos familiares, além de assessorar os mais velhos no encaminhamento de suas aposentadorias rurais. Nestas regiões é comum o plantio de abóbora, tomate, feijão, maxixe, repolho, manga, banana, aipim, alface, cheiro verde, couve e beterraba. Geralmente cada núcleo familiar vende a sua produção em supermercados ou diretamente nas feiras de Guanambi e Caetité. Vale ressaltar que em Barro Vermelho, apesar de ser um povoado agrícola, assim como os supracitados, o uso da terra, no tocante aos produtores é diferente: o território é constituído por 4 famílias, mas que residem na sede municipal de Guanambi.

Por ser um município rico no setor de serviços, sobretudo no comércio, Guanambi é considerado um centro regional, um expressivo número de moradores dessas regiões também trabalha na sede do município.

Nesse trecho foi identificada a Comunidade Quilombola Caco/Vargem do Rancho/Taboa II, localizada no município de Candiba (BA). A mesma será objeto de Estudo específico – Estudo do Componente Quilombola (ECQ) de acordo com tratativas em andamento junto a Fundação Cultural Palmares (FCP).

b) Caracterização das Localidades identificadas no trecho 8

Quadro 2.2.4.6-24 - Localidades identificadas no Trecho 8 – Lote 14

UF	Município	Localidade	Tipo	No. de Famílias	KM da LT	Distância da LT (km)	Lado da LT	E (UTM 23S)	N (UTM 23S)
BA	Candiba	Caco/Vargem do Rancho/Taboa II	Comunidade Quilombola	-	57,7	0,5	Direito	741493	8401364
BA	Candiba	Fazenda Caco	Povoado	80	57,7	0,5	Esquerdo	741500	8401420
BA	Candiba	Fazenda Morrinhos II	Povoado	5	57,4	1,9	Direito	743924	8401036
BA	Candiba	Fazenda Tanquinho	Povoado	60	55,0	0,3	Direito	742492	8403954
BA	Candiba	Fazenda Dourados	Povoado	50	54,5	1,5	Esquerdo	740698	8404368
BA	Candiba	Dourado	Povoado	50	53,3	0,0	Direito	742195	8405624
BA	Candiba	Pilões	Distrito	500	49,8	1,8	Esquerdo	740822	8409609
BA	Candiba	Gameleiras	Povoado	60	45,1	0,3	Esquerdo	742119	8413574
BA	Candiba	Pinheiros	Povoado	40	44,0	0,8	Esquerdo	741350	8414516
BA	Guanambi	Malhada do Canto	Povoado	20	42,3	1,5	Esquerdo	740759	8416776
BA	Guanambi	Ceraíma	Distrito	400	37,4	1,5	Direito	746647	8419504
BA	Guanambi	Posto do Pega	Povoado	5	31,0	1,3	Esquerdo	747044	8426324
BA	Guanambi	Sítio dos Gatos	Povoado	10	22,1	0,5	Esquerdo	750208	8434206
BA	Guanambi	Fazenda Lagoa da Pedra	Povoado	15	20,5	1,3	Direito	752656	8434556
BA	Guanambi	Fazenda Lagoa Suja	Povoado	20	19,6	1,4	Direito	753272	8435160
BA	Guanambi	Fazenda Tambori	Povoado	3	18,8	1,5	Direito	753879	8435706
BA	Caetité	Fazenda Vereda do Cercado	Povoado	50	16,3	1,2	Esquerdo	753429	8439386

Fonte: Ecology Brasil, 2017.

Quadro 2.2.4.6-25. Localidades identificadas no Trecho 8 – Lote 15

Coordenador:

Técnico:

9	Município	Localidade	Tipo	No. de Famílias	KM da LT	Distância da LT (km)	Lado da LT	E (UTM 23S)	N (UTM 23S)
BA	Guanambi	Fazenda Barra Arrancada	Povoado	6	36,3	0,0	Esquerdo	756535	8418720
BA	Guanambi	Sítio Novo	Povoado	60	34,3	0,9	Esquerdo	756628	8420910
BA	Guanambi	Morrinhos	Distrito	1000	30,0	1,9	Esquerdo	757288	8424956
BA	Guanambi	Fazenda Morrinhos	Povoado	20	30,0	1,9	Esquerdo	757288	8424956
BA	Guanambi	Rio Grande	Povoado	30	29,9	0,9	Direito	759965	8424346
BA	Guanambi	Invernada	Povoado	30	28,6	0,4	Direito	759835	8425774
BA	Guanambi	Barro Vermelho	Povoado	9	26,9	1,0	Esquerdo	758216	8426986
BA	Guanambi	Buraquinho	Povoado	40	25,7	0,4	Esquerdo	758311	8428428
BA	Guanambi	Jurema Barbosa	Povoado	40	22,6	2,4	Esquerdo	755269	8430998
BA	Guanambi	Lagoa da Pedra de João Cotrim	Povoado	48	22,5	2,4	Esquerdo	755283	8431060
BA	Guanambi	Curral de Varas	Povoado	100	21,2	1,9	Esquerdo	755507	8432422
BA	Caetité	Fazenda Gado Bravo	Povoado	50	13,3	2,1	Direito	760526	8440766
BA	Caetité	Pirajá	Povoado	200	10,2	0,0	Direito	758003	8443530

Fonte: Ecology Brasil, 2017.

- Povoados Fazenda Caco, Fazenda Morrinhos II, Fazenda Tanquinho e Fazenda Dourados (Candiba-BA)

Acessado por vicinais e BR-122, Fazenda Caco tem 80 famílias distribuídas em propriedades de até 50 hectares, localiza-se no quilômetro 57,7 nas coordenadas UTM 0741500E/8401420N, a 0,5 km de distância do eixo do empreendimento.

Acessado por vicinais e BR-122, Fazenda Morrinhos II tem 5 famílias distribuídas em propriedades de até 50 hectares, localiza-se no quilômetro 57,4 nas coordenadas UTM 0743924E/8401036N, a 1,9 km de distância do eixo do empreendimento.

Acessado por vicinais e BR-122, Fazenda Tanquinho tem aproximadamente 60 famílias distribuídas em propriedades de até 50 hectares, localiza-se no quilômetro 55,0 nas coordenadas UTM 0742492E/8403954N, a 0,3 km de distância do eixo do empreendimento.

Acessado por vicinais e BR-122, Fazenda Dourados tem aproximadamente 50 famílias distribuídas em propriedades de até 50 hectares, localiza-se no quilômetro 54,5 nas coordenadas UTM 0740698E/84043684N, a 1,5 km de distância do eixo do empreendimento. Todos estão localizados no Lote 14 do empreendimento.

Na região se cultiva feijão, o milho e o sorgo, mas a produção não é suficiente para o comércio. Deste modo as principais fontes de renda são os bicos de pedreiro na cidade ou na capinagem no campo. Poucas famílias recebem o Bolsa Família e alguns núcleos familiares dependem da aposentadoria dos mais velhos. Dos povoados supracitados foi identificada somente a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Tanquinho, mas seu trabalho, na opinião dos depoentes, é pouco efetivo.

As localidades não dispõem de escolas, sendo assim, a população que estuda tem que migrar até a sede municipal de Candiba para cursar tanto o ensino fundamental quanto o médio.

Não há unidades de saúde nas localidades. Portanto, buscam atendimento na Unidade Básica de Saúde de Pilões. Nesta unidade, o atendimento médico é diário, mas boa parte dos casos é encaminhado para Guanambi. Há atendimento de agentes de saúde nas localidades, realizado uma vez por mês nos domicílios.

Em Fazenda Caco há a construção de um posto de saúde e que futuramente poderá atender também aos moradores de Fazenda Tanquinho.

Nas localidades relatadas houve apenas o registro do cemitério situado em Fazenda Tanquinho (coordenadas UTM 0743023E/8404032N) como área de relevante interesse social.



Figura 2.2.4.6-407 – Fazenda Tanquinho (Candiba-BA).



Figura 2.2.4.6-408 – Cemitério em Fazenda Tanquinho (Candiba-BA).



Figura 2.2.4.6-409 – Fazenda Dourados (Candiba-BA).



Figura 2.2.4.6-410 – Fazenda Morrinhos II (Candiba-BA).



Figura 2.2.4.6-411 - Unidade Básica de Saúde de Fazenda Caco em construção (Candiba-BA).

- Distrito de Pilões (Candiba/BA)

Acessado por vicinais, BR-122 e BA-612, Pilões tem aproximadamente 500 famílias distribuídos em propriedades de até 50 hectares, localiza-se no quilômetro 49,8 nas coordenadas UTM 0740822E/8409609N, a 1,8 km de distância do eixo do empreendimento, Lote 14.

Em Pilões vivia-se da produção de feijão, milho, mandioca e sorgo antes da seca que assola a região desde 2011. Atualmente Pilões possui uma associação denominada Associação de Pequenos Produtores Rurais de Pilões que auxilia na realização de empréstimos aos pequenos produtores rurais para uma maior dinamização no comércio leiteiro. A maior parte dos produtores rurais de Pilões comercializa o leite para produtores de queijo de Candiba ou diretamente para a empresa de laticínios Candibom ou também no comércio de feiras em Guanambi. Nesta região, a segunda maior fonte de renda está nos empregos no setor de serviços ou no funcionalismo público em Guanambi.

Vale ressaltar que o distrito de Pilões é uma região mais estruturada no tocante ao setor de serviços, havendo escolas, Unidade Básica de Saúde, praças e comércio que abastece não apenas os moradores do distrito, mas também a muitos povoados circunvizinhos. Inclusive, o distrito tem despertado atenção de novos moradores, que procuram o território em busca de uma vida mais tranquila.

Em Pilões há uma unidade educacional (coordenadas UTM 740510E/8409910N) que atende até o ensino fundamental. O distrito atende também alunos de Pinheiros, Gameleiras e Dourado. Para cursar o ensino médio os alunos de Pilões tem que se deslocar até a sede municipal de Candiba.

Pilões é a única localidade visitada em Candiba onde há unidade de saúde. O atendimento médico é diário, mas boa parte dos casos é encaminhado para Guanambi. Nessa triagem estão presentes também as demais localidades investigadas no município, sobretudo Pinheiros. O atendimento dos agentes de saúde é realizado uma vez por mês nos domicílios dos moradores.



Figura 2.2.4.6-412 – Escola em Pilões – Candiba (BA).



Figura 2.2.4.6-413 - Unidade Básica de Saúde de Pilões – Candiba (BA)

Sobre as manifestações culturais os moradores de Pilões costumam celebrar a festa de Nossa Senhora do Livramento que é a padroeira do distrito, onde há festa na praça principal. Dentre as áreas de relevante interesse social há a quadra poliesportiva, praça, igreja e cemitério.



Figura 2.2.4.6-414 – Centro de Pilões (Candiba-BA).



Figura 2.2.4.6-415 – Campo de futebol em Pilões (Candiba-BA).



Figura 2.2.4.6-416 – Praça em Pilões (Candiba-BA).



Figura 2.2.4.6-417 – Comércio em Pilões (Candiba-BA).

- Povoado Gameleiras (Candiba/BA)

Acessado por vicinais, BR-122 e BA-612, Gameleiras tem aproximadamente 60 famílias distribuídos em propriedades de até 50 hectares, localiza-se no quilômetro 45,1 nas coordenadas UTM 0742119E/8413574N, a 0,3 km de distância do eixo do empreendimento, Lote 14.

Em Gameleiras vivia-se da produção de feijão, milho, mandioca e sorgo antes da seca que assola a região desde 2011. Não há associação que represente e organize os moradores da localidade. A maior parte dos produtores rurais de Gameleiras comercializa o leite para produtores de queijo de Candiba ou diretamente para a empresa de laticínios Candibom ou também no comércio de feiras em Guanambi. Nesta região, a segunda maior fonte de renda está nos empregos no setor de serviços ou no funcionalismo público em Guanambi.



Figura 2.2.4.6-418 – Gameleiras (Candiba-BA).

Não há escola na localidade. Para cursarem o ensino fundamental os estudantes se deslocam para o distrito de Pilões. Para cursar o ensino médio os alunos tem que se deslocar até a sede municipal de Candiba.

Não unidade de saúde em Gameleiras, mas ocorre visita mensal de Agentes de Saúde. O atendimento dos agentes de saúde é realizado uma vez por mês nos domicílios dos moradores. Para atendimento de saúde, são encaminhados para a Unidade Básica de Saúde de Pilões ou para a sede de Candiba.

Não foi relatada a existência de áreas de lazer e festas locais.

- Povoados Pinheiros e Dourado (Candiba-BA)

Pinheiros é um povoado com cerca de 40 famílias onde vivem em lotes de até 50 hectares, nas coordenadas UTM 0741350E/8414516N, km 44,0 a 0,8 Km de distância do eixo do empreendimento. O acesso é por vicinais, Lote 14.

Dourado é um povoado com cerca de 50 famílias onde vivem em lotes de até 50 hectares, nas coordenadas UTM 0742195E/8405624N, km 53,3 da LT, a 0,004 km de distância do eixo do empreendimento. O acesso é por vicinais e BR-122, Lote 14.

Ainda que uma minoria dos núcleos familiares seja contemplada pelo programa Bolsa Família, a maioria dos núcleos familiares sobrevive do gado leiteiro, vendendo a produção para a cooperativa de laticínios de Guanambi. Neste cenário ainda há uma pequena parte que sobrevive com a lavoura de subsistência e com auxílio da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Candiba que faz empréstimo de trator.

No que tange a educação, os moradores dos dois povoados cursam o ensino fundamental no distrito de Pilões e o ensino médio na sede municipal de Candiba.

Para o acesso a saúde, os núcleos familiares também seguem para a unidade de saúde de Pilões. O atendimento médico é diário, mas boa parte dos casos são encaminhados para Guanambi. O atendimento dos agentes de saúde é realizado uma vez por mês nos domicílios dos dois povoados identificados.

Não foi relatada a existência de áreas de lazer e festas locais nos povoados.



Figura 2.2.4.6-419 – Pinheiros (Candiba-BA).



Figura 2.2.4.6-420 – Pinheiros (Candiba-BA).



Figura 2.2.4.6-421 – Pinheiros (Candiba-BA).



Figura 2.2.4.6-422 – Dourado (Candiba-BA).

- Povoado Malhada do Canto (Guanambi/BA)



Figura 2.2.4.6-423 – Malhada do Canto (Guanambi/BA).

Malhada do Canto é um povoado onde residem cerca de 20 famílias em propriedades que não ultrapassam os 50 hectares. Está situado nas coordenadas UTM 0740759E/8416776N, no quilômetro 42,3, a 1,5 Km de distância do eixo do empreendimento, Lote 14. O povoado é acessado por vicinais e BR-122.

O desemprego é alto nos povoado, embora haja o cultivo em menor escala do tomate e hortifrúti granjeiros que são comercializados em Guanambi por meio de atravessador.

Não foi relatada a existência de áreas de lazer e festas locais. Os moradores costumam ir para o distrito de Morrinhos para a festa de São Sebastião, padroeiro do distrito, celebrada no mês de janeiro, onde há celebrações, barraquinhas e novenas. A festa é famosa e costuma receber bastante gente de outros povoados e cidades próximas.

- Distrito de Ceraíma (Guanambi/BA)

Com cerca de 400 famílias residentes, o distrito de Ceraíma está situado nas coordenadas UTM 746647E/8419504N, no quilômetro 37,4, a 1,5 Km de distância do eixo do empreendimento, Lote 14. É acessado por vicinais, BR-122 e BA-938.

A agricultura é representativa. No distrito é comum o plantio de abóbora, tomate, feijão, maxixe, repolho, manga, banana, aipim, alface, cheiro verde, couve e beterraba. Geralmente cada núcleo familiar vende a

sua produção em supermercados ou diretamente nas feiras de Guanambi e Caetité. O tamanho dos lotes não ultrapassa os 50 hectares.

Os núcleos familiares de Ceraíma (via Cooperativa dos Colonos) contam com o auxílio em suas lavouras através de empréstimo de tratores.

Há escola que oferta o Ensino Fundamental, Grupo Escola Agrícola e o Instituto Federal Baiano em Ceraíma. Com essa rica infraestrutura apenas uma pequena parte dos estudantes vai para Guanambi para completar seus estudos.

Em relação ao Instituto Federal Baiano de Ceraíma, a instituição além de oferecer o ensino médio nos cursos técnicos de Técnico em Agropecuária, Técnico em Agroindústria, Técnico em Informática para Internet e Técnico em Informática – PROEJA (para alunos com mais de 18 anos) e pós-médio de Técnico em Zootecnia e Técnico em Agricultura, dispõe também de cursos de nível superior em Bacharelado em Engenharia Agrônoma, Licenciatura em Química, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e, inclusive, pós-graduação (Mestrado Profissional *Strictu Sensu* em Produção Vegetal no Semiárido (MPVS) e Especialização em Ensino de Ciências Naturais e Matemática).



Figura 2.2.4.6-424 – Instituto Federal Baiano – Ceraíma
– Guanambi (BA)



Figura 2.2.4.6-425 - E. M. Colônia Agrícola de
Ceraíma – Guanambi (BA)

Ceraíma também é uma referência local em atendimento de saúde. O distrito dispõe de Unidade Básica de Saúde, programas como o Programa de Saúde da Família, acompanhamento de agentes de saúde com visita regular e mensal e especialistas na área de saúde como clínico geral, pediatra e dentista.



Figura 2.2.4.6-426 - Unidade Básica de Saúde de Ceraíma – Guanambi (BA)



Figura 2.2.4.6-427 – Grupo Escolar Colônia Agrícola de Ceraíma – Guanambi (BA).

Ceraíma, inclusive, é apontado como uma região com forte potencial para o turismo rural e um distrito que tem chamado atenção para aqueles que buscam uma vida mais tranquila. De acordo com o relato dos depoentes, o distrito vem crescendo com a chegada de muitas famílias vindas da sede municipal de Guanambi. O perfil não é apenas de aposentados, mas também de pessoas que continuam trabalhando na cidade, visto que a distância da sede municipal para o distrito é relativamente curta.

No tocante as manifestações culturais, foi relatada a Festa de São Paulo, realizada no mês de junho, com comemoração na praça do distrito. Em relação às áreas de relevante interesse social foram identificados a praça, as igrejas, o campo de futebol (coordenadas UTM 746647E/8419504N) e o cemitério (coordenadas UTM 748051E/8420092N).



Figura 2.2.4.6-428 – Retiro Espiritual Católico de Betânia – Ceraíma (Guanambi/BA).



Figura 2.2.4.6-429 – Praça em Ceraíma (Guanambi/BA).



Figura 2.2.4.6-430 – Campo de Futebol em Ceraíma (Guanambi/BA).



Figura 2.2.4.6-431 – Sítio – Ceraíma (Guanambi/BA)



Figura 2.2.4.6-432 – Igreja católica de Ceraíma (Guanambi/BA).



Figura 2.2.4.6-433 – Assembleia de Deus em Ceraíma (Guanambi/BA).



Figura 2.2.4.6-434 – Cemitério em Ceraíma (Guanambi/BA).

- Povoado Posto do Pega (Guanambi/BA)



Figura 2.2.4.6-435 – Entrada de propriedade em Posto do Pega (Guanambi/BA).

Posto do Pega é um povoado onde residem cerca de 5 famílias em propriedades que não ultrapassam os 50 hectares. Está situado nas coordenadas UTM 747044E/8426324N, no quilômetro 31,0 a 1,3 Km de distância do eixo do empreendimento, Lote 14. O povoado é acessado por vicinais, BR-122, BR-030 e BA-938.

O desemprego é alto nos povoado, embora haja o cultivo em menor escala do tomate e hortifrúti granjeiros que são comercializados em Guanambi por meio de atravessador.

Não há escola na localidade. Os estudam seguem para o distrito de Morrinhos para cursar o ensino fundamental. Em relação ao ensino médio, todos geralmente seguem para as escolas situadas na sede municipal de Guanambi.

Não há unidades de saúde na localidade. Mas todas são contempladas com visitas regulares de agentes de saúde. De uma maneira geral, o atendimento é realizado ao menos uma vez ao mês nesta região.

Não foi relatada a existência de áreas de lazer e festas locais. Os moradores costumam ir para o distrito de Morrinhos para a festa de São Sebastião, padroeiro do distrito, celebrada no mês de janeiro, onde há celebrações, barraquinhas e novenas. A festa é famosa e costuma receber bastante gente de outros povoados e cidades próximas.

- Povoados Sítio dos Gatos, Fazenda Lagoa Suja e Fazenda Lagoa da Pedra (Guanambi/BA).

Sítio dos Gatos é um povoado com cerca de 10 famílias, com propriedades de até 50 hectares, nas coordenadas UTM 750208E/8434206N, no quilômetro 22,1, a 0,5 Km de distância do eixo do empreendimento, Lote 14. O povoado é acessado por vicinais, BR-030 e BA-936.

Fazenda Lagoa Suja é um povoado com cerca de 20 famílias, com propriedades de até 50 hectares, localiza-se nas coordenadas UTM 753272E/8435160N, no quilômetro 19,6, a 1,4 Km de distância do eixo do empreendimento, Lote 14. O povoado é acessado por vicinais, BR-030 e BA-936.

Fazenda Lagoa da Pedra é um povoado com 15 famílias, com propriedades de até 50 hectares, nas coordenadas UTM 752656E/8434556N, no quilômetro 20,5, a 1,3 Km de distância do eixo do empreendimento, Lote 14. O povoado é acessado por vicinais, BR-030 e BA-936.

A agricultura também é representativa nessas localidades. Nestas localidades é comum o plantio de abóbora, tomate, feijão, maxixe, repolho, manga, banana, aipim, alface, cheiro verde, couve e beterraba. Geralmente cada núcleo familiar vende a sua produção em supermercados ou diretamente nas feiras de Guanambi e Caetité.

Em relação à educação os estudantes dos três povoados cursam o ensino fundamental no distrito de Morrinhos e o ensino médio nas escolas situadas na sede municipal de Guanambi.

É no distrito de Morrinhos onde os moradores do povoado Fazenda Tambori buscam atendimento na unidade de saúde. Geralmente os agentes de saúde visitam as famílias do povoado mensalmente e as encaminham para as unidades de saúde do distrito.

Não houve a menção a manifestações culturais nesses povoados. No tocante às áreas de relevante interesse social a visita em campo identificou um cemitério situado no povoado de Lagoa da Pedra (coordenadas UTM 750602E/8434126N).



Figura 2.2.4.6-436 – Lagoa Suja (Guanambi/BA).



Figura 2.2.4.6-437 – Lagoa da Pedra (Guanambi/BA).



Figura 2.2.4.6-438 – Cemitério em Lagoa da Pedra
(Guanambi/BA).



Figura 2.2.4.6-439 – Sítio dos Gatos (Guanambi/BA).

- Povoado Fazenda Tambori (Guanambi-BA)



Figura 2.2.4.6-440 – Fazenda Tambori (Guanambi/BA).

Fazenda Tambori é formado por 3 famílias com lotes de até 50 hectares. Acessado por vicinais, BR-030 e BA-936, o povoado está localizado nas coordenadas UTM 753879E/8435706N, no quilômetro 18,8, a 1,5 Km de distância do eixo do empreendimento, Lote 14.

Fazenda Tambori tem a agricultura como atividade mais representativa. É comum o plantio de abóbora, tomate, feijão, maxixe, repolho, manga, banana, aipim, alface, cheiro verde, couve e beterraba. Geralmente cada núcleo familiar vende a sua produção em supermercados ou diretamente nas feiras de Guanambi e Caetité.

Não há escola no povoado. Deste modo os alunos que cursam o ensino fundamental vão para as escolas no distrito de Morrinhos e os que estão no ensino médio vão para as escolas da sede municipal de Guanambi.

É no distrito de Morrinhos onde os moradores do povoado Fazenda Tambori buscam atendimento na unidade de saúde. Geralmente os agentes de saúde visitam as famílias do povoado mensalmente e as encaminham para as unidades de saúde do distrito.

Não foi relatada a existência de áreas de lazer e festas locais.

- Povoado Fazenda Vereda do Cercado (Caetité/BA)

Nas coordenadas UTM 753429E/8439386N, no quilômetro 16,3, a 1,2 km de distância do eixo do empreendimento, Lote 15, situa-se o povoado de Fazenda Vereda do Cercado, que conta com 50 famílias que vivem em lotes de 50 a 500 hectares. O povoado é acessado por vicinais e BR-030.

No povoado a produção do leite é escoada em sua totalidade para a empresa Laticínios Bonfim, em Guanambi. Cada núcleo familiar administra tanto a sua produção quanto a venda.

Não há escola na localidade. Os estudantes vão para a localidade de Aroeira, no município de Caetité, onde há uma escola de nível fundamental. Para cursar o ensino médio, os alunos dessa localidade se deslocam para as sedes municipais de Caetité ou Guanambi.

Não há unidade de saúde na localidade. A unidade de saúde mais próxima fica a 10 minutos, na localidade de Aroeira. A região não é atendida por agentes de saúde.

Vale ressaltar a importância que o município de Guanambi tem neste entorno. A cidade é bastante conhecida pelo rico setor de serviços, com uma expressiva rede de médicos de âmbito privado e público.

Em relação às manifestações culturais os moradores costumam frequentar a festa Pajeú do Vento onde há cavalgadas e shows na sede municipal de Caetité.



Figura 2.2.4.6-441 – Fazenda Vereda do Cercado (Caetité/BA).

- Distrito de Morrinhos (Guanambi/BA)

Morrinhos é um distrito onde residem cerca de 1000 famílias em propriedades que não ultrapassam os 50 hectares. Está situado nas coordenadas UTM 757288E/8424956N, no quilômetro 30,0, a 1,9 km de distância do eixo do empreendimento, Lote 15. O distrito é acessado por BA-936.

Em Morrinhos o desemprego é alto, embora haja o cultivo em menor escala do tomate e hortifrútigranjeiros que são comercializados em Guanambi por meio de atravessador. O distrito de Morrinhos conta com a Associação Rural de Morrinhos e Região na assistência a pequenos produtores rurais em empréstimos para o financiamento de suas plantações via EMATER.

O distrito de Morrinhos possui escola, que absorve os alunos dos povoados de Invernada, Rio Grande, Sítio Novo, Malhada do Canto, Fazenda Barra Arrancada, Posto do Pega, Fazenda Gado Bravo e Fazenda Morrinhos, ainda que até o ensino fundamental. Em relação ao ensino médio, todos geralmente seguem para as escolas situadas na sede municipal de Guanambi.

Há no distrito de Morrinhos uma Unidade Básica de Saúde que, de acordo com o relato dos depoentes, atende, além dos moradores de sua localidade, pacientes de Fazenda Tambori, Lagoa da Pedra de João Cotrim, Buraquinho, Fazenda Lagoa Suja, Fazenda Lagoa da Pedra, Sítio dos Gatos, Barro Vermelho, Invernada, Rio Grande, Sítio Novo, Malhada do Canto, Fazenda Barra Arrancada, Posto do Pega, Fazenda Gado Bravo e Fazenda Morrinhos. Há vistas regulares de agentes de saúde. De uma maneira geral, o atendimento é realizado ao menos uma vez ao mês nesta região.

No tocante às manifestações culturais foi relatada entre os moradores de Morrinhos a festa de São Sebastião, padroeiro do distrito, celebrada no mês de janeiro, onde há celebrações, barraquinhas e novenas. A festa é famosa e costuma receber bastante gente de outros povoados e cidades próximas. A praça e a igreja do distrito (coordenadas UTM 757065E/8425710N) também foram apontadas como importantes áreas de interesse social, uma vez que Morrinhos nasceu ao redor dessa construção. A visita a campo também identificou um cemitério (coordenadas UTM 757176E/8425466N) como outra área de relevante importância.



Figura 2.2.4.6-442 – Igreja em Morrinhos
(Guanambi/BA).



Figura 2.2.4.6-443 – Praça em Morrinhos
(Guanambi/BA).



Figura 2.2.4.6-444 – Cemitério em Morrinhos
(Guanambi/BA).

- Povoados Fazenda Barra Arrancada, Sítio Novo, Fazenda Morrinhos, Rio Grande, Invernada (Guanambi/BA)

Fazenda Barra Arrancada é um povoado onde residem cerca de 6 famílias em propriedades que não ultrapassam os 50 hectares. Está situado nas coordenadas UTM 0756535E/8418720N, no quilômetro 36,3, a 0,03 km de distância do eixo do empreendimento. O povoado é acessado por vicinais.

Sítio Novo é um povoado onde residem cerca de 60 famílias em propriedades que não ultrapassam os 50 hectares. Está situado nas coordenadas UTM 756628E/88420910N, no quilômetro 34,3, a 0,9 km de distância do eixo do empreendimento. O povoado é acessado por vicinais.

Fazenda Morrinhos é um povoado onde residem cerca de 20 famílias em propriedades de 50 a 500 hectares. Está situado nas coordenadas UTM 757288E/8424956N, no quilômetro 30,0, a 1,9 km de distância do eixo do empreendimento. O povoado é acessado por vicinais e BR-122.

Rio Grande é um povoado onde residem cerca de 30 famílias em propriedades que não ultrapassam os 50 hectares. Está situado nas coordenadas UTM 759965E/8424346N, no quilômetro 29,9, a 0,9 km de distância do eixo do empreendimento. O povoado é acessado por vicinais e BA-936.

Invernada é um povoado onde residem cerca de 30 famílias em propriedades que não ultrapassam os 50 hectares. Está situado nas coordenadas UTM 759835E/8425774N, no quilômetro 28,6, a 0,4 km de distância do eixo do empreendimento. O povoado é acessado por vicinais e BA-936. Todos sem encontram no Lote 15 do empreendimento.

O desemprego é alto nos povoados, embora haja o cultivo em menor escala do tomate e hortifrúti granjeiros que são comercializados em Guanambi por meio de atravessador.

Não há escola nas localidades. Os estudam seguem para o distrito de Morrinhos para cursar o ensino fundamental. Em relação ao ensino médio, todos geralmente seguem para as escolas situadas na sede municipal de Guanambi.

Não há unidades de saúde nas localidades. Mas todas são contempladas com visitas regulares de agentes de saúde. De uma maneira geral, o atendimento é realizado ao menos uma vez ao mês nesta região.

Não foi relatada a existência de áreas de lazer e festas locais. Os moradores costumam ir para o distrito de Morrinhos para a festa de São Sebastião, padroeiro do distrito, celebrada no mês de janeiro, onde há celebrações, barraquinhas e novenas. A festa é famosa e costuma receber bastante gente de outros povoados e cidades próximas.



Figura 2.2.4.6-445 – Invernada (Guanambi/BA).



Figura 2.2.4.6-446 – Rio Grande (Guanambi/BA).



Figura 2.2.4.6-447 – Fazenda Morrinhos (Guanambi/BA).



Figura 2.2.4.6-448 – Sítio Novo (Guanambi/BA).



Figura 2.2.4.6-449 – Barra Arrancada (Guanambi/BA).

▪ Povoado Barro Vermelho (Guanambi-BA)



Figura 2.2.4.6-450 – Barro Vermelho (Guanambi/BA).



Figura 2.2.4.6-451 – Barro Vermelho (Guanambi/BA).

Barro Vermelho é um povoado onde residem cerca de 9 famílias em propriedades que não ultrapassam os 50 hectares. Está situado nas coordenadas UTM 758216E/8426986N, no quilômetro 26,9, a 1,0 km de distância do eixo do empreendimento, Lote 15. O povoado é acessado por vicinais e BA-936.

A agricultura também é representativa. Nestas regiões é comum o plantio de abóbora, tomate, feijão, maxixe, repolho, manga, banana, aipim, alface, cheiro verde, couve e beterraba. Geralmente cada núcleo familiar vende a sua produção em supermercados ou diretamente nas feiras de Guanambi e Caetitê. Vale

ressaltar que em Barro Vermelho, apesar de ser uma localidade agrícola, o uso da terra, no tocante aos produtores é diferente: o território é constituído por 4 famílias, mas que residem na sede municipal de Guanambi.

Os núcleos familiares de Barro Vermelho contam com o auxílio da Associação de Produtores Rurais de Barro Vermelho em suas lavouras através de empréstimo de tratores.

Não foi relatada a existência de áreas de lazer e festas locais.

- Povoados Buraquinho e Lagoa da Pedra de João Cotrim (Guanambi/BA)



Figura 2.2.4.6-452 – Lagoa da Pedra de João Cotrim (Guanambi/BA)



Figura 2.2.4.6-453 – Buraquinho (Guanambi/BA).

Acessado pela BA-936 e vicinais, o povoado de Buraquinho foi identificado nas coordenadas UTM 758311E/8428428N, no quilômetro 25,7, a 0,4 km de distância do eixo do empreendimento. É formado por 40 famílias, Lote 15.

Acessado pela BA-936 e vicinais, o povoado Lagoa da Pedra de João Cotrim foi identificado nas coordenadas UTM 755283E/8431060N, no quilômetro 22,5, a 2,4 km de distância do eixo do empreendimento. É formado por 48 famílias, Lote 15.

A agricultura é representativa. Nesta região é comum o plantio de abóbora, tomate, feijão, maxixe, repolho, manga, banana, aipim, alface, cheiro verde, couve e beterraba. Geralmente cada núcleo familiar vende a sua produção em supermercados ou diretamente nas feiras de Guanambi e Caetité. Em Lagoa da Pedra de João Cotrim, a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Lagoa da Pedra de João Cotrim

conseguiu a construção de poços artesianos e encanamento d'água para todos os núcleos familiares, além de assessorar os mais velhos no encaminhamento de suas aposentadorias rurais.

Em Lagoa da Pedra de João Cotrim chama atenção a chegada de núcleos familiares, vindos de Guanambi, em busca de uma vida mais tranquila.

Em relação à educação, os alunos que cursam o ensino fundamental estudam no distrito de Morrinhos e os que estão no ensino médio nas escolas situadas na sede municipal de Guanambi.

É no distrito de Morrinhos onde os moradores do povoado Fazenda Tambori buscam atendimento na unidade de saúde. Geralmente os agentes de saúde visitam as famílias do povoado mensalmente e as encaminham para as unidades de saúde do distrito.

No tocante as manifestações culturais foram relatadas no povoado de Lagoa da Pedra de João Cotrim as festas de São João e a celebração do natal de forma comunitária.

- Povoados Curral de Varas e Jurema Barbosa (Guanambi/BA)

Acessado por vicinais, BR-030 e BA-936, o povoado Curral de Varas foi identificado nas coordenadas UTM 755507E/8432422N, no quilômetro 21,2, a 1,9 km de distância do eixo do empreendimento, Lote 15. É formado por cerca de 100 famílias com lotes de tamanho de 0 a 50 hectares.

Acessado por vicinais e BA-936, o povoado Jurema Barbosa foi identificado nas coordenadas UTM 755269E/8430998N, no quilômetro 22,6, a 2,4 km de distância do eixo do empreendimento. É formado por cerca de 40 famílias com lotes de tamanho de 0 a 50 hectares.

A seca assola esses povoados. As principais fontes de renda vêm da aposentadoria dos mais velhos e do programa Bolsa Família para os dois povoados. Entretanto, chama atenção o fenômeno de crescimento observado em Curral de Varas. Muitos moradores de Guanambi e Candiba têm buscado uma vida mais tranquila e escolhido o povoado para morar. Na região foi identificada a Associação de Moradores de Curral de Varas, mas a sua atuação, sob a ótica dos moradores, não é eficiente.

No tocante a educação os alunos que cursam o ensino fundamental estudam no distrito de Morrinhos e os que estão no ensino médio estudam nas unidades escolares situadas na sede municipal da Guanambi.

Em relação à saúde, para os moradores de Curral de Varas e Jurema Barbosa o atendimento é feito em Guanambi. Há visitas de agentes de saúde duas vezes ao mês nas localidades.

No tocante as manifestações culturais, foi mencionada em Curral de Varas a festa de Nossa Senhora das Graças, realizada no mês de novembro, onde são realizadas novenas e barraquinhas de comidas e bebidas. A visita em campo também identificou uma quadra poliesportiva bastante utilizada pelos moradores de Curral de Varas (coordenadas UTM 756377E/8432612N). Não foi relatada a existência de áreas de lazer e festas locais em Jurema Barbosa.



Figura 2.2.4.6-454 – Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Povoado de Curral de Varas (Guanambi/BA).



Figura 2.2.4.6-455 – Curral de Varas (Guanambi/BA).



Figura 2.2.4.6-456 – Quadra Poliesportiva de Curral de Varas (Guanambi/BA).



Figura 2.2.4.6-457 – Jurema Barbosa (Guanambi/BA).

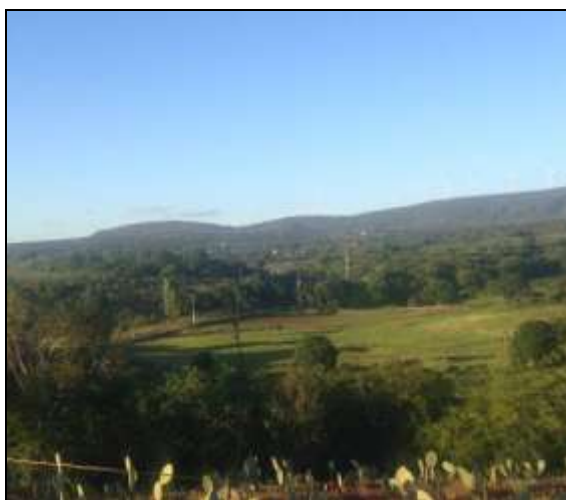


Figura 2.2.4.6-458 – Jurema Barbosa (Guanambi/BA).

- Povoado Fazenda Gado Bravo (Caetitê/BA)

Fazenda Gado Bravo é um povoado onde residem cerca de 50 famílias em propriedades que não ultrapassam os 50 hectares. Está situado nas coordenadas UTM 760526E/8440766N, no quilômetro 13,3, a 2,1 km de distância do eixo do empreendimento, Lote 15. O povoado é acessado por vicinais e BR-122.

O desemprego é alto nos povoado, embora haja o cultivo em menor escala do tomate e hortifrúti granjeiros que são comercializados em Guanambi por meio de atravessador.

Não há escola na localidade. Os estudam seguem para o distrito de Morrinhos para cursar o ensino fundamental. Em relação ao ensino médio, todos geralmente seguem para as escolas situadas na sede municipal de Guanambi.

Não há unidades de saúde na localidade. Mas todas são contempladas com visitas regulares de agentes de saúde. De uma maneira geral, o atendimento é realizado ao menos uma vez ao mês nesta região.

Não foi relatada a existência de áreas de lazer e festas locais. Os moradores costumam ir para o distrito de Morrinhos para a festa de São Sebastião, padroeiro do distrito, celebrada no mês de janeiro, onde há celebrações, barraquinhas e novenas. A festa é famosa e costuma receber bastante gente de outros povoados e cidades próximas.

- Povoado Pirajá (Caetité/BA)

Nas coordenadas UTM 758003E/8443530N, no quilômetro 10,2, a 0,03 km de distância do eixo do empreendimento, Lote 15, o povoado de Pirajá conta com 200 famílias que vivem em lotes de 500 a 2500 hectares. O povoado é acessado por vicinais, BA-937 e BR-122.

No povoado a produção do leite é escoada em sua totalidade para a empresa Laticínios Bonfim, em Guanambi. Cada núcleo familiar administra tanto a sua produção quanto a venda, embora haja a atuação da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Aroeira que atende a localidade de Pirajá.

Não há escola na localidade. Os estudantes vão para a localidade de Aroeira, no município de Caetité, onde há uma escola de nível fundamental. Para cursar o ensino médio, os alunos dessa localidade se deslocam para as sedes municipais de Caetité ou Guanambi.

Não há unidade de saúde na localidade. A unidade de saúde mais próxima fica a 10 minutos, na localidade de Aroeira. A região não é atendida por agentes de saúde.

Vale ressaltar a importância que o município de Guanambi tem neste entorno. A cidade é bastante conhecida pelo rico setor de serviços, com uma expressiva rede de médicos de âmbito privado e público.

Em relação às manifestações culturais os moradores costumam frequentar a festa Pajeú do Vento onde há cavalgadas e shows na sede municipal de Caetité. A visita em campo identificou também uma Igreja Batista no povoado de Pirajá (coordenadas UTM 758003E/8443530N).



Figura 2.2.4.6-459 – Pirajá (Caetité/BA).



Figura 2.2.4.6-460 – Pirajá (Caetité/BA).

2.2.4.6.4.2 - Programas Sociais na Área de Estudo Local (AEL)

Os principais programas identificados na Área de Estudo Local do empreendimento foram: Programa Bolsa Família, Programa de Saúde da Família, Programa Água para Todos, Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCf), Programa Minha Casa, Minha Vida e Articulação do Semiárido (ASA).

O levantamento de campo para a elaboração da descrição do território da Área de Estudo Local reafirma a importância do auxílio governamental no suporte a reprodução social e econômica das famílias. Repete-se em todos os trechos da AEL a essencialidade dos programas sociais de transferência de renda, em especial o Programa Bolsa Família, e as ações de constituição de infraestrutura de acesso à água, como o Programa Água para Todos e o Programa Um Milhão de Cisternas. Essas políticas públicas atendem a demandas emergenciais e criam novas oportunidades para o enfrentamento da seca.

- Programa Luz Para Todos: beneficiou as residências rurais levando energia elétrica para todos os Povoados, Distritos e Assentamentos identificados.
- Programa Bolsa Família: em todos os povoados, distritos e Projetos de Assentamento os moradores são beneficiados pelo programa. Os programas sociais de transferência de renda, em especial o Bolsa Família, são fundamentais para a sobrevivência das famílias rurais e incremento da economia local, ampliando as oportunidades para incrementar a renda familiar.
- Programa de Saúde da Família (PSF): as unidades de saúde da família foram identificadas nas sedes municipais e tem atuação marcante também nas zonas rurais.
- Programa Água para Todos: está sendo executado na AEL, beneficia diversas famílias entrevistadas. Boa parte das residências rurais possui cisternas que recolhem água da chuva, resultado do antigo Programa Cisternas, mas muitas ainda não possuem essa estrutura. O Governo do Estado, por intermédio da Secretaria do Desenvolvimento Agrário, realiza distribuição de cisternas de polietileno no âmbito do Programa Água para Todos, parceria com o Ministério da Integração Nacional.
- Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCf): este Programa possibilitou a construção de casas nos Projetos de Assentamento do INCRA.
- Articulação do Semiárido (ASA): uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive a partir de políticas públicas, o projeto político de convivência com o Semiárido. É uma rede porque é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos

rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONGs, OSCIP, dentre outros. É responsável pela distribuição de **caixas d'água na área rural da AEL nos trechos 3 e 4**.¹⁴

- Banco de Alimentos de Janaúba: programa de âmbito municipal, mantido pela prefeitura de Janaúba, que compra a produção de alimentos como pepino, banana, cenoura, beterraba, quiabo, maxixe e cebola de pequenos produtores rurais de povoados como Pajeú II e distribui para as escolas municipais.
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): programa do governo federal que visa garantir no mínimo uma refeição diária aos alunos beneficiários.
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): programa do Governo Federal, que promove o acesso à alimentação, por intermédio do incentivo a agricultura familiar, com a compra de alimentos produzidos pelos pequenos produtores, destinando-os para famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional (relatado no município de Catuti).
- Bolsa Safra: relatada, apenas, na localidade de Pedra Aguda (Urandi) e, ainda, para poucos produtores rurais.
- Projeto COOTRAF – Cooperativa de Assistência Técnica e Educacional para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar¹⁵: assistência técnica para produtores rurais associados, em cursos que auxiliam no plantio de hortaliças e como fazer adubo. Projeto atuante nos povoados de Mato Grosso e Pedra Ladeira, em Pindaí, via Associação de Pequenos Produtores Rurais de Mato Grosso.

2.2.4.6.4.3 - Relações fundiárias (perfil e conflitos)

A estrutura e as relações fundiárias são diversas ao longo da Área de Estudo Local: grandes propriedades privadas voltadas a atividade pecuária, agrícola e silvícola; Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, criados pelos institutos de terras estaduais e pelo INCRA; sítios e pequenas propriedades privadas destinadas a residência e a produção para subsistência.

Nos Trechos 1 e 2 há predomínio de grandes propriedades de terras voltadas a pecuária leiteira (e em algumas, de corte). As áreas de pastagem são extensas (criação extensiva de gado) e há eucaliptais que se

¹⁴ <http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>, acessado em 16-06-2017.

¹⁵ Fonte: http://cootraf.com.br/?page_id=19 Acessado em 05/06/2017.

encontram em expansão por todo cerrado mineiro. Os proprietários das fazendas não residem no imóvel rural. De acordo com os reportes, estes residem nas capitais de Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Entremédio às fazendas há sítios e povoados rurais espaçados, caracterizados por pequenas propriedades voltadas à residência e a produção de subsistência (com algum excedente vendido). Alguns moradores dos povoados trabalham nas fazendas, como empregados com carteira de trabalho, majoritariamente, nas modalidades "caseiros" e "vaqueiros"; enquanto os lavradores trabalham por pagamento de diária, que variam de 40 a 50 reais. Os sitiantes são herdeiros de terras de gerações antepassadas.

Alguns povoados rurais expandiram-se a partir da E. F. Central do Brasil, implantada inicialmente por Dom Pedro II no século XIX. A linha ferroviária percorreu o estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais, passando por Belo Horizonte, Corinto, Buenópolis, Montes Claros indo em direção à Bahia; e foi fator de adensamento populacional em suas margens. Outros povoados são frutos de heranças familiares.

Os Projetos de Assentamentos rurais surgiram a partir da desapropriação das terras da Usina Malvina (PA Betinho) e das terras da Fazenda Catoni (PA Final Feliz). O processo de Reforma Agrária realizado durante o governo Fernando Henrique Cardoso assentou antigos trabalhadores da Usina e da Fazenda, que já habitavam as localidades, alguns tinham contrato de meeiro, outros chegaram em levas de boias frias e há, ainda, os trabalhadores das carvoarias que foram recrutados em outras regiões do país, principalmente, do nordeste brasileiro.

Há relatos de conflitos entre proprietários e assentados. No PA Final Feliz foi relatado que parte dos trabalhadores não resistiram às pressões e abandonaram as terras ao longo do processo para a criação do assentamento. Já no PA Betinho, na época do estabelecimento do assentamento, via política de Reforma Agrária, parte dos trabalhadores da Usina não queria que o projeto de assentamento fosse implantado, preferindo que a Usina fosse retomada e o regime de trabalho indústria/lavoura se mantivesse. Vale destacar que nessas terras jamais houve trabalho com maquinário, e que a plantação e colheita de cana de açúcar, pimenta e café; bem como o trabalho nas carvoarias da Fazenda Catoni eram todos manuais. Existem conflitos entre moradores do PA Betinho - Barragem da Caatinga com o Incra e com o Parque Nacional das Sempre Vivas (PARNA Sempre Vivas). Em relação ao INCRA, o conflito é pelo reconhecimento e titularização das famílias que moram na localidade. Das 20 famílias, apenas 6 (seis) possuem contrato de assentado. Ressalva-se que o projeto de assentamento foi implantado em uma área já ocupada por ex-trabalhadores da ex-empresa Malvina. Isso significa que já existia infraestrutura na área do PA, dentre elas a existência de barramentos. A localidade Barragem da Caatinga possui esse nome, justamente, por estar no entorno do barramento do rio Jequitaiá, construído pela Usina Malvina na década de 1970. Em relação ao PARNA, o conflito gira em torno da atuação dos representantes do Parque na contenção do

desmatamento, canalização de água, caça dentre outras práticas realizadas pelos moradores da Barragem da Caatinga, localidade esta que se encontra dentro da área do Parque. No PA Betinho - Angico existe um conflito local em relação a não aceitação da filiação ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). No PA Betinho – Triunfo existe uma forte tensão relacionada à distribuição de água, conflito entre assentados e conflito com o Sindicato de Trabalhadores Rurais.

No Trecho 3 e no Trecho 4, encontram-se localidades na AEL utilizadas como balneários para passar os finais de semana, há Projetos de Assentamentos, criados por meio de compra e loteamento de fazenda pelo INCRA e pelo Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER), além de sítios e fazendas que variam de pequeno, médio e grande portes.

Nos povoados rurais entre os Trechos 3 e 8, na maioria dos casos, a hereditariedade das terras proporcionou o assentamento da maioria das famílias. Portanto, são caracterizados por núcleos familiares que possuem o título de propriedade de suas terras. No passado eram grandes fazendas que com o passar do tempo foram desmembradas em pequenos lotes. Quanto ao estabelecimento da estrutura fundiária, não houve conflitos nos processos de formação dos povoados rurais e Projetos de Assentamento nesses trechos.

Segundo relato dos moradores, Coqueirinho (Francisco Sá) surgiu do desmembramento de lotes da fazenda de pecuária do Sr. Altamiro, Taquaril e José Faustino em Janaúba, da mesma forma, surgiram de fazendas loteadas, assim como Barroquinha (Janaúba) que se formou a partir do loteamento da fazenda de gado leiteiro do Sr. Dráuzio. No Trecho 5 houve relato semelhante, apenas, em Salinas (Pai Pedro).

No Trecho 6, de acordo com os relatos dos moradores do povoado Raposa do Rio Verde (Espinosa), a região era uma grande fazenda de propriedade de Juvecino Batista Sobrinho e o processo de loteamento foi iniciado a partir de 1959. O povoado Tabuleiro, também, tem sua formação vinculada ao desmembramento de uma fazenda.

No Trecho 7, também, há o apontamento do mesmo processo de formação. Boa parte do território dos municípios de Urandi e Pindaí formado por grandes fazendas que foram loteadas. No povoado de Riachão, em Urandi, segundo os moradores, o processo de loteamento ocorreu há aproximadamente 60 anos, assim como em Lagoa de Dominginhos e Fazenda Jacu, em Pindaí, cuja história ultrapassa os 80 anos. Já na Fazenda Água Verde, que faz divisa com Pindaí, a formação do território segue com a mesma estrutura: de acordo com uma depoente, a localidade inteira pertencia a seu avô que teve muitos filhos, sendo fragmentada atualmente em 30 lotes. Da mesma forma, segue o processo histórico do povoado Tanque (Pindaí). Outras localidades também tiveram o processo de formação a partir de uma rede de

parentesco, como é o caso de Paus Pretos, em Pindaí, que a partir da chegada de uma venda do sr. Petronildo, há quase 50 anos, seus familiares começaram a ocupar a região e assim constituíram o território, contando hoje 90 famílias.

Há, porém, casos de povoados se estabeleceram por meio de remoções para a construção de represas, cuja regularização das terras foi feita pelo INCRA quando da transferência para as novas áreas. Em Janaúba, a comunidade quilombolas de Vila Nova dos Poções, inicialmente formada pelo desenvolvimento de pequenos comércios, cresceu no final da década de 70 com a chegada de famílias expropriadas pela criação em 1978 da Barragem Bico da Pedra, que represou o rio Gorutuba, com o objetivo de estabelecer um perímetro de irrigação na região. O povoado de Paraguaçu em Nova Porteirinha, também, surge da ocupação de pessoas indenizadas a partir da criação da Barragem Bico da Pedra, no final dos anos 1970. A localidade de Ilha do Getúlio/Gorutuba (Nova Porteirinha), por sua vez, fica inserida no Distrito de Irrigação do Perímetro de Gorutuba e tem características semelhantes a de Paraguaçu. O povoado de Sussuarana (Espinosa) passa a existir em 1968, a partir da inundação de seu antigo território para a construção, também, de uma represa. O distrito de Ceraíma, situado no município Guanambi, é resultante de um projeto de assentamento realizado pelo INCRA, no ano de 1971, em decorrência da construção da Barragem Ceraíma.

Os processos de formação supracitados ajudam a justificar o predomínio de núcleos familiares com a titulação da terra. No entanto, o estudo também aponta casos isolados como no povoado Mato Grosso, situado no município de Pindaí (BA), onde a maioria dos núcleos familiares possui contratos de comodato. Já no povoado de Dourados, em Espinosa (MG) há o predomínio de terras sob o regime de posse.

Em Pedreira (município de Monte Azul-MG), a maioria das famílias possui casa própria, mas uma pequena parcela paga aluguel. Em Fazenda da Barra, Mato Verde (MG), os 6 núcleos familiares residentes vivem na condição de empregados, assim como nas localidades de Matos, Jacará II, Arrozi e Coqueirinho, situadas no município de Francisco Sá, cuja grande parte dos moradores tem como renda as diárias de trabalho nessas fazendas.

Nos povoados entre os Trechos 4 e 8 não houve relatos de conflitos, apenas no distrito de Pajeú, Monte Azul (MG), citaram-se casos de roubo de motos.

No entanto, a equipe de campo que estava realizando mapeamento espeleológico relatou ter encontrado dificuldades em percorrer área de alto potencial entre as cidades de Janaúba e Capitão Enéas, norte do estado de Minas Gerais. Muitas propriedades encontravam-se trancadas com cadeado e com placas alertando sobre a proibição da entrada de terceiros. A equipe foi alertada por proprietários que

recentemente houve conflitos com arma de fogo entre integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e fazendeiros da região. Em uma das propriedades visitadas (coordenadas UTM 657512E/8212658N, Lote 14) os funcionários possuíam armas de fogo em punho e diversos radiotransmissores. Em um primeiro momento, chegou-se a levantar a possibilidade que os profissionais da equipe fossem membros do MST e um clima de tensão se instalou. A equipe chegou a ficar cerca de três horas dentro da propriedade, a qual estava com todos os acessos cercados por seguranças, para esclarecer o tipo de trabalho que estava sendo realizado pela região. Ao se dirigir a uma propriedade vizinha a equipe foi alertada pelo proprietário da mesma que eles não deveriam estar andando por aquela região, independente da natureza do serviço que estava sendo realizado e relatou uma recente troca de tiros entre membros do MST e seguranças de sua propriedade. Além desse episódio, em outros momentos foi deixada bem clara para a equipe a posição de que caso fossem avistadas pessoas estranhas rondando as áreas particulares, a ordem seria para alvejar os mesmos. Seguindo esta linha, a equipe foi aconselhada a evitar a área entre as cidades de Janaúba e Capitão Enéas devido ao clima tenso reinante e a iminência de novos conflitos. De acordo com um tenente da Polícia Militar de Minas Gerais, a região tem sido marcada por recentes confrontos – inclusive com armas de fogo - entre donos de propriedades e membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, que diante deste fato, as equipes que estivessem trabalhando pela região provavelmente encontrariam resistência para circulação, seja pelos membros do MST alojados em assentamentos ou pelos donos das propriedades.

2.2.4.6.4.4 - Infraestrutura de Abastecimento e Saneamento

Ao longo da Área de Estudo Local (AEL) observou-se pouca diversidade nas formas de abastecimento de água e precariedade integral no tratamento de resíduos sólidos e esgoto. Poucas são as localidades contempladas pelo serviço público de abastecimento água encanada e pública da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) e da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S. A (EMBASA). As políticas de saneamento no que se refere a resíduos sólidos e ao esgoto são praticamente inexistentes nos povoados rurais identificados na AEL.

Nos Trechos 1 e 2 da Área de Estudo Local (AEL) observou-se que o abastecimento de água ocorre via poços artesianos, captação de água por gravidade da serra ou pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA). Nesses trechos, as localidades da AEL que possuem acesso à água através de poços artesianos contam, também, com caixas coletoras de água da chuva, implantadas pelo Programa Água para Todos. A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), também, construiu caixas d'água nos Projetos de Assentamento Betinho e Final Feliz.

A maioria dos povoados e demais localidades da AEL identificados nos Trechos 3 e 4, também, possui acesso à água através de poços artesianos e são instaladas bombas e caixas d'água, o que facilita a construção e uso de banheiros. Muitos povoados nesses quatro trechos contam com uma caixa d'água central e a distribuição encanada para muitas casas.

Nos trechos 1, 2, 3 e 4, essas caixas são ligadas a poços profundos e abastecidas por bombas, muitas vezes dependendo da associação de moradores para sua manutenção e pagamento da conta de energia. Em muitos povoados essas bombas deixam de funcionar por falta de manutenção ou energia elétrica, gerando um sério problema de falta de água.

O acesso à água vai aumentando quanto mais ao sul de Minas Gerais os povoados se encontram e quanto mais próximo às serras da região. Estes trechos caracterizam-se pelo amplo acesso à água, seja através de poços artesianos, carros pipa da prefeitura, seja por captação da água da chuva, captação da água dos rios Juramento e Saracura, com o apoio do Programa Água para Todos e do Projeto de Articulação do Semiárido (ASA). Também há distribuição de água pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA).

De Presidente Juscelino a Juramento, há maior acesso à água na AEL. Há captação da água dos rios Juramento e Saracura, com o apoio do Programa Água para Todos e do Projeto de Articulação do Semiárido (ASA). Em Glauclândia, segundo os moradores da área rural, há poços municipais, com fornecimento de água gratuita. No caso dos poços artesianos, no Trecho 4 os relatos apontam para uma água salobra sem possibilidade de uso para alimentação, apenas para limpeza, banho e consumo dos animais.

Vale ressaltar a que o acesso à água, também, possibilitou o desenvolvimento da fruticultura, especialmente em Bocaiúva, no Povoado Vargem Formosa, com plantio de abacaxi, goiaba, coco, maxixe, tangerina, dentre outros, para venda para empresa Frutas Formosa, para São Paulo e para feiras livres. A água para realização de tais atividades produtivas é garantida por poços artesianos, em calhas de captação de água da chuva e carros pipa da Prefeitura, que abastecem as caixas do Programa Água para Todos.

Nos Projetos de Assentamentos há a instalação de poços e bombas em áreas centrais para que todas as famílias tenham acesso à água em caixas d'água públicas. De toda forma, a utilização de cisternas nas casas é o que garante a maior parte da água utilizada para o consumo direto.

Nas sedes municipais a distribuição de água é feita pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA).

No Trecho 3, em Guaraciama, observou-se a construção da rede de abastecimento de água no Povoado Rio Félix II, do Programa de Combate à Pobreza Rural do Estado de Minas Gerais (PCPR/MG). O mesmo ocorre no Povoado Fazenda Bahia, no município de Bocaiúva. Segundo o site do IDENE: *“O Programa é coordenado pelo sistema Sedvan/Idene, desenvolvida com recursos do Banco Mundial e contrapartida do Tesouro Estadual, com o objetivo de contribuir para a redução da pobreza no meio rural do Estado, especialmente nas regiões Norte e Nordeste de Minas, apoiando investimentos comunitários, não reembolsáveis, de natureza produtiva, social e de infra-estrutura básica, executado diretamente pelas comunidades rurais¹⁶”*.

No Trecho 4, também, foram identificadas caixas d’água da Companhia Desenvolvimento Vale São Francisco (CODEVASF).



Figura 2.2.4.6-461. **Caixa d’água** – CODEVASF – PA Serrador – Francisco Sá



Figura 2.2.4.6-462. Placa do programa Água para Todos – Povoado Barrocãozinho Montes Claros

16 www.idene.mg.gov.br, acessado em 13-06-2017.



Figura 2.2.4.6-463. **Caixa d'água particular** – Fazenda Três Corações – Montes Claros



Figura 2.2.4.6-464. Placa do PCPR – MG- Guaraciama- Povoado Rio Félix II



Figura 2.2.4.6-465. Placa PCPR – MG – Povoado Fazenda Bahia – Bocaiúva



Figura 2.2.4.6-466. **Caixa d'água do Programa Água para Todos** – Povoado Tirirca – Engeheiro Navarro

No Trecho 5, a maioria das localidades é atendida através do abastecimento de água encanada pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA).

Pela proximidade com a Serra do Catulés, situada em Mato Verde/MG, muitas localidades na região de Mato Verde e Monte Azul tem água encanada viabilizada pelos próprios moradores, por meio de mutirão. **Geralmente, a água vem direto da fonte e chega até uma caixa d'água comunitária que abastece os núcleos familiares em média 2 vezes ao dia.** Geralmente, essa água é para beber, para demais usos costuma-se usar o poço artesiano.

Em Minas Gerais, nos trechos 5 e 6, a COPASA atende os municípios de Nova Porteirinha (localidades de Gorutuba/Ilha de Getúlio e Paraguaçu (onde há uma Sub-estação da COPASA), Porteirinha (localidades Barreiro Dantas, Mulungu, Água Branca, Furada da Roda, Baixa do Barreiro, Furado Grande, Vila Caxingó e Lagoinha), Catuti, Monte Azul (localidades de Vila Angical, Riacho Seco, Pajeú, Bicas, Lagoa Comprida, Landinho, Rebentão, Lagoinha, Barreiro Grande e Rio Abaixo) e Espinosa (Sussuarana, Lagoa do Marruais e Dourados).

Na Bahia, trechos 7 e 8, a EMBASA atende os municípios de Candiba (Pinheiros e Dourado) e Guanambi (Ceraíma, Morrinhos, Sítio Novo, Malhada do Canto, Fazenda Barra Arrancada, Posto do Pega, Fazenda Gado Bravo e Fazenda Morrinhos). Inclusive, no distrito de Ceraíma há uma Estação de Tratamento de Água (ETA) (coordenadas 0749501/8419620).



Figura 2.2.4.6-467 – Estação EMBASA- Ceraíma – Guanambi (BA)



Figura 2.2.4.6-468 – Estação COPASA - Paraguaçu – Janaúba (BA)

No tocante ao abastecimento, chama atenção a atuação de algumas associações como a da Associação de Pequenos Produtores de Baixa do Charquinho em Barreira do Totó (Francisco Sá), que gerencia os assuntos relativos ao programa de captação de água através de poço artesiano comunitário. A Associação Bem Para Todos em Poço de Santa Cruz (Janaúba), que está em formação, já se mobiliza em relação às questões da água, na iniciativa de projetos de irrigação e de captação da água da barragem de Gorutuba. Uma das principais ações da Associação de Pequenos Produtores de Barroquinha (Janaúba), também, é em torno da captação de água da barragem (próxima da localidade) e no controle do recebimento de água potável através de caminhões pipa, já que, desde o início das secas, a localidade sofre com a falta de

chuvas, inutilizando as cisternas instaladas na região pelo Programa Água Para Todos¹⁷. Da mesma forma, no povoado de Bicas, em Monte Azul, a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Bicas realiza controle em relação à administração da água potável, visto que também sofre com a falta de chuvas.



Figura 2.2.4.6-469. Cisterna instalada pelo Programa Água Para Todos em Junco (Francisco Sá/MG)

Em Riachão (Urandi) a Associação Boa Sorte, Joaquim de Souza e Olho D'Água da Jurema conseguiu cisternas e poços artesianos. A doação de cisternas pelo programa Água Para Todos também é uma das principais ações da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Estrela Dourada, que representa o povoado de Fazenda Jacu, situado em Pindaí. Em Morro do Pindaí, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Morro do Pindaí conseguiu a construção de 4 poços artesianos (3 comunitários e 1 individual).

Em Lagoa da Pedra de João Cotrim, a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Lagoa da Pedra de João Cotrim conseguiu a construção de poços artesianos e encanamento de água para todos os núcleos familiares.

17 Executado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), o programa visou beneficiar famílias rurais do norte de Minas Gerais através da instalação de cisternas para captação de água da chuva. Fonte: <http://www.codevasf.gov.br/noticias/2015/cisternas-do-programa-agua-para-todos-beneficiam-comunidades-rurais-do-norte-de-minas/> Acessado em 04/06/2017.



Figura 2.2.4.6-470 – Placa da CODEVASF informando a perfuração de 100 poços tubulares profundos – Vila Angical – Monte Azul (MG).



Figura 2.2.4.6-471 – Captação 01 – Barragem Angical – COPASA – Vila Angical - Monte Azul (MG).



Figura 2.2.4.6-472 - **Caixa d'Água Comunitária** – Rebentão – Monte Azul (MG).



Figura 2.2.4.6-473 – Implementação de Sistema Simplificado de Abastecimento de Água – Ações Emergenciais aos efeitos da estiagem – Francisco Sá (MG).



Figura 2.2.4.6-474 – Implantação do Sistema Simplificado de Abastecimento de Água – Coqueirinho – Francisco Sá (MG).



Figura 2.2.4.6-475 – Implantação do Sistema Simplificado de Abastecimento de Água na comunidade de Santa Cruz – Janaúba – CODEVASF com Cisterna Comunitária (MG).



Figura 2.2.4.6-476 – COPASA – Mulungu – Porteirinha (MG).



Figura 2.2.4.6-477 – Construção de cisterna no Semi-Árido – MDS – Tabuleiro - Espinosa (MG).



Figura 2.2.4.6-478 – Placa Água Para Todos – Nova Porteirinha (MG).



Figura 2.2.4.6-479 – Caminhão Pipa do Exército – Urandi (BA).

Na Área de Estudo Regional apenas Joaquim Felício, Montes Claros e Janaúba possuem locais de destinação adequada para resíduos sólidos. Joaquim Felício conta com uma Usina de Triagem e Compostagem (UTC) e os outros dois com aterros sanitários. Os demais municípios destinam os resíduos em aterros controlados (Presidente Juscelino, Augusto de Lima, Buenópolis, Engenheiro Navarro, Olhos D'Água, Glaucilândia, Juramento, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Catuti e Guanambi), ou em lixões, como Monjolos, Gouveia, Santo Hipólito, Bocaíuva, Guaraciama, Francisco Sá, Capitão Enéas, Porteirinha, Mato Verde, Monte Azul, Mamonas, Espinosa, Urandi, Pindaí, Candiba e Caetité, como mostra o Quadro 2.2.4.6-26.

O lixão é a forma de destinação de resíduos sólidos de maior impacto ambiental, uma vez que os mesmos são lançados a céu aberto sem nenhum critério técnico ou adoção de medidas necessárias para proteger a saúde pública e o meio ambiente¹⁸. Os aterros controlados são considerados uma forma paliativa de disposição final dos resíduos sólidos, dado que em sua maioria forem lixões que passaram a ter algum tipo de controle (vetores, captação e tratamento de chorume, etc), e são opções para tratamento de resíduos municípios pequenos. De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a pratica de encaminhamento de resíduos para lixões ou aterros controlados já deveria estar extinta.

A coleta de resíduos sólidos encontra-se circunscrita, apenas, nas sedes municipais, não sendo efetuada de forma sistemática nos povoados existente em toda a AEL. Como prática cotidiana as famílias têm o habito de queimar os resíduos sólidos na maioria dos casos. Muitas enterram e queimam em buracos no

¹⁸ Fonte: Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos, 2015. Disponível em <http://www.snis.gov.br>

entorno das casas, ou despejam a céu aberto. Contudo, há pequenas áreas pontuais onde se realiza a coleta de resíduos sólidos, como nos povoados Paraguaçu e Gorutuba/Ilha de Getúlio em Nova Porteirinha; distrito de Mulungu em Porteirinha, povoados Bicas e Pedreira em Monte Azul; povoado Sussuarana em Espinosa; povoados de Fazenda Jacu, Paus Pretos, Lagoa do Curral, Morrinhos, Tanque e Lagoa do Arroz em Pindaí; localidades Gameleiras e Pilões no município de Candiba e em Ceraíma, Sítio Novo, Morrinhos e Malhada do Canto, no município de Guanambi.

Apesar de haver a coleta nesses pontos, não há informações sobre o destino desses resíduos. Vale ressaltar que, em visita de campo, foram encontrados dois locais com aparente disposição irregular de resíduos, situados nos municípios de Janaúba (coordenadas UTM 0682539E/8245285N) e Urandi (coordenadas UTM 727095E/8322729N). Ressalta-se que há a coleta de resíduos sólidos domésticos nessas localidades.

Quadro 2.2.4.6-26 - Destinação dos resíduos sólidos na Área de Estudo Regional (AER)

UF	Município	Local de destinação
MG	Presidente Juscelino	Aterro Controlado
MG	Monjolos	Lixão
MG	Gouveia	Lixão
MG	Santo Hipólito	Lixão
MG	Augusto de Lima	Aterro Controlado
MG	Buenópolis	Aterro Controlado
MG	Joaquim Felício	Usina de Triagem e Compostagem (UTC) Regularizada
MG	Bocaiúva	Lixão
MG	Eng. Navarro	Aterro Controlado
MG	Olhos D'Água	Aterro Controlado
MG	Guaraciama	Lixão
MG	Glaucilândia	Aterro Controlado
MG	Juramento	Aterro Controlado
MG	Montes Claros	Aterro Sanitário (AS)
MG	Francisco Sá	Lixão
MG	Capitão Enéas	Lixão
MG	Janaúba	Aterro Sanitário (AS)
MG	Nova Porteirinha	Aterro Controlado
MG	Porteirinha	Lixão
MG	Pai Pedro	Aterro Controlado
MG	Mato Verde	Lixão
MG	Catuti	Aterro Controlado
MG	Monte Azul	Lixão
MG	Mamonas	Lixão
MG	Espinosa	Lixão
BA	Urandi	Lixão
BA	Pindaí	Lixão
BA	Candiba	Lixão
BA	Guanambi	Aterro Controlado
BA	Caetité	Lixão

Fontes: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, 2017.



Figura 2.2.4.6-480 – Aparente disposição irregular de resíduos em Janaúba (MG).



Figura 2.2.4.6-481 - Aparente disposição irregular de resíduos em Janaúba (MG).



Figura 2.2.4.6-482 – Lixão em Urandi (BA).



Figura 2.2.4.6-483 - Lixão em Urandi (BA).

A situação do esgotamento sanitário é, também, precária na AEL. Com a deficiência do abastecimento de água, sobretudo, água encanada armazenada em caixas d'água, são raros os casos de banheiros em que há descarga hidráulica. Contudo, em todas as residências de todas as localidades identificadas, há banheiros sendo usados normalmente, com fossas sépticas e sumidouros. Apenas, o povoado de Furado Fundo, em Pindaí (BA) não dispõe de fossas, o que exige dos moradores utilizarem área no entorno de suas casas.

Quadro 2.2.4.6-27 - Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e destino do lixo na Área de Estudo Local

UF	Município	Localidade	KM da LT	Distância da LT (km)	Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário	Resíduos Sólidos
MG	Presidente Juscelino	Serra do Gonçalo	326,9	1,4	Poço artesiano comunitário sob gestão da prefeitura	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Presidente Juscelino	Retiro da Gameleira	320,4	0,3	Poço artesiano comunitário sob gestão da prefeitura	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Monjolos	Rodeador	282,0	2,1	Água encanada da serra, poço artesiano inativo, COPASA em via de chegada.	Fossa/Sumidouro, ETE em construção	Coleta (1 x na semana)
MG	Monjolos	Monjolos	284,4	3,3	COPASA	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Monjolos	Quebra Pé	292,5	1,3	Poço artesiano comunitário sob gestão da associação local	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Monjolos	Tamburiu/ Fazenda Passageiro	299,6	4,3	Poço artesiano comunitário sob gestão da associação local	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Gouveia	Mangabeiras	312,0	1,7	Poço artesiano comunitário sob gestão da prefeitura	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Gouveia	Fazenda Estaboca	316,0	3,9	Poço artesiano comunitário sob gestão da prefeitura	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Gouveia	Alexandre Mascarenhas	322,1	5,7	Poço artesiano e por gravidade da serra da Capivara	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Santo Hipólito	Santo Hipólito	287,9	1,6	COPASA	Fossa/Sumidouro, ETE em construção	Coleta
MG	Santo Hipólito	Vale Fundo	302,3	0,9	Poço artesiano comunitário sob gestão da prefeitura	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Santo Hipólito	Santa Cruz	308,3	2,9	Poço artesiano comunitário sob gestão da prefeitura	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Santo Hipólito	Senhora da Glória	306,9	0,8	COPASA	Fossa/Sumidouro	Coleta
MG	Santo Hipólito	Caquende	301,6	0,9	COPASA	Fossa/Sumidouro	Queima e coleta
MG	Augusto de Lima	Conceição de Teixeira/Saúde	247,7	1,6	Poço artesiano comunitário sob gestão da associação local	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Augusto de Lima	Santa Bárbara	251,6	1,8	Poço artesiano comunitário sob gestão da associação local	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Augusto de Lima	Mangal	257,1	1,6	Poço artesiano comunitário sob gestão da associação local	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Augusto de Lima	Cafundó	280,9	3,8	Poço artesiano comunitário sob gestão da associação local	Fossa/Sumidouro	Queima

UF	Município	Localidade	KM da LT	Distância da LT (km)	Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário	Resíduos Sólidos
MG	Augusto de Lima	Cafundó dos Currais	278,4	3,4	Poço artesiano comunitário sob gestão da associação local	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Augusto de Lima	Sumidouro	272,8	1,6	Poço artesiano comunitário sob gestão da associação local	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Augusto de Lima	Poções	271,0	0,8	Poço artesiano comunitário sob gestão da associação local	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Augusto de Lima	Alto Mangabeira	270,5	3,6	Poço artesiano comunitário sob gestão da associação local	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Augusto de Lima	Malhada Alta	271,0	1,3	Poço artesiano comunitário sob gestão da associação local	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Augusto de Lima	Mocambo	263,4	4,7	Poço artesiano comunitário sob gestão da associação local	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Buenópolis	Venturino	227,1	0,8	Poço artesiano comunitário sob gestão da associação local	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Buenópolis	Curimataí	231,5	6,9	Água encanada direto da cachoeira do Rio preto	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Buenópolis	Pé de Serra	222,1	7,4	Água encanada vinda por gravidade da serra	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Buenópolis	Salobo	245,1	2,2	Água encanada vinda por gravidade da serra	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Joaquim Felício	Fazenda Bhavnagar	196,0	0,4	Água encanada vinda por gravidade da serra	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Joaquim Felício	P.A. Betinho - Riachinho	195,3	1,1	Poço artesiano comunitário sob gestão da associação local e caixas d'água	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Joaquim Felício	Barreiro Grande/ Fazenda Ribeirão	207,9	3,3	Poço artesiano comunitário sob gestão da associação local	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Joaquim Felício	Picadinha	214,1	1,1	Poço artesiano comunitário sob gestão da associação local	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Joaquim Felício	P.A. Final Feliz - Catoni Sede	216,7	1,9	Poço artesiano comunitário sob gestão da associação local e caixas d'água	Fossa/Sumidouro	Queima e Coleta seletiva de resíduos sólidos
MG	Joaquim Felício	Vaca Brava / Barreirinhos	209,5	4,6	Poço artesiano comunitário sob gestão da associação local	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Joaquim Felício	Lagoinha	221,8	0,6	Poço artesiano comunitário sob gestão da associação local	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Bocaiúva	P.A. Betinho - Barragem do Bambu	188,3	0,4	Poço artesiano comunitário sob gestão da associação local e caixas d'água	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Bocaiúva	P.A. Betinho - Triunfo	192,2	0,2	Poço artesiano comunitário sob gestão da associação local e caixas d'água	Fossa/Sumidouro	Queima

Coordenador:

Técnico:

UF	Município	Localidade	KM da LT	Distância da LT (km)	Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário	Resíduos Sólidos
MG	Bocaiúva	P.A. Betinho - Poço do Bento	189,9	4,7	Poço artesiano comunitário sob gestão da associação local e caixas d'água	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Bocaiúva	Engenheiro Dolabela	191,8	2,4	COPASA	Fossa/Sumidouro, ETE em construção	Queima e coleta
MG	Bocaiúva	P.A. Betinho - Angico	193,0	3,1	Poço artesiano comunitário sob gestão da associação local e caixas d'água	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Bocaiúva	P.A. Betinho - Lagoa Grande	196,0	0,6	Poço artesiano comunitário sob gestão da associação local e caixas d'água	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Bocaiúva	P.A. Betinho - Barragem da Caatinga	198,8	5,0	Poço artesiano comunitário sob gestão da associação local e caixas d'água	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Bocaiúva	P.A. Professor Mazan	139,8	2,5	COPASA e poços artesanais	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Bocaiúva	Camilo Prates	135,5	1,1	Carro pipa da prefeitura abastece o poço comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Bocaiúva	Curral de Vara	135,5	1,1	Carro pipa da prefeitura abastece o poço comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Bocaiúva	Santa Cruz	132,7	2,9	Carro pipa da prefeitura abastece o poço comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Bocaiúva	Alto Belo	123,9	5,1	Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Bocaiúva	Catarina	136,8	1,7	Poços artesanais	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Bocaiúva	Lalau e Morro Alto	143,3	1,0	Poços artesanais	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Bocaiúva	Taboquinha II e Fazenda Córrego Fundo	147,2	0,8	Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Bocaiúva	Cabeceira de Poções	151,1	1,9	Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Bocaiúva	Vaquejada	149,1	4,3	Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Bocaiúva	Fazenda Bahia	149,7	5,9	Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Bocaiúva	Poções	151,2	2,6	Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Bocaiúva	Imbé, Morros, Taboas e Garrotes	158,7	0,2	Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Bocaiúva	Torquato Leite e Taboa	160,0	5,6	Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima

UF	Município	Localidade	KM da LT	Distância da LT (km)	Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário	Resíduos Sólidos
MG	Bocaiúva	Roça Velha	164,2	4,4	Poço artesiano comunitário e individuais	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Bocaiúva	Nova Dolabela	185,0	1,2	Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Engenheiro Navarro	Campo Limpo	163,8	3,9	Poço artesiano comunitário e individuais	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Engenheiro Navarro	São Norberto	171,8	3,2	Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Engenheiro Navarro	Engenheiro Navarro	169,7	3,2	COPASA e poços artesianos	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Engenheiro Navarro	Limoeiro	170,7	1,0	Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Engenheiro Navarro	P.A. Elói Ferreira	167,8	4,2	Poço artesiano comunitário e individuais	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Engenheiro Navarro	Tirirical	176,1	1,1	Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Guaraciama	Rio Félix I	125,8	1,0	Carro pipa da prefeitura abastece o poço comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Guaraciama	Rio Félix II	126,1	1,3	Carro pipa da prefeitura abastece o poço comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Glaucilândia	Tabocal I	114,6	0,4	Poço artesiano comunitário sob gestão da prefeitura	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Glaucilândia	Tabocal II	115,4	1,9	Poço artesiano comunitário sob gestão da prefeitura	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Juramento	Campo Grande	106,3	0,8	Poço artesiano comunitário e Rio Juramento	Fossa/Sumidouro	Coleta
MG	Juramento	Maquiné	106,3	0,8	Poço artesiano comunitário e Rio Juramento	Fossa/Sumidouro	Coleta
MG	Juramento	Saracura, Lambari, Prata e Tira Chapéus	103,5	0,2	Poço artesiano comunitário e Rio Saracura	Fossa/Sumidouro	Coleta
MG	Montes Claros	Juramento	107,2	2,6	COPASA e poços artesianos	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Montes Claros	Mandacaru	112,5	6,0	Poços artesianos	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Montes Claros	Rio Verde	95,1	1,0	Poços artesianos	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Montes Claros	Barrocãozinho e Estrela	96,2	3,2	Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima

Coordenador:

Técnico:

UF	Município	Localidade	KM da LT	Distância da LT (km)	Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário	Resíduos Sólidos
MG	Montes Claros	Fazenda Brejinho e Laranjal	105,8	0,8	Poços artesanais	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Montes Claros	Ponta do Morro	107,8	1,0	Poço artesiano comunitário e COPASA	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Montes Claros	Fazenda Borá	111,5	1,3	Poços artesanais	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Montes Claros	Pau Gonçalves	111,5	1,3	Poços artesanais	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Montes Claros	Me Livre	111,5	1,3	Poços artesanais	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Montes Claros	Chacreamento Alphaville	111,5	1,3	Poços artesanais	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Montes Claros	Comunidade Rural Hollywood	111,3	0,9	-	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Montes Claros	Mimoso	111,8	1,6	Poços artesanais	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Francisco Sá	Belvedere	87,4	3,4	Poços artesanais e COPASA	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Francisco Sá	P.A. Serrador	70,0	0,2	Poço artesiano comunitário sob gestão da associação local e água da chuva	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Francisco Sá	Fazenda São Paulinho	74,4	1,6	Poços artesanais e água da chuva	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Francisco Sá	Quilombinho e Povoado Vaca Brava	80,0	0,7	Poços artesanais e água da chuva	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Francisco Sá	Fazenda Serafim e Fazenda Aroeira	87,2	1,6	Poços artesanais e tanque de terra	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Francisco Sá	P.A. Serafim	86,1	5,7	Poços artesanais e lagoa	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Francisco Sá	Coqueirinho	57,3	4,1	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Francisco Sá	Junco	56,0	4,5	Cisterna	Fossa/Sumidouro	Queima ou enterra
MG	Francisco Sá	Baixa Fria	49,8	4,0	Cisterna e Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Francisco Sá	Barreira do Totó	47,1	1,6	Cisterna e Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Francisco Sá	Furado Dantas	45,5	3,9	Cisterna e Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Francisco Sá	Córrego do Charquinho	43,9	1,8	Cisterna e Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima

UF	Município	Localidade	KM da LT	Distância da LT (km)	Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário	Resíduos Sólidos
MG	Francisco Sá	Riacho dos Carneiros	66,5	0,2	Poço tubular	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Francisco Sá	Lagoa Nova/Baixa do Feijão	60,3	0,2	Poço tubular	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Francisco Sá	Bengo	52,9	0,0	Cisterna e Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Francisco Sá	São Geraldo	24,6	4,7	Cisterna e Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Francisco Sá	Boa Esperança	34,0	0,0	Cisterna e Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Francisco Sá	Jacarã II	40,8	1,0	Cisterna	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Francisco Sá	Boa Sorte	48,0	1,3	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Francisco Sá	Matos	55,0	5,6	Cisterna e Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Francisco Sá	Arrozi	57,6	0,4	Cisterna e Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Francisco Sá	Taçadal	57,0	1,8	Cisterna e Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Janaúba	Poço de Santa Cruz	238,3	1,7	Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Lixão
MG	Janaúba	Taquaril	236,1	1,9	Água encanada pela Associação vinda da barragem de Gorutuba	Fossa/Sumidouro	Lixão
MG	Janaúba	Jataí	242,4	0,8	Caminhão pipa abastece cisterna e Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Janaúba	Tirafogo	239,3	0,4	Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro rudimentar	Queima
MG	Janaúba	Pedra Preta	241,2	2,5	Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Janaúba	José Faustino	236,9	0,3	Caminhão pipa abastece cisterna e Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Janaúba	Mundo Novo	230,5	0,8	Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Janaúba	Pajeú II	226,1	1,0	Poço artesiano comunitário e COPASA	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Janaúba	Baixa da Colônia	248,2	0,2	Caminhão pipa abastece cisterna e Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima

UF	Município	Localidade	KM da LT	Distância da LT (km)	Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário	Resíduos Sólidos
MG	Janaúba	Vila Nova dos Poços (Quilombo)	215,3	1,0	COPASA	Fossa/Sumidouro	Coleta
MG	Janaúba	Quem Quem	25,2	0,6	Caminhão pipa abastece cisterna e Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Janaúba	Barroquinha	13,7	1,5	Caminhão pipa abastece cisterna e Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Nova Porteirinha	Gorutuba/Ilha de Getúlio	214,7	2,3	COPASA	Fossa/Sumidouro	Coleta (1x na semana)
MG	Nova Porteirinha	Paraguaçu	212,6	0,5	COPASA	Fossa/Sumidouro	Coleta (1x na semana)
MG	Porteirinha	Canabrava	226,5	1,2	Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Enterra ou leva para a cidade
MG	Porteirinha	Barreiro Dantas	210,8	1,6	COPASA	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Porteirinha	Mulungu	210,7	1,4	COPASA	Fossa/Sumidouro	Coleta (1x na semana)
MG	Porteirinha	Água Branca	204,5	2,0	COPASA	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Porteirinha	Furada da Roda	199,3	0,2	COPASA	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Porteirinha	Baixa do Barreiro	200,1	1,0	COPASA	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Porteirinha	Furado Grande	186,7	2,2	COPASA	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Porteirinha	Vila Caxingó	191,7	2,8	COPASA	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Porteirinha	Lagoinha	184,6	0,4	COPASA	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Catuti	Catuti	166,8	0,7	COPASA	Fossa/Sumidouro	Coleta (1x na semana)
MG	Pai Pedro	Salinas	183,7	2,3	Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Pai Pedro	Miranto	198,8	2,6	Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Porteirinha	Atrás dos Morros	181,1	0,1	Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Mato Verde	Ferraz	171,3	0,3	Caminhão Pipa do Exército	Fossa/Sumidouro de Madeira	Queima

UF	Município	Localidade	KM da LT	Distância da LT (km)	Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário	Resíduos Sólidos
MG	Mato Verde	Volta do Morro	175,5	0,8	Água encanada (feita por mutirão) vinda da serra do Catulés ou Poço Artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Mato Verde	Barra	162,9	1,1	Água encanada (feita por mutirão) vinda da serra do Catulés ou Poço Artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Mato Verde	Vila Cristino	169,6	0,9	Água encanada (feita por mutirão) vinda da serra do Catulés ou Poço Artesiano	Fossa/Sumidouro	Coleta (1x na semana)
MG	Mato Verde	Fazenda da Barra	165,3	0,5	Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Mato Verde	Cristino I	171,9	0,8	Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Mato Verde	Pedreira	155,5	0,1	Água encanada (Barragem Canabrava e Serra)	Fossa/Sumidouro	Coleta semanal
MG	Monte Azul	Vila Angical	159,8	0,6	COPASA	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Monte Azul	Riacho Seco	142,5	1,7	Poço artesiano ou COPASA	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Monte Azul	Pajeú de Cima	140,1	1,9	Água encanada (feita por mutirão) vinda da serra do Catulés	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Monte Azul	Pajeú	136,7	2,3	COPASA e Serra (reservatório de 100mil litros)	Fossa/Sumidouro	Coleta (3x semana)
MG	Monte Azul	Bicas	140,8	0,3	COPASA ou Água encanada (feita por mutirão) vinda da serra do Catulés	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Monte Azul	Lagoa Comprida	145,4	1,0	COPASA ou Água encanada (feita por mutirão) vinda da serra do Catulés	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Monte Azul	Landinho	152,9	0,4	COPASA ou Água encanada (feita por mutirão) vinda da serra do Catulés	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Monte Azul	Ramalhudo	156,0	0,6	Água encanada (feita por mutirão) vinda da serra do Catulés	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Monte Azul	Riacho Quente	156,0	2,1	Poço artesiano, Caminhão Pipa do Exército e Água encanada (feita por mutirão) vinda da serra do Catulés	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Monte Azul	Junco	159,2	1,1	Poço artesiano, Caminhão Pipa do Exército e Água encanada (feita por mutirão) vinda da serra do Catulés	Fossa/Sumidouro	Queima

UF	Município	Localidade	KM da LT	Distância da LT (km)	Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário	Resíduos Sólidos
MG	Monte Azul	Rebentão	159,2	4,3	COPASA ou Água encanada (feita por mutirão) vinda da serra do Catulés	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Monte Azul	Lagoinha	163,0	0,4	COPASA ou Água encanada (feita por mutirão) vinda da serra do Catulés	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Mato Verde	Barreiro Grande	158,8	2,0	COPASA ou Água encanada (feita por mutirão) vinda da serra do Catulés	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Mato Verde	Rio Abaixo	159,2	0,9	COPASA ou Água encanada (feita por mutirão) vinda da serra do Catulés	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Monte Azul	Barreiro da Cruz	153,8	1,2	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Mato Verde	Barreiro do Mato	150,3	0,5	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Monte Azul	Baixão	138,1	1,9	Água encanada (feita por mutirão) vinda da serra do Catulés (para beber) e poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Monte Azul	Capoeira Grande	135,5	0,4	Água encanada (feita por mutirão) vinda da serra do Catulés (para beber) e poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Monte Azul	Picada	132,1	0,3	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Espinosa	Tabuleiro	102,4	0,3	Água encanada da Serra (feita por mutirão)	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Mamonas	Urubu	134,8	0,8	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Mamonas	Mimoso	124,3	0,9	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Espinosa	São Pedro	124,4	0,2	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Espinosa	Barro Vermelho	130,0	1,3	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Espinosa	Lagoinha	124,6	0,5	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Espinosa	Santo Antonio	123,6	0,4	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Espinosa	Varzea da Pedra	118,1	2,1	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Espinosa	Canabrava	112,6	1,4	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Espinosa	Raposa do Rio Verde	110,1	0,4	Água encanada vinda do Rio Verde	Fossa/Sumidouro	Queima

UF	Município	Localidade	KM da LT	Distância da LT (km)	Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário	Resíduos Sólidos
MG	Espinosa	Lagoa do Morro	108,5	1,1	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Espinosa	Lagoa da Tapera	109,6	2,7	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Espinosa	Sussuarana	105,7	0,0	COPASA	Fossa/Sumidouro	Coleta (2x semana)
MG	Espinosa	Serrinha	110,2	2,3	Não informado	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Espinosa	Lagoa da Romana	109,0	2,1	Não informado	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Espinosa	Poços	109,5	1,5	Não informado	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Espinosa	Barreiro Dantas	111,2	0,7	Não informado	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Espinosa	Paus Pretos	113,9	0,6	Não informado	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Espinosa	Havana	116,9	0,4	Não informado	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Espinosa	Santa Marta	117,9	0,1	Não informado	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Espinosa	Lagoa do Marruais	105,8	1,2	COPASA	Fossa/Sumidouro	Queima
MG	Espinosa	Dourados	129,1	0,8	COPASA e Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Urandi	Rio Verde	101,8	0,1	Caminhão pipa da Prefeitura (a cada 2 meses)	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Urandi	Pedra Aguda	93,0	0,9	Caminhão pipa da Prefeitura (a cada 2 meses)	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Urandi	Caldeirão	90,0	1,3	Caminhão pipa da Prefeitura (a cada 2 meses)	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Urandi	Canavista	88,7	0,2	Caminhão pipa da Prefeitura (a cada 2 meses)	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Urandi	Cachoeira	88,4	0,9	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Urandi	Agreste/Fazenda Boa Esperança	86,6	0,3	Caminhão Pipa do exército que enche as cisternas do programa ASA	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Urandi	Tiririca	85,9	2,2	Caminhão Pipa do exército que enche as cisternas do programa ASA	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Urandi	Cubículo	84,9	0,3	Caminhão Pipa do exército que enche as cisternas do programa ASA	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Urandi	Fazenda Entre Morros	80,3	1,3	Caminhão Pipa do exército que enche as cisternas do programa ASA	Fossa/Sumidouro	Queima

Coordenador:

Técnico:

UF	Município	Localidade	KM da LT	Distância da LT (km)	Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário	Resíduos Sólidos
BA	Urandi	Poço Bom	79,0	2,1	Caminhão Pipa do exército que enche as cisternas do programa ASA	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Urandi	Quixabá	75,2	1,8	Caminhão Pipa do exército que enche as cisternas do programa ASA	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Urandi	Fazenda Boa Sorte	75,5	0,4	Caminhão Pipa do exército que enche as cisternas do programa ASA	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Urandi	Riachão	75,0	1,2	Poço artesiano e Cisterna de chuva	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Urandi	Casa Nova	81,0	1,9	Poço artesiano e Cisterna de chuva	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Urandi	Fazenda Barra do Mulungu	80,9	0,6	Poço artesiano e Cisterna de chuva	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Urandi	Lagoinha	86,2	1,7	Poço artesiano e Cisterna de chuva	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Urandi	Feijão Preto	85,9	0,7	Poço artesiano e Cisterna de chuva	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Urandi	Fazenda Olho D'Água	95,1	2,4	Poço artesiano e Cisterna de chuva	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Urandi	Salinas	98,6	0,9	Nascente em Salinas e Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Coleta (lixão)
BA	Urandi	Barra da Varginha	101,8	0,8	Nascente em Salinas e Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Coleta (lixão)
BA	Urandi	Fazenda Ladeira Grande	101,9	0,3	Nascente em Salinas e Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Coleta (lixão)
BA	Urandi	Fazenda Grama	104,7	0,5	Nascente em Salinas e Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Urandi	Mata Veado	78,1	4,0	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Urandi	Fazenda Lagedinho	75,8	0,9	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Urandi	Fazenda Agua Verde (divisa com Pindaí)	70,6	1,0	Caminhão Pipa do Exército (para beber) e poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Urandi	Fazenda Bananeira	97,2	0,5	Nascente em Salinas e Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Pindaí	Fazenda Tataíra	67,3	1,6	Caminhão Pipa do Exército	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Pindaí	Morro do Macaco	65,1	0,8	Caminhão Pipa do Exército	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Pindaí	Pesqueiro I e II	64,2	0,4	Caminhão Pipa do Exército	Fossa/Sumidouro	Queima

UF	Município	Localidade	KM da LT	Distância da LT (km)	Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário	Resíduos Sólidos
BA	Pindaí	Lagoinha	61,0	1,5	Caminhão Pipa do Exército	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Pindaí	Lagoa de Dominginhos	60,0	0,4	Caminhão Pipa do Exército	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Pindaí	Fazenda Jacu	60,4	2,6	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Coleta semanal
BA	Pindaí	Pau de Colher	65,9	1,1	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Pindaí	Paus Pretos	66,2	2,5	Caminhão Pipa do Exército e Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Coleta quinzenal
BA	Pindaí	Lagoa do Curral	67,7	2,2	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Coleta quinzenal
BA	Pindaí	Morrinhos	71,0	1,8	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Coleta quinzenal
BA	Pindaí	Fazenda Caraíbas	71,2	0,3	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Pindaí	Morro da Barra	38,5	0,2	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Pindaí	Lagoa Dantas	40,0	0,8	Poço artesiano e cisterna pluvial	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Pindaí	Lagoa Velha	42,2	0,4	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Pindaí	Olho D'água	46,6	0,7	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Pindaí	Tanque	48,5	2,2	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Coleta semanal
BA	Pindaí	Lagoa do Arroz	51,3	1,2	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Coleta semanal
BA	Pindaí	Fazenda Morrinhos	59,1	1,9	Caminhão Pipa do Exército (de Guanambi – semanal) para beber e Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Pindaí	Salinas	60,0	2,2	Caminhão Pipa do Exército (de Guanambi – semanal) para beber e Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Pindaí	Recreio	62,2	0,1	Caminhão Pipa do Exército (de Guanambi – semanal) para beber e Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Pindaí	Morro do Pindaí	57,4	1,0	Caminhão Pipa do Exército (para beber) e Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Pindaí	Mato Grosso	52,5	0,3	Poço artesiano e cisterna (água da chuva pra beber)	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Pindaí	Furado Fundo	62,5	1,6	Captação da chuva	Não há (mato)	Queima
BA	Pindaí	Fazenda Cajueiro	61,4	0,1	Captação da chuva	Não informado	Queima

Coordenador:

Técnico:

UF	Município	Localidade	KM da LT	Distância da LT (km)	Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário	Resíduos Sólidos
BA	Pindaí	Limeira	44,7	0,0	Captação da chuva	Não informado	Queima
BA	Pindaí	Pedra Ladeira	54,5	1,7	Poço artesiano comunitário e água da chuva da cisterna (para beber)	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Candiba	Gameleiras	45,1	0,3	Água encanada (vindo de Ceraíma)	Fossa/Sumidouro	Coleta semanal
BA	Candiba	Pilões	49,8	1,8	Água encanada (vindo de Ceraíma)	Fossa/Sumidouro	Coleta semanal
BA	Candiba	Fazenda Tanquinho	55,0	0,3	Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Candiba	Fazenda Dourados	54,5	1,5	Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Candiba	Fazenda Morrinhos II	57,4	1,9	Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Candiba	Fazenda Caco	57,7	0,5	Poço artesiano comunitário	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Candiba	Pinheiros	44,0	0,8	EMBASA (vem da região do São Francisco)	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Candiba	Dourado	53,3	0,0	EMBASA (vem da região do São Francisco)	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Guanambi	Fazenda Tambori	18,8	1,5	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Guanambi	Curral de Varas	21,2	1,9	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Guanambi	Jurema Barbosa	22,6	2,4	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Guanambi	Lagoa da Pedra de João Cotrim	22,5	2,4	Poço artesiano e água pluvial (cisterna)	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Guanambi	Buraquinho	25,7	0,4	Poço artesiano e água pluvial (cisterna)	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Guanambi	Ceraíma	37,4	1,5	EMBASA (vem da região do São Francisco)	Fossa/Sumidouro	Coleta semanal
BA	Guanambi	Fazenda Lagoa Suja	19,6	1,4	Água encanada (vindo de Gado Bravo/Caetitê) e água pluvial (cisterna)	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Guanambi	Fazenda Lagoa da Pedra	20,5	1,3	Água encanada (vindo de Gado Bravo/Caetitê) e água pluvial (cisterna)	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Guanambi	Sítio dos Gatos	22,1	0,5	Água encanada (vindo de Gado Bravo/Caetitê) e água pluvial (cisterna)	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Guanambi	Barro Vermelho	26,9	1,0	Água encanada vindo da Serra de Águas Claras	Fossa/Sumidouro	Queima

UF	Município	Localidade	KM da LT	Distância da LT (km)	Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário	Resíduos Sólidos
BA	Guanambi	Invernada	28,6	0,4	Água encanada vindo da Serra de Águas Claras	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Guanambi	Rio Grande	29,9	0,9	Água encanada vindo da Serra de Águas Claras	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Guanambi	Morrinhos	30,0	1,9	EMBASA (vem da região de São Francisco)	Fossa/Sumidouro	Coleta (2x semana)
BA	Guanambi	Sítio Novo	34,3	0,9	EMBASA (vem da região de São Francisco)	Fossa/Sumidouro	Coleta (2x semana)
BA	Guanambi	Malhada do Canto	42,3	1,5	EMBASA (vem da região de São Francisco)	Fossa/Sumidouro	Coleta (2x semana)
BA	Guanambi	Fazenda Barra Arrancada	36,3	0,0	EMBASA (vem da região de São Francisco)	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Guanambi	Posto do Pega	31,0	1,3	EMBASA (vem da região de São Francisco)	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Guanambi	Fazenda Morrinhos	13,3	2,1	EMBASA (vem da região de São Francisco)	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Caetité	Fazenda Gado Bravo	30,0	1,9	EMBASA (vem da região de São Francisco)	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Caetité	Fazenda Vereda do Cercado	16,3	1,2	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima
BA	Caetité	Pirajá	10,2	0,0	Poço artesiano	Fossa/Sumidouro	Queima

Fonte: Ecology Brasil, 2017.

2.2.4.6.4.5 - Infraestrutura na Faixa de Servidão e Restrições ao Uso

Por meio de Cadastramento Fundiário, levantou-se até o presente momento a Infraestrutura existente na Faixa de Servidão para o Lote 14. Para os Lotes 15 e 16, o cadastro foi iniciado, mas as benfeitorias ainda não foram identificadas.

Em virtude da ausência de um mapeamento consistente de cada uma das propriedades rurais diretamente afetadas pela Faixa de Servidão da LT, considerando-se que o cadastro fundiário ocorre em paralelo a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental, é importante comentar que os dados aqui apresentados não esgotam a totalidade dos casos em que estes usos conflitantes com a presença da LT ocorrem. Em etapas futuras de levantamento não amostral deverá ser considerada a presença de residências, demais construções de uso social passíveis de serem realocadas em virtude do empreendimento; lavouras cultivadas com prática de queimada.

No Lote 14 aferiu-se a existência de 104 (cento e quatro) benfeitorias não reprodutivas (tais como currais, **casas, cochos, bebedouros, caixas d'água e reservatórios**) e 31 (trinta e uma) reprodutivas (plantações de manga, abacate, cana-de-açúcar, aroeira, coco anão e eucalipto), como mostram o Quadro 2.2.4.6-28 e o Quadro 2.2.4.6-29.

As principais restrições ao uso na AEL são em relação às lavouras de frutíferas (manga, coco anão e abacate), aroeira, cultura da cana-de-açúcar nos casos em que há a utilização da queima e áreas de eucaliptais.

Na maioria das localidades identificadas há pequenas, médias e grandes propriedades dedicadas à criação de gado leiteiro, agricultura para subsistência e comercialização, bem como a criação de galinhas e lavouras de subsistência para consumo familiar. Lavouras de subsistência não terão necessariamente restrição após a implantação da faixa, apenas nos casos de plantio de cana-de-açúcar em função da queimada. As lavouras que se encontram na Faixa de Servidão serão indenizadas, já que no período de implantação elas podem ser removidas. Cabe lembrar que estas poderão ser restabelecidas após a fase de construção.



A criação de gado de corte e leiteiro é uma atividade central na AEL. De modo geral, são famílias que vivem da venda da carne e do leite e seus derivados para os mercados da região. Identificou-se também, a criação de suínos e aves para o consumo familiar, com pequena produção de ovos para a venda do excedente. Na atividade da pecuária não há restrições ao uso na Faixa de Servidão, mas as benfeitorias como currais e cochos podem ser deslocadas.



Na AEL a agricultura em pequena escala, com plantio de milho, feijão e cana-de-açúcar, dentre outros gêneros alimentícios, é voltada para a alimentação animal e doméstica, e é exercida com mão de obra familiar. Em alguns povoados e localidades as áreas de lavoura disponíveis para famílias de pequenos produtores são reduzidas, e as restrições causadas pela passagem da LT podem comprometer as formas de reprodução social e econômica de algumas famílias, especialmente nas áreas mais próximas às casas, onde se dá a maior incidência de roçados em uso.



Além das fazendas, sítios e demais propriedades com atividade agropecuária, dentro e fora dos povoados, foram identificadas na AEL outras estruturas tais como Igrejas, Escolas, campo de futebol, casas, entrada que dá acesso a um balneário. Na região de Caetité, Guanambi e Pindaí há vasta exploração do potencial de geração de energia eólica.


Quadro 2.2.4.6-28 - Benefitorias Não Reprodutivas na Faixa de Servidão

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Curral	87	m	Candiba-BA	742148	8407044	
14	Cocho de cimento	1	Un	Candiba-BA	742321	8413850	
	Muro	64	m ²	Candiba-BA	742321	8413846	

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Bebedouro	1	Un	Catutí-MG			
	Poço Artesiano - Desativado	3	m ²	Catutí-MG			



Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Depósito	22.47	m ²	Catutí-MG	742604	8409138	
14	Bebedouro	1	Un	Catutí-MG	717390	8302210	
	Cisterna	15	m	Catutí-MG			

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Cocho	1	Un	Catutí-MG	715198	8299550	
	Casa de Força	25,21	m²	Catutí-MG	715195	8299541	

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
	Bebedouro	1	Un	Catutí-MG	715267	8299582	
14	Reservatório	1	Un	Catutí-MG	716084	8300603	

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
	Bebedouro	1	Un	Catuti-MG	716123	8300632	
14	Cocho	1	Un	Caetité-BA			

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
	Caixa	1	Un	Caetitê-BA			
14	Cemitério	169,2	m ²	Caetitê-BA	751385	8435044	
14	Alambrado	36	m	Caetitê-BA	757487	8444275	

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
	Casa de painel para poço	6	m ²	Caetitê-BA			
14	Construção 01	63,9	m ²	Espinosa-MG	737854	8355032	
	Construção 02	61,16	m ²	Espinosa-MG	737860	8355058	

Coordenador:

Técnico:

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Casa em ruínas	19,12	m ²	Espinosa-MG	737431	8354838	
14	Cobertura	9	m ²	Espinosa-MG	735728	8353747	

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
	Casa	96,45	m ²	Espinosa-MG			
	Reservatório	1	Un	Espinosa-MG			

Coordenador:


Técnico:



Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
	Fogão a lenha	1,2	m ³	Espinoso-MG			
	Galinheiro	8	m ²	Espinoso-MG			

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Casa de bomba	8,5	m ²	Espinosa-MG	734975	8353297	
	Reservatório de água	1	Un	Espinosa-MG	7350000	8353348	
	Caixa de água	1	Un	Espinosa-MG			

Coordenador:

Técnico:

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
							
14	Reservatório com Bebedouro	1	Un	Espínosa-MG	730923	8350736	

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
	Curral	66	m	Espinosa-MG	730935	8350772	
14	Reservatório	1	Un	Espinosa-MG	740727	8357274	



Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
	Bebedouro	1	Un	Espinosa-MG	740706	8357262	
	Casa	37,3	m²	Espinosa-MG	740762	8357306	



Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Curral	52	m	Espinosa-MG	740707	8357237	
	Bebedouro	1	Un	Espinosa-MG			

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Cobertura da cancela	8	m ²	Guanambi-BA	746041	8421860	
14	Bebedouro	1	Un	Mamonas-MG	727905	8342658	

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Bebedouro	1	Un	Mamonas-MG	727524	8341410	
14	Bebedouro	1	Un	Mamonas-MG	727216	8340614	

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Bebedouro	1	Un	Mamonas-MG	726763	8339958	
14	Bebedouro 1	1	Un	Mamonas-MG	726677	8339892	



Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
	Curral	26,6	m	Mamonas-MG			
	Cocho	38,16	m ²	Mamonas-MG			



Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
	Bebedouro 2	1	Un	Mamonas-MG	726708	8339917	
14	Casa de Máquina	14,44	m²	Monte Azul-MG	722769	8311744	



Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
	Cisterna	50,24	m²		722769	8311744	
	Bebedouro	1	Un		722769	8311744	



Coordenador:

Técnico:

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Bebedouro 02	1	Un	Monte Azul-MG	723715	8330241	
	Bebedouro 01	1	Un		723715	8330241	

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Banheiro Externo	2.31	m ²	Monte Azul-MG	723815	8326629	
	Bebedouro	1	Un		723824	8326697	

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
	Caixa D'água	1	Un				
	Curral	186	m		723813	8326687	

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
	Cocheira de Sal	2.75	m ²				
	Escola Municipal	49.4	m ²		723830	8326865	

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Curral Bovino	12.8	m	Monte Azul-MG	724091	8323381	
14	Bebedouro	1	Un	Monte Azul-MG	724081	8323243	

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Cocho	1	Un	Monte Azul-MG			
14	Casa	28	m²	Monte Azul-MG	720015	8307141	

Coordenador:

Técnico:

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Cocho	1	Un	Monte Azul-MG	718966	8305185	
14	Casa	26,5	m ²	Monte Azul-MG	714627	8298873	

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Depósito	14,7	m ²	Porteirinha-MG	692282	8276083	
14	Bebedouro	1	Un	Porteirinha-MG	692456	8276207	

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Curral 2	15	m	Porteirinha-MG	688138	8273310	
	Banheiro	2,5	m ²	Porteirinha-MG	688172	8273329	

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
	Bebedouro	1	Un	Porteirinha-MG	688153	8273364	
	Curral 1	105	m	Porteirinha-MG			

Coordenador:

Técnico:

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Bebedouro 1	1	Un	Pai Pedro-MG	708654	8291456	
	Tratador	1	Un	Pai Pedro-MG	708583	8291421	



Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
	Bebedouro 3	1	Un	Pai Pedro-MG			
	Silo	21	m²	Pai Pedro-MG	708568	8291365	

Coordenador:

Técnico:

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
	Tratador bovino	1	Un	Pai Pedro-MG	708522	8291376	
	Bebedouro 2	1	Un	Pai Pedro-MG			

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
	Curral	56	m	Pai Pedro-MG			
14	Tanque Bebedouro	1	unid	Pindaí-BA	742206	8403488	

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
	Curral	16	m		742206	8403488	
14	Curral	48	m	Pindaí-BA	741874	8400748	

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
	Chiqueiro	6	m ²		741874	8400748	
	Galinheiro	7	m ²		741891	8400763	



Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
	Cocheira Dupla	1	Un		741881	8400742	
14	Curral	36	m	Pindaí-BA	741263	8397781	

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Bebedouro	1	Un	Pindaí-BA	741281	8397466	
14	Bebedouro	1	Un	Pindaí-BA	741287	8397077	

Coordenador:

Técnico:



Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Cocho Aparentemente Desativado	1	Un	Pindaí-BA			
14	Estrutura Para Caixa D'água	1	Un	Pindaí-BA	741977	8390938	

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Casa armazenagem	6	m ²	Pindaí-BA	742279	8387971	
	Bebedouro	1	Un		742279	8387971	

Coordenador:



Técnico:

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Tanque animal /bebedouro	1	unid	Pindaí-BA	742486	8384410	
14	Bebedouro Bovino 1,64 MT diâmetro	1	unid	Santo Hipólito-MG	584482	7973593	

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
	Bebedouro Bovino	1	unid		584480	7973536	
	Bebedouro Bovino	1	unid				

Coordenador:



Técnico:

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Bebedouro	1	unid	Santo Hipólito-MG	587236	7964404	
14	Desintegrador de Milho	4.62	m ²	Santo Hipólito-MG			

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Caixa d'Água Potavel	1	ha	Santo Hipólito-MG	587843	7962407	
14	CURRAL BOVINO	74	m	Santo Hipólito-MG	588166	7960802	

Coordenador:

Técnico:

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Caixa D'água	18	m²	Francisco Sá-MG	646516	8192678	
14	Cocho	1	Un	Francisco Sá-MG	645635	8187025	

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Cocho	14,1	m ²	Francisco Sá-MG	644945	8175608	
14	Cocho	1	Un	Janaúba-MG	676172	8238233	

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Bebedouro	1	Un	Janaúba-MG	672032	8232962	
14	Bebedouro	1	Un	Janaúba-MG	668743	8228782	

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Base para Caixa d'Água	1	Un	Montes Claros-MG	634323	8147871	
14	Base para Caixa d'Água	1	Un	Buenópolis-MG			

Fonte: Equatorial Energia, 2017.

Coordenador:

Técnico:


Quadro 2.2.4.6-29 - Benfeitorias Reprodutivas na Faixa de Servidão

Lote	Espécie	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Manga - BA	2	Pé	Caetitê-BA	750091	8431283	
14	Manga – MG	1	Pé	Espinosa-MG	734997	8353337	

Lote	Espécie	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
	Cana-de-açúcar (5 Cortes - 1,5 anos) - MG				734978	8353341	
14	Coco Anão/Bahia - BA	2	Pé	Pindaí-BA	741936	8390983	

Coordenador:

Técnico:

Lote	Espécie	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Coco Anão/Bahia - BA	3	Pé	Guanambi - BA	747216	8423943	
14	Coco Anão/Bahia - BA	3	Pé	Guanambi - BA	746046	8421859	

Lote	Espécie	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Coqueiro - BA	0.1	Pé	Guanambi - BA			
	Manga - BA	0.17	Ha	Guanambi - BA			

Coordenador:

Técnico:

Lote	Espécie	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Coco Anão/Bahia - BA	1	Pé	Urandi - BA	743071	8370743	
14	Coco Anão/Bahia - BA	1	Pé	Urandi - BA	743187	8370113	

Lote	Espécie	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Coco Anão/Bahia - BA	2	Pé	Urandi - BA	743759	8365474	
14	Aroeira - MG	8	Pé	Monte Azul - MG	719560	8306216	

Coordenador:

Técnico:

Lote	Espécie	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Manga - MG	1	Pé				
14	Manga - MG	19	Pé	Bocaiúva-MG			

Lote	Espécie	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Cana-de-açúcar (1 Corte - 5,5 anos) - MG	0.22177	Ha	Bocaiúva-MG			
14	Manga - MG	4	Pé	Bocaiúva-MG			

Coordenador:

Técnico:

Lote	Espécie	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Abacate - MG	8	Pé	Eng. Navarro-MG	614937	8090218	
	Manga - MG	7	Pé	Eng. Navarro-MG	614940	8090162	
14	Cana-de-açúcar (4 Cortes - 2,5 anos) - MG	1	Ha	Eng. Navarro-MG	611854	8082857	

Lote	Espécie	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
	Manga - MG	1	Pé	Eng. Navarro-MG	611864	8082892	
14	Manga - CE	1	Pé	Eng. Navarro-MG			

Lote	Espécie	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
	Eucalipto (14 anos - 2 Cortes) - MG	10	Pé	Eng. Navarro-MG			
14	Abacate - CE	0	Ha	Joaquim Felício - MG			

Lote	Espécie	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
	Cana-de-açúcar (1 Corte - 5,5 anos) - CE	0	Ha	Joaquim Felício - MG	600871	8055731	
14	Coco Anão/Bahia - BA	4	Pé	Joaquim Felício - MG	595141	8042401	

Coordenador:

Técnico:

Lote	Espécie	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Manga - MG	1	Pé	Augusto de Lima - MG			
14	Cana-de-açúcar (1 Corte - 5,5 anos) - CE	0	Ha	Santo Hipólito - MG	586314	7967453	

Lote	Espécie	Quantidade	Unidade	Município	Coordenadas UTM		Foto
					E	N	
14	Cana-de-açúcar (1 Corte - 5,5 anos) - CE	0	Ha	Santo Hipólito - MG			
14	Manga - MG	3	Pé	Bocaiúva-MG	620262	8115053	SEM FOTO
14	Eucalipto (21 anos - 1 Corte) - MG	2	Pé	Bocaiúva-MG	741569	8394424	SEM FOTO
14	Eucalipto (21 anos - 1 Corte) - MG	5	Pé	Bocaiúva-MG	741567	8394415	SEM FOTO

Fonte: Equatorial Energia, 2017.

Coordenador:

Técnico:

ÍNDICE

2.2.4.7 -	Populações Tradicionais	1/16
2.2.4.7.1 -	Povos Indígenas.....	1/16
2.2.4.7.1.1 -	Aspectos Legais	1/16
2.2.4.7.1.2 -	Metodologia e Levantamentos de Povos e Terras Indígenas na Área de Estudo do Empreendimento	3/16
2.2.4.7.1.3 -	Resultados Iniciais.....	4/16
2.2.4.7.2 -	Comunidades Quilombolas	5/16
2.2.4.7.2.1 -	Aspectos Legais	5/16
2.2.4.7.2.2 -	Metodologia	6/16
2.2.4.7.2.3 -	Resultados.....	7/16
2.2.4.7.2.4 -	Reuniões prévias do Estudo do Componente Quilombola.....	14/16
2.2.4.7.3 -	Outras Comunidades tradicionais	16/16
2.2.4.7.4 -	Considerações Finais.....	16/16

ANEXOS

Anexo 2.2.4.7-1	Correspondência 2017/EQTL-T/020 – Carta FUNAI
Anexo 2.2.4.7-2	Ofício nº11/2017-DPA-FCP
Anexo 2.2.4.7-3	Carta EQT-22-01-2017-FCPI
Anexo 2.2.4.7-4	Portaria Ministerial nº 60/2015
Anexo 2.2.4.7-5	Ofício 119_2017_DPA_FCP

Legendas

Quadro 2.2.4.7-1 - Distância das Terras Indígenas em relação ao empreendimento.....	4/16
Quadro 2.2.4.7-2 - CRQs visitadas no estado da Bahia.....	8/16
Quadro 2.2.4.7-3 - Coordenadas Geográficas das CRQs do estado da Bahia.....	9/16
Quadro 2.2.4.7-4 - CRQs visitadas no estado de Minas Gerais.....	10/16
Quadro 2.2.4.7-5 - Coordenadas Geográficas das CRQs do estado de Minas Gerais.....	11/16
Quadro 2.2.4.7-6 - Distâncias das CRQs nas faixas de até 2,5 e até 5 km do empreendimento.....	12/16
Figura 2.2.4.7-1 – Região da Subestação de Igaporã e CRQs Gurunga e Olha D’Água.....	13/16
Quadro 2.2.4.7-7. Comunidades Quilombolas na Área de Estudo.....	14/16
Quadro 2.2.4.7-8. Reuniões Prévias agendas no mês de agosto.....	15/16
Quadro 2.2.4.7-9. Reuniões Prévias agendas no mês de setembro.....	15/16

2.2.4.7 - Populações Tradicionais

O presente item traz uma análise das populações tradicionais na Área de Estudo do empreendimento, cuja viabilidade ambiental está sendo analisada. Foram consideradas as comunidades objeto de legislação específica para as quais às formas de relação com o território e os usos dos recursos naturais são essenciais para sua reprodução social, econômica e cultural, dentro de uma perspectiva histórica.

Atendendo a este critério estão contempladas neste item dois grupos de populações tradicionais, i) as comunidades quilombolas, presentes na Área de Estudo, de acordo com informações levantadas nas campanhas de campo e junto às entidades da administração pública responsáveis pelas políticas públicas voltadas para estes grupos; e ii) os povos indígenas, cujas tratativas com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para adequação aos marcos legais do licenciamento ambiental encontram-se apresentadas a seguir.

Não foram identificadas outras populações tradicionais na Área de Estudo, conforme dados levantados durante as etapas de campo de diagnóstico da Área de Estudo Local (AEL) e de levantamento de informações junto aos gestores municipais dos municípios da AER.

2.2.4.7.1 - Povos Indígenas

2.2.4.7.1.1 - Aspectos Legais

No que tange à possibilidade de existência de povos e territórios indígenas na área de influência de empreendimentos, cabe ao órgão indigenista oficial o papel de orientar a necessidade ou não de realização de estudos específicos para levantamento de impactos, bem como orientar sobre possíveis adequações no projeto para diminuir ou mesmo evitar a manifestação de impactos.

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foi instituída pela Lei Federal nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, com a finalidade de estabelecer as diretrizes e garantir o cumprimento da política indigenista, gerir o Patrimônio Indígena, e exercer o poder de polícia nas áreas reservadas e nas matérias atinentes à proteção do índio, dentre outros (BRASIL, 1967). Somente em 28 de dezembro de 2009, foi aprovado o Estatuto da FUNAI, pelo Decreto Federal nº 7.056, o qual sofreu duas alterações em 2012 e a atual em 2017, estando em vigor o Decreto Federal nº 9.010 de 23 de março de 2017. De acordo com este Estatuto, a FUNAI tem por finalidade: exercer, em nome da União, a proteção e a promoção dos direitos dos povos indígenas; formular, coordenar, articular, acompanhar e garantir o cumprimento da política indigenista do Estado brasileiro; administrar os bens do patrimônio indígena, dentre outros (BRASIL, 2017).

No que concerne à atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental, a Instrução Normativa (IN) da FUNAI nº 02, de 27 de março de 2015, estabelece procedimentos administrativos a serem observados para a participação da FUNAI no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades potencial e efetivamente causadoras de impactos ambientais e socioculturais que afetem terras e povos indígenas.

A Portaria Interministerial nº 60/2015, de 24 de março de 2015, regulamenta a atuação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), definindo procedimentos e prazos para manifestações. Para os fins da Portaria nº 60/2015, entende-se por terra indígena:

- áreas ocupadas por povos indígenas, cujo relatório circunstanciado de identificação e delimitação tenha sido aprovado por ato da FUNAI, publicado no Diário Oficial da União;
- áreas que tenham sido objeto de portaria de interdição expedida pela FUNAI em razão da localização de índios isolados, publicada no Diário Oficial da União; e
- demais modalidades previstas no art. 17 da Lei no 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

Em seu Art. 3º, a referida Portaria estabelece que, no início do procedimento de licenciamento ambiental, o IBAMA deverá, na Ficha de Caracterização da Atividade (FCA), solicitar informações do empreendedor sobre possíveis intervenções em terra indígena, em terra quilombola, em bens culturais acautelados e em áreas ou regiões de risco ou endêmicas para malária.

No § 2º coloca-se que **“Para fins do disposto no caput, presume-se a intervenção: I - em terra indígena, quando a atividade ou o empreendimento submetido ao licenciamento ambiental localizar-se em terra indígena ou apresentar elementos que possam ocasionar impacto socioambiental direto na terra indígena, respeitados os limites do Anexo I;”**.

Contudo, para a análise dos potenciais impactos, é importante ressaltar que “o território Indígena não deve ser confundido com a Terra Indígena delimitada/demarcada, ou seja, com o processo político-jurídico conduzido pelo Estado para regulamentar as demandas de demarcação dos territórios tradicionalmente pertencentes a uma sociedade indígena” (Monteiro, Beltrão, 2006: 2-3). Ressalta-se esse fato, pois muitas vezes, os limites da Terra Indígena estabelecidos pelo Estado não coincidem com aqueles que são reconhecidos pelos povos como os limites do seu território tradicional, onde se encontram áreas de relevante significado simbólico e sagrado, locais de caça, pesca e extrativismo ou mesmo áreas de perambulação.

De acordo com Giannini (2006), "os povos indígenas gozam de direitos territoriais especiais, reconhecidos constitucionalmente", estando submetidos a leis e dispositivos legais diferenciados. A Constituição Federal Brasileira de 1988 garante em seu Artigo 20 que as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens da União, sendo que no Capítulo VIII é estabelecida sua competência em demarcá-las, e é reconhecido a estes povos o direito "originário" sobre as terras que ocupam. Nesse sentido, a demarcação pela União apresenta-se apenas um ato declaratório, visto que a Lei reconhece o direito originário dos povos indígena. Replica-se a seguir parte do texto do Capítulo VIII destinado aos Índios:

"Art. 231 São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários à seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes."

Portanto, os direitos reconhecidos às populações indígenas que englobam, além da própria Constituição, um conjunto de leis e normativas, necessitam ser resguardados nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos, quando houver potencial de impacto sobre elas.

2.2.4.7.1.2 - Metodologia e Levantamentos de Povos e Terras Indígenas na Área de Estudo do Empreendimento

A primeira ação realizada com vistas à localização de terras e povos indígenas próximos a LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino foi o levantamento de informações junto à base de dados georreferenciados da Coordenação de Geoprocessamento da FUNAI, disponibilizados no portal dos Povos Indígenas da FUNAI/Ministério da Justiça.

Posteriormente, tais dados foram cruzados e consolidados para a confecção do primeiro mapa de distâncias protocolado na FUNAI, em 10 de fevereiro de 2017, pela Correspondência 2017/EQTL-T/020 (Anexo 2.2.4.7-1) juntamente com arquivos em formato *shapefile*. O conteúdo do documento solicitava a manifestação da FUNAI, bem como orientação quanto aos procedimentos a serem adotados pelo empreendedor.

Posteriormente, tais dados foram cruzados com fontes bibliográficas citadas ao longo do capítulo, a base de dados sobre Terras Indígenas do órgão indigenista oficial e do Instituto Socioambiental (ISA). Ressalta-se que os dados da TI Riachão/Luiza do vale, classificada como área de Domínio Indígena, foram localizados apenas da base do ISA.

Tais dados foram consolidados em mapa próprio que apresenta a localização do empreendimento em relação à existência de Terras e Povos Indígenas Mapa de Terras Indígenas - 3264-00-EIA-MP-4002 presente no Caderno de Mapas. O mapa demonstra que não há terras indígenas na Área de Estudo, estando a mais próxima há cerca de 100km de distância.

2.2.4.7.1.3 - Resultados Iniciais

Com relação à diretriz do traçado considerada neste EIA, as distâncias identificadas entre o empreendimento e as terras e territórios do povo indígena Tremembé estão apresentadas Quadro 2.2.4.7-1.

Quadro 2.2.4.7-1 - Distância das Terras Indígenas em relação ao empreendimento

Nome	Etnia	UF	Fase	Distância (km)
Xakriabá ¹	Xakriabá	MG	Homologada Há área em reestudo Identificada pela Funai, mas suspensa por decisão da Justiça	101,648
Maxacali	Maxakali	MG	Regularizada	289,413
Fazenda Guarani	Krenak e Pataxó	MG	Homologada	106,32674
Riachão/Luiza do vale	Xakriabá	MG	Domínio Indígena ² . Registrada CRI	24,696193

¹ "As Terras Indígenas Xakriabá e Xakriabá Rancharia localizam-se no município de São João das Missões, no norte de Minas Gerais. A Terra Indígena Xakriabá foi homologada em 1987, e posteriormente, em 2003, foi acrescentada em área contínua a TI Xakriabá Rancharia". Fonte <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/xakriaba/1155>, consultado em agosto de 2017.

² Nos termos da legislação vigente, a saber Art. 231 da CF/88, Lei 6001/73 – Estatuto do Índio, e Decreto n.º1775/96, as Terras Indígenas podem ser classificadas nas seguintes modalidades: a) Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas, b) Reservas Indígenas, c) Interditadas, e d) Terras Dominais. Estas últimas são "as terras de propriedade das comunidades indígenas, havidas, por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil".

Há que se destacar a existência de um território indígena, também, habitado pelos Xacriabá, mais próximo à BR-122. O território Indígena Riachão/Luiza do Vale (logo além da AER), localizada nos municípios de Rio Prado de Minas e Serranópolis de Minas é tida como Dominial Indígena com Registro no CRI, datado do ano 1979 e, posteriormente, em Portaria de 1985, segundo dados do Instituto Socioambiental³. A referida área, no entanto, não consta na base de dados georeferenciados da FUNAI e, portanto, não sendo possível apontar com precisão a distância que se encontra do empreendimento, tendo sido estimada distância aproximada de 24,69km. Acrescenta-se que os municípios onde se localiza este território indígena não integram a área de influência do empreendimento, não sendo esperado, portanto, a incidência de impactos sobre a mesma.

Diante o exposto, presume-se dispensa de necessidade de realização de estudo específico do Componente Indígena dado que a Terra Indígena mais próxima dista mais de que 5 km do eixo da LT, conforme presunção de impacto prevista na Portaria Interministerial nº 60/2015.

Até o fechamento deste relatório, não houve manifestação da FUNAI acerca das recomendações para o processo solicitadas na correspondência supracitada. Assim, para conclusão definitiva a esse respeito aguarda-se manifestação do órgão indigenista oficial, FUNAI.

2.2.4.7.2 - Comunidades Quilombolas

Para o atendimento ao Termo de Referência (TR) para o presente estudo e aos encaminhamentos conduzidos pela Fundação Cultural Palmares (FCP) para o diagnóstico socioeconômico em comunidades quilombolas, algumas etapas foram cumpridas para o mapeamento desses grupos na Área de Estudo, conforme descrições a seguir.

2.2.4.7.2.1 - Aspectos Legais

O reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos, segundo Mazurec (2012), veio com a **ampliação de direitos coletivos**, *“especialmente com relação ao reconhecimento de direito de propriedade às terras ocupadas por comunidades negras, que na ausência de uma definição ‘melhor’ desses sujeitos ao direito de reparação do Estado para com as populações negras devido ao período da escravidão no Brasil, os denominou no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 de ‘remanescentes das comunidades dos quilombos’”*.

³ Fonte: Instituto Socioambiental in: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3838>, consultado em agosto de 2017.

Figueiredo (2008), apud Mazurec (2012), considera que, apesar do consenso entre os agentes sociais que **operacionalizam a categoria “quilombola”, levando-se em conta o critério da autodefinição e a noção de territorialidade** trazidos pelo saber antropológico consolidado no decorrer dos anos, em peças legislativas/regulatórias, em políticas públicas e em decisões judiciais, o critério da autodefinição tem causado controvérsias. Esses embates, que envolvem historiadores, operadores do direito e políticos, mantêm relação com o aparecimento de novos **sujeitos políticos**, *“ampliando e renovando os modos de ver e viver a identidade negra, passando a oferecer um repertório próprio às “lutas” do movimento negro”* (Mazurec 2012).

A autora aponta para três **“abordagens” nos procedimentos do licenciamento ambiental**, para a consideração destes grupos: (i) homogeneização das populações atingidas; (ii) reconhecimento como comunidade tradicional, dotada de um modo de vida diferenciado dos demais grupos e dependente dos recursos naturais e, por fim, (iii) como comunidade étnica quilombola, onde identidade e território estão correlacionados. (idem)

A Portaria Interministerial 60/2015, cujo atendimento é apontado pelo TR, define terras quilombolas como **“área ocupada por remanescentes das comunidades dos quilombos, que tenha sido reconhecida por RTID devidamente publicado”**.

2.2.4.7.2.2 - Metodologia

No que tange especificamente às comunidades quilombolas relacionadas à LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino, em atendimento às recomendações expressas no Ofício nº11/2017-DPA-FCP (Anexo 2.2.4.7-2 - Ofício nº11/2017-DPA-FCP), processo de nº 01420.001251/2017-80, de 02 de fevereiro de 2017, foi realizada, entre os dias 15 e 24 de Março, uma vistoria técnica em 15 municípios existentes no traçado da LT que visitou 40 Comunidades Remanescentes de Quilombo (CROs), conforme indicação da lista anexada ao Ofício nº11/2017-DPA-FCP e que teve como objetivo a realização da coleta de coordenadas geográficas destas CROs e subsequente verificação de sua posição em relação ao traçado proposto pela citada Linha de Transmissão (LT).

Para o cumprimento desta solicitação da Fundação Cultural Palmares (FCP), a vistoria técnica seguiu uma metodologia que buscou garantir uma comunicação transparente com as comunidades visitadas, visando ampliar a segurança em relação aos dados de localização e o tamanho aproximado das CROs. Neste sentido, a equipe estabeleceu contato com as organizações sociais locais envolvidas com a questão quilombola nos territórios e municípios antes da realização das visitas de campo. Em muitos casos as organizações locais disponibilizaram membros de suas equipes para acompanhamento dos trabalhos de

campo, trazendo informações sobre os trajetos necessários para acesso às CRQs e servindo, também, como uma importante interlocução entre a equipe técnica e as comunidades no momento da coleta de dados.

Enquanto procedimento técnico para coleta de dados das coordenadas geográficas, a equipe técnica utilizou um GPS Garmin eTrex Legend ECx e uma série de 16 cartas topográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) produzidas entre as décadas de 1960 e 1970 na escala de 1:100.000. As cartas topográficas serviram para auxiliar a localização das CRQs.

2.2.4.7.2.3 - Resultados

Para a identificação das Comunidades Quilombolas localizadas na Área de Estudo do empreendimento, foi inicialmente protocolada, no dia 22 de janeiro de 2017, junto à Fundação Cultural Palmares (FCP), uma carta encaminhando a localização do empreendimento e da diretriz do traçado, em formato físico (Mapa) e digital (Shapefile e kml), informando os 29 municípios interferidos pelo mesmo. Na carta EQT-22-01-2017, protocolada em 24/01/2017 (Anexo 2.2.4.7-3 - Carta EQT-22-01-2017-FCPI) solicitou-se informações sobre a presença de Comunidades Quilombolas nos municípios interferidos.

Em resposta ao referido Ofício, a FCP encaminhou uma relação com as comunidades certificadas pela instituição, nos municípios, arrolada no citado Ofício nº11/2017-DPA-FCP, processo de nº 01420.000914/2017-49. De posse desta lista foi realizada uma etapa de reconhecimento de campo, com vistas a localizar e georreferenciar nos municípios as comunidades cujos territórios encontram-se na faixa de 5 km para cada lado da LT, limites estipulados para considerações de populações tradicionais no processo de licenciamento ambiental pela Portaria Interministerial nº 60/2015.

Como informado pelo Ofício nº11/2017-DPA-FCP, das CRQs indicadas pela FCP para realização da coleta de coordenadas geográficas, apenas, a CRQ Gorotuba possui RTID, onde, de acordo com Portaria Ministerial nº 60/2015 em seu Anexo I, é determinada a distância de 5 km em relação ao empreendimento para a realização de procedimentos relativos ao licenciamento ambiental (Anexo 2.2.4.7-4 - Portaria Ministerial nº 60/2015).

Por concentrar a maioria das CRQs do estado da Bahia, o trabalho de campo teve início no município de Caetitê, neste estado. A articulação local ocorreu através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) do município. A partir da interlocução com estes foram então realizadas as visitas aos territórios para o georreferenciamento das CRQs indicadas.

Com o apoio do coordenador local da CPT, viabilizou-se a realização destas coletas de dados, incluindo a realização de visitas as comunidades de Caetité nos primeiros dias de trabalho. Também foi realizada uma reunião com as lideranças quilombolas da região na sede do Movimento de Mulheres Camponesas, em Caetité. Nesta reunião a equipe se apresentou, tirou dúvidas em relação ao empreendimento e às etapas necessárias para a execução da obra e organizou, com a ajuda das comunidades, um cronograma de visitas que facilitou amplamente a abordagem e o acesso aos territórios das CRQs existentes nos municípios interceptados pela LT na Bahia. O caráter regional de atuação que ambas as organizações possuem, tanto a CPT como o MMC, nos ajudaram também na articulação com os outros municípios da Bahia previstos na execução da obra.

Nas informações preliminares repassadas pela FCP em relação ao município de Caetité, foram relatadas 13 CRQs (Pau Ferro, Vereda do Cais, Sapé, Mercês, Lagoa do Meio, Olho D´água, Sambaíba, Vargem do Sal, Malhada, Contendas, Cangalha, Lagoa do Mato e Passagem de Areia). Todavia, após verificação de campo das referidas CRQs, a equipe técnica constatou que algumas comunidades estão dentro dos limites territoriais de outros municípios.

No Quadro 2.2.4.7-2, a seguir, são apontadas as distâncias das CRQs em relação à LT bem como as informações de contato com lideranças locais das comunidades que foram indicadas no Ofício nº11/2017-DPA-FCP, como pertencentes ao estado da Bahia. Destacamos que as comunidades de Lagoa do Meio, Vereda do Cais, Malhada, Vargem do Sal, Riacho dos Pintos, Mercês e Olho D´água não estão dentro dos limites da cidade de Caetité, sendo que as cidades de Livramento de Nossa Senhora e Tanque Novo não estão na Área de Estudo do traçado da LT. Ainda foi constatado que a CRQ Lagedo de Oroca está localizada no município de Paramirim, este último fora da Área de Estudo da LT.

Quadro 2.2.4.7-2 - CRQs visitadas no estado da Bahia

Estado	Município	CRQ	Distância da LT (km)
BA	Caetité	Contendas	34,01
BA	Caetité	Lagoa do Mato	38,82
BA	Caetité	Cangalha	28,61
BA	Caetité	Passagem da Areia	33,13
BA	Caetité	Pau-Ferro	43,9
BA	Caetité	Sapé	38,33
BA	Caetité	Sambaíba	41,67
BA	Livramento de Nossa Senhora	Vereda dos Cais	45,97
BA	Livramento de Nossa Senhora	Malhada	40,94

Estado	Município	CRQ	Distância da LT (km)
BA	Livramento de Nossa Senhora	Vargem do Sal	55,22
BA	Livramento de Nossa Senhora	Riacho dos Pintos	48,39
BA	Candiba	Lagos dos Anjos/Arrogante	9,85
BA	Pindaí	Caco/Vargem do Rancho/Taboa II	0,51
BA	Candiba	Lagoa do Meio	25,7
BA	Igaporã	Lapinha	34,04
BA	Igaporã	Gurunga	4,97
BA	Igaporã	Olho d'Água	7,02
BA	Pindaí	Boi	0,59
BA	Paramirim	Lagedo de Oroca	56,81
BA	Guanambi	Queimadas	22,06
BA	Tanque Novo	Mercês	46,52

No Quadro 2.2.4.7-3, a seguir, são apresentadas as coordenadas geográficas das CRQs visitadas no estado da Bahia.

Quadro 2.2.4.7-3 - Coordenadas Geográficas das CRQs do estado da Bahia

Estado	Município	CRQ	Coordenadas Geográficas (SIRGAS 2000 - 23S)	
			E	N
BA	Caetité	Contendas	785492,644244	8472592,72539
BA	Caetité	Lagoa do Mato	784790,824995	8480825,90478
BA	Caetité	Cangalha	782956,902311	8466386,74019
BA	Caetité	Passagem da Areia	789553,524819	8461938,59007
BA	Caetité	Pau-Ferro	800360,831191	8463166,82715
BA	Caetité	Sapé	761236,137401	8491354,045
BA	Caetité	Sambaíba	747529,362449	8493700,78336
BA	Livramento de Nossa Senhora	Vereda dos Cais	790622,404807	8485108,06291
BA	Livramento de Nossa Senhora	Malhada	789387,017227	8478932,40919
BA	Livramento de Nossa Senhora	Vargem do Sal	799596,364466	8488982,34339
BA	Livramento de Nossa Senhora	Riacho dos Pintos	792646,284	8486489,296
BA	Candiba	Lagoa dos Anjos/Arrogante	731632,545	8400641,725
BA	Pindaí	Caco/Vargem do Rancho/Taboa II	741493,216	8401363,674
BA	Candiba	Lagoa do Meio	784154,673	8437137,880

Estado	Município	CRQ	Coordenadas Geográficas (SIRGAS 2000 - 23S)	
			E	N
BA	Igaporã	Lapinha	748137,401	8485971,581
BA	Igaporã	Gurunga	752453,853	8454742,225
BA	Igaporã	Olho d'Água	750119,251	8451488,802
BA	Pindaí	Boi	752668,012	8387448,976
BA	Paramirim	Lagedo de Oroca	798567,273	8492480,480
BA	Guanambi	Queimadas	720902,21	8422358,237
BA	Tanque Novo	Mercês	784182,867	8491294,887

No estado de Minas Gerais as articulações ocorreram com sindicatos e organizações sociais locais e também com o poder público dos municípios visitados. Ressalta-se que para os casos de Minas Gerais será necessário um esforço para um dimensionamento mais aproximado da extensão dos territórios requeridos pelas CRQs, buscando assim dirimir quaisquer conflitos de natureza fundiária e evitando prejuízos de qualquer natureza para as partes envolvidas no processo de licenciamento deste empreendimento. No Quadro 2.2.4.7-4, são apontadas as distâncias aferidas dos pontos de referência escolhidos para representar a distância entre as CRQs em relação e a área prevista para instalação da LT bem como as informações de referências e lideranças locais.

Quadro 2.2.4.7-4 - CRQs visitadas no estado de Minas Gerais

Estado	Município	CRQ	Distância da LT (km)
MG	Bocaiúva	Borá	4,85
MG	Bocaiúva	Mocambo	10,77
MG	Bocaiúva	Sítio	7,16
MG	Bocaiúva	Macaúbas Bela Vista	53,02
MG	Bocaiúva	Macaúbas Palmito	54,84
MG	Francisco Sá	Poções	1,04
MG	Gouveia	Espinho	34,71
MG	Janaúba	Vila Nova dos Poções	1,36
MG	Monte Azul	São Sebastião	27,24
MG	Monte Azul	Lingua d'Água	18,83
MG	Monte Azul	Poções	32,67
MG	Monte Azul	Pacuí	18,12
MG	Monte Azul	Roçado	18,04
MG	Monte Azul	Tira-Barro	20,06
MG	Monte Azul	Pesqueiro	21,5
MG	Monte Azul	Boqueirão	18,29
MG	Monte Azul	Socó Verde	15,85
MG	Monte Azul	Socó Velho	17,21
MG	Monte Azul	Laranjeiras	13,650

No Quadro 2.2.4.7-5, a seguir são apresentadas as coordenadas geográficas das CRQs visitadas no estado de Minas Gerais.

Quadro 2.2.4.7-5 - Coordenadas Geográficas das CRQs do estado de Minas Gerais

Estado	Município	CRQ	Coordenadas Geográficas (SIRGAS 2000 - 23S)	
			E	N
MG	Bocaiúva	Borá	613421,187	8111713,335
MG	Bocaiúva	Mocambo	623861,000	8066142,554
MG	Bocaiúva	Sítio	6229204,000	8074495,000
MG	Bocaiúva	Macaúbas Bela Vista	679287,000	8080563,000
MG	Bocaiúva	Macaúbas Palmito	680577,000	8078110,000
MG	Francisco Sá	Poções	669146,6247	8207109,396
MG	Gouveia	Espinho	635023,000	7948081,000
MG	Janaúba	Vila Nova dos Poções	681870,406	8269496,439
MG	Monte Azul	São Sebastião	693431,718	8315940,771
MG	Monte Azul	Lingua d'Água	701336,563	8312320,716
MG	Monte Azul	Poções	687610,529	8317397,287
MG	Monte Azul	Pacuí	702697,211	8313153,974
MG	Monte Azul	Roçado	703358,381	8314200,296
MG	Monte Azul	Tira-Barro	702903,121	8317567,377
MG	Monte Azul	Pesqueiro	702696,367	8320729,963
MG	Monte Azul	Boqueirão	705314,466	8318145,673
MG	Monte Azul	Socó Verde	707007,988	8316235,660
MG	Monte Azul	Socó Velho	706091,350	8317350,540
MG	Monte Azul	Laranjeiras	708054,742	8313652,298

Em relação aos contatos locais a equipe técnica optou por fazer, prioritariamente, articulação com as organizações sociais locais. Ao realizarmos estes primeiros contatos, percebemos que muitos sindicatos não possuíam informações consistentes em relação à localização das CRQs a serem visitadas, tendo alguns destes sindicatos indicado secretarias municipais que poderiam auxiliar de maneira mais precisa, como as secretarias de educação e o órgão estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado de Minas Gerais.

De acordo com Portaria Interministerial nº 60 de 24 de março de 2015, em seu Anexo I, é determinada a distância de 5 km em relação ao empreendimento para a realização de procedimentos relativos ao licenciamento ambiental. Porém, de acordo com o citado Ofício nº11/2017-DPA-FCP, para as comunidades que ainda não possuem RTID e que são certificadas pela FCP, fica estabelecida a distância de 2,5 km em relação à linha de transmissão para atendimento do rito processual apontado pela referida Portaria Interministerial nº 60 de 24 de março de 2015.

Como informado pelo Ofício nº11/2017-DPA-FCP, com data de 02 de fevereiro de 2017, das CRQs indicadas pela FCP para realização da coleta de coordenadas geográficas, apenas a CRQ Gorotuba possui RTID, porém esta dista do empreendimento mais que 5km.

No Quadro 2.2.4.7-6, a seguir, são apresentadas as informações das CRQs existentes dentro do limite de 2,5 km de distância em relação à LT bem como as CRQs presentes dentro da faixa localizada entre 2,5 e 5 km da LT.

A distância demarcadas inicialmente para as Comunidades de Sítio e Mocambo em Bocaiuva/MG (cuja certificação se dá conjuntamente) foi de 2,72 km, no entanto, com o avanço do ECQ observou-se que as distâncias da LT em relação aos núcleos de povoamento são, respectivamente, 7,16 e 10,77 km. Contudo, as mesmas continuam objeto do ECQ, por meio do qual a distância real em relação às fronteiras do território das comunidades será determinada.

Quadro 2.2.4.7-6 - Distâncias das CRQs nas faixas de até 2,5 e até 5 km do empreendimento.

Estado	Município	CRQ	Distância da LT (km)
BA	Pindaí	Caco/Vargem do Rancho/Taboa II	0,51
BA	Pindaí	Boi	0,81
MG	Francisco Sá	Poções	1,04
MG	Janaúba	Vila Nova dos Poções	1,36
MG	Bocaiúva	Sítio	7,16
MG	Bocaiúva	Mocambo	10,77
MG	Bocaiúva	Borá	4,88
BA	Igaporã	Gurunga	4,97

A definição e seleção das comunidades que deveriam ser incluídas no Componente Quilombola da LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino se baseou em dois critérios distintos. Inicialmente, considerou-se a indicação do Ofício nº11/2017-DPA-FCP, qual seja, abranger todas as comunidades cujo ponto de referência, aferido em visita ao território, estivesse em distância inferior a 2,5 km em relação à área prevista para instalação da LT.

Como os levantamentos preliminares realizados ainda não permitem a definição dos limites do território quilombola, a coordenada anotada para cálculo da distância em relação ao empreendimento não é definitiva. As CRQs Mocambo e Sítio, ambas consideradas na mesma certidão, foram incluídas no Estudo do Componente Quilombola, como indica o Anexo II-C da Portaria Interministerial nº 60 de 24 de março de 2015, tendo em vista que observou-se que os contornos tradicionais não são oficiais e também não

são de amplo conhecimento na comunidade, além de serem premidos por conflitos fundiários que dificultam a avaliação preliminar dos impactos no território. A mesma justificativa se aplica à CRQ Borá (4,8km de distância do empreendimento), que foi incluída em razão das informações coletadas em campo, que apontam que o território tradicional e seus limites podem se estender em direção ao empreendimento e, portanto, cabe uma avaliação de impactos por meio do ECO.

No caso da CRQ Gurunga, em Igaporã, na Bahia, a situação, contudo, é distinta. Na região observa-se a interposição de elementos geográficos que delimitam a abrangência da influência do empreendimento, quais sejam a presença da serra de Igaporã e dos parques eólicos, conforme ilustrado na Figura 2.2.4.7-1, a seguir, indicando que não deve haver a presença de porções do território associado a essa comunidade dentro da Área de Estudo do empreendimento, delimitada, neste trecho, pela faixa de 2,5 km.

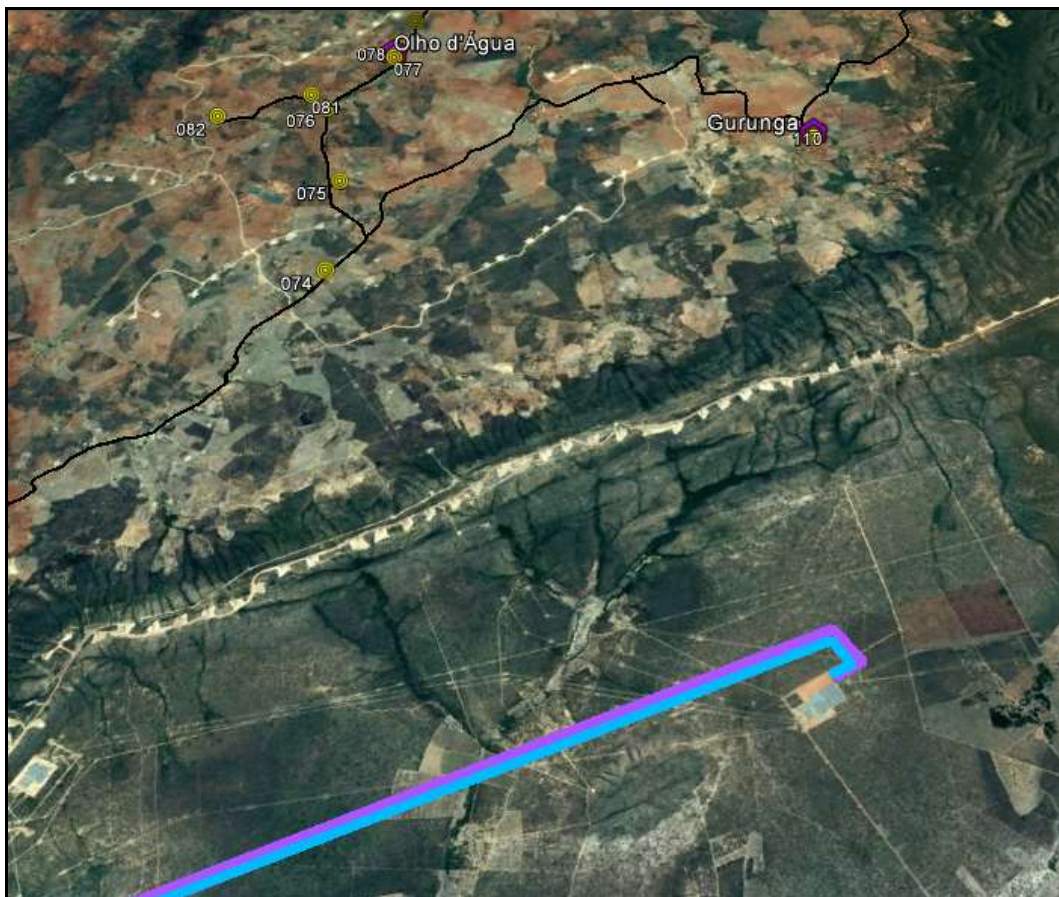


Figura 2.2.4.7-1 – Região da Subestação de Igaporã e CRQs Gurunga e Olha D'Água.

No Quadro 2.2.4.7-7 são apresentadas as informações das CRQs que serão objeto de estudo específico. A localização das CRQs também é apresentada no Caderno de Mapas - Mapa de Comunidades Quilombolas - 3264-00-EIA-MP-4003.

Reafirmando informação colocada acima, embora as distâncias das Comunidades de Sítio e Mocambo em Bocaiuva/MG em relação a LT ultrapassem os 5km as mesmas continuam objeto do ECQ, por meio do qual a distância real em relação às fronteiras do território das comunidades será determinada.

Quadro 2.2.4.7-7. Comunidades Quilombolas na Área de Estudo

Estado	Município	CRQ	Distância da LT (km)
BA	Pindaí	Caco/Vargem do Rancho/Taboa II	0,51
BA	Pindaí	Boi	0,59
MG	Bocaiúva	Mocambo	10,77
MG	Bocaiúva	Sítio	7,16
MG	Francisco Sá	Poções	0,96
MG	Janaúba	Vila Nova dos Poções	1,36
MG	Bocaiúva	Borá	4,85

Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2016.

2.2.4.7.2.4 - Reuniões prévias do Estudo do Componente Quilombola

Tendo sido enviado o Relatório de Vistoria Técnica (Ecology Brasil, 2017), e tendo a FCP se manifestado em relação às cartas encaminhadas (Anexo 2.2.4.7-5 - Ofício 119_2017_DPA_FCP), apontando as recomendações para os procedimentos a serem conduzidos em relação às comunidades identificadas, foram iniciadas as articulações necessárias para realização da Reunião Prévia Informativa acerca do andamento do processo de licenciamento.

A realização das Reuniões Prévias busca atender aos dispositivos previstos na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, que define que os Povos Indígenas e as comunidades tribais devem ser consultadas de forma livre, prévia e informada antes de serem tomadas decisões que possam afetar seus bens ou direitos. Também a Portaria Interministerial nº 60 de 24 de março de 2015 do Ministério do Meio Ambiente, pelo previsto no § 2º do Art. 3º aponta que deverão ser feitos estudos que demonstrem os impactos causados pelos empreendimentos em vias de licenciamento, devendo ser estes procedimentos de estudos precedidos de reuniões prévias que possuem o objetivo principal de informar a comunidade acerca da existência do empreendimento e, sobretudo, apresentar os procedimentos legais aplicados à especificidade da questão quilombola. É também nesta reunião prévia que a

comunidade é consultada acerca da autorização para início dos Estudos específicos, conforme citado Anexo II-C da Portaria Interministerial nº 60 de 2015.

Depois de realizado o contato prévio de campo, descrito nos itens anteriores, foram agendadas as reuniões prévias nas seis CRQs identificadas pela FCP como passíveis de realização do Estudo do Componente Quilombola, conforme demonstra o Quadro 2.2.4.7-8a seguir:

Quadro 2.2.4.7-8. Reuniões Prévias agendadas no mês de agosto

Estado	Município	CRQ	Data da Reunião Prévia
BA	Candiba	Boi	06/08
BA	Pindaí	Caco/Vargem do Rancho/Taboa II	07/08
MG	Bocaiúva	Vila Nova dos Poções	08/08
MG	Francisco Sá	Poções	09/08
MG	Bocaiúva	Borá, Sítio e Mocambo	10/08

As reuniões prévias realizadas nas comunidades de Boi e Caco/Vargem do Rancho/Taboa II, ambas na Bahia, apontaram favoravelmente à realização do Estudo do Componente Quilombola em seus territórios. Já as quatro comunidades de Minas Gerais solicitaram suspensão das Reuniões Prévias, tendo alegado não possuírem informações e tempo suficientes para deliberarem acerca do assunto, considerado de fundamental importância para o futuro de suas comunidades. Vale salientar que, mesmo não tendo sido autorizado os prosseguimentos dos Estudos, nas CRQs de Minas Gerais as reuniões ocorreram sem ter, contudo, caráter deliberativo. Nestas reuniões foram debatidos pontos de interesse da comunidade em relação aos procedimentos a serem adotados para as próximas reuniões.

Assim, a FCP reiniciou o processo de mobilização e articulação da comunidade para realização das reuniões prévias nestas comunidades, a serem realizadas conforme indica o Quadro 2.2.4.7-9 a seguir:

Quadro 2.2.4.7-9. Reuniões Prévias agendadas no mês de setembro

Estado	Município	CRQ	Data da Reunião Prévia
MG	Francisco Sá	Poções	29/09
MG	Bocaiúva	Sítio	30/09
MG	Bocaiúva	Mocambo	01/10 (09h)
MG	Bocaiúva	Borá	01/10 (16h)

A comunidade de Vila Nova dos Poções está em articulação com a FCP para remarcação da data da Reunião Prévia. Tendo sido aprovado o andamento do Estudo do Componente Quilombola nas CRQs Boi e Caco/Vargem do Rancho/Taboa II, o ECQ já foi realizado na comunidade do Boi.

2.2.4.7.3 - Outras Comunidades tradicionais

Não foram identificadas outras comunidades tradicionais na Área de Estudo estabelecida para o empreendimento.

2.2.4.7.4 - Considerações Finais

A partir da consideração de diversas fontes de dados⁴ foram identificadas na Área de Estudo das Comunidades Tradicionais do empreendimento 06 (seis) Comunidades Quilombolas (Sítio e Mocambo em Bocaiuva são contabilizadas como uma, devido ao fato de terem certificação conjunta).

Estas comunidades estão presentes em 05 (cinco) municípios: Janaúba (MG); Francisco Sá (MG); Bocaiuva (MG) e Pindaí (BA). Foram consideradas para o levantamento aquelas comunidades certificadas e em processo de certificação pela Fundação Cultural Palmares. Destaca-se que nenhuma das Comunidades Quilombolas identificadas no estudo possui RTID. Vale salientar que os impactos porventura ocasionados nestas CRQs, incluindo questões ligadas à implantação das faixas de servidão e serviço e os atendimentos às normativas específicas relacionadas às negociações atinentes ao tema, serão tratados de maneira particular no Estudo do Componente Quilombola.

Além das Comunidades Quilombolas, não foram identificadas outras comunidades tradicionais na Área de Estudo estabelecida para o empreendimento.

⁴ Levantamento primário de dados de campo, informações institucionais da Fundação Cultural Palmares, entrevistas com gestores públicos da administração municipal.

**Anexo 2.2.4.7-1 - Correspondência 2017/EQTL-T/020
- Carta FUNAI**

2017/EQTL-T/020
Brasília, 09 de fevereiro de 2017

À

Fundação Nacional do Índio (FUNAI)
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental
SBS - Quadra 02 Lote 14 Ed. Cleto Meireles Brasília/DF
CEP 70.070-120

Recebi em: 10 02 17
Horário: 16:08
Nome: [Assinatura]
Protocolo - FUNAI

At.: Sra. Maria Janete Albuquerque de Carvalho – Diretora

Assunto: Encaminhamento de Documentação de Consulta

Empreendedor: EQUATORIAL ENERGIA S.A. (CNPJ 03.220.438/0002-54)

Referência: Linha de Transmissão 500 kV Igaporã - Presidente Juscelino

Anexos: (i) Mapa de localização do empreendimento; (ii) CD com os arquivos digitais do empreendimento (*shapefile e kml*).

Prezado Sra. Maria Janete,

Ao cumprimentar V.Sa., a Equatorial Energia S.A., pessoa jurídica de direito privado, situada à SHS QD 06 Conj. A Bloco C salas 701 a 708, Brasília - DF, CEP 70322-915, inscrita no CNPJ n.º 03.220.438/0002-54, informa-se a esta Fundação, que foi dado início ao Processo de Licenciamento Ambiental junto ao IBAMA das Linhas de Transmissão, a serem implantadas nos Estados da Bahia e Minas Gerais, que correspondem aos Lotes 14, 15 e 16 das Linhas de Transmissão e Subestações associadas, ou seja, **Lote 14** - LT 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 C1; LT 500 kV Janaúba 3 - Presidente Juscelino C1; SE 500 kV Janaúba 3 (novo pátio de 500 kV – parte 1); **Lote 15** -LT 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 C2 e **Lote 16** - LT 500 kV Janaúba III- Presidente Juscelino C2, com extensão total de cerca de 1.150 km, conforme mapa de localização no anexo desta carta. O referido projeto tem por objetivo adequar o dimensionamento da rede básica das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil devido ao crescimento do aproveitamento do potencial de energia eólica na região Nordeste, de modo a possibilitar o escoamento da energia dos parques eólicos já

licitados, além de prover folgas ao sistema de transmissão que possibilitem a conexão de novos empreendimentos.

Como parte dos levantamentos preliminares realizados para o licenciamento ambiental da Linha de Transmissão 500 kV Igaporã - Presidente Juscelino solicitamos, solicitamos, a esta Fundação, informações sobre a existência de Terras Indígenas localizadas na área de estudo do empreendimento, localizados nos Estados da Bahia e Minas Gerais (mapa e CD com os arquivos digitais – PDF e *shapefile* – em anexo), observando que segundo a Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015, Terras Indígenas (TIs) são “as áreas ocupadas por povos indígenas, cujo relatório circunstanciado de identificação e delimitação tenha sido aprovado por portaria da FUNAI, publicada no Diário Oficial da União, ou áreas que tenham sido objeto de portaria de interdição expedida pela FUNAI em razão da localização de índios isolados”.

Pontuamos que os levantamentos preliminares realizados através de consulta à base de dados desta Fundação não apresentaram a presença de Terras Indígenas.

Face ao exposto, solicitamos que a manifestação da FUNAI, bem como orientações sobre os procedimentos a serem adotados junto a esta Fundação, seja encaminhada para o endereço abaixo, assim como qualquer esclarecimento que se faça necessário.

EQUATORIAL ENERGIA S.A.
SHS - Quadra 06 Conjunto A Bloco C Salas 701 a 708, Ed. Business Center Tower -
Brasília-DF. CEP: 70.322-915.
A/C: Jacqueline Mathias Clemencio

Sem mais, colocamo-nos à disposição, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Equatorial Energia S.A

**Anexo 2.2.4.7-2 - Ofício nº11/2017-
DPA-FCP**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES - FCP
Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos - SIGAD



PROCESSO: 01420.000914/2017-49

DATA DO PROCESSO: 24/01/2017 09:50

PROCEDÊNCIA:
EQUATORIAL ENERGIA S/A

INTERESSADO(S):
EQUATORIAL ENERGIA S/A

ASSUNTO:
LINHA DE TRANSMISSÃO 500 KV IGAPORÃ - PRESIDENTE JUSCELINO.

MOVIMENTAÇÕES

S _E Q	SIGLA	CÓDIGO	DATA	S _E Q	SIGLA	CÓDIGO	DATA
1			/ /	15			/ /
2			/ /	16			/ /
3			/ /	17			/ /
4			/ /	18			/ /
5			/ /	19			/ /
6			/ /	20			/ /
7			/ /	21			/ /
8			/ /	22			/ /
9			/ /	23			/ /
10			/ /	24			/ /
11			/ /	25			/ /
12			/ /	26			/ /
13			/ /	27			/ /
14			/ /	28			/ /

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXOS:

SERVIÇO NACIONAL DE PROTOCOLO
-SENAPRO-

Ofício N.º 11/2017-DPA-FCP

Brasília, 02 de fevereiro de 2017

A Sua Senhoria o Senhor
Joseph Zwecker Junior
Diretor
Equatorial Energia S.A.
SHS QD 06, Conj. A, Bloco C, Salas 701 a 708, Brasil 21
Brasília – DF
CEP: 70322-915

Assunto: Resposta à Carta EQT-22-01-2017 – Linha de Transmissão 500KV Igaporã – Presidente Juscelino

Referência: 01420.000914/2017-49

Senhor Diretor,

1. Visando atender as solicitações expressas na Carta epigrafada, quanto à presença de comunidades remanescentes de quilombo (CRQ) nos municípios interceptados pela Linha de Transmissão 500KV Igaporã – Presidente Juscelino e quanto à situação de seus processos de certificação e de titulação, encaminhamos abaixo quadro geral.

2. **Quadro 1 – Situação geral das comunidades quilombolas situadas nos municípios interceptados pela LT 500KV Igaporã – Presidente Juscelino**

Bahia					
Município	CRQ - Certificada	CRQ em análise	CRQ aguardando publicação	CRQ aguardando visita técnica	Total
Caetité	13	1			14
Candiba	1				1
Guanambi	1				1
Pindaí			2		2
Minas Gerais					
Município	CRQ - Certificada	CRQ em análise	CRQ aguardando publicação	CRQ aguardando visita técnica	Total
Bocaiúva	3		1		4

Catuti/Pai Pedro/Porteirinha/Janaúba/Monte Azul	1				1
Francisco Sá	1				1
Gouveia	1				1
Janaúba	1			1	2
Monte Azul	11				11
Igaporã	2				2
Total	35	1	3	1	40

3. Considerando que na Carta encaminhada por Vossa Senhoria, já havia sido identificada a presença de 33 CRQs nos 29 municípios por onde passará a LT, segue abaixo quadro detalhado e complementar:

4. **Quadro 2 – CRQs certificadas**

UF	MUNICÍPIO	DENOMINAÇÃO DA COMUNIDADE	Nº PROCESSO NA FCP	ETAPA ATUAL PROCESSO FCP	Nº PROCESSO INCRA
MG	GAMELEIRAS JAÍBA PAI PEDRO PORTEIRINHA CATUTI JANAÚBA MONTE AZUL	GORUTUBA	01420.001250/2004-11	Certificada	54170.000533/2005-81
MG	FRANCISCO SÁ	POÇÕES	01420.001244/2006-25	Certificada	54170.003879/2006-12
MG	JANAÚBA	BEM VIVER DE VILA NOVA DAS POÇÕES	01420.001448/2008-28	Certificada	54170.005061/2009-87
BA	CAETITÉ	PAU FERRO	01420.001106/2010-22	Certificada	
BA	CAETITÉ	VEREDA DO CAIS	01420.001105/2010-88	Certificada	
BA	CAETITÉ	SAPÉ	01420.001107/2010-77	Certificada	54160.001801/2011-40
BA	IGAPORÃ	GURUNGA	01420.001102/2010-44	Certificada	
BA	CAETITÉ	MERCÊS	01420.001103/2010-99	Certificada	54160.000787/2013-29
BA	CAETITÉ	LAGOA DO MEIO	01420.001111/2010-35	Certificada	54160.000786/2013-84
BA	CAETITÉ	CONTENDAS	01420.001108/2010-11	Certificada	54160.000789/2013-18
BA	CAETITÉ	OLHO D'ÁGUA	01420.001109/2010-66	Certificada	54160.001253/2013-13
BA	CAETITÉ	SAMBAÍBA	01420.001110/2010-91	Certificada	54160.000788/2013-73

BA	CAETITÉ	VARGEM DO SAL	01420.001104/2010-33	Certificada	54160.000785/2013-30
BA	IGAPORÃ	LAPINHA	01420.001228/2010-19	Certificada	
MG	GOUVEIA	ESPINHO	01420.001893/2010-11	Certificada	54170.004345/2011-71
BA	CANDIBA	LAGOA DOS ANJOS	01420.010402/2011-03	Certificada	
BA	CAETITÉ	MALHADA	01420.002403/2007-90	Certificada	54160.000784/2013-95
MG	MONTE AZUL	PACUI	01420.008349/2013-34	Certificada	54170.005485/2013-28
MG	MONTE AZUL	POÇÕES	01420.008349/2013-34	Certificada	54170.005485/2013-28
MG	MONTE AZUL	LARANJEIRA	01420.012492/2013-21	Certificada	54170.007716/2013-38
MG	MONTE AZUL	BUQUEIRÃO	01420.012492/2013-21	Certificada	54170.007716/2013-38
MG	MONTE AZUL	PESQUEIRO	01420.012492/2013-21	Certificada	54170.007716/2013-38
MG	MONTE AZUL	SOCÔ VELHO	01420.012492/2013-21	Certificada	54170.007716/2013-38
MG	MONTE AZUL	SOCÔ VERDE	01420.012492/2013-21	Certificada	54170.007716/2013-38
MG	MONTE AZUL	TIRA BARRO	01420.012492/2013-21	Certificada	54170.007716/2013-38
MG	MONTE AZUL	LÍNGUA D'ÁGUA	01420.012495/2013-64	Certificada	54170.007715/2013-93
MG	MONTE AZUL	ROÇADO	01420.012495/2013-64	Certificada	54170.007715/2013-93
MG	MONTE AZUL	SÃO SEBASTIÃO	01420.012495/2013-64	Certificada	54170.007715/2013-93
BA	CAETITÉ	CANGALHA	01420.011570/2013-70	Certificada	
BA	CAETITÉ	LAGOA DO MATO	01420.011569/2013-45	Certificada	
BA	CAETITÉ	PASSAGEM DE AREIA	01420.011567/2013-56	Certificada	
BA	GUANAMBI	QUEIMADAS	01420.015453/2014-66	Certificada	
MG	BOCAIÚVA	MACAÚBA PALMITO	01420.006059/2015-18	Certificada	
MG	BOCAIÚVA	MACAÚBA BELA VISTA	01420.006059/2015-18	Certificada	
MG	BOCAIÚVA	MOCAMBO E SÍTIO	01420.006060/2015-42	Certificada	

5. Dessas que 35 se encontram certificadas, 23 possuem processos abertos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo que uma delas, a CRQ Gorutuba possui Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado.

6. Não obstante estarmos realizando esse repasse de informações a partir de consulta realizada no sítio eletrônico do Instituto, recomendamos que Vossa Senhoria entre em contato direto com esse órgão (tanto com sua sede nacional quanto com as superintendências regionais dos respectivos estados) para confirmar se existem processos abertos de regularização fundiária quilombola ou se há outra CRQ desses municípios que também teve seus RTID publicado.

7. Como visto no Quadro 1, três comunidades estão aguardando a publicação de sua certidão, uma aguarda a realização de visita técnica e outra ainda não teve seu processo analisado

por este Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Cultural Palmares (DPA/FCP)

8. Quadro 3 – Processos de certificação não concluídos

UF	MUNICÍPIO	DENOMINAÇÃO DA COMUNIDADE	Nº PROCESSO FCP	DATA DE ABERTURA DO PROCESSO	ETAPA ATUAL PROCESSO FCP
BA	PINDAÍ	CACO, VARGEM DO RANCHO E TABOÁ II	01420.005204/2016-24	25/05/2016	AGUARDANDO PUBLICAÇÃO
BA	PINDAÍ	BOI	01420.004917/2016-71	18/05/2016	AGUARDANDO PUBLICAÇÃO
MG	BOCAIÚVA	BORÁ	01420.009352/2016-18	27/09/2016	AGUARDANDO PUBLICAÇÃO
MG	JANAÚBA	GORUTUBANAS	01420.011687/2014-34	15/09/2014	AGUARDANDO VISITA TÉCNICA
BA	CAETITÉ	LAGEDO DE OROCA	01420.001185/2007-76	11/05/2007	EM ANÁLISE

9. Recomendamos que, cabe agora ao empreendedor, colher as coordenadas dessas comunidades e apresentar-nos posteriormente mapa que apresente as distâncias dessas em relação às linhas de transmissão do empreendimento. Compartilhamos, desde já, as coordenadas (latitude | longitude) de três CRQs: Cangalha (1,35357 | 4,21939), Lagoa do Mato (13 43 731 | 042 21 956) e Passagem de Areia (13 53 958 | 042 19 651).

10. Por fim, registre-se que, em reunião realizada no dia 1º de fevereiro do ano corrente (ver ata em anexo), foi acordado entre representantes da Equatorial Energia, Ecology Brasil (consultora responsável pelos estudos de componente quilombola) e deste DPA/FCP, que para as comunidades com RTID será considerado o raio previsto pela Portaria Interministerial nº 60/2015, que é de 5 km. Porém, para as comunidades que ainda não possuem RTID e que são certificadas pela FCP, será considerado o raio de 2,5km a partir do eixo das linhas, mantendo-se todo o restante do rito processual disposto pela referida portaria.

Atenciosamente,



Carolina Conceição Nascimento
Diretora

Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

Anexo 2.2.4.7-3 - Carta EQT-22-01-2017-FCPI

EQT-22-01-2017

Brasília, 22 de janeiro de 2017

À

Fundação Cultural Palmares (FCP)
Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro
Quadra 601 Norte – SGAN – Lote L – Ed. ATP.
CEP: 70.830-010 – Brasília-DF

PROTOCOLO GERAL/FCP/MINC Recebemos originais em <u>24/01/2017</u> Às <u>09:33</u> hs Assinatura: <u>Danielo Alves</u>

At.: Sr. Erivaldo Oliveira da Silva**Assunto:** Encaminhamento de Documentação de Consulta**Empreendedor:** EQUATORIAL ENERGIA S.A. (CNPJ 03.220.438/0002-54)**Referência:** Linha de Transmissão 500 kV Igaporã - Presidente Juscelino**Anexos:** (i) Mapa de localização do empreendimento; (ii) CD com os arquivos digitais do empreendimento (*shapefile e kml*).

Prezado Sr. Erivaldo,

Ao cumprimentar V.Sa., a Equatorial Energia S.A., pessoa jurídica de direito privado, situada à SHS QD 06 Conj. A Bloco C salas 701 a 708, Brasília - DF, CEP 70322-915, inscrita no CNPJ n.º 03.220.438/0002-54, informa-se a esta Fundação, que foi dado início ao Processo de Licenciamento Ambiental junto ao IBAMA das Linhas de Transmissão, a serem implantadas nos Estados da Bahia e Minas Gerais, que correspondem aos Lotes 14, 15 e 16 das Linhas de Transmissão e Subestações associadas, ou seja, **Lote 14** - LT 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 C1; LT 500 kV Janaúba 3 - Presidente Juscelino C1; SE 500 kV Janaúba 3 (novo pátio de 500 kV – parte 1); **Lote 15** -LT 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 C2 e **Lote 16** - LT 500 kV Janaúba III- Presidente Juscelino C2, com extensão total de cerca de 1.150 km, conforme mapa de localização no anexo desta carta. O referido projeto tem por objetivo adequar o dimensionamento da rede básica das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil devido ao crescimento do aproveitamento do potencial de energia eólica na região Nordeste, de modo a possibilitar o escoamento da energia dos parques eólicos já licitados, além de prover folgas ao sistema de transmissão que possibilitem a conexão de novos empreendimentos.

Como parte dos levantamentos preliminares realizados para o licenciamento ambiental da Linha de Transmissão 500 kV Igaporã - Presidente Juscelino solicitamos, a esta Fundação, informações sobre a existência de Comunidades Quilombolas em processo de reconhecimento e titulação de territórios na área de estudo do empreendimento, que compreende 29 municípios localizados nos Estados da Bahia e Minas Gerais (mapa e CD com os arquivos digitais – PDF e *shapefile* – em anexo), como mostra o **Quadro 1**, abaixo.

Quadro 1 – Municípios interceptados pelo empreendimento

UF	MUNICÍPIO
BA	Caetité
BA	Candiba
BA	Guanambi
BA	Pindaí
BA	Urandi
MG	Augusto de Lima
MG	Bocaiúva
MG	Buenópolis
MG	Capitão Enéas
MG	Catuti
MG	Engenheiro Navarro
MG	Espinosa
MG	Francisco Sá
MG	Glaucilândia
MG	Gouveia
MG	Janaúba
MG	Joaquim Felício
MG	Juramento
MG	Mamonas
MG	Mato Verde
MG	Monjolos
MG	Monte Azul
MG	Montes Claros



UF	MUNICÍPIO
MG	Nova Porteirinha
MG	Olhos-d'Água
MG	Pai Pedro
MG	Porteirinha
MG	Presidente Juscelino
MG	Santo Hipólito

Informamos ainda que, a partir do levantamento de dados secundários, foram identificadas 33 comunidades localizadas nos municípios interceptados pelo empreendimento em tela, conforme **Quadro 2**. Pontua-se que todas as comunidades listadas no **Quadro 2** são certificadas.

Quadro 2 – Comunidades identificadas nos municípios interceptados pelo empreendimento.

Município	Nome da Comunidade	Número do Processo – Fundação Cultural Palmares
Igaporã	Gurunga	01420.001102/2010-44
Igaporã	Lapinha	01420.001228/2010-19
Caetité	Cangalha	01420.011570/2013-70
Caetité	Contendas	01420.001108/2010-11
Caetité	Lagoa do Mato	01420.011569/2013-45
Caetité	Lagoa do Meio	01420.001111/2010-35
Caetité	Malhada	01420.002403/2007-90
Caetité	Mercês	01420.001103/2010-99
Caetité	Olho d'Água	01420.001109/2010-66
Caetité	Passagem de Areia	01420.011567/2013-56
Caetité	Pau Ferro	01420.001106/2010-22
Caetité	Sapé	01420.001107/2010-77
Caetité	Vargem do Sal	01420.001104/2010-33
Caetité	Vereda do Cais	01420.001105/2010-88
Guanambi	Queimadas	01420.015453/2014-66
Candiba	Lagoa dos Anjos	01420.010402/2011-03



Município	Nome da Comunidade	Número do Processo – Fundação Cultural Palmares
Pai Pedro Porteirinha Catuti Janaúba Monte Azul	Gorutuba	01420.001250/2004-11
Monte Azul	Laranjeira	01420.012492/2013-21
Monte Azul	Buqueirão	01420.012492/2013-21
Monte Azul	Pesqueiro	01420.012492/2013-21
Monte Azul	Socô Velho	01420.012492/2013-21
Monte Azul	Socô Verde	01420.012492/2013-21
Monte Azul	Tira Barro	01420.012492/2013-21
Monte Azul	Língua d'Água	01420.012495/2013-64
Monte Azul	Roçado	01420.012495/2013-64
Monte Azul	São Sebastião	01420.012495/2013-64
Monte Azul	Pacui	01420.008349/2013-34
Monte Azul	Poções	01420.008349/2013-34
Janaúba	Bem Viver de Vila Nova das Poções	01420.001448/2008-28
Francisco Sá	Poções	01420.001244/2006-25
Bocaiúva	Macaúba Palmito	01420.006059/2015-18
Bocaiúva	Macaúba Bela Vista	01420.006059/2015-18

Com base nos procedimentos definidos pela Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015, viemos por meio desta solicitar à Fundação Cultural Palmares confirmação e complementação das informações supracitadas sobre a identificação de comunidades nos municípios acima listados, agrupando-se estas de acordo com as seguintes condições:

- 1) Comunidades com RTID publicado ou tituladas;
- 2) Comunidades certificadas pela Fundação;
- 3) Comunidades em processo de autodefinição.

Tal consulta dará subsídios ao estabelecimento da metodologia que definirá quais comunidades serão objeto de Estudo do Componente Quilombola, nos termos da Convenção nº 169 da OIT e em consonância com a Fundação.



Como proposta, submetemos à apreciação desta Diretoria contemplar no Diagnóstico Socioeconômico do EIA/RIMA todas as comunidades situadas dentro de um corredor de 5 km que tem como eixo central as Linhas de Transmissão). E as comunidades com RTID publicado e situadas à distância mínima estabelecida pela Portaria Interministerial nº 60/2015, sugerimos que sejam objeto de Componente Quilombola específico.

Solicitamos que a manifestação da FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES seja encaminhada para o endereço abaixo, assim como quaisquer esclarecimentos que se façam necessários:

*EQUATORIAL ENERGIA S.A.
SHS - Quadra 06 Conjunto A Bloco C Salas 701 a 708, Ed. Business Center Tower -
Brasília-DF. CEP: 70.322-915.
A/C: Jacqueline Mathias Clemencio*

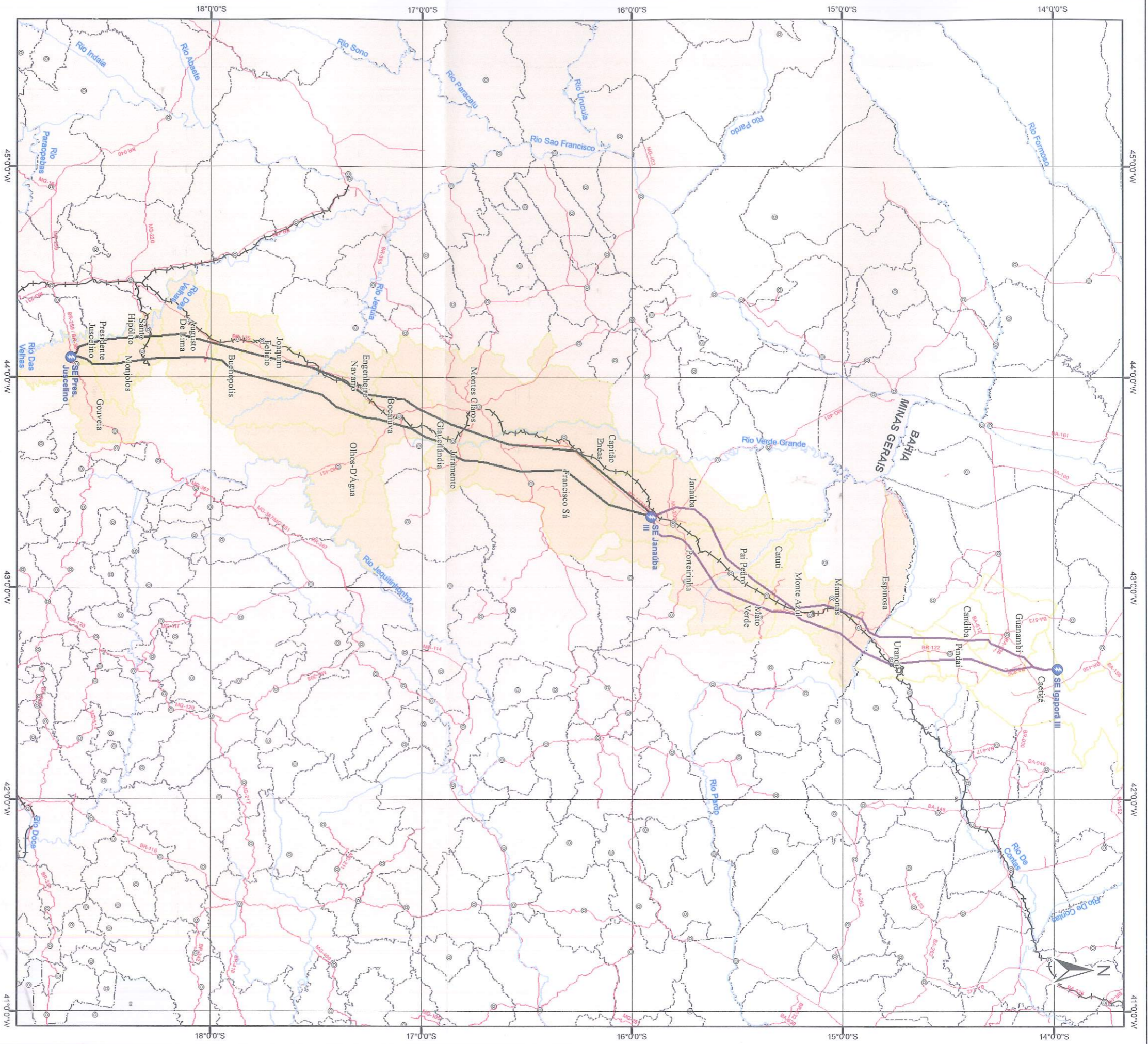
Sem mais, colocamo-nos à disposição, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



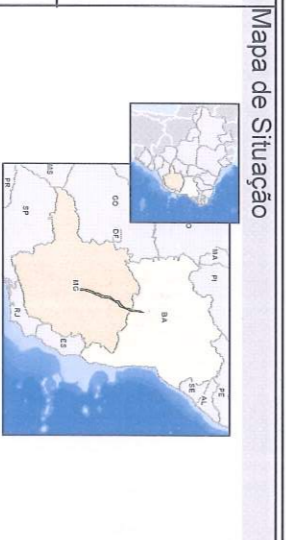
Joseph Zwecker Junior

Diretor



- ### Convenções Cartográficas
- ⊙ Sede municipal
 - Rodovia pavimentada
 - - - Rodovia não pavimentada
 - Trecho ferroviário
 - Curso d'água
 - Limite estadual
 - Limite municipal

- ### Legenda
- ⚡ Subestação
 - LT 500 KV Igaporá III x Januária III
 - LT 500 KV Januária III x Presidente Juscelino
 - ⚡ Municípios Interferentes com a LT



Escala Gráfica

SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS
 Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas - SIRGAS 2000

Referência

- Base Cartográfica Contínua - 1.250.000 - IBGE, 2015;
- Malha Municipal Digital - IBGE, 2015.

Execução

Ciente

Projeto

LT 500 KV IGAPORÁ III - PRESIDENTE JUSCELINO

Título

MAPA DE LOCALIZAÇÃO

Elab.: Luciene Lima Visto: _____
 Escala: 1:2.000.000 Data: Janeiro de 2017
 Mapa n.º: 3264-00-DIV-MP-1001 Revisão: 00

Anexo 2.2.4.7-4 - Portaria Ministerial nº 60/2015

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE GABINETE DA MINISTRA

1 - PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 60, DE 24 DE MARÇO DE 2015

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

GABINETE DA MINISTRA

DOU de 25/03/2015 (nº 57, Seção 1, pág. 71)

Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

Os MINISTROS DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, DA JUSTIÇA, DA CULTURA E DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, resolvem:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Portaria estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação da Fundação Nacional do Índio - Funai, da Fundação Cultural Palmares - FCP, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan e do Ministério da Saúde nos processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

Art. 2º - Para os fins desta Portaria entende-se por:

I - estudos ambientais - estudos referentes aos aspectos ambientais relacionados a localização, instalação, operação e ampliação de atividade ou empreendimento, apresentados como subsídio para a análise da licença requerida;

II - bens culturais acautelados em âmbito federal:

- a) bens culturais protegidos pela Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961;
- b) bens tombados nos termos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937;
- c) bens registrados nos termos do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000; e
- d) bens valorados nos termos da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007;

III - Ficha de Caracterização da Atividade - FCA - documento apresentado pelo empreendedor, em conformidade com o modelo indicado pelo Ibama, em que são descritos:

- a) os principais elementos que caracterizam a atividade ou o empreendimento;
- b) a área de localização da atividade ou empreendimento, com as coordenadas geográficas e o shapefile;
- c) a existência de intervenção em terra indígena ou terra quilombola, observados os limites definidos pela legislação;
- d) a intervenção em bem cultural acautelado, considerada a área de influência direta da atividade ou do empreendimento;
- e) a intervenção em unidade de conservação, compreendendo sua respectiva zona de amortecimento;
- f) as informações acerca da justificativa da implantação do projeto, de seu porte, da tecnologia empregada, dos principais aspectos ambientais envolvidos e da existência ou não de estudos, dentre outras informações; e
- g) a existência de municípios pertencentes às áreas de risco ou endêmicas para malária;

IV - licença ambiental - ato administrativo pelo qual o Ibama estabelece condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, ou capazes sob qualquer forma, de causar degradação ambiental;

V - licenciamento ambiental - procedimento administrativo pelo qual o Ibama licencia a localização, instalação, ampliação e operação de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, ou daqueles que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, consideradas as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;

VI - órgãos e entidades envolvidos no licenciamento ambiental - o órgão e as entidades públicas federais de que trata o art. 1º, incumbidos da elaboração de parecer sobre temas de sua competência, nos processos de licenciamento ambiental conduzidos pelo Ibama;

VII - Projeto Básico Ambiental - PBA - conjunto de planos e programas identificados a partir da elaboração dos estudos ambientais, com cronograma executivo, plano de trabalho operacional e definição das ações a serem desenvolvidas nas etapas de implantação e operação da atividade ou empreendimento e ainda monitoramento de indicadores ambientais;

VIII - regiões endêmicas de malária: regiões que compreendam os municípios localizados em áreas de risco ou endêmicas de malária, identificados pelo Ministério da Saúde;

IX - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID - documento que identifica e delimita o território quilombola a partir de informações cartográficas, fundiárias, agrônômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas, conforme disposto em Instrução Normativa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra;

X - Termo de Referência - TR - documento elaborado pelo Ibama que estabelece o conteúdo necessário dos estudos a serem apresentados em processo de licenciamento ambiental e que contempla os conteúdos apontados pelos Termos de Referência Específicos;

XI - Termo de Referência Específico - TER - documento elaborado pelos órgãos e entidades envolvidos no licenciamento ambiental que estabelecem o conteúdo necessário para análise dos impactos afetos a cada órgão ou entidade;

XII - terra indígena:

a) áreas ocupadas por povos indígenas, cujo relatório circunstanciado de identificação e delimitação tenha sido aprovado por ato da Funai, publicado no Diário Oficial da União;

b) áreas que tenham sido objeto de portaria de interdição expedida pela Funai em razão da localização de índios isolados, publicada no Diário Oficial da União; e

c) demais modalidades previstas no art. 17 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973;

XIII - terra quilombola: área ocupada por remanescentes das comunidades dos quilombos, que tenha sido reconhecida por RTID devidamente publicado.

CAPÍTULO II DOS PROCEDIMENTOS E PRAZOS PARA AS MANIFESTAÇÕES

Seção I

Disposições Gerais

Art. 3º - No início do procedimento de licenciamento ambiental, o Ibama deverá, na FCA, solicitar informações do empreendedor sobre possíveis intervenções em terra indígena, em terra quilombola, em bens culturais acautelados e em áreas ou regiões de risco ou endêmicas para malária.

§ 1º - No caso de omissão ou inveracidade das informações solicitadas no *caput*, o Ibama deverá informá-la às autoridades competentes para a apuração da responsabilidade do empreendedor, na forma da legislação em vigor.

§ 2º - Para fins do disposto no *caput*, presume-se a intervenção:

I - em terra indígena, quando a atividade ou o empreendimento submetido ao licenciamento ambiental localizar-se em terra indígena ou apresentar elementos que possam ocasionar impacto socioambiental direto na terra indígena, respeitados os limites do Anexo I;

II - em terra quilombola, quando a atividade ou o empreendimento submetido ao licenciamento ambiental localizar-se em terra quilombola ou apresentar elementos que possam ocasionar impacto socioambiental direto na terra quilombola, respeitados os limites do Anexo I;

III - quando a área de influência direta da atividade ou o empreendimento submetido ao licenciamento ambiental localizar-se em área onde foi constatada a ocorrência dos bens culturais acautelados referidos no inciso II do *caput* do art. 2º; e

IV - quando a atividade ou o empreendimento localizar-se em municípios pertencentes às áreas de risco ou endêmicas para malária.

§ 3º - Em casos excepcionais, desde que devidamente justificados e em função das especificidades da atividade ou do empreendimento e das peculiaridades locais, os limites estabelecidos no Anexo I poderão ser alterados, de comum acordo entre o Ibama, o órgão ou entidade envolvido e o empreendedor.

§ 4º - No preenchimento da FCA, o empreendedor deverá declarar a Anotação de Responsabilidade Técnica-ART, ou documento equivalente, na forma da legislação vigente.

Art. 4º - No TR do estudo ambiental exigido pelo Ibama para o licenciamento ambiental, deverão constar as exigências de informações e de estudos específicos compreendidos nos TRES referentes à intervenção da atividade ou do empreendimento em terra indígena, em terra quilombola, em bens culturais acautelados e em municípios pertencentes às áreas de risco ou endêmicas para malária.

Parágrafo único - No TR deve ser dada especial atenção aos aspectos locacionais e de traçado da atividade ou do empreendimento e às medidas para a mitigação e o controle dos impactos a serem consideradas pelo Ibama quando da emissão das licenças pertinentes.

Seção II

Da Manifestação dos Órgãos e Entidades Envolvidos em Relação ao Tr

Art. 5º - A participação dos órgãos e entidades envolvidos no licenciamento ambiental, para a definição do conteúdo do TR de que trata o art. 4º, ocorrerá a partir dos TRES constantes do Anexo II.

§ 1º - O Ibama encaminhará para a direção do setor responsável pelo licenciamento ambiental do órgão ou entidade envolvido, no prazo de até dez dias consecutivos, contado da data do requerimento de licenciamento ambiental, a solicitação de manifestação e disponibilizará a FCA em seu sítio eletrônico.

§ 2º - Os órgãos e entidades envolvidos deverão manifestar-se ao Ibama no prazo de quinze dias consecutivos, contado da data do recebimento da solicitação de manifestação.

§ 3º - Em casos excepcionais e mediante requerimento justificado do órgão ou entidade, o Ibama poderá prorrogar em até dez dias o prazo para a entrega da manifestação.

§ 4º - Expirados os prazos estabelecidos nos §§ 2º e 3º, o TR será considerado finalizado e será dado prosseguimento ao procedimento de licenciamento ambiental.

Seção III

Da Manifestação dos Órgãos e Entidades Envolvidos em Relação Aos Estudos Ambientais

Art. 6º - Após o recebimento dos estudos ambientais, o Ibama, no prazo de trinta dias, no caso de EIA/RIMA, e de quinze dias, nos demais casos, solicitará manifestação dos órgãos e entidades envolvidos.

Art. 7º - Os órgãos e entidades envolvidos no licenciamento ambiental deverão apresentar ao Ibama manifestação conclusiva sobre o estudo ambiental exigido para o licenciamento, nos prazos de até noventa dias, no caso de EIA/Rima, e de até trinta dias, nos demais casos, contado da data de recebimento da solicitação, considerando:

I - no caso da Funai, a avaliação dos impactos provocados pela atividade ou pelo empreendimento em terras indígenas e a apreciação da adequação das propostas de medidas de controle e de mitigação decorrentes desses impactos;

II - no caso da FCP, a avaliação dos impactos provocados pela atividade ou pelo empreendimento em terra quilombola e a apreciação da adequação das propostas de medidas de controle e de mitigação decorrentes desses impactos;

III - no caso do Iphan, a avaliação dos impactos provocados pela atividade ou pelo empreendimento nos bens culturais acautelados de que trata esta Portaria e a apreciação da adequação das propostas de medidas de controle e de mitigação decorrentes desses impactos; e

IV - no caso do Ministério da Saúde, a avaliação e a recomendação acerca dos impactos sobre os fatores de risco para a ocorrência de casos de malária, na hipótese de a atividade ou o empreendimento localizar-se em áreas de risco ou endêmicas para malária.

§ 1º - O Ministério da Saúde publicará anualmente, em seu sítio eletrônico oficial, os Municípios pertencentes às áreas de risco ou endêmicas para malária.

§ 2º - O Ibama consultará o Ministério da Saúde sobre os estudos epidemiológicos e os programas destinados ao controle da malária e seus vetores propostos e a serem conduzidos pelo empreendedor.

§ 3º - Em casos excepcionais, devidamente justificados, o órgão ou entidade envolvida poderá requerer a prorrogação do prazo em até quinze dias para a entrega da manifestação ao Ibama.

§ 4º - A ausência de manifestação dos órgãos e entidades no prazo estabelecido não implicará prejuízo ao andamento do processo de licenciamento ambiental, nem para a expedição da respectiva licença.

§ 5º - Os órgãos e entidades poderão exigir uma única vez, mediante decisão motivada, esclarecimentos, detalhamento ou complementação de informações, com base no termo de referência específico, a serem entregues pelo empreendedor no prazo de até sessenta dias, no caso de EIA/RIMA, e vinte dias, nos demais casos.

§ 6º - A contagem do prazo previsto no *caput* será suspensa durante a elaboração dos estudos ambientais complementares ou a preparação de esclarecimentos referida no § 5º, a partir da data de comunicação ao empreendedor.

§ 7º - O Ibama deve ser comunicado sobre a suspensão de prazo a que se refere o § 6º.

§ 8º - Os prazos estipulados no § 5º poderão ser alterados, desde que justificados e com a concordância do empreendedor e do Ibama.

§ 9º - Ressalvada a hipótese prevista no § 8º, o não cumprimento dos prazos estipulados no § 5º sujeitará o empreendedor ao arquivamento do seu pedido de licença.

§ 10 - O arquivamento do processo de licenciamento não impedirá a apresentação de novo requerimento de licença, que deverá obedecer aos procedimentos estabelecidos nos atos normativos pertinentes, mediante novo pagamento de custo de análise.

§ 11 - A manifestação dos órgãos e entidades deverá ser conclusiva, apontar a existência de eventuais óbices ao prosseguimento do processo de licenciamento e indicar as medidas ou condicionantes consideradas necessárias para superá-los.

§ 12 - As condicionantes e medidas indicadas na manifestação dos órgãos e entidades deverão guardar relação direta com os impactos identificados nos estudos apresentados pelo empreendedor, decorrentes da implantação da atividade ou empreendimento, e deverão ser acompanhadas de justificativa técnica.

Seção IV

Da Manifestação dos Órgãos e Entidades Quanto ao Cumprimento das Medidas ou Condicionantes

Art. 8º - No período que antecede a emissão das licenças de instalação e operação, o Ibama solicitará, no prazo de até quinze dias consecutivos, contado da data de recebimento do documento pertinente, manifestação dos órgãos e entidades envolvidos quanto ao cumprimento das medidas ou condicionantes das licenças expedidas anteriormente e quanto aos planos e programas pertinentes à fase do licenciamento em curso.

§ 1º - O prazo para manifestação dos órgãos e entidades envolvidos será de, no máximo, sessenta dias, contado da data de recebimento da solicitação do Ibama.

§ 2º - Os órgãos e entidades poderão exigir uma única vez, mediante decisão motivada, esclarecimentos, detalhamento ou complementação de informações, a serem entregues pelo empreendedor no prazo de trinta dias.

§ 3º - A contagem do prazo previsto no § 1º será suspensa durante a elaboração dos esclarecimentos, detalhamento ou complementação de informações a que se refere o § 2º, a partir da data de comunicação ao empreendedor.

§ 4º - O Ibama deve ser comunicado da suspensão de prazo referida no § 3º.

Art. 9º - Os órgãos e entidades deverão disponibilizar ao Ibama, na fase pertinente do licenciamento e a partir de demanda da referida autarquia, orientações para a elaboração do PBA, ou de documento similar, e de outros documentos exigíveis ao processo de licenciamento ambiental.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 - Os órgãos e entidades federais envolvidos no licenciamento ambiental deverão acompanhar a implementação das medidas e condicionantes incluídas nas licenças relacionadas às suas respectivas áreas de competência, informando ao Ibama eventuais descumprimentos e inconformidades em relação ao estabelecido durante as análises prévias à concessão de cada licença.

Parágrafo único - O Ibama poderá readequar o cronograma de cumprimento das medidas ou condicionantes em comum acordo com os órgãos e entidades envolvidos e com o empreendedor, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Art. 11 - As manifestações dos órgãos e entidades envolvidos deverão ser encaminhadas ao Ibama em formato impresso e em meio eletrônico.

Art. 12 - Os órgãos e entidades envolvidos deverão ajustar-se às disposições desta Portaria, adequando ou estabelecendo normativas pertinentes no prazo de até trinta dias, contado da data de publicação.

Art. 13 - Para dar cumprimento às disposições desta Portaria, os órgãos e entidades envolvidos e o Ibama deverão publicar em seus sítios eletrônicos os dados e as informações necessárias ao licenciamento ambiental, disponibilizar ferramenta que comprove a autenticidade e a data da última atualização das informações e fornecer documento de comprovação ao requisitante.

Art. 14 - Os prazos e procedimentos dispostos nesta Portaria aplicam-se somente aos processos de licenciamento ambiental cujos Termos de Referência tenham sido emitidos pelo Ibama a partir de 28 de outubro de 2011.

Parágrafo único - No caso de processos de licenciamento em que os estudos ainda não tenham sido entregues ao Ibama, o empreendedor poderá solicitar aplicação dos procedimentos e critérios estabelecidos nesta Portaria.

Art. 15 - No caso de empreendimentos localizados em áreas nas quais tenham sido desenvolvidos estudos anteriores, o empreendedor poderá utilizar os dados provenientes desses estudos no processo de licenciamento, e lhe caberá fazer as adequações e complementações necessárias relacionadas ao impacto da atividade ou empreendimento.

Art. 16 - As solicitações ou exigências indicadas nas manifestações dos órgãos e entidades envolvidos, nos estudos, planos, programas e condicionantes, deverão guardar relação direta com os impactos identificados nos estudos desenvolvidos para o licenciamento da atividade ou do empreendimento, devendo ser acompanhadas de justificativa técnica.

§ 1º - O Ibama, na qualidade de autoridade licenciadora, conforme disposto no art. 13 da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, realizará avaliação de conformidade das exigências apontadas no *caput* e os impactos da atividade ou do empreendimento objeto de licenciamento, e deverão ser incluídas nos documentos e licenças pertinentes do licenciamento somente aquelas que guardem relação direta com os impactos decorrentes da atividade ou empreendimento.

§ 2º - Caso o Ibama entenda que as exigências indicadas nas manifestações referidas no *caput* não guardam relação direta com os impactos decorrentes da atividade ou do empreendimento, comunicará à direção máxima do órgão ou entidade envolvido para que esta justifique ou reconsidere sua manifestação no prazo de cinco dias consecutivos.

§ 3º - Findo o prazo referido no § 2º, com ou sem recebimento da justificativa, o Ibama avaliará e decidirá motivadamente.

Art. 17 - As exigências de complementação oriundas da análise da atividade ou do empreendimento, bem como dos estudos, planos e programas devem ser comunicadas pelos órgãos e entidades envolvidos de uma única vez ao empreendedor, na fase de apreciação do documento, ressalvadas aquelas decorrentes de fatos novos, conforme disposto no § 1º do art.14 da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011.

Parágrafo único - disposto no *caput* aplica-se a todas as fases do licenciamento ambiental, independente da licença a ser emitida, respeitados os prazos e critérios previstos nos arts.7º e art. 8º.

Art. 18 - O Ibama, no decorrer do processo de licenciamento e sem prejuízo do seu prosseguimento na fase em que estiver, poderá considerar manifestação extemporânea dos órgãos e entidades, após avaliação de conformidade e da relação direta com a atividade ou o empreendimento.

Art. 19 - Os casos omissos referentes ao conteúdo desta Portaria serão decididos pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente, ouvido o Ibama.

Art. 20 - Fica revogado a Portaria Interministerial nº 419, de 26 de outubro de 2011.

Art. 21 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IZABELLA TEIXEIRA - Ministra de Estado do Meio Ambiente

JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Ministro de Estado da Justiça

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA - Ministro de Estado da Cultura

ARTHUR CHIORO - Ministro de Estado da Saúde

ANEXO I

Tipologia	Distância (KM)	
	Amazônia Legal	Demais Regiões

Empreendimentos lineares(exceto rodovias):		
Ferrovias	10 km	5 km
Dutos	5 km	3 km
Linhas de transmissão	8 km	5 km
Rodovias	40 km	10 km
Empreendimentos pontuais(portos, mineração e ter-moelétricas):	10 km	8 km
Aproveitamentos hidrelétricos (UHEs e PCHs):	40 km* ou reservatório acrescido de 20 km à jusante	15 km* ou reservatório acrescido de 20 km à jusante

*medidos a partir do eixo(s) do(s) barramento(s) e respectivo corpo central do(s) reservatório(s)

ANEXO II

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO E ORIENTAÇÕES GERAIS

1. INTRODUÇÃO

O Termo de Referência - TR tem como objetivo determinar a abrangência, os procedimentos e os critérios gerais para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), instrumentos do licenciamento ambiental.

Para requerer a licença prévia para a atividade ou empreendimento, primeiro passo do procedimento de licenciamento ambiental, o responsável legal deverá elaborar o EIA/RIMA pautado em Termo de Referência, que estipula as diretrizes e fornece subsídios que norteiam o desenvolvimento dos estudos. O EIA envolve a definição da área de influência da atividade ou empreendimento, o diagnóstico ambiental dessa área, a identificação e qualificação dos impactos ambientais decorrentes da atividade ou do empreendimento, avaliação desses impactos e a proposição de medidas para a mitigação, o controle e, até mesmo, a eliminação dos impactos.

O EIA deve primordialmente identificar os impactos da atividade ou empreendimento, analisando sua inserção na região, o que embasará, juntamente com os demais fatores e estudos específicos incorporados à análise, a tomada de decisão quanto a sua viabilidade ambiental.

A avaliação integrada dos impactos ambientais deve considerar os impactos ambientais relacionados especificamente com a atividade ou o empreendimento, bem como considerar efeitos isolados, cumulativos e/ ou sinérgicos de origem natural e antrópica, principalmente com relação aos eventuais projetos inventariados, propostos, em implantação ou operação na área de influência regional.

O Termo de Referência é elaborado a partir das informações específicas levantadas na Ficha de Abertura de Processo (FAP) junto ao Ibama, em reuniões e mapeamento disponibilizados pelo interessado e em vistoria de campo.

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

2.1. PROCEDIMENTOS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente poluidores ou causadores de degradação ambiental foi definido como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA, Lei nº 6.938/81, que instituiu também o Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama, mantendo a competência concorrente dos entes da Federação para a sua implementação.

A elaboração do EIA integra a fase inicial do licenciamento ambiental atestando a viabilidade ambiental da atividade ou do empreendimento, a partir do posicionamento técnico do Ibama e emissão da licença pertinente, permitindo, assim, a continuidade do licenciamento ambiental. As próximas fases, correspondentes às licenças consequentes, envolvem a elaboração do Projeto Básico Ambiental - PBA e o Inventário Florestal, dentre outros estudos necessários ao processo de licenciamento ambiental.

A publicidade dos estudos é feita normalmente por meio do Relatório de Impacto Ambiental-RIMA, que deve ser apresentado de forma objetiva, em linguagem acessível, ilustrado por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possam entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais de sua implementação. Esta publicidade é uma exigência da Constituição Brasileira, em seu art. 225. Para tanto o Ibama poderá promover a realização de audiências públicas, de acordo com o que estabelece a Resolução nº 009, de

1987, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, ou outras formas de consulta pública. O RIMA é fundamental para o alcance dos objetivos da audiência pública a que deve ser submetido o EIA.

As manifestações técnicas conclusivas dos diversos órgãos e entidades da administração pública envolvidos no licenciamento ambiental, dentre eles: órgãos estaduais de meio ambiente, prefeituras, Funai, SVS/MS, IPHAN, Fundação Palmares, conforme sua respectiva competência, constituem parte integrante da análise de mérito prevista no procedimento de licenciamento ambiental, conforme legislação aplicável.

Os órgãos responsáveis pela administração de Unidades de Conservação deverão se manifestar, previamente à emissão da primeira licença, nos termos da Lei nº 9.985/2000 e Resolução nº 428, de 2010, do Conama.

2.2. DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

2.2.1. ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) constitui-se em um documento de natureza técnico-científica que tem por finalidade a avaliação dos impactos ambientais capazes de serem gerados por atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou daqueles que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, de modo a permitir a verificação da sua viabilidade ambiental.

O EIA deve determinar o grau de impacto da atividade ou do empreendimento, propor medidas mitigadoras e de controle ambiental, procurando garantir o uso sustentável dos recursos naturais e apontar o percentual a ser aplicado para fins de compensação ambiental, conforme Lei nº 9.985/2000.

Deverão ser detalhadas as metodologias adotadas para escolha da alternativa mais favorável, delimitação das áreas de influência, diagnóstico dos fatores ambientais e avaliação dos impactos.

2.2.2. RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

As informações técnicas geradas no Estudo de Impacto Ambiental - EIA deverão ser apresentadas em um documento em linguagem apropriada ao entendimento do público, que é o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, em conformidade com a Resolução nº 1, de 1986, do Conama. A linguagem utilizada neste documento deverá conter características e simbologias adequadas ao entendimento das comunidades interessadas, devendo ainda conter, como instrumento didático auxiliar, ilustrações tais como mapas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, expondo de modo simples e claro as consequências ambientais do projeto e suas alternativas, comparando as vantagens e desvantagens de cada uma delas.

2.2.3. OUTROS ESTUDOS E DOCUMENTOS A SEREM OBSERVADOS

A legislação atual incorporou outros estudos ao licenciamento ambiental, a saber: Avaliação do Potencial Malarígeno (APM); diagnóstico e prospecção, quando necessário, de bens de interesse cultural, material e imaterial; e, ainda, estudos etnoecológicos, de comunidades indígenas, comunidades quilombolas e sobre assentamentos humanos, conforme a pertinência.

Devem ser observados os instrumentos legais e normativos próprios, além das diretrizes e orientações específicas emitidas pelos órgãos e entidades, conforme a competência. Assim, quaisquer autorizações ou documentos referentes à elaboração, ou dispensa de exigibilidade, de estudos ou ações, as suas conclusões, incluindo pareceres técnicos e avaliações, devem ser encaminhados ao Ibama para a devida anexação ao processo de licenciamento ambiental.

Assim, os termos de referência e as orientações emitidas pelos órgãos e entidades competentes são complementares ao TR do Ibama.

Estudos e Laudo de Avaliação do Potencial Malarígeno (ANEXO II-A): Sob a responsabilidade da Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS, do Ministério da Saúde - MS, referem-se aos estudos epidemiológicos e a condução de programas voltados para o controle da doença e de seus vetores a serem implementados nas diversas fases da atividade ou empreendimento que potencializem os fatores de risco para a ocorrência de casos de malária, e devem ser realizados pelo empreendedor. Modelo de TR com o conteúdo mínimo de tais estudos constituem o Anexo II-A desta Portaria.

Estudos sobre Populações Indígenas (ANEXO II-B): Sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental-CGLIC, da Fundação Nacional do Índio-Funai, do Ministério da Justiça, o estudo sobre população indígena abrange identificação, localização e caracterização das terras indígenas, grupos, comunidades étnicas remanescentes e aldeias existentes na área definida no Anexo I, com avaliação dos impactos decorrentes do empreendimento ou atividade e proposição de medidas de controle e de mitigação desses impactos sobre as populações indígenas. Modelo de TR com o conteúdo mínimo de tais estudos constituem o Anexo II-B desta Portaria.

Estudos sobre comunidades quilombolas (ANEXO II-C):

Sob a responsabilidade da Fundação Cultural Palmares, o estudo sobre comunidades quilombolas abrange identificação, localização e caracterização dos territórios reconhecidos existentes na área definida no Anexo I, com avaliação dos impactos decorrentes de sua implantação e proposição de medidas de controle e de mitigação desses impactos sobre essas comunidades. Modelo de TR com o conteúdo mínimo de tais estudos constituem o Anexo II-C desta Portaria.

Estudos sobre o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (ANEXO II-D): Sob a responsabilidade do IPHAN, os estudos devem localizar, mapear e caracterizar as áreas de valor histórico, arqueológico, cultural e paisagístico na área de influência direta da atividade ou do empreendimento, com apresentação de propostas de resgate, quando for o caso, com base nas diretrizes definidas pelo Instituto.

Modelo de TR com o conteúdo mínimo de tais estudos constituem o Anexo II-D desta Portaria.

2.3. MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

2.3.1. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

As audiências públicas constituem-se em instrumento previsto no conjunto legal que rege o processo de licenciamento ambiental, devendo seguir as orientações contidas na Resolução Conama no 09/1987 para a sua realização.

O objetivo das Audiências Públicas é expor aos interessados o conteúdo do EIA e seu respectivo RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes críticas e sugestões a respeito. A Audiência Pública é dirigida pelo representante do Ibama nos processos de licenciamento ambiental federal e, após a exposição objetiva do projeto e do RIMA, têm início as discussões com os interessados.

Todos os documentos entregues, escritos e assinados, são anexados à ata sucinta da audiência pública e passam a integrar o processo, sendo considerados na análise e parecer final do Ibama quanto à aprovação ou não do projeto.

2.3.2. CONSULTAS PÚBLICAS

No âmbito dos procedimentos de licenciamento ambiental, as consultas públicas estão previstas na Resolução nº 302, de 2002, do Conama, que estabelece a necessidade de elaboração do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório, podendo ser adotados procedimentos da audiência pública, naquilo que for aplicável.

2.3.3. OITIVAS

As oitivas das Comunidades Indígenas pelo Congresso Nacional devem obedecer aos procedimentos estabelecidos pelo órgão competente no trato das questões que afetem o patrimônio indígena, no caso a Funai, e também pelos órgãos competentes.

ANEXO II-A

MINISTÉRIO DA SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA ESPECÍFICO

COMPONENTE: AVALIAÇÃO DO POTENCIAL MALARÍGENO

ORIENTAÇÕES GERAIS

Este documento apresenta a descrição das exigências da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde para a emissão do Laudo de Avaliação do Potencial Malarígeno (LAPM) e Atestado de Condição Sanitária (ATCS) em atividades ou empreendimentos localizados em áreas de risco ou endêmicas para malária.

Avaliação do Potencial Malarígeno (APM):

- Procedimento necessário para verificar a ocorrência ou não de casos de malária e seus fatores determinantes e condicionantes, na área proposta para implantação de atividades ou empreendimentos e suas áreas de influência, sujeitos ao licenciamento ambiental, conforme estabelecido na Resolução nº 286, de 30 de agosto de 2001, do CONAMA, com objetivo de prevenir e mitigar os fatores determinantes e condicionantes da transmissão da malária.

- A Avaliação do Potencial Malarígeno e o documento que o empreendedor deve protocolar na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde para que esta emita o Laudo de Avaliação do Potencial Malarígeno (LAPM).

- As diferentes tipologias de atividades ou empreendimentos são responsáveis por diferentes impactos e, assim sendo, devem ser amostrados de forma diferenciada. Assim, caberá ao empreendedor protocolar, antes de iniciar os estudos, um pedido de aprovação da proposta do plano amostral para o levantamento entomológico. Caberá à SVS/MS avaliar o requerimento no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, antes do protocolo da Avaliação do Potencial Malarígeno da SVS/MS.

TÓPICOS QUE DEVEM CONSTAR NA AVALIAÇÃO DO POTENCIAL MALARÍGENO:

Os estudos devem ser iniciados pela identificação de quais características da atividade ou do empreendimento podem potencializar a transmissão de malária (modificação no fluxo dos corpos d'água, represamento, alteração do curso dos corpos d'água, aumento dos níveis dos lençóis freáticos, aumento do fluxo de populações humanas de áreas não endêmicas e endêmicas de malária, etc.).

Identificação do(s) município(s) onde a atividade ou o empreendimento será implantado.

- Nome e código do IBGE;

- UF;

- População total, população urbana e população rural;

- No populacional da Área de Influência Direta (AID) e Indireta (AII);

- Limites geográficos com outros municípios;

- Principais atividades econômicas do(s) município(s).

- Identificar a situação epidemiológica da malária do(s) município(s).

- Informações relacionadas aos três últimos anos completos.

- Número de casos de malária no(s) município(s) em cada ano;

- Índice Parasitário Anual (IPA);

- Percentual de malária falciparum em relação ao total de casos de malária (IFA);

- Risco (Alto: IPA = 50, médio: 50 > IPA = 10, baixo: IPA < 10);

- Informações do número de casos de malária em área urbana e rural.

- Informações epidemiológicas nas localidades da AID e AII da atividade ou empreendimento.

- Identificar o risco de transmissão de malária na localidade onde a atividade ou empreendimento será implantado.

- Indicar se a localidade da atividade ou empreendimento faz fronteiras com localidades de transmissão ativa de malária.

- Acrescentar relatório epidemiológico, tratando da relação da transmissão de malária com a projeção de aumento populacional decorrente da implantação da atividade ou empreendimento.

Avaliação Entomológica.

- Identificação de Criadouros.

- Identificar e georreferenciar, dentro do universo de corpos d'água que podem ser afetados pelo empreendimento, os criadouros potenciais para Anopheles Meigen, 1818 (os mosquitos transmissores da malária);

- Criadouros permanentes, temporários, artificiais e naturais;

- Tipos de criadouros: igarapé, lagoa, açude, remanso, rio, represa, ou outro tipo;

- Identificar o tipo de controle e/ou manejo de criadouros realizados pelo(s) município(s).

- Identificação dos vetores.

- Coleta de adultos: Deve-se realizar uma captura de doze horas e duas de quatro horas em cada ponto de coleta, simultaneamente no intra e peridomicílios. A amostragem mínima deve ser representativa da área de influência do empreendimento. Além disso, elas devem ser realizadas em aglomerados residenciais o mais próximo possível dos criadouros positivos.

- Coleta de imaturos: A metodologia de pesquisa larvária, a ser aplicada em cada ponto de coleta, disponível no sítio eletrônico da SVS/MS.

- As atividades de captura devem ser realizadas em três campanhas 1): nos períodos do ano correspondentes a maior densidade anofélica, no início e final dos períodos chuvosos.

2) uma captura na época de menor pluviosidade.

Identificação das principais infraestruturas de saúde do(s) município(s).

- Existência de Programa de Atenção Básica;

- Cobertura municipal da Estratégia de Saúde da Família: % total, % área urbana, % área rural;

Existência de Programa de Controle da Malária no município, observados:

- Descrição da infraestrutura do Programa de Controle da Malária no município;

- Existência de Núcleo de Entomologia no(s) município(s);

- Número de laboratórios de malária existentes no(s) município(s);

- Número de laboratórios de malária existentes na área de influência direta e indireta da atividade ou empreendimento.

PLANO DE AÇÃO PARA O CONTROLE DA MALÁRIA - PACM

Planejamento das atividades voltadas para o controle da malária e de seus vetores nas diversas fases da atividade ou empreendimento, de modo a prevenir, eliminar ou controlar os fatores da transmissão da malária, surgidos ou potencializados.

O PACM é o documento que o empreendedor deve protocolar na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde para que esta emita o Atestado de Condição Sanitária (ATCS).

Tópicos que devem constar no PACM:

- Deve ser elaborado de acordo com as informações contidas na Avaliação do Potencial Malarígeno e deve levar em consideração o aumento populacional e a população residente na AID e AII da atividade ou empreendimento, bem como se essa população será remanejada para outros locais. Deve ter como principal objetivo mitigar o impacto na transmissão de malária, para que se previna o incremento da transmissão de malária na AID e AII, suas áreas de alojamento e canteiros de obra, incluindo os das empresas subcontratadas, durante a fase de instalação da atividade ou empreendimento.

- Informar as medidas para o controle da malária durante a instalação da atividade ou empreendimento, que serão desenvolvidas pelo empreendedor no canteiro de obras e alojamentos dos trabalhadores (controle vetorial, diagnóstico e tratamento, promoção da saúde, educação em saúde e mobilização social).

- Proposta do empreendedor para mitigar o serviço de vigilância de malária do município durante a instalação da atividade ou empreendimento, em decorrência do aumento populacional.

- Detalhamento dos recursos propostos para incrementar a estrutura da vigilância de malária no(s) município(s).

- Cronograma de execução das atividades propostas no PACM, durante a fase de instalação da atividade ou empreendimento.

ANEXO II-B

TERMO DE REFERÊNCIA ESPECÍFICO

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO-Funai

COMPONENTE INDÍGENA

APRESENTAÇÃO E ORIENTAÇÕES GERAIS

À Funai, órgão indigenista oficial, no âmbito do licenciamento ambiental, cabe se manifestar perante o Ibama, em relação ao impacto ambiental e sociocultural da atividade ou empreendimento em Terras Indígenas - TIs.

O Termo de Referência é o instrumento que define os itens que deverão nortear os estudos necessários à avaliação dos impactos sobre as terras e culturas indígenas e contem as orientações gerais sobre os procedimentos junto à Funai. Fixa os requisitos e aspectos essenciais relacionados à questão indígena para a identificação e análise dos impactos nos componentes sociais, culturais e ambientais decorrentes da interferência da atividade ou empreendimento tendo como referência os limites do Anexo I.

O resultado da avaliação deve ensejar a proposição de ações e medidas de mitigação e controle dos impactos de acordo com as especificidades das terras e culturas indígenas afetadas. A avaliação deve considerar, dentre outros aspectos, o contexto de desenvolvimento regional e a análise integrada e sinérgica dos impactos socioambientais decorrentes desta e de outras atividades ou empreendimentos sobre as terras e culturas indígenas.

Para o desenvolvimento do Estudo do Componente Indígena - ECI o empreendedor deverá submeter à análise prévia da Funai o currículo dos consultores que irão desenvolver os trabalhos. Os estudos e a execução de atividades, incluindo a realização de reuniões, alimentação, logística de deslocamento dos índios e de técnicos da Funai, se necessário, e quaisquer gastos oriundos de ações relacionadas ao processo de licenciamento do empreendimento, são de responsabilidade do empreendedor. É obrigação ainda do empreendedor preparar e sensibilizar os trabalhadores para compreensão das especificidades indígenas.

Durante os estudos é vetada a coleta de qualquer espécie (fauna, flora, recursos minerais) nas Terras Indígenas, bem como a realização de pesquisa, em qualquer campo, relativa às práticas com conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético por parte dos contratados.

A área definida para estudo é aquela constante do Anexo I, salvo situações excepcionais decorrentes da especificidade da atividade ou empreendimento ou da sua região de inserção, identificada em comum acordo com o Ibama e em entendimento com o interessado.

1. METODOLOGIA

A metodologia de trabalho visa fundamentar o desenvolvimento do estudo subsidiado em dados secundários e coleta de dados primários referentes aos impactos para os meios físico e biótico e os impactos de ordem social, econômica e cultural para os grupos indígenas envolvidos. Portanto, o ECI deverá ser caracterizado pela interdisciplinaridade, devendo ser composto por pesquisa de campo, bibliográfica, documental e cartográfica, ressaltando que a participação dos grupos indígenas e seus saberes é fundamental e imprescindível.

Há que se destacar a necessidade de que o processo seja participativo e colaborativo e que o levantamento de impactos se dê com ênfases no diálogo.

Contempla-se também a consulta aos acervos documentais da Funai, no sentido de colher subsídios advindos de estudos, relatórios e documentos diversos, incluindo outros estudos já realizados.

A utilização desses dados deve ser precedida de consulta e autorização dos seus autores, quando não publicados, ficando a Funai isenta de qualquer responsabilidade quanto à utilização imprópria das obras já existentes.

2. PLANO DE TRABALHO

A realização dos estudos deve ser precedida da elaboração de Plano de Trabalho, que deverá contar com cronograma detalhado e roteiro das atividades propostas (em campo e gabinete), orientadas pelos objetivos do estudo e pela dinâmica própria das comunidades indígenas, apresentando a seguinte estrutura geral:

- Introdução;
- Objetivos;
- Equipe técnica (indicando função e encaminhando currículo dos - profissionais);
- Referencial teórico-metodológico;
- Relação e descrição das atividades técnicas;
- Cronograma de atividades observando o cronograma do licenciamento, conforme legislação; e - Resultados desejados, indicadores, metas e produtos.

Durante o período de desenvolvimento das atividades propostas no Plano de Trabalho, devem ser contempladas a realização de reuniões ampliadas entre os grupos indígenas em foco, a equipe de consultores e os servidores da Funai, visando garantir o direito dos povos indígenas à informação e à participação.

Destacam-se como finalidades de tais reuniões:

- a) esclarecimentos sobre o processo de licenciamento ambiental da atividade ou empreendimento, especificidades do projeto em relação às terras indígenas e informações gerais;
- b) apresentação da equipe, finalidade das atividades propostas, metodologia adotada no trabalho a ser desenvolvido e plano de trabalho, incluindo previsão de período de permanência em campo com roteiro de atividades definidas e cronograma de visita às localidades das TIs afetadas;
- c) consulta aos grupos indígenas acerca da atividade ou do empreendimento e desenvolvimento dos estudos em referência.

Devem ser elaboradas atas/memórias das reuniões, a serem anexadas ao produto produzido no âmbito dos Estudos do Componente Indígena, juntamente com as respectivas listas de presença e outros documentos pertinentes (incluindo registro visual, caso autorizado pelos índios).

O capítulo referente ao Estudo do Componente Indígena deverá atender a itemização apresentada a seguir, sendo que esta condição será observada quando da realização do checklist pelos técnicos da Funai.

Caso a equipe consultora opte por não seguir a ordem dos itens solicitados pela Funai, recomenda-se que, quando da entrega do produto, o empreendedor encaminhe checklist sinalizando o atendimento dos itens do presente Termo. Os itens deste Termo de Referência eventualmente não atendidos deverão ser citados e justificados, referenciando-os.

É imprescindível que o ECI original seja devidamente assinado por todos os integrantes da equipe consultora, e rubricado em todas as suas páginas.

3. ROTEIRO TÓPICO-METODOLÓGICO

I - Identificação do empreendedor, da empresa consultora, dos profissionais responsáveis pela realização do estudo e dos representantes indígenas integrantes da equipe de consultoria.

a) Para a equipe técnica, apresentar: nome, área profissional/ formação, identificação dos coordenadores, número de registro no Cadastro Técnico Federal do Ibama e no Conselho de Classe, quando houver.

A equipe básica para a realização do Estudo do Componente Indígena deve ser composta por, no mínimo:

- 1 (um profissional) bacharel em ciências sociais com pós-graduação *stricto sensu* em antropologia, que preferencialmente tenha:

i) atuação anterior em processos de licenciamento ambiental e avaliação de impactos socioambientais;

ii) experiência com as etnias em foco;

- 1 (um) profissional ictiólogo, no caso de aproveitamentos hidrelétricos, empreendimentos portuários ou que possuam significativo potencial de impacto em corpos hídricos das TIs;

- 1 (um) profissional com formação acadêmica na área de ciências ambientais (engenheiro florestal ou ecólogo) e pós-graduação *stricto sensu*, com experiência em avaliação de impactos ambientais.

II - Caracterização do empreendimento

a) Histórico, objetivo e justificativas

- Caracterização, objetivos e justificativas da atividade ou empreendimento, considerando, entre outras questões:

- Histórico do planejamento da atividade ou empreendimento, contemplando aspectos demográficos, fundiários, sociais, econômicos, políticos e técnicos;

- Inserção da atividade ou empreendimento nos programas de ocupação do território e desenvolvimento socioeconômico para a região;

- Compatibilidade da atividade ou empreendimento com as diretrizes governamentais para o desenvolvimento sustentável;

- Inserção e significado da atividade ou empreendimento no planejamento de obras para a região e sua interligação com outras atividades ou empreendimentos implantados ou planejados;

- Importância e peculiaridades da atividade ou empreendimento, considerando a diversidade de arranjos sociais e de sistemas produtivos existentes na região.

b) Localização Geográfica

- Apresentação do mapa da localização geográfica da atividade ou empreendimento, identificando a bacia hidrográfica onde o mesmo se localiza e especificando distâncias em relação às terras indígenas. Devem ser apresentadas as coordenadas geográficas dos pontos de referência, explicitando o datum utilizado e caracterizando a localização.

- Apresentação das coordenadas georreferenciadas das estruturas de apoio da obra (canteiro de obras, jazidas), incluindo a quantidade e localização de áreas de empréstimo e bota-fora, quando houver.

III - Metodologia e marcos legais

a) Apresentar a metodologia empregada para levantamento dos dados e informações pertinentes ao Estudo do Componente Indígena; e

b) Apresentar sucintamente os principais dispositivos legais orientadores das investigações e análises produzidas no âmbito do Estudo do Componente Indígena.

IV - Povos Indígenas: aspectos socioculturais, econômicos e políticos

a) Breve caracterização demográfica de cada TI objeto de estudo (número aproximado de famílias) e presença indígena na área definida para estudo, conforme Anexo I;

b) Breve descrição da situação fundiária dos grupos indígenas envolvidos;

c) Descrever e caracterizar brevemente as formas de organização social, econômica e política dos grupos indígenas de referência, incluindo: unidades componentes da sociedade; formas de deliberação interna; autoridades e lideranças, organizações e/ou associações formalmente constituídas; relações com outros grupos indígenas e com o poder político local e regional, etc.

V - Povos Indígenas: territorialidade e recursos naturais, com base na área definida para estudo, conforme Anexo I:

a) Caracterização geral dos recursos ambientais e identificação das áreas degradadas, incluindo recursos hídricos (ênfata-se a necessidade de identificar, caracterizar e mapear a rede hídrica das TIs e da área definida para estudo, conforme Anexo I, abordando, entre outras questões, o estado de conservação das matas ciliares e qualidade dos principais cursos d'água, nascentes que serão interceptados pela atividade ou empreendimento e/ou que se localizam na área de estudo e a relevância desses recursos para a reprodução física e cultural dos grupos indígenas), cobertura vegetal e ictiofauna, mencionando o estado de conservação;

b) Descrição, caracterização e mapeamento das relações socioecológicas que os grupos indígenas em foco mantêm com o seu território, abordando, dentre outras questões, o levantamento geral das atividades produtivas, as principais espécies cultivadas (tradicional e introduzidas), indicando uso e significado sociocultural e/ou importância para a reprodução física e cultural dos grupos; segurança alimentar e nutricional dos grupos indígenas;

c) Diagnóstico geral dos problemas socioambientais nas Terras Indígenas, descrevendo as condições atuais e estabelecendo tendências futuras com a implantação da atividade ou empreendimento;

- d) Caracterização geral da ocupação e uso da terra na área definida para estudo (Anexo I), indicando:
- Principais usos do território, recursos naturais e atividades econômicas/produativas (produção agrícola tradicional, comunitária e familiar, turismo, agronegócio, etc.); apresentando prognósticos de expansão ou retração de tais atividades com a implantação da atividade ou empreendimento;
 - Existência de travessões, vias e ramais irregulares que avançam em direção às Terras Indígenas, apontando aquelas que tenham alguma conexão com a atividade ou empreendimento, apontando vulnerabilidades e ameaças;
 - Prognóstico de potencialização de conflitos fundiários e socioambientais na área definida para estudo decorrente da implantação da atividade ou empreendimento e suas repercussões para os povos indígenas;

e) Identificação de ações de proteção, fiscalização e vigilância territorial executadas nas Terras Indígenas ou as que a envolvam ou afetem.

No caso de aproveitamentos hidrelétricos, hidrovias, empreendimentos portuários ou outros com potencial de impacto sobre os corpos hídricos utilizados pelas comunidades indígenas, devem ser abordadas as seguintes questões relativas à pesca:

- Locais, sistemas, histórico da atividade e sua condição atual, importância nutricional e cosmológica, destinação (consumo diário, consumo em festas e usos rituais, comercialização, etc.), sazonalidades, espécies preferenciais e espécies com maior frequência de captura.

VI - Desenvolvimento Regional e Sinergia de Atividades ou Empreendimentos.

a) Caracterizar e analisar os efeitos do desenvolvimento regional sobre as TIs, destacando os impactos socioambientais ocasionados aos povos indígenas em tela, em virtude das frentes de expansão econômica associadas à atividade ou empreendimento, com base em registros e na memória oral indígena;

b) Apresentar breve histórico dos empreendimentos na região, enfocando a existência de eventuais passivos ambientais que tenham relação com a atividade ou empreendimento em tela;

c) Prognosticar os efeitos cumulativos, sinérgicos e globais entre o projeto em epígrafe e demais atividades/empreendimentos na região;

d) Elaborar mapa/representação cartográfica dos empreendimentos instalados e projetados dentro das Terras Indígenas ou na área definida para estudo, incluindo: ferrovias, linhas de transmissão, dutos, hidrelétricas, atividades extrativas vegetais, animais e/ou minerais; assentamentos rurais, agrovilas, núcleos urbanos, atividades turísticas, entre outros.

VII - Percepção dos grupos indígenas quanto ao empreendimento Apresentar a percepção do grupo indígena perante a atividade ou empreendimento, considerando também:

- Os impactos diagnosticados;

- Se há relação entre a expectativa de compensação e eventuais dificuldades no acesso a políticas públicas;

- O nível de informação recebida e demandas por informações complementares.

VIII - Caracterização dos impactos ambientais e socioculturais sobre os grupos indígenas e na área definida para estudo, conforme Anexo I, decorrentes da atividade ou empreendimento. (Devem ser avaliados impactos da implantação e operação da atividade ou empreendimento, com base em experiências anteriores e bibliografia existente. Acrescenta-se ainda a necessidade de:

a) apropriar-se de dados levantados nos estudos ambientais correlatos;

b) considerar o contexto de desenvolvimento regional e os impactos sinérgicos e cumulativos de empreendimentos correlatos (planejados ou implantados) sobre as terras e culturas indígenas; e

c) atentar para a possibilidade de que os impactos prognosticados incidam diferencialmente em termos geracionais e de gênero (o que pode ensejar a proposição de medidas de controle e/ou mitigatórias específicas para determinados componentes societários)).

a) Avaliar interferência do empreendimento nos meios físico e biótico na área definida para estudo, levando em consideração a especificidade e multiplicidade de usos dos recursos ambientais (do solo, mananciais e corpos hídricos, fauna, flora, ictiofauna, etc.) pelas comunidades indígenas; a vulnerabilidade ambiental dos biomas considerados e os efeitos sinérgicos, cumulativos e globais dos empreendimentos e atividades associados à atividade ou empreendimento em tela. Como exemplo de impactos ambientais passíveis de serem ocasionados ou potencializados pelo empreendimento, e que afetam comunidades indígenas, destacam-se:

- Indução e avanço do desmatamento ilegal; incêndios, queimadas; degradação das matas ciliares nas Terras Indígenas e na área definida para estudo; fragmentação e perda de habitats; alterações na paisagem natural;

- Indução dos processos de erosão, contaminação, perda do solo e lixiviação nas Terras Indígenas e na área definida para estudo;

- Assoreamento e interferências na dinâmica e na qualidade da água de nascentes, córregos, rios, águas subterrâneas interceptadas pelo empreendimento, que convergem para as Terras Indígenas afetadas ou que sejam utilizados pelos grupos indígenas, levando em consideração a previsão de represamento ou alagamento de corpos d'água por obras de arte/engenharia específicas;

- Redução de áreas de preservação e de espécies da fauna, flora e de ecossistemas essenciais à sobrevivência física e cultural dos grupos indígenas e à integridade ambiental de suas terras; diminuição de matéria-prima utilizada na construção de casas e outros artefatos e na vida social e cerimonial dos grupos;

- Estímulo à atividade garimpeira, à caça, pesca e exploração madeireira ilícita nas Terras Indígenas, potencializando os impactos ambientais delas decorrentes.

b) Avaliar impactos da atividade ou empreendimento na estrutura sociocultural dos grupos, na dinâmica das redes (de troca, parentesco, cerimoniais, etc.) e nas relações socioculturais, econômicas e políticas dos grupos indígenas em tela;

c) Avaliar impactos da atividade ou empreendimento sobre hábitos alimentares; segurança alimentar e nutricional; atividades produtivas; fontes de obtenção de renda e consumo indígenas;

d) Avaliar impactos da instalação e avanço de travessões, vias e ramais irregulares a partir do empreendimento, considerando a relação desses impactos com o aumento das pressões sobre o território e as culturas indígenas;

e) Avaliar interferências da atividade ou empreendimento no intercâmbio comunitário entre grupos que habitam terras descontínuas e no acesso a lugares representativos (do ponto de vista arqueológico, cosmológico, ritual, etc.);

f) Avaliar impactos da atividade ou empreendimento na preservação do patrimônio etnohistórico e arqueológico indígena;

g) Avaliar de que forma possíveis mudanças na dinâmica regional e na organização e uso do território a partir da implantação e operação da atividade ou empreendimento podem afetar a qualidade de vida e a reprodução física e cultural das comunidades indígenas;

h) Avaliar impactos da atividade ou empreendimento no incremento do processo de concentração fundiária e da especulação imobiliária na área definida para estudo; na ocupação irregular das Terras Indígenas; no adensamento populacional de cidades na área definida para estudo, devido à chegada de população atraída por empreendimentos ou atividades associadas; considerando a relação de todos esses impactos com o aumento das pressões sobre os territórios indígenas;

i) Avaliar impactos da atividade ou empreendimento na modificação/ inserção de vetores de ocupação (assentamentos, atividades agropecuárias, atividade madeireira, etc) e avanço da fronteira de exploração econômica regional, considerando a relação desses impactos com o aumento das pressões sobre os territórios indígenas;

j) Avaliar impactos da atividade ou empreendimento no aumento da violência e a intensificação de conflitos pela ocupação e uso da terra e outros recursos naturais entre índios e não-índios;

k) Avaliar demais impactos às terras e aos grupos indígenas - emissão de ruídos, poeiras, gases poluentes e resíduos sólidos; aumento do trânsito de pessoas e veículos; riscos de acidentes; aumento da incidência de doenças; etc.;

l) Avaliar obstáculos intensificados pela atividade ou empreendimento no processo de regularização fundiária de terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas;

m) Avaliar impactos decorrentes do aumento da demanda sobre serviços públicos (notadamente saúde e educação) utilizados pelos índios, observando se o município de referência para as comunidades indígenas é o município de referência para a atividade ou empreendimento e seus trabalhadores. As questões relativas à saúde indígena devem ser informadas à Funai e tratadas junto ao Ministério da Saúde/Sesai.

IX - Alternativas Locacionais

a) Contemplar alternativas técnicas e locacionais sob a ótica do componente indígena, analisando qual traçado seria mais adequado à integridade das terras e culturas indígenas afetadas;

b) Avaliar as possibilidades de desvio e traçado nos trechos que interceptam cabeceiras de corpos hídricos de relevância para os povos indígenas e/ou afastamento das Terras Indígenas.

X - Matriz de impacto e Medidas/Programas de Mitigação e de Controle - Deve ser elaborada matriz com sistematização dos impactos, relacionando-os às medidas propostas. A Matriz específica para o componente indígena deve contar com reavaliação quanto à magnitude das interferências a partir dos programas previstos. A matriz deve indicar aspectos básicos, tais como: etapas (pré-execução, instalação e operação da atividade ou empreendimento); processos; impactos (benéficos e adversos); causa-consequência (sob a ótica do componente indígena); temporalidade; grau de reversibilidade; abrangência; propriedades cumulativas e sinérgicas; relevância; magnitude com e sem medidas; etc. Deve indicar ainda diretrizes executivas gerais de ações/medidas, assinalando o caráter preventivo ou corretivo/mitigatório das mesmas.

- Devem ser indicadas ações e medidas cabíveis, contemplando:

a) a possibilidade de adaptação de outras ações propostas nos Estudos Ambientais às especificidades indígenas;

b) a mitigação e controle dos impactos socioambientais decorrentes da atividade ou empreendimento, as quais deverão ser devidamente descritas com o objetivo de sustentar a sua aplicabilidade, a fim de que sejam melhor detalhadas na próxima fase do licenciamento, qual seja, o desenvolvimento do Componente Indígena do Projeto Básico Ambiental - PBA, em caso de viabilidade. As medidas devem visar ao estímulo à sustentabilidade dos modos e estilos de vida dos grupos; ao incentivo aos conhecimentos tradicionais indígenas e ao estímulo às atividades que não enfraqueçam a estrutura sócio-política e comunitária;

c) a possibilidade de que os impactos prognosticados incidam diferencialmente em termos geracionais e de gênero (o que pode ensejar a proposição de medidas de controle e mitigatórias específicas para determinados componentes societários).

As propostas de ações para prevenção, controle e/ou mitigação dos impactos a serem detalhadas na próxima fase do licenciamento, deverão ser formuladas tendo em vista a correlação entre programas e impactos, integrando o ponto de vista indígena às análises efetuadas e considerando:

- a) Componentes socioculturais afetados;
- b) Fases da atividade/ empreendimento;
- c) Eficácia preventiva ou corretiva;
- d) Adequação/adaptação das medidas mitigadoras às especificidades indígenas;
- e) Agente responsável (empreendedor);
- f) Possíveis interfaces com outras instituições, órgãos municipais, estaduais, federal e/ou projetos;
- g) Prioridades.

Com base na avaliação de impactos, deverão ser identificadas medidas e programas que possam minimizar, e eventualmente, eliminar os impactos negativos da implementação da atividade ou empreendimento, bem como medidas que possam maximizar os impactos benéficos do projeto. Essas medidas devem ser implantadas visando a sustentabilidade dos grupos indígenas e suas terras, o incentivo aos conhecimentos tradicionais indígenas, de acordo com sua realidade social e especificidades, observando também os impactos das medidas propostas na organização social e política indígena. As medidas de controle e mitigadoras devem ser consubstanciadas em programas, os quais deverão contemplar, oportunamente no mínimo:

1. Introdução e Justificativas
2. Objetivos
3. Metas
4. Indicadores
5. Público-Alvo
6. Metodologia
7. Elementos de Custo: Recursos Humanos, Recursos Materiais, Construção Civil
8. Cronograma das atividades (em relação ao cronograma de instalação da atividade/empreendimento)
9. Articulação Institucional
10. Interação com Outros Programas Ambientais
11. Legislação Aplicável e Requisitos Legais
12. Responsáveis Técnicos pela Elaboração
13. Responsável pela execução das ações (ref. empreendedor)
14. Responsável pelo acompanhamento (ref. Conselho Gestor e Funai)
15. Referências Devem ser considerados os demais programas socioambientais ou de monitoramento e controle ambiental constituintes do PBA da atividade ou empreendimento que possam ser estendidos ao componente indígena de acordo com os impactos diagnosticados de forma a evitar repetição e sobreposição de ações.

Há que se destacar que o componente indígena do PBA não deve substituir políticas públicas e ações do Estado, e sim complementá-las ou reforçá-las, caso seja detectada a relação de "causaefeito medida" em relação aos impactos diagnosticados. Deve ser observado que:

- a) não deve haver sobreposição dos programas apresentados no PBA - Componente Indígena com as ações já em execução nas Terras Indígenas em tela, contudo essas ações devem ser consideradas podendo ser proposta complementação ou continuidade;
- b) a Funai poderá indicar procedimentos e orientações adicionais para o detalhamento futuro do PBA - Componente Indígena, tendo em vista os resultados da avaliação de impactos.

XI - Análise da Viabilidade

Análise integrada e avaliação quanto à viabilidade socioambiental da atividade ou empreendimento, considerando:

- O contexto de desenvolvimento regional e os impactos cumulativos e sinérgicos dos empreendimentos previstos ou planejados para a região;
- As condições necessárias à reprodução física e cultural dos povos indígenas;
- A eficácia das medidas propostas para minimizar ou eliminar os impactos negativos diagnosticados;
- A garantia da não violação de direitos indígenas legalmente constituídos.

4. OBSERVAÇÕES GERAIS:

- a) Todos os Produtos entregues à Funai devem utilizar as referências bibliográficas e citações de acordo com as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.
- b) Os resultados de cada etapa dos trabalhos devem ser apresentados aos grupos indígenas, em reunião específica para tal fim;
- c) Devem ser produzidos materiais informativos nas línguas indígenas;
- d) Todos os trabalhos devem ser aprovados pela Funai;
- e) Deve ser solicitada formalmente autorização à Funai e às comunidades para ingresso nas Terras Indígenas, e comunicá-la quanto a quaisquer incidentes que eventualmente ocorram em campo;
- f) A legislação vigente e as normas estabelecidas devem cumpridas por todos os profissionais ou empresas contratadas para execução dos trabalhos relacionados ao licenciamento da obra;
- g) Os trabalhadores devem ser preparados e sensibilizados para a compreensão das especificidades indígenas;
- h) Todos os produtos devem ser entregues em 5 (cinco) vias assinadas e impressas em tamanho A4 (preferencialmente frente e verso, papel reciclado) e em formato digital (CD-ROM ou USB).

ANEXO II-C

TERMO DE REFERÊNCIA ESPECÍFICO FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES - FCP

COMPONENTE QUILOMBOLA

I - PLANO DE TRABALHO:

- Informações sobre a equipe técnica responsável pela realização dos estudos, contendo nomes, formações, funções na equipe, telefones e e-mails;
- Descrição da(s) metodologia(s) de trabalho para realização do estudo específico do componente quilombola;
- Definição de objetivos, metas, fases e resultados esperados do estudo específico do componente quilombola;
- Cronograma de trabalho, correlacionando as atividades com objetivos, metas, fases e prazo de início e término do estudo;
- Relação dos produtos a serem enviados para análise da FCP.

II - DIAGNÓSTICO GERAL, CONTENDO DADOS E INFORMAÇÕES REFERENTES A:

- Relação das comunidades quilombolas inseridas nas áreas consideradas no Anexo I por meio de levantamento de dados secundários oriundos dos registros da Fundação Cultural Palmares (FCP) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);
- Localização das comunidades quilombolas em relação ao empreendimento a partir dos critérios de distâncias definidas no Anexo I com a elaboração de mapas contendo as coordenadas geográficas das comunidades quilombolas;
- Estudo específico referente ao território quilombola afetado com informações gerais sobre as comunidades quilombolas, tais como: denominação, localização e formas de acesso, aspectos demográficos, sociais e de infraestrutura;
- Situação fundiária e suas demandas, bem como a identificação de vulnerabilidades na área de educação, saúde e habitação;
- Mapeamento de eventuais atividades ou empreendimentos já instalados no interior ou no entorno do território quilombola considerando as distâncias do Anexo I;
- Caracterização da ocupação atual indicando as terras utilizadas para moradia, atividade econômica, caminho e percurso, uso dos recursos naturais, práticas produtivas; informações sobre os bens materiais e imateriais, cultos religiosos e festividades, espaços de sociabilidade destinados às manifestações culturais, atividades de caráter social, político e econômico.
- Indicação, caso haja, dos sítios arqueológicos que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos, assim como de outros sítios considerados relevantes pelo grupo;

III - CONTROLE, MITIGAÇÃO E POTENCIALIZAÇÃO DE IMPACTOS:

- A identificação dos impactos diretos e indiretos associados à implantação e operação da atividade ou empreendimento, bem como a apresentação de propostas de controle, mitigação e potencialização desses impactos sobre as comunidades quilombolas, contendo informações sobre:
 - A identificação da presença e fluxo de pessoas estranhas à comunidade, bem como os possíveis conflitos oriundos da nova dinâmica a ser estabelecida pela atividade ou empreendimento;
 - A identificação de prejuízos relativos à produção econômica da comunidade;
 - A identificação e descrição dos riscos provenientes da implantação da atividade ou empreendimento, - A identificação da interferência da atividade ou empreendimento nas manifestações culturais da comunidade;
 - A identificação de impactos sobre bens e serviços públicos oferecidos às comunidades;
 - A identificação de impactos sobre os meios físico e biótico relacionados à reprodução física, social e econômica das comunidades quilombolas;
 - A perda de parte ou totalidade do território quilombola;
 - Existência de possíveis conflitos com as comunidades quilombolas envolvendo processos de expropriação de terras, áreas sobrepostas e conflitos de interesses, bem como a atual situação territorial do grupo;
 - Outras informações relacionadas à atividade ou empreendimento que possam impactar o território quilombola.

ORIENTAÇÕES GERAIS

Antes do início do estudo específico do componente quilombola é recomendado a realização de reunião técnica entre o(s) responsável(is) técnico do empreendimento e o DPA, tendo em vista esclarecimento de informações sobre o TR quilombola, orientação à realização dos estudos, metodologia a ser aplicada, equipe envolvida e construção de diálogo entre a equipe técnica do empreendimento e as comunidades quilombolas afetadas.

A manifestação conclusiva da FCP sobre o estudo específico do componente quilombola será precedida de reuniões informativas com as comunidades quilombolas direta e indiretamente afetadas, com vistas a manifestação das comunidades sobre o empreendimento e as medidas de controle e mitigação de impactos.

O empreendedor deve entregar, com antecedência de 15

(dias) da primeira reunião informativa, no mínimo 50 (cinquenta) cópias do estudo específico do componente quilombola para cada comunidade direta e indiretamente afetada. Também é responsabilidade do empreendedor garantir todas as condições técnica, logística e operacional para a

realização da consulta. A FCP fica responsável pelo convite, divulgação e coordenação da consulta pública.

O Projeto Básico Ambiental - PBA deverá ser elaborado com a participação das comunidades quilombolas afetadas. O PBA deve conter as medidas de controle e mitigação de impactos ambientais identificados em virtude da construção e operação de atividade ou empreendimento, sob a forma de programas, a partir dos impactos diagnosticados, classificados por meio de componente ambiental afetado e caráter preventivo ou corretivo, bem como sua eficácia.

Deverá conter também, cronograma e detalhamento das ações e atividades, metas e prazos a serem cumpridos. O INCRA deverá ser comunicado sobre as tratativas relacionadas à questão fundiária das comunidades quilombolas nos termos do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

ANEXO II - D

TERMO DE REFERÊNCIA ESPECÍFICO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL-IPHAN COMPONENTE: BENS CULTURAIS ACAUTELADOS

1. INTRODUÇÃO

Ao desenvolver os estudos necessários ao Licenciamento Ambiental, deverão ser contemplados os aspectos relacionados à avaliação de impacto e proteção dos bens culturais acautelados em âmbito Federal, concomitantemente aos demais estudos exigidos.

O presente Termo de Referência Específico (TRE) fixa os requisitos mínimos e os aspectos indispensáveis relacionados à avaliação dos impactos sobre os bens culturais acautelados em âmbito federal, a partir da identificação e caracterização dos referidos bens em áreas de influência direta da atividade ou do empreendimento, visando à proposição, no que couber, de medidas de controle, mitigação e compensação dos danos causados a esses bens.

Os bens culturais acautelados em âmbito federal, de natureza imaterial ou material, subdividem-se em quatro categorias:

- I - bens imateriais registrados nos termos do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000;
- II - bens materiais tombados nos termos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937;
- III - bens materiais protegidos nos termos da Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961; e
- IV - bens materiais valorados nos termos da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007.

2. DO CONTEÚDO DOS ESTUDOS RELATIVOS À AVALIAÇÃO DOS BENS CULTURAIS ACAUTELADOS.

Os estudos serão apresentados sob a forma de dois Relatórios, a saber:

I - Para avaliação de impacto aos bens culturais tombados, valorados e registrados: a. Relatório de Avaliação de Impacto aos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados.

II - Para avaliação de impacto aos bens arqueológicos, conforme classificação do empreendimento estabelecida pelo IPHAN, a saber:

- a. Relatório de Acompanhamento Arqueológico, ou;
- b. Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico; ou c. Relatório de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico.

I - a. Relatório de Avaliação de Impacto aos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados

O relatório deverá conter:

- I - localização e delimitação georreferenciada dos bens culturais materiais;
- II - caracterização e avaliação da situação do patrimônio material existente;
- III - localização georreferenciada dos bens culturais imateriais acautelados e comunidades a eles associadas;
- IV - caracterização, contextualização e avaliação da situação do patrimônio imaterial acautelado, assim como dos bens culturais a ele associados;
- V - avaliação das ameaças ou impactos sobre o patrimônio material e imaterial acautelado;
- VI - proposição de medidas para a preservação e salvaguarda do patrimônio material e imaterial acautelado;
- VII - proposição de medidas para controlar e mitigar os impactos provocados pelo empreendimento; e
- VIII. proposição de Projeto Integrado de Educação Patrimonial.

II - a. O Relatório de Acompanhamento Arqueológico deverá, necessariamente, ser precedido pela execução do Acompanhamento Arqueológico que, para ser aprovado pelo IPHAN, deverá ser precedido pela submissão dos seguintes documentos:

- I - Termo de Compromisso do Empreendedor - TCE, conforme modelo do IPHAN;
- II - Termo de Compromisso do Arqueólogo Coordenador - TCA, conforme modelo do IPHAN;
- III - currículo do Arqueólogo Coordenador, do Arqueólogo Coordenador de Campo, se houver, e da equipe tecnicamente habilitada, a ser avaliado conforme ato específico do IPHAN;
- IV - cronograma detalhado de execução de obras que impliquem em revolvimento de solo;
- V - metodologia para realização do Acompanhamento Arqueológico compatível com o inciso IV; e
- VI - cronograma de apresentação de Relatórios Parciais e Final do Acompanhamento Arqueológico.

No caso de aprovação, o IPHAN publicará Portaria nº Diário Oficial da União autorizando o Arqueólogo Coordenador a executar, em campo, o Acompanhamento Arqueológico.

O Relatório de Acompanhamento Arqueológico deverá conter:

- I - descrição detalhada das atividades realizadas; e
- II. documentação fotográfica georreferenciada comprobatória dos trabalhos realizados em campo.

II - b. O Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico deverá, necessariamente, ser precedido pelo Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico, que deverá conter:

I - contextualização arqueológica e etnohistórica da AID do empreendimento, por meio de levantamento de dados secundários, a partir de consulta à bibliografia especializada;

II - proposição de metodologia de pesquisa para caracterização arqueológica da Área Diretamente Afetada - ADA, prevendo levantamento de dados primários em campo com base em levantamento prospectivo intensivo de sub-superfície;

III - proposição das atividades de análise e conservação dos bens arqueológicos visando registrar, classificar e conservar o material arqueológico oriundo da execução do Projeto;

IV - indicação de Instituição de Guarda e Pesquisa para a guarda e conservação do material arqueológico;

V - currículo do Arqueólogo Coordenador, do Arqueólogo Coordenador de Campo, se houver, e da equipe tecnicamente habilitada;

VI - proposição de estratégias de esclarecimento e divulgação dos bens culturais acautelados das atividades a serem realizadas no local, destinadas à comunidade local e ao público envolvido; e VII. proposta preliminar das atividades relativas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão.

No caso de aprovação do projeto, o IPHAN publicará Portaria nº Diário Oficial da União autorizando o Arqueólogo Coordenador a executar, em campo, o Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico.

O Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico deverá conter:

I - caracterização e avaliação do grau de conservação do patrimônio arqueológico da AID;

II - justificativa técnico-científica para a escolha das áreas onde foi realizado o levantamento arqueológico baseado em dados primários em campo;

III - descrição das atividades realizadas durante o levantamento arqueológico;

IV - quantificação, localização e delimitação georreferenciadas e caracterização dos sítios existentes na ADA;

V - apresentação da análise do material arqueológico proveniente da pesquisa;

VI - inventário dos bens arqueológicos;

VII - relato das atividades ligadas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão, bem como a apresentação do cronograma das ações futuras.

VIII - ficha de registro dos sítios arqueológicos identificados, conforme modelo disponível no sítio eletrônico do IPHAN;

IX - relato das atividades de esclarecimento desenvolvidas com a comunidade local;

X - avaliação dos impactos diretos e indiretos do empreendimento no patrimônio arqueológico na ADA;

XI - recomendação das ações necessárias à proteção, a preservação in situ, resgate e/ou mitigação dos impactos ao patrimônio arqueológico que deverão ser observadas na próxima etapa do Licenciamento; e

XII - assinatura do Arqueólogo Coordenador, responsabilizando-se pelo conteúdo do Relatório.

II - c. O Relatório de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico deverá, necessariamente, ser precedido pelo Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico, que deverá conter:

I - contextualização arqueológica e etnohistórica da AID do empreendimento, por meio de levantamento de dados secundários, a partir de consulta à bibliografia especializada;

II - proposição de metodologia de pesquisa para caracterização arqueológica da Área Diretamente Afetada - ADA, prevendo vistoria em campo com caminhamento na ADA;

III - mapas contendo a previsão do traçado/localização do empreendimento; e

IV - currículo do Arqueólogo Coordenador, do Arqueólogo Coordenador de Campo, se houver, e da equipe tecnicamente habilitada.

No caso de aprovação do projeto, o IPHAN publicará Portaria nº DOU autorizando o Arqueólogo Coordenador a executar, em campo, o Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico.

O Relatório de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico deverá conter:

I - descrição de vistoria realizada em campo com caminhamento na ADA, acompanhada documentação fotográfica georreferenciada comprobatória dos trabalhos realizados em campo pela equipe autorizada;

II - identificação dos compartimentos ambientais existentes na ADA com maior potencial arqueológico, a partir da vistoria descrita no inciso I, do cruzamento de dados do processo histórico de ocupação, com a incidência de sítios cadastrados, indicadores geomorfológicos e demais modelos preditivos de avaliação, de forma a justificar claramente os locais onde deverão ser realizadas as prospecções; e

III - avaliação do potencial arqueológico na ADA do empreendimento, acompanhado de recomendações para a elaboração do projeto executivo do empreendimento, inclusive recomendação de preservação in situ, quando couber, minimizando possíveis impactos ao patrimônio arqueológico.

3. DA MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO IPHAN AO ÓRGÃO AMBIENTAL RELATIVA AOS IMPACTOS AOS BENS CULTURAIS ACAUTELADOS

A manifestação conclusiva do IPHAN ao órgão responsável pela condução do processo de Licenciamento Ambiental consistirá, obrigatoriamente, em Parecer resultante da consolidação da análise de dois Relatórios, a saber:

I - Para avaliação de impacto aos bens culturais tombados, valorados e registrados:

a) Relatório de Avaliação de Impacto aos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados.

II - Para avaliação de impacto aos bens arqueológicos, conforme classificação do empreendimento estabelecida pelo IPHAN, a saber:

a) Relatório de Acompanhamento Arqueológico, ou;

b) Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico; ou

c) Relatório de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico.

Este Parecer indicará a necessidade de execução de medidas de proteção dos bens culturais da Área de Influência Direta (AID), envolvendo controle e mitigação de impacto, resgate arqueológico e demais medidas de salvaguarda dele decorrentes, executados sob a forma de Programas de Gestão, a saber:

I - Programa de Gestão dos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados; e

II - Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico

3.1. Do conteúdo dos programas de gestão Os Programas de Gestão integrarão o Plano Básico Ambiental (PBA), ou documento equivalente, aprovado pelo órgão licenciador.

Estes Programas deverão levar em consideração o caráter preventivo ou corretivo das ações, bem como sua eficácia e conterão detalhamento das ações e atividades, indicação dos Responsáveis Técnicos, metas, cronograma de execução e prazos a serem cumpridos.

O Programa de Gestão dos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados abrange os bens culturais tombados, valorados e registrados e deverá contemplar, especificamente:

I - descrição circunstanciada das ações que serão realizadas com vistas a garantir a preservação e salvaguarda dos bens culturais tombados, valorados e registrados impactados pelo empreendimento;

II - descrição circunstanciada das medidas mitigadoras, compensatórias e de controle que serão implementadas; e

III - descrição circunstanciada das ações que serão realizadas com vistas ao atendimento da proposta aprovada pelo IPHAN com relação ao Projeto Integrado de Educação Patrimonial.

3.2. Da gestão dos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados A implementação do Programa Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados resultará no Relatório dos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados, que deverá conter:

I - descrição circunstanciada das ações realizadas com vistas a garantir a preservação e salvaguarda dos bens culturais tombados, valorados e registrados impactados pelo empreendimento;

II - descrição circunstanciada das medidas mitigadoras, compensatórias e de controle implementadas; e

III - descrição circunstanciada das ações realizadas com vistas ao atendimento da proposta aprovada pelo IPHAN com relação ao Projeto Integrado de Educação Patrimonial.

3.3. Da gestão do Patrimônio Arqueológico Nos casos de empreendimentos classificados pelo IPHAN como de Nível I e II, durante sua implantação, quando constatada a ocorrência de achados arqueológicos, e mediante impossibilidade de preservação in situ do patrimônio arqueológico, o IPHAN exigirá o Projeto de Salvamento Arqueológico, que deverá conter:

I - Indicação e caracterização georreferenciada do(s) sítio(s) impactado(s);

II - Plano de trabalho que contenha:

a) definição de objetivos;

b) conceituação e metodologia de análise, interpretação e conservação dos bens arqueológicos;

c) sequência das operações a serem realizadas durante a pesquisa;

d) cronograma para a realização do salvamento; e

e) proposta preliminar das atividades relativas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão.

III - Indicação de Instituições de Guarda e Pesquisa para a guarda e conservação do material arqueológico.

O Relatório de Salvamento Arqueológico deverá conter:

I - Relatório técnico-científico contendo:

a) descrição circunstanciada das operações realizadas;

b) resultados da análise e interpretação dos bens arqueológicos resgatados;

c) resultados da avaliação do estado de conservação dos materiais e sítios arqueológicos; e

d) inventário dos bens arqueológicos relativos ao salvamento;

II - documento comprobatório de recebimento do acervo acompanhado dos respectivos relatórios, emitido pela Instituição de Guarda e Pesquisa, do qual conste a discriminação detalhada do material sob sua tutela.

Nos casos de empreendimentos classificados pelo IPHAN como de Nível III e IV, durante sua implantação, o IPHAN exigirá o Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico, que deverá conter:

I - Projeto de Salvamento Arqueológico na ADA, a ser realizado nos sítios arqueológicos que serão impactados pelo empreendimento, com base no Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico;

II - Projeto de Monitoramento Arqueológico na ADA, a ser realizado nos locais onde não foram encontrados sítios arqueológicos;

III - metodologia de análise, interpretação e conservação dos bens arqueológicos

IV - indicação de Instituições de Guarda e Pesquisa para a guarda e conservação do material arqueológico; e

V - proposta preliminar das atividades relativas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão; e

VI - Projeto Integrado de Educação Patrimonial;

A implementação do Programa de Gestão do Patrimônio Cultural Arqueológico resultará no Relatório de Gestão do Patrimônio Cultural Arqueológico, que deverá conter:

I - Relatório de Salvamento;

II - Relatório técnico-científico contendo os resultados:

- a) do monitoramento arqueológico realizado na ADA;
- b) da análise e interpretação dos bens arqueológicos encontrados;
- c) da avaliação do estado de conservação dos materiais e sítios arqueológicos; e
- d) do inventário dos bens arqueológicos relativos ao Programa;

III - documento comprobatório de recebimento do acervo acompanhado dos respectivos relatórios, emitido pela Instituição de Guarda e Pesquisa, do qual conste a discriminação detalhada do material sob sua tutela;

IV - relato das atividades ligadas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão, bem como a apresentação do cronograma das ações futuras; e

V - Relatório Integrado de Educação Patrimonial.

4. DO CONTEÚDO DOS PROJETOS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Os projetos de Educação Patrimonial têm por objetivo promover a reflexão sobre os significados dos bens culturais e assegurar a participação de distintos grupos sociais.

Deverão ser estruturados e organizados proporcionalmente ao impacto da atividade ou empreendimento e conterão:

I - definição do público alvo;

II - objetivos;

III - justificativa;

IV - metodologia;

V - descrição da equipe multidisciplinar responsável;

VI - cronograma de execução; e

VII - mecanismos de avaliação.

Em processos de Licenciamento Ambiental, atividades pontuais, como palestras e ações de caráter exclusivamente promocional, bem como estratégias de esclarecimento e divulgação não caracterizam Projetos de Educação Patrimonial.

Anexo 2.2.4.7-5- Oficio 119_2017_DPA_FCP

Ofício N.º 119 /2017-DPA-FCP

Brasília, 09 de 06 de 2017

A Sua Senhoria o Senhor

Joseph Zwecker Junior

Diretor

Equatorial Energia S.A.

SHS QD 06, Conj. A, Bloco C, Salas 701 a 708, Brasil 21

Brasília – DF

CEP: 70322-915

Assunto: Resposta à Carta 2017/EQTL-T/022 – Encaminhamento de Documentação de Consulta -
Linha de Transmissão 500KV Igaporã – Presidente Juscelino

Referência: 01420.001936/2017-26

Senhor Diretor,

1. Visando atender as solicitações expressas na Carta epigrafada, quanto à confirmação da existência de outras comunidades remanescentes de quilombos devido à inclusão de mais três municípios que serão interceptados pela Linha de Transmissão 500KV Igaporã – Presidente Juscelino.
2. Confirmamos as informações prestadas pela Equatorial, que as comunidades presentes nos municípios são somente as três encontradas no município de Diamantina, localizado no Estado de Minas Gerais. Ressaltamos, pois, que as CRQ's identificadas possuem processos abertos no INCRA, conforme quadro abaixo:

MUNICÍPIO	COMUNIDADE	NÚMERO DO PROCESSO NA FCP	NÚMERO DO PROCESSO NO INCRA
DIAMANTINA	MATA DOS CRIoulos	01420.001102/2010-44	54170.004347/2011-60
DIAMANTINA	QUARTEL DO INDAIÁ	01420.001228/2010-19	54170.004355/2011-14
DIAMANTINA	VARGEM DO INHAÍ	01420.011570/2013-70	54170.000337/2012-36

3. Portanto, reiteramos a informação de que ficou acordado em reunião realizada no dia 1º de fevereiro do ano corrente entre representantes da Equatorial Energia, Ecology Brasil e deste DPA/FCP, que para as comunidades com RTID será considerado o raio previsto pela Portaria Interministerial nº 60/2015, que é de 5 km. Porém, para as comunidades que ainda não possuem RTID e que são certificadas pela FCP, será considerado o raio de 2,5km a partir do eixo das linhas, mantendo-se todo o restante do rito processual disposto pela referida portaria.

Atenciosamente,


Carolina Conceição Nascimento

Diretora

Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

ÍNDICE

2.4.4.8 -	Patrimônio Histórico, Cultural, Paisagístico e Arqueológico.....	1/13
2.4.4.8.1 -	Manifestações Culturais e Bens Imateriais.....	1/13
2.4.4.8.2 -	Áreas de valor histórico, cultural e paisagístico.....	1/13
2.4.4.8.3 -	Instituições públicas e privadas, locais e regionais, envolvidas com o patrimônio histórico-cultural.....	9/13
2.4.4.8.4 -	Patrimônio Arqueológico.....	12/13
2.4.4.8.5 -	Considerações Finais.....	13/13

ANEXOS

Anexo 2.2.4.8-1	Ofício 330 - 2017_IPHAN
Anexo 2.2.4.8-2	Ofício 564 - 2017_IPHAN
Anexo 2.2.4.8-3	Carta_IJP-MA-CA-206

Legendas

Figura 2.4.4.8-1 - Igreja Matriz de Senhora da Glória (Santo Hipólito, MG).....	3/13
Figura 2.4.4.8-2 - Placa de Senhora da Glória (Santo Hipólito, MG).....	3/13
Figura 2.4.4.8-3 - Casas tombadas no Povoado Curimataí, Buenópolis (MG).....	4/13
Figura 2.4.4.8-4 - Igreja Matriz de Buenópolis, na praça central da cidade (MG).....	5/13
Figura 2.4.4.8-5 - Rua asfaltada na praça central de Buenópolis, localizada paralelamente à linha do trem (lado direito).....	5/13
Figura 2.4.4.8-6. Sede do Parque Estadual da Serra do Cabral (PESC), em Buenópolis (MG).....	5/13

2.4.4.8 - Patrimônio Histórico, Cultural, Paisagístico e Arqueológico

O presente item apresenta informações acerca de áreas de valor histórico, cultural, paisagístico e arqueológico; manifestações culturais relacionadas ao patrimônio imaterial, bem como sobre as instituições públicas e privadas, locais e regionais, envolvidas com o patrimônio histórico-cultural nos municípios das Áreas de Estudo Regional e Local do empreendimento. Tais informações foram coletadas por meio de entrevistas aplicadas junto a representantes públicos municipais (para a Área de Estudo Regional) e de pesquisa de campo (para a Área de Estudo Local), além de pesquisas complementares realizadas na internet.

2.4.4.8.1 - Manifestações Culturais e Bens Imateriais

A área de estudo do empreendimento apresenta diferentes práticas culturais tradicionais, as quais desempenham papel importante na reprodução social e cultural das localidades, comunidades e cidades, uma vez que passadas por gerações, e mesmo na manutenção de seus modos de vida.

De um modo geral, as festas religiosas em homenagem aos padroeiros dos povoados, distritos e sedes municipais são as mais festejadas pelas localidades em questão, com destaque para as festas de São João e de Nossa Senhora da Aparecida.

Além dessas identificou-se nos trechos 1 e 2 a realização de cavalgadas pela Serra do Cabral e Serra do Espinhaço; a tradicional competição Corrida de Argolinha (jogo introduzido no Brasil pelos portugueses, praticado por jovens e adultos nas zonas rurais da AEL); forró e festas populares, como o forró de Augusto de Lima e o Forró de Vila Alexandre Mascarenhas; Festival do Cobu (bolo de fubá assado na folha da bananeira), na Kobufest, em Gouveia. No município baiano de Pindaí existe a quadrilha de São João e os ensaios costumam acontecer um mês e meio antes da festa junina.

2.4.4.8.2 - Áreas de valor histórico, cultural e paisagístico

Importantes patrimônios de valor histórico, cultural e paisagístico das Áreas de Estudo Regional e Local (AER e AEL) do empreendimento estão relacionados à Estrada de Ferro Central do Brasil, ramal Leopoldina. A ferrovia construída ao longo de décadas era o principal meio de transporte de cargas entre Rio de Janeiro e Minas Gerais. O traçado da Estrada de Ferro Central do Brasil, que posteriormente passou a se chamar Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), e Ferrovia Centro Atlântica (FCA), atravessa as cidades mineiras da AEL de Augusto de Lima, Joaquim Felício, Buenópolis, Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Montes Claros, até chegar a Monte Azul, no estado da Bahia.

Em toda a Área de Estudo Local (AEL) as igrejas e os cemitérios foram os principais patrimônios apontados nas localidades.

Além desses, o Trecho 1 da AEL localiza-se em parte na área da Serra do Cabral, região conhecida por abrigar córregos, rios e cachoeiras, sítios arqueológicos e pinturas rupestres; em parte na Serra do Espinhaço, também conhecida pela beleza das cachoeiras, rios, cânions, lagos e pequenos riachos. Gouveia, Monjolos e Santo Hipólito encontram-se no caminho que os tropeiros percorriam para chegar da Bahia e do Norte de Minas Gerais à Diamantina, hoje conhecida como Estrada Real. Na Estrada Real, os caminhos e construções são patrimônios da história do Brasil.

O município de Presidente Juscelino tem em sua sede as ruínas da Ponte e o Acervo do Cartório, ambos tombados pelo IPHAN. Enquanto que a Fazenda Vila Santana de São Joaquim encontra-se em processo de tombamento. O Sítio Natural Reserva Água Doce, tombado, situado na Fazenda Mendes de Araújo constitui um exemplar do patrimônio natural do município.

O município de Gouveia tem em sua sede a Estação Ferroviária de Barão de Guaicuy, o Muro de Pedra construído pelos escravos no período colonial, a iguaria Cobu e o Livro de Notas do Antigo Cartório. Segundo o prefeito, todos estes patrimônios estão tombados pelo IPHAN, e a prefeitura é a instituição responsável pela conservação dos mesmos. Entre os exemplares do patrimônio natural do município estão o Sítio Arqueológico Maria Gouveia, a Estrada Real, o Circuito dos Diamantes e a Trilha Grandes Sertões Veredas.

No município de Monjolos encontra-se em processo de tombamento pelo IPHAN a Corrida de Argolinhas, a Igreja de Rodeador e a Festa da Nossa Senhora da Conceição. Enquanto que a Antiga Estação Ferroviária já foi tombada. Entre os exemplares do patrimônio natural do município destaca-se Gruta Pau de Ferro.

Dentre os patrimônios tombados pelo IPHAN encontrados no município de Santo Hipólito destacam-se a Ponte, a Estação Ferroviária e a Casa Blanca. Entre os exemplares do patrimônio natural do município destaca-se a Estrada Real. Na Área de Estudo Local, o distrito de Senhora da Glória e a sede municipal serviam de pontos de passagem para Diamantina na rota dos tropeiros, e, atualmente, fazem parte do roteiro turístico, histórico e cultural da Estrada Real. Nas sedes municipais de Monjolos e Santo Hipólito há placas sobre o caminho da Estrada Real e indicações sobre o circuito dos diamantes do qual fazem parte ambas as cidades. No distrito de Senhora da Glória, a Igreja Matriz Senhora da Glória tornou-se patrimônio cultural municipal, em função da tradicional festa da padroeira, culto religioso considerado símbolo da manifestação cultural local.



Figura 2.4.4.8-1 - Igreja Matriz de Senhora da Glória (Santo Hipólito, MG).



Figura 2.4.4.8-2 - Placa de Senhora da Glória (Santo Hipólito, MG).

O município de Augusto de Lima tem em sua sede três construções tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-MG): a antiga Fábrica de Tecidos de Santa Bárbara, a Estação Ferroviária e a Casa do Agente. Não há exemplares de patrimônio natural do município, apenas o projeto para a ampliação da área de reserva legal. Na Área de Estudo Local, Vila Santa Bárbara, também, servia de pontos de passagem para Diamantina na rota dos tropeiros e, atualmente, fazem parte do passeio turístico, histórico e cultural da Estrada Real. O prédio da antiga fábrica de tecelagem Santa Bárbara, tombado pela Secretaria Municipal de Cultura, Lazer, Esporte e Turismo; em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), na figura da Coordenadoria de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais (CPPC), situa-se na Vila de Santa Bárbara. Nas ruínas da fábrica, apelidada pela população local de Coliseu, acontecem eventos culturais anuais, tais como o Festival de Jazz de Santa Bárbara e casamentos particulares.

Na sede do município de Buenópolis há um prédio antigo, o Sobrado Riachão, onde atualmente funciona o Instituto Estadual de Florestas. Entre os exemplares do patrimônio natural do município encontram-se na região entre o Córrego do Buriti, do Cuba e do Capão Grande diversas Lapas – grandes paredes rochosos - que veem marcar uma era da história do homem por intermédio de pinturas rupestres. Na Área de Estudo Local, Curimataí também faz parte da Estrada Real. Nessa localidade há o Curral de Contagem (ou curral de pedras), uma espécie de alfândega aonde era efetuada a-contagem do gado que ia para Diamantina. Várias casas antigas são tombadas pela prefeitura como patrimônio histórico e cultural.



Figura 2.4.4.8-3 - Casas tombadas no Povoado Curimataí, Buenópolis (MG).

A estação de Buenópolis, inaugurada no ano de 1914, por cerca de 30 anos foi o ponto de partida das boiadas do norte mineiro e do sul baiano para a Capital Federal. Vale destacar que a influência da ferrovia na orientação da expansão urbana e na disposição de vias principais, praças, sede de prefeituras e Igrejas é notório:

"Muitos municípios mineiros cresceram no entorno das estradas de ferro. Dos 154 municípios por onde passam linhas férreas em Minas, 25 estão na região do (Rio das) Velhas. A chefe do Setor de Meio Ambiente, Cultura e Turismo de Buenópolis, Irene Rodrigues, comenta que a ferrovia orientou a própria expansão urbana dos municípios. Em sua cidade, a prefeitura, a igreja matriz e o fórum foram construídos na beira dos trilhos"¹.

¹ Trilho do Velhas: o descaminhos das ferrovias na Bacia. Página 14. Extraído de: <<http://150.164.90.128/assets/files/revista/revista-47.pdf>>. Acessado em Julho de 2017.



Figura 2.4.4.8-4 - Igreja Matriz de Buenópolis, na praça central da cidade (MG).



Figura 2.4.4.8-5 - Rua asfaltada na praça central de Buenópolis, localizada paralelamente à linha do trem (lado direito).

O município de Joaquim Felício tem em sua sede o Complexo Urbanístico da Antiga Estação Ferroviária e a Antiga Prefeitura Municipal, ambos tombados pelo IPHAN. Entre os exemplares do patrimônio natural do município destaca-se o Parque Estadual Serra do Cabral, onde há também um conjunto de pinturas rupestres. Na sede do referido Parque há um museu com peças de cerâmica e de pedra lascada e polida, encontradas durante as escavações, além de painéis de pinturas rupestres que ocorrem na Serra do Cabral. Tanto no município de Joaquim Felício quanto em Buenópolis há sítios arqueológicos direcionados à visitação pública (Arqueoturismo).



Figura 2.4.4.8-6. Sede do Parque Estadual da Serra do Cabral (PESC), em Buenópolis (MG).

O município de Bocaiúva tem em sua sede a Antiga Estação de Trem, a Praça José de Alencar e a Antiga Biblioteca, ambos tombados como patrimônio estadual. Enquanto que a Igreja Santa Rita, a Igreja São João Batista da Terra Branca, o Clube Bocaiúva e a Estação Ferroviária do Caminho Brate consistem em patrimônios arquitetônicos tombados pelo poder público municipal. Entre os exemplares do patrimônio natural do município foi destacado o Parque Nacional das Sempre-Vivas.

Em Juramento, segundo os representantes municipais, não há patrimônio histórico, cultural e arqueológico. Entre os exemplares do patrimônio natural do município encontram-se as diversas nascentes localizadas nas Áreas de Proteção Permanente.

O município de Montes Claros tem em sua sede a Praça da Matriz, tombada pelo IPHAN. Entre os exemplares do patrimônio natural destacam-se: a Lapa Encantada, a Gruta do Engenho, o Conjunto Lapa Grande, que corresponde a cerca de 164 sítios arqueológicos catalogados, tendo como principal o Complexo Espeleológico da Lapa Grande, dada a sua importância arqueológica.

Em Francisco Sá, o rio São Domingos e o Parque dos Namorados foram citados como exemplares do patrimônio natural municipal, sendo a prefeitura e a Polícia Florestal as instituições responsáveis pela conservação destes.

O município de Olhos D'água tem em sua sede diversos imóveis históricos. Segundo o chefe de gabinete, estes patrimônios não estão tombados pelo IPHAN.

O município de Guaraciama tem em sua sede a Igreja de São João Batista tombada pelo IPHAN. Dentre os exemplares do patrimônio natural do município o secretário de Meio Ambiente destacou a APA Serra do Bota.

O Rio Verde Grande foi destacado como patrimônio natural municipal de Glaucilândia.

O município de Janaúba tem em sua sede o Centro Cultural Marly Sarney, a Árvore Barriguda, o Espaço Cultural Central do Brasil, a Estação Ferroviária de Janaúba e os trilhos da Rede Ferroviária sobre o rio Gortuba no bairro Gameleira/Nova Esperança. Segundo o vice-prefeito, alguns prédios foram tombados pelo IPHAN, embora não soubessem identificar quais deles. Entre os exemplares do patrimônio natural do município foi mencionado o Balneário Bico da Pedra. De destacada beleza, a Represa Bico do Gortuba é famosa pelos passeios turísticos e pelas praias nas margens, bem próximos da sede municipal de Janaúba.

Em Nova Porteirinha, foi citado pelos entrevistados do poder público municipal somente a Represa do Bico da Pedra (que conta com hotéis) como área de valor histórico, paisagístico, arqueológico ou cultural,

porém, a mesma situa-se somente nos municípios de Porteirinha e Janaúba, apenas tocando a fronteira de Nova Porteirinha.

Em Porteirinha, não foram apontadas, pelos representantes do poder público municipal, qualquer área de valor cultural ou arqueológico no município. As áreas de valor histórico da cidade mencionadas foram: Casa da Memória (Antiga prefeitura); Casa da Dona Palmira, escritora e grande personalidade local; Praça Tiradentes; Escola João Alcântara; Igreja de São Joaquim; Igreja de São José de Gortuba; Casa do Juca Surdo, onde ocorre a festa de São Sebastião; Casa do Zé Pedro, onde ocorre a festa de Nossa Senhora da Saúde, no dia 9 de setembro. Dentre as áreas de valor paisagístico pode ser citada a Cachoeira do Serrado que, atualmente, conta com um programa de preservação em parceria entre o Instituto Florestal (IF) e a prefeitura.

Os representantes do poder público municipal de Pai Pedro mencionaram a estação de trem de Pai Pedro e Pontilhão de 1940, instalado na estrada de ferro em direção à Catuti, como patrimônios históricos. O Quilombo Gortuba é referência cultural não apenas musicalmente graças ao Batuque, mas também devido à sua culinária, ao conhecimento de ervas de seus anciões e as rezas de suas rezadeiras. Quanto ao patrimônio paisagístico os entrevistados citaram a Serra do Mirante e o rio Serra Branca que não apenas oferece água para a agricultura e pecuária local, como também oferece espaços de lazer. Não há áreas de valor arqueológico conhecidas no local.

A Estação de trem e a Igreja de Bom Jesus foram citadas pelos representantes do poder público municipal como patrimônios históricos municipais. Quanto ao patrimônio paisagístico foi mencionado o Balneário de Catuti. Não há áreas de valor arqueológico ou cultural identificadas no município.

Em Mato Verde, a Igreja de Santo Antônio foi o único patrimônio histórico citado pelos representantes do poder público municipal. Em termos de patrimônio Cultural foi mencionada a comunidade da Lavrinha e seus sítios históricos como antigas Fazendas Grandes. Quanto ao patrimônio paisagístico os entrevistados destacaram as Cachoeiras da Maria Rosa, do Boquete, de São João, do Bonito e a Serra Geral com seus paredões.

Os representantes públicos municipais de Monte Azul mencionaram a Prefeitura, Igreja da Matriz e Mercado Municipal como patrimônio histórico. Já em relação a patrimônio paisagístico foram citadas a Cachoeira do Boqueirão, Cachoeira do Riacho Seco e o Balneário de Chuveirinho. Não foram identificadas áreas de valor cultural ou arqueológico no município. Os representantes do poder público municipal não relataram a existência de áreas de valor histórico, cultural, arqueológico ou paisagístico no município.

Em Espinosa, a Prefeitura, Mercado Municipal, Igreja da Matriz e Igreja de Nossa Senhora dos Remédios foram citados pelos representantes do poder público como patrimônio histórico municipal. A Cachoeira da Pedra Branca foi o único patrimônio paisagístico mencionado. Há pinturas rupestres na Comunidade do Espigão, localizada na Serra Grande. Não foram identificadas áreas de valor cultural no município.

Em Urandi, os representantes do poder público municipal afirmaram que há pinturas rupestres no sítio arqueológico do Lajedo da Tapuia, localizado em área particular próximo ao povoado de Riacho do Mel. Em relação ao patrimônio paisagístico municipal, foram citadas a Garganta do Impossível, uma cachoeira em formato de canyon localizada nos limites dos estados da Bahia com Minas e, também, a Reserva Ambiental Municipal, próximo à comunidade de Cabeceiras. Não foi indicada qualquer área de valor cultural.

Em Pindaí, a Igreja Matriz de São João; a Igreja Matriz do distrito de São Sebastião; casarios históricos nos distritos de Guirapá e São Sebastião foram os locais citados como patrimônio histórico municipal. Há pinturas rupestres identificadas no distrito de Guirapá onde a Renova desenvolve trabalho de proteção e manejo como forma de compensação ao município pela instalação de suas usinas eólicas. Não foram mencionadas áreas de valor cultural ou paisagístico no município. Na Área de Estudo Local, chama atenção o valor simbólico do Rio Grande, situado no povoado de Mato Grosso, considerado sagrado por nunca ter secado.

Em Candiba, os representantes do poder público municipal mencionaram como patrimônio Histórico, a Igreja da Matriz de Nossa Senhora das Dores, na sede municipal, e antiga casa-grande no distrito de Santa Rosa. O Quilombo Lagoa dos Anjos com seus artesanatos e danças foi citado como patrimônio cultural municipal. Os entrevistados, também, destacaram como patrimônio paisagístico o Parque Estadual da Serra dos Montes Altos que se espalha por cinco municípios dentre eles Urandi, Guanambi, Pindaí e Candiba.

Em Guanambi, o único Patrimônio Histórico mencionado foi o Memorial Casa de Dona Dedé. Já quanto ao patrimônio cultural os entrevistados destacaram o Mutans, onde situa-se o Quilombo das Queimadas, que se constitui no maior distrito e tentou a independência, não levando o processo a diante. O Parque Estadual Serra dos Montes Altos e diversas cachoeiras espalhadas pelo município com especial para o distrito de Mutans foram citados como patrimônio paisagístico municipal. Há incidências de desenhos rupestres em áreas de serra ao redor da cidade, porém nenhum identificado ou mesmo organizado como ponto de visitação.

Os representantes públicos municipais de Caetité citaram como Patrimônio Histórico a Catedral de Nossa Senhora de Santana de Caetité, Praça do antigo Mercado Municipal, Igreja de São Benedito, Casario histórico da sede municipal, Casa de Cadeia e Câmara, Casa do Barão, distrito de Caldeiras, o primeiro do município. Na região da Moita dos Porcos, área da usina eólica, a Renova Energia encontrou pinturas rupestres e cerâmicas antigas que foram, no início das descobertas, enviadas para museu em Ilhéus devido à falta de local adequado para manutenção em Caetité. Enquanto Patrimônio Cultural foi destacada a Casa de Anísio Teixeira, localizada no centro do município e que funciona como centro cultural, contando com cinema, teatro e auditório, e o distrito de Brejinho das Ametistas, local onde nasceu o cantor Waldick Soriano. Nenhuma área de valor paisagístico foi mencionada pelos entrevistados.

2.4.4.8.3 - Instituições públicas e privadas, locais e regionais, envolvidas com o patrimônio histórico-cultural

A prefeitura foi destacada como a instituição que zela pelo patrimônio no município de Presidente Juscelino. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) atua como órgão responsável pelo Sítio Natural Reserva Água Doce.

Em Gouveia, a prefeitura e o ICMBio atuam como responsáveis pela conservação de seus patrimônios. Em relação aos planos e programas voltados para o patrimônio, está previsto estabelecer novas parcerias para revitalizar os caminhos da exploração do ouro e diamante na região voltada para fins turísticos.

No município de Monjolos o IPHAN atua pelo tombamento da Corrida de Argolinhas, da Igreja de Rodeador e da Festa da Nossa Senhora da Conceição. Em relação a planos e programas voltados para o patrimônio, está prevista a revitalização e a preservação dos caminhos da exploração do ouro e do diamantes (Estrada Real e Circuito dos Diamantes) na região voltada para fins turísticos.

Em Santo Hipólito, está sendo implementado o projeto de reflorestamento das áreas de bacia e a regularização de algumas unidades de conservação ambiental e o fomento do Turismo de Base Comunitária, no entanto, não foi informada quais são as instituições responsáveis.

Em Augusto de Lima, segundo o Secretário de Agricultura, Pecuária, Recursos Hídricos e Meio Ambiente, a prefeitura e o IPHAN são os órgãos responsáveis pela conservação dos patrimônios citados no item anterior.

Em Buenópolis, segundo a representante da Secretaria Municipal Turismo, Cultura, Lazer, Esporte e Meio Ambiente, alguns prédios foram tombados pelo IPHAN, embora não soubesse identificar quais deles. Há, também, diversas festas tradicionais de povoados rurais em processo de tombamento. Em relação aos

planos e programas voltados para o patrimônio, segundo a representante está previsto promover um inventário para valorizar e reconhecer desde festas tradicionais a prédios e monumentos naturais. Atualmente, a prefeitura é a responsável pela conservação do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e paisagístico.

Em Joaquim Felício houve a atuação do IPHAN nos tombamentos do Complexo Urbanístico da Antiga Estação Ferroviária e da Antiga Prefeitura Municipal.

Em Bocaiúva, segundo o representante do Poder Público Municipal, o Conselho do Patrimônio Histórico e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico atuam com ações de preservação e valorização do patrimônio. Em relação aos planos e programas voltados para o patrimônio, está prevista a elaboração de um inventário que visa revitalizar e tomba a Igreja do Senhor do Bonfim, além de alguns casarios antigos localizados na sede municipal.

Em Engenheiro Navarro, segundo os representantes do Poder Público Municipal, no mandato passado estava sendo elaborado um inventário dos patrimônios municipais e o início do processo de tombamento da celebração da Folia de Reis, porém, a gestão atual não deu continuidade a este trabalho.

Por ser um município recente, Glauvilândia não apresenta patrimônio histórico, cultural, arqueológico. Atualmente a EMATER em parceria com a SMMA estão catalogando o patrimônio paisagístico para a elaboração do Plano de Preservação das Nascentes e Matas Ciliares.

O município de Guaraciama tem em sua sede a Igreja de São João Batista tombada pelo IPHAN. A prefeitura e a guarda patrimonial foram citadas como as instituições responsáveis pela preservação patrimonial.

Em Montes Claros, o IPHAN tombou a Praça da Matriz. Em relação aos planos e programas voltados para o patrimônio ambiental e arquitetônico está prevista a elaboração de um inventário e o aumento das ações de fiscalização ambiental nas áreas correspondentes aos sítios arqueológicos.

Em Francisco Sá, segundo os representantes municipais, por ser uma cidade de formação recente, não possui patrimônio histórico, cultural e arqueológico.

Em Janaúba, a prefeitura e a guarda patrimonial foram citadas como as instituições responsáveis pela preservação patrimonial. Em relação aos planos e programas voltados para o patrimônio, a prefeitura municipal está catalogando os diversos patrimônios arquitetônicos e naturais para elaborar um inventário e dar continuidade ao processo de tombamento e revitalização.

Segundo o chefe de gabinete do município de Olhos D'água, foi criado na gestão passada um Conselho Municipal do Patrimônio Público que, atualmente, está mapeando os monumentos e elaborando um inventário destes. Destacou, também, que o município está implementando nesta gestão o ICMS Verde.

O Instituto Federal, junto à Secretaria de Cultura, são as únicas entidades que atuam com os patrimônios de Porteirinha. Não há qualquer plano ou programa previsto para a área patrimonial.

Em Pai Pedro, apenas a Secretaria de Educação e Cultura atua junto aos patrimônios do município. A prefeitura possui a intenção de reformar a estação e o pontilhão, porém, não dispõe de recursos para coloca-las em prática.

Em Catuti, até 2008, o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) era responsável pelos cuidados da estação. A Portaria nº 36/2008 modificou as atribuições do órgão e desde então somente a prefeitura zela pela estrutura histórica. A prefeitura pretende reformar o balneário e a estação da cidade, porém não conta com recursos disponíveis no momento.

Somente o Departamento de Cultura vinculado à Secretaria de Educação atua com os patrimônios do município de Mato Verde. A prefeitura possui um projeto para a implantação de uma Casa da Cultura, o tombamento do Largo da Pimpinha, localizado na Praça Santo Antônio, no centro da cidade. No local é celebrada a festa de natal com grande valor cultural para a cidade e região.

Em Monte Azul somente a secretaria de cultura e educação lida com o patrimônio municipal. Não há planos ou programas a serem implementados nessa área por parte do município.

Em Espinosa, somente a Secretaria de Educação e Cultura trabalha com os patrimônios citados. O principal objetivo da prefeitura é preservar as pinturas rupestres encontradas na comunidade do Espigão, com o fim de transformá-la em atração turística. Para isso busca o seu reconhecimento enquanto trata de melhorar a estrada de acesso ao local.

Em Urandi não há entidades trabalhando com os patrimônios conhecidos, mas a prefeitura tem interesse em transformar a Garganta do Impossível em atração turística, melhorando e sinalizando seu acesso.

Em Pindaí, a Secretaria de Educação e Cultura é a única entidade que trabalha com o patrimônio municipal. Nenhum plano ou programa destinado ao patrimônio foi apontado.

Em Candiba, o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) atua na administração do Parque Estadual da Serra dos Montes Altos. A prefeitura não possui planos ou programas para o patrimônio no município.

Em Guanambi, somente a Secretaria de Educação e Cultura atua na cidade e, atualmente, a prefeitura não possui qualquer plano ou projeto para seus bens patrimoniais.

Em Caetité, há mais ou menos quatro anos a empresa Renova Energia, junto à prefeitura, organizou o Museu do Alto Sertão da Bahia, onde estão pinturas rupestres e cerâmicas antigas encontradas na região da Moita dos Porcos. A empresa também organiza visitas aos locais à áreas aonde ainda há pinturas rupestres nessa região. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) atua junto ao município na preservação de seu patrimônio histórico e junto a este órgão a prefeitura pretende tomba o Centro Histórico da cidade para ter reconhecida sua história arquitetônica.

2.4.4.8.4 - Patrimônio Arqueológico

Em atendimento às exigências da Instrução Normativa IPHAN nº 01/2015 - que estabelece os procedimentos administrativos a serem observados nos processos de licenciamento ambiental – o Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na ADA da Linha de Transmissão de 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino foi realizado em consonância com as informações solicitadas por meio do Ofício nº 330/2017/CNL/PRESI/IPHAN, de 22 de junho de 2017 (**Anexo 2.2.4.8-1**).

Em 16/08/2017, por meio do Ofício nº 564 (**Anexo 2.2.4.8-2**), o IPHAN solicitou complementações e esclarecimentos, as quais foram atendidas pela Equatorial por meio da Carta IJP-MA-CA-206 de 23/08/2017 (**Anexo 2.2.4.8-3**), subsidiando assim a emissão da Portaria IPHAN nº 52 de 08 de setembro de 2017, que autoriza o início das pesquisas de campo.

Os dados consolidados da pesquisa arqueológica realizada através do Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico será descrita no relatório intitulado Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico, será submetido à avaliação do IPHAN, nos termos da legislação vigente, artigos 11 e 12 da Portaria Sphan 07/88 e orientações constantes no TRE Ofício nº 330/2017, processo nº 01450.000609/2017-51.

2.4.4.8.5 - Considerações Finais

A Área de Estudo é rica em patrimônios históricos, culturais e paisagísticos, com destaque para a Serra do Cabral, a Estrada Real e os Parques e monumentos históricos e naturais os mais diversos. Nos povoados da Área de Estudo Local (AEL), ganham destaque as Igrejas e as festividades relacionadas ao calendário católico; além de casas e construções históricas, parte delas tombadas pelo IPHAN. No que diz respeito às instituições que resguardam esses patrimônios, a AEL carece de entidades atuantes, posto que muitos municípios só contam com a prefeitura como órgão responsável por esses bens e alguns não possuem entidade que atue para sua conservação.

Anexo 2.2.4.8-1 - Oficio 330 - 2017_IPHAN

Anexo 2.2.4.8-1 - Oficio 330 - 2017_IPHAN



Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Coordenação Nacional de Licenciamento
Gabinete da Presidência

Ofício nº. 330/2017/CNL/PRESI/IPHAN

Brasília, 22 de junho de 2017.

A Sua Senhoria a Senhora
LARISSA CAROLINA A. DOS SANTOS
Diretora da DILIC/IBAMA
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama
Caixa Postal nº 09566
70.818-900 – Brasília/DF

C/C:

A Sua Senhoria o Senhor
JOSEPH ZWECKER JUNIOR
Equatorial Energia S.A.
SHS – Quadra 06, Conj. A, Bl. C
Salas 701 a 708, Ed. Business Center Tower
70.322-915 – Brasília/DF

Assunto: Emissão de Enquadramento Final – TRE do IPHAN: Linha de Transmissão – LT 500kV Igaporã III – Presidente Juscelino.
Nº Processo CNL-IPHAN. 01450.007369/2017-64
Nº Processo IBAMA. 02001.000609/2017-51

Prezada Diretora,

1. Cumprimentando-a cordialmente, informo que após análise da Ficha de Caracterização de Atividade – FCA com vistas à classificação do empreendimento em epígrafe, bem como a requisição dos estudos de avaliação de impacto em relação aos bens acautelados, nos termos da Portaria Interministerial nº60/2015 e da Instrução Normativa IPHAN nº 001 de 2015, comunicamos que o documento atende as normas legais supracitadas:

2. Neste sentido, deverão ser apresentados os seguintes estudos visando subsidiar a elaboração do **Termo de Referência Específico (TRE)**:

a. Em relação aos **bens Arqueológicos**, protegidos conforme o disposto na Lei nº 3.924/61:

A1. O empreendimento recebeu o enquadramento de **nível IV** em função de sua tipologia (anexo II da IN IPHAN nº01/2015) e caracterização (anexo I da IN IPHAN nº01/2015).

A2. Dessa forma, será necessário a apresentação do **Relatório de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (RAPIPA)** que, por sua vez, será precedido por um **Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAPIPA)**, com as seguintes informações e estudos:

I. PROJETO DE AVALIAÇÃO DE POTENCIAL DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

O Patrimônio Arqueológico é parte integrante do Patrimônio Cultural Brasileiro (Art. 216 da CF/88) e como tal deve ser contemplado pelos estudos e procedimentos preventivos necessários ao licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente danosas ao patrimônio arqueológico brasileiro.

O presente documento estabelece o escopo mínimo a ser tratado na elaboração dos estudos necessários ao licenciamento ambiental do empreendimento no que é afeto ao patrimônio arqueológico.

Na elaboração dos estudos de impacto relativos ao patrimônio arqueológico devem ser considerados os instrumentos legais e normativos vigentes no Brasil e que regem a matéria, principalmente: Arts. 215 e 216 da CF/88, Decreto-Lei n.º 25/37, Lei Federal n.º 3.924/61, Portaria SPHAN n.º 07/88, Instrução Normativa IPHAN n.º 001/15, dentre outros.

Considerando que o empreendimento em tela foi enquadrado como sendo de média e alta interferência sobre as condições vigentes do solo (Nível IV) e cujo traçado e localização precisos somente serão passíveis de definição após a fase de Licença Prévia ou equivalente, listamos abaixo os documentos e as informações necessárias à continuidade do processo de licenciamento ambiental junto a este Instituto:

O Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico deverá conter:

1. Contextualização arqueológica e etno-histórica da AID do empreendimento, por meio de levantamento de dados secundários, a partir de consulta à bibliografia especializada;
2. Proposição de metodologia de pesquisa para caracterização arqueológica da Área Diretamente Afetada - ADA, prevendo vistoria em campo e caminhamento na ADA;
3. Mapas contendo a previsão do traçado e localização do empreendimento;
4. Currículo do arqueólogo coordenador, do arqueólogo coordenador de campo, se houver, e da equipe tecnicamente habilitada;
5. Declaração de participação de TODOS os membros da equipe de pesquisa;

6. Indicação de instituição de guarda e pesquisa para a guarda e conservação do material arqueológico localizada, preferencialmente, na unidade federativa onde a pesquisa será realizada;
7. Delimitação da área abrangida pelo projeto em formato *shapefile*;
8. Definição dos objetivos;
9. Prova de idoneidade financeira do projeto;
10. Cópia dos atos constitutivos ou lei instituidora, se pessoa jurídica;
11. Relação, quando for o caso, dos sítios a serem pesquisados com indicação exata de sua localização;
12. Sequência das operações a serem realizadas no sítio;
13. Cronograma da execução;
14. Proposta preliminar de utilização futura do material produzido para fins científicos, culturais e educacionais;
15. Meios de divulgação das informações científicas obtidas;
16. Mapa imagem em escala compatível.

Além destes supracitados requisitos, recomenda-se que o projeto esteja em consonância cronológica com os demais estudos exigidos pelos órgãos envolvidos no processo de licenciamento ambiental e que, para além do levantamento dos sítios arqueológicos registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), considere também os estudos anteriormente executados na área de influência do empreendimento.

O projeto deve referir-se, ainda, aos sítios arqueológicos já conhecidos localizados na área de influência do empreendimento e que possam, durante a implantação do empreendimento, sofrer impactos. Nesses casos o projeto deverá contemplar medidas mitigadoras e/ou compensatórias adequadas à sua proteção.

Destaca-se também que a autorização do IPHAN para realização de pesquisas arqueológicas em Terras Indígenas, Comunidades Quilombolas ou em áreas especialmente protegidas, não exime o interessado de obter, junto às instituições responsáveis, as respectivas autorizações relativas ao cronograma de execução, bem como a autorização da entrada dos profissionais nas áreas pretendidas.

II. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE POTENCIAL DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

A execução do Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico deverá ser descrita em relatório denominado Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico, a ser submetido à avaliação do IPHAN, contendo os resultados da pesquisa, nos termos do artigo 23 da Instrução Normativa IPHAN n.º 001/15 e arts. 11 e 12 da Portaria Sphan 07/88.



Destaca-se que para a confecção do inventário do acervo deverá ser observado o anexo II da Portaria Iphan 196/2016.

Cumprе destacar ainda que as Fichas de Registro de Sítios Arqueológicos deverão, necessariamente, ser apresentadas em meio físico, assinadas pelo arqueólogo coordenador, e em meio digital, formato ACCESS, com vistas à sua inclusão no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA, após análise e homologação pelo IPHAN.

Em relação às plantas e mapas que compoirão o relatório, estes deverão ser apresentados em meio digital no formato shapefile (shp), com datum SIRGAS2000. As plantas e mapas apresentados em meio físico deverão conter: grade de coordenadas, escalas gráfica e numérica e sistema de coordenadas UTM (Datum SIRGAS2000) contendo a área de influência do empreendimento, o posicionamento e delimitação de sítios localizados e/ou conhecidos e demais informações relevantes para a avaliação do impacto na área.

Caso o empreendimento sofra alterações na área de influência inicialmente apresentada o IPHAN deve-se apresentar documentação com todos os requisitos, já citados acima, necessários a manifestação deste instituto, ou seja, o arqueólogo coordenador deverá indicar quais serão as alternativas locais para o empreendimento, indicando qual o grau de impacto em cada um dos locais sugeridos.

Cumprе destacar que a responsabilidade pela conservação dos bens arqueológicos é do arqueólogo coordenador durante a etapa de campo e da instituição de guarda e pesquisa, após seu recebimento, cabendo ao empreendedor executar as ações relacionadas à conservação dos bens arqueológicos decorrentes do empreendimento, incluindo, quando couber, a conservação de bens arqueológicos in situ, a viabilização de espaço apropriado para guarda ou a melhoria de Instituição de Guarda e Pesquisa para bens móveis, como determina o Art. 51 da IN IPHAN n.º 001/15.

b. Em relação aos **bens Tombados e Valorados** nos termos do Decreto-Lei nº 25/37 e da Lei nº 11.483/07 existentes na área do empreendimento e, conforme previsão constante na Instrução Normativa IPHAN nº 01 de 2015, informamos:

B1. Não há previsão de impacto aos **bens Tombados e Valorados** ou processos abertos para esse fim nos municípios citados na FCA, assim como não foram identificados processos de Chancela da Paisagem Cultural que abrangessem os municípios referenciados na FCA.

c. Em relação aos **bens Registrados (patrimônio imaterial)**, nos termos do Decreto nº 3.551/00 e após consulta ao banco de dados e Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI do IPHAN informamos:

C1. A FCA apresentada indicou a presença de bens Registrados nos estados de Minas Gerais e Bahia, contudo, informou que não há previsão de impacto aos bens culturais dessa natureza.

C2. Na área do empreendimento em questão existe a ocorrência de 02 (dois) **Bens de Natureza Imaterial**: Capoeira (Ofício de Mestres e Roda de Capoeira), bem cultural de abrangência nacional e Congadas de Minas (MG).

C3. Dessa forma, o Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI entende ser necessária a realização de estudo de verificação de impacto nas áreas de influência do empreendimento, considerando a possibilidade de existir impactos nos bens culturais citados no item C2. Reitera-se que, não se verificando impactos aos bens, o empreendedor deverá apontar o porquê da sua não ocorrência.

C4. Dito isto, necessitará ser avaliado os possíveis impactos aos Bens Culturais citados no item C2, por meio do **Relatório de Avaliação de Impacto aos Bens Culturais Registrados – patrimônio imaterial (RAIPI)**, o qual deverá conter:

1. Mapa detalhado com todas as informações geoespaciais relevantes; delimitação da ADA e da AID do empreendimento, indicando a existência de Bens Culturais de Natureza Imaterial registrados e em processo de registro com relação ao mesmo empreendimento;

2. Caracterização sociocultural, histórica e territorial da área de pesquisa, com vistas à contextualização dos Bens Culturais registrados e em processo de registro como Patrimônio Cultural do Brasil;

[**Observação 1:** A metodologia de pesquisa a ser utilizada para elaboração do **RAIPI** deve ser orientada por uma perspectiva etnográfica tendo como referência os discursos dos grupos e dos detentores dos Bens Culturais];

[**Observação 2:** A equipe responsável pela realização do **RAIPI** deverá ser composta, por pelo menos dois (02) profissionais com, no mínimo, graduação universitária em Antropologia, Ciências Sociais, História ou Geografia];

[**Observação 3:** O responsável pela pesquisa deve comprovar pelo menos um (01) ano de experiência na área de Patrimônio Imaterial ou com povos ou comunidades tradicionais];

3. Descrição histórico-cultural dos Bens Culturais registrados e em processo de registro como Patrimônio Cultural do Brasil, enfatizando-se sua constituição como referência para a memória e identidade local;

4. Relacionar, caso pertinente, os Bens Culturais registrados e em processo de registro como Patrimônio Cultural do Brasil com outros Bens Culturais existentes no município, que estejam os mesmos Bens;

5. Caracterização objetiva dos impactos que potencialmente podem ser provocados pelas atividades de instalação e operação do empreendimento sobre cada um dos Bens Culturais de natureza imaterial registrados e em processo de registro relacionados;

6. Nos casos em que forem identificados impactos ao Patrimônio Imaterial deverão ser indicadas ações de salvaguarda, para mitigação destes impactos.

7. Deverão ser relatadas as etapas seguidas pela pesquisa, com a identificação dos interlocutores em campo.

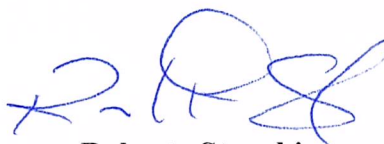
3. Por fim, informamos que somente após a apresentação dos estudos citados, que o IPHAN poderá emitir sua manifestação conclusiva em relação à avaliação de impacto sobre os bens acautelados.

4. Informamos ainda que deverão ser protocoladas 3 vias de projeto e, posteriormente 3 vias de relatório (ambos em meio físico e digital), uma vez que diferentes setores precisarão realizar a análise deste material, assim como as Superintendências do IPHAN dos citados envolvidos.

5. Em tempo, registramos que a emissão deste **Termo de Referência Específico (TRE)** para o empreendimento em tela servirá apenas para a confecção dos estudos em relação ao impacto da implantação que o empreendimento poderá eventualmente causar aos bens culturais. O **TRE** não confere ao empreendedor a emissão de nenhuma licença (LP, LI e LO). As licenças somente poderão ser conferidas a medida em que tivermos o resultado das pesquisas aqui indicadas.

6. Sem mais, informamos que nos encontramos à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,



Roberto Stanchi

Coordenador

Coordenação Técnica Nacional de Licenciamento

Presidência do IPHAN

Anexo 2.2.4.8-2 - Oficio 564 - 2017_IPHAN



Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Coordenação Nacional de Licenciamento
Gabinete da Presidência

Ofício nº. 564/2017/CNL/PRESI/IPHAN

Brasília, 16 de agosto de 2017.

A Sua Senhoria o Senhor
JOSEPH ZWECKER JUNIOR
Equatorial Energia S.A.
SHS – Quadra 06, Conj. A, Bl. C
Salas 701 a 708, Ed. Business Center Tower
70.322-915 – Brasília/DF

Assunto: Emissão de Enquadramento Final – TRE do IPHAN: Pedido de Complementação do Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico – PAPIPA na área do empreendimento Linha de Transmissão – LT 500kV Igaporã III – Presidente Juscelino.
Nº Processo CNL-IPHAN. 01450.007369/2017-64
Nº Processo IBAMA. 02001.000609/2017-51

Prezado Senhor,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informamos que após análise do Projeto em epígrafe, faz-se necessária a apresentação do cronograma de campo dos arqueólogos, Pedro Antônio Carvalho Teixeira e Fábio Origuela de Lira, indicados para a função de arqueólogo, visto que os mesmos possuem projetos com portaria vigente, conforme tabela abaixo:

Processo	Unidade	Projeto	Coordenador	Coordenador 2	Validade	Tipo
01502.003078/2016-63	IPHAN-BA	Programa de Arqueologia Preventiva – Monitoramento Arqueológico do Parque Eólico Boa Vista da Lagoinha	Fabio Origuela de Lira	Pedro Antônio Carvalho Teixeira	06/02/2018	Permissão
01514.004119/2014-38	IPHAN-MG	Programa de Arqueologia Preventiva - Levantamento Prospectivo de Subsuperfície na Linha de Transmissão 500 KV Itabirito II - Vespasiano II	Fabio Origuela de Lira	Pedro Antônio Carvalho Teixeira	03/09/2017	Renovação
01424.000403/2016-14	IPHAN-AP	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da UTE – Solar Oiapoque e Ampliação da Usina Termoelétrica	Fabio Origuela de Lira	Pedro Antônio Carvalho Teixeira	19/06/2018	Autorização IN

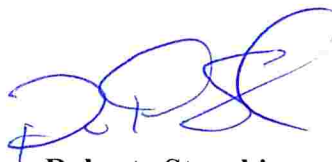
2. Por oportuno, solicitamos que em complementação à proposta apresentada para a delimitação de sítios arqueológicos nesta fase da pesquisa (p.49 do projeto), o projeto preveja o envio de dados sistemáticos dos sítios evidenciados, a saber:

- Ficha de Cadastro de sítio (CNSA) em formato impresso e digital Access (Portaria 241/2008);
- Mapa de delimitação dos sítios (formato *shapefile*) com a especificação dos pontos de poços-teste positivos que nortearam a poligonal dos sítios;
- Registro fotográfico do material arqueológico relevante dos sítios;
- Ficha de cadastro de Bem Móvel, de acordo com o Anexo II da Portaria Iphan 196/2016.

3. Por fim, reiteramos a necessidade do envio, assim que possível, do endosso institucional original do estado da Bahia, para que seja instruído nos autos do processo.

4. Sem mais, informamos que nos encontramos à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,



Roberto Stanchi

Coordenador

Coordenação Técnica Nacional de Licenciamento

Presidência do IPHAN

Anexo 2.2.4.8-3 - Carta_IJP-MA-CA-206

IJP-MA-CA-206
Brasília, 23 de agosto de 2017

Ao

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)
Centro Nacional de Arqueologia (CNA)
SEPS 713/913 Bloco D - Edifício Iphan - 3º Andar
CEP 70390-135 - Brasília/DF

At.: Sr. Roberto Stanchi – Coordenador

Assunto: Resposta ao Ofício nº. 564/2017/CNL/PRESI/IPHAN sobre pedido de Complementação do Projeto de Avaliação de Potencial Impacto ao Patrimônio Arqueológico

Empreendedor: EQUATORIAL ENERGIA S.A. (CNPJ 03.220.438/0002-54)

Referência: Linha de Transmissão 500 kV Igaropã III - Presidente Juscelino

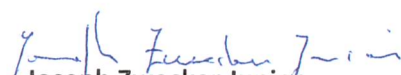
Anexos: 3 vias impressas do Relatório de Complementação ao PAPIPA

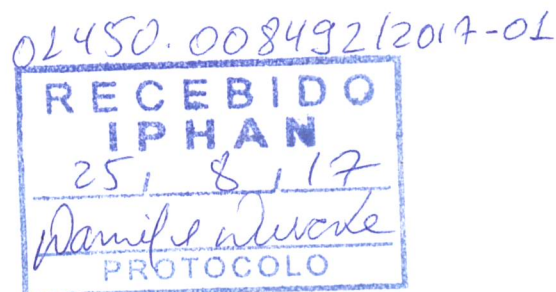
Prezado Sr. Roberto,

Ao cumprimentar V.Sa., a EQUATORIAL ENERGIA S.A., encaminha a este Instituto a resposta ao Ofício nº. 564/2017/CNL/PRESI/IPHAN e Relatório de Complementação do Projeto de Avaliação de Potencial Impacto ao Patrimônio Arqueológico do empreendimento em referência elaborados pelo arqueólogo responsável, o Sr. Fábio Origuela da consultoria Meandros Ambiental.

Sem mais, colocamo-nos à disposição, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


Joseph Zwecker Junior
Procurador



ÍNDICE

2.2.5 -	Unidades de Conservação e Áreas Prioritárias para a Conservação.....	1/25
2.2.5.1 -	Unidades de Conservação.....	1/25
2.2.5.2 -	Metodologia.....	3/25
2.2.5.3 -	Resultados.....	3/25
2.2.5.3.1 -	Unidades de Conservação de Proteção Integral.....	8/25
2.2.5.3.1.1 -	Parque Estadual da Serra do Cabral.....	8/25
2.2.5.3.1.2 -	Parque Estadual da Serra de Montes Altos.....	9/25
2.2.5.3.1.3 -	Parque Estadual Serra Nova.....	10/25
2.2.5.3.1.4 -	Parque Estadual da Lapa Grande.....	10/25
2.2.5.3.1.5 -	Parque Nacional das Sempre-Vivas.....	11/25
2.2.5.3.1.6 -	Parque Estadual do Caminho dos Gerais.....	12/25
2.2.5.3.1.7 -	Refúgio de Vida Silvestre da Serra dos Montes Altos.....	12/25
2.2.5.3.1.8 -	Parque Municipal Guimarães Rosa.....	13/25
2.2.5.3.1.9 -	Parque Dr. Simeão Ribeiro Pires.....	14/25
2.2.5.3.2 -	Unidades de Conservação de Uso Sustentável.....	14/25
2.2.5.3.2.1 -	Área de Proteção Ambiental Serra de Minas.....	14/25
2.2.5.3.2.2 -	Área de Proteção Ambiental do Quebra-Pé.....	15/25
2.2.5.3.2.3 -	Área de Proteção Ambiental do Valo Fundo.....	15/25
2.2.5.3.2.4 -	Área de Proteção Ambiental Serra do Cabral (Buenópolis).....	16/25
2.2.5.3.2.5 -	Área de Proteção Ambiental Serra do Cabral (Joaquim Felício).....	17/25
2.2.5.3.2.6 -	Área de Proteção Ambiental Serra do Cabral (Augusto de Lima).....	18/25
2.2.5.3.2.7 -	Área de Proteção Ambiental Barão e Capivara.....	19/25
2.2.5.3.2.8 -	Área de Proteção Ambiental da Serra Mineira.....	19/25
2.2.5.3.2.9 -	Reserva Particular do Patrimônio Natural Paixãozinha.....	19/25
2.2.5.3.2.10 -	Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda do Arrenegado.....	19/25

2.2.5.3.2.11 -	Reserva Particular do Patrimônio Natural Água Boa (Olhos D'Água).....	20/25
2.2.5.3.2.12 -	Reserva Particular do Patrimônio Natural Nossa Senhora Aparecida.....	20/25
2.2.5.3.3 -	Unidades de Conservação de Uso Sustentável sem Informações Geográficas Suficientes	20/25
2.2.5.3.3.1 -	Área de Proteção Ambiental de Calçadinha.....	20/25
2.2.5.3.3.2 -	Reserva Particular do Patrimônio Natural Área de Proteção do Reservatório de Juramento.....	21/25
2.2.5.3.3.3 -	Reserva Particular do Patrimônio Natural Água Boa (Santo Hipólito).....	21/25
2.2.5.3.3.4 -	Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Serra do Cabral Lazão.....	21/25
2.2.5.3.4 -	Áreas Prioritárias para a Conservação.....	21/25
2.2.5.3.4.1 -	Bioma Caatinga.....	22/25
2.2.5.3.4.2 -	Ca001 Jaíba (BA e MG).....	22/25
2.2.5.3.4.3 -	Ca002 Jacaraci (BA e MG).....	22/25
2.2.5.3.4.4 -	Ca004 Guanambi (BA).....	23/25
2.2.5.3.5 -	Bioma Cerrado.....	23/25
2.2.5.3.5.1 -	Ce106 Alto – Médio São Francisco (MG).....	23/25
2.2.5.3.5.2 -	Ce068 Belo Horizonte – Monjolos (MG).....	23/25
2.2.5.3.6 -	Ce104 Grão Mogol – Francisco Sá (MG).....	24/25
2.2.5.4 -	Considerações Finais.....	24/25

2.2.5 - Unidades de Conservação e Áreas Prioritárias para a Conservação

Este documento tem por objetivo apresentar um diagnóstico das Unidades de Conservação (UCs) e das Áreas Prioritárias para Conservação da área de estudo da LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino, que atravessará os estados de Minas Gerais e Bahia. A LT é formada por circuito duplo que possui, cada um, aproximadamente, 600 km de extensão. A LT encontra-se em processo de licenciamento ambiental no IBAMA/DILIC, sob o Processo nº 02001.000609/2017-51.

2.2.5.1 - Unidades de Conservação

O Artigo 225, Parágrafo 1º, Inciso III, da Constituição Federal determina que é atribuição do Estado a definição de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo “a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção”.

O Inciso III, por sua vez, é regulamentado pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que também define como Unidades de Conservação (UCs) os espaços territoriais e seus recursos ambientais, legalmente instituídos pelo Poder Público, sob regime especial de administração, com objetivos de conservação e limites definidos.

Ainda segundo essa Lei, as UCs dividem-se em 02 (dois) grupos, as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável.

O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais (aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos mesmos), com exceção dos casos previstos na Lei do SNUC. O grupo das UCs de Proteção Integral é composto pelas categorias:

- Estação Ecológica;
- Reserva Biológica;
- Parque Nacional;
- Monumento Natural;
- Refúgio de Vida Silvestre.

As Unidades de Uso Sustentável, por sua vez, têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Define-se como uso sustentável (inciso XI do Artigo 2º da Lei do SNUC) a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.

O grupo das UCs de Uso Sustentável é composto pelas categorias:

- Área de Proteção Ambiental (APA);
- Área de Relevante Interesse Ecológico;
- Floresta Nacional;
- Reserva Extrativista;
- Reserva de Fauna;
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável;
- Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Conforme previsto no Artigo 25 da Lei do SNUC, as unidades de conservação, exceto APA e RPPN, devem possuir uma zona de amortecimento (ZA). O órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento de uma unidade de conservação.

De acordo com o Artigo 2 da Lei do SNUC, zona de amortecimento (ZA) é o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade. A ZA é estabelecida em Plano de Manejo (documento técnico em que se estabelecem as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais de uma Unidade de Conservação).

2.2.5.2 - Metodologia

O levantamento das UCs foi realizado a partir de consultas às bases de dados de sítios eletrônicos dos órgãos gestores competentes, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), para as UCs federais, SEMA (BA), INEMA, CNIP (Centro Nacional de Informações sobre Plantas), IEF (Instituto Estadual de Florestas), para UCs estaduais, e ainda por meio de consultas às prefeituras dos municípios interceptados pelo empreendimento (entrevistas e questionamentos por meio das visitas às sedes municipais, ligações e e-mails) e COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) em busca de informações sobre UCs municipais. Neste estudo foram consideradas todas as UCs cujos limites (da Unidade ou zona de amortecimento) encontram-se situadas a até 10 km do eixo da LT.

Para cada UC foram buscadas as seguintes informações: nome e categoria; Decreto de criação; Plano de Manejo; Localização e limites geográficos da UC e de sua ZA e estas informações foram utilizadas para formação de um banco de dados e para a elaboração de um mapa para análise espacial relacionadas às UCs e a LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino.

O levantamento das informações sobre as Áreas Prioritárias para Conservação foi realizado a partir de consultas às bases de dados de sítios eletrônicos dos órgãos (MMA, 2007). Foram levantados dados sobre: grau de importância e prioridade de conservação; tamanho da área, características relevantes, principais ameaçadas e ações para conservação.

2.2.5.3 - Resultados

O levantamento realizado por este estudo identificou 25 (vinte e cinco) Unidades de Conservação localizadas nos municípios interceptados pela LT. Destas, 09 (nove) são de Proteção Integral e 16 (dezesseis) de Uso Sustentável, sendo que 02 (duas) são interceptadas pela LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino. São consideradas UCs interceptadas pela LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino aquelas cujo eixo da LT se sobrepõe ao polígono que define a UC ou sua ZA. No caso de UCs que não possuam Plano de Manejo (exceto APAs e RPPNs), também são consideradas interceptadas as que distam até 3 km do eixo da LT, conforme definido pela Resolução CONAMA Nº 428, de 17 de dezembro de 2010.

A identificação e a descrição das UCs foram realizadas de acordo com a disponibilidade de informação junto aos órgãos competentes e demais fontes consultadas, conforme exposto no item de metodologia. O detalhamento das UCs contemplou a descrição de cada uma das áreas, analisando a influência do empreendimento sobre essas áreas, sempre que possível, com foco nos objetivos de criação das mesmas.

Dentre as unidades identificadas, para 05 (cinco) os dados cartográficos não estavam disponíveis nas fontes consultadas ou o decreto de criação possuía informações insuficientes para definição dos seus polígonos, sendo 01 (uma) APA, 01 (um) Parque Municipal e 03 (três) RPPNs.

As informações colocadas nos parágrafos anteriores, e outras, são apresentadas no **Quadro 2.2.5-1** A localização das UCs identificadas são apresentadas no mapa **3264-00-EIA-MP-3001 - Mapa de Unidades de Conservação**, no **Caderno de Mapas**, com exceção das 05 supramencionadas cujas informações geográficas são inexistentes ou insuficientes para inserção no mapa.

Quadro 2.2.5-1- Unidades de Conservação (UC) de Proteção Integral e de Uso Sustentável na área de implantação da LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino.

Legenda: RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural; APA – Área de Proteção Ambiental; Proteção: PI – Proteção Integral, US – Uso Sustentável; s/i - Sem Informação.

Unidade de Conservação (UC)	Municípios de Localização	Área (ha)	Administração	Decreto ou Lei de Criação e/ou Alteração (data de publicação)	Bioma	Plano de Manejo	Proteção	Interseção da UC com a LT (km)	Distância entre a UC e a LT (km)
Parque Nacional das Sempre-Vivas	Olhos D'Água, Bocaiúva, Buenópolis e Diamantina (MG)	124154,47,00	Federal (IBAMA)	Decreto S/N, 13/12/2002	Cerrado	Sim	PI	-	6,10
Parque Estadual da Serra dos Montes Altos	Palmas de Monte Alto, Sebastião Laranjeiras, Urandi, Guanambi, Pindaí e Candiba (BA)	18491,13	Estadual (SEMA-BA)	Decreto Estadual Nº 12.486, 29/11/2010	Caatinga	-	PI	-	4,75
Refúgio de Vida Silvestre da Serra dos Montes Altos	Palmas de Monte Alto, Sebastião Laranjeiras, Urandi, Guanambi, Pindaí e Candiba (BA)	27499,53	Estadual (SEMA-BA)	Decreto Nº 12.487, 29/11/2010	Caatinga	-	PI	-	3,17
Parque Estadual da Lapa Grande	Montes Claros (MG)	15360,43	Estadual (IEF)	Decreto Nº 44204, 10/01/2006 (criação); Decreto Nº 46.692, 29/12/2014 (ampliação)	Cerrado	-	PI	-	17,02
Parque Estadual Serra Nova	Mato Verde, Porteirinha, Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas e Serranópolis de Minas (MG)	49892,33	Estadual (IEF)	Decreto SN, 21/10/2003 (criação); Decreto SN, 29/12/2008 (ampliação)	Cerrado	-	PI	-	11,53
Parque Estadual Caminho dos Gerais	Espinosa, Gameleiras, Mamonas e Monte Azul (MG)	56237,37	Estadual (IEF)	Decreto SN, 28/03/2007	Caatinga/Cerrado	-	PI	-	3,33

Coordenador:

Técnico:

Unidade de Conservação (UC)	Municípios de Localização	Área (ha)	Administração	Decreto ou Lei de Criação e/ou Alteração (data de publicação)	Bioma	Plano de Manejo	Proteção	Interseção da UC com a LT (km)	Distância entre a UC e a LT (km)
Parque Estadual da Serra do Cabral	Joaquim Felício e Buenópolis (MG)	22494,17	Estadual (IEF)	Decreto Nº 44.121, 29/09/2005	Cerrado	Sim	PI	-	5,96
APA Serra do Cabral	Buenópolis (MG)	30548,00	Municipal	Lei Nº 10.092, 08/11/1999	Cerrado	-	US	-	8,25
APA Serra do Cabral	Joaquim Felício (MG)	24184,00	Municipal	Lei Nº 984, 03/03/2000	Cerrado	-	US	-	6,28
APA Serra do Cabral	Augusto de Lima (MG)	30052,65	Municipal	Lei Nº 588, 25/04/2000	Cerrado	-	US	-	6,78
APA do Quebra-Pé	Monjolos (MG)	39362,21	Municipal	Lei Nº 628, 22/08/2001	Cerrado	-	US	18,15	-
APA da Serra Mineira	Bocaiúva (MG)	55549,02	Municipal	Lei Nº 2.281, 30/01/01	-	-	US	-	2,74
APA Barão e Capivara	Gouveia (MG)	35880,00	Municipal	Lei Nº 969 11/11/2002	Cerrado	-	US	-	0,89
APA Serra de Minas	Buenópolis (MG)	55808,17	Municipal	Decreto Nº 1099, 29/12/1999	Cerrado	-	US	-	3,11
APA de Caçadina	Bocaiúva (MG)	44,5	Municipal	Lei Nº 2745, 1999	-	-	US	s/i	s/i
APA do Valo Fundo	Santo Hipólito (MG)	17803,00	Municipal	Lei Nº 566 08/04/1998	Cerrado	-	US	14,27	-
Parque Dr. Simeão Ribeiro Pires	Montes Claros (MG)	37,66	Municipal	Lei Nº 3834, 30/11/2007	Cerrado	-	PI	-	16,32
RPPN Paixãozinha	Monjolos (MG)	15,00	Estadual	Portaria IEF Nº 153, 02/08/2010	Cerrado	-	US	-	0,82

Unidade de Conservação (UC)	Municípios de Localização	Área (ha)	Administração	Decreto ou Lei de Criação e/ou Alteração (data de publicação)	Bioma	Plano de Manejo	Proteção	Interseção da UC com a LT (km)	Distância entre a UC e a LT (km)
RPPN Fazenda do Arrenegado	Olhos D'Água (MG)	12443,70	Estadual	Portaria IEF Nº 57, 03/05/2002	Cerrado	-	US	-	15,99
RPPN Água Boa	Olhos D'Água (MG)	1316,06	Municipal	Portaria IEF Nº 247, 26/12/2005	-	-	US	-	39,06
RPPN Água Boa	Santo Hipólito (MG)	129,00	Municipal	Portaria IEF Nº 03, 15/01/1999	-	-	US	s/i	s/i
RPPN Fazenda Serra do Cabral e Lazão	Buenópolis (MG)	720,90	Municipal	Portaria IEF Nº 062, 27/09/1999	-	-	US	s/i	s/i
RPPN Nossa Senhora Aparecida	Engenheiro Navarro (MG)	150,00	Municipal	Portaria IEF Nº 9, 15/01/2004, alterada pela Portaria nº 060 de 22/04/2004	-	-	US	-	13,41
RPPN Área de Proteção do Reservatório de Juramento	Montes Claros (MG)	3108,00	Federal (ICMBio)	Portaria IBAMA Nº 99-N, 13/07/1998	Cerrado	-	US	s/i	s/i
Parque Municipal Guimarães Rosa	Montes Claros (MG)	46,35	Municipal	Lei Municipal Nº 793, 07/08/1989	-	-	PI	s/i	s/i

2.2.5.3.1 - Unidades de Conservação de Proteção Integral

Das 09 (nove) Unidades de Conservação de Proteção Integral localizadas nos municípios por onde passa a LT, 01 (uma) é administrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, 04 (quatro) são administradas pelo Instituto Estadual de Florestas - IEF, 02 (duas) pela Secretaria do Meio Ambiente – SEMA (BA) e 01 (uma) pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Montes Claros (MG). Estas serão apresentadas com maior detalhe nos itens a seguir.

2.2.5.3.1.1 - Parque Estadual da Serra do Cabral

Criado pelo Decreto Nº 44.121, de 29 de setembro de 2005, o Parque Estadual da Serra do Cabral, está inserido nos municípios de Buenópolis e Joaquim Felício, no Estado de Minas Gerais. Possui área de 22.494,17 ha, desta área, 64% encontram-se no município de Buenópolis e 36% no município de Joaquim Felício.

O Parque, inserido na Reserva Biológica da Serra do Espinhaço, foi criado com o objetivo de preservar os ecossistemas naturais da região, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de turismo ecológico e de recreação em contato com a natureza.

O Plano de Manejo compete ao Instituto Estadual de Florestas - IEF, com a colaboração do Poder Executivo dos Municípios abrangidos. Neste plano estão detalhadas as ações prioritárias, sendo mantidas, ao longo do tempo, as grandes linhas e diretrizes que orientam o manejo e permitem o ajuste durante a sua implementação. De acordo com o Plano de Manejo, a área do Parque encontra-se em parte do topo e da vertente oriental da Serra do Cabral, assim como a Zona de Amortecimento, que alcança o sopé da serra em alguns trechos. A região do Parque é caracterizada por múltiplas nascentes, em geral dadas por veredas nos altiplanos serranos. Uma das mais importantes justificativas de se preservar toda a Serra do Cabral é, sem dúvida, a qualidade e a quantidade de água que desce perenemente por suas encostas, para abastecer os afluentes do rio das Velhas. O Parque abriga dez espécies endêmicas de avifauna do Cerrado, além de 29 espécies de médios e grandes mamíferos. Deve ser destacada a ocorrência de algumas espécies bastante ameaçadas de extinção no estado de Minas Gerais, são elas: a onça-pintada (P. onca), o veado campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*), o tatu-canastra (*Priodontes maximus*) e a anta (*T. terrestris*), são espécies classificadas em um dos dois níveis mais elevados de risco de extinção no Estado.

O Parque Estadual da Serra do Cabral está inserido em um Mosaico de Áreas Protegidas do Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral, que abrange cerca de 900 mil hectares, incluindo todo o planalto de Diamantina (MMA, 2010). O mosaico busca integrar a proteção da biodiversidade com o desenvolvimento

responsável, gerando oportunidades de crescimento harmonioso entre o homem e a natureza, além de favorecer de modo especial as pequenas comunidades locais nele inseridas. Contribui ainda para a redução dos conflitos entre moradores e áreas protegidas por meio da valorização da identidade territorial, o que favorece o desenvolvimento de ações e projetos regionais de interesse e auxilia o fortalecimento da relação de pertencimento dos moradores em relação às áreas protegidas (Pinheiro, 2010).

O Mosaico de Unidades de Conservação do Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral, que é coordenado pelo Instituto Biotrópicos em parceria com o Instituto Estadual de Florestas (IEF/MG), com apoio da Conservação Internacional e ICMBio. O Mosaico de UCs é uma ferramenta de gestão integrada, com forma e objetivos previstos pela Lei do SNUC, conforme seu art. 26, “Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.”

A Unidade não será interceptada pela LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino, estando a 5,96 km de distância da LT. A zona de amortecimento da UC, estabelecida no Plano de Manejo, também não será interceptada, distando 5,05 km da LT.

2.2.5.3.1.2 - Parque Estadual da Serra de Montes Altos

Criado pelo Decreto Nº 12.486, de 29 de novembro de 2010, o Parque Estadual da Serra dos Montes Altos, se localiza nos municípios de Palmas de Monte Alto, Sebastião Laranjeiras, Urandi, Guanambi, Pindaí e Candiba, do Estado da Bahia.

Dentre os objetivos do Parque estão: assegurar a conservação da biodiversidade regional, garantindo condições para a existência da fauna de mamíferos, com ênfase no cachorro-vinagre (*Speothos venaticus*) ameaçado de extinção; proteger integralmente e regenerar os ecossistemas da transição entre Caatinga e Cerrado, por abrigarem espécies raras e endêmicas; manter e recuperar mananciais e cursos d'água; e possibilitar o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental e de pesquisa científica.

A Zona de Amortecimento do Parque Estadual da Serra dos Montes Altos tem sua extensão territorial e limites definidos pelo memorial descritivo constante do Anexo Único do Decreto de Criação. Ficam

permitidas, na Zona de Amortecimento do Parque, as atividades minerárias autorizadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e licenciadas pelo órgão ambiental competente, até a data de publicação do Decreto de Criação da UC.

A Administração do Parque Estadual da Serra dos Montes Altos cabe à Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, que deve adotar as medidas necessárias à sua efetiva proteção, implantação e controle.

O Parque Estadual da Serra de Montes Altos não será interceptado pela LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino, distando 4,75 km da LT. O Parque não possui Plano de Manejo, portanto, a zona de amortecimento da UC, definida pelo memorial descritivo do Anexo Único do Decreto de Criação, também não interceptará a LT, com distância de 3,17 km.

2.2.5.3.1.3 - Parque Estadual Serra Nova

Criado a partir do Decreto S/N, de 21 de outubro de 2003, o Parque Estadual Serra Nova está localizado nos municípios de Pardo de Minas, Serranópolis de Minas, Porteirinha, Mato Verde e Riacho dos Machados, no Estado de Minas Gerais.

O Parque possui 49.892,33 ha e a vegetação predominante são os campos rupestres com regiões de grotas, morros e nascentes. Abriga diversas nascentes, entre elas a do Ribeirão São Gonçalo e dos rios Ventania, Suçuarana, Bomba, Ladim e do Córrego da Velha. Em 29 de dezembro de 2008 a área do parque foi ampliada em 38.293,00 hectares. A manutenção do Parque compete ao Instituto Estadual de Florestas – IEF.

A LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino não interceptará o Parque Estadual Serra Nova, distando 11,53 km do mesmo. A zona de amortecimento desta UC, de 3 km, definida pela Resolução CONAMA 428/2010, dista 8,53 km da LT, visto que a Unidade não possui Plano de Manejo.

2.2.5.3.1.4 - Parque Estadual da Lapa Grande

Criado pelo Decreto Nº 44.204, de 10 de janeiro de 2006 o Parque Estadual da Lapa Grande, está situado em Minas Gerais, no município de Montes Claros (MG), e possui área aproximada de 7.000,00 ha (sete mil hectares) destinada à Unidade de Conservação de Proteção Integral. Em 29 de dezembro de 2014, sob o Decreto Nº 46.692, a área do Parque Estadual da Lapa Grande no município de Montes Claros foi ampliada, sem modificação dos seus limites originais, passando a área total do Parque para 15.360,43 ha, inseridos num perímetro de 78.201,90 m.

O Parque objetiva proteger e conservar a flora e fauna locais e o complexo de grutas e abrigos de "Lapa Grande", um dos principais mananciais de água para as comunidades de Montes Claros e dos municípios vizinhos, suas adjacências. Compete ao Instituto Estadual de Florestas - IEF, em conjunto com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, administrar o Parque adotando as medidas necessárias à sua efetiva proteção.

A LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino não interceptará o Parque Estadual da Lapa Grande, distando 17,02 km do mesmo. O Parque não possui Plano de Manejo, sendo assim, a zona de amortecimento desta UC, de 3 km, é definida pela Resolução CONAMA 428/2010 e dista 14,02 km da LT.

2.2.5.3.1.5 - Parque Nacional das Sempre-Vivas

Criado sob o Decreto S/N, de 13 de dezembro de 2002, o Parque Nacional das Sempre-Vivas, localizado nos municípios de Olhos D'Água, Bocaiúva, Buenópolis e Diamantina, no Estado de Minas Gerais, tem como objetivo assegurar a preservação dos recursos naturais e da diversidade biológica, bem como proporcionar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação, de recreação e turismo ecológico no local. O Parque, inserido na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, abrange uma área total de 124.154,47 ha.

Cabe ao IBAMA administrar o Parque Nacional das Sempre-Vivas, adotando as medidas necessárias à sua efetiva proteção e manutenção.

De acordo com o Plano de Manejo da Unidade, o Parque abriga 30% das espécies de anfíbios da Serra do Espinhaço, sendo 7% endêmicas; 24% de todas as aves do estado de Minas Gerais e 40% dos mamíferos de grande porte do Cerrado, como por exemplo, a onça pintada (*Pantera onca*), a suçuarana (*Puma concolor*), a anta (*Tapirus Terrestris*), o tatu-canastra (*Priodontes maximus*), o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) e o mocó (*Kerodon rupestris*). No Parque Nacional das Sempre-Vivas encontra-se a família Eriocaulaceae, plantas monocotiledôneas conhecidas popularmente como sempre-vivas, cujas flores conservam as estruturas, as cores e a textura por longo tempo, mesmo depois de colhidas.

O Parque Nacional das Sempre-Vivas não será interceptado pela LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino, estando a 6,10 km de distância da LT. A zona de amortecimento da UC, estabelecida no Plano de Manejo, também não será interceptada, distando 3,10 km da LT.

2.2.5.3.1.6 - Parque Estadual do Caminho dos Gerais

Criado sob Decreto S/N, de 28 de março de 2007, o Parque Estadual Caminho dos Gerais, localizado nos municípios de Espinosa, Gameleiras, Mamonas e Monte Azul, no Estado de Minas Gerais. O Parque possui a finalidade proteger a fauna e a flora regionais, as nascentes dos rios e córregos da região, e criar condições para o desenvolvimento de pesquisas e estudos de modo a conciliar o uso científico, educativo e recreativo com a preservação integral e perene do patrimônio natural.

A Administração do parque compete ao Instituto Estadual de Florestas (IEF), que deve desenvolver ações de parceria com os municípios, organizações não-governamentais e outras instituições de caráter público ou privado visando o desenvolvimento das atividades previstas.

O Parque Estadual Caminho dos Gerais não possui Plano de Manejo e sua zona de amortecimento corresponde a um buffer de 3 km, de acordo com a Resolução CONAMA 428/2010. A Unidade não será interceptada pela LT, que dista 3,33 km da mesma. Dessa forma, a zona de amortecimento possui distância de 0,33 km da LT.

2.2.5.3.1.7 - Refúgio de Vida Silvestre da Serra dos Montes Altos

Criado pelo Decreto Nº 12.487, de 29 de novembro de 2010, o Refúgio de Vida Silvestre (RVS) da Serra dos Montes Altos abrange os municípios de Palmas de Monte Alto, Sebastião Laranjeiras, Urandi, Guanambi, Pindaí e Candiba, do Estado da Bahia. Possui área total de 27.499,53 ha.

Sua criação teve como objetivo assegurar a conservação da biodiversidade regional, garantindo condições para a existência da fauna de mamíferos, especialmente o cachorro-vinagre, *Speothos venaticus*, ameaçado de extinção; proteger integralmente e regenerar os ecossistemas naturais da transição entre Caatinga e Cerrado, que abrigam espécies raras e endêmicas; manter e recuperar mananciais e cursos d'água; possibilitar o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico, em especial o de base comunitária; além de possibilitar o desenvolvimento de pesquisa científica. O Refúgio de Vida Silvestre da Serra dos Montes Altos também tem por objetivo proporcionar conectividade entre as áreas do Parque Estadual da Serra dos Montes Altos.

No Refúgio de Vida Silvestre da Serra dos Montes Altos serão permitidas as atividades de criação de animais domésticos, a agricultura familiar e outras formas de utilização da terra, bem como dos recursos naturais compatíveis com os objetivos da Unidade. Poderão ter continuidade, nas áreas localizadas na UC, as atividades agropecuárias legalmente autorizadas e/ou consolidadas, consideradas compatíveis com a

finalidade da Unidade, desde que adotadas técnicas que minimizem o uso de agrotóxicos e afins. Não é permitido o manejo do fogo no RVS da Serra dos Montes Altos.

A Zona de Amortecimento do RVS da Serra dos Montes Altos tem sua extensão territorial e limites definidos pelo memorial descritivo constante do Anexo Único do Decreto de Criação.

Ficam permitidas, na Zona de Amortecimento desta UC, as atividades minerárias autorizadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e licenciadas pelo órgão ambiental competente até a data de publicação do Decreto de Criação.

Cabe à Secretaria do Meio Ambiente - SEMA administrar o Refúgio de Vida Silvestre da Serra dos Montes Altos, adotando as medidas necessárias à sua efetiva proteção, implantação e controle.

O Refúgio da Vida Silvestre da Serra dos Montes Altos não será interceptado pela LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino, que ficará a 3,17 km da LT. A Unidade não possui Plano de Manejo, sendo assim, a zona de amortecimento, estabelecida no memorial descritivo do Anexo do Decreto de Criação, dista 0,27 km da LT.

2.2.5.3.1.8 - Parque Municipal Guimarães Rosa

Criado a partir da Lei Municipal N° 793, de 07 de agosto de 1989, o Parque Municipal Guimarães Rosa possui 46,35 ha de área e se localiza no município de Montes Claros (MG).

O Parque não comporta qualquer tipo de ocupação humana, sendo sua finalidade totalmente voltada para a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, sendo admitida, tão somente, a utilização indireta dos seus atributos naturais.

O Parque Municipal Guimarães Rosa não possui representação em escala cartográfica devido à dificuldade de obtenção de informações de Unidades de Conservação de administração municipal, cujos dados não foram disponibilizados ou encontrados pelo município de Montes Claros. O Parque Municipal Guimarães Rosa não possui Plano de Manejo e não possui informações geográficas, visto que não foram obtidas tais informações nas fontes de dados consultadas.

2.2.5.3.1.9 - Parque Dr. Simeão Ribeiro Pires

Criado pela Lei Nº 1.648, de 08 de setembro de 1.987 o Parque da Sapucaia teve o nome alterado para Parque Dr. Simeão Ribeiro Pires através da Lei Nº 3.834, de 30 de novembro de 2007.

Localizado na região Sudoeste da cidade de Montes Claros (MG), o Parque Dr. Simeão Ribeiro Pires está inserido num perímetro com área total de 37,66 ha. Nas áreas do Parque é proibido suprimir total ou parcialmente a vegetação nativa, assim como a exploração e a destruição de seus recursos naturais. Protegendo o solo, as águas, a flora, a fauna e os demais recursos naturais, sendo o Parque administrado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA).

Assim com as demais Unidades de Conservação de Proteção Integral, o Parque Dr. Simeão Ribeiro Pires não será interceptado pela LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino, que ficará a uma distância de 16,32 km da LT. A Unidade não possui Plano de Manejo e sua zona de amortecimento corresponde a um buffer de 3 km, de acordo com a Resolução CONAMA 428/2010, distando 13,32 km de distância da LT.

2.2.5.3.2 - Unidades de Conservação de Uso Sustentável

Das 16 (dezesseis) Unidades de Conservação de Uso Sustentável que foram localizadas próximo ao empreendimento foi possível obter informações geográficas de 12 (doze) destas UCs. Para a APA Calçadinha, RPPN Área de Proteção do Reservatório de Juramento, RPPN Água Boa e RPPN Fazenda Serra do Cabral Lazão, mesmo após exaustivas tentativas, utilizando-se de contatos com pessoas, secretarias e instituições da administração municipal, não foi possível obter informações geográficas destas 4 (quatro) Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

2.2.5.3.2.1 - Área de Proteção Ambiental Serra de Minas

Criada a partir do Decreto Nº 1099, de 29 de dezembro de 1999 a Área de Proteção Ambiental Serra de Minas possui área de 55.808,17 ha e se localiza na cidade de Buenópolis (MG).

A APA está inserida no bioma Cerrado e em áreas de transição e tem por objetivo proteger parte dos recursos hídricos da Bacia do Rio das Velhas. Ficam proibidas na APA atividades que possam poluir os recursos naturais locais, atividade que possam provocar erosão, o exercício de atividades que ameassem espécies raras ou ameaçadas na biota regional.

O Zoneamento Ecológico subdivide a APA em duas áreas: Zona de preservação da Vida Silvestre, com área de 32.994,50 ha e Zona de Uso e Ocupação do Solo, com área de 22.813,67 ha.

A Unidade não será interceptada pela LT e está situada a 3,11 km de distância.

2.2.5.3.2.2 - Área de Proteção Ambiental do Quebra-Pé

Criada pela Lei Nº 628, de 22 de agosto de 2001, a Área de Proteção Ambiental (APA) do Quebra-Pé, situada na porção Sul e Sudoeste do município de Monjolos, possui 39.362,21 ha de área, 60% da área do território municipal.

A APA está inserida no bioma Cerrado e em áreas de transição e tem por objetivo proteger parte dos recursos hídricos da Bacia do Rio das Velhas. Ficam proibidas na APA atividades que possam poluir os recursos naturais locais, atividades que possam provocar erosões no solo ou assoreamento dos recursos hídricos e atividades que ameassem espécies raras ou ameaçadas na biota regional.

A APA do Quebra-Pé é administrada, supervisionada e fiscalizada pelo Poder Público Municipal de Monjolos, em articulação com o Conselho Consultivo estabelecido para a APA.

Essa Unidade será interceptada pela LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino em dois pontos diferentes, sendo os dois próximos às suas bordas, perfazendo uma extensão de 18,15 km

2.2.5.3.2.3 - Área de Proteção Ambiental do Valo Fundo

Criada a partir da Lei Nº 566, de 08 de abril de 1998, a Área de Proteção Ambiental do Valo Fundo possui 17.803 ha de área e está situada na porção Sul do município de Santo Hipólito (MG), abrangendo desta forma 41,12% do município. É administrada e fiscalizada pelo município de Santo Hipólito em articulações com o Conselho Consultivo estabelecido para a APA.

A APA do Valo Fundo tem por objetivo proteger parte dos recursos hídricos existentes no município, integrantes da Bacia do Rio das Velhas, importantes ecossistemas inseridos no bioma Cerrado e em áreas de transição. Ficam proibidas na APA atividades potencialmente poluidoras capazes de afetar os recursos naturais e que possam provocar erosões no solo ou assoreamento dos recursos hídricos, além de atividades que ameçam extinguir espécies raras ou ameaçadas de extinção da biota regional.

A APA do Valo Fundo é conectada à APA do Quebra-Pé, esta ligação, constitui-se num mosaico de áreas protegidas que aumenta a sinergia na conservação da biodiversidade.

A APA do Valo Fundo, assim como a APA do Quebra-Pé, também será interceptada pela LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino em dois pontos, totalizando 14,27 km de extensão.

2.2.5.3.2.4 - Área de Proteção Ambiental Serra do Cabral (Buenópolis)

Criada a partir da Lei Municipal Nº 1.092, de 08 de novembro de 1999, a Área de Proteção Ambiental Serra do Cabral possui 30.548 ha e se localiza no município de Buenópolis.

A APA da Serra do Cabral tem por finalidade melhorar as condições ecológicas e locais, assim como assegurar o bem-estar da população local e propiciar o desenvolvimento sustentável das comunidades locais.

De acordo com o Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Cabral, a Área de Proteção Ambiental da Serra do Cabral está inserida em um Mosaico de Áreas Protegidas do Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral, que abrange cerca de 900 mil hectares, incluindo todo o planalto de Diamantina (MMA, 2010). O mosaico busca integrar a proteção da biodiversidade com o desenvolvimento responsável, gerando oportunidades de crescimento harmonioso entre o homem e a natureza, além de favorecer de modo especial as pequenas comunidades locais nele inseridas. Contribui ainda para a redução dos conflitos entre moradores e áreas protegidas por meio da valorização da identidade territorial, o que favorece o desenvolvimento de ações e projetos regionais de interesse e auxilia o fortalecimento da relação de pertencimento dos moradores em relação às áreas protegidas (Pinheiro, 2010).

O Mosaico de Unidades de Conservação do Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral, que é coordenado pelo Instituto Biotrópicos em parceria com o Instituto Estadual de Florestas (IEF/MG), com apoio da Conservação Internacional e ICMBio. O Mosaico de UCs é uma ferramenta de gestão integrada, com forma e objetivos previstos pela Lei do SNUC, conforme seu art. 26, “Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.”

A Unidade não será interceptada pela LT e está situada a 8,25 km de distância.

2.2.5.3.2.5 - Área de Proteção Ambiental Serra do Cabral (Joaquim Felício)

Criada a partir da Lei Nº 984, de 03 de março de 2000, a APA Serra do Cabral, de administração municipal, se localiza no município de Joaquim Felício (MG) e possui 24.184,00 ha de área.

A APA da Serra do Cabral tem por finalidade melhorar as condições ecológicas e locais, assim como assegurar o bem-estar da população local e propiciar o desenvolvimento sustentável das comunidades locais.

De acordo com o Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Cabral, a Área de Proteção Ambiental da Serra do Cabral está inserida em um Mosaico de Áreas Protegidas do Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral, que abrange cerca de 900 mil hectares, incluindo todo o planalto de Diamantina (MMA, 2010). O mosaico busca integrar a proteção da biodiversidade com o desenvolvimento responsável, gerando oportunidades de crescimento harmonioso entre o homem e a natureza, além de favorecer de modo especial as pequenas comunidades locais nele inseridas. Contribui ainda para a redução dos conflitos entre moradores e áreas protegidas por meio da valorização da identidade territorial, o que favorece o desenvolvimento de ações e projetos regionais de interesse e auxilia o fortalecimento da relação de pertencimento dos moradores em relação às áreas protegidas (Pinheiro, 2010).

O Mosaico de Unidades de Conservação do Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral, que é coordenado pelo Instituto Biotrópicos em parceria com o Instituto Estadual de Florestas (IEF/MG), com apoio da Conservação Internacional e ICMBio. O Mosaico de UCs é uma ferramenta de gestão integrada, com forma e objetivos previstos pela Lei do SNUC, conforme seu art. 26, “Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.”

A Unidade não será interceptada pela LT e está situada a 6,28 km de distância.

2.2.5.3.2.6 - Área de Proteção Ambiental Serra do Cabral (Augusto de Lima)

Criada a partir da Lei N° 588, de 25 de abril de 2000, a APA Serra do Cabral, de administração municipal, se localiza no município de Augusto de Lima (MG) e possui 30.052,65 ha de área.

A APA da Serra do Cabral tem por finalidade melhorar as condições ecológicas e locais, assim como assegurar o bem-estarda população local e propiciar o desenvolvimnto sustentável das comunidades locais.

De acordo com o Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Cabral, a Área de Proteção Ambiental da Serra do Cabral está inserida em um Mosaico de Áreas Protegidas do Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral, que abrange cerca de 900 mil hectares, incluindo todo o planalto de Diamantina (MMA, 2010). O mosaico busca integrar a proteção da biodiversidade com o desenvolvimento responsável, gerando oportunidades de crescimento harmonioso entre o homem e a natureza, além de favorecer de modo especial as pequenas comunidades locais nele inseridas. Contribui ainda para a redução dos conflitos entre moradores e áreas protegidas por meio da valorização da identidade territorial, o que favorece o desenvolvimento de ações e projetos regionais de interesse e auxilia o fortalecimento da relação de pertencimento dos moradores em relação às áreas protegidas (Pinheiro, 2010).

O Mosaico de Unidades de Conservação do Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral, que é coordenado pelo Instituto Biotrópicos em parceria com o Instituto Estadual de Florestas (IEF/MG), com apoio da Conservação Internacional e ICMBio. O Mosaico de UCs é uma ferramenta de gestão integrada, com forma e objetivos previstos pela Lei do SNUC, conforme seu art. 26, “Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional”.

A Unidade não será interceptada pela LT e está situada a 6,78 km de distância.

2.2.5.3.2.7 - Área de Proteção Ambiental Barão e Capivara

A APA Barão e Capivara, criada a partir da Lei Nº 969, de 11 de novembro de 2002, se localiza no município de Gouveia (MG) e possui 35.880 ha de área. Está inserida dentro do bioma Cerrado e possui administração municipal.

A Unidade não será interceptada pela LT e está situada a 0,89 km de distância.

2.2.5.3.2.8 - Área de Proteção Ambiental da Serra Mineira

Criada a partir da Lei Nº 2.281, de 30 de janeiro de 2001, a Área de Proteção Ambiental da Serra Mineira possui 55.549,02 ha de área e se localiza no município de Bocaiúva (MG).

A APA da Serra Mineira, de administração municipal, tem por finalidade propiciar o desenvolvimento sustentável das comunidades ali existentes, conservar e melhorar as condições ecológicas e locais, assegurando, principalmente a riqueza hídrica local.

A Unidade não será interceptada pela LT e está situada a 2,74 km de distância.

2.2.5.3.2.9 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Paixãozinha

Criada pela Portaria IEF nº 153, de 02 de agosto de 2010 a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Paixãozinha, localizada no município de Monjolos, no Estado de Minas Gerais, com área de 15,00 hectares e de propriedade da empresa Gávea Participações e Empreendimentos Ltda.

A Unidade não será interceptada pela LT e está situada a 0,82 km de distância.

2.2.5.3.2.10 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda do Arrenegado

Criada a partir da Portaria IEF Nº 57 de 03 de maio de 2002, a Reserva Particular de Patrimônio Natural Fazenda do Arrenegado possui 12.443,70 ha de área e se localiza no município de Olhos D'Água (MG).

A Unidade não será interceptada pela LT e está situada a 15,99 km de distância.

2.2.5.3.2.11 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Água Boa (Olhos D'Água)

Criada a partir da Portaria IEF N° 247 de 26 de dezembro de 2005, a Reserva Particular de Patrimônio Natural Água Boa possui 1.316,06 ha de área e se localiza no município de Olhos D'Água (MG).

A Unidade não será interceptada pela LT e está situada a 39,06 km de distância.

2.2.5.3.2.12 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Nossa Senhora Aparecida

Criada a partir da Portaria IEF N° 9, de 15 de janeiro de 2004 e alterada pela Portaria nº 060 de 22 de abril de 2004, a Reserva Particular de Patrimônio Nossa Senhora Aparecida, possui área de 150 ha e se localiza no município de Engenheiro Navarro (MG).

A Unidade não será interceptada pela LT e está situada a 13,41 km de distância.

2.2.5.3.3 - Unidades de Conservação de Uso Sustentável sem Informações Geográficas Suficientes

Durante o diagnóstico realizado não foi possível obter as informações geográficas de 04 (quatro) UCs de Uso Sustentável nas fontes de dados consultadas. Foram obtidos os números dos decretos (ou portarias) de criação e os municípios de localização dessas unidades. Adicionalmente, para complementar o levantamento, foi feito contato com representantes de cada município onde as UCs se localizam. Contudo o conteúdo dos decretos, assim como mapas, ou quaisquer informações de localização geográfica das UCs não estavam disponíveis para consulta ou eram insuficientes.

Dessa forma, a seguir é apresentado resumo das informações levantadas sobre essas Unidades de Conservação Municipais de Uso Sustentável, porém vale ressaltar que estas não constam no mapa elaborado, tampouco pode ser realizada análise sobre a localização das UCs e o projeto.

2.2.5.3.3.1 - Área de Proteção Ambiental de Calçadinha

Criada a partir da Lei N° 2.745, de 05 de outubro de 1999, a Área de Proteção Ambiental de Calçadinha possui 44,50 ha de área, se localiza no município de Bocaiúva (MG) e possui supervisão, administração e fiscalização da Prefeitura Municipal de Bocaiúva.

A APA de Calçadinha, além de garantir a conservação do conjunto paisagístico e da cultura regional, tem por objetivo estimular o desenvolvimento com base em prática conservacionista, proteger, preservar e

restaurar ecologicamente a flora endêmica, a continuidade da cobertura vegetal, a vida selvagem, principalmente as espécies mais ameaçadas, as nascentes, as matas ciliares e os solos.

As informações geográficas são insuficientes, pois a definição do polígono da UC, constante no decreto de criação desta APA, é baseada nas propriedades à sua volta.

2.2.5.3.3.2 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Área de Proteção do Reservatório de Juramento

Criada pela Portaria IBAMA N° 99-N, de 13 de julho de 1998, a Reserva Particular do Patrimônio Natural do Juramento sob Processo n° 02015.015259/97-91, com área de 3.108 ha, constituindo-se parte integrante do imóvel denominado Área de Proteção do Reservatório de Juramento no Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, de propriedade da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA.

2.2.5.3.3.3 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Água Boa (Santo Hipólito)

Criada a partir da Portaria IEF N° 03 de 15 de janeiro de 1999, a Reserva Particular de Patrimônio Natural Água Boa possui área de 129,00 ha e se localiza no município de Santo Hipólito (MG).

2.2.5.3.3.4 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Serra do Cabral Lazão

Criada a partir da Portaria IEF N° 62, de 27 de setembro de 1999, a Reserva Particular de Patrimônio Natural Fazenda Serra do Cabral e Lazão, possui 720,90 ha de área e se localiza no município de Buenópolis (MG).

2.2.5.3.4 - Áreas Prioritárias para a Conservação

Além das áreas de proteção legalmente instituídas (como as Áreas de Proteção Permanente - APPs), há a definição de áreas prioritárias para conservação, no âmbito nacional, regional e local, de forma a estabelecer e ordenar futuras novas áreas protegidas.

Neste cenário, a partir da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO), componente executivo do Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO) realizou, entre 1997 e 2001, uma ampla consulta para a definição de Áreas Prioritárias para Conservação na Amazônia, Caatinga, Cerrado e Pantanal, Mata Atlântica, Campos Sulinos e Zonas Costeira e Marinha. As 900 áreas escolhidas foram reconhecidas pelo Decreto Federal n° 5092/2004 e instituídas pela Portaria MMA n° 126/2004. Posteriormente, a Portaria

MMA nº 09/2007, incorporou novos critérios básicos de representatividade, persistência e vulnerabilidade dos ambientes e fez uma atualização das Áreas Prioritárias.

As Áreas Prioritárias são classificadas de acordo com o seu grau de importância para biodiversidade e com a urgência para implementação das ações sugeridas. Os critérios que definem a urgência dessas ações para cada bioma são baseados nas características, ameaças, oportunidades de conservação, uso sustentável e repartição de benefícios considerados mais adequados para cada bioma. Para tanto, utiliza-se a seguinte simbologia para classificação da importância biológica e as urgências das ações: Extremamente Alta; Muito Alta; Alta e; Insuficientemente conhecida.

No âmbito do licenciamento ambiental da LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino, foi realizada identificação das Áreas Prioritárias dos biomas Caatinga e Cerrado, interceptadas pelo eixo do empreendimento. Como resultado, há uma lista de 06 (seis) Áreas Prioritárias, apresentadas no mapa **3264-00-EIA-MP-3002 - Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade**, no **Caderno de Mapas** e descritas a seguir.

2.2.5.3.4.1 - Bioma Caatinga

No Bioma Caatinga, foram identificadas 03 (três) Áreas Prioritárias para Conservação, como detalhado a seguir.

2.2.5.3.4.2 - Ca001 Jaíva (BA e MG)

De importância “Extremamente Alta” e prioridade “Muito Alta”, essa área de 9.194 km² possui espécies ameaçadas de mamíferos, além de áreas com especial importância para manutenção das espécies silvestres na região.

As principais ameaças à conservação são a retirada de madeira para carvão, a exploração de aroeira do sertão e o desmatamento. Entre as ações para conservação, pode-se citar o ordenamento do turismo e manejo do uso das espécies em conjunto com inventários ambientais, educação ambiental e estudos socioantropológicos e do meio físico.

2.2.5.3.4.3 - Ca002 Jacaraci (BA e MG)

De importância “Insuficientemente conhecida” e prioridade “Extremamente Alta”, essa área de 8.561 km² possui área de ecótono com áreas altas e águas termais (Montezuma/MG). Além disso possui alto potencial turístico.

As principais ameaças à conservação são a retirada de madeira e a pecuária. Entre as ações para conservação, pode-se citar a confecção de estudo e pesquisas, a realização de inventários ambientais, recuperação de áreas degradadas, atividades de educação ambiental e estudos socioantropológicos e do meio físico.

2.2.5.3.4.4 - Ca004 Guanambi (BA)

De importância “Insuficientemente Conhecida” e prioridade “Muito Alta”, essa área de 1015 km² possui buritizais, caatingas, nascentes, cerrados e florestas estacionais. Uma das oportunidades da região é o uso extrativo do buriti, desde que realizada de forma controlada e com manejo adequado.

As principais ameaças à sua conservação são a agricultura e as plantações de algodão. Entre as ações para conservação, pode-se citar a realização de estudo e pesquisas a partir de inventários ambientais, fomento de atividades econômicas sustentáveis, educação ambiental, e estudos socioantropológicos e do meio físico.

2.2.5.3.5 - Bioma Cerrado

No Bioma Cerrado, foram identificadas 03 (três) Áreas Prioritárias para Conservação, como detalhado a seguir.

2.2.5.3.5.1 - Ce106 Alto – Médio São Francisco (MG)

De importância “Extremamente Alta” e prioridade “Extremamente Alta”, essa área de 6571 km² possui comunidades ribeirinhas que exploram o rio de forma tradicional.

Entre as ações para conservação, pode-se citar a realização de inventários ambientais, a recuperação de áreas degradadas, fomento às atividades econômicas sustentáveis, fiscalização da área e estudo do meio físico.

2.2.5.3.5.2 - Ce068 Belo Horizonte – Monjolos (MG)

De importância “Extremamente Alta” e prioridade “Extremamente Alta”, essa área de 10.598 km². Possui duas Áreas de Proteção Ambiental (APA) dentro do município de Belo Horizonte existem: APA Capitão Eduardo e Fundação e Benjamin Guimarães, sendo estas áreas a serem destacadas, pois necessitam de ações relacionadas ao uso sustentável.

As principais ameaças à conservação são o turismo desordenado, a ocupação urbana, a mineração, a produção de carvão, o fogo, a expansão agrícola e indústrias cimenteiras. Entre as ações para conservação, pode-se citar o planejamento do turismo espeleológico, a proteção da área criando um mosaico de Unidades de Conservação, a recuperação de áreas degradadas, a fiscalização, educação ambiental e estudo do meio físico e ações socioambientais.

2.2.5.3.6 - Ce104 Grão Mogol – Francisco Sá (MG)

De importância Extremamente Alta e prioridade Extremamente Alta, com área de 9.446 km².

As principais ameaças à conservação são as plantações de eucalipto, a produção de carvão, ocupação humana, caça da fauna local e o fogo. Entre as ações para conservação, pode-se citar o estabelecimento de reservas extrativistas, a recuperação de Áreas de proteção Permanente, a confecção de inventários ambientais, o fomento de atividades econômicas sustentáveis, a educação ambiental, e os estudos socioantropológicos e do meio físico.

2.2.5.4 - Considerações Finais

Os Estados de Minas Gerais e Bahia abrangem, juntos três biomas (Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica) com características heterogêneas entre eles. Esse conjunto de ambientes propicia uma alta diversidade biológica para a região de inserção do empreendimento.

A criação e manutenção de Unidades de Conservação (UC) nesses biomas mostra-se relevante, visto que garante maior preservação e conservação das áreas naturais. As UCs auxiliam na preservação dos remanescentes vegetais e as espécies da fauna em especial as endêmicas e as ameaçadas de extinção, citadas nas descrições de algumas áreas.

Considerando as UCs existentes na área de inserção do empreendimento, percebe-se que houve esforço para que a diretriz preferencial da LT desviasse das áreas protegidas, bem como de suas zonas de amortecimento. Ainda assim, não foi possível o desvio das APAs do Quebra-Pé e do Valo Fundo, as únicas Unidades de Conservação que são interceptadas pelo projeto.

A APA do Quebra-Pé possui extensão total de 393.622,1 km², e será interceptada em dois locais próximos às suas bordas, que juntos somam trecho de 18,15 km previstos para serem interceptados pela Linha. Já a APA do Valo Fundo possui 178.030 km² de área e também será interceptada em dois locais, totalizando 14,27 km de interseção entre a UC e a LT.

É importante mencionar que as APAs são Unidades de Conservação de Uso Sustentável que têm como objetivo principal promover a conservação ambiental em concomitância ao uso direto dos recursos naturais. Desta forma, para estes trechos o traçado executivo precisa ser minuciosamente estudado, buscando a minimização dos impactos sobre os recursos naturais ali existentes.

Dentre as 06 (seis) Áreas Prioritárias para Conservação interceptadas pelo empreendimento, 03 (três) estão localizadas nos domínios do Bioma Caatinga, e 03 (três) no Bioma Cerrado. Em relação à prioridade, 04 (quatro) são “Extremamente Alta” e 02 (duas) “Muito Alta”. Quanto à importância, 04 (quatro) são “Extremamente Alta” e 02 (duas) “Insuficientemente conhecida”.

O Estado da Bahia possui 03 (três) Áreas Prioritárias, todas no Bioma Caatinga (Ca001, Ca002 e Ca004), juntas, ocupam uma área de 18.770 km², uma de prioridade Extremamente Alta e duas Muito Alta. O estado de Minas Gerais possui 05 (cinco) Áreas Prioritárias, sendo duas no Bioma Caatinga e três no Bioma Cerrado.

Além das iniciativas governamentais, diversas outras, como da população local ou do setor privado, baseadas no interesse de uso ou de preservação dos recursos naturais, propiciaram a criação e manutenção das UCs, reforçando a necessidade de que a tomada de decisão seja feita de forma participativa.

Tendo em vista os objetivos de criação das UCs e áreas prioritárias atravessadas pelo empreendimento, estas áreas são locais propícios para aplicação de medidas compensatórias que maximizem a conservação dos atributos ambientais sensíveis presentes na região, tais como reposição florestal de espécies nativas e ações de manutenção e proteção da fauna silvestre local, sendo uma forma de conservação da biodiversidade e de manutenção do bem estar da população do entorno, que dependem dos recursos naturais encontrados nessas áreas.

ÍNDICE

3 -	Análise de Impactos Ambientais.....	1/134
3.1 -	Identificação das Áreas de Influência.....	6/134
3.2 -	Identificação dos Impactos Ambientais.....	7/134
3.2.1 -	Avaliação dos impactos ambientais.....	9/134
3.2.1.1 -	Fase de Planejamento.....	9/134
3.2.1.2 -	Fase de Instalação.....	14/134
3.2.1.3 -	Fase de Operação.....	90/134
3.3 -	Matriz de Impactos.....	98/134
3.4 -	Áreas de Influência do Empreendimento.....	99/134
3.4.1 -	Área Diretamente Afetada (ADA).....	101/134
3.4.2 -	Área de Influência Direta (AID).....	101/134
3.4.3 -	Área de Influência Indireta (AI).....	102/134
3.4.4 -	Síntese Conclusiva dos Impactos Ambientais.....	103/134
3.5 -	Planos, Programas e Projetos.....	109/134
3.5.1 -	Federais.....	109/134
3.5.2 -	Estaduais.....	113/134
3.5.2.1 -	Bahia.....	113/134
3.5.2.2 -	Minas Gerais.....	116/134
3.5.3 -	Municipais.....	120/134
3.5.3.1 -	Caetité (BA).....	120/134
3.5.3.2 -	Guanambi (BA).....	121/134
3.5.3.3 -	Candiba (BA).....	122/134
3.5.3.4 -	Pindaí (BA).....	122/134
3.5.3.5 -	Urandi (BA).....	123/134
3.5.3.6 -	Espinosa (MG).....	123/134
3.5.3.7 -	Mamonas (MG).....	124/134

3.5.3.8 -	Monte Azul (MG).....	125/134
3.5.3.9 -	Catuti (MG)	125/134
3.5.3.10 -	Mato Verde (MG).....	126/134
3.5.3.11 -	Pai Pedro (MG).....	127/134
3.5.3.12 -	Porteirinha (MG)	127/134
3.5.3.13 -	Nova Porteirinha (MG)	128/134
3.5.3.14 -	Capitão Enéas (MG).....	128/134
3.5.3.15 -	Francisco Sá (MG)	129/134
3.5.3.16 -	Juramento (MG).....	129/134
3.5.3.17 -	Montes Claros (MG)	129/134
3.5.3.18 -	Glaucilândia (MG).....	130/134
3.5.3.19 -	Bocaiuva (MG)	130/134
3.5.3.20 -	Olhos-d'água (MG).....	130/134
3.5.3.21 -	Joaquim Felício (MG).....	131/134
3.5.3.22 -	Buenópolis (MG).....	131/134
3.5.3.23 -	Augusto de Lima (MG).....	131/134
3.5.3.24 -	Monjolos (MG).....	132/134
3.5.3.25 -	Santo Hipólito (MG).....	132/134
3.5.3.26 -	Gouveia (MG).....	132/134
3.5.3.27 -	Presidente Juscelino (MG)	133/134
3.5.3.28 -	Engenheiro Navarro (MG).....	133/134
3.5.3.29 -	Guaraciama (MG).....	133/134
3.5.3.30 -	Janaúba (MG).....	134/134

Legendas

Quadro 3-1 - Atributos de classificação dos impactos ambientais.....	3/134
Quadro 3-2 - Atributos e Valores que compõem a Magnitude.....	5/134
Quadro 3-3 - Valoração para Composição da Natureza.....	5/134
Quadro 3-4 - Valoração para Composição da Magnitude.....	5/134
Quadro 3-5 – Grau de Sensibilidade.....	5/134
Quadro 3-6 - Classes de Importância.....	6/134
Quadro 3-8 - Pontos de paralelismo com outras LTs.....	20/134
Quadro 3-9 - Consumo total de água para a implantação da LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino.....	34/134
Quadro 3-10 - Sítios e povoados interceptados pelo traçado da LT.....	47/134
Quadro 3-11 - Quantitativos de uso e ocupação do solo para Área de Estudo.....	50/134
Quadro 3-12 - Quantitativos de Uso e Ocupação do solo mapeados na ADA:.....	52/134
Quadro 3-13 - Estimativa de Área Passível de Supressão.....	53/134
Quadro 3-14 - Estimativa de supressão em classe naturais de vegetação e estruturas de projeto.....	54/134
Quadro 3-15 - Lista de espécies ameaçadas e protegidas de corte.....	56/134
Figura 3-1 - Percentual de susceptibilidade à erosão da Área de Estudo do empreendimento.....	61/134
Quadro 3-16 - Níveis de ruído aceitáveis segundo a NBR-10.151/2000.....	64/134
Quadro 3-17 - Nível máximo de ruídos.....	64/134
Quadro 3-18 - Comunidades inseridas no buffer de 500 m da LT.....	65/134
Quadro 3-19 - Quadro síntese das cavidades identificadas a menos de 1 km da LT.....	68/134

Quadro 3-20 - Unidades litoestratigráficas com alto potencial fossilífero ao longo da AE do empreendimento.....	73/134
Quadro 3-21 – Número de processos minerários identificados por fase interceptados pela diretriz do traçado da LT.....	76/134
Quadro 3-22 - Comunidades inseridas a até 500 metros da LT.....	78/134
Quadro 3-23 - Áreas de Preservação Permanente (APP) por classe de Uso e Cobertura do Solo na ADA.....	88/134
Quadro 3-24 - Critérios adotados para a definição das áreas de influência.....	99/134
Figura 3-2 - Porcentagem dos impactos ambientais por sensibilidade do fator ambiental, nas fases de planejamento, instalação e operação.	105/134
Figura 3-3 - Porcentagem dos impactos ambientais por nível de importância, nas fases de planejamento, instalação e operação.....	105/134
Figura 3-4 - Valor de importância por impacto identificado em cada fase.....	107/134

3 - ANÁLISE DE IMPACTOS AMBIENTAIS

Este capítulo apresenta a identificação e a avaliação dos impactos ambientais relacionados às etapas de planejamento, construção e operação da LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino.

Para o desenvolvimento do referido capítulo, foram abordados: (i) os procedimentos metodológicos adotados; (ii) a identificação dos aspectos inerentes ao empreendimento (ações geradoras dos impactos) e dos fatores/componentes ambientais impactados; (iii) a descrição e avaliação dos impactos decorrentes do empreendimento, de acordo com critérios previamente estabelecidos; (iv) a síntese conclusiva dos impactos ambientais; e (v) a delimitação das áreas de influência.

Para a avaliação dos impactos, foi analisada a forma como o empreendimento pode introduzir no ambiente, elementos capazes de afetar, temporária ou permanentemente, as relações físicas, físico-químicas, biológicas ou socioeconômicas existentes. A análise é baseada nas condições locais descritas no item **2.2 - Diagnóstico Ambiental** e nas características técnicas do empreendimento, apresentadas no item **1.4 – Caracterização do Empreendimento**.

Metodologia

O método adotado para avaliar os impactos ambientais teve como base o Modelo de Avaliação e Gestão de Impactos Ambientais (MAGIA), desenvolvido na década de 1980, o qual incorpora conceitos abordados em SANCHEZ (2008), além de seguir as indicações da Resolução CONAMA nº 001/1986. A homogeneização dos critérios para os diversos temas estudados foi obtida a partir de discussões interdisciplinares, buscando-se um entendimento conceitual dos mesmos, de modo que sua aplicação fosse coerente aos impactos e áreas de conhecimento de natureza distintas.

Originalmente, o modelo adotado norteou os estudos de impacto ambiental de grandes hidrelétricas, tendo sido utilizado em empreendimentos nas Regiões Norte e Centro-Oeste do país. Posteriormente, o mesmo passou a ser adotado em diversos estudos ambientais de natureza diversa, tais como empreendimentos lineares. Já no final da década de 1990, a metodologia foi simplificada e, desde então, o modelo foi aperfeiçoado de forma a utilizar a matriz de avaliação para hierarquização dos impactos identificados (SANCHEZ, 2008).

Em uma Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), os impactos identificados assumem significado quando associados às intervenções inerentes ao empreendimento em questão, em suas diferentes fases (planejamento, construção e operação). A importância dos mesmos, também, deve ser ponderada levando em consideração a sensibilidade dos diferentes fatores ambientais implicados.

Dessa forma, a AIA busca inter-relacionar as ações geradoras decorrentes do empreendimento às características socioambientais da região de inserção do mesmo, consolidadas no diagnóstico ambiental. Ao classificar os impactos de forma hierarquizada, a AIA permite que os impactos sejam diferenciados quanto à sua relevância, considerando as implicações do empreendimento sobre os fatores ambientais afetados e seus respectivos graus de sensibilidade e resiliência.

Nesse sentido, a AIA tem como função, também, fomentar a discussão estratégica sobre o controle dos impactos para que seja tomada a decisão sobre a viabilidade ambiental ou não do empreendimento. Visando avaliar e planejar ações de gerenciamento de impactos ambientais adota-se um modelo de análise, no qual são utilizados critérios de valoração dos impactos identificados.

A presente Avaliação de Impactos está relacionada à diversos capítulos, e, conseqüentemente, a diferentes etapas do presente EIA. O detalhamento da metodologia adotada é apresentado a seguir.

Conceitos

Ação Geradora: ações ou atividades de uma organização que podem interagir com o meio ambiente, ou seja, mecanismo por meio do qual uma ação humana causa um impacto ambiental (NBR-ISO 14001:2004; SANCHEZ, 2008).

Fator Socioambiental: elementos físicos, bióticos e socioeconômicos do ambiente, os quais, a partir das suas características, podem sofrer maiores ou menores interferências devido às ações do empreendimento, alterando, com isso, sua qualidade ambiental (FARAH, 1993).

Componente Ambiental: representado por um conjunto de fatores socioambientais, como por exemplo, um remanescente de Mata Atlântica ou a infraestrutura de serviços públicos de um determinado município (MACEDO, 2003).

Impacto Ambiental: processos ambientais que se manifestam a partir das intervenções ambientais, promovendo modificações benéficas ou adversas sobre os fatores ou componentes ambientais (SANCHEZ, 2008).

Medida: No âmbito da gestão ambiental, entende-se como medida, um conjunto de procedimentos voltados à gestão dos impactos ambientais. As medidas são implantadas pela ação de um determinado Programa Ambiental. Dessa forma, quando referida, a medida poderá remeter a um Programa como um todo, ao seu principal objetivo, ou ainda, a determinada ação, porém, em qualquer caso, enunciada e integrada a um Plano e Programa.

Atributos e Critérios

A Avaliação de Impacto Ambiental, propriamente dita, constitui na análise de atributos qualitativos e/ou quantitativos dos impactos. A conjugação dos atributos visa expressar o grau de efeito de cada impacto, por meio da relevância relativa de cada um.

A lista dos impactos é o resultado da avaliação técnica da interação entre a ação geradora e os fatores/componentes socioambientais afetados. Os impactos são avaliados quanto à sua capacidade de afetar o meio onde se inserem, portanto, sua presença e importância são dependentes tanto da ação geradora do empreendimento em foco, quanto dos fatores/componentes socioambientais da região.

Os atributos utilizados para caracterizar os impactos ambientais identificados no contexto do projeto em questão encontram-se descritos no **Quadro 3-1**, sendo os mesmos estabelecidos segundo Farah, 1993; Pastakia e Jensen, 1998; Coneza Fdez-Vitoro, 1997; FEEMA, 1997; European Commission, 2001; Groombridge, 1992; Espinoza & Richards, 2002; Macedo, 2003; Rossouw, 2003; Sanches, 2008; Santos, 2004 e European Commission, 2001.

Quadro 3-1 - Atributos de classificação dos impactos ambientais.

Atributos	Descrição
Natureza ¹	O impacto resulta em efeitos benéficos (Positivo) ou adversos (Negativo) sobre o fator ou componente socioambiental.
Forma de Incidência	O impacto é provocado por uma ação Direta ou Indireta do Projeto. Dessa forma, o impacto com forma de incidência Direta resulta de uma simples relação de causa e efeito, enquanto o impacto com forma de incidência Indireta resulta de uma reação secundária em relação à ação, ou quando é parte de uma cadeia de reações.
Duração	Refere-se ao período de manifestação do impacto, podendo ser classificado em Temporário , quando o impacto tem duração determinada e restrita, ou Permanente , quando a sua duração é indeterminada ou superior ao período de duração do empreendimento.
Reversibilidade	Traduz a capacidade do ambiente de retornar ou não a sua condição original, depois de cessada a ação que gerou o impacto, podendo ser entendido como a resiliência do fator afetado. Neste caso, o impacto é classificado segundo a classe Reversível – quando, cessada a ação impactante, as condições originais são restabelecidas em horizonte temporal conhecido ou previsível (normalmente dentro do prazo de ação do processo de gestão), ou Irreversível – quando se estimam que as condições originais não sejam restabelecidas.
Prazo de Manifestação	Refere-se à efetiva manifestação dos efeitos do impacto (Imediato, Médio e Longo prazo). Onde, Imediato é aquele impacto cujos efeitos surgem imediatamente após a ação, Médio prazo aquele cujos efeitos se manifestam num período de tempo após a ação, porém dentro do período de desenvolvimento da atividade e Longo prazo aquele cujos efeitos somente poderão ser detectados após o término do desenvolvimento das atividades que o geraram.

¹ Destaca-se que, em relação à qualificação dos impactos, foi adotado o critério ecológico, que considera que um impacto é negativo quando altera o padrão de distribuição, produtividade e biodiversidade (aumento ou diminuição), originalmente observado, a partir de intervenção antrópica (Groombridge, 1992).

Atributos	Descrição
Abrangência Espacial	Traduz a extensão (mapeável ou não) dos efeitos do impacto nas seguintes escalas de abrangência Local, Regional ou Estratégico. Local – quando seus efeitos se fazem sentir apenas nas zonas de desenvolvimento do empreendimento; Regional – quando seus efeitos extrapolam as imediações das zonas de desenvolvimento da atividade, porém se restringem a uma região geográfica cuja delimitação pode ser exata ou, pelo menos, aproximada; Estratégico – aquele cujos efeitos não se restringem a uma área de delimitação precisa possível, por estar relacionado principalmente a fatores socioeconômicos cuja abrangência espacial é imprecisa ou indefinível (ex.: transmissão de energia elétrica).
Cumulatividade	Refere-se à evolução do impacto em função da sua incidência ao longo do tempo. É Cumulativo quando induz a novos efeitos ou potencializa os efeitos ao longo do tempo, ou ainda, quando interage com outros impactos; e Simples , quando o impacto não apresenta qualquer interação ou capacidade de induzir ou potencializar novos efeitos.
Magnitude	Característica do impacto relacionada ao porte ou grandeza da intervenção no ambiente, podendo ser Baixa, Média ou Alta . A avaliação da magnitude tem como principal objetivo mensurar (qualitativa ou quantitativamente, se possível) a alteração gerada pela ação da atividade em um dado fator ambiental, ou seja, o grau de intensidade da alteração. Em outras palavras, a magnitude de um impacto pode ser avaliada a partir da severidade da alteração atribuída a um dado fator ambiental a partir da ação geradora.
Sensibilidade do Fator Ambiental	Esse atributo avalia a sensibilidade do fator ou componente ambiental verificado na Área de Estudo diante da ação do impacto, ou seja, visa ponderar a forma com que cada impacto interage com o meio em suas diversas sensibilidades. Este atributo é classificado em cinco classes, variando de Muito Pequena a Muito Grande .
Importância	Representa a síntese de todos os atributos utilizados, por meio da qual se determina a necessidade de aplicação de medidas preventivas, mitigadoras, potencializadoras ou compensatórias. Varia de Muito Pequena a Muito Grande .

Pontua-se que, especificamente em relação aos critérios de duração e reversibilidade, a presente AIA assume a classificação destes em consonância com o tempo gerencial do empreendimento, considerado como 30 anos de concessão. Entretanto, não é considerada a desmobilização do mesmo.

Cabe ressaltar também que a interação do atributo cumulatividade se restringe aos impactos de mesma natureza, ou seja, um impacto de natureza positiva só pode ter sua cumulatividade associada a outro impacto positivo, assim como um impacto de natureza negativa só pode estar associado a outro impacto negativo. Isso ocorre porque um impacto não pode ter o valor da sua magnitude acrescida por causa de interações de naturezas divergentes.

O valor de cada atributo é conferido com base na percepção e experiência dos profissionais de equipe multidisciplinar, assim como as experiências adquiridas com a implantação de outros empreendimentos lineares. Os valores dos atributos adotados variam entre 5, 10 e 15.

A **Magnitude** é expressa pela soma das classificações de forma de incidência, abrangência espacial, prazo de manifestação, duração, reversibilidade e cumulatividade. Os valores podem variar entre 30 e 90 (**Quadro 3-2**), positiva ou negativamente, de acordo com a natureza (**Quadro 3-3**). Já o **Quadro 3-4** apresenta a valoração para composição da magnitude.

Quadro 3-2 - Atributos e Valores que compõem a Magnitude.

Valor	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Prazo de Manifestação	Duração	Reversibilidade	Cumulatividade
5	Indireta	Local	Longo	Temporário	Reversível	Simple
10	-	Regional	Médio	-	-	-
15	Direta	Estratégico	Imediato	Permanente	Irreversível	Cumulativo

Quadro 3-3 - Valoração para Composição da Natureza.

Valor	Natureza (n)
-1	Negativa
1	Positiva

Quadro 3-4 - Valoração para Composição da Magnitude.

Classes	Valor (%)
Baixa	Entre 30 e 50
Média	Entre 50 e 70
Alta	Acima de 70

Sensibilidade: Esse atributo avalia a sensibilidade do fator ou componente ambiental verificado na Área de Estudo diante da ação do impacto. Visando ponderar a forma com que cada impacto interage com meio em suas diversas sensibilidades, este atributo é classificado em cinco classes, variando de **Muito Pequena a Muito Grande**, conforme o **Quadro 3-5**.

Quadro 3-5 – Grau de Sensibilidade.

Classes	Valor
Muito Pequeno	0,6
Pequeno	0,7
Médio	0,8
Grande	0,9
Muito Grande	1,0

Importância: Representa a síntese de todos os atributos utilizados. É resultado da multiplicação da **Magnitude, Natureza e Sensibilidade**. A Importância é calculada pela fórmula:

$$I = (M \times n \times s)$$

Onde:

I= Importância do impacto ambiental

M= Magnitude

n= Natureza

s= Sensibilidade

Nessa AIA, o valor da Importância pode variar entre 18% e 90% positiva ou negativamente, de acordo com a natureza. Com base nesta variação, a **Importância** do impacto é também associada a classes nominais que variam entre **Muito Pequena a Muito Grande**, conforme o **Quadro 3-6**.

Quadro 3-6 - Classes de Importância.

Classe	Valor
Muito Pequena	De 18 a 32%
Pequena	De 33 a 46%
Média	De 47 a 60%
Grande	De 61 a 74%
Muito Grande	De 75 a 90%

A exceção da Magnitude e da Importância que refletem classes nominais para os valores, a classe de cada atributo é definida com base na percepção e experiência dos profissionais de equipe multidisciplinar. Quando, nesta avaliação, um impacto apresenta mais de uma classe para algum dos atributos, a escolha considera a classe mais severa desse atributo, visando o atendimento ao princípio de prevenção. Ao longo da análise, quando pertinente, é apresentada a descrição das classes aplicáveis a cada impacto.

3.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA

Para definição das áreas de influência da LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino, foi tomada como base, a lista dos impactos socioambientais e sua abrangência espacial, que classifica os impactos em **Local, Regional** ou **Estratégico (Quadro 3-1)**. Assim, para a delimitação espacial das áreas de influência parte-se das áreas de estudo dos respectivos meios sobre as quais foram estudados e mapeados os fatores ambientais. Tais feições foram usadas para composição dos respectivos **Mapas de Áreas de Influência - 3264-00-EIA-MP-1009, 3264-00-EIA-MP-1010**, apresentados no **Caderno de Mapas**.

Da mesma forma, foram consideradas as estruturas e ações do empreendimento, como representativas da Área Diretamente Afetada (ADA), onde se inclui a faixa de servidão, as vias de acesso aos pontos de

instalação dos vértices, as praças de torres e áreas de apoio às obras, as áreas de expansão ou construção das subestações, os canteiros de obra e as vias usadas para acesso entre os canteiros e a faixa de servidão. Entre essas vias estão incluídas aquelas a serem abertas, as quais terão sua localização precisa definida na fase de detalhamento do Projeto Executivo da LT.

3.2 - Identificação dos Impactos Ambientais

Para a identificação dos impactos ambientais decorrentes do empreendimento em foco, foi considerado o recorte temporal abordando as principais fases do projeto (planejamento, instalação e operação). Além do recorte temporal, os impactos foram identificados e avaliados considerando sua relação direta com as medidas de gestão ambiental aplicáveis. Para tanto, os impactos foram identificados a partir da análise do fator/componente ambiental, sendo priorizada a mesma linguagem adotada no diagnóstico ambiental.

A lista de impactos foi consolidada a partir da metodologia *ad hoc*, com discussões multidisciplinares. A seguir são apresentadas as listas das ações geradoras e dos fatores ou componentes ambientais afetados. A partir da interação entre esses elementos, foram identificados os impactos ambientais considerados relevantes para o empreendimento em estudo. Em função das características dos impactos identificados, optou-se pela avaliação conjunta daqueles identificados nas fases de planejamento e de construção.

Ação Geradora

1. Divulgação do empreendimento
2. Cadastramento fundiário das propriedades e negociação para autorização de passagem
3. Realização de estudos ambientais e de engenharia
4. Mobilização de mão de obra
5. Aquisição de materiais, mobilização de equipamentos e contratação de serviços
6. Instalação e operação do canteiro de obras e áreas de apoio
7. Abertura e/ou adequação de acessos
8. Transporte de materiais, equipamentos e insumos
9. Supressão de vegetação
10. Operação de máquinas, equipamentos e veículos

11. Geração de resíduos sólidos e efluentes líquidos nas frentes de obras
12. Abertura e manutenção da faixa de servidão
13. Escavações de cavas e fundações das torres
14. Montagem das torres
15. Lançamento dos cabos
16. Ampliação das Subestações / entrada de bay
17. Operação e manutenção da linha de transmissão e subestações

Componentes e Fatores Ambientais

a) Meio Físico

- Qualidade do ar
- Nível de ruído
- Solo
- Patrimônio espeleológico
- Patrimônio paleontológico
- Atividades minerárias
- Drenagem Superficial

b) Meio biótico

- Vegetação
- Fauna silvestre
- Áreas legalmente protegidas

c) Meio socioeconômico

- População da área de estudo
- Infraestrutura de serviços essenciais (saúde, segurança, habitação, transporte e saneamento)
- Tráfego rodoviário
- Mercado de trabalho
- Abastecimento de água
- Áreas de uso coletivo
- Comunidades Tradicionais
- Arrecadação tributária
- Patrimônio histórico, arqueológico e cultural
- Paisagem
- Uso e ocupação do solo
- Sistema elétrico.

3.2.1 - Avaliação dos impactos ambientais

3.2.1.1 - Fase de Planejamento

IMPACTO 01 – Geração de expectativas na população

Fator Ambiental: População da Área de Estudo.

Ações Geradoras: Divulgação do empreendimento; Realização de estudos ambientais e de engenharia; Cadastramento das propriedades e negociação de autorização de passagem.

Delimitador Espacial: Municípios da Área de Estudo.

Dinâmica: O pré-cadastramento das propriedades para o levantamento fundiário, os estudos de campo e a circulação de pessoas ligadas ao projeto de implantação da LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino

tem como consequência a divulgação parcial do empreendimento, o que provoca dúvidas relativas à questões como liberação da Faixa de Servidão, benefícios e prejuízos e ao tratamento que será dado aos proprietários por parte do empreendedor, principalmente no que diz respeito aos valores das indenizações referentes ao estabelecimento da Faixa de Servidão.

Outros temores estão relacionados às possíveis interferências no modo de vida local, especialmente aquelas relacionadas à chegada de pessoas de fora e ao tráfego de veículos, assim como à perda de área de produção agrícola em pequenas propriedades, sítios e assentamentos atravessados pela LT. Outros receios podem ocorrer nos povoados que se estabeleceram por meio de remoções para a construção de represas na região, causando incertezas em relação às mudanças em termos de modos de vida.

As expectativas para com a LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino podem ser sinérgicas com passivos ambientais de outros empreendimentos. Esse é o caso do município de Monjolos, onde, no período de implantação da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Serra das Agulhas, houve expectativas em relação à geração de empregos, pressão demográfica, especulação imobiliária e inchaço dos serviços e comércio. Além disso, com o final da obra, desmontou-se a cadeia de empresas prestadoras de serviço (criadas em função da chegada do empreendimento) e alguns trabalhadores das obras, majoritariamente provenientes da Bahia, após a desmobilização, fixaram residência e, atualmente, trabalham como lavradores no município.

Também é o caso da chegada de empreendimentos eólicos em Urandi, Pindaí, Candiba, Guanambi e Caetité, onde houve expectativas em relação à geração de empregos. No entanto, de acordo com os relatos, por não ser um setor empresarial que beneficie moradores situados na Área de Estudo Local (AEL), as empresas responsáveis pela construção contratavam a mão de obra local apenas na fase de instalação.

Avaliação: Estas características indicam que a natureza deste impacto é **Negativa** e sua incidência **Indireta**, tendo em vista o fato de estar associado ao anúncio do empreendimento e não à atividade em si. Este impacto se manifesta antes do início das obras, ainda na fase de planejamento. A geração de expectativas é considerada de abrangência **Regional**, já que extrapola as imediações da área de desenvolvimento das atividades propriamente dita, atingindo a população de todos os municípios da Área de Estudo Regional (AER). Entretanto, trata-se de um impacto **Temporário** e **Reversível**, tendendo a ser reduzido ao longo da vida útil do empreendimento, com prazo de manifestação **Imediato**. Ressalta-se que este impacto também poderá ser identificado ao longo das fases de instalação e operação do empreendimento, sendo mais expressivo no início das atividades de obra. Trata-se de um impacto **Cumulativo**, uma vez que interage diretamente com o **Impacto 02 – Geração de conflitos de interesse**, com o **Impacto 03 – Pressão sobre condição fundiária** e com o **Impacto 13 – Pressão sobre a condição fundiária de populações tradicionais**. É relevante observar o contexto atual (temporal e espacial) referente às expectativas e impressões da comunidade em relação às atividades que serão

desenvolvidas. A sensibilidade é **Pequena**, posto que esse impacto interage somente em termos das expectativas da população. Com isso, a magnitude foi avaliada como **Média** e a importância como **Pequena**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Indireto	Temporário	Reversível	Imediato	Regional	Cumulativo	Médio	Pequeno	Pequeno

Medidas Recomendadas: Deverão ser estabelecidos Canais de Comunicação entre a população e o empreendedor, por meio de ouvidoria, bem como a realização de campanhas informativas para esclarecimentos acerca dos procedimentos e períodos de obra, bem como sobre as medidas socioambientais adotadas pelo empreendedor. Também, deverão ser estabelecidas as diretrizes e critérios para a indenização das propriedades atravessadas de modo a tornar o processo transparente.

Programas Recomendados: Programa de Comunicação Social e Programa de Gestão Fundiária e Patrimonial.

IMPACTO 02 – Geração de conflitos de interesse

Fator Ambiental: População da Área de Estudo, Uso e Ocupação do Solo.

Ações Geradoras: Divulgação do empreendimento; Cadastramento fundiário das propriedades e negociação de autorização de passagem.

Delimitador Espacial: Propriedades localizadas na faixa de servidão, no entorno das áreas de obra e dos acessos.

Dinâmica: Na fase de planejamento, as divergências entre a população local e o empreendimento podem ocorrer diante da previsão de passagem deste, oficialmente informada durante o cadastro fundiário das propriedades diretamente afetadas, além das ações de Comunicação Social para fase de estudos. Proprietários, em suas diversas formas de ocupação e parcelamento da propriedade, têm perspectivas diferenciadas em relação a sua terra.

A nova delimitação de espaços impostas pela presença da faixa de servidão e as restrições de uso, define a principal forma de expressão deste impacto. Aspectos como falta de informações e divergência de

interesses levam a impasses, principalmente, em relação aos valores das indenizações, liberação e restrições futuras de uso na Faixa de Servidão e a circulação de pessoas para negociação e cadastramento.

Em propriedades arrendadas ou com posseiros e meeiros, assim como em áreas de comunidades tradicionais, dúvidas e incertezas relacionadas à questão do pagamento de indenizações podem gerar conflitos de interesses entre os mesmos e seus vizinhos, bem como com o empreendedor.

Avaliação: O impacto foi classificado como **Negativo**; de incidência **Indireta** e **Temporário**. É **Reversível** e **Imediato**, posto que, cessada a ação impactante, as condições originais podem ser plenamente restabelecidas; tem abrangência **Local** incidindo sobre a população da Área de Estudo Local (AEL). É **Cumulativo**, visto que está associado a adversidades de outros impactos, tais como **Impacto 01 – Geração de expectativas na população**, com o **Impacto 03 – Pressão sobre a condição fundiária** e com o **Impacto 13 – Pressão sobre a condição fundiária de populações tradicionais**. A sensibilidade é **Pequena**, considerando que não foram encontrados focos significativos de conflitos na Área de Estudo com os quais tal impacto possa se associar. Com isso, a magnitude foi avaliada como **Média** e a importância como **Pequena**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Indireto	Temporário	Reversível	Imediato	Local	Cumulativo	Médio	Pequeno	Pequeno

Medidas Recomendadas: Deverão ser estabelecidos Canais de Comunicação entre a população e o empreendedor, por meio de ouvidoria, bem como a realização de campanhas informativas para esclarecimentos acerca dos procedimentos e períodos de obra, bem como sobre as medidas socioambientais adotadas pelo empreendedor. Também, deverão ser estabelecidas as diretrizes e critérios para a indenização das propriedades atravessadas de modo a tornar o processo transparente.

Programas Recomendados: Programa de Comunicação Social e Programa de Gestão Fundiária e Patrimonial.

IMPACTO 03 – Pressão sobre a condição fundiária

Fator ambiental: População da Área de Estudo, Uso e Ocupação do Solo.

Ações Geradoras: Divulgação do empreendimento; Realização dos estudos ambientais e de engenharia; Cadastramento fundiário das propriedades e negociação de autorização de passagem.

Delimitador espacial: Ocorre em todo traçado, mas é intenso na intersecção da faixa de servidão com as localidades e propriedades da Área de Estudo do meio socioeconômico.

Dinâmica: A divulgação do projeto decorrente das atividades de pesquisa, levantamentos, entrevistas e estudos durante o planejamento, associados às primeiras notícias de intenção de construção da LT, podem alterar os valores praticados pelo mercado de terras da região.

Enquanto não forem definidas as indenizações, cria-se um ambiente de incertezas para os proprietários dos imóveis nas localidades diretamente afetadas, que podem levar a oscilações nos valores das propriedades. Em consequência, pode haver tanto aumento, quanto a queda do valor da terra na área.

Avaliação: Desenhado o cenário de inserção do empreendimento, tal impacto foi classificado como **Negativo**; de incidência **Indireta** e **Temporário**, posto que se relaciona com oscilações dos valores praticados no mercado de terras associadas à implantação do empreendimento. É **Reversível**, com manifestação em **Médio prazo**; tem abrangência **Local** e é **Cumulativo**, uma vez que possui interação com outros empreendimentos da região, e com outros impactos, tais como o **Impacto 01 – Geração de expectativas na população**, com o **Impacto 02 – Geração de conflitos de interesse** e com o **Impacto 13 – Pressão sobre a condição fundiária de populações tradicionais**. A sensibilidade é **Média**, considerando que foi levantado pela equipe do Fundiário a existência de 2.620 proprietários potencialmente atingidos pelo empreendimento. Com isso, a magnitude foi avaliada como **Baixa** e a importância como **Pequena**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Indireto	Temporário	Reversível	Médio prazo	Local	Cumulativo	Baixo	Médio	Pequeno

Medidas Recomendadas: Deverão ser estabelecidos Canais de Comunicação entre a população e o empreendedor, por meio de ouvidoria, bem como a realização de campanhas informativas para esclarecimentos acerca dos procedimentos e períodos de obra, bem como sobre as medidas socioambientais adotadas pelo empreendedor. Também, deverão ser negociadas as indenizações para constituição da faixa de servidão administrativa, avaliadas as situações de deslocamento compulsório da população e riscos de vulnerabilização social das famílias atingidas.

Programas Recomendados: Programa de Comunicação Social e Programa de Gestão Fundiária e Patrimonial.

3.2.1.2 - Fase de Instalação

IMPACTO 01 – Geração de expectativas na população

Fator Ambiental: População da Área de Estudo; Mercado de trabalho; Uso e ocupação do solo.

Ações Geradoras: Realização dos estudos ambientais e de engenharia; Cadastramento das propriedades e negociação de autorização de passagem; Mobilização de mão de obra; Aquisição de materiais, mobilização de equipamentos e contratação de serviços.

Delimitador Espacial: Propriedades localizadas na faixa de servidão, no entorno das áreas de obra e dos acessos e nos municípios que serão atravessados pela LT.

Dinâmica: Assim como na fase de planejamento, na fase de instalação, dúvidas relativas à questões como liberação da Faixa de Servidão, benefícios e prejuízos e ao tratamento que será dado aos proprietários por parte do empreendedor, principalmente, no que diz respeito aos valores das indenizações referentes ao estabelecimento da Faixa de Servidão ainda são esperadas.

Assim como temores relacionados às possíveis interferências no modo de vida local, especialmente aquelas relacionadas à chegada de pessoas de fora e ao tráfego de automóveis e expectativas relacionadas à perda de área de produção agrícola em sítios e assentamentos atravessados pela LT.

Na Área de Estudo Regional (AER), onde há carência de oferta de postos de serviços e população com baixo grau de formação técnica e profissional, a potencial demanda por mão de obra e postos de serviços constitui-se em fonte de expectativas, que de início são positivas, mas que no desenrolar da implantação do empreendimento se consolidam como negativas, visto que não são correspondidas. No tocante à expectativa da oferta de trabalho, esta será abordada no **Impacto 05 – Geração de emprego**.

Assim como relatado, essas expectativas são ainda mais sensíveis, onde podem ser sinérgicas com passivos ambientais de outros empreendimentos. Esse é o caso do município de Monjolos, onde, no período de implantação da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Serra das Agulhas, houve expectativas em relação à geração de empregos, pressão demográfica, especulação imobiliária e inchaço dos serviços e comércio. Além disso, com o final da obra, desmontou-se a cadeia de empresas prestadoras de serviço (criadas em função da chegada do empreendimento) e alguns trabalhadores das obras, majoritariamente provenientes da Bahia, após a desmobilização, fixaram residência e, atualmente, trabalham como lavradores no município.

Também, é o caso da chegada de empreendimentos eólicos em Urandi, Pindaí, Candiba, Guanambi e Caetité, onde houve expectativas em relação à geração de empregos. No entanto, de acordo com os relatos, por não ser um setor empresarial que beneficie moradores situados na Área de Estudo Local (AEL), as empresas responsáveis pela construção contratavam a mão de obra local apenas na fase de instalação.

Avaliação: Estas características indicam que a natureza deste impacto é **Negativa** e sua incidência **Indireta**, uma vez que está associado ao anúncio do empreendimento e não à atividade em si. Este impacto se manifesta antes do início das obras, ainda na fase de planejamento e perdura até a instalação, sendo mais expressivo no início das atividades de obra. A geração de expectativas é considerada de abrangência **Regional**, já que extrapola as imediações da área de desenvolvimento das atividades propriamente dita, atingindo a população de todos os municípios da Área de Estudo Regional (AER). Entretanto, trata-se de um impacto **Temporário** e **Reversível**, tendendo a ser reduzido ao longo da vida útil do empreendimento, com prazo de manifestação **Imediato**. Trata-se de um impacto **Cumulativo**, uma vez que interage diretamente com o **Impacto 02 – Geração de conflitos de interesse**, com o **Impacto 03 – Pressão sobre a condição fundiária** e com o **Impacto 13 – Pressão sobre a condição fundiária de populações tradicionais**. É relevante observar o contexto atual (temporal e espacial) referente às expectativas e impressões da comunidade em relação às atividades que serão desenvolvidas. A sensibilidade é **Pequena**, posto que esse impacto interage somente em termos das expectativas da população. Com isso, a magnitude foi avaliada como **Média** e a importância como **Pequena**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Indireto	Temporário	Reversível	Imediato	Regional	Cumulativo	Médio	Pequeno	Pequeno

Medidas Recomendadas: Deverão ser estabelecidos Canais de Comunicação entre a população e o empreendedor, por meio de ouvidoria, bem como a realização de campanhas informativas para esclarecimentos acerca dos procedimentos e períodos de obra, bem como sobre as medidas socioambientais adotadas pelo empreendedor. Também, deverão ser estabelecidas as diretrizes e critérios para a indenização das propriedades atravessadas de modo a tornar o processo transparente.

Promoção de processos educativos, junto a gestores públicos e lideranças da Área de Influência do empreendimento, fundamentados na gestão dos conflitos de uso dos recursos e na apropriação pública dos meios de participação na gestão ambiental local.

Programas Recomendados: Programa de Comunicação Social, Programa de Gestão Fundiária e Patrimonial e Programa de Educação Ambiental.

IMPACTO 02 – Geração de conflitos de interesse

Fator Ambiental: População da Área de Estudo, Uso e Ocupação do Solo.

Ações Geradoras: Divulgação do empreendimento; Cadastramento fundiário das propriedades e negociação de autorização de passagem.

Delimitador Espacial: Ocorre em todo traçado, mas é intenso na intersecção da faixa de servidão com as localidades e propriedades da Área de Estudo do meio socioeconômico.

Dinâmica: As restrições ao uso do solo necessárias a presença e segurança da LT tende a gerar divergências entre as partes interessadas. Durante a implantação, as divergências entre a população da Área de Estudo e o empreendedor se dão inicialmente em virtude do processo de negociação para definição dos valores de indenizações para constituição da faixa de servidão administrativa, o que pode gerar discordâncias e, em casos extremos, culminar em processos judiciais.

O levantamento de campo empreendido para o diagnóstico socioeconômico oferece um panorama qualitativo da presença das restrições de uso na faixa de servidão. Importa considerar que está sendo contemplada a diretriz de traçado na análise de viabilidade, o qual poderá ser otimizado, quando da microlocalização, de modo a diminuir as interferências na fase de detalhamento do Projeto Executivo.

Em propriedades arrendadas ou com posseiros e meeiros, bem como em áreas de comunidades tradicionais, dúvidas e incertezas relacionadas à questão do pagamento de indenizações podem gerar conflitos de interesses entre os mesmos e seus vizinhos e com o empreendedor. Conflitos já existentes podem ser agravados, como na área entre as cidades de Janaúba e Capitão Enéas, onde identificou-se a existência de conflitos de interesse entre fazendeiros e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Avaliação: O impacto foi classificado como **Negativo**; de incidência **Indireta** e **Temporário**. É **Reversível**, **Imediato**, posto que, cessada a ação impactante, as condições originais podem ser plenamente restabelecidas; tem abrangência **Local** incidindo sobre a população da Área de Estudo Local (AEL). É **Cumulativo**, visto que está associado a adversidades de outros impactos, tais como **Impacto 01 – Geração de expectativas na população**, com o **Impacto 03 – Pressão sobre condição fundiária** e com o **Impacto 13 – Pressão sobre a condição fundiária de populações tradicionais**. A sensibilidade é **Pequena**, posto que não foram encontrados focos significativos de conflitos na Área de Estudo com os quais tal impacto possa se associar. Com isso, a magnitude foi avaliada como **Média** e a importância como **Pequena**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Indireto	Temporário	Reversível	Imediato	Local	Cumulativo	Médio	Pequeno	Pequeno

Medidas Recomendadas: Deverão ser estabelecidos Canais de Comunicação entre a população e o empreendedor, por meio de ouvidoria, bem como a realização de campanhas informativas para esclarecimentos acerca dos procedimentos e períodos de obra, bem como sobre as medidas socioambientais adotadas pelo empreendedor. Também deverão ser negociadas as indenizações para constituição da faixa de servidão administrativa, avaliadas as situações de deslocamento compulsório da população e riscos de vulnerabilização social das famílias atingidas.

Promoção de processos educativos, junto a gestores públicos e lideranças da Área de Influência do empreendimento, fundamentados na gestão dos conflitos de uso dos recursos e na apropriação pública dos meios de participação na gestão ambiental local. Tendo em vista a possibilidade de geração de conflitos de interesses sobre o uso e apropriação dos recursos ambientais, as ações educativas do PEA visam esclarecer e orientar os gestores públicos e lideranças sobre a gestão ambiental do território em que atuam.

Programas Recomendados: Programa de Comunicação Social, Programa de Gestão Fundiária e Patrimonial, Programa de Educação Ambiental.

IMPACTO 03 – Pressão sobre a condição fundiária

Fator ambiental: Uso e ocupação do solo.

Ações Geradoras: Divulgação do empreendimento; Realização dos estudos ambientais e de engenharia; Cadastramento fundiário das propriedades e negociação de autorização de passagem.

Delimitador espacial: Ocorre em todo traçado, mas é intenso na intersecção da faixa de servidão com as localidades e propriedades da Área de Estudo do meio socioeconômico.

Dinâmica: A divulgação do projeto decorrente das atividades de pesquisa, levantamentos, entrevistas e estudos durante o planejamento, associados às primeiras notícias de intenção de construção da LT, podem alterar os valores praticados pelo mercado de terras da região.

Enquanto não forem definidas as indenizações, cria-se um ambiente de incertezas para os proprietários dos imóveis nas localidades diretamente afetadas, que podem levar a oscilações nos valores das propriedades. Em consequência, pode haver tanto aumento, quanto a queda do valor da terra na área.

Essa questão fica, ainda, mais delicada para terras ocupadas por não proprietários, como no caso de arrendatários, posseiros e meeiros. Nesse sentido, Presidente Juscelino (MG) apresenta a situação mais delicada, onde a grande maioria dos produtores encontra-se em condição de não proprietário das terras, com 1.372 de um total de 1.428, dentre ocupantes (a maioria), arrendatários, parceiros e assentados sem titulação definitiva. Bocaiúva destaca-se, com 174 assentados sem titulação definitiva. Nessas situações, o pagamento de indenizações pode não se dar de forma integral e direta aos produtores que de fato exploram a terra, o que pode gerar pressão em termos de transformação dessas relações ou de não ressarcimento a quem de fato utiliza essas propriedades.

Avaliação: Desenhado o cenário de inserção do empreendimento, tal impacto foi classificado como **Negativo**; de incidência **Indireta** e **Temporário**, posto que se relaciona com oscilações dos valores praticados no mercado de terras associadas à implantação do empreendimento. É **Reversível**, com manifestação em **Médio prazo**; tem abrangência **Local** e é **Cumulativo**, uma vez que possui interação com outros empreendimentos da região e com outros impactos, tais como o **Impacto 01 – Geração de expectativas na população**, com o **Impacto 02 – Geração de conflitos de interesse** e com o **Impacto 13 – Pressão sobre a condição fundiária de populações tradicionais**. A sensibilidade é **Média**, considerando que foi levantado pela equipe do Cadastro Fundiário a existência de 2.620 proprietários atingidos pelo empreendimento. Com isso, a magnitude foi avaliada como **Baixa** e a importância como **Pequena**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Indireto	Temporário	Reversível	Médio prazo	Local	Cumulativo	Baixo	Médio	Pequeno

Medidas Recomendadas: Deverão ser estabelecidos Canais de Comunicação entre a população e o empreendedor, por meio de ouvidoria, bem como a realização de campanhas informativas para esclarecimentos acerca dos procedimentos e períodos de obra, bem como sobre as medidas socioambientais adotadas pelo empreendedor. Também deverão ser negociadas as indenizações para constituição da faixa de servidão administrativa, avaliadas as situações de deslocamento compulsório da população e riscos de vulnerabilização social das famílias atingidas.

Programas Recomendados: Programa de Comunicação Social e Programa de Gestão Fundiária e Patrimonial.

IMPACTO 04 – Perda de áreas produtivas e benfeitorias

Fatores Socioambientais: Uso e ocupação do solo.

Ações Geradoras: Abertura e manutenção da faixa de servidão.

Delimitador Espacial: Ao longo da faixa de servidão.

Dinâmica: A perda de áreas produtivas e benfeitorias dizem respeito à implantação da faixa de servidão do empreendimento, a qual precisa ser liberada para instalação do mesmo, suprimindo a vegetação e atividades produtivas durante o período construtivo. Caso as atividades produtivas sejam compatíveis com a operação da LT, estas poderão ser retomadas após sua construção. Nestes casos, o impacto ocorrerá durante período específico, para o qual será pago indenização pela perda de produção. No entanto, em casos de atividades incompatíveis com a presença da Linha de Transmissão, as mesmas serão permanentemente impedidas de serem desenvolvidas, como a produção de cana-de-açúcar (identificada em Engenheiro Navarro/MG), eucalipto (identificada em Bocaiuva/MG) e plantação de frutíferas como manga (Caetité/BA, Espinosa/MG, Bocaiuva/MG e Engenheiro Navarro/MG) e abacate (Pindaí/BA).

Na área diretamente afetada o uso do solo é diversificado, predominando a pecuária e a agricultura de subsistência, atividades essas que podem coexistir com o empreendimento.

Nesses casos, apenas as benfeitorias diretamente afetadas pelo traçado da LT precisarão ser removidas e realocadas, ainda que dentro da mesma propriedade. No Lote 14 aferiu-se a existência de 64 (sessenta e quatro) benfeitorias não reprodutivas (tais como currais, casas, cochos, bebedouros, caixas d'água e reservatórios).

Foram identificadas até o presente momento 04 (quatro) famílias que poderão ser removidas.

Além disso, foram identificados 14 pontos de paralelismo com outras LTs, conforme o **Quadro 3-7**.

Quadro 3-7 - Pontos de paralelismo com outras LTs.

UF	Município	Localidade	KM da TL	Distância da LT (metros)	Lote	Coordenada E	Coordenada N
MG	Presidente Juscelino	Área de fazenda e vicinal para Retiro da Gameleira	324,0	841,3	14	589198	7942141
MG	Bocaiúva	Vicinal para fazenda	190,1	212,2	14	604393	8071611
MG	Bocaiúva	Bairro Nova Dolabela	185,0	1136,5	14	605673	8076515
MG	Francisco Sá	Vicinal para PA Serafim	88,3	375,4	16	650746	8157040
MG	Francisco Sá	Vicinal para PA Serafim	88,6	15,5	16	651003	8156622
MG	Francisco Sá	PA Serrador	70,0	217	16	655651	8174637
MG	Janaúba	Campus UFVJM	240,9	2925,5	15	681420	8245017
MG	Janaúba	BR-122	13,8	418,5	14	669295	8230169
MG	Nova Porteirinha	Vicinal para Canabrava	224,1	2932,5	15	688573	8258156
MG	Porteirinha	Vicinal para Barreiro Dantas	210,6	3.015,7	15	702795	8261608
MG	Monte Azul	Vicinal para Pajeú de Cima	151,7	441,5	15	727039	8313488
MG	Monte Azul	Pajeú	155,7	988,2	15	725830	8309670
BA	Guanambi	Sítio Novo	33,4	877,4	15	757046	8421756
BA	Caetité	BR-122	16,3	51,7	15	757951	8437604

Nas áreas onde foram identificadas possíveis restrições ao uso, devido ao estabelecimento da Faixa de Servidão e à existência de paralelismos com outras LTs, o ponto sensível está relacionado ao número significativo de produtores, cuja condição em relação a terra é juridicamente frágil, como ocupantes, arrendatários, parceiros e assentados sem titulação definitiva, que exercem atividade agrícola de lavoura (permanentes e temporárias) e criação de animais (pecuária). Por não serem proprietários da terra, as

negociações de indenização da terra podem se tornar mais complexas. Assim, é importante chamar atenção para a passagem do empreendimento por minifúndios e/ou pequenas propriedades, implicando na necessidade de ações específicas, como o cadastramento e monitoramento socioeconômico de famílias em situação de vulnerabilidade em função da implantação da LT.

Destaca-se que a realização do cadastro fundiário levantará de forma definitiva os dados específicos de cada propriedade afetada pelo traçado, suas benfeitorias e localização. O mesmo, também, faz o levantamento censitário e produtivo, sendo identificados neste contexto, proprietários, produtores, locais e valores das benfeitorias presentes sob a faixa.

Avaliação: Este impacto é de natureza **Negativa**, tem incidência **Direta; Imediato**, com duração **Permanente** e abrangência **Local**, apenas nas áreas diretamente afetadas pelo traçado; é um impacto **Irreversível**; é **Cumulativo**, uma vez que possui interação com o **Impacto 03 – Pressão sobre a condição fundiária**. A sensibilidade é **Pequena**, posto que foi levantado pela equipe do Cadastro Fundiário a existência de 2.409 proprietários atingidos pelo empreendimento; 21 pontos ao longo da faixa de servidão onde há atividade de agropecuária, benfeitorias (casas, escola e igreja), além de uma área de mata nativa e 14 pontos de paralelismo com outras LTs. Apesar disso, dada as características do impacto, a magnitude foi avaliada como **Alta** e a importância como **Média**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Local	Cumulativo	Alto	Pequeno	Médio

Medidas Recomendadas: Deverão ser estabelecidos Canais de Comunicação entre a população e o empreendedor. Também deverão ser negociadas as indenizações que considerem as atividades produtivas desenvolvidas na propriedade, bem como medidas socioassistenciais nos casos da necessidade de deslocamento compulsório das famílias residentes na propriedade.

Programas Recomendados: Programa de Comunicação Social e Programa de Gestão Fundiária e Patrimonial, no qual está contemplado o Subprograma de monitoramento socioeconômico das famílias em situação de vulnerabilidade.

IMPACTO 05 – Geração de emprego

Fator ambiental: Mercado de trabalho.

Ações Geradoras: Mobilização de mão de obra; Aquisição de materiais, mobilização de equipamentos e contratação de serviços.

Delimitador Espacial: Municípios selecionados para abrigarem os canteiros de obras e interceptados pelo traçado.

Dinâmica: A estimativa de mão de obra a ser contratada para a implantação da LT chega ao quantitativo máximo de 2.753 profissionais no pico da construção, no mês de agosto de 2019. Estima-se que 58,48 % será mão de obra especializada e 41,52 % de mão de obra não especializada. O restante da mão de obra a ser contratada é do tipo especializada, em funções de diversos níveis, desde ofícios/motoristas à coordenadores (funções estas que exigem um grau maior de especialização). Porém, nas obras de Linhas de Transmissão a mão de obra especializada para montagem das torres e lançamento dos cabos, não será recrutada na região, mas sim empregados fixos das construtoras, que serão trazidos para as frentes de obras independentemente de sua região de origem.

A grande maioria das vagas a serem disponibilizadas na região é para profissionais não especializados. Além dos empregos diretos, prevê-se a criação de oferta de empregos indiretos nos ramos do comércio de materiais de construção, indústria de transformação e de produção de matérias primas, assim como para a contratação de serviços de terceiros nas áreas de transporte, alimentação, hospedagem, dentre outros.

A estrutura educacional disponível nos municípios da Área de Estudo Regional (AER) é limitada, somente 14 municípios apresentam instituições de ensino técnico e superior que oferecem ensino profissionalizante, são eles: Caetitê, Guanambi, Bocaiuva, Catuti, Engenheiro Navarro, Espinosa, Francisco Sá, Glauclândia, Gouveia, Janaúba, Juramento, Monte Azul, Montes Claros e Porteirinha. No entanto, na Área de Estudo Local (AEL), a maioria dos moradores só tem até o Ensino Fundamental, não se enquadrando, portanto, no perfil de formação de nível técnico mais especializado.

Sendo assim, é importante destacar que, dos empregos gerados pelo empreendimento para trabalhadores da Área de Estudo, a maioria é para serviços que exigem baixa qualificação. Verificou-se ainda, que as atividades de maior destaque na Área de Estudo Regional (AER) e na Área de Estudo Local (AEL) são a agropecuária e ocupações que exigem pouca ou nenhuma qualificação. Também foi

constatado um baixo índice de empregos e possibilidades de geração de renda nas localidades da Área de Estudo Local (AEL), o que revela que a demanda por geração de empregos é bem maior do que a oferta gerada com a implantação da LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino.

Avaliação: Estas características indicam que a natureza deste impacto é **Positiva** e sua incidência **Direta**, tendo em vista o fato de estar associado à atividade de obra. O alcance do impacto é de abrangência **Regional**, já que extrapola as imediações da área de desenvolvimento das atividades propriamente dita, atingindo a população de municípios de Minas Gerais e da Bahia. Entretanto, trata-se de um impacto **Temporário** e **Reversível** e seu prazo de manifestação **Imediato**. Trata-se de um impacto **Cumulativo**, uma vez que interage diretamente com o **Impacto 14 – Incremento da arrecadação tributária**. A sensibilidade é **Muito Pequena**, uma vez que a demanda por geração de emprego e renda na Área de Estudo é expressivamente muito maior do que a oferta gerada pelo empreendimento. Com isso, a magnitude foi avaliada como **Média** e a importância como **Pequena**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Positivo	Direto	Temporário	Reversível	Imediato	Regional	Cumulativo	Médio	Muito Pequeno	Pequeno

Medidas Recomendadas: Divulgação da demanda de mão de obra associada ao empreendimento.

Programas Recomendados: Programa de Comunicação Social e Programa de Capacitação de Mão de Obra Local.

IMPACTO 06 - Pressão sobre infraestrutura de serviços essenciais

Fator ambiental: Infraestrutura de serviços essenciais; Abastecimento de água.

Ações Geradoras: Aquisição de materiais, mobilização de equipamentos e contratação de serviços; Instalação e operação do canteiro de obras e áreas de apoio; Abertura e/ou adequação de acessos; Transporte de materiais, equipamentos e insumos; Operação de máquinas, equipamentos e veículos; Geração de resíduos sólidos e efluentes líquidos nas frentes de obras.

Delimitador Espacial: Municípios selecionados para abrigarem os canteiros de obras e interceptados pelo traçado.

Dinâmica: A estimativa de mão de obra a ser contratada para a implantação da LT chega ao máximo de 248 trabalhadores indiretos e 2.415 trabalhadores diretos, ao longo dos 22 meses de obra. A chegada de trabalhadores de outras regiões pode provocar dificuldades no atendimento da população local no que diz respeito ao acesso a serviços básicos, como saúde, transporte, segurança, abastecimento de água e rede de esgoto, uma vez que a infraestrutura de serviços essenciais é deficitária na Área de Estudo Regional (AER). Outros serviços, como infraestrutura viária, coleta de lixo, energia elétrica e telefonia, podem sofrer maior pressão de uso durante a fase de obras, sobretudo, em Buenópolis, Capitão Enéas, Pai Pedro, Guanambi, Urandi, Morrinhos, São Bárbara, Monjolos, Francisco Sá, Glaucilândia (que receberão canteiros de apoio), Monte Azul e Bocaiúva (que receberão canteiros avançados), Janaúba (que receberá o canteiro principal e um canteiro de apoio para SE), Igaporã e Presidente Juscelino (com canteiros de apoio para SE).

Dentre os serviços públicos ressalta-se que os de saúde, abastecimento de água e esgotamento sanitário são os mais críticos nas Áreas de Estudo Regional (AER) e Local (AEL). No caso da saúde, o número de profissionais e de leitos disponíveis para a população é insuficiente para o atendimento da demanda atual. Há insuficiência de leitos, especialmente em 07 (sete) municípios dos que receberão canteiros, são eles: Presidente Juscelino, Monjolos, Augusto de Lima, Buenópolis, Glaucilândia, Capitão Enéas e Pai Pedro (todos localizados em MG); nos 05 (cinco) municípios que receberão canteiros e que possuem leitos, mas não atendem satisfatoriamente a população local (Bocaiuva, Janaúba, Monte Azul, Urandi e Guanambi) e em Caetité, que atinge exatamente o parâmetro mínimo. Nos municípios de pequeno porte, como Presidente Juscelino, Monjolos, Augusto de Lima, Buenópolis, Glaucilândia, Capitão Enéas, Pai Pedro e Monte Azul em Minas Gerais, e Urandi, na Bahia, a estrutura de atendimento e dos serviços de saúde é pequena, tanto em quantidade quanto em variedade. Desta forma, é prevista sobrecarga de atendimento nos municípios com infraestrutura melhor, como Guanambi.

Em casos de surto de dengue, endemia cujos riscos de ocorrência devem ser observados em Guanambi, com uma taxa de 16,7 por mil habitantes e Nova Porteirinha, onde a taxa atingiu o mais alto patamar de toda AER, 16,9 casos por mil habitantes, o quantitativo de trabalhadores relacionados à obra pode associar-se tanto à proliferação do mesmo, quanto ao aumento da demanda por atendimento de saúde. Também deve-se ter especial atenção nos municípios de Caetité e Urandi, onde surtos de dengue na época das chuvas foram relatados.

Aumento de agravos por causas externas, associados a acidentes de trânsito, que já são sensíveis em algumas localidades, pode ser ocasionado pela maior circulação de veículos relacionados à implantação do empreendimento.

A estrutura viária também poderá sofrer pressões e possíveis danos, tendo em vista que o processo construtivo de linhas de transmissão implica no uso de veículos pesados. Tal impacto pode ser ainda,

mais expressivo nas vicinais, especialmente naquelas que já se encontram em condições precárias, gerando danos a trafegabilidade já deficitária. Em 235 das 261 localidades identificadas na AEL a via de acesso se dá por meio de vicinal, estradas de caráter secundário e, na maioria das vezes, sem asfaltamento.

No abastecimento de água potável a situação é semelhante, uma vez que a Área de Estudo enfrenta problemas relacionados à seca, sensivelmente perceptíveis de Francisco Sá (MG) em direção aos municípios da Bahia. Já o saneamento básico é praticamente inexistente em toda a Área de Estudo Local.

Além desses serviços, vale ressaltar o potencial incremento sobre a procura pelo comércio local em geral e por serviços de hospedagem e alimentação na região, serviços esses que também são precários. Em decorrência dessa situação, os municípios de Montes Claros e Janaúba, com maior disponibilidade de infraestrutura, podem ser os mais demandados. Ao mesmo tempo, outros municípios que são polos regionais em virtude da oferta de serviços e que não serão atravessados pelo empreendimento como, Belo Horizonte, Curvelo, Diamantina e Vitória da Conquista, também sofrerão pressão por demanda, especialmente no setor de saúde.

A questão da segurança pública demanda atenção especial, uma vez que os dados levantados na pesquisa socioeconômica demonstram precariedade do efetivo e dos equipamentos de segurança, inclusive nos municípios com previsão de receber canteiros de obras. Nem todos os municípios da Área de Estudo possuem infraestrutura de segurança pública, como batalhões e delegacias de polícia, o que dificulta o pronto atendimento em casos de situações emergenciais. Os municípios de Nova Porteirinha e Janaúba, destacam-se em termos de ocorrência de crimes, indicador central de problemas, dificuldade ou sensibilidade no que diz respeito à segurança pública. Há, ainda, tensões sociais relacionadas à incidência de assaltos, que acontecem, principalmente, nas estradas de acesso às localidades na Área de Estudo Local (AEL), nos municípios de Monjolos, Monte Azul, Buenópolis, Joaquim Felício e Bocaiuva.

Avaliação: A pressão sobre a infraestrutura existente compromete a qualidade dos serviços e, conseqüentemente, a vida dos moradores dos municípios, caracterizando este impacto como **Negativo**, de incidência **Indireta** e abrangência espacial **Regional**, mas concentrado nos municípios polos e nos que irão receber canteiro de obras. Esta interferência se dá de forma **Temporária** e **Reversível**, durante o período de obras. Desenhado o cenário de inserção do empreendimento, tal impacto pôde ser classificado de **Imediato** e **Cumulativo** com o **Impacto 07 –Agravamento das situações de vulnerabilidade social**, com o **Impacto 08 – Aumento de acidentes causados por animais peçonhentos**, com o **Impacto 09 – Pressão sobre o tráfego rodoviário** e com o **Impacto 10 – Pressão sobre a segurança hídrica da população local**. A sensibilidade é **Grande**, posto que a infraestrutura de

serviços públicos na Área de Estudos é precária e não atende satisfatoriamente a população local e a chegada do contingente de trabalhadores na obra, pode ocasionar aumento da demanda, especialmente nos municípios elegíveis para receber canteiros. Com isso, tanto a magnitude quanto a importância foram avaliadas como **Média**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Indireto	Temporário	Reversível	Imediato	Regional	Cumulativo	Médio	Grande	Médio

Medidas Recomendadas: Recomenda-se a adoção, em parceria com gestores públicos locais, de acompanhamento do aumento de demanda na rede de saúde e nos registros de ocorrência policiais, de modo a identificar os impactos sobre a infraestrutura, contemplando o entorno dos canteiros de obras e bairros/localidades que receberão os trabalhadores, de modo a definir ações prioritárias para mitigação do impacto. Também deverá ser divulgada a efetiva dimensão da demanda de mão de obra associada ao empreendimento, para contenção da atração excessiva de interessados.

Promover gerenciamento, controle e monitoramento dos resíduos e efluentes gerados no empreendimento.

Promoção de processos educativos de sensibilização dos trabalhadores para que eles tomem os cuidados necessários com a saúde individual e coletiva, com o foco na prevenção de problemas com a saúde do trabalhador e no esclarecimento de dúvidas sobre as principais doenças que podem acometê-los na região. Desta forma, a procura pelos serviços de saúde da região pode ser minimizada.

Promoção de processos educativos de sensibilização dos trabalhadores para que possam avaliar as implicações de se ter uma atitude violenta e/ou ilegal mesmo fora do ambiente de trabalho, no relacionamento com as comunidades locais. A sensibilização abordará questões relacionadas à direção defensiva, violência e consumo de drogas, a fim de se evitar o envolvimento dos trabalhadores em problemáticas deste tipo.

Programas Recomendados: Programa de Comunicação Social, Programa de Educação Ambiental para Trabalhadores, Programa de Educação em Saúde, Programa de Apoio à Infraestrutura Local e Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos.

IMPACTO 07 – Agravamento das situações de vulnerabilidade social

Fator ambiental: População da Área de Estudo; Infraestrutura de serviços essenciais (saúde, segurança, habitação, transporte e saneamento).

Ações Geradoras: Mobilização da mão de obra; Instalação e operação do canteiro de obras e áreas de apoio.

Delimitador Espacial: Municípios selecionados para abrigarem os canteiros de obras.

Dinâmica: Com a chegada de trabalhadores para as diferentes fases de obras, o aquecimento da atividade econômica e a ampliação do trânsito de pessoas e veículos na região de inserção da LT, há uma tendência a maior movimentação e interações sociais e culturais. Tal relação pode ter desdobramentos no que diz respeito ao incremento de agravos de saúde, especialmente de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce e uso de drogas, especialmente nas localidades em situações de pobreza, muitas vezes associadas a um amplo espectro de circunstâncias, como o desemprego, dificuldades de inserção social, enfermidades, violência, etc. A vulnerabilidade é, portanto, estabelecida por uma conjunção de fatores que tornam os indivíduos ou grupos mais suscetíveis a riscos e contingências sociais.

As mulheres na faixa etária entre 15 e 29 anos tem índice maior de fecundidade, o que tem contribuído para o nível geral de gravidez prevalente no Brasil, além de estarem mais expostas à violência, especialmente sexual e assaltos. Em uma área com precariedade de serviços de informação e prevenção, a chegada de pessoas de fora pode ter consequências negativas sobre a vida de mulheres adolescentes e jovens.

A incidência de DST/AIDS pode vir a ser modificada pela entrada de novos contingentes populacionais atraídos pelo empreendimento, com maior risco para os indivíduos sexualmente ativos com comportamentos sexuais de risco (sexo desprotegido).

Experiências anteriores na construção de empreendimentos com uso de mão de obra migrante chamam a atenção para o incremento da prostituição na Área de Estudo Regional (AER), especialmente nos municípios que recebem canteiros de obras e nos polos regionais que, conseqüentemente, concentram a maior quantidade de opções de lazer. Estes subgrupos populacionais (trabalhadores do empreendimento e trabalhadores do sexo) requerem especial atenção e intervenções específicas na tentativa de controlar a transmissão de DST/AIDS.

As Doenças Sexualmente Transmissíveis são consideradas pontos sensíveis nos municípios de Monte Azul e Pai Pedro, sendo que no primeiro relatou-se, ainda, uma alta taxa de gravidez entre adolescentes e, no segundo, casos de prostituição infantil. Em Caetité, durante a implantação de outro empreendimento, foi identificado o crescimento do número de gravidez na adolescência, de notificações de DSTs, sendo quatro casos de HIV. Além disso, o município enfrenta problemas de consumo de drogas e gravidez na adolescência e surtos de dengue na época das chuvas. O mesmo município conta com um Centro de Atenção Psicossocial Álcool Outras Drogas (CAPS-AD) e dois Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Essas questões também são fatores de preocupação em Urandi.

Avaliação: Tal impacto pode ser caracterizado como **Negativo**, de incidência **Indireta**, associado à presença dos trabalhadores envolvidos com a construção e operação dos canteiros de obra durante a fase de implantação. Sua abrangência espacial é **Regional**, uma vez que incide sobre a dinâmica social da região. Os efeitos desse impacto são **Permanentes e Irreversíveis**, ou seja, as condições originais não são restabelecidas ao final da obra. É um impacto com prazo de manifestação **Médio e Cumulativo** com o **Impacto 06 – Pressão sobre infraestrutura de serviços essenciais**. A sensibilidade é **Grande**, considerando que alguns municípios já enfrentam problemas relacionados ao aumento da incidência de DSTs e casos de gravidez e, com a chegada dos trabalhadores para a obra, há a possibilidade de aumento de casos desse tipo em municípios onde essa questão não se constitui, ainda, em um problema social. Com isso, a magnitude foi avaliada como **Alta** e a importância como **Grande**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Indireto	Permanente	Irreversível	Médio prazo	Regional	Cumulativo	Alto	Grande	Grande

Medidas Recomendadas: Recomenda-se a adoção, em parceria com gestores públicos locais, de monitoramento junto às unidades de saúde destes municípios, de modo a verificar o aumento de notificação da DST, visando à adoção de medidas para mitigar os impactos sobre as condições de saúde.

Promoção de processos educativos de sensibilização dos trabalhadores em relação aos vetores de transmissão de DSTs e ao respeito às leis de proteção da criança e do adolescente, bem como pelo que dispõem os Códigos de Ética das categorias profissionais.

Programas Recomendados: Programa de Apoio à Infraestrutura Local, Programa de Educação em Saúde, Programa de Educação Ambiental, Programa de Educação em Saúde e Programa de Educação Ambiental para Trabalhadores.

IMPACTO 08 – Aumento de acidentes causados por animais peçonhentos

Fator ambiental: População da Área de Estudo.

Ações Geradoras: Abertura e manutenção da faixa de servidão; Supressão de vegetação; Escavações de cavas e fundações de torres, Montagem de Torres, Lançamento de cabos.

Delimitação espacial: Canteiro de obras, acessos, faixa de servidão em trechos associados à adensamentos florestais e matas nativas com proximidade das áreas de obras, de residências e outras ocupações, que agravam a possibilidade de acidentes.

Dinâmica: A abertura de novos acessos e as alterações causadas nos ambientes naturais poderão acarretar no maior fluxo de pessoas em áreas antes inexploradas e na fuga da fauna para áreas utilizadas pela população local e trabalhadores, com conseqüente aumento do risco de acidentes de pessoas com animais peçonhentos de importância médica, tais como serpentes, aranhas, escorpiões, lacraias, vespas e abelhas.

Estes animais tendem a procurar abrigos em buracos, pedras, troncos ocos e galhos no chão. Durante a remoção desses troncos ou, até mesmo, durante a passagem nas proximidades de um desses abrigos, esses animais peçonhentos podem provocar acidentes, causando danos à saúde dos trabalhadores e da população em geral. Durante a supressão de vegetação esses animais podem, ainda, buscar abrigos nas proximidades ou dentro de domicílios, bem como nas áreas de empilhamento das madeiras, aumentando o risco de acidentes com a população local. Para área do empreendimento foram listadas cinco espécies de serpentes peçonhentas com potencial ocorrência para região: coral (*Micrurus ibiboboca*), jararaca-da-seca (*Bothrops erythromelas*), jararaca (*Bothrops jararaca*), jararaca-rabo-de-osso (*Bothrops neuwiedi*) e cascavel (*Crotalus durissus*), sendo as quatro últimas pertencente a família Viperidae, responsável pela maioria dos acidentes ofídicos no Brasil (LEITE *et al.*, 2013). Além das serpentes mencionadas, invertebrados como escorpiões e abelhas são comuns em todo país e fazem parte dos grupos que podem causar acidentes.

Tal impacto pode ser mais acentuado nos municípios onde foi identificado maior risco de acidentes com animais peçonhentos. Urandi (BA) apresenta a taxa mais expressiva, com 35,28 ocorrências por mil habitantes entre 2011 e 2015, embora tenha havido queda ao longo do período. Além deste, os

municípios que exigem maior atenção em relação a este tipo de ocorrência, pois apresentaram taxas superiores a 18 casos por mil habitantes, são: Bocaiuva, Porteirinha, Engenheiro Navarro, Monte Azul e Guaraciama (todos localizados em MG) e Caetité (BA).

Avaliação: Este impacto é de natureza **Negativa** e de incidência **Indireta**. A abrangência do impacto é **Local**, contemplando as áreas próximas à faixa de servidão e acessos. No que abrange a reversibilidade do impacto, o mesmo pode ser classificado como **Irreversível**. A sua duração pode ser classificada como **Temporária** e seu prazo de manifestação **Imediato**, devido à supressão da vegetação. Trata-se de um impacto **Cumulativo** com o **Impacto 06 - Pressão sobre infraestrutura de serviços essenciais**. A sensibilidade é **Pequena**, já que, embora, as ocorrências de casos de acidentes com animais peçonhentos exijam atenção em seis municípios, esse não é um problema de grande amplitude na Área de Estudo. Com isso, a magnitude foi avaliada como **Média** e a importância como **Pequena**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Indireto	Temporário	Irreversível	Imediato	Local	Cumulativo	Médio	Pequeno	Pequeno

Medidas Recomendadas: Promoção de processos educativos de sensibilização dos trabalhadores em relação aos cuidados para a prevenção de acidentes com animais peçonhentos; Divulgação de informações para a comunidade em relação aos cuidados para a prevenção de acidentes com animais peçonhentos.

Programas Recomendados: Programa de Educação Ambiental para Trabalhadores, Programa de Apoio à Infraestrutura Local, Programa de Comunicação Social e Programa de Educação em Saúde.

IMPACTO 09 – Pressão sobre o tráfego rodoviário

Fator ambiental: Tráfego rodoviário.

Ações Geradoras: Instalação e operação do canteiro de obras e áreas de apoio; Abertura e/ou adequação de acessos; Transporte de materiais, equipamentos e insumos; Operação de máquinas, equipamentos e veículos; Abertura e manutenção da faixa de servidão; Escavações e fundações das torres; Montagem das torres; Lançamento dos cabos.

Delimitador espacial: Tem delimitação linear, definida pela seleção de trechos de estradas presentes na Área de Estudo Local, os quais serão utilizados para transporte de máquinas, equipamentos, insumos e trabalhadores.

Dinâmica: Para a implantação da LT é prevista abertura e adequação de estradas vicinais e comunitárias para tráfego de máquinas pesadas, equipamentos e trabalhadores, o que implica em considerável aumento da circulação de veículos nas estradas e vias vicinais para atender a demanda das obras. Os veículos pesados serão usados, sobretudo, no transporte dos profissionais alocados, de peças e materiais, combustível, alimentos, produtos de higiene e, se preciso, de água potável. Dentre essas máquinas pesadas, destacam-se caminhonetes 4×4, F400, Caminhão Toco, Caminhões Truck, Carretas, Tratores, Caminhões Munck, Pás Mecânicas e Retroscavadeiras.

Apesar de existirem estradas asfaltadas em paralelo a todo o traçado da LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino, a maioria das localidades desenvolve-se ao longo das estradas vicinais, onde nem sempre existe oferta de transporte público e linhas regulares de transporte coletivo. Em 235 das 261 localidades identificadas na AEL a via de acesso se dá por meio de vicinal, estradas de caráter secundário e na maioria das vezes sem asfaltamento. As vicinais que ligam as vias principais a localidades mais distantes e fazendas, como identificado em campo, podem ser de maior porte e boa condição de circulação e, mesmo assim, sofrer com interferências negativas, a partir da intensificação do tráfego de veículos para atender a obra.

Sendo assim, a pressão sobre o sistema viário pode contribuir para a degradação da malha viária devido ao fato de que muitas delas, especialmente as estaduais, já não se encontram em boas condições, com evidências de fadiga na pavimentação, falta de conservação e sinalização.

Outro impacto sobre o tráfego rodoviário refere-se ao aumento dos riscos de acidentes. Esse risco é potencializado nas regiões de adensamento populacional, áreas de expansões urbanas, próximas às escolas e povoados. Em vias vicinais é comum a presença de crianças que brincam nas ruas, de animais domésticos soltos, além da circulação de veículos particulares de moradores (identificado ao longo de toda a Área de Estudo Local), motos, montaria e formas rudimentares de transporte, como carroças com cavalos. Houve relatos de uso de transporte alternativos como taxi, moto taxi ou vans particulares nas localidades de Mundo Novo (Janaúba), Canabrava (Janaúba), Catuti, Pajeú (Monte Azul), Rebentão (Monte Azul), Lagoinha (Monte Azul), Lagoa dos Marruás (Espinosa), Salinas (Urandi), Paus Pretos (Pindaí), Fazenda Jacu (Pindaí), Pau de Colher (Pindaí), Lagoa Dantas (Pindaí), Furado Fundo (Pindaí), Pilões (Candiba), Fazenda Tambori (Guanambi), Curral de Varas (Guanambi), Jurema Barbosa (Guanambi), Ceraíma (Guanambi), Barro Vermelho (Guanambi), Morrinhos (Guanambi) e Pirajá (Caetité). Apesar de ser

uma prática proibida, na localidade de Tirafogo (Janaúba) foi relatado o uso do transporte escolar de forma alternativa, como caronas a outras pessoas que não os alunos.

Este impacto poderá manifestar-se, também, em ambientes rurais (assentamentos, sítios, fazendas, etc), quando associado ao transporte e à operação de máquinas e equipamentos, podendo provocar, além de acidentes com a população local, incremento, interrupções e retenções no tráfego interiorano, alterando o fluxo viário na região.

Além disso, há vias de acesso que serão interceptadas pelo empreendimento, as quais terão o tráfego e a circulação interrompidos ou afetados em alguns momentos da obra devido ao processo de instalação da LT. Há vicinais que serão interceptadas em mais de um ponto, sendo, portanto, locais de maior sensibilidade no que tange às questões do tráfego e da circulação, como por exemplo: a vicinal que liga os povoados Conceição de Teixeira (Augusto de Lima) e Salobo (Buenópolis) à BR-315, será interceptada pela LT tanto no Lote 14 (coordenadas 591576/8014638) quanto no Lote 16 (coordenadas 596911/8009808); no trecho entre Santa Cruz e Vale Fundo (Santo Hipólito) a LT cruza a vicinal 3 (três) vezes (coordenadas 600354/7955531; 600352/7954757 e 600255/7952995); entre Monjolos e Vale Fundo (Santo Hipólito) a LT cruza a vicinal 2 (duas) vezes (coordenadas 597724/7971752 e 596625/7978320).

Avaliação: Este impacto é **Negativo**, ocorrendo, principalmente, nas rodovias federais, estaduais e vicinais, caracterizando-se como **Regional**. Por ser provocado por ações diretas do projeto, a partir da circulação de veículos destinados à implantação do empreendimento, sua forma de incidência foi classificada como **Direta**. No que abrange a reversibilidade do impacto, o mesmo pode ser classificado como **Temporário** e **Reversível**, com manifestação **Imediata**, uma vez que ele cessa quando terminam as atividades de obra. Esse é um impacto **Cumulativo**, uma vez que interage com o **Impacto 06 - Pressão sobre infraestrutura de serviços essenciais** e com o **Impacto 27 – Atropelamento e acidentes com a fauna silvestre**. A sensibilidade é **Grande**, uma vez que quase a totalidade das localidades identificadas na Área de Estudo são acessadas por vicinais, as quais poderão ser utilizadas para implantação do empreendimento. Com isso, tanto a magnitude quanto a importância foram avaliadas como **Média**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Direto	Temporário	Reversível	Imediato	Regional	Cumulativo	Médio	Grande	Médio

Medidas Recomendadas: Correta sinalização de locais sensíveis, manutenção de equipamentos e notificação de uso de vias, instalação de sinalização das vias de acesso usadas; Disseminar informações sobre as alterações de fluxo de tráfego; Implementação de um sistema de resgate móvel e pronto atendimento em caso de acidentes envolvendo vítimas, localizado nos municípios onde serão instalados os canteiros de obras.

Promoção de processos educativos de sensibilização dos trabalhadores para que possam avaliar as implicações socioambientais das possíveis pressões que possam vir a exercer sobre a utilização de vias de acesso, e sobre o respeito aos limites de velocidade das mesmas, ressaltando a necessidade de adoção de cuidados para se prevenir acidentes.

Programas Recomendados: Plano Ambiental para a Construção, Programa de Apoio à Infraestrutura Local, Programa de Educação Ambiental para Trabalhadores, Programa de Manutenção e Sinalização de Vias e Controle de Tráfego.

IMPACTO 10 – Pressão sobre a segurança hídrica da população local

Fator ambiental: Abastecimento de água.

Ações Geradoras: Aquisição de materiais, mobilização de equipamentos e contratação de serviços; Instalação e operação do canteiro de obras e áreas de apoio; Operação de máquinas, equipamentos e veículos.

Delimitação espacial: Municípios selecionados para abrigarem os canteiros de obras.

Dinâmica: A segurança hídrica implica na garantia da oferta de água de qualidade para o abastecimento humano e para as atividades produtivas. No caso da Área de Estudo Regional (AER) do empreendimento, situações de seca, estiagem e desequilíbrio entre a oferta e a demanda do recurso são problemas marcantes, principalmente, a partir de Francisco Sá até Caetité, especialmente crítica entre Nova Porteirinha e Caetité. Poucas localidades conseguem manter suas atividades produtivas, gravemente afetadas pela seca, já que a maioria não dispõe de recursos financeiros para irrigar a terra.

O abastecimento de água por poços artesianos é comum, especialmente em áreas rurais localizadas nas Áreas de Estudo Regional (AER) e Local (AEL). O abastecimento é feito por carros pipas, oferecidos pelas prefeituras ou pelo Exército, nos povoados Camilo Prates, Curral de Vara e Santa Cruz (Bocaiuva); Rio Félix I e II (Guaraciama); Jataí, José Faustino, Baixa da Colônia, Quem Quem, Barroquinha (Janaúba), Ferraz (Mato Verde); Riacho Quente, Junco (Monte Azul);, Rio Verde, Pedra Aguda, Caldeirão, Canavista, Cachoeira, Agreste/Fazenda Boa Esperança, Tiririca, Cubículo, Fazenda Entre Morros, Poço Bom, Quixabá,

Fazenda Boa Sorte, Fazenda Água Verde (Urandi); Fazenda Tataíra, Morro do Macaco, Pesqueiro I e II, Lagoinha, Lagoa de Dominginhos, Paus Pretos, Fazenda Morrinhos, Salinas, Recreio, Morro do Pindaí (Pindaí).

No **item 2.2.2.4 – Recursos Hídricos**, foi realizada uma análise dos cenários de oferta e demanda de água nos municípios interceptados pela LT, o qual indicou que a demanda excede a oferta em todos os municípios baianos e nos municípios mineiros de Janaúba, Nova Porteirinha, Francisco Sá, Catuti, Mato Verde Pai Pedro e Buenópolis. Já nos municípios de Glaucilândia, Presidente Juscelino, Santo Hipólito e Mamonas, todos eles em Minas Gerais, a oferta de água é pelo menos 50% superior à demanda. Nesse sentido, nos municípios com níveis críticos de oferta de água e seca marcante, os carros-pipa que atendem a população deveriam ser evitados para o atendimento dos canteiros e frentes de obra.

A implantação do empreendimento requer o uso intenso de água, especialmente para as atividades de canteiro, concretagem, umectação das vias, consumo dos trabalhadores e lavagem de veículos. Há previsão de uso de carros-pipa, bem como a perfuração de poços para consumo de água durante a obra e para uso no piquete de obra na execução de fundações. Os carros pipas serão contratados localmente, o que pode gerar aumento dos preços dos carros-pipa e pressão nos reservatórios de captação de água nesses municípios.

O consumo total de água para cada município que receberá canteiro de obras é apresentado no **Quadro 3-8**.

Quadro 3-8 - Consumo total de água para a implantação da LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino.

Município	Consumo total previsto (m ³)
Presidente Juscelino/MG	3750
Monjolos/MG	1500
Augusto de Lima/MG	1000
Buenópolis/MG	1000
Bocaiuva/MG	3000
Glaucilândia/MG	1000
Capitão Enéas/MG	1000
Janaúba/MG	7500
Pai Pedro/MG	1500
Monte Azul/MG	1500
Urandi/BA	1000
Guanambi/BA	1000
Caetitê/BA	4750

Além disso, há um aumento do uso da água relacionado com a elevação da demanda de serviços essenciais, como hospedagem, alimentação, serviços de saúde e limpeza pública. Com isso carros-pipas que atendem a população podem ser utilizados para atender a demanda da obra, sobretudo, se tiverem a expectativa de serem melhor remunerados pelo serviço do que atualmente, pressionando ainda mais o fornecimento de água na região e o desequilíbrio no acesso a esse recurso, tanto para consumo humano, quanto para produção agrícola e consumo animal, gerando consequências para a saúde pública da população da Área de Estudo Regional (AER). Deve-se atentar, também, para a inflação do mercado de água da região, considerando a limitada oferta e a demanda elevada. Soma-se a isso a ameaça de perdas econômicas na atividade agrícola em função do uso concorrente de água escassa na região.

Avaliação: Este impacto é **Negativo**, com incidência **Indireta**, visto que é provocado pela demanda por água para a realização das obras em diversas condições, tais como instalação do canteiro de obras, consumo dos trabalhadores e usos do processo construtivo. A abrangência do impacto é **Regional**, pois o problema da oferta e da demanda de água afeta toda a região. No que se refere à reversibilidade do impacto, o mesmo pode ser classificado como **Reversível**, uma vez que, cessada a obra, o cenário volta à situação normal. A sua duração pode ser classificada como **Temporária** e seu prazo de manifestação **Médio**. Trata-se de um impacto **Cumulativo** com o **Impacto 06 – Pressão sobre a infraestrutura de serviços essenciais**. A sensibilidade é Muito **Grande**, pois a seca é marcante no trecho do empreendimento compreendido entre Montes Claros (MG) e Caetité (BA), sendo o carro-pipa essencial para o abastecimento de água em muitas localidades. Com isso, a magnitude e a importância foram avaliadas como **Média**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Indireto	Temporário	Reversível	Médio prazo	Regional	Cumulativo	Médio	Muito Grande	Médio

Medidas Recomendadas: Estabelecer procedimentos construtivos para a redução no consumo de água durante as obras e adoção de medidas alternativas para o abastecimento de água no volume requerido pela obra.

Promoção de processos educativos junto a gestores públicos e lideranças da Área de Estudo do empreendimento, fundamentados na gestão dos conflitos de uso dos recursos e na apropriação pública dos meios de participação na gestão ambiental local. Tendo em vista que o território é um espaço de

constantes conflitos de interesses sobre o uso e apropriação dos recursos ambientais, as ações educativas do PEA visam esclarecer e orientar os gestores públicos e lideranças sobre a gestão ambiental do território em que atuam.

Durante a implantação do empreendimento, os municípios com situação mais confortável de abastecimento podem ser priorizados para captação de água para as atividades da obra, evitando sempre que possível os municípios mais sensíveis onde a demanda excede a oferta de água.

Programas Recomendados: Programa de Apoio à Infraestrutura Local, Plano Ambiental para a Construção e Programa de Educação Ambiental.

IMPACTO 11 – Interferência com Projetos de Assentamento

Fator ambiental: Uso e Ocupação do Solo; Áreas de Uso Coletivo.

Ações Geradoras: Cadastramento das propriedades e negociação de autorização de passagem; Abertura e/ou adequação de acessos; Transporte de materiais, equipamentos e insumos; Supressão de vegetação; Abertura e manutenção da faixa de servidão.

Delimitação espacial: Projetos de Assentamentos atravessados pela faixa de servidão.

Dinâmica: Na Área de Estudo Local existem 06 (seis) Projetos de Assentamentos Federais: o PA Betinho, o PA Final Feliz, o PA Professor Mazan, o PA Elói Ferreira, o PA Serrador e o PA Serafim. Desses, 02 (dois) serão atravessados pela Faixa de Servidão da LT - o PA Betinho e o PA Final Feliz. As fazendas foram loteadas e cada família recebeu um lote para produzir, um para residir e um para a área de reserva.

A instalação de torres e, conseqüentemente, das faixas de serviço e servidão nas áreas de agricultura de subsistência podem afetar as condições de produção, comprometendo, em casos extremos, o abastecimento e a renda familiar das famílias assentadas. As principais atividades produtivas praticadas no PA Final Feliz (Joaquim Felício) e no PA Betinho (Bocaiuva) são a criação de gado de corte e a plantação de abóbora japonesa, hortaliças e verduras.

Desse modo, considera-se que, quanto maior o percentual de área atingida, maior será o prejuízo causado à produção, implicando em queda na renda dos assentados em virtude da redução das áreas destinadas a agricultura. A dimensão e a intensidade desse impacto variam conforme as condições locais de acessibilidade e em função da área dos lotes que será interceptada pelas faixas de servidão e de serviço da LT. Este impacto será expressivo e significativo nas pequenas propriedades, considerando que os

assentados possuem em média 15 e 60 hectares, e que, especialmente no PA Betinho, a LT atravessa o assentamento. Ao mesmo tempo, os principais usos estão associados à agricultura familiar com a produção de gêneros de primeira necessidade.

O sistema de transporte dos municípios da Área de Estudo Local (AEL) é precário no atendimento aos Projetos de Assentamentos. Ainda assim, de modo geral o transporte coletivo é o meio mais recorrente para acessar as sedes municipais. Os Projetos de Assentamentos são atendidos pelas Prefeituras com transporte escolar e muitos utilizam de meios próprios para se deslocarem. O aumento no tráfego de veículos e intensificação do uso das vicinais que levam aos PAs podem ocasionar interferências na circulação dos assentados, como aumento de risco de acidentes, aumento de poeira, degradação das estradas e interrupção de acessos.

Avaliação: Este impacto é **Negativo**, com incidência **Direta**. A abrangência do impacto é **Regional**, devido à proximidade dos assentamentos na AEL. No que abrange a reversibilidade do impacto, o mesmo pode ser classificado como **Irreversível**, uma vez que, apesar de cessada a obra, as perdas econômicas não serão recuperadas. A sua duração pode ser classificada como **Permanente** considerando as restrições do estabelecimento da faixa de servidão e seu prazo de manifestação **Imediato**. Trata-se de um impacto **Cumulativo** com o **Impacto 02 – Geração de conflitos de interesse**, com o **Impacto 03 – Pressão sobre a condição fundiária**, com o **Impacto 04 – Perda de áreas produtivas e benfeitorias** e com **Impacto 16 - Alteração do uso e ocupação do solo**. A sensibilidade é **Muito Pequena**, uma vez que a LT atravessa dois Projetos de Assentamento, podendo ocasionar perda de áreas produtivas, coletivas e benfeitorias. Apesar disso, dada as características do impacto, a magnitude foi avaliada como **Alta** e a importância como **Média**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Regional	Cumulativo	Alto	Muito pequeno	Médio

Medidas Recomendadas: Negociação de indenizações para constituição da faixa de servidão administrativa. Avaliar as situações de deslocamento compulsório da população e riscos de vulnerabilização social das famílias atingidas.

Promoção de processos educativos, junto a gestores públicos e lideranças da Área de Influência do empreendimento, fundamentados na gestão dos conflitos de uso dos recursos e na apropriação pública dos meios de participação na gestão ambiental local. Tendo em vista que o território é um espaço de constantes conflitos de interesses sobre o uso e apropriação dos recursos ambientais, as ações educativas do PEA visam esclarecer e orientar os gestores públicos e lideranças sobre a gestão ambiental do território em que atuam.

Promover processos educativos de valorização de práticas agropecuárias sustentáveis para otimização e integração da produção em pequenas áreas visando à manutenção de segurança alimentar e da renda junto aos assentados.

Recomenda-se a adoção, em parceria com gestores públicos locais, de acompanhamento do aumento de demanda na rede de saúde e nos registros de ocorrência policiais, de modo a identificar os impactos sobre a infraestrutura, contemplando o entorno dos canteiros de obras e bairros/localidades que receberão os trabalhadores, de modo a definir ações prioritárias para mitigação do impacto, se for o caso.

Programas Recomendados: Programa de Apoio à Infraestrutura Local, Programa de Gestão Fundiária e Patrimonial e Programa de Educação Ambiental.

IMPACTO 12 – Interferência no patrimônio histórico, cultural e arqueológico

Fator ambiental: Patrimônio histórico, arqueológico e cultural.

Ações Geradoras: Instalação e operação do canteiro de obras e áreas de apoio; Operação de máquinas, equipamentos e veículos; Escavações e fundações das torres; Montagem das torres.

Delimitação espacial: Faixa de servidão na travessia dos municípios.

Dinâmica: Sítios arqueológicos são unidades espaciais dispostas sobre a superfície ou subsuperfície que contem vestígios materiais ou informações de relevante interesse arqueológico, apresentando relações contextuais passíveis de serem delimitadas, protegidas, estudadas e manejadas, em favor de interesses conservacionistas, científicos e públicos.

Impactos ao patrimônio arqueológico se dão por duas vias: remobilização, soterramento e destruição parcial ou total de sítios arqueológicos e pela privação de conhecimentos de interesse público relativos aos bens histórico-arqueológicos. O trânsito de veículos com fluxo de máquinas pesadas resultará na compactação do solo, exigindo a manutenção constante das vias utilizadas. Pode ser necessária, também,

a abertura de vias secundárias de acesso, além da circulação de trabalhadores em regiões remotas, com a possibilidade de impacto sobre sítios arqueológicos e a eventual coleta de fragmentos de evidências arqueológicas.

Toda e qualquer interferência física em terrenos na Área de Estudo Regional (AER) poderá provocar a remobilização e/ou destruição de possíveis vestígios e estruturas arqueológicas existentes na superfície ou no interior de solos ou sedimentos. Este impacto tem relevância na medida em que a interpretação dos sítios arqueológicos depende da integridade dos vestígios e de sua matriz sedimentar, bem como da relação entre elementos que formam seu contexto material, espacial e temporal.

Há potencial arqueológico e histórico-cultural nos municípios de Caetité, Pindaí, Guanambi, Janaúba, Francisco Sá, Montes Claros, Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Joaquim Felício, Buenópolis, Augusto de Lima, Monjolos e Gouveia e as atividades de construção do empreendimento podem afetar esse patrimônio, desconfigurando sítios de interesse científico e cultural.

O patrimônio histórico, cultural e arqueológico engloba em suas dimensões material e imaterial, os conhecimentos sobre as referências histórico-arqueológicas das diferentes localidades. A população dos diferentes municípios e zonas rurais inseridas nos trechos atingidos pelo empreendimento podem ser privadas desse conhecimento, seja pela possibilidade de destruição de bens culturais, seja pelo não repasse dos conhecimentos adquiridos no decorrer dos estudos elaborados.

Avaliação: Este impacto caracteriza-se como **Negativo** e **Direto**. É **Permanente** e **Irreversível**, considerando que o estudo e a interpretação de sítios arqueológicos dependem da integridade dos vestígios e de sua matriz sedimentar e da relação entre elementos que formam seu contexto material, espacial e temporal. Seu prazo de manifestação pode ser classificado como **Médio**. Este impacto caracteriza-se como **Simples** e **Local**, uma vez que as interferências sobre vestígios arqueológicos se dão somente em escala local. A sensibilidade é **Pequena**, pois há potencial arqueológico e histórico-cultural na Área de Estudo. Com isso, a magnitude foi avaliada como **Média** e a importância como **Pequena**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Médio prazo	Local	Simples	Médio	Pequeno	Pequeno

Medidas Recomendadas: Mapear e registrar os bens materiais e imateriais que constituem o patrimônio histórico e cultural impactados pelo empreendimento. Acompanhamento das obras e sinalização ao longo das áreas de potencial arqueológico, cultural e natural.

Monitorar possíveis ocorrências de sítios arqueológicos ao longo do traçado da LT, com ações específicas para salvamento e resgate, quando necessário.

Programas Recomendados: Plano Ambiental para a Construção e Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico.

IMPACTO 13 – Pressão sobre a condição fundiária de populações tradicionais

Fator ambiental: Comunidades Tradicionais; Áreas de Uso Coletivo.

Ações Geradoras: Instalação e operação do canteiro de obras e áreas de apoio; Operação de máquinas, equipamentos e veículos; Abertura e manutenção da faixa de servidão; Escavações e fundações das torres; Montagem das torres.

Delimitação espacial: Comunidades Quilombolas interceptadas pela faixa de servidão.

Dinâmica: Na Área de Estudo foram identificadas 07 (sete) Comunidades Quilombolas: Vila Nova dos Poções (Janaúba-MG), Poções (Francisco Sá-MG), Mocambo/Sítio e Borá (Bocaiuva-MG), Caco/Vargem do Rancho/Taboa II (Candiba-BA), Boi (Pindaí-BA) e Gurunga (Igaporã-BA). Embora este último município não seja interceptado pelo empreendimento, a comunidade quilombola foi contemplada na Área de Estudo das Comunidades Tradicionais, uma vez que se encontra a 4,97 km de distância da LT (de acordo com Portaria Ministerial nº 60/2015 em seu Anexo I, é determinada a distância de 5 km em relação ao empreendimento para a realização de procedimentos relativos ao licenciamento ambiental).

De acordo com o Decreto nº 6.040/2007, o território quilombola é entendido como um espaço repleto de memória e significados necessários para a manutenção das práticas sociais, manejo dos recursos, sistemas produtivos e consumo da produção, utilizados de forma permanente ou temporária. Da mesma forma, os direitos a terra e a manifestação cultural foram garantidos aos remanescentes quilombolas pela Constituição Federal de 1988 (artigos 215 e 216 e artigo 68 do ADTC).

Destaca-se que nenhuma das Comunidades Quilombolas identificadas no estudo possui Relatório Técnico de Delimitação e Identificação (RTID), portanto, não tem seus territórios definidos e delimitados de acordo com o histórico de cada comunidade. Sendo assim, as distâncias preliminarmente definidas em campo, a partir do qual marcou-se um ponto de referência para cada comunidade, são aproximadas no

que tange ao território de cada comunidade, assim sendo, imprecisas em relação a distância da diretriz do traçado da LT.

Foram identificadas 04 (quatro) famílias que poderão ser removidas para a instalação da LT, 02 (duas) delas podem ser quilombolas.

No trabalho de campo ao longo da Área de Estudo Local (AEL) identificou-se a Comunidade Quilombola de Vila Nova dos Poções, em Janaúba (MG). A comunidade de aproximadamente 750 famílias, acessada por estradas vicinais, a partir da Rodovia MG-401, localiza-se no quilômetro 215,3 da LT, nas coordenadas UTM 681738E / 8269835N, a 1,36 km de distância do empreendimento. A comunidade quilombola depende, principalmente, da atividade de fruticultura e pecuária, comercializadas em Janaúba de forma indireta, para empresas que distribuem a produção para diversas regiões do país.

Grande parte das Comunidades Quilombolas que ainda não obtiveram o título definitivo de suas terras, encontra-se na condição de posseiros ou mesmo foram expropriados de suas terras tradicionais. Com a chegada do empreendimento os conflitos e as incertezas podem aumentar, ocasionado pressão sobre a condição fundiária das comunidades.

Os impactos esperados no que se refere a interferências em elementos de valor simbólico, histórico, modos de vida e mudanças no cotidiano da população, a partir da circulação de veículos e pessoas estranhas serão avaliados por meio da realização de Estudo do Componente Quilombola, desenvolvido em paralelo ao EIA, com base nas orientações da Fundação Cultural Palmares.

Avaliação: Estas características indicam que a natureza deste impacto é **Negativa** e sua incidência **Direta**, tendo em vista o fato de estar associado à atividade de obra. O alcance do impacto é de abrangência **Local**, já que se refere aos impactos específicos sobre as Comunidades Quilombolas. Entretanto, trata-se de um impacto **Temporário** e **Irreversível** e seu prazo de manifestação **Imediato**. Trata-se de um impacto **Cumulativo**, uma vez que interage diretamente com o **Impacto 02 – Geração de conflitos de interesse**, com o **Impacto 03 – Pressão sobre a condição fundiária** e com o **Impacto 12 - Interferência no patrimônio histórico, cultural e arqueológico**. A sensibilidade é **Média**, uma vez que novas pressões sobre a condição fundiária e conflitos de interesse podem ser ocasionados com o estabelecimento da faixa de servidão em áreas de comunidades tradicionais, especialmente, porque as comunidades identificadas ainda não possuem a demarcação e a titulação dos seus territórios. Com isso, a magnitude foi avaliada como **Alta** e a importância como **Média**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Direto	Temporário	Irreversível	Imediato	Local	Cumulativo	Alto	Médio	Médio

Medidas Recomendadas: Deverão ser estabelecidos procedimentos e tratativas específicos de negociação com as Comunidades Quilombolas para o estabelecimento da faixa de servidão.

Programas Recomendados: Programa de Gestão Fundiária e Patrimonial.

IMPACTO 14 - Incremento da arrecadação tributária

Fator ambiental: Arrecadação tributária.

Ações Geradoras: Mobilização de mão de obra; Aquisição de materiais, mobilização de equipamentos e contratação de serviços; Instalação e operação do canteiro de obras e áreas de apoio.

Delimitação espacial: Municípios atravessados pelo traçado e selecionados para abrigarem os canteiros de obras.

Dinâmica: Com a chegada de trabalhadores é esperado o aumento da demanda por hospedagem e bens e serviços. Esses e outros fatores contribuem para o aumento da atividade econômica na região, que implica no incremento da arrecadação tributária.

Com a permanência dos canteiros de obra, alguns municípios podem apresentar dinamização na sua economia, como a abertura de novas oportunidades de emprego, locação de imóveis, favorecimento do comércio local com a compra de materiais, e da prestação de serviços, tais como, hospedagem, alimentação, combustível, dentre outros.

A execução das obras deverá resultar, ainda, em aumento do montante regional de recursos monetários, em função da arrecadação de ISS (Imposto sobre Serviços) pelas municipalidades.

O aumento da circulação de capital proporcionado pela vinda de pessoas oriundas de outras regiões e pela alteração de renda da população, que está diretamente vinculada à contratação de mão de obra local, deve proporcionar um aumento na arrecadação de impostos sobre circulação de bens e serviços pelo município.

Avaliação: Desenhado o cenário de inserção do empreendimento, tal impacto pôde ser classificado como **Positivo**; de incidência **Indireta** e **Temporária**; **Imediato**; com abrangência **Regional**. Este impacto caracteriza-se como **Reversível** e Cumulativo com o **Impacto 05 – Geração de emprego**. A sensibilidade é **Muito Pequena**, considerando que a economia da maioria dos municípios da Área de Estudo é pouco dinâmica e que a arrecadação tributária gerada com a chegada do empreendimento será diluída entre os municípios. Com isso, a magnitude foi avaliada como **Média** e a importância como **Pequena**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Positivo	Indireto	Temporário	Reversível	Imediato	Regional	Cumulativo	Médio	Muito Pequeno	Pequeno

Medidas Recomendadas: Recomenda-se a adoção, em parceria com gestores públicos locais, de acompanhamento do aumento da arrecadação tributária e da demanda por serviços tais como, de saúde e segurança, contemplando o entorno dos canteiros de obras e bairros/localidades que receberão os trabalhadores, de modo a definir ações prioritárias para a potencialização do impacto, se for o caso.

Programas Recomendados: Programa de Apoio à Infraestrutura Local, Programa de Comunicação Social e Programa de Capacitação de Mão de Obra Local.

IMPACTO 15 – Alteração da paisagem

Fator ambiental: Paisagem.

Ações Geradoras: Instalação e operação do canteiro de obras e áreas de apoio; Supressão de vegetação; Abertura e manutenção da faixa de servidão; Abertura e/ou adequação de acessos; Montagem das torres.

Delimitação espacial: Ocorre nas áreas de especial interesse turístico e paisagístico, devido a interceptação do traçado e da faixa de servidão.

Definição: Apesar do predomínio da agricultura e da criação de gado em toda a Área de Estudo, em diversos pontos, o traçado intercepta ambientes bucólicos, com vegetação nativa e de valor paisagístico, associados a atrativos turísticos na região.

A região é conhecida por abrigar córregos, rios e cachoeiras e faz parte do Circuito Eco Turístico do Sertão Mineiro. O circuito turístico da Serra do Cabral abriga também, para além das cachoeiras, sítios arqueológicos e pinturas rupestres classificadas como Estilo Cabral.

Parte da Área de Estudo encontra-se na área da Serra do Cabral e, em parte, na Serra do Espinhaço, também conhecida pela beleza das cachoeiras, rios, cânions, lagos e pequenos riachos com vegetação nativa em bom estado de conservação ambiental. Os municípios de Gouveia, Monjolos e Santo Hipólito encontram-se no caminho que os tropeiros percorriam para chegar da Bahia e do Norte de Minas Gerais à Diamantina, hoje conhecida como Estrada Real. Na Estrada Real, os caminhos e construções são patrimônios da história do Brasil. Os municípios de Buenópolis, Augusto de Lima, Monjolos, Santo Hipólito, Gouveia, Presidente Juscelino estão nos baixios do Rio das Velhas, principal afluente do Rio São Francisco. O circuito do turismo histórico também ocorre nos municípios que fazem parte do antigo caminho dos diamantes, realizados por tropeiros na Serra do Espinhaço, como Buenópolis, Augusto de Lima, Monjolos e Santo Hipólito.

Na Vila Santa Bárbara, no município de Augusto de Lima, o ecoturismo é uma atividade importante. O local conta com um resort Águas de Santa Bárbara durante todo o ano todo, sendo um balneário frequentado por turistas e moradores de Montes Claros e Belo Horizonte. Vale destacar que, os proprietários do Resort são os mesmos da antiga Fábrica de Tecido Santa Bárbara.

O município de Curimataí, situada na parte montanhosa da Serra do Espinhaço, constitui-se um patrimônio histórico e cultural que atrai turistas de diferentes regiões de Minas Gerais. Famosa pela saga dos tropeiros em busca de diamantes, a cidade atualmente tem no turismo uma de suas bases econômicas.

A Cachoeira do Serrado, localizada no município de Porteirinha, é famosa pela sua beleza e um ponto turístico para vários moradores da região. Situada no Parque Estadual Serra Nova, fica a 20 minutos da sede municipal e o principal acesso é pela Rodovia BR-122. Várias pousadas e restaurantes ficam bem próximas ao Parque.

A presença das torres pode prejudicar essas atividades existentes e futuras, posto que tende a provocar alterações da paisagem, encaixando elementos de referência urbana e industrial, em uma paisagem de caráter rural e ecológico. Por esta razão, entende-se que atividades construtivas como a supressão de vegetação, abertura e/ou adequação de acessos, a abertura e manutenção da faixa de servidão e a montagem das torres, acabam por alterar a paisagem hoje existente.

Avaliação: Neste cenário de inserção do empreendimento, este impacto foi classificado como **Negativo**; de incidência **Direta, Permanente, Irreversível**, já que a paisagem ficará alterada após o término da obra. Sua manifestação é **Imediata**, de abrangência **Local**. É considerado um impacto **Cumulativo** com o **Impacto 17 – Interferências com a vegetação** e com o **Impacto 18 – Alteração e/ou perda de habitats**. A sensibilidade do fator ambiental é **Muito Pequena**, posto que a paisagem já se encontra alterada em diversos locais ao longo da AE do empreendimento. Entretanto, devido a características do impacto, a magnitude foi avaliada como **Alta** e a importância como **Média**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Local	Cumulativo	Alto	Muito Pequeno	Médio

Medidas Recomendadas: Recomenda-se o acompanhamento das obras e o estabelecimento de diretrizes e medidas de acompanhamento para os valores de Compensação Ambiental, tal qual definido no Decreto nº 6.848/2009.

Programas Recomendados: Plano Ambiental para a Construção, Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Programa de Compensação Ambiental.

IMPACTO 16 - Alteração do uso e ocupação do solo

Fator ambiental: Uso e ocupação do solo.

Ações Geradoras: Cadastramento das propriedades e negociação de autorização de passagem; Instalação e operação do canteiro de obras e áreas de apoio; Abertura e/ou adequação de acessos; Supressão de vegetação; Abertura e manutenção da faixa de servidão; Escavações e fundações das torres; Montagem das torres; Ampliação das subestações / entrada de bay.

Delimitação espacial: Intersecção da faixa de servidão com as localidades e propriedades da Área de Estudo do Meio Socioeconômico.

Dinâmica: Para estabelecimento da faixa de servidão da LT, de 66 m de largura, ocorrerá a imposição de restrições de uso nas propriedades, envolvendo o seccionamento de propriedades contínuas. Dessa forma, nessa faixa, a alteração do uso e ocupação do solo ocorrerá, ainda, nos locais onde forem abertos

os novos acessos. O **Quadro 3-11**, apresentado no **Impacto 17 – Interferências com a vegetação** indica os quantitativos atuais das classes de uso e cobertura mapeadas na Área Diretamente Afetada.

Como partes do traçado da LT atravessam áreas rurais, terrenos destinados ao uso agropecuário serão seccionados, sofrendo, assim, interferência na produção. Considerando que a maioria dos estabelecimentos da Área de Estudo Local (AEL) é de pequenas propriedades, cuja forma de uso da terra é a agricultura familiar, ao se restringir o uso do solo, verifica-se impactos que acarretam em comprometimento da renda, sustentabilidade econômica e segurança alimentar dos moradores e proprietários. Tal situação pode ser, ainda, mais crítica em propriedades arrendadas ou com posseiros e meeiros, posto que os mesmos não receberão ou receberão parcialmente o pagamento de indenizações decorrentes de restrições e alterações de uso do solo. Nesse sentido, Presidente Juscelino (MG) apresenta a situação mais delicada: grande maioria dos produtores se encontra em condição de não proprietário das terras: 1.372 de um total de 1.428, dentre ocupantes (a maioria), arrendatários, parceiros e assentados sem titulação definitiva. Bocaiúva destaca-se em termos do número de assentados sem titulação definitiva, com 174 no total.

As principais restrições ao uso na Área de Estudo Local (AEL) são em relação às lavouras de frutíferas, culturas que utilizam a queima e áreas de mata nativa (identificada no município de Porteirinha). Na AEL a agricultura em pequena escala, com plantio de milho, feijão e cana-de-açúcar, dentre outros gêneros alimentícios, é voltada para a alimentação animal e doméstica e é exercida com mão de obra familiar. Em alguns povoados e localidades as áreas de lavoura disponíveis para famílias de pequenos produtores são reduzidas e as restrições causadas pela passagem da LT podem comprometer as formas de produção social e econômica de algumas famílias, especialmente nas áreas mais próximas às casas, onde se dá a maior incidência de roçados em uso. Na fase de obras, as lavouras de subsistência que se encontram na faixa de servidão serão indenizadas, mas poderão ser restabelecidas após a implantação.

A criação de gado de corte e leiteiro é uma atividade central na AEL. De modo geral, são famílias que vivem da venda da carne e do leite e seus derivados para os mercados da região. Identificou-se também, a criação de suínos e aves para o consumo familiar, com pequena produção de ovos para a venda de possível excedente. Na pecuária as restrições ao uso na faixa de servidão são menos significativas. O Quadro xx apresenta os sítios e povoados interceptados pelo traçado da LT.

Quadro 3-9 - Sítios e povoados interceptados pelo traçado da LT.

UF	Município	Descrição	KM da LT	Distância da LT (m)	E	N	Lote	Lado da LT
MG	Janaúba	Povoado José Faustino	247,3	6,4	676699	8242728	Lote 14	Esquerdo
MG	Porteirinha	Mata Nativa	204,1	20	691504	8275570	Lote 14	Esquerdo
MG	Catuti	Área de pasto	169,5	8,2	715541	8299929	Lote 14	Direito
MG	Catuti	Área de pasto	167,1	4,3	717036	8301766	Lote 14	Direito
MG	Monte Azul	Casa	160,8	23,8	720146	8307264	Lote 14	Direito
MG	Monte Azul	Casa e área de pasto	160,8	50,1	720170	8307253	Lote 14	Direito
MG	Monte Azul	Chácara e área de pasto	142,4	4,7	723934	8324136	Lote 14	Direito
MG	Mamonas	Área de pasto	122,1	14,4	728218	8343516	Lote 14	Esquerdo
MG	Espinosa	Escola no Povoado Havana	117,9	54,2	729564	8347503	Lote 14	Esquerdo
MG	Espinosa	Igreja no Povoado Lagoa da Tapera	105,7	5,1	738288	8355310	Lote 14	Esquerdo
BA	Candiba	Área de pasto	53,3	4,2	742195	8405624	Lote 14	Direito
BA	Caetité	Área de pasto	14,7	14,9	755325	8439802	Lote 14	Esquerdo
BA	Caetité	Parque eólico	10	19	757356	8444010	Lote 14	Esquerdo
BA	Caetité	Canteiro de Obras	9,1	2,3	757670	8444882	Lote 14	Esquerdo
MG	Janaúba	Entrada de balneário	238,8	59,2	684760	8243510	Lote 15	Direito
MG	Porteirinha	Sítio Volta da Serra	225,4	15,5	689474	8254919	Lote 15	Direito
MG	Porteirinha	Casa e campo de futebol	217,5	24,6	695563	8259939	Lote 15	Direito
MG	Monte Azul	Povoado Pé da Serra	139,9	2,7	731950	8324318	Lote 15	Esquerdo
MG	Espinosa	Povoado Barro Vermelho	124,4	28,6	738611	8338274	Lote 15	Direito
BA	Urandi	Área de pasto	90,5	17,2	756120	8366540	Lote 15	Esquerdo
MG	Presidente Juscelino	Subestação em Presidente Juscelino	325,6	64,4	596042	7935382	Lote 16	Direito

Existem áreas de Povoados e Sítios onde se identificou a existência de casas e escolas na faixa de servidão. O impacto sobre essas benfeitorias pode ser mitigado com ajustes de microlocalização do traçado da LT.

Avaliação: Este impacto é de natureza **Negativa**, considerado **Direto** por decorrer da implantação do empreendimento, **Imediato** por acontecer a partir da implantação da atividade, **Local, Permanente e**

Irreversível. Trata-se, também, de um impacto **Cumulativo**, apresentando interação com o **Impacto 03 – Pressão sobre a condição fundiária**, com o **Impacto 04 - Perda de áreas produtivas e benfeitorias** e com o **Impacto 18 – Alteração e/ou perda de habitats**. A sensibilidade do fator ambiental é considerada **Pequena**, considerando que os principais usos do solo estão relacionados à agricultura e horticultura em pequenas propriedades, os quais poderão ser restabelecidos após a implantação da faixa de servidão. Apesar disso, considerando as características do impacto, a magnitude foi avaliada como **Alta** e a importância como **Média**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Local	Cumulativo	Alto	Pequeno	Médio

Medidas Recomendadas: Acompanhamento das obras. Negociação de indenizações para constituição da faixa de servidão administrativa. Avaliar as situações de deslocamento compulsório da população e riscos de vulnerabilização social das famílias atingidas.

Recuperação física e biológica das áreas degradadas; restrição da supressão de vegetação às áreas previamente definidas e restauração a partir do plantio de espécies nativas.

Programas Recomendados: Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, Programa de Reposição Florestal, Programa de Comunicação Social e Programa de Gestão Fundiária e Patrimonial.

IMPACTO 17 – Interferências com a vegetação

Fator Ambiental: Vegetação.

Ações Geradoras: Instalação e operação de canteiros de obras e áreas de apoio; Abertura e/ou adequação de acessos; Supressão de vegetação; Abertura e manutenção da faixa de servidão; Lançamento dos cabos; Ampliação das subestações / entrada de bay; Operação e manutenção da linha de transmissão e subestações.

Delimitador Espacial: Áreas passíveis de supressão de vegetação necessárias à implantação do empreendimento: faixa de lançamento dos cabos, praças de torres, abertura de acessos, abertura de praças de lançamento, subestações e canteiros de obras.

Dinâmica: A implantação do empreendimento em questão demandará intervenções diretas e indiretas em remanescentes de vegetação de diferentes fitofisionomias e Biomas. O empreendimento intercepta ao longo do seu traçado, segundo o IBGE (2004), os Biomas Cerrado e Caatinga, além de diversas fitofisionomias sobre os dois estados brasileiros (Bahia e Minas Gerais), o que confere a região características de transição entre formações vegetais de ambos os Biomas citados. Além das subformações características destes Biomas, ocorrem ainda na Área de Estudo, disjunções de Mata Atlântica (IBGE, 2008).

A Mata Atlântica, segundo definição aprovada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, em 1992, e pela Lei Nº 11.428 de 22 de setembro de 2006 (Lei da Mata Atlântica), corresponde às áreas originalmente ocupadas pelas seguintes formações vegetais constantes do Mapa de Vegetação do Brasil (IBGE, 2004): Floresta Ombrófila Densa (ao longo do litoral Atlântico), Floresta Ombrófila Mista, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Estacional Decidual, Manguezais, Restingas, Campos de Altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste. De acordo com o mapa de aplicação da lei da Mata Atlântica (Lei 11.428 de 2006 e Decreto 6.660 de 2008), ocorrem disjunções de Florestas Estacionais Deciduais e Semideciduais na Área de Estudo.

Tais intervenções podem ocasionar a instalação ou aceleração do processo de fragmentação, principalmente, nas áreas da vegetação de Florestas Estacionais Deciduais e Semideciduais. Além da redução da dimensão das manchas de vegetação, haverá uma exposição maior da borda dos fragmentos, ou criação destas no interior de remanescentes presentes na área afetada pelo empreendimento.

Nas formações de Caatinga e Cerrado as interferências do empreendimento podem representar uma maior exposição desses remanescentes a áreas antrópicas, facilitando o acesso para a exploração madeireira, caça, incêndios e expansão dessas áreas para pecuária, contribuindo para a perda de habitat e espécies. Apesar disso, alguns autores (SANTOS & SANTOS, 2008; OLIVEIRA *et al.*, 2013) concluíram que a fragmentação dos remanescentes não acarreta em alterações na composição e estrutura da vegetação de Caatinga, uma vez que a criação de bordas não altera a disponibilidade de água e de luz para essa comunidade vegetal.

Na Área de Estudo, as fitofisionomias de Cerrado interceptadas pelo empreendimento se encontram distribuídas a partir do km 0,021 do trecho da LT 500 kV Igaporã III – Janaúba 3 C1 até o km 10,610 no município de Caetité-BA e no trecho LT 500 kV Janaúba 3 - Presidente Juscelino C1 do km 107 até o km 135, onde existe uma grande extensão de Savana Arborizada, nos municípios de Montes Claros e Bocaiúva-MG, além de interceptar um fragmento de savana florestada entre o km 224 e o km 235 no município de Joaquim Felício-MG. Ao longo de todo traçado da LT 500 kV Janaúba 3 - Presidente

Juscelino C2 ocorrem remanescentes florestais caracterizados como Savana Arborizada, destacando o trecho entre o km 200 e o km 231, no município de Buenópolis e entre o km 276 e o km 308, nos municípios de Monjolos e Santo Hipólito, onde existe uma grande extensão desta mesma fitofisionomia, além do trecho LT 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 C2 entre o km 0 e o km 11, onde o traçado também intercepta um fragmento de Savana Arborizada no município de Caetité-BA.

Na Área de Estudo, as diferentes fitofisionomias de Caatinga interceptadas pelo empreendimento encontram-se distribuídas a partir do km 23 até o km 24 da LT 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 C1, no município de Ganambi-BA; do km 191 ao km 200, no município de Pai Pedro-MG e do km 247 ao km 253, no município de Janaúba-MG, classificadas como Savana Estépica Antropizada; já no km 178 o traçado intercepta um fragmento de Savana Estépica Florestada, no município de Pai Pedro-MG.

Além da alteração da qualidade paisagística, a remoção da vegetação desencadeia a alteração do ecossistema local, modificando o microclima e trazendo riscos a fauna e a flora. Outro impacto desencadeado pela remoção da vegetação relaciona-se com a retirada da camada superficial do solo das áreas de supressão, expondo as camadas subsuperficiais do solo que, em geral, são mais susceptíveis à erosão. O processo erosivo em pequena escala, com carreamento de sedimentos em áreas urbanizadas pode gerar riscos operacionais à malha viária, e, em grande escala, o assoreamento das redes de drenagens, bem como desmoronamentos, dentre outros.

Para a análise das interferências do empreendimento sobre a vegetação é fundamental a avaliação da inserção do empreendimento em escala regional, verificando o atual uso e ocupação do solo. Foram mapeados 627.619,99 hectares para Área de Estudo, e as classes de uso e cobertura naturais com vegetação, representadas por formações do Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Contato entre FES e Caatinga e Florestas Ripárias, cobrem, aproximadamente, 44% do total mapeado para a Área de Estudo. As classes antrópicas (agricultura, campo antropizado, solo exposto, área antrópica, área urbanizada, barragem de rejeito e silvicultura) representam juntas, cerca de 53% da área total mapeada para a Área de Estudo (**Quadro 3-10**).

Quadro 3-10 - Quantitativos de uso e ocupação do solo para Área de Estudo.

Classe de uso e cobertura	Área (ha)	%
Agricultura	157.435,36	25,08
Área Antrópica	121,86	0,02
Área de Influência Fluvial	5.470,36	0,87
Área Urbanizada	1.431,28	0,23
Barragem de Rejeito	1.075,50	0,17
Campo Antropizado	146.644,08	23,37

Classe de uso e cobertura	Área (ha)	%
Contato Floresta Estacional/Caatinga	39.092,81	6,23
Corpo d'Água	2.565,13	0,41
Floresta Estacional Decidual	20.066,68	3,20
Floresta Estacional Semidecidual	44.709,64	7,12
Floresta Ripária	6.120,20	0,98
Nuvem	2.075,84	0,33
Rocha Exposta	7.889,54	1,26
Savana Arborizada	68.764,75	10,96
Savana Arborizada Antropizada	15.771,50	2,51
Savana Estépica Antropizada	60.093,46	9,57
Savana Estépica Florestada	16.255,86	2,59
Savana Florestada	6.822,75	1,09
Silvicultura	7.584,81	1,21
Solo Exposto	16.937,61	2,70
Sombra	690,96	0,11
Total Geral	627.619,99	100

Ao se avaliar os efeitos das intervenções em escala de ecossistemas, deve-se considerar que a maioria das áreas cobertas com vegetação natural é ameaçada pela exploração não manejada do recurso florestal. Nesse sentido, destaca-se o consumo de madeira para confecção de cercas, lenha para uso caseiro e industrial, além da transformação em carvão. Também, cabe destacar os desmatamentos para ampliação das áreas produtivas (implantação de plantios agrícolas). As áreas classificadas como Agricultura e Campo Antropizado (pastagens abandonadas) representam aproximadamente 48% da Área de Estudo.

Em se tratando de funções ecossistêmicas alteradas em decorrência da implantação do empreendimento, foram considerados como elementos: (i) fluxo de energia; (ii) fluxo e ciclagem de nutrientes; (iii) resistência e resiliência à distúrbios e (iv) habitat. Tendo em vista que a vegetação é a base da cadeia trófica, funcionando como veículo de entrada de energia em sistemas biológicos, essa energia é transformada por meio da produtividade primária, suprimindo as demandas individuais dos vegetais na produção e manutenção dos tecidos. Sendo assim, a remoção da cobertura vegetal causa sinergicamente e cumulativamente, alterações na paisagem e nos processos ecológicos em comunidade e populações.

Na Área Diretamente Afetada, considerando as interferências sobre a Faixa de Servidão (66 m de largura), foram mapeados 7727,10 hectares ao total, onde aproximadamente 36% foram classificados como área de vegetação natural e 62,39% classificados como classes antrópicas ou sem vegetação (**Quadro 3-11**). A classe de Uso e Ocupação com maior representatividade dentro da Faixa de Servidão foi Agricultura

(43%), seguida pela classe campo antropizado (30%). As classes naturais representadas pelas formações de Mata Atlântica, Savana e Savana Estépica, juntas cobrem aproximadamente 36% da ADA.

Quadro 3-11 - Quantitativos de Uso e Ocupação do solo mapeados na ADA:

Classe de Uso e Cobertura	Área (ha)	%
Agricultura	2317,08	29,99
Área Antrópica	11,91	0,15
Área de Influência Fluvial	47,34	0,61
Barragem de Rejeito	3,52	0,05
Campo Antropizado	2205,09	28,54
Contato Floresta Estacional/Caatinga	210,26	2,72
Corpo d'Água	9,11	0,12
Floresta Estacional Decidual	103,14	1,33
Floresta Estacional Semidecidual	251,97	3,26
Floresta Ripária	58,86	0,76
Nuvem	33,32	0,43
Rocha Exposta	2,86	0,04
Savana Arborizada	1068,41	13,83
Savana Arborizada Antropizada	292,61	3,79
Savana Estépica Antropizada	614,98	7,96
Savana Estépica Florestada	85,35	1,10
Savana Florestada	121,46	1,57
Silvicultura	81,34	1,05
Solo Exposto	201,75	2,61
Sombra	6,74	0,09
Total Geral	7727,10	100

Destaca-se ainda, a área mapeada para a formação de Contato Floresta Estacional/Caatinga que representa, cerca de 3,48% (107,26 ha) do total mapeado na Faixa de Servidão; essas áreas de contato possuem alta relevância, visto que, constituem abrigo de espécies de ambos os biomas. Como ecossistemas de transição, tal fitofisionomia quando modificada torna-se extremamente difícil de ser recuperada. As áreas limítrofes que abrigam diferentes tipos de fitofisionomia são, portanto, consideradas também de alta sensibilidade ecológica.

Para a estimativa de supressão na Área Diretamente Afetada foram consideradas a faixa de serviço (7,00 m e 4,00 m em áreas de APP) e as áreas de praça de torres estaiadas (2.101,27 m²; 2505 torres) e um vão médio entre as torres de 500,00 m (**Quadro 3-12**).

Quadro 3-12 - Estimativa de Área Passível de Supressão.

Classe de uso e ocupação do solo	Área (ha)	Área (%)	Classe de vegetação natural
Agricultura	361,13	30,39	Não
Área Antrópica	0,02	0,00	Não
Área de Influência Fluvial	6,68	0,56	Não
Barragem de Rejeito	0,50	0,04	Não
Campo Antropizado	337,31	28,39	Não
Contato Floresta Estacional/Caatinga	32,67	2,75	Sim
Corpo d'Água	1,33	0,11	Não
Floresta Estacional Decidual	16,75	1,41	Sim
Floresta Estacional Semidecidual	38,54	3,24	Sim
Floresta Ripária	8,80	0,74	Sim
Nuvem	4,86	0,41	Não
Rocha Exposta	0,37	0,03	Não
Savana Arborizada	164,92	13,88	Sim
Savana Arborizada Antropizada	45,49	3,83	Sim
Savana Estépica Antropizada	90,59	7,62	Sim
Savana Estépica Florestada	13,77	1,16	Sim
Savana Florestada	19,08	1,61	Sim
Silvicultura	12,90	1,09	Não
Solo Exposto	31,43	2,65	Não
Sombra	1,05	0,09	Não
Total Geral	1188,16	100,00	

Nessa fase do projeto ainda não há a alocação de todas as torres estaiadas e autoportantes ao longo da diretriz. Dessa forma, para a estimativa de supressão, foram consideradas todas as torres como sendo estaiadas.

Considerando as áreas de faixa de serviço variável e as estimativas de alocação de torres a serem construídas ao longo do empreendimento, a área total é de aproximadamente 1.188,16 ha, sendo estimado que 430,60 ha poderão ser alocados sobre áreas com vegetação natural passível de supressão. Dessa forma, as interferências estimadas para a ADA sobre área de vegetação natural passível de supressão englobam 246,27 ha referentes à área da Faixa de Serviço de 7,00 m, 7,98 ha em área de Faixa de Serviço de 4,00 m e 176,34 ha estimados para área de alocação de torres, totalizando uma área aproximada de 430,60 ha (**Quadro 3-13**).

Quadro 3-13 - Estimativa de supressão em classe naturais de vegetação e estruturas de projeto.

Estrutura	Classe de Uso e Cobertura	Área (ha)	%
Faixa em APP - 4m	Contato Floresta Estacional/Caatinga	0,50	0,12
	Floresta Estacional Decidual	0,11	0,03
	Floresta Estacional Semidecidual	0,91	0,21
	Floresta Ripária	0,89	0,21
	Savana Arborizada	3,44	0,80
	Savana Arborizada Antropizada	0,27	0,06
	Savana Estépica Antropizada	1,38	0,32
	Savana Estépica Florestada	0,16	0,04
	Savana Florestada	0,32	0,08
Faixa em APP - 4m Total		7,98	1,85
Faixa para LT - 7m	Contato Floresta Estacional/Caatinga	18,82	4,37
	Floresta Estacional Decidual	9,29	2,16
	Floresta Estacional Semidecidual	22,27	5,17
	Floresta Ripária	3,86	0,90
	Savana Arborizada	94,07	21,85
	Savana Arborizada Antropizada	26,97	6,26
	Savana Estépica Antropizada	52,77	12,25
	Savana Estépica Florestada	7,49	1,74
	Savana Florestada	10,74	2,49
Faixa para LT - 7m Total		246,27	57,19
Praça de Torres	Contato Floresta Estacional/Caatinga	13,34	3,10
	Floresta Estacional Decidual	7,35	1,71
	Floresta Estacional Semidecidual	15,36	3,57
	Floresta Ripária	4,06	0,94
	Savana Arborizada	67,41	15,65
	Savana Arborizada Antropizada	18,25	4,24
	Savana Estépica Antropizada	36,44	8,46
	Savana Estépica Florestada	6,13	1,42
	Savana Florestada	8,01	1,86
Praça de Torres Total		176,34	40,95
Total Geral		430,60	100,00

É importante destacar que esses quantitativos são estimados e os valores reais de interferência sobre a vegetação natural serão apresentados no âmbito do Inventário Florestal com utilização do projeto de engenharia e listas de construções.

De maneira geral, é possível afirmar que a diretriz do traçado apresenta interferência com áreas perturbadas em função do histórico de uso e ocupação, entretanto, observa-se a presença de grandes remanescentes de formações nativas, como pode ser observado no **Mapa de Uso e Cobertura do Solo e Áreas de Preservação Permanente - 3264-01-EIA-MP-3003**.

Conforme já mencionado anteriormente, salienta-se que haverá a necessidade de supressão de indivíduos de espécies com algum grau de ameaça de extinção, além de indivíduos de espécies protegidas de corte.

Ao todo foram encontradas 26 espécies categorizadas em diferentes níveis de ameaça ou protegidas de corte. Dentre as espécies listadas 07 (sete) enquadram-se em categorias efetivamente ameaçadas, em pelo menos uma das listas consultadas (Portaria MMA nº443 de 2014; IUCN, 2014; anexo CITES). Destaca-se a ocorrência destas espécies: *Myracrodruon urundeuva*, *Astronium fraxinifolium*, *Anadenanthera colubrina*, *Poincianella bracteosa* categorizadas como Vulneráveis e/ou protegidas de corte.

Cabe destacar que as espécies *Anadenanthera colubrina*, *Myracrodruon urundeuva* e *Schinopsis brasiliensis* são imunes de corte segundo a Resolução CEPRAM Nº 1.009 de 1994. Na Resolução CEPRAM, as espécies *Anadenanthera colubrina* e *Myracrodruon urundeuva* aparecem com a nomenclatura antiga (*Anadenanthera macrocarpa* e *Astronium urundeuva*, respectivamente).

A Lei Estadual MG Nº 20.308, 27 de julho de 2012 que declara de interesse comum, de preservação permanente e imune de corte o ipê-amarelo, cita os gêneros botânicos *Tabebuia* e *Tecoma*, sendo esses, de acordo com nova nomenclatura botânica, alterados para o gênero *Handroanthus*.

Quadro 3-14 - Lista de espécies ameaçadas e protegidas de corte

onde EN = Em perigo; VU = Vulnerável; CR = Criticamente em Perigo

LR/LC = Baixo risco/Menos preocupante; LR/NT = Baixo risco/Quase ameaçada; LC = Menos preocupante; DD = Dados Insuficientes

Família	Espécie	MMA 2014	IUCN	CITES	COPAM 424/09 mg	Protegidas de corte
						CEPRAM N° 1.009/ 94; Lei MG 20.308/12
Anacardiaceae	<i>Astronium fraxinifolium</i>					X
Anacardiaceae	<i>Myracrodruon urundeuva</i>		DD		VU	X
Anacardiaceae	<i>Schinopsis brasiliensis</i>				VU	X
Arecaceae	<i>Syagrus Coronata</i>					X
Bignoniaceae	<i>Handroanthus cf. spongiosus</i>					X
Bignoniaceae	<i>Handroanthus chrysotrichus</i>					X
Bignoniaceae	<i>Handroanthus ochraceus</i>					X
Bignoniaceae	<i>Zeyheria tuberculosa</i>	VU	VU			
Cactaceae	Arrojadoa cf. rhodantha		LC	X		
Cactaceae	Cereus jamacaru		LC	X		
Cactaceae	Hylocereus setaceus		LC			
Cactaceae	<i>Pereskia bahiensis</i>		LC	X		
Cactaceae	Tacinga inamoena		LC			
Caryocaraceae	<i>Caryocar brasiliense</i>					X
Cyperaceae	<i>Bulbostylis capillaris</i>		LC			
Fabaceae	<i>Amburana cearensis</i>		EN			
Fabaceae	<i>Anadenanthera colubrina</i>					X
Fabaceae	<i>Apuleia leiocarpa</i>	VU				
Fabaceae	<i>Chamaecrista desvauxii</i>		LC			
Fabaceae	<i>Machaerium floridum</i>				VU	
Fabaceae	<i>Pterogyne nitens</i>		LR/NT			
Lythraceae	<i>Lafoensia pacari</i>		LR/LC			
Malpighiaceae	<i>Barnebya harleyi</i>				VU	
Malpighiaceae	<i>Heteropterys arenaria</i>				CR	
Meliaceae	<i>Cedrela fissilis</i>	VU	EN			
Orchidaceae	<i>Oeceoclades maculata</i>		LC			

Avaliação: Com base nas informações supracitadas, é possível inferir que todas as alterações citadas são de natureza **Negativa**, com efeito **Direto**. Em relação à abrangência espacial, destaca-se que em determinados casos este impacto poderá ser considerado como Local (como a supressão de vegetação, especialmente de indivíduos de espécies ameaçadas de extinção ou protegidas de corte, a fragmentação, etc.) e em outros como Regional (como a redução da biodiversidade, do fluxo e ciclagem de nutrientes,

da resistência e resiliência a distúrbios, etc.), porém, de forma conservadora, pode-se considerar tal impacto como sendo de abrangência espacial **Regional**. É um impacto **Permanente, Irreversível e Imediato**, uma vez que os efeitos desse impacto poderão ser observados desde o início da fase de construção, perdurando por toda a vida útil do empreendimento.

Impactos incidentes sobre os remanescentes de vegetação natural não se limitam aos mesmos, isso porque fatores como distância, tamanho e distribuição espacial dos fragmentos influenciam diretamente nos processos biológicos. Além disso, a pressão sobre a diversidade vegetal pode induzir outros impactos, como por exemplo, o **Impacto 18 - Alteração e/ou perda de habitats**, sendo, portanto, **Cumulativo**. Desta forma, considerando o exposto a sensibilidade do fator ambiental é considerada **Grande**, dada a estimativa de supressão, sendo a magnitude avaliada como **Alta** e a importância como **Grande**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Regional	Cumulativo	Alto	Grande	Grande

Medidas Recomendadas: Recuperação física e biológica das áreas degradadas, Restrição da supressão de vegetação às áreas previamente definidas, Restauração a partir do plantio de espécies nativas e Resgate do material genético vegetal das espécies-alvo, presentes nas áreas destinadas à implantação do empreendimento.

Programas Relacionados: Programa de Coleta de Germoplasma e Resgate de Epífitas, Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, Plano Ambiental para a Construção, Programa de Supressão de Vegetação, Plano de Compensação Ambiental e Programa de Reposição Florestal.

IMPACTO 18 – Alteração e/ou perda de habitats

Fator Ambiental: Vegetação e Fauna Silvestre.

Ações Geradoras: Instalação e operação de canteiros de obras e áreas de apoio; Abertura e/ou adequação de acessos; Supressão de vegetação; Abertura e manutenção da faixa de servidão; Lançamento dos cabos; Ampliação das subestações / entrada de bay.

Delimitador Espacial: Faixa de servidão da LT, faixa de lançamento dos cabos, praças de torres, acessos novos, abertura de praças de lançamento, subestações e canteiros de obras.

Dinâmica: Ao longo do traçado da LT 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 C2 do km 242 ao km 246, a LT intercepta um fragmento de Savana Estépica Antropizada no município de Janaúba-MG. No trecho da LT 500 kV Janaúba 3 - Presidente Juscelino C1 entre o km 0 até o km 4,6 e no trecho LT 500 kV Janaúba 3 - Presidente Juscelino C2, entre o km 0 até o km 4,7, o empreendimento intercepta um grande fragmento de Savana Estépica Antropizada, ambos no município de Janaúba-MG.

Já as áreas de Contato FES e Caatinga constituem-se regiões de tensão ecológica, uma vez que são muito importantes para o funcionamento dos sistemas naturais, pois geralmente apresentam maior diversidade biológica e também espécies endêmicas (IBGE, 2012), os quais quando modificados, são extremamente difíceis de serem recuperados.

Ao longo do empreendimento as Áreas de Contato apresentam distribuição bem fragmentada de Contato Caatinga/Floresta Estacional, destacando-se os seguintes trechos: no traçado da LT 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 C1 entre o km 41 e o km 42 no município de Guanambi-BA, no trecho da LT 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 C2 entre o km 226 e o km 228 e o km 231 e o km 233, nos municípios de Porteirinha e Janaúba (MG), respectivamente; no trecho da LT 500 kV Janaúba 3 - Presidente Juscelino C1 entre o km 82 e o km 83; o km 86 e o km 89 e o km 92 e o km 93, no município Francisco Sá (MG). As Áreas de Contato são caracterizadas por ser uma região de grande tensão ecológica (ecótono), onde a flora de domínios fitoecológicos distintos se justapõe e interpenetra, conservando suas características ecológicas, o que faz com que essas áreas apresentem grande diversidade biológica, abrigando fauna e flora autóctones, com espécies endêmicas, raras ou em vias de extinção, sendo considerados ambientes extremamente sensíveis ecologicamente (OLIVEIRA, 2011).

O tamanho do fragmento tem grande importância nas alterações dos processos ecológicos de comunidades vegetais e de animais. Populações pequenas possuem uma tendência à extinção local, o que, em parte, é resultante da redução do tamanho de um remanescente por meio do processo de fragmentação. Para muitas espécies, o tamanho do fragmento, particularmente de suas áreas nucleares, tem relação direta com a manutenção dos processos reprodutivos de curto prazo (taxa de reprodução), como de longo prazo (manutenção de diversidade genética). Populações de espécies especialistas confinadas a pequenas áreas demonstram tendência à extinção local, o que, em parte, é resultante da redução do ambiente ideal por intermédio do processo de fragmentação e, em determinados casos, do efeito de borda (BRITO & FERNANDEZ, 2000). Fragmentos pequenos possuem menor capacidade de suportar a diversidade local e, em geral, apresentam número menor de espécies (WARBURTON, 1997;

GIMENES & ANJOS, 2003). Assim, pequenos fragmentos, geralmente, tendem a não ser autossustentáveis (VIANA *et al.*, 1997; GIMENES & ANJOS, 2003). Estudos já demonstraram que fragmentos pequenos ($\leq 2,0$ ha) tendem a ter menor densidade, menor recrutamento, maior mortalidade e não suportam populações de predadores (TERBORGH *et al.*, 2006; GIMENES & ANJOS, 2003).

O processo de fragmentação causa o isolamento de populações, o que reduz a variabilidade genética e tornam as populações mais vulneráveis (ELLSTRAND & ELAM, 1993). O tamanho da população ou sua densidade tende a diminuir com o aumento da fragmentação antrópica (MUSTAJÄRVI, 2001; RABELLO *et al.*, 2010). Ambas as mudanças em tamanho e estrutura implicam diretamente em mudanças nas relações ecológicas das espécies envolvidas.

Em outra análise, apresentada no **Item 2.2.3.4 – Ecologia de Paisagem**, onde foi analisada uma área de estudo estendida (916.286,37 ha), verifica-se que esta, apesar de ser coberta por 42,8% de cobertura nativa, a mesma se encontra fragmentada, distribuída em 3.557 fragmentos, sendo 3.442 destes (96,8%) menores que 818 ha. Na mesma análise, verifica-se que dentre o total de fragmentos, 1.406 (39,2%) tem sua cobertura como borda de até 100 m, condição ecológica associada a maior vulnerabilidade as alterações impostas pelas matriz antrópica circundante.

Avaliação: Esse impacto foi avaliado de natureza **Negativa**, de incidência **Direta**, em função da supressão de vegetação para abertura de acessos e para abertura e manutenção da faixa de servidão e de serviço, estando, dessa forma, associado às intervenções inerentes ao processo construtivo. Como o habitat perdido não poderá ser estabelecido sem que haja intervenções humanas, este impacto foi considerado como **Permanente e Irreversível**, devido à perda das áreas onde serão instaladas as estruturas do projeto. Seu efeito é **Imediato** e sua abrangência é **Regional**, em decorrência da redução da biodiversidade, do fluxo gênico e ciclagem de nutrientes, assim como da resistência e resiliência a distúrbios, dentre outros.

É um impacto **Cumulativo** com o **Impacto 17 - Interferências com a vegetação** e a sensibilidade do fator ambiental é considerada **Grande**, uma vez que a interferência com a vegetação promove a alteração nos índices de luminosidade, temperatura e umidade nos remanescentes florestais, influenciando diretamente no microclima ali constituído e inibindo o desenvolvimento da comunidade vegetal como um todo, o que afeta também a fauna associada a este remanescente. Com isso, a magnitude foi avaliada como **Alta** e a importância como **Grande**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Regional	Cumulativo	Alto	Grande	Grande

Medidas Recomendadas: Recuperação física e biológica das áreas degradadas; Restrição da supressão de vegetação às áreas previamente definidas; Restauração a partir do plantio de espécies nativas e Resgate do material genético vegetal das espécies-alvo presentes nas áreas destinadas à implantação do empreendimento.

Programas Relacionados: Plano Ambiental para a Construção, Programa de Supressão de Vegetação, Plano de Compensação Ambiental, Programa de Reposição Florestal, Programa de Coleta de Germoplasma e Resgate de Epífitasas; Programa de Recuperação de Áreas Degradadas; Programa de Afugentamento e Resgate de Fauna e Programa de Monitoramento de Fauna.

IMPACTO 19 – Indução ou aceleração de processos erosivos

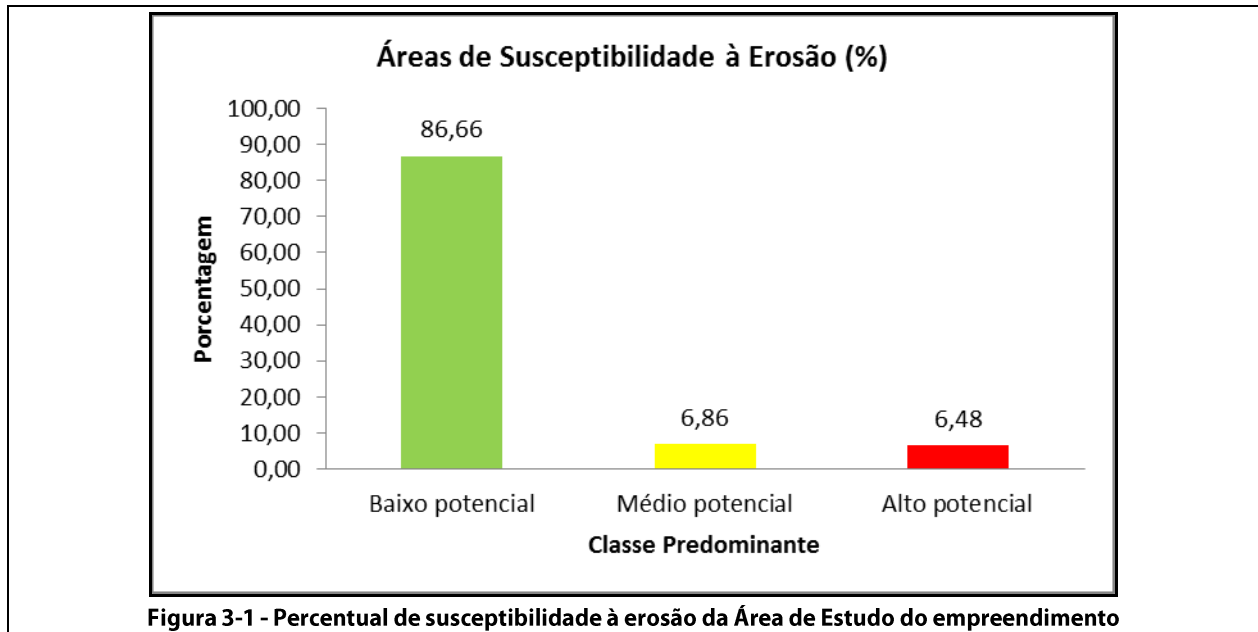
Fator ambiental: Solos.

Ações Geradoras: Instalação e operação de canteiros de obras e áreas de apoio; Abertura e/ou adequação de acessos; Supressão de vegetação; Abertura e manutenção da faixa de servidão; Escavações de cavas e fundações das torres.

Delimitador Espacial: Faixa de servidão da LT, praças de torres, acessos novos, abertura de praças de lançamento, subestações e canteiros de obras.

Dinâmica: Processos erosivos podem ser desencadeados a partir das atividades inerentes a instalação da LT, por meio da desestabilização dos taludes e da desestruturação do solo. Além disso, a mudança do sistema hidrológico pode provocar mudanças no nível freático e acelerar processos erosivos associados ao ravinamento e voçorocamentos.

Entretanto, segundo o **item 2.2.2.8 - Pedologia**, predominam solos bem desenvolvidos, configurando uma baixa susceptibilidade à erosão em grande parte da AE e da faixa de servidão do empreendimento, conforme apresenta a **Figura 3-1**, a seguir.



As pequenas porções da AE do empreendimento com áreas de alto potencial de susceptibilidade à erosão, estão associados, em sua maioria, à declividades acentuadas, solos pouco desenvolvidos com fase cascalhenta e a eventos de chuvas extremas.

Dessa forma, destacam-se os prolongamentos montanhosos da Serra do Espinhaço na borda leste, bem como a porção sul da AE, onde são observados os maiores índices pluviométricos, acentuando o processo de intemperismo das rochas e erosão dos solos.

Aliado a isso, estão os resultados consolidados no **item 2.2.2.10 - Vulnerabilidade Geotécnica**, a partir da integração de elementos físicos - uso e ocupação do solo, geologia, geomorfologia, pedologia, declividade e áreas inundáveis - que permitiram identificar as áreas com maior vulnerabilidade geotécnica.

Neste sentido, pode-se perceber que boa parte da AE do empreendimento apresenta baixo a médio potencial geotécnico, no entanto, as escarpas da Serra do Espinhaço e outros alinhamentos serranos subordinados, como as Serras do Cabral e Central destacam-se pela elevada vulnerabilidade geotécnica, uma vez que se encontram em áreas de alta declividade e são sustentadas por rochas susceptíveis a erosão e ao intemperismo. Outros locais de especial atenção, são aqueles constituídos pelas Formações Santa Helena e Lagoa do Jacaré do Grupo Bambuí, onde há feições erosivas do tipo voçorocas e ravinas desenvolvidas sobre as rochas metassedimentares pertencentes a esse Grupo.

Assim, considerando que algumas regiões localizadas na área interceptada pela LT são naturalmente propensas à instalação de processos erosivos e movimentos de massa, o impacto de indução e aceleração de processos erosivos torna-se consequência direta das atividades construtivas inerentes do empreendimento, que acabam deixando solos desprovidos de cobertura vegetal, sujeitos à ação erosiva das chuvas, facilitando o escoamento superficial das águas pluviais e, com isso, o carreamento de material superficial, favorecendo a instalação e aceleração de processos erosivos.

Avaliação: Este impacto foi definido como de natureza **Negativa**. A abrangência deste impacto é **Local**, podendo ter duração de **Médio Prazo**, dependendo das dimensões do processo erosivo e seus fatores condicionantes. A forma de incidência é **Direta**, uma vez que os processos erosivos são desencadeados por ações relacionadas ao empreendimento. É um impacto **Reversível e Temporário**. A cumulatividade é **Simples**, pois este impacto não apresenta interação para potencializar significativamente outros efeitos negativos. A sensibilidade do fator ambiental é **Média**, uma vez que a susceptibilidade à erosão dos solos na AE do empreendimento é considerada majoritariamente baixa. Com isso, a magnitude foi avaliada como **Baixa** e a importância como **Pequena**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Direto	Temporário	Reversível	Médio Prazo	Local	Simples	Baixo	Médio	Pequeno

Medidas Recomendadas: As medidas a serem adotadas para este impacto consistem na identificação prévia dos processos erosivos existentes na AE do empreendimento, adoção de práticas de prevenção e contenção dos mesmos, bem como o respectivo monitoramento. Além disso, objetiva-se a recuperação física e biológica das áreas degradadas e, também, restrição da supressão de vegetação nas áreas previamente definidas.

Programas Recomendados: Plano Ambiental para a Construção, Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, Programa de Prevenção, Monitoramento e Controle de Processos Erosivos.

IMPACTO 20 – Alteração dos níveis de ruídos

Fator ambiental: Nível de Ruído.

Ações Geradoras: Instalação e operação de canteiros de obras e áreas de apoio; Abertura e/ou adequação de acessos; Transporte de materiais, equipamentos e insumos; Supressão de vegetação; Operação de máquinas, equipamentos e veículos; Abertura e manutenção da faixa de servidão; Escavações de cavas e fundações das torres; Montagem das torres; Lançamento dos cabos; Ampliação das subestações / entrada de bay.

Delimitador Espacial: Faixa de servidão da LT, faixa de lançamento dos cabos, praças de torres, acessos a serem utilizados, novos e antigos, abertura de praças de lançamento, subestações e canteiros de obras.

Dinâmica: A geração de ruído é um elemento encontrado em qualquer ambiente, podendo ter origem natural ou antrópica. O ruído natural é aquele gerado pelo ambiente de maneira geral, como vento, chuva, trovões cachoeiras, rios, rolamento de blocos, vocalização da fauna, dentre outros. O ruído emitido por estas fontes não tem frequência nem temporalidade definidas e, de maneira geral, são vistas como parte do ambiente que integram.

Na região de inserção do empreendimento estão presentes ruídos diversos, de origem antrópica, urbanos ou não, como buzina, circulação de veículos, conversa, música, dentre outros. Assim como os ruídos naturais, esse ruído é aleatório e não tem frequência nem temporalidade definidas.

As intervenções necessárias à instalação do empreendimento em tela irão, por sua vez, gerar ruídos, principalmente, durante a fase de instalação. As obras gerarão ruídos provenientes, principalmente, da operação de máquinas e equipamentos, aliada a circulação de veículos utilizados nas atividades, tais como: veículos de passeio; caminhonetes 4x4; F400, caminhão toco; caminhões truck; carretas; tratores; caminhões Munck; pás mecânicas; retroscavadeiras, dentre outros.

As atividades de supressão de vegetação, por sua vez, também geram ruídos provenientes da utilização de motosserras nas diferentes frentes de obras. A esse ruído será acrescido o oriundo de carga e descarga do material suprimido e do deslocamento dos veículos que a realizarão.

Sobre o tema aplica-se a norma NBR-10.151/2000, que estabelece os níveis de ruídos aceitáveis conforme especificado no **Quadro 3-15**. O nível máximo de ruídos, cujos resultados são apresentados no **Quadro 3-11**, indica o nível sonoro previsto em função da distância do empreendimento. Cabe ressaltar que as distâncias foram avaliadas para condições de campo livre, sem obstáculos como morros, edificações etc.,

representando, portanto, a máxima distância em que poderá haver quebra de conforto acústico em relação às áreas ocupadas.

Quadro 3-15 - Níveis de ruído aceitáveis segundo a NBR-10.151/2000.

Tipos de Áreas	Diurno (DB(A))	Noturno (DB(A))
Áreas de sítios e fazendas	40	35
Área estritamente residencial urbana ou de hospitais ou de escolas	50	45
Área mista, predominantemente residencial	55	50
Área mista, com vocação comercial e administrativa	60	55
Área mista, com vocação recreacional	65	55
Área predominantemente industrial	70	60

Quadro 3-16 - Nível máximo de ruídos.

Distância (m)	Nível de Ruídos (DB(A))
7	90
10	87
20	81
30	77
40	75
50	73
100	67
150	63
200	61
300	57
400	55
500	53
750	49
1000	47
1250	45
1500	43

O **Quadro 3-17** a seguir, apresenta as comunidades inseridas na AE, num buffer de 500 m da LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino, que poderão ser impactadas pelos ruídos inerentes à instalação do empreendimento.

Quadro 3-17 - Comunidades inseridas no buffer de 500 m da LT.

UF	Município	Localidade	Distância da LT	LT	km da LT	Coordenadas	
						X	Y
MG	Presidente Juscelino	São Gonçalo	58	LT 500 kV Janaúba 3- Pres Juscelino C1 Lote 14	576	591278	7940390
MG	Santo Hipólito	Senhora da Glória	120	LT 500 kV Janaúba 3- Pres Juscelino C1 Lote 14	555	588297	7960476
MG	Monte Azul	Rebentão	450	LT 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 C1 Lote 14	154	724180	8313270
BA	Pindaí	Comuniade Quilombola Caco / Vargem do Rancho / Taboa II	500	LT 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 C1 Lote 14	58	741493	8401392

Vale ressaltar que, após a definição da locação dos canteiros de obras e dos acessos às torres, as comunidades próximas a essas áreas devem ser inseridas na lista acima, de modo que também sejam alvo das medidas recomendadas.

Avaliação: Considerando que o nível de ruídos é incrementado pelas atividades de obra, este impacto é de natureza **Negativa**, com forma de incidência **Direta** e prazo de manifestação **Imediato**, uma vez que o aumento dos ruídos é um efeito direto das ações geradoras e acontece assim que começam as atividades de obra. Sua abrangência é **Local**, pois seus efeitos se fazem sentir principalmente nos acessos, na faixa da LT, nos canteiros e subestações. Este impacto acontece logo após a intervenção necessária e, assim que cessam as atividades de obra, o nível de ruídos é restituído à condição anterior, sendo assim, **Temporário e Reversível**.

A alteração do nível de ruídos é um impacto **Cumulativo** por ser um dos indutores de incômodo à população, materializada no **Impacto 02 - Geração de conflitos de interesse**, assim como no **Impacto 26 - Perturbação da fauna por ruídos**. A sensibilidade do fator ambiental pode ser considerada **Muito Pequena**, sendo a magnitude avaliada como **Média** e a importância como **Pequena**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Direto	Temporário	Reversível	Imediato	Local	Cumulativo	Médio	Muito pequeno	Pequeno

Medidas Recomendadas: As medidas a serem adotadas preveem o monitoramento do nível de ruídos por meio de medições em campo periodicamente durante as fases de implantação e operação, bem como, a manutenção de máquinas e equipamentos utilizados no empreendimento para mitigar problemas técnicos e, conseqüentemente, os ruídos gerados. Soma-se a isso, a implementação de canteiros de obras em distância adequada às normas técnicas de locais sensíveis, tais como, escolas e hospitais.

Programas Recomendados: Programa de Monitoramento de Ruídos e Plano Ambiental para a Construção.

IMPACTO 21 – Interferência com o patrimônio espeleológico

Fator ambiental: Patrimônio Espeleológico.

Ações Geradoras: Instalação e operação de canteiros de obras e áreas de apoio; Supressão de Vegetação; Abertura e/ou adequação de acessos; Abertura e manutenção da faixa de servidão; Escavação de cavas e fundação de torres; Ampliação das subestações / entrada de bay.

Delimitador Espacial: Faixa de servidão da LT, faixa de lançamento dos cabos, praças de torres, acessos a serem utilizados, novos e existentes, abertura de praças de lançamento, subestações e canteiros de obras.

Dinâmica: Como descrito no **item 2.2.2.9 – Espeleologia**, apesar do esforço de otimização/seleção de traçado, o empreendimento passará por uma região onde foram identificadas ocorrências de cavidades, principalmente nas unidades geológicas da Formação Santa Helena e Lagoa do Jacaré. As cavidades identificadas se encontram nas bordas das vertentes dessas unidades, onde há ruptura de declive, como pode ser observado próximo ao município de Curvelo.

Ao total foram observadas 55 cavidades ao longo da AE do empreendimento, concentradas, principalmente, no trecho entre Janaúba e Presidente Juscelino. Apesar de não terem sido registradas cavidades na faixa de servidão ou a uma distância menor que 250 m da LT, durante as atividades de prospecção espeleológica, deve-se atentar para possíveis ocorrências que, porventura sejam identificadas, principalmente, nas áreas onde serão alocadas as torres e na abertura de novos acessos. O **Quadro 3-18** a seguir, apresenta as cavidades encontradas a menos de 1 km da LT.

Quadro 3-18 - Quadro síntese das cavidades identificadas a menos de 1 km da LT.

Pontos	Tipo	Litologia	Distância da LT (m)	Forma	X	Y
JN-09-02	Afloramento	Metacalcário/ Subgrupo Paraopeba/ Formação Lagoa do Jacaré (NP2lj)	926	Feições cársticas com presença de cavidades horizontais e verticais com aberturas que variam de 60 cm a 2 m, e alturas de até 4 m.	590559	7946075
JN-23-02	Afloramento	Metacalcário/ Subgrupo Paraopeba/ Formação Lagoa do Jacaré (NP2lj)	654	Cavidades verticais e horizontais com abrigos, grutas e galerias. Aberturas variando de 40 cm a 7 metros e profundidades de até 10 metros. Afloramento com cerca de 35 metros de extensão.	589643	7952315
JN-52-02	Afloramento	Metacalcário/ Subgrupo Paraopeba/ Formação Lagoa do Jacaré (NP2lj)	339	Cavidades verticais de profundidade centimétricas a métricas caracterizando abrigos. Afloramento intensamente deformado exibindo lineação bem marcada.	588458	7960791
JN-78-02	Afloramento	Metacalcário/ Subgrupo Paraopeba/ Formação Lagoa do Jacaré (NP2lj)	270	Lajedos e cristas com cavidades métricas gerando possíveis abrigos.	584493	7986508
JN-89-02	Afloramento	Visada de Metacalcário / Subgrupo Paraopeba/ Formação Lagoa do Jacaré (NP2lj)	576	Lajedos, blocos e cristas formando uvalas centimétricas a métricas e abrigos de até 2 metros de abertura e profundidades centimétricas.	591829	8017488
JN-104-02	Ponto de controle	Visada de Metacalcário / Subgrupo Paraopeba/ Formação Lagoa do Jacaré (NP2lj)	534	Cavidade sob a forma de gruta; Dimensões métricas.	592362	8022599

Pontos	Tipo	Litologia	Distância da LT (m)	Forma	X	Y
JN-234-02	Afloramento	Contato Calcilutito com Metasiltito	315	As cavidades foram identificadas como buracos de diversas dimensões das aberturas. Também foram observados padrões de dissolução e dolinas próximas às calhas do córrego.	598416	8050272
JN-07-03	Afloramento	Metacalcário/Formação Lagoa do Jacaré (NP2lj)	554	Abrigo de dimensões métricas (2 m de largura e altura).	596197	7939131
JN-08-03	Afloramento	Metacalcário/Formação Lagoa do Jacaré (NP2lj)	596	Abrigos e cavernas verticais com dimensões métricas (>2 m).	596231	7939178
JN-09-03	Afloramento	Metacalcário/Formação Lagoa do Jacaré (NP2lj)	640	Abrigos de dimensões métricas (8 m de largura e 0,5 m de altura).	596281	7939125
JN-10-03	Afloramento	Metacalcário/Formação Lagoa do Jacaré (NP2lj)	622	Abrigo de dimensões métricas (2 m de largura e altura).	596266	7939072
JN-11-03	Afloramento	Metacalcário/Formação Lagoa do Jacaré (NP2lj)	611	Abrigo de dimensões métricas (2 m de largura e altura).	596268	7938983
JN-14-03	Afloramento	Metacalcário/Formação Lagoa do Jacaré (NP2lj)	471	Abrigo de dimensões métricas (2 m de largura e altura).	596129	7938959
JN-15-03	Afloramento	Metacalcário/Formação Lagoa do Jacaré (NP2lj)	559	Abrigo de dimensões métricas (2 m de largura e altura).	596115	7940037
JN-16-03	Afloramento	Metacalcário/Formação Lagoa do Jacaré (NP2lj)	623	Abrigo sem teto proeminente de dimensões métricas (1 m de largura e altura).	596180	7940012
JN-17-03	Afloramento	Metacalcário/Formação Lagoa do Jacaré (NP2lj)	575	Abrigo de dimensões métricas (5 m de largura e 10 m de altura).	596123	7940101
JN-19-03	Ponto controle	Metacalcário/Formação Lagoa do Jacaré (NP2lj)	833	Abrigo de dimensões métricas (2 m de largura e altura).	596521	7942566
JN-82-03	Ponto controle	Metacalcário/Formação Serra de Santa Helena (NP2sh)	849	Cavidade vista de longe devido ao acesso precário.	599256	7960335

Coordenador:

Técnico:

Pontos	Tipo	Litologia	Distância da LT (m)	Forma	X	Y
JN-84-03	Afloramento	Metacalcário/Formação Lagoa do Jacaré (NP2ljc)	318	Cavidades de raízes em solo intemperizado de dimensões métricas (2 m).	597437	7974501
JN-168-03	Afloramento	Metacalcário /Formação Lagoa do Jacaré (NP2ljc)	252	Cavidade em forma de dolina de dimensão métrica (6 m de largura e 15 m de profundidade).	621733	8076365

Avaliação: Este impacto é de natureza **Negativa**, sendo provocado por ações diretas do projeto, logo pode ter sua forma de incidência classificada como **Direta**. A abrangência do impacto é **Local**, pois o mesmo é observado somente no entorno da cavidade. Considerando que este impacto pode ser desencadeado somente quando estiverem acontecendo ações construtivas na região de entorno da cavidade, seu prazo de manifestação é **Imediato** e sua duração é **Permanente**. A interferência com o patrimônio espeleológico possui impacto **Irreversível** e, por isso, a necessidade de desvio do traçado sempre que cavidades são identificadas. A cumulatividade é **Simple**, pois este impacto não apresenta relação direta com outros impactos ambientais. Entretanto, considerando as características da geologia da AE, a sensibilidade do fator ambiental é considerada **Grande**, sendo a magnitude avaliada como **Alta** e a importância como **Grande**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Local	Simple	Alto	Grande	Grande

Medidas Recomendadas: As medidas que serão adotadas perpassam pela análise da locação de acessos, principalmente, nos trechos com maior ocorrência de cavidades, levando em consideração as já mapeadas como ponto de restrição ambiental. Além disso, será elaborado um Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores, durante todas as fases do empreendimento, com o intuito de capacitar os mesmo para identificação e preservação de novas cavidades.

Programas Recomendados: Programa de Proteção ao Patrimônio Espeleológico e Programa de Educação Ambiental para Trabalhadores.

IMPACTO 22 – Interferência com o patrimônio paleontológico

Fator ambiental: Patrimônio Paleontológico.

Ações Geradoras: Instalação e operação de canteiros de obras e áreas de apoio; Abertura e/ou adequação de acessos; Abertura e manutenção da faixa de servidão; Escavações de cavas e fundações de torres; Ampliação das subestações / entrada de bay.

Delimitador Espacial: Faixa de servidão da LT, faixa de lançamento dos cabos, praças de torres, acessos a serem utilizados, antigos e novos, abertura de praças de lançamento, subestações e canteiros de obras.

Dinâmica: De acordo com o **item XX - Paleontologia**, boa parte das unidades geológicas da AE do empreendimento apresentam baixo potencial paleontológico, com exceção da Formação Sete Lagoas e da Formação Lagoa do Jacaré, ambas do Grupo Bambuí, as quais concentram-se na porção sul da AE. Apesar disso, não foram registradas ocorrências fossilíferas na AE do empreendimento durante a realização da campanha de campo. Conforme o **Quadro xx** abaixo, seguem as unidades litoestratigráficas e seu respectivo potencial paleontológico.

Quadro 3-19 - Unidades litoestratigráficas com alto potencial fossilífero ao longo da AE do empreendimento.

Unidade	Linha de Transmissão	km inicial – km final	Extensão do Trecho (km)
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 - C1	203,5 - 205,3	1,8
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 - C1	206,1 - 207,2	1,1
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 - C1	217,8 - 219,4	1,6
Formação Lagoa do Jacaré – Calcários	LT 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 - C1	227,3 - 229,7	2,4
Formação Lagoa do Jacaré – Calcários	LT 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 - C1	232,6 - 233,9	1,3
Formação Lagoa do Jacaré – Calcários	LT 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 - C1	246,2 - 248,7	2,5
Formação Lagoa do Jacaré – Calcários	LT 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 - C1	249,4 – 250	0,6
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Janaúba 3 - Pres. Juscelino - C1	251 - 252,1	1,1
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Janaúba 3 - Pres. Juscelino - C1	254,2 - 255,2	1
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Janaúba 3 - Pres. Juscelino - C1	258,4 - 261,6	3,2
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Janaúba 3 - Pres. Juscelino - C1	263 – 265	2
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Janaúba 3 - Pres. Juscelino - C1	265,8 - 266,7	1,9
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Janaúba 3 - Pres. Juscelino - C1	272,7 - 273,4	0,7
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Janaúba 3 - Pres. Juscelino - C1	274,4 – 246	1,6
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Janaúba 3 - Pres. Juscelino - C1	431,1 - 437,5	6,4
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Janaúba 3 - Pres. Juscelino - C1	438,8 - 441,7	2,9

Unidade	Linha de Transmissão	km inicial – km final	Extensão do Trecho (km)
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Janaúba 3 - Pres. Juscelino - C1	469,3 - 473,4	4,1
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Janaúba 3 - Pres. Juscelino - C1	492,8 - 498	5,2
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Janaúba 3 - Pres. Juscelino - C1	515,5 - 531,3	15,8
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Janaúba 3 - Pres. Juscelino - C1	532,2 - 535,5	3,3
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Janaúba 3 - Pres. Juscelino - C1	539,1 - 561	21,9
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Janaúba 3 - Pres. Juscelino - C1	578 – 581	3
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Janaúba 3 - Pres. Juscelino - C2	0 - 1,8	1,8
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Janaúba 3 - Pres. Juscelino - C2	4,1 - 4,4	0,3
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Janaúba 3 - Pres. Juscelino - C2	7,3 - 9,6	2,3
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Janaúba 3 - Pres. Juscelino - C2	11,7 - 15,1	3,4
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Janaúba 3 - Pres. Juscelino - C2	21,3 - 48,4	27,1
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Janaúba 3 - Pres. Juscelino - C2	48,8 - 49,5	0,7
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Janaúba 3 - Pres. Juscelino - C2	51 - 52,4	1,4
Formação Lagoa do Jacaré – Calcários	LT 500 kV Janaúba 3 - Pres. Juscelino - C2	101 - 106,4	5,4
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Janaúba 3 - Pres. Juscelino - C2	171 - 196,5	25,5
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Janaúba 3 - Pres. Juscelino - C2	267,4 - 288,3	20,9
Formação Lagoa do Jacaré	LT 500 kV Janaúba 3 - Pres. Juscelino - C2	316,8 - 324,4	7,6

Dada as atividades associadas às intervenções no solo para instalação do empreendimento, sobretudo, a escavação de cavas para base das torres, registra-se possibilidades de impactos sobre eventuais sítios fossilíferos existentes, portanto, constituindo-se em riscos ao patrimônio paleontológico.

Avaliação: Este impacto é de natureza **Negativa**, com forma de incidência **Direta**, considerando que a interferência com o patrimônio paleontológico é um efeito direto das atividades inerentes à instalação do empreendimento. Sua abrangência é **Local**, uma vez que se restringe aos locais onde haverá remoção de

solo e rocha. Como este impacto se manifesta logo após a intervenção ele é **Imediato**, e caso seja necessário o salvamento, o patrimônio será alterado, logo, ele é **Permanente** e **Irreversível**. A cumulatividade deste impacto é **Simples**, pois o mesmo não apresenta relações com outros impactos para potencializá-los. A sensibilidade do fator ambiental é considerada **Pequena**, visto a baixa potencialidade fossilífera da AE. Apesar disso, dada as características do impacto, a magnitude foi avaliada como **Alta** e a importância como **Média**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Local	Simples	Alto	Pequeno	Médio

Medidas Recomendadas: Recomenda-se a verificação e atenção com as áreas de alto potencial paleontológico para evitar interferência com fósseis, bem como a implantação de atividades de educação paleontológica para os trabalhadores do empreendimento, a fim de capacitá-los na identificação e preservação dos fósseis.

Programas Recomendados: Programa de Investigação, Monitoramento e Salvamento Paleontológico e Programa de Educação Ambiental para Trabalhadores.

IMPACTO 23 – Interferência com atividades minerárias

Fator ambiental: Atividades Minerárias.

Ações Geradoras: Instalação e operação de canteiros de obras e áreas de apoio; Abertura e/ou adequação de acessos; Abertura e manutenção da faixa de servidão; Escavações de cavas e fundações de torres; Ampliação das subestações / entrada de bay.

Delimitador Espacial: Faixa de servidão da LT, faixa de lançamento dos cabos, praças de torres, acessos a serem utilizados, antigos e novos, abertura de praças de lançamento, subestações e canteiros de obras.

Dinâmica: De acordo com o **item 2.2.2.11 - Recursos Minerários**, foram identificados 849 jazimentos minerários requeridos junto ao DNPM inseridos na AE do empreendimento. Contudo, boa parte dos requerimentos encontram-se em fase de autorização de pesquisa e poucos jazimentos encontram-se em fases de lavra garimpeira ou em fase de extração, que caracterizam-se por estar em tramitação avançada junto ao DNPM, o que requer um estabelecimento de acordos com os proprietários dos títulos.

Além disso, 139 requerimentos minerários, em diversas fases de processos, interceptam a faixa de servidão do empreendimento, de acordo com o **Quadro 3-20**.

Quadro 3-20 - Número de processos minerários identificados por fase interceptados pela diretriz do traçado da LT.

Fase dos Processos	Nº de Processos Minerários Interceptados
Requerimento de pesquisa	12
Autorização de pesquisa	103
Requerimento de licenciamento	4
Licenciamento	14
Disponibilidade	2
Requerimento de lavra	4

Fonte: SIGMINE (Sistema de Informações Geográficas da Mineração) mantido pelo DNPM. Consulta realizada agosto de 2017.

Avaliação: Este impacto é de natureza **Negativa**, com forma de incidência **Direta** considerando que a interferência com as atividades minerárias é um efeito direto das ações geradoras. Sua abrangência é **Local**, uma vez que se restringe apenas na interseção do traçado da LT com o título minerário. Como este impacto se manifesta logo após a intervenção, ele é **Imediato**. Por meio de acordos com os proprietários, os jazimentos minerários serão alterados e, por vezes, bloqueados, sendo **Permanente e Irreversível**, com cumulatividade **Simple**. A sensibilidade do fator ambiental é **Muito Pequena**, visto que não há nenhum processo minerário em fase de concessão de lavra interceptado pela faixa de servidão da LT. Apesar disso, dada as características do impacto, a magnitude foi avaliada como **Alta**, mas a importância como **Pequena**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Local	Simples	Alto	Muito Pequeno	Pequeno

Medidas Recomendadas: Deverá ser solicitada a não emissão de novos títulos minerários junto ao DNPM, bem como a solicitação do pedido de bloqueio dos jazimentos diretamente interceptados pela faixa de servidão da LT. Para os títulos minerários em fase de extração, registro de extração, lavra garimpeira e registro de lavra garimpeira ressalta-se a necessidade de fechamento de acordos com os proprietários.

Programas Recomendados: Programa de Gestão de Interferência com Atividades Minerárias.

IMPACTO 24 – Alteração da qualidade do ar

Fator ambiental: Qualidade do ar.

Ações Geradoras: Instalação e operação de canteiros de obras e áreas de apoio; Abertura e/ou adequação de acessos; Abertura e manutenção da faixa de servidão; Escavações de cavas e fundações de torres; Ampliação das subestações / entrada de bay.

Delimitador Espacial: Comunidades próximas à diretriz da LT, aos acessos a serem utilizados, antigos e novos, às subestações e canteiros de obras.

Dinâmica: A qualidade do ar de uma região depende essencialmente das fontes emissoras de poluentes e de suas condições físico-meteorológicas. O grau de contaminação do ar é avaliado pela quantidade e pelo tipo de substâncias nocivas à saúde pública e prejudiciais à fauna e à flora. O monóxido de carbono (CO) constitui um dos mais perigosos tóxicos respiratórios para homens e animais. Essa junção entre o CO, os hidrocarbonetos (HC), óxidos e dióxidos de nitrogênio (NO e NO₂) e o dióxido de enxofre (SO₂) forma um conjunto de elementos altamente nocivos às plantas, aos animais e ao homem. Além dos gases, há materiais particulados que também poluem o ar, pois podem causar irritação no trato respiratório e, conforme seu tamanho, podem penetrar no organismo. É o que ocorre, por exemplo, com o material particulado emitido pelos veículos a diesel.

Assim, o aumento da circulação de veículos por si só, causa impactos na qualidade do ar considerando que os mesmos são responsáveis pela emissão de gases resultantes da queima de combustíveis fósseis. Adicionalmente, a circulação de máquinas e equipamentos em acessos não pavimentados causa a suspensão de material particulado que, também, acaba por levar ao comprometimento da qualidade do ar, mesmo que localmente.

Além disso, durante a execução das atividades de supressão da vegetação, terraplanagem, abertura e manutenção da faixa de servidão, assim como escavações diversas, também, ocasionará o aumento de partículas sólidas em suspensão (poeira) em razão da exposição e movimentação do solo ocasionando alterações na qualidade do ar.

São mais sensíveis aos efeitos dessa alteração da qualidade do ar as populações próximas aos acessos e rodovias a serem utilizadas pelo empreendimento, assim como aquelas próximas aos canteiros de obras, subestações e ao eixo da LT. Para fins de referência, são listadas as localidades com distância de até 500 m do traçado, no **Quadro 3-21** a seguir.

Quadro 3-21 - Comunidades inseridas a até 500 metros da LT.

UF	Município	Localidade	Distância da LT (m)	LT	Coordenadas	
					X	Y
BA	Pindaí	Mato Grosso	575	LT 500 kV Igaporã III-Janaúba 3 C2	751562	8403059
MG	Monte Azul	Rebentão	445	LT 500 kV Igaporã III-Janaúba 3 C1	724132	8313083

Vale ressaltar que, após a definição da locação dos canteiros de obras e dos acessos às torres, as comunidades próximas a essas áreas devem ser inseridas na lista acima, de modo que também sejam alvo das medidas recomendadas.

Avaliação: Este impacto é de natureza **Negativa** e com forma de incidência **Direta**. Como este impacto se manifesta logo após a intervenção, ele é **Imediato**. A abrangência espacial é **Local**, já que seus efeitos se fazem sentir, principalmente nas áreas de execução da atividade construtiva. Uma vez que este impacto se manifesta logo após a intervenção necessária e depois pode haver a dispersão dos poluentes, ele é **Temporário** e **Reversível**. A alteração da qualidade do ar é um impacto **Cumulativo** por se caracterizar como um indutor de incômodo à população, levando a manifestação do **Impacto 02 - Geração de conflitos de interesse**. A sensibilidade do fator ambiental afetado é **Muito Pequena**, sendo a magnitude avaliada como **Média** e a importância como **Pequena**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Direto	Temporário	Reversível	Imediato	Local	Cumulativo	Médio	Muito Pequeno	Pequeno

Medidas Recomendadas: Manutenção periódica de veículos, a fim de que os mesmos possuam baixa emissão de poluentes no sistema atmosférico. Realização de monitoramento da qualidade do ar nas áreas de intervenção da obra.

Programas Recomendados: Plano Ambiental para a Construção.

IMPACTO 25 – Interferência com corpos hídricos

Fator Ambiental: Corpos hídricos.

Ações Geradoras: Instalação e operação de canteiros de obras e áreas de apoio; Abertura e/ou adequação de acessos; Transporte de materiais, equipamentos e insumos; Supressão de vegetação; Abertura e manutenção da faixa de servidão; Escavações de cavas e fundações das torres; Ampliação das subestações / entrada de bay.

Delimitador Espacial: Corpos hídricos da AE, principalmente os próximos a faixa de servidão, acessos, canteiros e subestações.

Dinâmica: No **item 2.2.2.4 - Recursos Hídricos** foram identificados os corpos hídricos presentes na região, incluindo aqueles que serão interceptados pelo traçado da LT. Foi feito, também, um levantamento das cabeceiras de rios presentes nas proximidades da LT, tendo sido observadas 118 cabeceiras a até 200 m do traçado da LT, das quais 35 estão a até 50 m do traçado. A preservação das cabeceiras de rios é importante tanto em termos ecológicos, para manutenção da biota aquática, como do ponto de vista do abastecimento de água para a população.

As ações de conformação do solo para abertura e melhoramento das vias de acesso e escavação das cavas para a fundação de torres, assim como a própria ação de supressão de vegetação, deixam o solo mais exposto à erosão. Dessa forma, essas atividades são consideradas potencialmente capazes de causar o carreamento de material superficial, podendo afetar corpos hídricos, caso não sejam adotadas as medidas

preventivas adequadas. Durante as chuvas, a formação de enxurradas pode carrear material superficial para os leitos dos corpos hídricos mais próximos, acarretando elevação da turbidez e, em casos extremos, o assoreamento desses corpos hídricos.

Além do potencial carreamento de sedimentos, há risco de aporte de contaminantes para os corpos d’água. Na instalação das fundações das torres, faz-se uso de concreto, a ser produzido em centrais terceirizadas e levado por betoneiras ao local de uso. Após a aplicação, o concreto residual das betoneiras deverá ser lavado, o que pode causar despejo de efluentes nos corpos d’água adjacentes, seja por acidente ou má conduta dos trabalhadores. O uso e manipulação de combustíveis e lubrificantes de veículos e máquinas e o transporte e manipulação de óleo de arrefecimento para transformadores instalados nas subestações também oferecem risco potencial de contaminação dos corpos d’água próximos.

Deve-se mencionar também que, em alguns locais, os leitos dos rios intermitentes podem ser usados como estradas pela população ou serem cruzados por estradas sem pontes, uma vez que ficam secos na maior parte do ano. O aumento da circulação de veículos nos leitos e margens desses rios, em função da obra também pode acabar impactando esses cursos d’água.

Avaliação: Este impacto é de natureza **Negativa**, de incidência **Indireta**, uma vez que não decorre diretamente das atividades de obras do empreendimento. É um impacto **Temporário**, com prazo de manifestação **Imediato** e abrangência espacial **Regional**, pois pode abranger toda a microbacia a jusante do local de origem do impacto. O impacto é **Reversível**, porém, **Cumulativo**, pois pode induzir outros impactos, como o **Impacto 19 – Indução ou aceleração de processos erosivos**. A sensibilidade do fator ambiental afetado é **Pequena**, uma vez que a maioria dos cursos d’água interceptados pela LT são intermitentes. Com isso, a magnitude foi avaliada como **Média** e a importância como **Pequena**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Indireto	Temporário	Reversível	Imediato	Regional	Cumulativo	Médio	Pequeno	Pequeno

Medidas Recomendadas: Evitar a travessia de veículos em leito de corpos hídricos e uso de sistemas de estivas, pontes brancas e artifícios de drenagem. Prevenir a movimentação de solo e a ocorrência de processos erosivos próximos aos corpos hídricos. Dar destinação adequada aos combustíveis e contaminantes utilizados durante as obras, evitando assim o aporte de efluentes para os corpos d'água. A instalação de praças de torres próxima a cabeceiras de cursos d'água deve ser evitada.

Programas Relacionados: Plano Ambiental para a Construção, Programa de Reposição Florestal, Programa de Educação Ambiental para Trabalhadores, Programa de Prevenção, Monitoramento e Controle de Processos Erosivos e Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.

IMPACTO 26 – Perturbação da fauna por ruídos

Fator Ambiental: Fauna silvestre.

Ações Geradoras: Instalação e operação de canteiros de obras e áreas de apoio; Abertura e/ou adequação de acessos; Transporte de materiais, equipamentos e insumos; Supressão de vegetação; Abertura e manutenção da faixa de servidão; Escavações de cavas e fundações das torres; Montagem das torres; Lançamento dos cabos; Ampliação das subestações / entrada de bay.

Delimitador Espacial: Faixa de servidão da LT, acessos, canteiros de obra e subestações.

Dinâmica: As comunidades faunísticas podem ser afetadas pelas atividades de obras, mesmo em áreas que já se encontrem com alto grau de antropização. Fatores de degradação ambiental, como a alteração da qualidade sonora, são ameaças para a qualidade de vida das espécies (PRIMACK & RODRIGUES, 2001). As perturbações sonoras estão, invariavelmente, associadas a outras formas de perturbações, como o tráfego de máquinas e pessoas, trepidações e explosões, e ruídos de alta-frequência. A geração de ruídos produzidos pela instalação do empreendimento, a partir da movimentação dos maquinários e trabalhadores da obra afugentará muitos indivíduos da fauna que utilizam não só essa área, mas todo o entorno. Geralmente os animais com maior mobilidade (as aves, os lagartos, os mamíferos de médio e grande porte e os alados) conseguirão fugir para áreas adjacentes, podendo gerar competição intra e/ou interespecíficas com os indivíduos autóctones desta nova área.

Durante a etapa de construção, os ruídos produzidos, direta ou indiretamente, pelas atividades inerentes à obra e a remoção da vegetação, podem promover o afugentamento dos animais para áreas adjacentes ou mesmo para longe de sua área de origem. Em geral, a fauna silvestre evita locais com muito ruído, que pode causar efeito repulsivo, não só na faixa de servidão como também em todo o entorno do

empreendimento. Mamíferos de médio e grande porte e aves de voo longo, registradas para a região, são mais susceptíveis a se afastarem do ambiente nos quais há maiores concentrações de ruídos. Estes processos de fuga podem levar tanto a ocupação de áreas já habitadas por outros indivíduos, levando a disputas de território, quanto ao aumento do contato com humanos, o que pode levar a um maior risco de atropelamento, devido à travessia de vias, e a invasão de propriedades e residências na busca por abrigos, com elevação de risco aos moradores ou risco de morte dos animais por abatimento pela população.

Durante os trabalhos de campo da equipe de resgate e monitoramento de fauna podem ser localizadas áreas importante para fauna, como áreas de reprodução e nidificação. Os ruídos e vibrações produzidos durante a fase de construção possuem potencial para interferir nas atividades faunísticas, especialmente para aquelas espécies que utilizam a vocalização para comunicação, reprodução e defesa de território, como aves, primatas e anfíbios.

Avaliação: Este impacto é considerado de natureza **Negativa**, uma vez que pode interferir na dispersão, comunicação e/ou reprodução de algumas espécies da fauna. A incidência é de caráter **Direto** em função do afastamento ou interrupção da dinâmica natural da fauna local e de duração **Temporária**, visto que os ruídos são provocados pelo maquinário de forma mais intensa durante a fase de obras. Nesse sentido, o impacto é **Reversível**, pois é restrito à fase de obras e de prazo de manifestação **Imediata**. Possui abrangência espacial **Local**, pois irá afetar apenas as áreas de obra. Foi classificado como **Cumulativo** com o **Impacto 20 – Alteração dos níveis de ruídos**, uma vez que somado a outras atividades durante a obra (ex.: supressão vegetal e aumento do contingente humano), tende a aumentar a interferência sobre algumas espécies. Com isso, a magnitude foi avaliada como **Média** e a importância como **Pequena**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativa	Direta	Temporário	Reversível	Imediato	Local	Cumulativo	Médio	Pequeno	Pequeno

Medidas Recomendadas: Inspeção e manutenção periódicas de veículos e equipamentos geradores de ruídos, acompanhamento das atividades de supressão de vegetação por equipe responsável pelo resgate de fauna, acompanhamento da obra pelas equipes de monitoramento de fauna.

Programas Recomendados: Programa de Afugentamento e Resgate de Fauna, Programa de Monitoramento de Fauna, Programa Ambiental para a Construção (PAC), Programa de Manutenção e Sinalização de Vias e Controle de Tráfego.

IMPACTO 27 – Atropelamento e acidentes com a fauna silvestre

Ações Geradoras: Fauna silvestre.

Ações Geradoras: Abertura e/ou adequação de acessos; Transporte de materiais, equipamentos e insumos; Supressão de vegetação; Operação de máquinas, equipamentos e veículos; Abertura e manutenção da faixa de servidão; Escavações de cavas e fundações das torres; Montagem das torres; Ampliação das subestações / entrada de bay.

Delimitador Espacial: Faixa de servidão da LT, acessos, canteiros de obra e subestações.

Dinâmica: O aumento da circulação de veículos, a operação de máquinas e equipamentos, a abertura de acessos, a supressão de vegetação, a abertura de cavas e a instalação das estruturas do empreendimento podem levar a atropelamentos, acidentes e morte de indivíduos da fauna.

Acidentes com a fauna são comuns em atividades de obras e podem ser considerados prováveis, principalmente, com espécies com deslocamento mais lento e aquelas habituadas ao maior fluxo de pessoas e máquinas. Além disso, durante a supressão vegetal, podem ocorrer injúrias causadas pelo uso de motosserra, bem como acidentes provenientes da derrubada de árvores, que geralmente abrigam espécies arbóricolas ou que nelas fazem ninhos ou as usam como abrigo.

Durante a abertura das cavas, a remoção do solo pode atingir espécies de hábitos semifossoriais, fossoriais e/ou criptozóicas, principalmente aquelas com baixa capacidade de locomoção. Após as instalações das cavas, há o risco de queda de indivíduos da fauna dentro das mesmas, uma vez que permanecem abertas por algum período antes que sejam fechadas. Durante a campanha de levantamento, foram identificadas espécies mais susceptíveis à queda em cavas, tais como: os pequenos lagartos, as serpentes, os anfíbios e espécies de pequenos mamíferos e tatus. Deve ser considerada ainda a possibilidade de que haja acidentes de colisão da avifauna durante a etapa de lançamento dos cabos. Ainda que sejam pouco previsíveis, acidentes podem ocorrer quando há passagem de aves durante o momento de lançamento de cabos. Há maior possibilidade dessa ocorrência em áreas mais utilizadas por este grupo, como indicado no **item 2.2.3.3.4 - Áreas de importância para a fauna.**

Avaliação: Este impacto é considerado de natureza **Negativa**, devido às injúrias causadas à fauna, podendo levar também à perda de indivíduos. Por se tratar de um impacto gerado diretamente pelas atividades de obras, é de incidência **Direta**, pois é resultante da abertura de vias e acessos; de duração **Temporária**, pois deve ocorrer de forma mais intensa apenas na fase de instalação e de prazo de manifestação **Imediato**. É considerado **Irreversível**, pois mesmo com o recrutamento populacional natural o indivíduo nunca será substituído. Devido à extensão da LT e do fato de que seus efeitos poderão ser sentidos em uma área mais ampla, em função da circulação de veículos em estradas e rodovias, torna-se um impacto de abrangência **Local**. É de caráter **Cumulativo** com o **Impacto 18 – Alteração e/ou perda de habitats** e com o **Impacto 26 - Perturbação da fauna por ruídos**. A sensibilidade do fator ambiental é considerada **Pequena**. No entanto, a magnitude foi avaliada como **Alta** e a importância como **Média**, visto que a fauna é um fator ambiental legalmente protegido.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativa	Direta	Temporário	Irreversível	Imediato	Local	Cumulativo	Alto	Pequeno	Médio

Medidas Recomendadas: Instalação de placas de sinalização nas vias, sensibilização dos condutores para prevenção de atropelamentos, acompanhamento das atividades de supressão de vegetação por equipe responsável pelo resgate de fauna. Além de medidas que minimizem os acidentes com indivíduos da fauna no canteiro de obras, como tapar ou cercar as cavas de fundação.

Programas Recomendados: Programa de Afugentamento e Resgate da Fauna, Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores (PEAT), Programa Ambiental para a Construção (PAC) e Programa de Manutenção e Sinalização de Vias e Controle de Tráfego.

IMPACTO 28 – Pressão de caça e captura e outras interações com a fauna silvestre

Fator Ambiental: Fauna silvestre.

Ações Geradoras: Mobilização de mão de obra; Abertura e/ou adequação de acessos; Abertura e manutenção da faixa de servidão.

Delimitador Espacial: Faixa de servidão da LT, acessos, canteiros de obra e subestações.

Dinâmica: A supressão da vegetação e a abertura de acessos podem promover a colonização dos remanescentes por espécies exóticas, assim como podem facilitar a entrada de pessoas em áreas antes de difícil acesso. A possibilidade de acessar novas áreas, antes praticamente intransponíveis, como pode ser observado em vegetações de Caatinga e Cerrado, proporciona maior abrangência na área de atuação dos caçadores preexistentes na região do empreendimento, além dos trabalhadores da obra e da população local.

Outras interações como encontros ocasionais ou captura de animais de estimação, tanto para venda, quanto pela população local ou pelos trabalhadores da obra, também representam mudanças na composição e equilíbrio da fauna local. A caça é a segunda principal ameaça às espécies de fauna do mundo, atrás apenas da perda de habitat (ROSSER & MAINKA, 2000). Durante a campanha de levantamento, foram identificadas espécies cinegéticas na região, como por exemplo: o canídeo *Cerdocyon thous* e a onça *Puma concolor*, que são alvos de retaliação pela população local por caçarem animais de criação. Além das espécies foco da caça de subsistência, muitas espécies de aves são capturadas como animal de estimação, pelo seu canto ou aparência exuberante. Dentre estas estão espécies de Psittaciformes, Accipitriformes, Falconiformes, Trochilidae e Ramphastidae, incluídos nos apêndices da CITES, além das famílias Icteridae, Thraupidae, Cardinalidae e Fringillidae (ALVES *et al.*, 2012; CITES, 2016).

Avaliação: Este impacto é considerado de natureza **Negativa**, pois resulta na diminuição da abundância e riqueza da fauna local, ocorrendo em maior escala em remanescentes florestais próximos aos aglomerados humanos. A abertura de acessos e o aumento do contingente humano são os principais indutores desse impacto e não a obra propriamente dita, sendo, portanto, de incidência **Indireta**. Foi considerado **Irreversível** e **Permanente**, visto que o declínio populacional das espécies alvo da caça costuma ser intenso, não possibilitando a reestruturação natural da diversidade local. Possui prazo de manifestação **Médio**, pois a caça se intensifica com o decorrer do andamento da obra e abertura de novos acessos, e de abrangência **Local**. É **Cumulativo** com o **Impacto 08 – Aumento de acidentes causados por animais peçonhentos**, **Impacto 26 - Perturbação da fauna por ruídos** e o **Impacto 27 - Atropelamento e acidentes com a fauna silvestre**. Possui sensibilidade **Média**, pois a atividade de caça

é comum nessas regiões, porém, quando da possibilidade de aumento da atividade, poderá trazer impactos irreversíveis a algumas espécies cinegéticas, podendo resultar em extinções locais de populações. Com isso, a magnitude e a importância foram avaliadas como **Média**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativa	Indireta	Permanente	Irreversível	Médio	Local	Cumulativo	Médio	Médio	Médio

Medidas Recomendadas: Sensibilização dos trabalhadores para diminuir a captura da fauna e prevenção de caça, conscientização da população sobre a importância de evitar quaisquer interações com a fauna silvestre local, como a captura e atropelamento. Para a perda de hábitat da fauna local não existe medida mitigadora, sugere-se então a implantação de um Programa de Monitoramento da Fauna durante a implantação e operação do empreendimento.

Programas Recomendados: Programa de Monitoramento de Fauna, Programa de Comunicação Social, Programa de Educação Ambiental para Trabalhadores.

IMPACTO 29 – Interferência com Unidades de Conservação e demais áreas legalmente protegidas

Fator Ambiental: Áreas legalmente protegidas.

Ações Geradoras: Abertura e/ou adequação de acessos; Supressão de vegetação; Abertura e manutenção da faixa de servidão; Escavações de cavas e fundações das torres; Lançamento dos cabos.

Delimitador Espacial: Faixa de servidão, acessos, canteiros de obra e subestações.

Dinâmica: A implantação do empreendimento causará interferências sobre áreas legalmente protegidas que deixariam de cumprir integralmente suas funções estabelecidas (assegurar a preservação do patrimônio biológico existente no local). Tal interferência é mais relevante na faixa de servidão e nos acessos permanentes. Foram identificadas quatro categorias de áreas legalmente protegidas sujeitas a interferências, a saber: unidades de conservação, áreas prioritárias para a conservação, áreas de preservação permanente e reservas legais.

Unidades de Conservação e Áreas Prioritárias para a Conservação

Com os esforços para definição do traçado para o desvio dessas áreas, apesar de 25 Unidades de Conservação (UCs) estarem presentes nos municípios atravessados pela LT, o traçado proposto intercepta somente 02 (duas) UCs, sendo ambas de Uso Sustentável, são elas: APA do Quebra-Pé e APA do Valo Fundo, localizadas nos municípios de Monjolos e Santo Hipólito (MG), respectivamente.

Como discutido no **item 2.2.5 - Unidade de Conservação e Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade**, a APA do Quebra Pé é interceptada em 18,15 km pela LT e a APA do Valo Fundo é interceptada em 14,27 km.

Áreas Prioritárias para a Conservação

No âmbito das Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade, seis (06) áreas serão interceptadas pela implantação do empreendimento, três (03) do bioma Caatinga, e três (03) do bioma Cerrado. Quanto à importância, quatro (04) estão classificadas como “Extremamente Alta” e duas (02) como “Insuficientemente conhecida”, já em relação à prioridade, quatro (04) estão classificadas como “Extremamente Alta” e duas (02) como “Muito Alta”.

Destaca-se que, sempre que possível, o traçado foi otimizado para reduzir ao máximo a interceptação da LT com áreas protegidas, bem como de suas zonas de amortecimento. Ainda assim, não foi possível o desvio de duas APAs. Além disso, observa-se que cerca de 1,56% (418,32 km) do traçado proposto para o estudo intercepta Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade.

Áreas de Preservação Permanente (APPs)

As Áreas de Preservação Permanente (APPs), instituídas pelo Código Florestal Brasileiro (Lei nº 4.771/1965) e atualmente regidas pelo Novo Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651/2012), tem o objetivo de proteger florestas e demais formas de vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

As intervenções decorrentes da instalação do empreendimento ocorrerão na fase de obras, estando na maioria dos casos associada à supressão de vegetação e ao estabelecimento da faixa de servidão e subestações. Ressalta-se que as interferências mais significativas se darão nos acessos e nas áreas de locação de torres e, por este motivo, o projeto deverá priorizar a locação destas estruturas fora das APPs, assim como os acessos, especialmente os permanentes.

Do total mapeado para Área Diretamente Afetada (7727,10 ha), aproximadamente 5% (386,68 ha) encontram-se inseridos em Área de Preservação Permanente (**Quadro 3-22**). As classes de uso com maior cobertura em APP foram as classes Campo Antropizado cobrindo uma área de 121,3 ha (cerca de 1,5% do total de APP mapeada); seguida da classe Agricultura com uma área de 96,09 ha (aproximadamente 1,24%).

Quadro 3-22 - Áreas de Preservação Permanente (APP) por classe de Uso e Cobertura do Solo na ADA.

Classe de Uso e Ocupação	Situação Legal	Área (ha)	%
Agricultura	APP	96,09	1,24
	Não-APP	2.220,99	28,74
Área Antrópica	Não-APP	11,91	0,15
Área de Influência Fluvial	APP	10,41	0,13
	Não-APP	36,93	0,48
Barragem de Rejeito	APP	1,19	0,02
	Não-APP	2,33	0,03
Campo Antropizado	APP	121,30	1,57
	Não-APP	2.083,79	26,97
Contato Floresta Estacional/Caatinga	APP	9,37	0,12
	Não-APP	200,89	2,60
Corpo d'Água	APP	1,34	0,02
	Não-APP	7,77	0,10
Floresta Estacional Decidual	APP	2,80	0,04
	Não-APP	100,34	1,30
Floresta Estacional Semidecidual	APP	16,50	0,21
	Não-APP	235,47	3,05
Floresta Ripária	APP	16,83	0,22
	Não-APP	42,03	0,54
Nuvem	APP	4,26	0,06
	Não-APP	29,06	0,38
Rocha Exposta	APP	0,00	0,00
	Não-APP	2,86	0,04
Savana Arborizada	APP	61,65	0,80
	Não-APP	1.006,77	13,03
Savana Arborizada Antropizada	APP	4,70	0,06
	Não-APP	287,91	3,73
Savana Estépica Antropizada	APP	27,63	0,36
	Não-APP	587,35	7,60

Classe de Uso e Ocupação	Situação Legal	Área (ha)	%
Savana Estépica Florestada	APP	2,78	0,04
	Não-APP	82,56	1,07
Savana Florestada	APP	5,53	0,07
	Não-APP	115,94	1,50
Silvicultura	APP	0,65	0,01
	Não-APP	80,68	1,04
Solo Exposto	APP	3,65	0,05
	Não-APP	198,10	2,56
Sombra	Não-APP	6,74	0,09
Total em APP		386,68	5,00
Total em Não APP		7.340,42	95,00
Total Geral		7.727,10	100,00

Reservas Legais

Devido à configuração linear e extensão do empreendimento, a implantação do mesmo poderá ocasionar interferência em áreas de reservas legal. A identificação e o mapeamento de todas as áreas de reserva legal deverão ocorrer durante a fase de elaboração do Projeto Executivo do empreendimento, onde estudos de microlocalização das torres poderão reduzir ou sanar tais interferências, devendo ser apresentado em fase posterior, juntamente com o Inventário Florestal, conforme preconizado pela legislação.

Avaliação: Este impacto é considerado **Negativo**, de incidência **Direta**, em função da supressão de vegetação para abertura de acessos e para abertura e manutenção da faixa de servidão nas áreas legalmente protegidas. A intervenção nessas áreas é considerada **Irreversível** e de duração **Permanente**, uma vez que a probabilidade de regeneração é baixa, e que a limpeza/manutenção da faixa de servidão dificulta, ao longo da operação do empreendimento, o crescimento da vegetação. Em virtude das interferências em áreas relevantes para a conservação da fauna e flora regional, o impacto foi categorizado como de abrangência **Regional** e com prazo **Imediato** de manifestação. Além disso, a fragmentação de áreas protegidas pode induzir a outros impactos, como por exemplo, a atração de espécies exóticas e/ou invasoras, sendo, portanto **Cumulativo** com o **Impacto 17 – Interferências com a vegetação** e com o **Impacto 18 – Alteração e/ou perda de habitats**. A sensibilidade do fator ambiental é considerada **Muito Pequena**, devido a pequena extensão de interceptação das duas Unidades de Conservação, categorizadas de uso sustentável. Com isso, a magnitude foi avaliada como **Baixa** e a importância como **Média**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Local	Cumulativo	Baixo	Muito Pequeno	Médio

Medidas Recomendadas: Recuperação física e biológica das áreas degradadas; Restrição da supressão de vegetação às áreas previamente definidas; Restauração a partir do plantio de espécies nativas e resgate do material genético vegetal das espécies-alvo presentes nas áreas destinadas à implantação do empreendimento.

Programas Relacionados: Plano Ambiental para a Construção, Programa de Supressão de Vegetação, Programa de Coleta de Germoplasma e Resgate de Epífitas, Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, Programa de Reposição Florestal e Plano de Compensação Ambiental.

3.2.1.3 - Fase de Operação

IMPACTO 16 – Interferências com a vegetação

Fator Ambiental: Vegetação.

Ações Geradoras: Operação e Manutenção da Linha de Transmissão e Subestações.

Delimitador espacial: Faixa de servidão da LT.

Dinâmica: A interferência com a vegetação, na fase de operação, se dá em função da necessidade de corte seletivo de árvores na faixa de servidão para a segurança operacional do empreendimento, assim como para a manutenção da faixa de serviço e acessos. Este processo ocorre periodicamente de maneira pontual, em todas as regiões cuja presença de vegetação de maior porte poderá trazer risco operacional ao empreendimento.

Especificamente em relação à manutenção de acessos e faixa de serviço, pontua-se que o empreendimento considera somente daqueles considerados essenciais para a manutenção e operação da LT, permitindo assim a regeneração natural e recuperação da vegetação em áreas consideradas como

acessos temporários. Tais acessos deverão ser definidos para a solicitação de Licença de Instalação (LI) e ratificados ao final das obras quando da solicitação da Licença de Operação (LO).

Avaliação: Com base nas informações supracitadas, é possível inferir que todas as alterações citadas são de natureza **Negativa** com efeitos **Diretos**, em função do corte seletivo para manutenção da faixa de servidão. Abrangência espacial **Local**, uma vez que seus efeitos são diretamente relacionados ao sítio onde ocorre a ação do corte seletivo. É um impacto **Permanente, Irreversível e Imediato**, devido à perda permanente da vegetação em decorrência da atividade de manutenção na faixa de servidão, que não possibilitará a regeneração e o crescimento da mesma. É considerado um impacto **Simples** por não provocar ou aumentar os efeitos de outro impacto. A sensibilidade do fator ambiental é considerada **Pequena**, visto que a supressão já terá ocorrido. Apesar disso, a magnitude foi avaliada como **Alta** e a importância como **Média**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Local	Simples	Alto	Pequeno	Médio

Medidas Recomendadas: Restrição da supressão de vegetação às áreas previamente definidas.

Programas Relacionados: Programa de Supressão de Vegetação.

IMPACTO 20 – Alteração dos níveis de ruídos

Fator ambiental: Nível de Ruídos.

Ações Geradoras: Operação e Manutenção da Linha de Transmissão e Subestações.

Delimitador Espacial: Faixa de servidão da LT.

Dinâmica: As intervenções necessárias à operação do empreendimento irão gerar ruídos, principalmente, pelo tráfego de veículos nos acessos do empreendimento e pela utilização de máquinas para manutenção da faixa de servidão. De maneira geral, espera-se que esta fase emita menos ruídos que a fase de instalação, uma vez que as atividades envolvidas utilizam menos maquinários.

Apesar disso, ainda terá o efeito corona, que consiste na emissão de ruídos a partir das superfícies dos condutores das LTs diretamente pela tensão de operação das mesmas. As variações climáticas influenciam diretamente neste efeito, podendo potencializar ou diminuir os ruídos eletromagnéticos gerados, bem como, vibrações.

Avaliação: Este impacto é de natureza **Negativa** e com forma de incidência **Direta**. A duração do impacto é **Permanente** e **Irreversível**, uma vez que irá ocorrer ao longo de toda operação do empreendimento. O prazo de manifestação é **Imediato**, com abrangência espacial **Local** e **Cumulativo** com o **Impacto 01 – Geração de expectativas na população**. A sensibilidade do fator ambiental é **Muito Pequena**, considerando que o ruído da operação da LT estará abaixo do estipulado pela legislação. Apesar disso, dada as características do impacto, a magnitude foi avaliada como **Alta** e a importância como **Média**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Local	Cumulativo	Alto	Muito Pequeno	Médio

Medidas Recomendadas: As medidas a serem adotadas preveem o monitoramento do nível de ruídos através de medições em campo periodicamente durante todas as fases do empreendimento, bem como, a manutenção de máquinas e equipamentos utilizados no empreendimento para mitigar problemas técnicos e, conseqüentemente, os ruídos gerados.

Programas Recomendados: Programa de Monitoramento de Ruídos.

IMPACTO 28 – Pressão de caça e captura sobre fauna silvestre

Fator Ambiental: Fauna silvestre.

Ações Geradoras: Abertura e manutenção da faixa de servidão; Operação e Manutenção da Linha de Transmissão e Subestações.

Delimitador Espacial: Faixa de servidão da LT, canteiros de obra e subestação.

Dinâmica: A supressão da vegetação e a abertura de acessos podem promover a colonização dos remanescentes por espécies exóticas, assim como podem facilitar a entrada de pessoas em áreas antes de difícil acesso, além de facilitar a atuação de caçadores preexistentes e da população local.

Na fase de operação a pressão de caça tende a aumentar, uma vez que os acessos abertos ficam disponíveis para serem utilizados pela população e por seus animais domésticos para a prática da caça. Por outro lado, essa pressão passa a ser exercida quase que exclusivamente pela população, uma vez que o contingente de trabalhadores durante a fase de operação é muito reduzido.

Durante a campanha de levantamento, foram identificadas espécies cinegéticas na região, como por exemplo: o canídeo *Cerdocyon thous* e a onça *Puma concolor*, que são alvos de retaliação pela população local por caçarem animais de criação. Além das espécies foco da caça de subsistência, muitas espécies de aves são capturadas como animal de estimação, pelo seu canto ou aparência exuberante. Dentre estas estão as espécies de Psittaciformes, Accipitriformes, Falconiformes, Trochilidae e Ramphastidae, incluídos nos apêndices da CITES, além das famílias Icteridae, Thraupidae, Cardinalidae e Fringillidae (ALVES *et al.*, 2012; CITES, 2016).

Avaliação: Este impacto é considerado como de natureza **Negativa**, pois diminui a diversidade da fauna local. O aumento do fluxo de pessoas nos acessos abertos é o principal indutor desse impacto e não a obra propriamente dita, sendo, portanto, de incidência **Direta**. Foi considerado **Irreversível** e **Permanente**, pois a fauna local dificilmente se recupera totalmente, além dos cabos e torres continuarem instalados após o término da obra. Possui prazo de manifestação **Imediato**, uma vez que os impactos apenas serão percebidos um período após a instalação dos cabos. A abrangência é **Local**, pois se restringe a faixa de servidão, e **Cumulativo** com o **Impacto 08 – Aumento do risco de acidentes causados por animais peçonhentos** e com o **Impacto 27 - Atropelamento e acidentes com a fauna silvestre**. Tem sensibilidade **Pequena**, pois a atividade de caça é comum nessas regiões, porém, quando da possibilidade de aumento da atividade, poderá trazer impactos irreversíveis a algumas espécies cinegéticas, podendo resultar em extinções locais de populações. Apesar disso, a magnitude foi avaliada como **Alta** e a importância como **Média**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativa	Direta	Permanente	Irreversível	Imediato	Local	Cumulativo	Alto	Pequeno	Médio

Medidas Recomendadas: Sensibilização dos trabalhadores para extinguir ou diminuir a captura da fauna e prevenção de caça, conscientização da população sobre a importância de evitar interações com a fauna.

Programas Recomendados: Programa de Monitoramento de Fauna, Programa de Comunicação Social e Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores (PEAT).

IMPACTO 29 – Interferência em Unidades de Conservação e demais áreas legalmente protegidas

Fator Ambiental: Áreas legalmente protegidas.

Ações Geradoras: Operação e manutenção da linha de transmissão e subestações.

Delimitador espacial: Faixa de servidão da LT.

Dinâmica: A interferência com Unidades de Conservação e demais áreas legalmente protegidas na fase de operação, se dá em função da necessidade de corte seletivo de árvores na faixa de servidão para a segurança operacional do empreendimento, assim como para a manutenção da faixa de serviço e acessos em conformidade aos critérios da Norma ABNT NBR-5.422/1985. Este processo ocorre periodicamente, de maneira pontual, em todas as regiões cuja presença de vegetação de maior porte poderá trazer risco operacional ao empreendimento como já citado no **Impacto 16 – Interferência com a Vegetação**.

Avaliação: Este impacto é de natureza **Negativa** com efeitos **Diretos**, em função do corte seletivo para manutenção da faixa de serviço. Possui abrangência espacial **Local**, uma vez que seus efeitos são diretamente relacionados ao sítio onde ocorre a ação do corte seletivo. É um impacto **Permanente**, **Irreversível** e **Imediato**, devido à perda permanente da vegetação em decorrência da atividade de manutenção na faixa de servidão, que não possibilitará a regeneração e o crescimento da mesma. É considerado um impacto **Simples** por não aumentar os efeitos de outro impacto. É considerado de sensibilidade **Muito Pequena**. Apesar disso, dada as características do impacto, a magnitude foi avaliada como **Alta**, mas a importância como **Pequena**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Local	Simples	Alto	Muito Pequeno	Pequeno

Medidas Recomendadas: Recuperação física e biológica das áreas degradadas; Restauração a partir do plantio de espécies nativas.

Programas Relacionados: Programa de Supressão de Vegetação, Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Programa de Reposição Florestal.

IMPACTO 30 – Colisão da avifauna

Fator ambiental: Fauna silvestre.

Ações Geradoras: Lançamento dos cabos; Operação e manutenção da linha de transmissão e subestações.

Delimitador Espacial: Faixa de serviço.

Dinâmica: Existem diversos estudos relatando mortes causadas por colisões de aves em linhas de transmissão (CORNWELL & HOCHBAUM, 1971; SCOTT *et al.*, 1972; MCNEIL *et al.*, 1985; FAANES, 1987; GARRIDO & FERNÁNDEZ-CRUZ, 2003; RAPOSO, 2013). A maior parte das colisões ocorre com os cabos para-raios, mais finos, sendo menos perceptíveis do que os cabos de transmissão (JENKINS *et al.*, 2010).

Avaliação: Este impacto possui natureza **Negativa**, visto que resulta na morte de indivíduos da fauna e de incidência **Direta**, pois é provocada pela instalação dos cabos da LT. É um impacto **Irreversível** e **Permanente**, pois perdura ao longo de toda operação do empreendimento. Foi considerado **Cumulativo** com o **Impacto 15 – Alteração da paisagem** e com prazo de manifestação **Imediato**, assim que os cabos começam a ser instalados. Esse impacto ocorre em escala **Local**, pois abrange apenas a faixa de serviço. Possui sensibilidade **Pequena**, pois pode levar a perda de indivíduos da avifauna, resultando em alterações na comunidade. Apesar disso, dada as características do impacto, a magnitude foi avaliada como **Alta** e a importância como **Média**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Local	Cumulativo	Alto	Pequeno	Médio

Medidas Recomendadas: Instalação dos sinalizadores anticolisão da avifauna e monitoramento da avifauna local.

Programas Recomendados: Programa de Monitoramento dos Sinalizadores Anticolisão para Avifauna.

IMPACTO 31 – Aumento da confiabilidade do sistema elétrico

Fator ambiental: Sistema elétrico.

Ações Geradoras: Operação e manutenção da linha de transmissão e subestações.

Dinâmica: A ligação ao Sistema Interligado Nacional via LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino irá possibilitar um aumento da confiabilidade do Sistema, contribuindo para a adequação da oferta e demanda, diminuindo por um lado a possibilidade de racionamento e de ‘apagões’ e, por outro, a necessidade de acionamento de termoeletricas, contrárias a estratégias operacionais do SIN, visto que o empreendimento contribuirá para o escoamento da energia produzida pelos parques eólicos.

Tal aumento de confiabilidade não representa atendimento imediato das demandas por energia nos municípios atravessados, uma vez que o rebaixamento de tensão está associado ao estabelecimento de contratos entre as concessionárias e o poder público, de modo a permitir que a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e a Companhia Energética da Bahia (COELBA) tenham de fato condições de distribuir para os consumidores dos respectivos estados.

Avaliação: No cenário de inserção do empreendimento, tal impacto pôde ser classificado como **Positivo**; de incidência **Direta**, com efeito **Permanente, Irreversível** e de **Longo prazo**, abrangência espacial **Estratégica e Simples**. A sensibilidade é **Média**, visto que o empreendimento contribuirá de forma estratégica para o escoamento da energia produzida pelos parques eólicos. Com isso a magnitude foi avaliada como **Alta** e a importância como **Média**.

Natureza	Forma de Incidência	Duração	Reversibilidade	Prazo de Manifestação	Abrangência Espacial	Cumulatividade	Magnitude	Sensibilidade	Importância
Positivo	Direto	Permanente	Irreversível	Longo prazo	Estratégico	Simples	Alto	Médio	Médio

Medidas Recomendadas: Divulgação sobre os impactos em termos do atendimento da demanda energética associada ao empreendimento.

Programas Relacionados: Programa de Comunicação Social.

3.3 - MATRIZ DE IMPACTOS

Fase de Planejamento											
IMPACTO 01 - Geração de expectativas na população	Negativo	Indireto	Temporário	Reversível	Imediato	Regional	Cumulativo	Média	Pequeno	Pequeno	
IMPACTO 02 - Geração de conflitos de interesse	Negativo	Indireto	Temporário	Reversível	Imediato	Local	Cumulativo	Média	Pequeno	Pequeno	
IMPACTO 03 - Pressão sobre a condição fundiária	Negativo	Indireto	Temporário	Reversível	Médio Prazo	Local	Cumulativo	Baixa	Médio	Pequeno	
Fase de Implantação											
IMPACTO 01 - Geração de expectativas na população	Negativo	Indireto	Temporário	Reversível	Imediato	Regional	Cumulativo	Média	Pequeno	Pequeno	
IMPACTO 02 - Geração de conflitos de interesse	Negativo	Indireto	Temporário	Reversível	Imediato	Local	Cumulativo	Média	Pequeno	Pequeno	
IMPACTO 03 - Pressão sobre a condição fundiária	Negativo	Indireto	Temporário	Reversível	Médio Prazo	Local	Cumulativo	Baixa	Médio	Pequeno	
IMPACTO 04 - Perda de áreas produtivas e benfeitorias	Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Local	Cumulativo	Alta	Pequeno	Médio	
IMPACTO 05 - Geração de emprego	Positivo	Direto	Temporário	Reversível	Imediato	Regional	Cumulativo	Média	Muito Pequeno	Pequeno	
IMPACTO 06 - Pressão sobre infraestrutura de serviços essenciais	Negativo	Indireto	Temporário	Reversível	Imediato	Regional	Cumulativo	Média	Grande	Médio	
IMPACTO 07 - Agravamento das situações de vulnerabilidade social	Negativo	Indireto	Permanente	Irreversível	Médio Prazo	Regional	Cumulativo	Alta	Grande	Grande	
IMPACTO 08 - Aumento de acidentes causados por animais peçonhentos	Negativo	Indireto	Temporário	Irreversível	Imediato	Local	Cumulativo	Média	Pequeno	Pequeno	
IMPACTO 09 - Pressão sobre o tráfego rodoviário	Negativo	Direto	Temporário	Reversível	Imediato	Regional	Cumulativo	Média	Grande	Médio	
IMPACTO 10 - Pressão sobre a segurança hídrica da população local	Negativo	Indireto	Temporário	Reversível	Médio Prazo	Regional	Cumulativo	Média	Muito Grande	Médio	
IMPACTO 11 - Interferência com Projetos de Assentamento	Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Regional	Cumulativo	Alta	Muito Pequeno	Médio	
IMPACTO 12 - Interferência no patrimônio histórico, cultural e arqueológico	Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Médio Prazo	Local	Simple	Média	Pequeno	Pequeno	
IMPACTO 13 - Pressão sobre a condição fundiária de populações tradicionais	Negativo	Direto	Temporário	Irreversível	Imediato	Local	Cumulativo	Alta	Médio	Médio	
IMPACTO 14 - Incremento da arrecadação tributária	Positivo	Indireto	Temporário	Reversível	Imediato	Regional	Cumulativo	Média	Muito Pequeno	Pequeno	
IMPACTO 15 - Alteração da paisagem	Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Local	Cumulativo	Alta	Muito Pequeno	Médio	
IMPACTO 16 - Alteração do uso e ocupação do solo	Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Local	Cumulativo	Alta	Pequeno	Médio	
IMPACTO 17 - Interferências com a vegetação	Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Regional	Cumulativo	Alta	Grande	Grande	
IMPACTO 18 - Alteração e/ou perda de habitats	Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Regional	Cumulativo	Alta	Grande	Grande	
IMPACTO 19 - Indução ou aceleração de processos erosivos	Negativo	Direto	Temporário	Reversível	Médio Prazo	Local	Simple	Baixa	Médio	Pequeno	
IMPACTO 20 - Alteração dos níveis de ruídos	Negativo	Direto	Temporário	Reversível	Imediato	Local	Cumulativo	Média	Muito pequeno	Pequeno	
IMPACTO 21 - Interferência com o patrimônio espeleológico	Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Local	Simple	Alta	Grande	Grande	
IMPACTO 22 - Interferência com o patrimônio paleontológico	Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Local	Simple	Alta	Pequeno	Médio	
IMPACTO 23 - Interferência com atividades minerais	Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Local	Simple	Alta	Muito Pequeno	Pequeno	
IMPACTO 24 - Alteração da qualidade do ar	Negativo	Direto	Temporário	Reversível	Imediato	Local	Cumulativo	Média	Muito Pequeno	Pequeno	
IMPACTO 25 - Interferência com corpos hídricos	Negativo	Indireto	Temporário	Reversível	Imediato	Regional	Cumulativo	Média	Pequeno	Pequeno	
IMPACTO 26 - Perturbação da fauna por ruídos	Negativo	Direto	Temporário	Reversível	Imediato	Local	Cumulativo	Média	Pequeno	Pequeno	
IMPACTO 27 - Atropelamento e acidentes com a fauna silvestre	Negativo	Direto	Temporário	Irreversível	Imediato	Local	Cumulativo	Alta	Pequeno	Médio	
IMPACTO 28 - Pressão de caça e captura e outras interações com a fauna silvestre	Negativo	Indireto	Permanente	Irreversível	Médio Prazo	Local	Cumulativo	Média	Médio	Médio	
IMPACTO 29 - Interferência com UC e demais áreas legalmente protegidas	Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Local	Cumulativo	Baixa	Muito Pequeno	Médio	
Fase de Operação											
IMPACTO 16 - Interferências com a vegetação	Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Local	Simple	Alta	Pequeno	Médio	
IMPACTO 20 - Alteração dos níveis de ruídos	Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Local	Cumulativo	Alta	Muito Pequeno	Médio	
IMPACTO 28 - Pressão de caça e captura sobre fauna silvestre	Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Local	Cumulativo	Alta	Pequeno	Médio	
IMPACTO 29 - Interferência em UC e demais áreas legalmente protegidas	Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Local	Simple	Alta	Muito Pequeno	Pequeno	
IMPACTO 30 - Colisão da avifauna	Negativo	Direto	Permanente	Irreversível	Imediato	Local	Cumulativo	Alta	Pequeno	Médio	
IMPACTO 31 - Aumento da confiabilidade do sistema elétrico	Positivo	Direto	Permanente	Irreversível	Longo Prazo	Estratégico	Simple	Alta	Médio	Médio	

3.4 - ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO

A definição das áreas de influência Direta e Indireta (AID e AII) decorrentes da implantação e operação da LT 500 kV Igaporã III – Presidente Juscelino foi elaborada considerando a avaliação dos impactos socioambientais (físico, biótico e socioeconômico). Essa definição é o resultado da sobreposição das abrangências espaciais de cada um dos impactos identificados. A partir da seleção dos elementos geográficos que representam de forma mais clara essas abrangências, foram traçados polígonos para cada uma dessas áreas, quais sejam as Áreas de Influência Indireta e Direta de cada meio – físico, biótico e socioeconômico.

Os critérios adotados para a definição das áreas de influência e respectivas abrangências espaciais estão indicados no **Quadro 3-23** a seguir.

Quadro 3-23 - Critérios adotados para a definição das áreas de influência

Impactos	Abrangência Espacial	Delimitadores das Áreas de Influência	Área de Influência
IMPACTO 01 – Geração de expectativas na população	Regional	Municípios atravessados pela LT e que receberão canteiros.	AII
IMPACTO 02 – Geração de conflitos de interesse	Local	Área de Estudo Local, exceto Curimataí e Pé de Serra.	AID
IMPACTO 03 – Pressão sobre a condição fundiária	Local	Área de Estudo Local, exceto Curimataí e Pé de Serra.	AID
IMPACTO 04 – Perda de áreas produtivas e benfeitorias	Local	Área de Estudo Local, exceto Curimataí e Pé de Serra.	AID
IMPACTO 05 – Geração de emprego	Regional	Municípios atravessados pela LT e que receberão canteiros.	AII
IMPACTO 06 - Pressão sobre infraestrutura de serviços essenciais	Regional	Municípios atravessados pela LT e que receberão canteiros.	AII
IMPACTO 07 - Agravamento das situações de vulnerabilidade social	Regional	Municípios atravessados pela LT e que receberão canteiros.	AII
IMPACTO 08 – Aumento de acidentes causados por animais peçonhentos	Local	Área de Estudo Local, exceto Curimataí e Pé de Serra.	AID
IMPACTO 09 – Pressão sobre o tráfego rodoviário	Regional	Municípios atravessados pela LT e que receberão canteiros.	AII
IMPACTO 10 – Pressão sobre a segurança hídrica da população local	Regional	Municípios atravessados pela LT e que receberão canteiros.	AII
IMPACTO 11 – Interferência com Projetos de Assentamento	Regional	Municípios atravessados pela LT e que receberão canteiros.	AII
IMPACTO 12 – Interferência no patrimônio histórico, cultural e arqueológico	Local	Área de Estudo Local, exceto Curimataí e Pé de Serra.	AID
IMPACTO 13 – Pressão sobre a condição fundiária de populações tradicionais	Local	Área de Estudo Local, exceto Curimataí e Pé de Serra.	AID

Impactos	Abrangência Espacial	Delimitadores das Áreas de Influência	Área de Influência
IMPACTO 14 - Incremento da arrecadação tributária	Regional	Municípios atravessados pela LT e que receberão canteiros.	AII
IMPACTO 15 – Alteração da paisagem	Local	Área de Estudo Local, exceto Curimataí e Pé de Serra.	AID
IMPACTO 16 - Alteração do uso e ocupação do solo	Local	Área de Estudo Local, exceto Curimataí e Pé de Serra.	AID
IMPACTO 17 – Interferências com a vegetação	Regional	Faixa de 2.000 m e fragmentos de vegetação nativa interceptadas pela faixa.	AII
IMPACTO 18 – Alteração e/ou perda de habitats	Regional	Faixa de 2.000 m e fragmentos de vegetação nativa interceptadas pela faixa.	AII
IMPACTO 19 – Indução ou aceleração de processos erosivos	Local	Faixa de 1.000 m a partir da diretriz.	AID
IMPACTO 20 – Alteração dos níveis de ruídos	Local	Faixa de 1.000 m a partir da diretriz.	AID
IMPACTO 21 – Interferência com o patrimônio espeleológico	Local	Faixa de 1.000 m a partir da diretriz.	AID
IMPACTO 22 – Interferência com o patrimônio paleontológico	Local	Faixa de 1.000 m a partir da diretriz.	AID
IMPACTO 23 – Interferência com atividades minerárias	Local	Faixa de 1.000 m a partir da diretriz.	AID
IMPACTO 24 – Alteração da qualidade do ar	Local	Faixa de 1.000 m a partir da diretriz.	AID
IMPACTO 25 – Interferência com corpos hídricos	Regional	Microbacias interceptadas a partir da faixa de 1.000 m da AID	AII
IMPACTO 26 – Perturbação da fauna por ruídos	Local	Faixa de 1.000 m a partir da diretriz.	AID
IMPACTO 27 – Atropelamento e acidentes com a fauna silvestre	Local	Faixa de 1.000 m a partir da diretriz.	AID
IMPACTO 28 – Pressão de caça e captura e outras interações com a fauna silvestre	Local	Faixa de 1.000 m a partir da diretriz.	AID
IMPACTO 29 – Interferência com UC e demais áreas legalmente protegidas	Local	Faixa de 1.000 m a partir da diretriz.	AID
IMPACTO 30 - Colisão da avifauna	Local	Faixa de 1.000 m a partir da diretriz.	AID
IMPACTO 31 – Aumento da confiabilidade do sistema elétrico	Estratégico	Difuso – não espacializável.	-

3.4.1 - Área Diretamente Afetada (ADA)

Ao longo de todo o estudo considerou-se como Área Diretamente Afetada (ADA) do Empreendimento a Faixa de Servidão e a Área das Subestações, para todos os meios – físico, biótico e socioeconômico.

3.4.2 - Área de Influência Direta (AID)

Meio Biótico

A Área de Influência Direta (AID) do meio biótico foi delimitada como a faixa de 1.000 m no entorno da diretriz da LT (500 m pra cada lado do traçado de cada uma das linhas), a qual corresponde à área imediata a partir da ADA que pode receber as influências diretas dos impactos advindos da instalação e operação do empreendimento.

Meio Físico

A Área de Influência Direta (AID) do meio físico é constituída pela faixa de 1.000 m a partir da diretriz da LT, sendo 500 m para cada lado do traçado. Essa configuração está relacionada a área de abrangência, na qual os fatores ambientais do meio físico podem sofrer interferência pela instalação e operação do empreendimento, mas, principalmente, pelo alto potencial espeleológico da região, garantindo assim, uma visão conservadora frente ao tema.

Meio Socioeconômico

A Área de Influência Direta (AID) do meio socioeconômico é formada pela Área Diretamente Afetada (ADA), propriedades, localidades e estradas, bem como pelos pontos de relevância para o patrimônio histórico e cultural presentes na Área de Estudo Local (AEL). A definição geográfica da Área de Influência Direta (AID) para o Meio Socioeconômico considerou a maior abrangência espacial dentre os impactos diretos do empreendimento. Neste sentido o polígono da AID é conformado pela AEL, excetuando-se as localidades Curimataí e Pé de Serra (ambas no município de Buenópolis-MG), devido ao fato de que encontram-se respectivamente a 6,89 e 7,39 km de distância da LT e fora da rota de acessos aos vértices.

3.4.3 - Área de Influência Indireta (AII)

Meio Biótico

A Área de Influência Indireta (AII) do meio biótico foi inicialmente definida como sendo a faixa de 2.000 m (1.000 m pra cada lado da LT) no entorno do traçado LT. Após essa definição inicial, foi realizada análise da paisagem e feita inclusão dos fragmentos de vegetação nativa (Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Estacional Decidual, Floresta Ripária, Savana Florestada e Floresta Estacional Semidecidual/Caatinga) interceptados pelos limites da faixa de 2.000 m pré-definida. Neste último caso, o critério adotado para delimitação da AII buscou definir uma extensão variável de acordo com a sensibilidade dos atributos naturais sujeitos aos efeitos indiretos do empreendimento. Adicionalmente, se por um lado, as áreas de vegetação nativa incluídas constituem os ambientes de maior sensibilidade, o entorno ao longo de todo o traçado da LT é marcado pela presença de diversas influências antrópicas, tais como agricultura, pecuária, áreas urbanizadas e estradas. Nestas áreas antropizadas os efeitos do empreendimento se misturam aos pré-existentes, tornando difícil a distinção dos que seriam provenientes da LT, além de atuarem sobre espécies de flora e fauna mais tolerantes às alterações pré-existentes.

Meio Físico

A Área de Influência Indireta (AII) do meio físico foi delimitada em função das menores bacias hidrográficas identificadas a partir da faixa de 1.000 m da AID, uma vez que alguns impactos em obras de Linhas de Transmissão, seja nos corpos hídricos, seja nos solos, como a instalação de processos erosivos, podem abranger áreas maiores, porém, dificilmente, alcançam para além das microbacias.

Meio Socioeconômico

A Área de Influência Indireta (AII) para o meio socioeconômico tem delimitação geográfica conformada em função da abrangência espacial dos impactos do empreendimento. A partir desta definição, a AII contempla os municípios atravessados pelo traçado da LT, bem como Capitão Enéas (MG), que, embora não seja atravessado pela LT, receberá estruturas de obras ou canteiros, totalizando, assim, 30 municípios na Área de Influência Indireta da socioeconomia.

3.4.4 - Síntese Conclusiva dos Impactos Ambientais

A síntese da avaliação dos impactos do empreendimento, de acordo com os critérios definidos no **item Atributos e Critérios**, é apresentada na Matriz de Avaliação de Impactos Ambientais. Foram identificados e avaliados para este empreendimento 31 impactos, dos quais 07 incidem sobre fatores do meio biótico, 07 sobre fatores do meio físico e 17 incidem sobre fatores do meio socioeconômico.

Do total de impactos, a grande maioria manifesta-se exclusivamente na fase de instalação do empreendimento (25 impactos), característica típica de empreendimentos lineares de grande porte, o que reforça a necessidade do acompanhamento da gestão ambiental do empreendimento desde o início das obras. Contudo, alguns se mantêm durante a fase de operação (04 impactos) e merecem destaque devido à necessidade de ações continuadas ao longo da vida útil do empreendimento. Nesta fase de operação, há início ainda de 02 impactos não registrados nas fases anteriores, é o caso do **Impacto 30 – Colisão da avifauna** e do **Impacto 31 - Aumento da confiabilidade do sistema elétrico**.

Dentre os 31 impactos identificados, 03 foram considerados positivos, e referem-se à geração de empregos, ao aumento da arrecadação tributária e ao aumento da confiabilidade do sistema elétrico, este último iniciando apenas na fase de operação. Os outros 28 impactos foram avaliados como negativos.

Dentre os impactos identificados para os meios físico e biótico, verifica-se que em alguns deles, os efeitos são permanentes, perdurando mesmo depois de cessada a ação geradora. Dentre estes destacam-se os impactos relacionados aos fatores ambientais “Patrimônio Espeleológico”, “Patrimônio Paleontológico”, “Vegetação”, “Fauna Silvestre” e “Áreas Legalmente Protegidas”, os quais apresentam caráter permanente e irreversível.

Vale ressaltar, que no meio físico, o **Impacto 21 – Interferência com o Patrimônio Espeleológico** é considerado de Grande sensibilidade e de Grande importância devido ao alto potencial espeleológico e a ocorrência de cavidades na região de inserção do empreendimento, sendo considerado um fator ambiental sensível, cuja gestão ambiental deve ser considerada ao longo da fase de instalação da LT.

Quanto ao meio socioeconômico, cabe destacar que a região de inserção do empreendimento possui um baixo dinamismo econômico e fraca estrutural social, fazendo com que a maioria dos impactos, tanto positivos quanto negativos, não contribua para uma alteração significativa na estrutura socioeconômica a curto prazo. Essa característica está refletida no **Impacto 07 – Agravamento das situações de vulnerabilidade social**, classificado como de grande sensibilidade.

Outro destaque refere-se ao **Impacto 10 – Pressão sobre segurança hídrica da população local**, uma vez que na região de passagem do empreendimento, registram-se alguns municípios com baixa pluviosidade, situações de seca e estiagem frequentes e prolongadas, além de deficiências no abastecimento de água à população local. Essa particularidade faz com que essas populações tenham dificuldades no abastecimento de água, situação essa que pode ser agravada com a instalação dos canteiros de obra e com a chegada de contingente populacional de outras localidades. Assim, medidas devem ser tomadas por parte do empreendedor, de modo a diminuir a pressão sobre a segurança hídrica local, já deficitária, a fim de minimizar os impactos sobre a população local.

Apesar disso, é observada uma tendência de reversibilidade de alguns impactos, mesmo que em variados graus (ex.: pressão sobre o tráfego rodoviário e incremento da arrecadação tributária). Por outro lado, alguns dos impactos incidentes sobre os fatores ambientais “Infraestrutura de serviços essenciais”, “Uso e ocupação do solo”, “Patrimônio histórico e arqueológico” e “Paisagem” apresentam caráter permanente e irreversível.

Foram observadas interferências com Comunidades Quilombolas, além de áreas de uso coletivo, conforme descrito no **Impacto 13 – Pressão sobre a condição fundiária de populações tradicionais**, que em função de suas conformações sociais representam uma situação de vulnerabilidade.

A maioria dos impactos foi classificada como apresentando cumulatividade, o que reforça a relação entre os fatores e componentes ambientais analisados. Nos meios físico e biótico, devido à forte inter-relação entre os fatores, e à possibilidade de efeitos ao longo da cadeia trófica, praticamente todos os impactos foram considerados cumulativos. Foram identificadas, também, interações cumulativas entre os meios físico e biótico e o meio socioeconômico, incidindo sobre os fatores qualidade do ar, níveis de ruído, fauna silvestre e tráfego rodoviário.

A maioria dos impactos foi classificada como Muito Pequena ou Pequena sensibilidade e entre pequena e média importância, conforme observado na Erro! Fonte de referência não encontrada. e na **Figura 3-3**

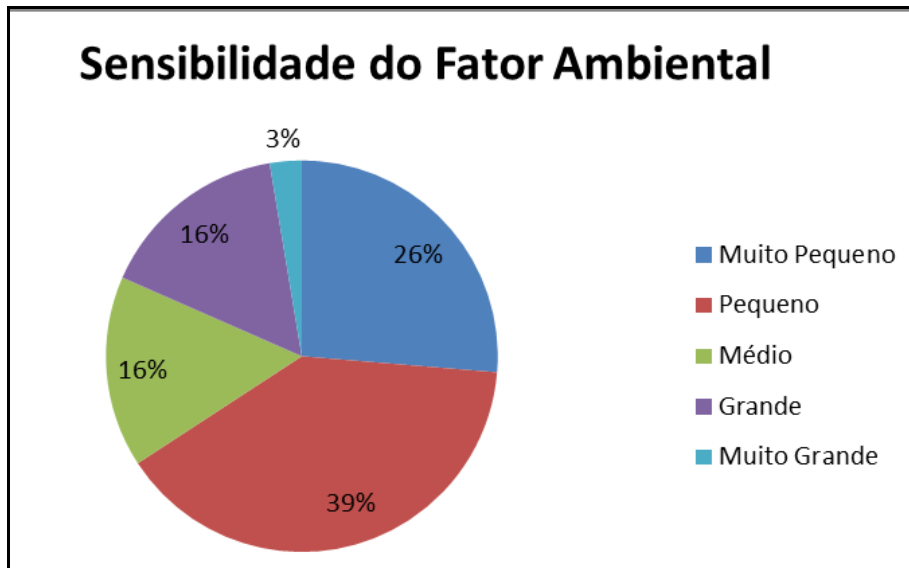


Figura 3-2 - Porcentagem dos impactos ambientais por sensibilidade do fator ambiental, nas fases de planejamento, instalação e operação.

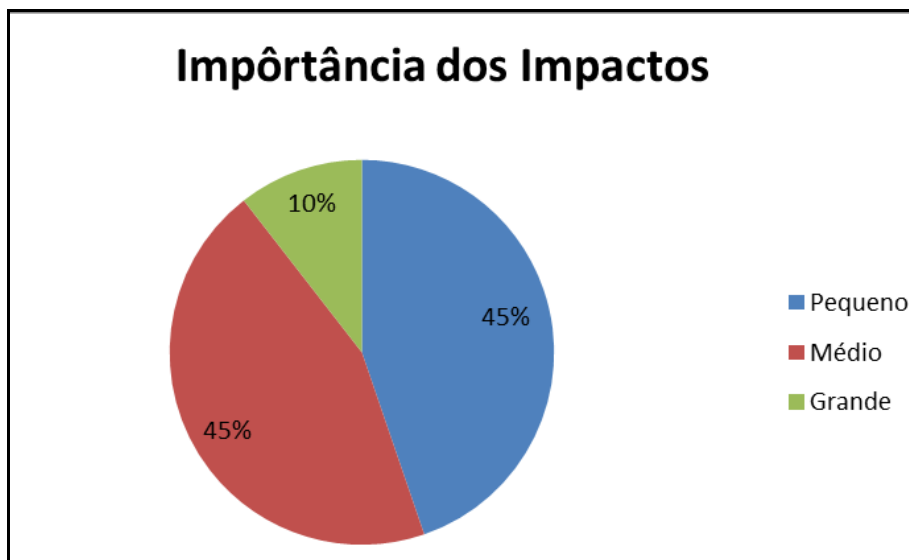


Figura 3-3 - Porcentagem dos impactos ambientais por nível de importância, nas fases de planejamento, instalação e operação.

A **Figura 3-4** a seguir, apresenta o valor de importância de cada impacto, a fim de demonstrar que, apesar de alguns impactos possuírem importância Média, por exemplo, uns estão mais próximos de uma importância Grande, enquanto outros de uma Pequena.

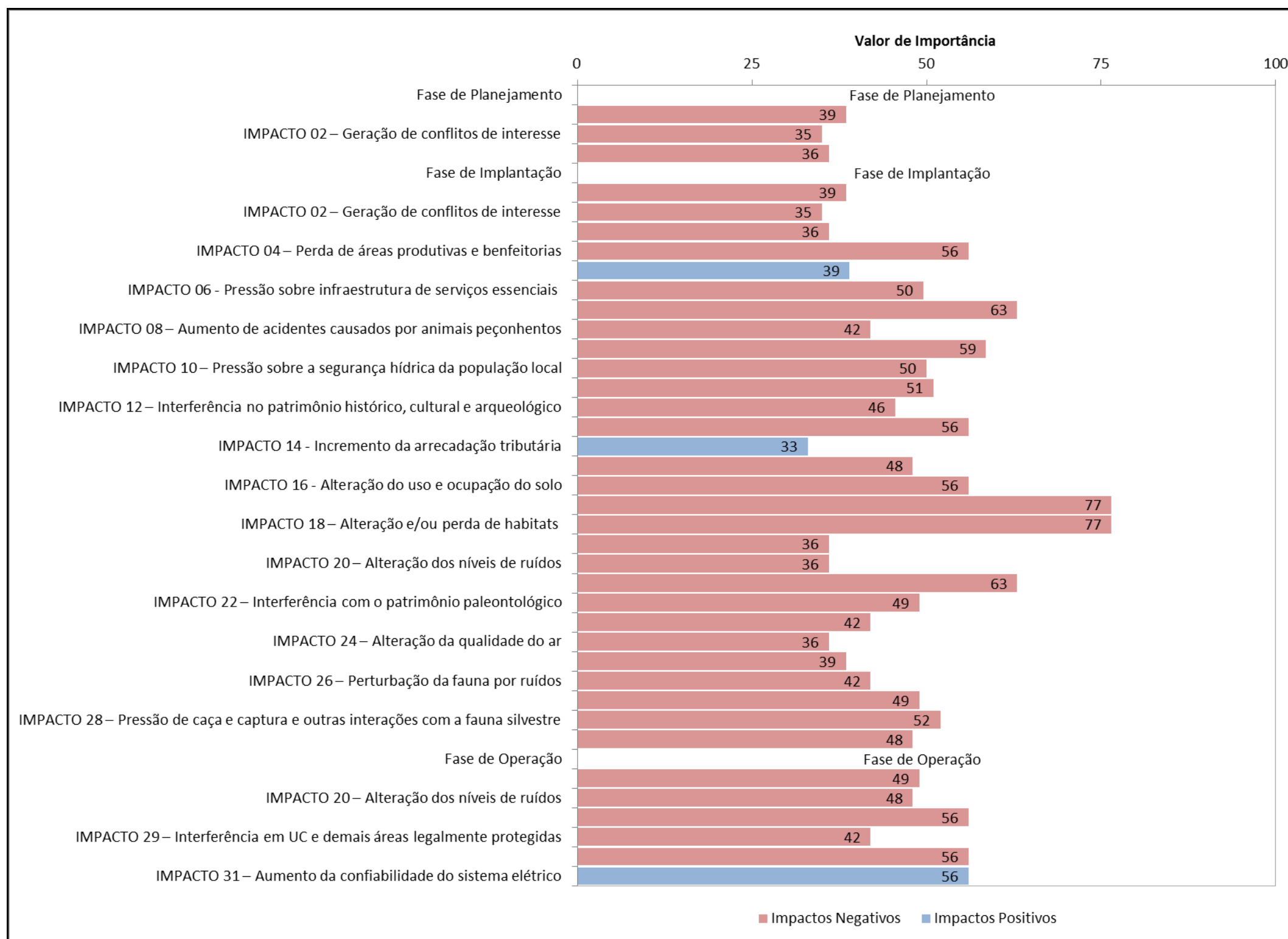


Figura 3-4 - Valor de importância por impacto identificado em cada fase.

Partindo do princípio que a Avaliação de Impactos se constitui em uma ferramenta de gestão ambiental, a importância dos impactos incidentes sobre a vegetação e a fauna silvestre merece especial atenção, já que a região de implantação do empreendimento é caracterizada por uma paisagem com formações associadas ao Cerrado e a Caatinga, além de algumas disjunções de Mata Atlântica, com a presença de extensas áreas de cerrado típico, além de cerradão, caatinga florestada e formação de contato cerrado/caatinga/floresta estacional. Nessa perspectiva, as intervenções decorrentes do empreendimento podem ocasionar a instalação ou aceleração do processo de fragmentação, tornando esses ambientes menos propícios para algumas espécies de flora e fauna.

Ao se analisar a importância dos impactos é importante ressaltar que a avaliação não considera, neste momento, a adoção das ações preconizadas na legislação brasileira, as quais incorpora a necessidade de medidas que em grande parte previnem ou mitigam os impactos decorrentes da construção e operação do empreendimento. Essas ações serão descritas no **Capítulo 4 – Medidas Mitigadoras, Compensatórias e Programas Ambientais**.

3.5 - PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS

Esta seção tem por finalidade apresentar os programas governamentais compatíveis com a atividade. Para isso, foram identificadas as iniciativas em diferentes esferas administrativas que representam alguma relação com o projeto presente, de modo a avaliar as possíveis interferências na área de influência. Os programas foram estruturados segundo sua esfera competente.

3.5.1 - Federais

Ministério do Planejamento (MP)

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) possui uma interface com diversos programas governamentais, entretanto, encontra-se no âmbito do MP. O programa é conhecido como PAC 2, pois se encontra na sua segunda fase, embora seu objetivo inicial se mantenha. O PAC 2 conta com investimentos estratégicos para infraestrutura urbana e social (saneamento, escolas, creches, quadras esportivas, habitação, Luz para Todos, Água para Todos); infraestrutura logística (ferrovias, hidrovias, rodovias, portos, aeroportos) e infraestrutura energética (linha de transmissão, energia eólica, termelétricas, petróleo e gás natural, mineração, combustíveis renováveis), de modo a impulsionar o desenvolvimento do país por meio da criação de melhores condições de vida e do fomento à oferta de empregos na construção civil. A interseção do empreendimento com o PAC 2 consiste no estímulo ao desenvolvimento local, regional e nacional, visto que aquele se enquadra na proposta do programa

governamental. O Programa Minha Casa, Minha Vida é um programa do Governo Federal voltado para a construção de habitações populares. Os municípios presentes nesta área de estudo possuem o atendimento deste programa, o que visa um desenvolvimento em infraestrutura e equipamentos.

Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)

As ações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) na Área de Estudo Municipal (AEM) do Meio Socioeconômico do empreendimento são voltadas para a inclusão produtiva, garantia de renda, acesso a serviços públicos e integração das famílias em graves situações de vulnerabilidade social. As principais realizações do MDS na Área de Estudo são: o Programa Bolsa Família, que consiste em transferência de renda direta para famílias com renda familiar per capita inferior a R\$ 77,00, com o objetivo de aliviar imediatamente as externalidades da pobreza; o Acessuas Trabalho (Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho) promovido para informar e auxiliar a entrada de assistidos por programas sociais no mercado de trabalho. Como Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) atua nos municípios como porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), pois tem como finalidade organizar e oferecer serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social, como, por exemplo, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) que tem por objetivo promover e fortalecer os vínculos familiares e comunitários como forma de enfrentar conflitos e problemas sociais, como a pobreza e a desigualdade.

São complementares ainda à Política de Assistência Social, outros programas do Ministério da Educação, como o Caminho da Escola, que consiste em fornecer transporte escolar para alunos da rede pública que moram na zona rural ou em locais de difícil acesso; o Brasil Carinhoso que investe financeiramente nos municípios para que ampliem o acesso das famílias pobres nos serviços de educação infantil (creches); o Novo Mais Educação que pretende contribuir para o aumento da jornada escolar e diversificação das atividades (educação ambiental, esportes), tal como para os recursos escolares (alimentos, materiais), especialmente nas escolas com maior número de beneficiários do Bolsa Família; o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) desenvolvido para qualificar jovens e adultos para o mercado de trabalho, sobretudo para jovens beneficiados por programas sociais;

O município que possuem agência do Banco do Nordeste, contam ainda com o Programa CrediAmigo que atua no município por meio do microcrédito aos trabalhadores formais e informais que tenham projetos de empreendedorismo. O CrediAmigo pertence ao Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal (Crescer), uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria para estimular a inclusão produtiva da população extremamente pobre.

Ministério da Educação (MEC)

O Ministério da Educação possui uma ampla rede de iniciativas de promoção da educação nos diferentes âmbitos, federal, estadual e municipal.

O Programa Mais Educação, com interface com o MDS, busca fortalecer a educação por meio do aumento da jornada escolar e da diversificação de atividades educacionais (esportes, educação ambiental, dentre outro); O Programa Escola Aberta é direcionado para o atendimento à comunidade do entorno da unidade escolar, com oferta de oficinas de artesanato, atividades culturais e esportivas, dentre outras, de acordo com as características de cada comunidade; O Programa Prójuvem Campo é destinado aos jovens da área rural, com idades entre 18 e 29 anos, que estão fora da escola. O programa é baseado em atividades de socialização e incentivo ao retorno à escola, este projeto garante apoio aos filhos das jovens mães que querem voltar a estudar, além de lanches para os participantes durante as atividades.

O Pronacampo visa apoiar técnico e financeiramente os Estados, Distrito Federal e Municípios para a implementação da política de educação do campo, visando à ampliação do acesso e a qualificação da oferta da educação básica e superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) visa corrigir a defasagem de aprendizagem nos 1os, 2os e 3os anos do ensino fundamental; o Programa de Transporte Escolar (PTE) ou Caminho da Escola pretende contribuir para o acesso à escola, principalmente, para os alunos que moram na zona rural e estudam em escolas públicas; Programa Dinheiro Direto na Escola Campo (PDDE) que consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e às escolas privadas de educação especial, mantidas por entidades sem fins lucrativos; PDDE Acessibilidade visa à execução de obras de adequação dos acessos nas escolas em que há alunos com necessidades especiais; Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); Sistema Presença (Governo Federal) – controle da frequência escolar; e a Formação pela Escola (Governo Federal) – é um programa de formação continuada, na modalidade a distância, que tem por objetivo contribuir para o fortalecimento da atuação dos agentes e parceiros envolvidos com a execução, o monitoramento, a avaliação, a prestação de contas e o controle social dos programas e ações educacionais.

Um dos Programas previstos para ser desenvolvido no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é o Programa Escola Sustentável, direcionado para implantação de infraestrutura de uso sustentável dos recursos naturais e destinação de resíduos em escolas rurais, entre outras ações voltadas para a sustentabilidade.

Ministério da Saúde (MS)

O Ministério da Saúde desenvolve diferentes frentes de ação para atender, principalmente, as famílias em situação de pobreza e que vivem em áreas remotas, distantes dos centros urbanos. Para isso, o MS conta com programas como o Programa Mais Médicos, que pretende ampliar o atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), de modo a atender pacientes em áreas com pouco ou nenhuma disponibilidade de serviços de saúde e aumentar os investimentos para a construção de Unidades Básicas de Saúde (UBS) em localidades com altos índices de pobreza, de modo a avaliar as condições dessa população, prover melhorias de saúde e informação sobre programas sociais.

O Brasil Sorridente - Política Nacional de Saúde Bucal - é o programa do governo federal que tem mudado a Atenção da Saúde Bucal no Brasil. De modo a garantir ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal da população brasileira, o Brasil Sorridente reúne uma série de ações para ampliação do acesso ao tratamento odontológico gratuito, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

Além destes, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), instituições destinadas a reinserir socialmente adultos e jovens com distúrbios mentais e psicológicos, o Tratamento Fora do Domicílio (TFD), que custeia despesas com transporte e hospedagem de pacientes e acompanhantes que precisam se deslocar para tratamento em cidades polo de saúde, o Programa de Saúde na Escola, que se insere na política intersetorial da Saúde e da Educação, voltada aos alunos da educação pública; e o Programa Academia da Saúde, voltado para a construção de equipamentos em espaços públicos e contratação de profissionais voltados para a promoção da saúde.

O Ministério da Saúde criou, em 1994, o Programa Saúde da Família (PSF), recentemente ampliado para conformar a Estratégia Saúde da Família (ESF), cujo principal propósito: reorganizar a prática da atenção à saúde em novas bases e substituir o modelo tradicional, levando a saúde para mais perto da família e, com isso, melhorar a qualidade de vida dos brasileiros. A ESF prioriza as ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde das pessoas, de forma integral e contínua. O atendimento é prestado na unidade básica de saúde ou no domicílio, pelos profissionais (médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde) que compõem as equipes de Saúde da Família. Assim, esses profissionais e a população acompanhada criam vínculos de co-responsabilidade, o que facilita a identificação e o atendimento aos problema de saúde da comunidade.

Os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) foram criados pelo Ministério da Saúde em 2008 com o objetivo de apoiar a consolidação da Atenção Básica no Brasil, ampliando as ofertas de saúde na rede de serviços, assim como a resolutividade, a abrangência e o alvo das ações. possibilita o atendimento

compartilhado entre profissionais tanto na Unidade de Saúde como nas visitas domiciliares, permite a construção conjunta de projetos terapêuticos de forma que amplia e qualifica as intervenções no território e na saúde de grupos populacionais. Essas ações de saúde também podem ser intersetoriais, com foco prioritário nas ações de prevenção e promoção da saúde.

Na Bahia, o MS implanta a estratégia da Rede Cegonha para atender e assegurar às mulheres grávidas de diferentes maneiras, desde a conscientização de seus direitos até a atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, de modo a auxiliar o nascimento seguro e o desenvolvimento saudável da criança e da própria mãe.

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)

Tendo em vista a existência de comunidades quilombolas na área de estudo, é relevante ressaltar medidas governamentais elaboradas para atender esse grupo social, e a SEPPIR é a instituição de referência para as ações de promoção da igualdade social e racial na área de estudo do empreendimento em questão.

A SEPPIR é responsável pelo Programa Brasil Quilombola que concentra diferentes ações para comunidades tradicionais remanescentes de escravos. Essas ações são, resumidamente, certificação e titulação da comunidade, bem como sua regularização fundiária com o título coletivo sobre a posse da terra tradicionalmente ocupada; investimentos em infraestrutura de saúde, educação, saneamento, de modo a promover a qualidade de vida da comunidade; apoio ao desenvolvimento socioeconômico produtivo local, mantendo e fortalecendo seus vínculos culturais; garantia dos direitos e da participação dos representantes das comunidades, de forma que contribuam para a elaboração, implementação e monitoramento dos programas governamentais.

3.5.2 - Estaduais

3.5.2.1 - Bahia

Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SES-BA)

Diretoria de Atenção Básica (DAB) da Bahia devolveu um planejamento de ações para avaliar e melhorar a atenção básica no estado que consiste nas frentes de Atenção Básica com Acesso e Acolhimento, o Conecta Redes – SUS Bahia e o ATIVASUS. Essas frentes consistem, de maneira geral, em financiamento e organização do processo do trabalho, carreira SUS e contratação de profissionais, educação permanente e qualificação do cuidado, participação social e qualificação da gestão da Atenção Básica.

Além disso, a Secretaria de Saúde da Bahia garantiu a ampliação do Programa Telessaúde Brasil Redes – Bahia para atender as Unidades Básicas de Saúde e tem por objetivo instrumentalizar tecnologicamente as equipes, ofertar qualificação clínica aos profissionais da Atenção Básica, integrar as Equipes de Saúde da Família às universidades públicas, diminuir o custo da saúde e buscar os pacientes de modo a evitar o deslocamento destes.

Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI-BA)

O Plano de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira (Leite Bahia) desenvolvido em parcerias com outros órgãos governamentais, como a Secretaria de Meio Ambiente da Bahia e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é destinado aos agricultores, principalmente, os pequenos, organizados em associações e cooperativas. O objetivo é contribuir para a autossuficiência por meio do aumento da produção e melhoria da qualidade do produto, de modo a impulsionar o crescimento econômico e desenvolvimento social através de assistência técnica com transferência de tecnologias; implantação de tanques de expansão e unidades de beneficiamento de leite; promoção do mercado institucional; e implantação de infraestrutura.

O Plano ABC Bahia planeja investimentos de diversos órgãos financiadores (Agência de Fomento do Estado da Bahia, Banco do Nordeste, SEBRAE, dentre outros), em diferentes frentes para viabilizar a agricultura sustentável no estado, com foco na redução da emissão do carbono. As ações prioritárias são a recuperação das áreas de pastagens, de plantio direto na palha, tratamento de dejetos animais, fixação biológica de nitrogênio no solo, incentivo a florestas plantadas (produção de madeira, celulose, papel, carvão vegetal, borracha) e integração lavoura, pecuária e floresta.

Secretaria Estadual do Meio Ambiente da Bahia (SEMA-BA)

Instituído pela SEMA-BA, o Programa Água Doce, integrado ao Programa Água para Todos, e desenvolvido em parceria com a Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia (Cerb). O Água Doce prevê a construção e recuperação de sistema de dessalinização da água de poços artesianos para reaproveitamento de água na zona rural do nordeste baiano. Após o processo, a água salinizada é aproveitada na produção de peixes e para irrigação da forrageira erva-sal, utilizada na alimentação de caprinos e ovinos. Portanto, o programa contribui para o desenvolvimento econômico e social das famílias da zona rural por meio da disponibilidade de água para produção e consumo.

Secretaria da Educação da Bahia (SEDUC-BA)

Em parceria com o Ministério da Educação, a Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) atua no Programa ProInfância, que tem por objetivo contribuir para a qualidade da Educação Infantil no sertão baiano de modo a corrigir a defasagem de aprendizagem nas séries mais avançadas do ensino fundamental. Os educadores da UFBA realizam diagnósticos das condições escolares, e monitoramento das ações do programa.

Foram identificados alguns Programas do Governo do Estado da Bahia, são eles: Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITEC), voltado para alfabetização e melhorias na qualidade da educação básica; Ensino Médio Inovador destinado às turmas que vem do Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Ensino Fundamental I e II, visando facilitar o acompanhamento desses alunos e sua integração às séries; Todos pela Alfabetização (TOPA), voltado à alfabetização de adultos, em parceria com as associações comunitárias e sindicatos de produtores rurais, voltado para alfabetização e melhorias na qualidade da educação básica.

Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI)

Voltada para a promoção do reconhecimento, fortalecimento e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais das comunidades remanescentes de quilombos na Bahia, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI) atua em parceria com os demais órgãos públicos do Estado para a implementação de diversas ações, como: a concretização da Política e do Plano Estadual de Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais da Bahia por meio da Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais (CESPCT), formada por representantes do poder público, da sociedade civil, dos indígenas, ciganos, terreiros, marisqueiras, pescadores, fundos de pasto, geraizeiros, quilombolas e extrativistas. A SEPROMI compreende, também, o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado composto por conselheiros do poder público (06) e da sociedade civil (15), que tem por objetivo específico de elaborar e avaliar programas e políticas públicas de enfrentamento às desigualdades étnico-raciais. O objetivo geral do Conselho é proporcionar o desenvolvimento social, cultural, político e econômico da população negra.

A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI) também é idealizadora da Rede de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia, que abrange as instituições do poder público e universidades estaduais e federais, além da própria sociedade civil, para contribuir para resolução dos casos de racismo e intolerância religiosa como meio de promover e garantir a igualdade racial e os direitos da população negra. Em combinação com a Rede de Combate ao Racismo e à Intolerância

Religiosa da Bahia, o Centro de Referência de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa Nelson Mandela, foi criado pela SEPROMI para apoiar psicológico, social e juridicamente às vítimas de racismo e intolerância religiosa na Bahia, desde dezembro de 2013. Este Centro é uma das ferramentas da Rede de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa que, além de prestar atendimento, também, dispõe de infraestrutura para a realização de encontros temáticos e uma biblioteca com obras sobre relações étnico-raciais. Por fim, a SEPROMI viabiliza no Estado da Bahia estruturas jurídicas, políticas, físicas e sociais para a promoção da igualdade racial.

3.5.2.2 - Minas Gerais

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG)

O Programa Farmácia de Todos é desenvolvido pelo Governo de Minas Gerais, por meio da SES-MG, criado para garantir a Assistência Farmacêutica no estado. É por meio dele que os medicamentos do Sistema Único de Saúde (SUS) chegam a todos os municípios. Ele possui o objetivo de: qualificar os serviços farmacêuticos vinculados a rede de farmácias públicas, por meio do Programa do Cuidado Farmacêutico; garantir o abastecimento regular de medicamentos essenciais aos serviços de saúde, por meio da Regionalização da Assistência Farmacêutica; garantir estrutura adequada para atendimento humanizado e armazenamento dos medicamentos, por meio da Rede Farmácia de Todos; e fortalecer o Sistema de Informação em Assistência Farmacêutica (SIGAF).

O Projeto do Cuidado Farmacêutico é a materialização da vocação do farmacêutico como profissional de saúde, possibilitando a integralidade do cuidado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no contexto da Atenção Primária em Saúde e das Redes de Atenção à Saúde. Por meio desse Programa, os profissionais serão capacitados a desenvolver um serviço inovador que visa o uso racional de medicamentos e a qualificação do seu acesso. O Programa Travessia e Saúde têm por objetivo contribuir para a redução da mortalidade na infância e da desnutrição, por meio de ações articuladas que visam ao fortalecimento da Atenção Primária e da Vigilância em Saúde com o foco no território. Possui também o programa Saúde em Casa, que busca a ampliação da oferta e qualidade dos serviços e atendimento a população, junto a ele, se desenvolve o Transportes em Saúde que tem a finalidade de integrar os municípios das microrregiões aos diversos pontos da rede de atenção à saúde do Estado de Minas Gerais, através da implantação do módulo eletivo do Sistema Estadual de Transporte em Saúde, garantindo o deslocamento do paciente, usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) para a realização de seus exames e/ou consultas especializadas fora de seu domicílio.

Voltados para a prevenção existem programas como: Programa Aliança pela Vida que busca fortalecer as estratégias de promoção da saúde e prevenção ao uso e abuso de álcool, crack e outras drogas e prestar assistência aos dependentes de álcool, crack e outras drogas; outro programa seria o Geração Saúde que tem como objetivo estimular a prática de atividades físicas regulares, esporte e lazer, voltadas à promoção e manutenção da saúde entre jovens de 15 a 19 anos, assim como a melhoria dos hábitos alimentares, contribuindo para o aumento da qualidade de vida e redução do sobrepeso; e o Cultivar, Nutrir e Educar que promove a qualidade e a segurança alimentar e nutricional através da habilitação sanitária das cantinas e agroindústrias familiares; promoção de hábitos alimentares saudáveis para os escolares, assim como atividades com foco na garantia da qualidade dos alimentos por meio de ações educativas para cantineiras e agricultores familiares; fomento às ações educativas em vigilância em saúde; fortalecimento da integração da vigilância em saúde e atenção primária à saúde e por fim realizar o monitoramento do estado nutricional dos alunos da rede pública de ensino e por fim monitoramento das ações.

Secretaria de Estado de Educação (SEE-MG)

Dentro do Projeto Escolas Sustentáveis realizam-se programas como: a Conectividade, Cultural Digital e Acesso às Mídias Contemporâneas, que visa o desenvolvimento do uso de tecnologias no ensino público; o Alimentação Escolar Saudável que visa melhorar a qualidade e a variedade do alimento que é oferecido aos estudantes, além do estímulo ao uso de produtos derivados da agricultura familiar; o Programa de Transporte Escolar que é um repasse financeiro do estado para os municípios buscando um investimento no transporte público voltado para o deslocamento escolar; e o Gestão da Infraestrutura que renova desde a infraestrutura até o material das escolas públicas estaduais.

As atividades voltadas para o Plano de Educação Integral e Integrada são: Escolas Polo de Educação Múltipla (Polem); Educação Integral; Avaliação Educacional para Redução das Desigualdades; Abertura de escolas nos finais de semana; Incentivo à leitura e democratização do acesso ao livro; Desenvolvimento do Esporte Educacional; Organização e Funcionamento Escolar

No projeto Educação para a Juventude possuem atividades como a Mobilização da Juventude, Reestruturação da Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional. Este último possui uma relação direta com a Secretaria de Estado de Educação que está criando uma rede de escolas técnicas estaduais a partir de parceria com a Secretaria de Educação Profissional do Ministério da Educação (MEC), por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Uma das iniciativas do Pronatec é o Programa Brasil Profissionalizado, que tem como objetivo a ampliação da oferta e o fortalecimento da educação profissional e tecnológica integrada ao Ensino Médio nas redes estaduais.

Voltado para a educação das comunidades tradicionais, a SES-MG possui projetos como o Educação Indígena, que conta com, aproximadamente, 4.100 mil alunos indígenas das etnias Kaxixó, Krenak, Maxakali, Pataxó, Pankararu, Xacriabá, Xucuru-Kariri e Mokurin. O Estado tem 17 escolas indígenas e duas turmas vinculadas a escolas não indígenas. O atendimento escolar indígena é feito em 64 endereços. As escolas estão localizadas em sete municípios; o Educação Quilombola (em atualização); e o Educação do Campo, atualmente com 295 escolas estaduais do campo. Além dessas, há um grande número de escolas que, mesmo não situadas na zona rural, atendem alunos de áreas rurais. Pensando em políticas públicas específicas para esse público, a Secretaria de Estado de Educação lançou em dezembro de 2015 um caderno com as "Diretrizes da Educação do Campo do Estado de Minas Gerais", resultado de trabalho desenvolvido pela Comissão Permanente de Educação do Campo.

Além disso, há planos voltados para os direitos humanos, diversidade e inclusão como os programas: Educação das Relações Étnico-Raciais; Educação em Direitos Humanos, Convivência Democrática e Participação Social; e Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD-MG)

A construção do Programa de Educação Ambiental do Estado de Minas Gerais se inicia em resposta a uma demanda advinda do Governo Federal, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, em conjunto com os Estados. Pautado nos Programas Estaduais, o Ministério do Meio Ambiente se propôs elaborar o Programa Nacional de Educação Ambiental, que deverá ser socializado em um Fórum Nacional, no qual os Estados apresentarão seus Programas Estaduais de Educação Ambiental. Essa iniciativa permite a disseminação de informações sobre os estudos, programas e projetos na área ambiental, estimulando parcerias e fortalecendo as prioridades das ações desenvolvidas nos Estados. As ações são realizadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, formando o Programa Estadual de Educação Ambiental em Minas Gerais (PEEA/MG).

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA-MG)

Minas Gerais possui diversos programas voltados para o crescimento dos produtores rurais, além de programas voltados para a infraestrutura e desenvolvimento da sua população rural. Destacam-se os programas: Programa de Infraestrutura Rural, o Programa Tecnocampo e o Programa 3A - Alimento, Água e Ambiente que buscam implementar e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, viabilizando o acesso a informação, tecnologia, assistência técnica e social, qualificação profissional, novos mercados e infraestrutura e assim propiciando o aumento da qualidade e da produtividade na

agropecuária, a geração de renda e a inclusão social bem como a melhoria na qualidade de vida e a permanência da população no campo.

Programa de Barragens de Minas que visa melhorar as condições de vida da população rural e urbana, por meio da convivência com a seca e inclusão produtiva, principalmente através do aumento da disponibilidade de água para usos múltiplos, tais como abastecimento humano, irrigação, controle de cheias, pesca, aquicultura e perenização dos rios.

Programa Estradas Vicinais de Minas que recupera, readequa e conserva as estradas vicinais para melhorar as condições de transportes das pessoas, da produção agrícola, dos insumos e outras mercadorias, melhorar a integração inter-regional e intra-regional, diminuir os custos do transporte, despertar a consciência ecológica e a noção de responsabilidade da comunidade na manutenção das estradas que lhe servem através da divulgação das práticas conservacionistas e capacitação dos técnicos das administrações municipais e membros da sociedade organizada na tecnologia da conservação.

Programa Estadual de DST/Aids

O Programa Estadual de DST/Aids segue a lógica do SUS e do Plano Diretor de Regionalização. Atualmente, são 55 municípios com Plano de Ações e Metas (PAM) recebendo incentivos fundo a fundo do Ministério da Saúde. Além deles, 44 Serviços de Atendimento Especializado (SAE), 41 Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA), 55 Unidades Dispensadoras de Medicamentos (UDM) e 89 maternidades/instituições capacitadas para a assistência à parturiente portadora do HIV e seu recém-nascido constituem a rede de atendimento.

O Programa Estadual constitui-se de vários subprogramas com ações específicas em áreas diversas: Campanha Carnaval – 2011; Preenchimento facial com PMMA para pacientes com Lipodistrofia; Atendimento aos Acidentes com Material Biológico; Boletins da DST/AIDS; Dispensação de Anti-retrovirais; Interface com ONG; Monitoramento aos Municípios com Incentivo; Prevenção da Transmissão Vertical; Prevenção das DST/Aids entre as Vítimas de Violência Sexual; Programa Afetivo Sexual; Redes de Laboratórios; Encontros de Referência DST / AIDS; Aids, Previna-se Sempre.

3.5.3 - Municipais

3.5.3.1 - Caetité (BA)

Saúde

A cidade possui, para atenção básica, uma UPA, três UBS e um NASF, vinculado ao MS (**3.5.1 - Federais**) com oferta de atendimento psicológico, fisioterápico e social na área urbana. Oito UBS estão espalhadas pela área rural. Há um hospital particular na cidade, administrado pela Fundação Hospitalar Senhora Santana, mas que possui convênio com o SUS e oferece atendimento de nível 2. Casos mais complexos são enviados para Guanambi (40 km – 43 minutos) ou Vitória da Conquista (236 km – 3h). A cidade também conta com um CAPS-AD e dois CRAS, vinculados ao MDS (**3.5.1 - Federais**), um em área rural que desempenha trabalho itinerante pelas comunidades, e outro em área urbana como nova instalação no bairro Ovídio Teixeira.

Educação

A prefeitura pretende desenvolver um projeto chamado Escolas Sustentáveis, vinculado ao MEC (**3.5.1 - Federais** 3.5.1 -), no qual diferentes técnicas de sustentabilidade são aplicadas na escola. O projeto está em fase de estruturação e seleção da escola modelo na qual se dará o início dos trabalhos.

A Universidade Estadual da Bahia (UNEB) **item 3.5.2.1 - Bahia**, em convênio com a prefeitura, tem desenvolvido trabalhos ambientais, a partir da área de biologia, com as nascentes da cidade chamado “olhos d’água”. A Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia (CERB) também desenvolve pesquisas e ações no município.

Programas Sociais

A Fundação Palmares atua junto aos quilombos regularizados locais. Por parte da prefeitura, as secretarias de educação, saúde e assistência social também atende estas comunidades com atividades periódicas. Nenhum plano específico para estas comunidades foi mencionado.

3.5.3.2 - Guanambi (BA)

Saúde

O município possui projetos vinculados ao MS (**3.5.1 - Federais**), e conta hoje com 19 PSF's sendo quatro em área rural e 15 em área urbana, uma Casa da Criança, para atendimento especializado em pediatria, e dois NASF's, que oferecem atendimentos complementares como psicologia, fisiologia e nutricionismo. Há também um CTA (Centro de Testagem e Aconselhamento), para atendimentos de DST e HVI e dois CAPS, um especializado em drogas e outro em doenças mentais. O município também conta com equipe especializada no combate à leishmaniose humana que atende casos suspeitos e aplica bloqueio em raio de 150 m ao redor da casa caso seja confirmado um caso.

Educação

Somente algumas escolas estaduais oferecem a matéria Meio Ambiente no currículo através do projeto Mais Educação, vinculado ao MDS (**3.5.1 - Federais**).

Meio Ambiente

Na área ambiental atuam no município a Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia (CERB) desenvolvendo pesquisas assim como a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), **item 3.5.2.1 - Bahia**, e o Instituto Federal da Bahia (IFBA) através de projetos educacionais da área biológica.

Acerca de planos e programas na área educacional, no dia 19 de abril o prefeito de Guanambi sancionou a lei 1.107/2017 que "institui a política municipal de meio ambiente, seus princípios, objetivos e diretrizes, cria o Sistema Municipal de Meio Ambiente – SISMUMA estabelece instrumentos para gestão ambiental municipal e dá outras providências". Esta lei pretende regulamentar o ensino sobre o meio ambiente em todos os níveis de educação municipal, promover campanhas educacionais e construir conexões entre os órgãos municipais que atuam no tema.

3.5.3.3 - Candiba (BA)

Saúde

A cidade conta com três Unidades Básica de Saúde, duas em área urbana e outra no distrito de Pilões, área rural, porém próximo à BR122 o que, para quem vem de fora, faz com que seja mais fácil ir a Pilões do que à sede municipal. A cidade também conta com um CRAS, projeto vinculado ao MDS (**3.5.2.1 - Bahia**). Atualmente o município cobre 100% de sua população em atenção básica.

Educação

Atualmente, na questão ambiental, a secretaria de educação promove ações, como palestras sazonais sobre o tratamento de lixo e coleta seletiva somente. Não há qualquer instituição que trabalhe com meio ambiente lotada no município.

Programas Sociais

Os grupos de interesse no município são o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Sindicato dos Servidores e trinta e quatro associações comerciais de bairros e distritos. A prefeitura possui projetos associados à SEAGRI-BA (**item 3.5.2.1 - Bahia**).

3.5.3.4 - Pindaí (BA)

Saúde

Atualmente, para o nível básico, o município conta com 5 Unidades Básicas de Saúde (UBS) sendo uma em área urbana e quatro em áreas rurais. Há um hospital municipal na cidade capaz de oferecer atendimento em nível secundário. Há um CRAS-AD na cidade, projeto vinculado ao MDS (**3.5.1 - Federais**).

Atualmente o município atende 100% de seus moradores em atenção básica, porém poderá sentir uma sobrecarga caso a chegada de trabalhadores ultrapasse a centena de homens. Deve-se manter atenção também às questões relacionadas à gravidez na adolescência e DST. Os principais planos da prefeitura para a atual administração são a reforma do hospital municipal (emenda já foi publicada, aguardando burocracia) e a construção de nova UBS em área urbana, no bairro de Vila Nova.

Educação

Não há atividades educacionais de meio ambiente desenvolvidas no município, somente ações pontuais como dia da árvore, da água e etc. Somente a SEMARH-BA (**3.5.2.1 - Bahia**) lida com o tema, na área pública, e a empresa Ecoeng Consultoria, na área privada.

Infraestrutura

O único projeto com carácter econômico no município é o asfaltamento da entrada da cidade, a principal via do município, que atualmente se apresenta em estado calamitoso.

3.5.3.5 - Urandi (BA)

Saúde

O município possui projetos vinculados ao MS (**item 3.5.2.1 - Bahia**) contando com cinco PSF's sendo três em área rural e dois em área urbana. Atualmente o município atende 100% de sua demanda em atenção básica e encaminha para Guanambi os casos de maior complexidade. A atual estrutura tem capacidade para suportar um aumento na demanda causada pelos trabalhadores da obra, porém deve-se manter atenção às questões relacionadas à gravidez na adolescência e DST.

Educação

A secretaria de meio-ambiente, junto à secretaria de educação, desenvolve palestras regulares com o intuito de educar os jovens nas escolas sobre lixo e água, principalmente.

3.5.3.6 - Espinosa (MG)

Saúde

O município conta com dez Unidades Básicas de Saúde em área urbana e somente uma em área rural. Com a estrutura existente o município cobre 100% da população em atenção básica e também em nível secundário, porém neste caso o sistema tem sido pressionado com o aumento da demanda causado pelo fechamento do hospital em Urandi, cidade baiana próxima.

Educação

A prefeitura pretende implementar, em parceria com a Emater-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), um trabalho nas escolas direcionado para a educação ambiental e a sustentabilidade. Para este fim, o poder público pretende contratar um Técnico Agrícola que atuará junto às escolas do município auxiliando nos diversos projetos a serem desenvolvidos.

A atual administração deu início a um trabalho de leitura, escrita e resgate cultural nas escolas que teve, no dia 26 de abril de 2017, um evento realizado na principal praça do município. Com o nome de Literatura ao pé da árvore, alunos de diversas escolas apresentaram trabalhos e ouviram palestras. A prefeitura também pretende transformar o antigo Mercado Municipal em biblioteca.

3.5.3.7 - Mamonas (MG)

Saúde

O município conta com 6 Unidades Básicas de Saúde sendo 3 rurais e 3 urbanas. Com esta rede, o município atende toda a necessidade primária de saúde de seus moradores. Os casos de complexidade nível dois são encaminhados para Monte Azul ou Espinosa e os de nível três, Janaúba ou Montes Claros. A atual estrutura cobre 100% da população e poderia receber a chegada de trabalhadores, embora essa presença possa afetar áreas sensíveis da saúde municipal como gravidez na adolescência e DST's. As principais vulnerabilidades apontadas foram DTS's e gravidez na adolescência, destaca-se que o município possui atividades vinculadas ao Programa Estadual de DST/Aids (**item 3.5.2.2 - Minas Gerais**). O município vem elaborando planos que entrem em convênio com os governos federal e estadual.

Educação

Não há qualquer atividade de educação ambiental sendo desenvolvida no município e somente a Emater-MG, além da SEMAD-MG e SEAPA-MG (**item 3.5.2.2 - Minas Gerais**), atuam no meio ambiente do município com programas de desenvolvimento e infraestruturas das comunidades rurais, pensando em um crescimento sustentável.

Economia

O único programa de desenvolvimento econômico planejado pelo município é a manutenção de parceria com o SEBRAE que capacita um funcionário municipal em Brasília por ano. É esperando que capacitando a mão de obra administrativa isso resulte em dinamismo econômico.

3.5.3.8 - Monte Azul (MG)

Saúde

Os planos da prefeitura para a área da saúde nos próximos anos são a ampliação das atuais Unidades Básicas de Saúde existentes, construção de duas novas nas comunidades quilombolas de São Sebastião e Socó, próximas à Porteirinha e Pai Pedro, além de iniciar ciclo de palestras nas escolas a partir de maio com o programa “Saúde na Escola”, vinculado ao Programa Estadual de DST/Aids (**item 3.5.2.2 - Minas Gerais**) no intuito de conter a disseminação de DST's, ainda baixo, e os casos de gravidez na adolescência. O município possui 3 casos de HIV notificados e espera também não lidar com expansão nesse número.

Educação

O principal plano da prefeitura para a área de educação reside no estabelecimento de uma universidade na cidade. Há 3 anos a prefeitura tem trabalhado junto ao Estado para trazer um campus da Unimontes que ofereça os cursos de Direito, Engenharia Civil, Letras e Pedagogia. O processo já se encontra bem encaminhado aguardando apenas a conclusão do edifício que abrigará a instituição.

Infraestrutura

Para o incremento econômico da região, a prefeitura pretende construir 30 pequenas barragens em córregos e rios da zona rural, além de perfurar poços artesianos, com o intuito de manter a região rural abastecida e a economia em pleno funcionamento para o recolhimento de impostos locais e manutenção dos postos de trabalho.

3.5.3.9 - Catuti (MG)

Saúde

O município conta com 05 Unidades Básicas de Saúde, sendo somente uma na sede a qual conta com laboratório, pronto-socorro e plantonista. Em relação a planos e programas, o município não possui nenhum independente, todos são vinculados aos programas estaduais, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) (**item 3.5.2.2 - Minas Gerais** como o Programa Farmácia de Todos e o Aliança pela Vida, e os do MDS e MS (**item 3.5.1 - Federais** como o Bolsa Família.

Educação

A secretaria de educação promove semanas de meio ambiente nas escolas e em conjunto com a Emater também desenvolve trabalhos, além das escolas, também nas comunidades.

Programas Sociais

Há as comunidades quilombolas do município que são Malhada Grande, Gado Velhado, Santa Rita e Maravilha (fazem parte do Quilombo Gorutuba). A Fundação Palmares, o INCRA e a Secretaria de Ação Social atuam com programas sociais junto a estas comunidades.

3.5.3.10 - Mato Verde (MG)

Saúde

O município conta com seis Unidades Básicas de Atendimento, três rurais (Lagoa Branca, São José do Bonito e Cristino) e três na sede (São Bento, São João e Centro). Atualmente conta com ambulatório e pode efetuar cirurgias de pequena complexidade. O município também dispõe de um CRAS-AD, vinculado ao MDS (**item 3.5.1 - Federais**).

Educação e Programas Sociais

Em relação à mão de obra, a Secretaria de Assistência Social possui um trabalho conjunto ao SEBRAE através do Departamento de emprego e renda que promove algumas ações, como seminários na cidade sobre trabalho e empreendedorismo, porém há pouca oferta de capacitação resultando em uma força de trabalho pouco qualificada.

Agricultura familiar ocupa a maior parte da mão de obra seguida pelo comércio, apesar de muita informalidade, e pelo serviço público através da prefeitura. Além dos servidores regulares, a prefeitura investe em duas obras atualmente, a reforma do Centro administrativo e uma das barragens da cidade. Essas atividades estão vinculadas os programas estuais da SEAPA- MG (**item 3.5.2.2 - Minas Gerais**), como o Programa de Barragens e o Programa de Infraestrutura do Campo.

3.5.3.11 - Pai Pedro (MG)

Saúde

O município conta 01 Unidade Básica de Saúde localizada na área urbana e 02 Postos de Saúde em áreas rurais. Além do Pacto Municipal que estabelece algumas diretrizes para a administração.

Educação

A prefeitura desenvolve nas escolas, ao longo do ano, três semanas temáticas, a saber: Semana do Meio Ambiente, na qual se debate os valores do meio ambiente; Semana da convivência no semiárido (Vidas áridas), na qual os estudantes são apresentados aos modos de vidas tradicionais da região e também de tecnologias adaptadas como permacultura e Semana da água.

Somente a Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Pública, Estadual) e a Secretaria de agricultura e Meio Ambiente atuam na área de meio ambiente.

Programas Sociais

A associação dos quilombolas do Quilombo Gorutuba representa os interesses dos quilombolas, o Sindicato de Trabalhadores Rurais, o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais com atuação na difusão de saberes relacionados à agricultura familiar, e a Cáritas, vinculada à Igreja Católica, que tem promovido o aprendizado de saberes agrícolas e incentivado às práticas tradicionais, em contraste com a atuação evangélica.

3.5.3.12 - Porteirinha (MG)

Saúde

O município conta 18 Unidades Básicas de Saúde e suas respectivas equipes de Saúde da Família sendo 7 urbanas e 10 rurais. Há um pronto-socorro e um hospital beneficente mantido pela associação dos Vicentinos localizados na área urbana.

Segundo o secretário de saúde, todos os programas de saúde foram suspensos, exceto os básicos para diabetes, hipertensão e gestantes, por exemplo. O grande empenho do poder público de Porteirinha é conseguir a liberação da verba do governo estadual, algo em torno de 4 milhões de reais retidos na fonte. Além do valor junto ao governo estadual, o secretário também citou a falta de repasse por parte do

governo federal para custear o CEO, Centro de Especialidade Odontológica, atualmente mantido apenas pelo município e com grande dificuldade.

Desenvolvimento local

O sindicato dos trabalhadores rurais atua no município fornecendo cercas, tanques e pequenos apoios aos trabalhadores rurais. A associação comercial do município, Aciport, também tem atuação junto ao poder municipal para apoio aos comerciantes. O grupo Umbuzeiros desenvolve trabalho cultural com cantiga de roda em escolas e praças.

3.5.3.13 - Nova Porteirinha (MG)

Saúde

Não há planos ou programas da área de saúde previstos para implantação por parte da Prefeitura ou do Estado, somente acompanhamentos básicos vinculados ao MDS e ao MS (**item 3.5.1 - Federais**) como Bolsa Família, SUS e Brasil Sorridente.

Educação

O município desenvolve um projeto chamado “Vida Nova”, destinado aos adolescentes oferecendo cursos e encaminhamentos empregatícios. Além disso, possui algumas turmas de EJA (educação para jovens e adultos) além de escolas cadastradas no projeto “Mais Educação” do governo federal, MDS (**item 3.5.1 - Federais**).

3.5.3.14 - Capitão Enéas (MG)

Programas Sociais e Infraestrutura

Com verba concedida pela Caixa Econômica Federal para programas sociais, há no município ações de Infraestrutura Urbana, como a pavimentação com bloquetes (blocos inter-travados de concreto) da Avenida Pedro Mineiro.

Em convênio com o Ministério Nacional de Saúde (**item 3.5.1 - Federais**), está em fase de execução a implantação de Sistema de Abastecimento de Água nas Comunidades Rurais de Virgilândia, Serrote, Poço do Pedro, Orion e Brejo de Santa Maria localizadas no Município de Capitão Enéas (MG).

3.5.3.15 - Francisco Sá (MG)

Saúde

O município conta com programas federais (**item 3.5.1 - Federais**) como: Programa Saúde da Família; SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência); CAPS (Centro de Atenção Psicossocial); CRAS (Centro de Referência de Assistência Social); e NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família - dá suporte às equipes de saúde da família).

Com vínculo ao programa estadual (**item 3.5.2.2 - Minas Gerais**), o município realiza o Plano de Contingência de Dengue e Febre Chikungunya e Febre Amarela, além do Farmácia Popular de Minas, Academia ao Ar Livre, e TFD (Tratamento Fora de Domicílio, que custeia as despesas de paciente e acompanhante em cidades polo de saúde para tratamentos de maior complexidade).

3.5.3.16 - Juramento (MG)

Saúde

O município conta com programas federais (**item 3.5.1 - Federais**) como: Programa Saúde da Família; SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência); CRAS (Centro de Referência de Assistência Social); NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família - dá suporte às equipes de saúde da família); e Brasil Sorridente.

Com vínculo ao programa estadual (**3.5.2.2 - Minas Gerais**), o município realiza o Plano de Contingência de Dengue e Febre Chikungunya e Febre Amarela. Também conta com o Farmácia Popular de Minas, Academia ao Ar Livre, e o TFD (Tratamento Fora de Domicílio, que custeia as despesas de paciente e acompanhante em cidades polo de saúde para tratamentos de maior complexidade).

3.5.3.17 - Montes Claros (MG)

Saúde

O município possui programas com vínculo federal (**3.5.1 - Federais**) como o Programa Saúde da Família, SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), Brasil Sorridente, e o NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família - dá suporte às equipes de saúde da família).

Em parceria com o estado de Minas (**3.5.2.2 - Minas Gerais**), o município realiza o Plano de Contingência de Dengue e Febre Chikungunya e Febre Amarela. Além do Farmácia Popular de Minas, Academia ao Ar Livre, e o TFD (Tratamento Fora de Domicílio, que custeia as despesas de paciente e acompanhante em cidades polo de saúde para tratamentos de maior complexidade).

3.5.3.18 - Glauilândia (MG)

Saúde

O município conta com programas federais (**3.5.1 - Federais**) como: Programa Saúde da Família; e o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

Em parceria com o estado de Minas (**3.5.2.2 - Minas Gerais**), o município realiza o Plano de Contingência de Dengue e Febre Chikungunya e Febre Amarela, Academia ao Ar Livre, e o TFD (Tratamento Fora de Domicílio, que custeia as despesas de paciente e acompanhante em cidades polo de saúde para tratamentos de maior complexidade).

3.5.3.19 - Bocaiuva (MG)

Saúde

O município conta com o Programa Saúde da Família, SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), e o NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família - dá suporte às equipes de saúde da família). Todos os programas vinculados a esfera federal (**3.5.1 - Federais**).

Com vínculo ao programa estadual (**3.5.2.2 - Minas Gerais**), o município realiza o Plano de Contingência de Dengue e Febre Chikungunya e Febre Amarela. Possui também o Farmácia de Minas, Academia ao Ar Livre, Farmácia Popular de Minas, e o TFD (Tratamento Fora de Domicílio, que custeia as despesas de paciente e acompanhante em cidades polo de saúde para tratamentos de maior complexidade).

3.5.3.20 - Olhos-d'água (MG)

Saúde

O município conta com programas federais (**3.5.1 - Federais**) como o Programa Saúde da Família, SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), CRAS (Centro de

Referência de Assistência Social), e o NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família - dá suporte às equipes de saúde da família). Em parceria com a esfera estadual (**3.5.2.2 - Minas Gerais**), conta com o Plano de Contingência de Dengue e Febre Chikungunya e Febre Amarela, Academia ao Ar Livre, e o Farmácia Popular de Minas.

3.5.3.21 - Joaquim Felício (MG)

Saúde

Na esfera federal (**3.5.1 - Federais**), o município conta com o Programa Saúde da Família, SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), e CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Em parceria com o estado (**3.5.2.2 - Minas Gerais**), desenvolve o TFD (Tratamento Fora de Domicílio, que custeia as despesas de paciente e acompanhante em cidades polo de saúde para tratamentos de maior complexidade), Farmácia Popular de Minas, Academia ao Ar Livre, e o Plano de Contingência de Dengue e Febre Chikungunya e Febre Amarela.

3.5.3.22 - Buenópolis (MG)

Saúde

O município conta com o Programa Saúde da Família, SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família - dá suporte às equipes de saúde da família), e o Brasil Sorridente. Programas vinculados à esfera federal (**3.5.1 - Federais**).

Em parceria com o estado de Minas (**3.5.2.2 - Minas Gerais**), o município realiza o TFD (Tratamento Fora de Domicílio, que custeia as despesas de paciente e acompanhante em cidades polo de saúde para tratamentos de maior complexidade), a Farmácia de Minas, Academia ao Ar Livre, e o Plano de Contingência de Dengue e Febre Chikungunya e Febre Amarela.

3.5.3.23 - Augusto de Lima (MG)

Saúde

O município conta com a parceria do Governo Federal (**3.5.1 - Federais**) nos seguintes programas: o Programa Saúde da Família; CRAS (Centro de Referência de Assistência Social); NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família - dá suporte às equipes de saúde da família); e o Brasil Sorridente.

O Plano de Contingência de Dengue e Febre Chikungunya e Febre Amarela, Academia ao Ar Livre, e o TFD (Tratamento Fora de Domicílio, que custeia as despesas de paciente e acompanhante em cidades polo de saúde para tratamentos de maior complexidade) são programas vinculados ao estado de Minas **(3.5.2.2 - Minas Gerais)**.

3.5.3.24 - Monjolos (MG)

Saúde

Os projetos na esfera estadual **(3.5.2.2 - Minas Gerais)** são: Farmácia Popular de Minas; TFD (Tratamento Fora de Domicílio, que custeia as despesas de paciente e acompanhante em cidades polo de saúde para tratamentos de maior complexidade); Academia ao Ar Livre; e o Plano de Contingência de Dengue e Febre Chikungunya e Febre Amarela.

No âmbito federal, conta-se com os seguintes programas: Programa Saúde da Família; CRAS (Centro de Referência de Assistência Social); NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família - dá suporte às equipes de saúde da família),

3.5.3.25 - Santo Hipolito (MG)

Saúde

O município conta com os seguintes programas federais **(3.5.1 - Federais)**: Programa Saúde da Família; SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência); CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família - dá suporte às equipes de saúde da família); e o Brasil Sorridente.

Na esfera estadual **(3.5.2.2 - Minas Gerais)** realiza os seguintes planos: Plano de Contingência de Dengue e Febre Chikungunya e Febre Amarela; Academia ao Ar Livre; e o TFD (Tratamento Fora de Domicílio, que custeia as despesas de paciente e acompanhante em cidades polo de saúde para tratamentos de maior complexidade).

3.5.3.26 - Gouveia (MG)

Saúde

O município conta com o Programa Saúde da Família, o SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), e o NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família - dá suporte às equipes de saúde da família). Todos vinculados ao Governo Federal **(3.5.1 - Federais)**.

Em parceria com o estado de Minas (**3.5.2.2 - Minas Gerais**), realiza o: Farmácia Popular de Minas; TFD (Tratamento Fora de Domicílio, que custeia as despesas de paciente e acompanhante em cidades polo de saúde para tratamentos de maior complexidade); Plano de Contingência de Dengue e Febre Chikungunya e Febre Amarela; e o Academia ao Ar Livre.

3.5.3.27 - Presidente Juscelino (MG)

Saúde

O município conta com os seguintes programas federais (**3.5.1 - Federais**): Programa Saúde da Família; CRAS (Centro de Referência de Assistência Social); e o NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família - dá suporte às equipes de saúde da família). Os programas estaduais (**3.5.2.2 - Minas Gerais**) são: Plano de Contingência de Dengue e Febre Chikungunya e Febre Amarela; Academia ao Ar Livre; Farmácia Popular de Minas; e o TFD (Tratamento Fora de Domicílio, que custeia as despesas de paciente e acompanhante em cidades polo de saúde para tratamentos de maior complexidade).

3.5.3.28 - Engenheiro Navarro (MG)

Saúde

No âmbito federal (**3.5.1 - Federais**), o município conta com o Programa Saúde da Família, o SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família - dá suporte às equipes de saúde da família), Farmácia Popular, e o Brasil Sorridente. Já os programas estaduais (**3.5.2.2 - Minas Gerais**) são: Academia ao Ar Livre; TFD (Tratamento Fora de Domicílio, que custeia as despesas de paciente e acompanhante em cidades polo de saúde para tratamentos de maior complexidade); e o Plano de Contingência de Dengue e Febre Chikungunya e Febre Amarela.

3.5.3.29 - Guaraciama (MG)

Saúde

O município conta com o Programa Saúde da Família, SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família - dá suporte às equipes de saúde da família), e o Brasil Sorridente. Todos vinculados à esfera federal (**3.5.1 - Federais**) Já no âmbito estadual (**3.5.2.2 -**), o município realiza o Academia ao Ar Livre, o Plano de

Contingência de Dengue e Febre Chikungunya e Febre Amarela, e o TFD (Tratamento Fora de Domicílio, que custeia as despesas de paciente e acompanhante em cidades polo de saúde para tratamentos de maior complexidade).

3.5.3.30 - Janaúba (MG)

Saúde e Lazer

Na esfera federal (**3.5.1 - Federais**), o município conta com o Programa Saúde da Família, SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família - dá suporte às equipes de saúde da família) e o Brasil Sorridente.

Os planos e programas estaduais (**3.5.2.2 - Minas Gerais**) são: TFD (Tratamento Fora de Domicílio, que custeia as despesas de paciente e acompanhante em cidades pólo de saúde para tratamentos de maior complexidade); Academia ao Ar Livre; o Plano de Contingência de Dengue, Febre Chikungunya e Febre Amarela; e o Projeto de Esporte, Lazer e Saúde

Lista de Anexos para Referência e Índice – Uso do NE

1	Anexo 1	Exemplo: Mapa de Localização – 2266-01-PBA-DE-1001-00
2	Anexo 2	Título do Anexo
3	Anexo 3	Título do Anexo
4	Anexo 4	Título do Anexo
5	Anexo 5	Título do Anexo
60	Anexo 60	Título do Anexo